

Processos de Transformação do Mundo do Trabalho

Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos
(Organizador)



Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos
(Organizador)

Processos de Transformação do Mundo do Trabalho

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Geraldo Alves
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.ª Dr.ª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
P963	Processos de transformação do mundo do trabalho [recurso eletrônico] / Organizador Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. Formato: PDF Requisitos de sistemas: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-438-2 DOI 10.22533/at.ed.382190307 1. Direitos humanos. 2. Trabalho – Aspectos sociais. I.Vasconcelos, Adaylson Wagner Sousa de. CDD 331
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A obra **Processo de Transformação do Mundo do Trabalho** corresponde a uma coletânea que reúne vinte e nove capítulos de pesquisadores vinculados a instituições nacionais e internacionais que uniram esforços para debater problemas sensíveis da sociedade com diálogos e desdobramentos no universo do trabalho.

A temática do trabalho e seus desdobramentos correspondem a elementares sensíveis na comunidade contemporânea, sobretudo no nosso país e nesse momento de intensa atuação de uma política neoliberal que, baseada no discurso de estado mínimo, promove sucessivas tentativas de minorar os direitos sociais historicamente conquistados.

É tomada por essa discussão permeada pelo trabalho como eixo norteador, mas que também alcança comentários sobre empreendedorismo, informalidade, situações vastas e particularidades do exercício da labuta, reabilitação profissional, justiça, precarização do trabalho, fundos de pensão e previdência, políticas públicas e educação, dentre outros, que se dá a construção da obra agora disponibilizada aos nossos leitores.

Sem delongas, e abordando os capítulos, temos:

- **O DESEMPENHO CANSADO**, de Aline Cristina Domingues e Maria Valéria Barbosa, propõe um estudo que versa sobre o trabalho na contemporaneidade a partir da perspectiva da “sociedade do desempenho” na pós-graduação.
- **UMA DISTORÇÃO CONCEITUAL: INFORMALIDADE E EMPREENDEDORISMO**, de Thiago Brandão Peres, discute informalidade e empreendedorismo no Brasil e como se dá os desdobramentos dessas ações nos planos políticos.
- Vanessa de Faria Berto, em **NAS FÍMBRIAS DO SISTEMA: AS OFICINAS DE TRABALHO INFORMAL DO CENTRO COMUNITÁRIO “NOVA MARÍLIA” – SÃO PAULO**, apresenta a precariedade do trabalho informal e temporário realizado por mulheres em oficinas comunitárias.
- **INDICADORES SOBRE EMPREENDEDORISMO E DESENVOLVIMENTO NOS MUNICÍPIOS GAÚCHOS**, de Samanta Silva da Rosa, Tiarajú Alves de Freitas e Daniele Mendes Caldas Antunes, aborda o empreendedorismo no municípios do sul do país, precisamente no Rio Grande do Sul, sendo este relevante para o grau de desenvolvimento socioeconômico que a região detém.
- **TRABALHO DOMÉSTICO REMUNERADO: SUAS IMPLICAÇÕES NA HISTÓRIA DO BRASIL QUANTO A GÊNERO, RAÇA E CLASSE SOCIAL**, de Willians Alexandre B. da Silva, centra comentários sobre e regulamentação tardia do trabalho doméstico com o apoio de categorias como gênero, raça e classe social.

- **USO DE SISTEMA CAD/CAM NA ONDOLOGIA ESTÉTICA: RELATO DE CASO**, de Arthur Eric Costa Wanderley, Ingrid Ferreira Leite, Mayssa Galvão Pimentel, Rúbia Reis Fonseca Amaral Souto e Natália Karol de Andrade, destina atenção para a relevância da tecnologia e da modernidade, dando os sistemas CAD/CAM como exemplos de ações possíveis para a redução de infecções no exercício da odontologia estética.
- Dando destaque às particularidades das atividades relacionadas ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU), Elizama dos Santos Costa, Mirelly Mineiro Penha, Tatyane Silva Rodrigues, Grazielle de Sousa Costa, Thalita Kelly Monteiro Silva, Marina Vieira Ferreira, Mickaelle Bezerra Calaça e Pâmela Suelem Nascimento Vieira, em **TRABALHADORES DE SAÚDE DO SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA E A EXPOSIÇÃO AOS RISCOS OCUPACIONAIS**, verificam danos por contaminação por materiais biológicos e situações de estresse como sendo os riscos ocupacionais que os trabalhadores dessa atividade estão mais suscetíveis de exposição.
- Através de uma pesquisa que compreendeu uma amostragem de 180 (cento e oitenta) operadores de telemarketing, Maria Áurea Catarina Passos Lopes, Maria Juliana Moreira da Costa, Jeovana da Silva Rodrigues, Thais Rodrigues Ferreira, Liliana Gama Oliveira, Ranieli Cavalcante dos Santos e Nataly de Fátima Sousa Martins, em **ANÁLISE DO PERFIL CARDIOVASCULAR DE OPERADORES DE TELEMARKETING DE UMA CENTRAL DE TELEATENDIMENTO EM FORTALEZA-CE**, concluíram a presença de fatores que viabilizam o desenvolvimento de doenças cardiovasculares nessa atuação profissional, sendo necessária a promoção de hábitos saudáveis.
- **OS INDICADORES DO PROGRAMA DE REABILITAÇÃO PROFISSIONAL: UMA ANÁLISE INTERPRETATIVA**, de Flávia Xavier de Carvalho, Keity Ayumi Akimura e Silvana Souza Netto Mandalozzo, dialoga sobre a importância do aludido programa do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) para a reinserção de trabalhadores que foram vítimas de acidentes de trabalho e de pessoas com deficiência no mercado de trabalho.
- **PROGRAMA DE REABILITAÇÃO PROFISSIONAL DO INSS: UMA ANÁLISE DA REALIDADE DA GERÊNCIA EXECUTIVA DE MARINGÁ/PR NO ANO DE 2015**, de Christiane Karla Spielmann e Flávia Xavier de Carvalho, também estabelece considerações sobre o Programa de Reabilitação Profissional, agora a partir da realidade vivenciada na cidade de Maringá.
- **A INSPEÇÃO DO TRABALHO NO BRASIL: APONTAMENTOS ACERCA DO PROCESSO DE RECONFIGURAÇÃO INSTITUCIONAL A PARTIR DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988**, de Luiz Felipe Monsore de Assumpção, como seu título muito bem sintetiza, trata da reconfiguração institucio-

nal trazida ao Sistema de Inspeção do Trabalho pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

- Adotando atenção para o fenômeno da terceirização, Magda Barros Biavaschi, Marilane Oliveira Teixeira e Alisson Droppa, em **A JUSTIÇA DO TRABALHO, O STF E A TERCEIRIZAÇÃO: NOTAS SOBRE O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DAS DECISÕES JUDICIAIS**, comentam a atuação do Supremo Tribunal Federal sobre o tema em momentos, inclusive, anteriores às reformas descritas pelo Congresso Nacional.
- A preservação do *jus postulandi* como condição de acesso à justiça é exposto por Cláudia Glênia Silva de Freitas e Amanda Alves dos Santos em **A MITIGAÇÃO DO *JUS POSTULANDI* NO PROCESSO DO TRABALHO**.
- **A FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE NOS EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS**, de Ana Claudia Alcaide, Vanderlene Moura Silva e Rita de Cássia Arruda Fajardo, reflete sobre os empreendimentos econômicos solidários baseado na ótica da função social.
- **AS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS ENQUANTO CATEGORIA DO ESTADO NEOLIBERAL REFORMISTA NO BRASIL: UMA ESTRUTURA DE PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO?**, de Fernanda Barcellos Mathiasi, analisa a categoria social trabalho em Organizações Sociais.
- **NÃO PENSE EM CRISE, TRABALHE: A BANCADA EVANGÉLICA E A CLASSE TRABALHADORA NAS REFORMAS “TEMERÁRIAS”**, de Yuri Rodrigues da Cunha, atribui enfoque na atuação e interesses da bancada evangélica presente no Congresso Nacional em relação às reformas trabalhistas pautadas, sendo ela agente que promove conciliação e subalternização das classes populares à reforma, enquanto que o governo pauta as suas exigências moralizantes.
- **FUNDOS DE PENSÃO E TRANSFORMISMO SINDICAL NO GOVERNO LULA**, de Mateus Ubirajara Silva Santana e Paulo Sérgio Fracalanza, problematiza a relação entre fundos de pensão e sindicatos nas primeiras gestões presidenciais petistas e o discurso que legitima as ações políticas tomadas ao longo dos anos.
- **RENDIMENTOS NA APOSENTADORIA: UMA COMPARAÇÃO ENTRE A PREVIDÊNCIA SOCIAL E A PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR NO BRASIL**, de Ana Elizabeth Neirão Reymão e João Gustavo Gouveia Loureiro, indaga até que ponto o processo de reforma previdenciária de fato corresponde a uma ação benéfica para os trabalhadores brasileiros e para os seus respectivos interesses.
- **EFEITOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL SOBRE A POBREZA MULTIDIMENSIONAL NO RURAL BRASILEIRO**, de Rosa Kato e Danielle Carusi Macha-

do, marca posição ao nortear a previdência rural como parte da Seguridade Social, sendo esta importante elemento de minimização da pobreza e desigualdade social.

- Em **POLÍTICA PÚBLICA EM ECONOMIA SOLIDÁRIA: UM ESTUDO SOB A ÓTICA DO GESTOR DA INCUBADORA PÚBLICA DE EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS DA PREFEITURA DE SÃO PAULO**, Sérgio Ricardo Gaspar conclui o papel do estado como fomentador de empreendimentos econômicos solidários, sendo esta ação capaz de inserir no mercado grupos historicamente excluídos da atividade.
- **PRINCÍPIOS E PRÁTICAS DA GESTÃO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO SUBSÍDIO PARA O ENSINO DA ADMINISTRAÇÃO: BUSCA POR PRESSUPOSTOS**, por Gustavo Bigetti Guergoletto e Renata Peres Barbosa, como método para o ensino da Administração, propõe análise dos princípios da gestão da economia solidária.
- **DIREITO À EDUCAÇÃO: ANALISANDO POLÍTICAS PÚBLICAS DE APOIO À PERMANÊNCIA ESCOLAR NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**, de Alexsandra Joelma Dal Pizzol Coelho e Nilson Marcos Dias Garcia, infere que políticas públicas de permanência escolar implementadas pelo Plano Nacional de Assistência Estudantil, voltadas para discentes de cursos técnicos de Jaraguá do Sul, entre os anos de 2011 e 2013, não atingia plenamente a finalidade que tanto buscava.
- **PRONATEC: FALTA DE MATERIALIDADE DO DISCURSO**, de Jacqueline Oliveira Lima Zago e Robson Luiz de França, questiona as ações desenvolvidas no âmbito do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego.
- **PRONATEC APRENDIZ: A PAERMANÊNCIA DA DUALIDADE E DA PRECARIZAÇÃO NA FORMAÇÃO PROFISSIONALIZANTE DO JOVEM TRABALHADOR APRENDIZ**, de Janaína Cristina Buiar e Nilson Marcos Dias Garcia, aponta para o programa profissionalizante como formador de trabalho simples, não produzindo assim qualificação para o ambiente de trabalho complexo no qual estamos inseridos na contemporaneidade.
- A proposta de Douglas Gomes Nalini de Oliveira e Vandeí Pinto da Silva, em **DILEMAS DO ANTROPOCENO: CONTRIBUIÇÕES DA PERSPECTIVA ECOLÓGICA PARA O TRABALHO E A EDUCAÇÃO**, envolve o pensamento ecológico e as suas contribuições e críticas para a economia clássica.
- **RELIGIÃO E DEMONIZAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NAS ESCOLAS PÚBLICAS DO OESTE PAULISTA (2000-2016)**, de Carlos Eduardo Marotta Peters, retrata a inclusão de discursos religiosos nas escolas públicas e a construção negativa do outro substanciada nessa perspectiva de

leitura.

- Através de um eixo que perpassa por termos como livro diático, estado, ideologia, educação e classes sociais, Matheus Rodrigues Lima Affonso Garcia, Joel Nunes da Silva e Gabriel Martins, em **O LIVRO DIDÁTICO COMO UMA DAS EXPRESSÕES DA EDUCAÇÃO ENQUANTO IDEOLOGIA DE CLASSE OU COMO A GLOBO EXCLUIU UM LIVRO DIDÁTICO CRÍTICO NO BRASIL**, realizam um estudo com o fito de encontrar respostas para a exclusão do livro didático de história *Nova História Crítica* (2005), de Mario Schmidt, do guia do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD).
- **TRABALHO DOCENTE NA EDUCAÇÃO INFANTIL: CONDIÇÕES OBJETIVAS E SUBJETIVAS DA PRÁTICA PEDAGÓGICA**, de Luara Alexandre dos Santos e Lucinéia Maria Lazaretti, explana sobre as condições objetivas e subjetivas de trabalho para docente de educação infantil.
- **O TRABALHO DOCENTE NO ENSINO SUPERIOR PRIVADO NO CONTEXTO DA ACUMULAÇÃO FLEXÍVEL EM CAMPINA GRANDE/PB**, de Nadine Gualberto Agra, pauta a questão da atuação docente em nível superior privado e o controle de trabalho do profissional em casos de acumulação flexível.

Dentro desse imenso arcabouço que materializa o volume **Processo de Transformação do Mundo do Trabalho**, desejamos aos nossos leitores um excelente exercício de diálogo com os textos aqui dispostos. Que as colocações aqui contidas sejam verdadeiros incômodos capazes de impulsionar mais e mais produção de conhecimento.

Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
O DESEMPENHO CANSADO	
Aline Cristina Domingues Maria Valéria Barbosa	
DOI 10.22533/at.ed.3821903071	
CAPÍTULO 2	13
UMA DISTORÇÃO CONCEITUAL: INFORMALIDADE E EMPREENDEDORISMO	
Thiago Brandão Peres	
DOI 10.22533/at.ed.3821903072	
CAPÍTULO 3	23
NAS FÍMBRIAS DO SISTEMA: AS OFICINAS DE TRABALHO INFORMAL DO CENTRO COMUNITÁRIO “NOVA MARÍLIA”-SÃO PAULO	
Vanessa De Faria Berto	
DOI 10.22533/at.ed.3821903073	
CAPÍTULO 4	34
INDICADORES SOBRE EMPREENDEDORISMO E DESENVOLVIMENTO NOS MUNICÍPIOS GAÚCHOS	
Samantha Silva da Rosa Tiarajú Alves de Freitas Daniele Mendes Caldas Antunes	
DOI 10.22533/at.ed.3821903074	
CAPÍTULO 5	47
TRABALHO DOMÉSTICO REMUNERADO: SUAS IMPLICAÇÕES NA HISTÓRIA DO BRASIL QUANTO A GÊNERO, RAÇA E CLASSE SOCIAL	
Willians Alexandre B. da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.3821903075	
CAPÍTULO 6	61
USO DE SISTEMA CAD/CAM NA ODONTOLOGIA ESTÉTICA: RELATO DE CASO	
Arthur Eric Costa Wanderley Ingrid Ferreira Leite Mayssa Galvão Pimentel Rúbia Reis Fonseca Amaral Souto Natália Karol de Andrade	
DOI 10.22533/at.ed.3821903076	
CAPÍTULO 7	73
TRABALHADORES DE SAÚDE DO SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA E A EXPOSIÇÃO AOS RISCOS OCUPACIONAIS	
Elizama dos Santos Costa Mirelly Mineiro Penha Tatyanne Silva Rodrigues Grazielle de Sousa Costa Thalita Kelly Monteiro Silva	

Marina Vieira Ferreira
Mickaelle Bezerra Calaça

DOI 10.22533/at.ed.3821903077

CAPÍTULO 8 85

ANÁLISE DO PERFIL CARDIOVASCULAR DE OPERADORES DE TELEMARKETING
DE UMA CENTRAL DE TELEATENDIMENTO EM FORTALEZA-CE

Maria Áurea Catarina Passos Lopes
Maria Juliana Moreira da Costa
Jeovana da Silva Rodrigues
Thais Rodrigues Ferreira
Liliana Gama Oliveira
Ranieli Cavalcante dos Santos
Nataly de Fatima Sousa Martins

DOI 10.22533/at.ed.3821903078

CAPÍTULO 9 95

OS INDICADORES DO PROGRAMA DE REABILITAÇÃO PROFISSIONAL: UMA
ANÁLISE INTERPRETATIVA

Flávia Xavier de Carvalho
Keity Ayumi Akimura
Silvana Souza Netto Mandalozzo

DOI 10.22533/at.ed.3821903079

CAPÍTULO 10 111

PROGRAMA DE REABILITAÇÃO PROFISSIONAL DO INSS: UMA ANÁLISE DA
REALIDADE DA GERÊNCIA EXECUTIVA DE MARINGÁ/PR NO ANO DE 2015

Christiane Karla Spielmann
Flávia Xavier de Carvalho

DOI 10.22533/at.ed.38219030710

CAPÍTULO 11 127

A INSPEÇÃO DO TRABALHO NO BRASIL: APONTAMENTOS ACERCA
DO PROCESSO DE RECONFIGURAÇÃO INSTITUCIONAL A PARTIR DA
CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988

Luiz Felipe Monsores de Assumpção

DOI 10.22533/at.ed.38219030711

CAPÍTULO 12 136

A JUSTIÇA DO TRABALHO, O STF E A TERCEIRIZAÇÃO: NOTAS SOBRE O
PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DAS DECISÕES JUDICIAIS

Magda Barros Biavaschi
Marilane Oliveira Teixeira
Alisson Droppa

DOI 10.22533/at.ed.38219030712

CAPÍTULO 13 145

A MITIGAÇÃO DO JUS POSTULANDI NO PROCESSO DO TRABALHO

Cláudia Glênia Silva de Freitas
Amanda Alves dos Santos

DOI 10.22533/at.ed.38219030713

CAPÍTULO 14	157
A FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE NOS EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS	
Ana Claudia Alcaide Vanderlene Moura Silva Rita de Cássia Arruda Fajardo	
DOI 10.22533/at.ed.38219030714	
CAPÍTULO 15	167
AS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS ENQUANTO CATEGORIA DO ESTADO NEOLIBERAL REFORMISTA NO BRASIL: UMA ESTRUTURA DE PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO?	
Fernanda Barcellos Mathiasi	
DOI 10.22533/at.ed.38219030715	
CAPÍTULO 16	183
NÃO PENSE EM CRISE, TRABALHE: A BANCADA EVANGÉLICA E A CLASSE TRABALHADORA NAS REFORMAS “TEMERÁRIAS”	
Yuri Rodrigues da Cunha	
DOI 10.22533/at.ed.38219030716	
CAPÍTULO 17	198
FUNDOS DE PENSÃO E TRANSFORMISMO SINDICAL NO GOVERNO LULA	
Mateus Ubirajara Silva Santana Paulo Sérgio Fracalanza	
DOI 10.22533/at.ed.38219030717	
CAPÍTULO 18	207
RENDIMENTOS NA APOSENTADORIA: UMA COMPARAÇÃO ENTRE A PREVIDÊNCIA SOCIAL E A PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR NO BRASIL	
Ana Elizabeth Neirão Reymão João Gustavo Gouveia Loureiro	
DOI 10.22533/at.ed.38219030718	
CAPÍTULO 19	216
EFEITOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL SOBRE A POBREZA MULTIDIMENSIONAL NO RURAL BRASILEIRO	
Rosa Kato Danielle Carusi Machado	
DOI 10.22533/at.ed.38219030719	
CAPÍTULO 20	229
POLÍTICA PÚBLICA EM ECONOMIA SOLIDÁRIA: UM ESTUDO SOB A ÓTICA DO GESTOR DA INCUBADORA PÚBLICA DE EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS DA PREFEITURA DE SÃO PAULO	
Sérgio Ricardo Gaspar	
DOI 10.22533/at.ed.38219030720	

CAPÍTULO 21	243
PRINCÍPIOS E PRÁTICAS DA GESTÃO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO SUBSÍDIO PARA O ENSINO DA ADMINISTRAÇÃO: BUSCA POR PRESSUPOSTOS	
Gustavo Bigetti Guergoletto Renata Peres Barbosa	
DOI 10.22533/at.ed.38219030721	
CAPÍTULO 22	255
DIREITO À EDUCAÇÃO: ANALISANDO POLÍTICAS PÚBLICAS DE APOIO À PERMANÊNCIA ESCOLAR NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA	
Alexsandra Joelma Dal Pizzol Coelho Nilson Marcos Dias Garcia	
DOI 10.22533/at.ed.38219030722	
CAPÍTULO 23	271
PRONATEC: FALTA DE MATERIALIDADE DO DISCURSO	
Jacqueline Oliveira Lima Zago Robson Luiz de França	
DOI 10.22533/at.ed.38219030723	
CAPÍTULO 24	286
PRONATEC APRENDIZ: A PERMANÊNCIA DA DUALIDADE E DA PRECARIZAÇÃO NA FORMAÇÃO PROFISSIONALIZANTE DO JOVEM TRABALHADOR APRENDIZ	
Janaína Cristina Buiar Nilson Marcos Dias Garcia	
DOI 10.22533/at.ed.38219030724	
CAPÍTULO 25	300
DILEMAS DO ANTROPOCENO: CONTRIBUIÇÕES DA PERSPECTIVA ECOLÓGICA PARA O TRABALHO E A EDUCAÇÃO	
Douglas Gomes Nalini de Oliveira Vandei Pinto da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.38219030725	
CAPÍTULO 26	317
RELIGIÃO E DEMONIZAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NAS ESCOLAS PÚBLICAS DO OESTE PAULISTA (2000 – 2016)	
Carlos Eduardo Marotta Peters	
DOI 10.22533/at.ed.38219030726	
CAPÍTULO 27	333
O LIVRO DIDÁTICO COMO UMA DAS EXPRESSÕES DA EDUCAÇÃO ENQUANTO IDEOLOGIA DE CLASSE OU COMO A GLOBO EXCLUIU UM LIVRO DIDÁTICO CRÍTICO NO BRASIL	
Matheus Rodrigues Lima Affonso Garcia Joel Nunes da Silva Gabriel Martins	
DOI 10.22533/at.ed.38219030727	

CAPÍTULO 28 348

TRABALHO DOCENTE NA EDUCAÇÃO INFANTIL: CONDIÇÕES OBJETIVAS E
SUBJETIVAS DA PRÁTICA PEDAGÓGICA*

Luara Alexandre dos Santos

Lucinéia Maria Lazaretti

DOI 10.22533/at.ed.38219030728

CAPÍTULO 29 359

O TRABALHO DOCENTE NO ENSINO SUPERIOR PRIVADO NO CONTEXTO DA
ACUMULAÇÃO FLEXÍVEL EM CAMPINA GRANDE/PB

Nadine Gualberto Agra

DOI 10.22533/at.ed.38219030729

SOBRE O ORGANIZADOR..... 369

Aline Cristina Domingues

UNESP – FFC, Marília/SP

Maria Valéria Barbosa

UNESP- FFC, Marília/SP

“O excesso da elevação do desempenho leva a um infarto da alma.” (Byung-Chul Han).

RESUMO : O presente artigo busca discutir a dimensão do trabalho na contemporaneidade, tendo como ponto de partida a reportagem da Folha de São Paulo que relata o suicídio de um jovem estudante da pós-graduação. Agregamos esta discussão ao debate sobre a “sociedade de desempenho” de um sistema capitalista onde as nuances presentes no cansaço crônico da atual era pós-moderna, são as expressões mais fortes de um processo complexo de exploração e competitividade. Partindo da reportagem, faremos uma revisão bibliográfica de autores como Camus (1989), Jeppe (2013) e em destaque, Byung-Chul Han (2015). Compreendemos que ao tratar de tema tão polêmico é necessário extremo cuidado e respeito, além de, buscar alternativas para que evitemos mais casos, por meio, do exame de diversas perspectivas, por isso, nos propomos a fazer uma análise sociológica das condições de um estudante que de inúmeras formas é essencialmente um trabalhador explorado. Portanto, a Universidade deve deixar de lado a

incorporação da lógica nefasta do produtivismo exacerbado e a cobrança intensificada por desempenho, pois a escolha pela manutenção ou implantação de tal sistema exploratório tem se mostrado demasiadamente prejudicial a toda a comunidade acadêmica em especial, os alunos que estão na linha de frente e são os mais fragilizados e indefesos; e nos quais acabam recaindo a cobrança por um desempenho altíssimo, podendo leva-los a situações extremas, como o suicídio.

PALAVRAS-CHAVE: Capitalismo. Desempenho. Suicídio.

ABSTRACT: This article aims to discuss the dimension of contemporary work, having as a starting point the Folha de São Paulo report on the suicide of a young postgraduate student. We have added this discussion to the debate about the “performance society” of a capitalist system where the nuances present in the chronic fatigue of the current postmodern era are the strongest expressions of a complex process of exploitation and competitiveness. Building on the report, we will make a bibliographical review of authors such as Camus (1989), Jeppe (2013) and as a highlighted element, Byung-Chul Han (2015). We understand that when dealing with such a controversial topic, extreme care and respect are needed, as well as seeking alternatives so as to avoid more cases by means of examining

different perspectives; therefore, we propose to make a sociological analysis of the conditions of a student who is in many ways essentially an exploited worker. Thus the University must ignore the incorporation of the nefarious logic of exacerbated productivism and the high-pressured performance-enhanced charging, since the choice of maintaining or implementing such an exploratory system has proved to be too damaging to the entire academic community, in particular to the students who are on the front line and are the most fragilized and helpless, onto which the charge on high performance ends up falling on and may lead to extreme situations as suicide.

KEYWORDS: Capitalism. Performance. Suicide.

INTRODUÇÃO:

Buscamos com esse artigo, entender como o capitalismo e suas ramificações, podem estar relacionados ao caso do jovem estudante da pós-graduação da USP que se suicidou deixando escrito em uma lousa: “I’m just done” (“Para mim, chega) – em tradução livre. Pretendemos averiguar como esse cansaço pode estar ligado ao fato da sociedade pós-moderna ter migrado da sociedade da disciplina para a sociedade do desempenho e como esta mudança transformou todas as perspectivas que tínhamos. Por isso buscamos entender: o capitalismo e a lógica produtivista e de desempenho que têm nos levado ao esgotamento mental, físico e psicológico? Nossa metodologia está pautada na matéria veiculada pela Folha de São Paulo e na revisão da literatura pertinente ao tema, tais como: *Crédito à morte – A decomposição do capitalismo e suas crises* – de Anselm Jappe (2013); *O mito de Sísifo* - Albert Camus (1989) e o principal norteador teórico: *A sociedade do cansaço* de Byung-Chul Han (2015).

Em *Crédito à morte – A decomposição do capitalismo e suas crítica*, são reunidos onze ensaios publicados entre 2007 e 2010 pelo filósofo e ensaísta alemão Anselm Jappe (1962–) e traduzidos por Robson J. F. de Oliveira, vemos a discussão de como o capitalismo ruma em direção a sua própria decomposição e como as crises em que estamos inseridos são justamente as facetas de tal dissolução.

No célebre ensaio *O mito de Sísifo* escrito em 1942 e publicado no Brasil em 1979, com tradução de Urbano Tavares Rodrigues e Ana de Freitas, pela editora Livros do Brasil, o filósofo argelino Albert Camus (1913-1960) introduz a filosofia do “absurdo” na qual analisa o homem em sua busca de sentido a uma vida descabida.

Já na *Sociedade do Cansaço*, o filósofo sul-coreano radicado na Alemanha, professor universitário de filosofia e estudos culturais na Universidade de Artes em Berlim, Byung-Chul Han (1959–), teve o livro *Sociedade do cansaço* publicado no Brasil em 2015, com tradução de Enio Paulo Gianchini, pela editora Vozes. Nesse livro, vemos Han dissecando as minúcias contidas na atual “sociedade do cansaço” e como essa é o produto direto da “sociedade do desempenho”.

O DESMANTELAMENTO DAS ESTRUTURAS PSÍQUICAS

A “sociedade do cansaço” é composta por diversos fatores e problemáticas, por isso, iremos nos ater em questões complexas como o suicídio em Camus, o declínio da “sociedade do consumo” e como essas questões estão intrinsicamente ligadas a chamada “sociedade do desempenho”.

Partimos do pressuposto, com base na obra de JAPPE (2013) de que a decomposição do capitalismo tem como pilar de sustentação as suas constantes crises que acarretam pouco a pouco fissuras na sua forma de reprodução, levando, inevitavelmente, ao seu declínio.

Na visão do autor “Os jovens sabem e aceitam com resignação que viverão pior que seus pais e que as necessidades básicas – trabalho e moradia – serão cada vez mais difíceis de serem obtidas e mantidas.” (JEPPE, 2013, pg. 45). Ao analisar as consequências da crise de 2008 no sistema financeiro americano e como se deu a sua proliferação no sistema financeiro global, Jeppe nos explica que estamos vivendo um aprofundamento do capitalismo. Já não contamos com a estabilidade existente no tempo de nossos pais e avôs; a juventude do século XXI não sabe ao certo qual futuro esperar e almejar, visto que dentro da estrutura do capitalismo ela está completamente à deriva. O alemão ainda nos diz sobre a base dessa estrutura ter se transformado; que até meados dos anos 60/70, o capital mundial era lastreado em ouro, ou seja, era baseado numa valor concretado; diferentemente do que ocorre nos nossos dias, atualmente o dinheiro deixou de se qualificar com base em coisas materiais, como o ouro, e passou a ser fictício, ou seja, é puramente especulativo, é do próprio dinheiro que se produz mais dinheiro. E qual a influência disso para o desenvolvimento da sociedade contemporânea ou pós-moderna?

Somos a sociedade liberta de todas as convenções sociais concretas, não dependemos mais de instituições como: família, igreja, Estado ou mesmo a escola. Não que essas instituições não estejam presentes em nosso cotidiano, o que acontece é que estamos nos tornando cada vez mais, individualizantes; o que queremos dizer com isso? É que no isolamento de nossas casas e mesmo na interação com os nossos smartphones, estamos cada vez mais sozinhos e solitários, mesmo estando rodeados de outros indivíduos.

Quando não há mais dinheiro, nada mais dá certo. Ao longo do século XXI, o capitalismo incluiu, para estender a esfera da valorização do valor, setores cada vez mais amplos da vida: da educação de crianças ao cuidado de idosos, da cozinha à cultura, do sistema de aquecimento aos transportes. Nesses campos, viu-se um progresso em nome da “eficácia” ou da liberdade dos indivíduos libertos dos laços familiares e comunitários. (JEPPE, 2013, p.53).

Para resumir bem essa ideia, Jeppe (2013) nos diz: “A impressão geral é de estar se escorregando ao longo de uma encosta. E a única esperança é a de não escorregar rápido demais e não a possibilidade de realmente subir outra vez.” (p. 45).

Ou seja, na chamada, por muitos, pós-modernidade, vivemos em um período em que nada se baseia em construções concretas, mas sim, em construções fictícias, ou apenas não concretas. A nossa juventude não tem mais a seguridade de seus antepassados, vivemos em um mundo completamente diferente, onde as palavras de ordem que ditam toda a organização social são: eficiência, eficácia e desempenho. Jeppe diz:

Os sujeitos que vivem nessa época de crise externa e interna sofrem também um desarranjo das estruturas psíquicas que por muito tempo definiram o que é o homem. Esses novos sujeitos imprevisíveis se encontram ao mesmo tempo na posição de gerir potenciais de destruição impressionantes. (2013, p. 61).

Esse “desarranjo das estruturas psíquicas” será o norte de nossa análise afinal, nos propomos a entender como o capitalismo e seus mecanismos vêm enfraquecendo e/ou destruindo tudo o que toca e em especial, as nossas estruturas psíquicas, nos levando a situações extremadas como, o suicídio.

Essa proposta de análise surgiu logo depois da publicação da matéria do jornal Folha de S. Paulo, datada de 27/10/17, escrita pelo jornalista Fernando Tadeu Moraes, com o título de: *“Suicídio de doutorando da USP levanta questões sobre saúde mental na pós”*:

Há cerca de dois meses um aluno de doutorado do Instituto de Ciências Biomédicas da USP se suicidou no laboratório em que trabalhava.

Deixou, numa lousa que havia no local, uma mensagem em que dizia estar cansado de tentar, de ter esperança, de viver. O texto terminava com a expressão em inglês “I’m just done” (“para mim, chega”, em tradução livre).

Essa reportagem será o objeto de nossa análise, mas infelizmente, em uma rápida busca pela internet é possível encontrar outros diversos casos de alunos que se suicidaram, alunos esses das mais diversas áreas – da medicina ao jornalismo – e dos quatro cantos do Brasil. O suicídio entre estudantes sejam da graduação ou da pós-graduação, tem se tornado corriqueiro e é preciso analisar esse fato da maneira mais atenta e profunda possível.

Nosso objetivo com esse artigo é buscar uma análise sociológica que aponte algumas reflexões sobre a lógica produtivista incorporada pela Universidade e disseminada entre os atores que a compõem, de professores a alunos, já que são esses últimos os mais fragilizados por estarem na ponta do processo, sendo assim, os mais atingidos. Todos que tenham tido alguma vivência dentro de uma Universidade sabem dos desafios a ser encarados, em tal espaço, ela impõem um ritmo frenético de produtividade, eficiência e eficácia, da mesma forma em que a empresa capitalista impõem aos seus trabalhadores.

Por esse motivo, buscaremos entender o suicídio e como nos diz o filósofo Albert Camus:

Só existe um problema filosófico realmente sério: é o suicídio. Julgar se a vida vale ou não vale a pena ser vivida é responder à questão fundamental da filosofia. O resto, se o mundo tem três dimensões, se o espírito tem nove ou doze categorias, aparece em seguida. São jogos. É preciso, antes de tudo, responder. (CAMUS, 1989, p.7).

Nessa obra – *O mito de Sísifo* (1989) – Camus nos traz a questão do suicídio numa perspectiva filosófica e nos fala sobre o absurdo da existência humana; através da alegoria de Sísifo, — que condenado pelos deuses por sua vida de contravenções, passará a eternidade rolando uma pedra até o cume de uma montanha e ao chegar ao topo, à pedra rolará montanha abaixo e todo o trabalho empregado será inutilizado, vivendo sua condenação pela eternidade —. Na nossa análise Sísifo é o capitalismo, a alienação, o trabalhador assalariado, o estudante das Universidades; todos, mecanismos de uma mesma “maldição”, e os condenados estão fadados a continuarem sua incessante busca por sentido, pertencimento e realização.

Camus fala em tipos de suicídio: o físico, o filosófico e a aceitação. O primeiro, entendendo a falta de sentido da vida, ele se questiona se vale ou não viver – continuar mesmo sem um sentido maior, uma força motivadora, ou dar cabo a vida. O segundo: é quando o indivíduo se “agarra” ao que de certa forma anule a sua capacidade de reflexão, sua razão; ou seja, algo que lhe empregue um sentido de viver, ao mesmo tempo em que retira a razão dos indivíduos. E por último a aceitação, que é o momento de conclusão do indivíduo que compreende o não-sentido da vida e passa a escolher deliberadamente vivê-la; pois é apenas na vida que está contido o absurdo, sem ela não há nada.

Sísifo traiu os deuses, pois gostava muito da vida, mais do que se devotava a eles, e quando se vê diante da obrigação de pagar sua sentença, entende que apesar de configurar num grande “absurdo”, ainda assim, o trajeto em que percorre é significativo e por isso deve ser atravessado, nos levando ao entendimento e a metáfora da vida, que mesmo sendo ela o maior dos “absurdos”, ainda assim, contém uma infinidade de possibilidades e prazeres, para além das cobranças cotidianas e ordinárias – que envolvem práticas diárias como: faculdade, metas, desempenhos, etc.

O CANSAÇO

A contribuição de Byung-Chul Han é de grande valia ao incorporarmos alguns conceitos e análises por ele proposto em seu livro *Sociedade do Cansaço* (2015); traremos a tona, conceitos relacionados à: sociedade da disciplina, o tédio, o desempenho, entre outros.

Em seu texto a sociedade transformou-se e a violência atua muito mais nos aspectos neurais do que nos propriamente físicos:

Visto a partir da perspectiva patológica, o começo do século XXI não é definido como bacteriológico nem viral, mas neural. Doenças neurais como a depressão,

transtorno do déficit de atenção com síndrome de hiperatividade (TDAH), transtorno de personalidade limítrofe (TPL) ou a síndrome de Bournout (SB) determinam a paisagem patológica do começo do século XXI (HAN, 2015, p. 7 e 8).

Se considerarmos a depressão, ela tem se tornado uma patologia que em algum nível encontra-se presente no cotidiano de todos no século XXI, sua presença é constante nos noticiários, nas redes sociais, nas conversas do dia-a-dia. Somos uma sociedade de depressivos, o ato de deprimir-se é diário, constante e permanente. Por mais que tentemos superar esse estado, somos perseguidos por cobranças e expectativas; deprimimo-nos por não termos o trabalho que desejamos, por não ter a quantidade de seguidores nas redes que nos elevam ao patamar de bem-sucedidos; por não conseguirmos comprar esse ou aquele produto, etc. Todas essas questões estão diretamente ligadas ao estilo de vida que levamos no capitalismo atual, que com sua ânsia tem nos levado ao fundo do poço emocional, já que nem tudo pode ser comprado, nem tudo pode ser vendido, contrariando a lógica vigente desse sistema tão nocivo. Estamos alienados nesse estilo de vida como o único possível e com isso, deprimimo-nos, por tudo que nos desaponta.

A saúde mental dos participantes da pós-modernidade deve ser encarada como um objeto fixo de profundas análises, pois, em nosso tempo vivemos cada vez mais problemas mentais. Um dos elementos do desencadeamento de tamanha quantidade de pessoas adoentadas é a presença assombrosa de positividade presente em nosso cotidiano; essa positividade moveu-nos de uma vivência da qual dependíamos da cobrança de outros para uma cobrança exacerbada interna. Segundo HAN (2015), “É bem verdade que os adoecimentos neurais do século XXI seguem, por seu turno, sua dialética, não a dialética de negatividade, mas a da positividade. São estados patológicos devidos a um exagero da positividade” (2015, p.14).

Para aprofundar esta discussão, pode-se buscar nesse mesmo livro, o que norteia a consideração sobre a sociedade capitalista para além da sociedade disciplinar, onde a complexidade sobre as diferentes dimensões da crise e seus desdobramentos pode ser melhor compreendida.

A sociedade disciplinar de Foucault, feita de hospitais, asilos, presídios, quartéis e fábricas, não é mais a sociedade de hoje. Em seu lugar, há muito tempo, entrou uma outra sociedade, a saber, uma sociedade de academias fitness, prédios de escritórios, bancos, aeroportos, shopping centers e laboratório de genética. A sociedade do século XXI não é mais a sociedade disciplinar, mas uma sociedade de desempenho. Também seus habitantes, não se chamam mais “sujeitos da obediência”, mas sujeito de desempenho e produção. (HAN, 2015, p. 23).

Ou seja, para Han (2015) deixamos de viver sobre a constante e permanente vigilância externa de outros atores sociais como: enfermeiros, guardas, oficiais, gerentes, para internalizar esta vigilância em cada um de nós. A nossa sociedade é composta agora por vigilantes internos, ou seja, somos os vigilantes de nós mesmos, o que pressupõem a mudança do paradigma da sociedade disciplinar para a sociedade

de desempenho, do qual buscamos incessantemente o máximo desempenho de nossas atividades. Um paralelo com a vida universitária; na Universidade – tanto na graduação como no pós graduação – não temos mais professores fiscais, ou mesmo a figura do inspetor de alunos – que tem por função a vigilância permanente e sistemática dos alunos da unidade escolar. No ensino superior nos “libertamos” dessa vigilância, mas caímos diretamente na vigilância constante do desempenho acadêmico; é nesse espaço que os alunos não são mais julgados, analisados ou fiscalizados por seus comportamentos, mas sim, pelo resultado obtido em suas notas e coeficientes de rendimento – expressão contida nos históricos que ajuda na compreensão da questão.

A sociedade disciplinar é uma sociedade da negatividade. É determinada pela negatividade da proibição. [...] A sociedade de desempenho vai se desvinculando cada vez mais da negatividade. [...] O poder ilimitado é o verbo modal positivo de desempenho. [...] No lugar de proibição, mandamento ou lei, entram projetos, iniciativa e motivação. (HAN, 2015, p. 24).

Han (2015) nos fala sobre a máxima expressão da sociedade do desempenho ser a frase: Yes, we can – frase empenhada na campanha do quadragésimo quarto presidente dos Estados Unidos da América – Barack Obama - e que serve perfeitamente à nossa análise, já que nela está contida a ideologia de tal sociedade. Com o cenário político brasileiro extremamente conturbado — após o golpe de 2016 — podemos perceber que o ideário de tal frase está intimamente ligado a forma em que a mídia tem noticiado reformas como a da Previdência e as mudanças na CLT, se ligarmos nossas tvs em qualquer um dos noticiários veremos relatos de trabalhadores que “apesar da crise” e do desemprego tem contornado a situação através de trabalhos informais ou tornando-se pequenos empresários; o que a grande mídia deixa de lado é justamente a análise de que esses trabalhadores se encontram em tal situação devido ao desmanche das políticas públicas, das privatizações e da precarização da força de trabalho. Ou seja, o “Sim, nós podemos” lança nos sujeitos a responsabilidade de alcançarem o sucesso através de suas ações individuais e não mais através da luta pela manutenção de seus direitos, por isso, percebemos que os trabalhadores da atualidade estão imersos nessa ideologia que paira sob suas cabeças, elevando a níveis altíssimos essa positividade, colocando os indivíduos como únicos condutores e responsáveis por suas vidas, deixando de lado todos os aspectos sociais, políticos, culturais que possam influenciar em seus resultados e “desempenhos” finais.

Han (2015) diz: “A sociedade disciplinar ainda está dominada pelo não. Sua negatividade gera loucos e delinquentes. A sociedade de desempenho, ao contrário, produz depressivos e fracassados.” (p. 24 e 25). Com isso, enquanto na sociedade disciplinar a vigilância é componente essencial da vida, na sociedade do desempenho ela passa a ser exercida pelos próprios sujeitos, a ação vigilante não deixa de existir, ela passa apenas de uma exteriorização para uma internalização, já que na primeira são necessários vigilantes e na segunda os próprios sujeitos tornam-se vigilantes.

Segundo colegas, ele estava próximo da qualificação (exame crucial que precede a defesa da tese) e vinha enfrentando problemas em sua pesquisa. “Ele estava travado. “O doutorado dele parecia que não ia”, disse um amigo que pediu à reportagem que não o identificasse”. (Folha de S. Paulo, 2017).

O caso que desencadeou esse artigo nos faz refletir sobre a aparente culpabilização do aluno quando esse, as portas da qualificação de seu doutorado não alcançou o desempenho que esperava e como a máxima de nossos dias que nos cobra resultados positivos constantes podem levar a um grande acúmulo de frustrações e desencantamento.

A pós-graduação, como um estágio avançado do ensino superior, cobra de seus alunos bom desempenho em suas atividades e essas são continuamente avaliadas e quantificadas, para um ambiente de “motivação”, “estímulo” e cobrança; não adequar-se a tal espaço é fracassar em concluir positivamente as metas estabelecidas.

Mello lembra que as áreas experimentais - como a do estudante que morreu - trazem um complicador a mais. “Às vezes um equipamento quebra, um reagente não chega e o trabalho fica parado. Estar sujeito a circunstância que não dependem de você é angustiante” (Folha de S. Paulo, 2017).

Optamos por trazer esse trecho, pois ele elucida muito bem a questão do desempenho, a última frase resume as angústias de nossa geração “Estar sujeito à circunstâncias que não dependem de você é angustiante”. Em nossa sociedade na qual somos completamente dependentes do ofício de uma infinidade de trabalhadores é possível que algo dependa exclusivamente de nós? Visto a quantidade exorbitante de agentes presentes e influentes no resultado final de qualquer projeto, é criado um paradoxo dentro da “sociedade do desempenho”, pois ela prega a responsabilização dos indivíduos, sem considerá-los pertencentes de um sistema sócio-político-cultural. Essa noção de sermos independentes e autossuficientes não seria decorrência do intensificado processo de alienação do trabalho? O jovem que faleceu sentia-se absurdamente angustiado por sua pesquisa não estar caminhando da forma que ele havia planejado (e não devemos deixar de considerar que poderia haver diversos outros fatores que o levaram ao extremo do suicídio) e como ele era dependente de diversos fatores que fugiam completamente ao seu controle. Neste debate agrega-se a discussão sobre o tédio profundo, compreendido como mais um dos sintomas desta nova forma de viver, que esta sendo delineada na sociedade capitalista atual.

O excesso de positividade se manifesta também como excesso de estímulos, informações e impulsos. Modifica radicalmente a estrutura e economia da atenção. Também a crescente sobrecarga de trabalho torna necessária uma técnica específica relacionada ao tempo e à atenção, que tem efeitos novamente na estrutura da atenção. (HAN, 2015, p. 31).

O autor faz referência à técnica de multitarefa, que para ele não é um avanço

civilizatório, ao contrário, refere-se a um retrocesso, pois a técnica de multitarefa é amplamente disseminada entre animais em estado selvagem. Han verifica que os animais utilizam da multitarefa em suas atividades diárias, pois seu estado selvagem os obriga a parcelar sua atenção entre diversas atividades diferenciadas, que acaba por não deixar que eles entrem em um estado contemplativo da atividade que exerce. Nós, seres detentores de razão e agora fora da selvageria, fizemos uso indiscriminado da atenção exclusiva em atividades nobres como a filosofia. Nos dias atuais, estamos perdendo a capacidade de focarmos apenas em uma atividade e até mesmo de nos permitir sentir o tédio. Tédio é uma palavra de teor quase blasfêmico, já que a constituição de nossa sociedade é toda voltada para nos impedir de sentir qualquer coisa parecida com o tédio.

Uma rápida observação nos assentos dos metrô das grandes cidades nos mostraria como nossa sociedade repugna o tédio; a grande maioria dos passageiros estão entretidos com os seus smartphones, a outra metade está lendo algum livro e o restante, ou seja, a minoria, está aflita com o fim da bateria ou conversando com algum companheiro de viagem. Perdemos a contemplação de nossos pensamentos e devaneios.

Agora caminhemos para a análise da duração de um mestrado e doutorado; nas gerações anteriores, um mestrando ou doutorando ficava em suas pesquisas por muitos anos, chegando a concluir suas teses ao final de pelo menos uma década, já na nossa sociedade do desempenho, os que ingressam na academia em busca de titulação tem entorno de seis/sete anos para concluir sua caminhada e adquirir o título de doutores; mas se olharmos comparativamente, com o tempo reduzido o estudante passa a fazer uso frequente e constante da ferramenta de multitarefa, já que, no mesmo momento em que cursa as aulas, ele também pensa em sua dissertação ou tese, se apropria da bibliografia, reúne materiais para a pesquisa, coleta dados, etc. Ou seja, os programas de pós-graduação ao cortarem o tempo de formação dos futuros mestres e doutores não estão avançando na quantidade e qualidade das pesquisas, mas sim, estão retrocedendo e diminuindo os critérios de qualidade, pois, para qualquer pesquisador o tédio, o tempo e o aporte material são indispensáveis para a qualidade final de suas pesquisas.

E a consequência de colocar os estudantes em modo multitarefa está mostrando o quão prejudicial e sintomático é essa atitude, nossos estudantes estão cada vez mais deprimidos, infelizes e angustiados; sentindo-se mais e mais incapacitados diante do pouco tempo para dedicação das pesquisas e da gigantesca carga de cobrança por parte dos órgãos que compõe a pós-graduação, que em sua insaciável busca por resultados não tem observado e respeitado a saúde mental de seus alunos e também, professores.

Como último aspecto desta situação, podemos considerar o conceito da sociedade do cansaço, pois para Han (2015) trata-se de um cansaço que tem a característica de ser persistente:

[...] a sociedade do desempenho e a sociedade ativa geram um cansaço e esgotamento excessivos. Esses estados psíquicos são característicos de um mundo que se tornou pobre em negatividade e que é dominado por um excesso de positividade. (HAN, 2015, p.70)

Ou seja, ao trocarmos os paradigmas da negatividade pelos os da positividade estamos criando indivíduos que deixaram de ter “mestres” que lhe impunham obrigações e obediência para indivíduos que passaram a desempenhar a função de “projetos” de suas próprias vidas; que deixaram de se submeter ao outro para submeter-se a si mesmo e vivendo em tal sociedade, acreditando não haver nada inalcançável visto as infinitas possibilidades existentes na sociedade – cansada – do desempenho. Pensemos, o quão desgastante é para um trabalhador ter dentro de si o seu chefe, ou no nosso caso, para um pesquisador conviver durante as 24 horas do dia com o seu orientador, cobrando-lhe os resultados da pesquisa, a publicação de artigos, o fichamentos dos livros recomendados, etc. Nunca haverá orientador mais rigoroso do que o que vive dentro de nós.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Segundo a reportagem do jornal Folha de São Paulo (2017): “Deixou, numa lousa que havia no local, uma mensagem em que dizia estar cansado de tentar, de ter esperança e de viver. O texto termina com a expressão em inglês “I’am just done” (Para mim, chega”, em tradução livre).” Reiteramos essa passagem da reportagem pois nela contem o centro de nossa análise, tornando-se assim a expressão máxima de como estamos percorrendo nossas vidas, rumo ao esgotamento.

É para a contemplação do abismo que a sociedade do desempenho tem nos levado, e de lá podemos observar o cansaço estampado no rosto de todos os indivíduos que a compõem; viver com a cobrança de que somos os únicos responsáveis por nossos resultados é como viver eternamente em cima de uma cadeira de apenas três pernas com uma corda enrolada no pescoço, se nos desequilibrarmos a culpa será toda nossa, mas o que não estão nos contando é que nascemos em tais condições e que se manter equilibrado é absolutamente exaustivo. E pela mensagem deixada pelo aluno-pesquisador podemos deduzir que ele chegou à exaustão máxima e optou por dar fim a sua vida.

Em *O mito de Sísifo*, Camus escreve uma passagem instigante:

O cansaço está no final dos atos de uma vida mecânica, mas inaugura ao mesmo tempo o movimento da consciência. Ele a desperta e desafia a continuação. A continuação é o retorno inconsciente à mesma trama ou o despertar definitivo. No extremo do despertar vem, com o tempo, a consequência: suicídio ou restabelecimento. Em si, o cansaço tem alguma coisa de desanimador. Aqui, eu tenho de concluir que ele é bom. Pois tudo começa com a consciência e nada sem ela tem valor. (CAMUS, 1989, p. 14).

Para o argelino, o cansaço é o processo final de uma vida de alienação, mas é possível que através dele também se crie consciência da potência de vida e escolhas. Há então dois caminhos: “suicídio ou restabelecimento”, no caso do jovem pesquisador a escolha tendeu para o basta final. É nessa reflexão que devemos olhar para nós mesmos não como uma máquina de resultados e expectativas alcançadas, metas concluídas ou prazos finalizados, mas sim, como seres detentores de uma potência gigantesca de possibilidades que estão muito além das convenções monetárias e do desempenho posto numa tabela; somos mais, somos melhores e compostos por diversas camadas e dimensões de complexidade, não podemos e nem devemos ser julgados por uma parte ínfima de nossas atividades e sim, pelo conjunto que nos forma. Todas as vezes que estamos exaustos fisicamente, sabemos que a solução é descansarmos, que isso sirva para a nossa saúde mental, sempre que estivermos no limite da cobrança e cansados demais para dizer não, que busquemos ajuda e mais, que as Universidades possam manter centros de tratamentos psicológicos à disposição de toda a comunidade acadêmica, pois, ela é responsável por todos os membros que a mantem funcionando. Se a Academia é o “templo do saber” que ela possa ser o refúgio de todos que devotam a vida para mantê-la.

Sendo assim, concluímos que o capitalismo tem sido bastante eficaz com a ideia de superar a exploração dos indivíduos por outros e implantando uma ideia ainda mais nociva e eficiente, a exploração de si mesmo. O suicídio dentro de um dos cursos de pós graduação da Universidade de São Paulo – USP – a mais aclamada universidade do país, deve levantar todos os alertas sobre a maximização da cobrança de desempenho de seus alunos e nos alertar sobre a nefasta implantação da lógica produtivista dentro de seus portões. É necessário que possamos rever essa lógica, pois ela está adoecendo e uma parte significativa de alunos e professores, a Instituição deve prestar para além do aporte material e educacional, o auxílio e apoio à saúde mental de todos os membros que compõem a comunidade acadêmica, e ainda, tentar coibir que mais episódios como esse se repitam, pois no lugar em que se floresce o conhecimento, aprendizagens e pode-se dizer – a própria vida; não deveria haver espaço para o cansaço, o esgotamento e por fim, a morte como expressão de um cansaço persistente.

Camus nos fala com bastante propriedade do absurdo da vida, e partindo dessa discussão por ele iniciada, fazemos a defesa permanente dela e de sua manutenção, mesmo nos momentos em que somos levados ao máximo de nossas atividades, devemos ter sempre em mente e de certa forma, no espírito, que apesar de todas as contradições, paradoxos e incertezas, viver ainda é um ato de resistência perante tantos percalços.

O desempenho positivo ou negativo é apenas uma das expressões que deixamos pela vida, pois ele se restringe as questões relacionadas ao nosso trabalho e por tanto, está na categoria quantificável da vida. As marcas subjetivas não podem ser medidas, somadas ou contadas, sendo elas: as emoções que despertamos; a influência que

exercemos; o amor que desencadeamos; etc – elas são parte substancial da vida e por isso devem ser colocadas como essenciais.

No artigo *O mito de Sísifo: a decisão de viver ou suprimir a vida* de Milene Fontes de Menezes Bispo e Roberto Sávio Rosa - temos uma contribuição grandíssima sobre a questão do suicídio em Camus.

Para os autores:

Camus afirma que o suicídio é arquitetado no coração do homem, em um momento de angústia ou em um momento de quietude com os pensamentos que mais o atormentam. (BISPO e ROSA, 2013, p. 25).

E segundo a análise deles, a consequência lógica do absurdo da vida é a revolta e não o suicídio. O suicídio é o cessar de tudo, o final da guerra contra os paradoxos. Já a revolta é a tentativa de não sucumbir ao suicídio e persistir no caminho da vida, da esperança, da luta.

Portanto, compreendendo que as razões que levaram o jovem estudante ao suicídio podem ser das mais complexas e variadas razões, ainda assim, buscamos mostrar que a revolta pode ser um caminho para o homem do século XXI, ela pode ser o norte que tem nos faltado.

A definição de revolta segundo o dicionário Larrouse (2009) é:

s.f. t. 1. Ato ou efeito de revoltar (-se). 2. Manifestação contra a autoridade estabelecida; rebelião, insurreição. 3. Rebelião, insubmissão. 4. Alvorço, tumulto, desordem. 5. Indignação, repulsa. (p. 725).

Assim sendo, que lutemos por uma sociedade composta por sujeitos que sejam revoltados, que se manifestem contra a autoridade estabelecida da “sociedade do cansaço” e que manifestemos a nossa indignação e repulsa perante os desmantelamentos, o esgotamento e o cansaço.

REFERÊNCIAS

BISPO, Milena F. de M., ROSA, Roberto S. **O mito de Sísifo: a decisão de viver ou suprimir a vida**. *Filosofando: Revista de Filosofia da UESB*. Ano 1. Número 2. Dezembro de 2013. ISSN: 2317-3785.

CAMUS, Albert. **O mito de Sísifo**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1989.

HAN, Byung-Chul. **Sociedade do Cansaço**: tradução de Enio Paulo Giachini – Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

JAPPE, Anselm. **Crédito à morte – A decomposição do capitalismo e suas críticas**. São Paulo: Hedra, 2013.

LAROUSSE, **Minidicionário Larousse da língua portuguesa/ Larousse do Brasil**; co-autoria: Laiz Barbosa de Carvalho. 3. ed. São Paulo: Larousse do Brasil, 2009.

MORAES, Fernando Tadeu. **Suicídio de doutorando da USP levanta questões sobre saúde mental na pós**. Folha de São Paulo. São Paulo. 27 de out. 2017. Caderno Ciência. Disponível em: < > Acesso em: 29 dezem. 2017.

UMA DISTORÇÃO CONCEITUAL: INFORMALIDADE E EMPREENDEDORISMO

Thiago Brandão Peres

Universidade do Estado do Rio de Janeiro –
UERJ, Instituto de Estudos Sociais e Políticos –
IESP
Rio de Janeiro – RJ

RESUMO: É digno de nota o poder de persuasão que o tema do empreendedorismo suscita em diferentes grupos políticos, institutos de pesquisa, intelectuais, entidades públicas e privadas. Em certa medida, parecem orientados por uma ética da convicção que os conforma, sem pestanejar, às máximas e jargões das *bussiness schools*. O presente artigo investiga as relações teórico-empíricas entre informalidade e empreendedorismo no Brasil e seus desdobramentos políticos correspondentes. Pretende-se demonstrar que atribuir aos trabalhadores informais o epíteto de empreendedores produz, no plano teórico, uma “torção conceitual”, a qual, i) fornece novas lentes para enxergar retrospectivamente nosso passado ao imputar um suposto “espírito” capitalista original aos trabalhadores pobres e marginalizados que buscavam obter meios de vida em uma sociedade desigual e mercantilizada; ii) justifica nosso presente, ao associar empreendedorismo e crescimento econômico e fazer da trajetória típica de inserção ocupacional no Brasil, marcada pela díade

vulnerabilidade e precariedade, uma trajetória virtuosa; iii) limita nosso futuro, produzindo consenso em torno da necessidade de medidas liberalizantes ao persuadir o imaginário social de que os obstáculos ao empreendedorismo são a alta carga tributária, taxa de juros elevada, leis trabalhistas ultrapassadas, em suma, o jargão “excesso de Estado na economia”.

PALAVRAS-CHAVE: Trabalho. Trabalhadores. Informalidade. Empreendedorismo.

ABSTRACT: It is noteworthy the power of persuasion that the theme of entrepreneurship arouses in different political groups, research institutes, intellectuals, public and private entities. In a way, they seem guided by an ethics of conviction that conforms them to business schools’ maxims and jargons. This paper investigates the theoretical-empirical relations between informality and entrepreneurship in Brazil and their corresponding political outcomes. It intends to demonstrate that attributing the epithet of entrepreneurs to informal workers produces, on the theoretical level, a “conceptual distortion”, which i) provides new lenses to retrospectively view our past by imputing a supposed original capitalist “spirit” to poor and marginalized workers who sought livelihoods in an unequal and commodified society; ii) justifies our present, by associating entrepreneurship and economic growth and by turning the typical

trajectory of occupational insertion in Brazil, marked by the vulnerability and precarious dyad, into a virtuous trajectory; (iii) limits our future since it produces consensus on the need for liberalizing measures by persuading the social imaginary that the obstacles to entrepreneurship are the high tax burden, high interest rates and outdated labor laws, in short, the jargon “excessive state intervention in the economy”.

KEYWORDS: Work. Workers. Informality. Entrepreneurship.

1 | INTRODUÇÃO

De fato, o empreendedorismo está na ordem do dia. Embora não esteja clara a origem do fervor, Swedberg (2000) data a alavancada dos debates sobre o tema ao redor dos anos 1980. Argumenta que a permanência de sua força discursiva se localiza na interação de uma série de fatores, os quais podem ser resumidos na observada inflexão da orientação político-econômica (do keynesianismo para uma radical ideologia pró-mercado) capitaneada por Thatcher e Reagan nos anos 1979-1980 associado a uma profunda preocupação com o desemprego industrial crescente.

Esse último ponto é importante porque indica, em parte, uma diferença estrutural fundamental na configuração do mercado de trabalho dos países ditos centrais e periféricos quando tratamos de empreendedorismo: a experiência da generalização do assalariamento. No período e nos países que Swedberg sugere o avanço dos debates sobre o tema, o trabalho industrial encolhia a olhos vistos. Dessa forma, empreender se apresentou como solução ao desemprego iminente e corroborou a percepção geral de que a criação de novas empresas proporcionará postos assalariados em quantidade suficiente para todos. Por seu turno, a “escolha” por vias próprias, criativas e voluntárias ou compulsórias é elemento central das oportunidades de vida no Brasil e na América Latina. Em outras palavras, a estrutura socioeconômica latino-americana é incapaz de fornecer posições assalariadas a todos. Portanto, é de se esperar pela “naturalidade” (CARDOSO, 2016) dos projetos e aspirações de trabalhar por conta própria e o trabalho informal figura entre as opções disponíveis.

O objetivo do presente texto é demonstrar que abordar a “naturalidade” supramencionada enquanto empreendedorismo é operar, no plano teórico, uma *distorção conceitual*. Em suas últimas consequências, confere-se aos trabalhadores informais o epíteto de empreendedores, tratando-os como indivíduos imbuídos de um hipotético espírito capitalista incapaz de se realizar plenamente e promover crescimento econômico por conta do excesso de intervencionismo estatal.

2 | INFORMALIDADE: VEREDAS

A literatura especializada sobre a informalidade convencionou associar a origem do termo à Hart (1973), antropólogo inglês que pesquisou as oportunidades de renda e

emprego urbano em um bairro pobre (Accra) de Gana. Em seu estudo, a informalidade, ou como denomina o autor, o setor informal, é o conceito que permite demonstrar como a camada mais pobre da população do país obtém renda (por vias legais ou ilegais) em uma estrutura produtiva incapaz de absorver o contingente populacional que migrava do campo para cidade. Entretanto, a ampla difusão do termo ocorreu a partir de sua adoção no relatório da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre a estrutura produtiva e do emprego no Quênia no início dos anos setenta (ILO, 1972). Realizado no âmbito do Programa Mundial de Emprego, um dos propósitos do relatório era responder às questões suscitadas pelas teorias da modernização, as quais argumentavam que o segmento moderno da economia absorveria o setor tradicional tal “como a locomotiva fez com o carrinho de mão” (HUGON, 1997, p. 33). Na contramão da referida teoria, as pesquisas levadas a cabo pela OIT demonstravam uma clara coexistência de tecnologias e de unidades de produção em escalas e modos de organização distintos.

A incorporação do conceito na América Latina foi profundamente influenciada pelos estudos promovidos pela CEPAL. Nesse contexto, o setor informal é compreendido “como resultado de la presión ejercida por el excedente de oferta de mano de obra y la insuficiente creación de empleo, en particular de buenos empleos.” (TOKMAN, 2011, p. 18). Na síntese de Tokman e Souza (1976), as pessoas são impelidas a encontrar ou criar atividades, em geral, vendendo ou produzindo mercadorias com pouco valor agregado e obtendo por meio delas baixíssimos rendimentos, o necessário para garantirem sua sobrevivência.

Até o final da década de 1970 e ao longo dos 1980, algumas interpretações adquirem maior difusão ao vincularem o setor informal às necessidades de aumentar as margens de lucro das grandes empresas. Isso foi obtido, sobretudo, pela descentralização da produção e do trabalho. Desse modo, as formas de subcontratação produziram uma gama de relações subordinadas – desde os subcontratos diretos às atividades supostamente desenvolvidas de forma autônoma –, mas que, na prática, cumprem o papel fundamental de reduzir o custo da mão-de-obra. Essas novas formas de vinculação entre as empresas formais e informais é resultado da necessidade de descentralizar a produção a fim de adequarem-se às mudanças no interior da divisão internacional do trabalho e às exigências de um mundo cada vez mais globalizado:

The cash economy is expanding in the microeconomic realm, while barter is becoming a crucial feature of international exchange. New legions of would-be workers are entering a casual labor market, where a new breed of entrepreneurship is on the make. The informal economy simultaneously encompasses flexibility and exploitation, productivity and abuse, aggressive entrepreneurs and defenseless workers, libertarianism and greediness. And, above all, there is disenfranchisement of the institutionalized power conquered by labor, with much suffering, in a two-century-old struggle. (PORTES; CASTELLS; BENTON, 1989, p. 11).

Nestes termos, percebe-se como o setor informal representa uma dupla função:

a deterioração do poder sindical por parte dos trabalhadores e a redução de custos por parte das empresas. Também lhe é conferido um caráter mais universal, pois a literatura compreende que esse “setor” existe tanto no interior dos países em desenvolvimento quanto nos desenvolvidos, além de facilitar a penetração nos mercados internacionais mediante “el desarrollo de ventajas comparativas espúrias” (TOKMAN, 2011, p. 19)¹. Também nos anos 1980, outra interpretação adquiriu certa notoriedade ao apontar que a informalidade é, principalmente, resultado do excesso de regulamentação estatal. De Soto (1987) analisa as mudanças das cidades peruanas a partir da história do movimento de migração ocorrido no interior do país. Seu objetivo central é demonstrar que o motor da modernização não é a formalização das atividades informais, e sim, a criação de pequenos e médios negócios. A formalização, pelo contrário, restringiria a expansão produtiva das atividades informais inibindo o potencial empreendedor dos indivíduos.

Segundo o autor, a migração de grupos que foram historicamente isolados inverteu o predomínio rural da população em favor dos centros urbanos. Esse deslocamento, fruto dos investimentos em infraestrutura e mobilidade urbana e aumento da probabilidade de obtenção de melhor remuneração nas cidades – apesar dos riscos relativos de desemprego – sugere que a migração não é um ato irracional ou instintivo, mas um produto da observação racional das possibilidades ofertadas aos camponeses. Contudo, ao chegarem às cidades, os migrantes encontram uma recepção hostil, pois os programas de assistência e desenvolvimento eram basicamente voltados ao progresso do camponês em seu próprio território. Ocorre que tais programas foram criados com o objetivo de satisfazer as necessidades e apoiar as prerrogativas de certos grupos predominantes das cidades e, lateralmente, isolar geograficamente os camponeses no âmbito rural dificultando a obtenção, pelas vias legais, de habitação, educação e, especialmente, trabalho. Foi dessa maneira que, para subsistir, os migrantes se converteram em informais. Nesses termos, a informalidade configura-se como uma “zona de penumbra que tem uma extensa fronteira com o mundo legal e onde os indivíduos se refugiam quando os tributos para cumprir as leis excedem os seus benefícios” (DE SOTO, 1987, p. 46). Por tributos entende-se a morosidade da burocracia e os altos custos envolvidos para a formalização.

Embora a argumentação desenvolvida pelo autor seja astuta, sua principal fraqueza consiste em reduzir a complexidade da problemática em questão para apenas um elemento: o excesso de Estado. Ou nas palavras de Llosa: “El problema no es la economía informal sino el Estado. Aquella es, mas bien, una respuesta popular espontanea y creativa ante la incapacidad estatal para satisfacer las aspiraciones

¹ Por força dos limites do presente texto, não podemos nos aprofundar nos debates posteriores, em especial, a adoção pela OIT do conceito de economia informal, mais condizente com as novas dinâmicas do mercado de trabalho identificada em diferentes partes do mundo; e, particularmente, os esforços de reelaboração conceitual do termo, a saber, Processo de Informalidade e “nova informalidade, as fronteiras porosas entre o formal/informal, legal/ilegal e o ilícito e a proposta que trata a informalidade como uma forma social do trabalho. Sobre os esforços mencionados, conferir (PERES, 2015a, 2015b).

mas elementales de los pobres.” (1986, p. 20). Como resume Barbosa (2009), desde o começo “a solução do enredo já se sabe de antemão. O supostamente ilegal deve substituir o falso legal, de forma a que o informal preencha o lugar do formal.” (idem, p. 26). Na crítica de Gonzáles (1991), o modelo proposto trata as atividades informais como expressão de um suposto espírito empresarial impedido de se realizar plenamente por conta do intervencionismo estatal:

A partir de esta premissa De Soto elabora su sugerente y explícito programa de introducir a los informales como el renglón estratégico de ese “empresariado difundido” que sería la base del desarrollo Latinoamericano. Subyaciendo a su propuesta encontramos otro programa que no aparece explícitamente pero que él comparte con toda la nueva derecha. “El programa no escrito de la nueva derecha – dice Lauer – incluye la exigencia de que se reconozca que la esencia de la naturaleza humana es el egoísmo individualista, que los sectores menos humanistas de la burguesía llaman ‘libertad’ en abstracto”. Subyaciendo, pues, encontramos la tesis del individualismo posesivo como la base de su “otro” Sendero. (GONZÁLES, 1991, p. 247).

O cerne da proposta de De Soto e do Instituto Libertad y Democracia (ILD), do qual era o principal expoente, não poderia ser diferente: transformar radicalmente o Estado, diminuir seu peso na economia para libertar as forças criativas e dinâmicas da sociedade peruana. Impossível não situar o estudo empreendido como uma solução que se adequava perfeitamente aos interesses das organizações internacionais e elites econômicas latino-americanas: “em uma palavra, o informal passava agora a ser funcional também ideologicamente.” (BARBOSA, 2009, p. 27).

3 | EMPREENDEDORISMO: VEREDAS

Guardadas as devidas proporções, não seria exagero afirmar que o conceito de empreendedorismo nasce, emerge e se difunde contendo fortemente um componente ideológico em seu interior. É sob sua batuta conceitual que o capitalismo encontra a justificativa ideológica a reger instituições e grupos políticos para a promoção do empreendedorismo em países, regiões, cidades, bairros, ou mesmo políticas públicas focadas em grupos sociais específicos.

Credita-se à Schumpeter (1961 [1942]), economista e cientista político austríaco, a difusão do termo empreendedor. Elemento chave em sua teoria, ao “inserir novas mercadorias ou novos métodos de produção ou ainda novas oportunidades comerciais” (idem, p. 54) o empreendedor gera certos desequilíbrios nos mercados com sua inovação que, ao se restabelecerem-se, promovem o crescimento econômico de um determinado país. Esta é a linha de raciocínio do conceito de “destruição criadora” (idem, p. 108) proposto pelo autor, a qual forneceu as bases fundamentais para um novo horizonte de pesquisas sobre empreendedorismo e, mais importante, sua relação positiva com o crescimento econômico.

Não há exatamente uma definição rigorosa do conceito de empreendedorismo. Diferentes áreas do conhecimento (direito, economia, psicologia, administração, sociologia, entre outras) detiveram-se sobre o tema, cujo resultado é uma infinidade de interpretações baseadas em múltiplas definições e construídas sob orientações teóricas distintas. Ahmad e Seymour (2008) elaboraram um quadro explicativo contendo um breve resumo de alguns dos principais autores (TABELA 1). Mais recentemente, para Carton, Hofer e Meeks, o empreendedorismo é “the pursuit of a discontinuous opportunity involving the creation of an organization (or sub-organization) with the expectation of value creation to the participants (1998, p. 11). Sarkar (2007) vai ainda mais longe e associa empreendedorismo com um processo de identificação, desenvolvimento e captação de uma ideia para a vida, tornando sua definição ainda mais vaga.

Além das definições supramencionadas, o empreendedorismo pode vir acompanhado de qualificativos, direcionando a argumentação para a existência de diferentes tipos de empreendedorismo. Como bem exemplifica Gomes (2013), há o empreendedorismo por necessidade, oportunidade, ético, eletrônico, familiar, comunitário, na terceira idade e nos jovens. De fato, não há uma definição consensual.

Entretanto, há uma avaliação geral sobre a dificuldade de compreender o papel do empreendedorismo no crescimento econômico dos países, seja pela, digamos, inconveniência de lidar com as múltiplas definições do termo, seja pela carência de dados compatíveis que permitam fornecer uma base consistente para comparações entre países. Diferentes instituições detiveram-se a, por um lado, suprir essa insuficiência teórica, e por outro, promover as ideias em torno do empreendedorismo”. Entre as mais conhecidas estão a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), International Business and Entrepreneurship (IBE), o World Bank Group Entrepreneurship Survey (WBGES), Comparative Entrepreneurship Data for International Analysis (COMPENDIA) e o Global Entrepreneurship Monitor (GEM). No Brasil, há importantes instituições promotoras do empreendedorismo. Entre elas estão: a ENDEAVOR Brasil ; o Instituto Brasileiro de Qualidade e Produtividade (IBPQ), que realiza anualmente a pesquisa do GEM no território brasileiro desde os anos 2000 ; o Centro de Empreendedorismo e Novos Negócios da Fundação Getúlio Vargas (FGVcenn) ; entre outras. Entretanto, cabe ao Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) o papel de principal instituição brasileira a promover o empreendedorismo no Brasil.

Mesmo mediante todos os esforços de instituições e organismos internacionais, como bem aponta, Salgado-Banda (2005), na ausência de medidas realmente eficazes para quantificar o empreendedorismo, sua relação com o crescimento econômico de uma região ou país encontram-se melhor fundamentados teoricamente do que demonstrado empiricamente. De acordo com a OCDE, a dificuldade na quantificação do empreendedorismo advém da ausência de consenso sobre a identificação de um conjunto de indicadores consistentes e funcionais. Para Gomes, os estudos empíricos confirmam os benefícios do empreendedorismo, entretanto, “muitas vezes,

os resultados são pouco robustos e conclusivos quanto à dimensão do impacto e aos mecanismos que mais afetam as variáveis da economia real” (2013, p.187). Vejamos dois exemplos.

Stel, Carree, e Thurik investigam, a partir dos dados de trinta e seis países fornecidos pelo GEM, se a atividade empresarial total (TEA) influencia o crescimento do PIB. O resultado é intrigante, pois “we find that the TEA rate has a negative effect for the relatively poor countries while it has a positive effect for the relatively rich countries” (2005, p. 318). Nestes termos, os autores propõem duas interpretações, i) o número insuficiente de grandes empresas presente nos países pobres; ii) o baixo capital humano – representado pelos “‘marginal’ entrepreneurs (shopkeepers)” (idem, p.319) – se comparado aos empreendedores inovadores de países ditos mais desenvolvidos e ligados às áreas de tecnologia, por exemplo.

Seguindo raciocínio semelhante, Barros e Pereira (2008) propuseram-se a investigar os efeitos da atividade empreendedora no crescimento econômico e na taxa de desemprego a partir em 853 municípios de Minas Gerais. Obtiveram como resultado que quanto maior a atividade empreendedora do município, menor a taxa de desemprego. Entretanto, quanto maior a atividade empreendedora, nos anos 2000, verificou-se um menor crescimento do PIB nos três anos seguintes. A interpretação dos autores sugere que isso ocorre porque o tipo de empreendedorismo predominante é o empreendimento por necessidade.

[...] quando a economia local é dinamizada pela instalação ou expansão de empresas de maior porte, a taxa de atividade empreendedora cai, porque os trabalhadores por conta-própria conseguem empregos de maior produtividade e rendimento nessas empresas. [...]. Ao contrário do empreendedor inovador que fareja uma oportunidade de negócio, o empreendedor por necessidade pouco contribui para o dinamismo da economia local. Obviamente que sua atividade, mesmo quando de baixa produtividade e renda, constitui uma ocupação alternativa ao desemprego. (idem, p.983-989).

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

É digno de nota o poder de persuasão que o tema do empreendedorismo suscita em grupos políticos das mais diferentes orientações, institutos de pesquisa e intelectuais, entidades públicas e privadas. Em certa medida, parecem orientados por uma “ética da convicção” (WEBER, 2004, p.113), que os conforma sem pestanejar às máximas e jargões das bussiness schools. Jornais, revistas, entrevistas propagandeiam os “casos de sucesso” do empreendedorismo no Brasil e no mundo, instruem passo a passo os procedimentos legais para obtenção do registro no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), apregoam que o problema para o empreendedorismo é o excesso de Estado na economia, a alta carga tributária, direitos trabalhistas ultrapassados e o baixo grau de escolaridade dos brasileiros se comparado aos índices dos países ditos centrais. Nas redes sociais digitais proliferam associações profissionais, convites,

seminários, conferências e workshops, cursos motivacionais online e presenciais, cartilhas institucionais, blogs pessoais sobre a criação e manutenção de empresas e os benefícios de ser seu próprio chefe. Nas livrarias, biografias enfatizam as qualidades dos grandes empreendedores, o que fizeram para superar seus desafios e continuar “vencendo na vida”.

Se admitirmos uma problemática como um conjunto de fenômenos, agrupados por força teórica, cujo conteúdo em comum é resistente à mudança, embora sua forma (de cada fenômeno ou do conjunto em geral) renove-se constantemente, podemos identificar a distorção conceitual entre informalidade e empreendedorismo como uma renovação em torno da problemática da incapacidade da estrutura socioeconômica em incorporar a todos em posições dignas e plena de direitos. Conseqüentemente, essa distorção i) fornece novas lentes para enxergar retrospectivamente nosso passado ao imputar um suposto “espírito” capitalista original aos trabalhadores pobres e marginalizados que buscavam obter meios de vida em uma ordem social e econômica mercantilizada; ii) justifica nosso presente, ao associar empreendedorismo e desenvolvimento econômico e fazer da trajetória típica de inserção ocupacional marcada pela díade vulnerabilidade e precariedade uma trajetória positiva; iii) limita nosso futuro, produzindo consenso em torno da necessidade de medidas liberalizantes ao persuadir o imaginário social que dentre os obstáculos ao empreendedorismo estão a alta carga tributária, taxa de juros elevada, necessidade de “modernização” das leis trabalhistas, eufemismos para o jargão “excesso de Estado na economia”.

REFERÊNCIAS

AHMAD, N.; SEYMOUR, R. **Defining Entrepreneurial Activity: Definitions Supporting Frameworks for Data Collection**. The University of Sydney, Australia. 2008.

BARBOSA, A. F. **O conceito de Trabalho Informal, sua evolução histórica e o potencial analítico atual: para não jogar a criança fora junto com a água do banho**. In: OLIVEIRA, R.V.; GOMES, D.; TARGINO, I. (Org.). *Marchas e contramarchas da informalidade do trabalho*. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2011. p. 105-159.

_____. **De “Setor” para “Economia” Informal (O debate das últimas três décadas)**. In: SEMINÁRIO A AVENTURA DE UM CONCEITO, 2009, São Paulo. *De “Setor” para “Economia Informal”: Aventuras e Desventuras de um Conceito*. São Paulo: USP, 2009, p. 1-40. Disponível em: <http://www.fflch.usp.br/centrodametropole/antigo/v1/texto_sem_2009_barbosa.pdf>.

BARROS, A.; PEREIRA, C.; **Empreendedorismo e Crescimento Econômico: uma Análise Empírica**. RAC, Curitiba, v. 12, n. 4, p. 975-993, Out./Dez. 2008

CACCIAMALI, M. C. **Um estudo sobre o setor informal urbano e formas de participação na produção**. 1982. Tese (Doutorado em Economia) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 1982.

CARDOSO, A. **Informality and public policies to overcome it. The case of Brazil**. Revista Sociologia & Antropologia. V.06, n.02. Maio/agosto. 2016. p. 322-349. Disponível em: <http://revistappgsa.ifcs.ufrj.br/wp-content/uploads/2016/09/2_Sociologiaantropologia_ano6v06n02_AdalbertoCardoso.pdf>

- CARTON, R.; HOFER, C.; MEEKS, M. **The entrepreneur and Entrepreneurship: Definition of their Role in the Society**. Georgia University. 1998.
- DE SOTO, H. **Economia subterrânea: uma análise da realidade peruana**. Rio de Janeiro: Globo, 1987.
- GOMES, S. **Empreendedorismo e crescimento econômico na OCDE**. Tese de doutorado. Universidade de Santiago de Compostela. 2013. p. 353.
- GONZÁLEZ, C. G. R. **El “otro” sendero: los presupuestos teóricos de Hernando De Soto**. *Realidad económico-social*, n. 19-24, p. 227-254, 1991. Disponível em: <<http://www.uca.edu.sv/revistarealidad/archivo/4e737b4d46ec3elotrosendero.pdf>>.
- HART, K. **Informal income opportunities and urban employment in Ghana**. *Journal of Modern African Studies*, Cambridge University Press, v. 3, n. 11, p. 61-89, 1973.
- HUGON, P. **O setor informal: balanço de 25 anos de trabalho**. *Ensaio FEE*, Porto Alegre, v. 18, n. 2, p. 32-63, 1997.
- INTERNATIONAL LABOR ORGANIZATION. **Employment, Incomes and Equality: A Strategy for Increasing Productive Employment in Kenya**. Geneva: ILO, 1972. Disponível em: <http://www.ilo.org/public/libdoc/ilo/1972/72B09_608_engl.pdf>.
- PERES, T. B. **Informalidade: Um conceito em busca de uma teoria**. 2015. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2015a.
- _____. **Informalidade: Um conceito em busca de uma teoria**. *Revista da ABET*, v. 14, n. 2. Julho a Dezembro de 2015.
- PORTES, A.; CASTELLS, M.; BENTON, L.A. **The Informal Economy: Studies in Advanced and Less Developed Countries**. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1989.
- SALGADO-BANDA, H. **Entrepreneurship and Economic Growth: An Empirical Analysis**. *Dirección de Estudios Económicos*, Banco de México. 2005.
- SARKAR, S. **Empreendedorismo e Inovação**. Lisboa: Escolar Editora. 2007.
- SCHUMPETER, J. **Capitalismo, Socialismo e Democracia**. Editora Fundo de Cultura. 1961.
- STEL, A.; van CARRE, M.; THURIK, R. **The effect of entrepreneurial activity on national economic growth**. *Small Business Economics*, Vol. 24, No. 3. Global Entrepreneurship Monitor (GEM). 2005. p. 311-32. Disponível em <<http://www.jstor.org/stable/40229425>>.
- SWEDBERG, R. **ENTREPRENEURSHIP. The social scient view of**. Oxford, 2000.
- TOKMAN, V. **Informalidad en América Latina: Balance y perspectivas de políticas**. *Revista Internacional de Estadística y Geografía*, México, v. 2, n.3, p. 16-31, set./dez. 2011. Disponível em: <http://www.inegi.org.mx/prod_serv/contenidos/espanol/bvinegi/productos/integracion/especiales/revist-inter/Revista%20Digital%204/Doctos/RDE_04_Art02.pdf>.
- WEBER, M. **Ciência e Política. Duas vocações**. Editora Cultrix. 2004.

A Superficial Review of Extant Definitions

The essential act of entrepreneurship is new entry. New entry can be accomplished by entering new or established markets with new or existing goods or services. New entry is the act of launching a new venture, either by a start-up firm, through an existing firm, or via 'internal corporate venturing'. **(Lumpkin & Dess, 1996)**

The field of entrepreneurship involves the study of sources of opportunities; the processes of discovery, evaluation, and exploitation of opportunities; and the set of individuals who discover, evaluate, and exploit them.

(Shane & Venkataraman, 2000)

Entrepreneurship is a context dependent social process through which individuals and teams create wealth by bringing together unique packages of resources to exploit marketplace opportunities. **(Ireland, Hitt, & Sirmon, 2003)**

Entrepreneurship is the mindset and process to create and develop economic activity by blending risk-taking, creativity and/or innovation with sound management, within a new or an existing organization. **(Commission of the European Communities, 2003)**

Entrepreneurs buy at certain prices in the present and sell at uncertain prices in the future. The entrepreneur is a bearer of uncertainty. **(Cantillon, 1755/1931)**

Entrepreneurs are 'pro-jectors'. **(Defoe, 1887/2001)**

Entrepreneurs attempt to predict and act upon change within markets. The entrepreneur bears the uncertainty of market dynamics. **(Knight, 1921, 1942)**

The entrepreneur is the person who maintains immunity from control of rational bureaucratic knowledge. **(Weber, 1947)**

The entrepreneur is the innovator who implements change within markets through the carrying out of new combinations. These can take several forms:

- the introduction of a new good or quality thereof,
- the introduction of a new method of production,
- the opening of a new market,
- the conquest of a new source of supply of new materials or parts, and
- the carrying out of the new organization of any industry. **(Schumpeter, 1934)**

The entrepreneur is always a speculator. He deals with the uncertain conditions of the future. His success or failure depends on the correctness of his anticipation of uncertain events. If he fails in his understanding of things to come he is doomed... **(von Mises, 1949/1996)**

The entrepreneur is co-ordinator and arbitrageur. **(Walras, 1954)**

Entrepreneurial activity involves identifying opportunities within the economic system. **(Penrose, 1959/1980)**

The entrepreneur recognizes and acts upon profit opportunities, essentially an arbitrageur. **(Kirzner, 1973)**

Entrepreneurship is the act of innovation involving endowing existing resources with new wealth-producing capacity. **(Drucker, 1985)**

TABELA 1

Extraído de AHMAD, N.; SEYMOUR, R. *Defining Entrepreneurial Activity: Definitions Supporting Frameworks for Data Collection*. The University of Sydney, Australia. 2008.

NAS FÍMBRIAS DO SISTEMA: AS OFICINAS DE TRABALHO INFORMAL DO CENTRO COMUNITÁRIO “NOVA MARÍLIA”- SÃO PAULO

Vanessa De Faria Berto

Pós-doutoranda (PNPD/CAPES) do Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal de Goiás-UFG. Mestre e Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista/UNESP, Campus de Marília.

RESUMO: A proposta deste trabalho, defendido e aprovado em Dissertação de Mestrado, é o conhecimento dos papéis históricos das trabalhadoras de oficinas comunitárias que compunham o quadro de membros do *Centro Comunitário Nova Marília* (SP). Através de intensa pesquisa etnográfica, pôde-se perceber que tais mulheres eram as principais provedoras de suas famílias, vivendo precariamente do trabalho informal e temporário, em atividades malvistas, equilibrando-se na linha tênue entre miséria e parca sobrevivência, tentando oferecer alguma perspectiva de futuro a seus filhos, engajando-se em movimentos locais de reivindicação de melhorias para sua comunidade (movimentos cuja organização se estabeleceu e se manteve, em grande parte, por conta do esforço delas). Vale ressaltar que o destaque dado ao Centro Comunitário do bairro justifica-se por ser o principal meio de se fazer reivindicações políticas, já que o lugar era frequentemente visitado por candidatos e políticos locais, que ali se apresentavam durante

campanhas ou vinham prestar contas de seus mandatos. Por fim, era o Centro Comunitário seu ponto de encontro por excelência; é ali que elas trabalhavam, faziam suas festas, rezavam seus cultos, promoviam campanhas de benfeitoria pública e, por vezes, durante esse processo chamado vida, conquistavam alguns direitos.

PALAVRAS-CHAVE: Feminismos. Oficinas de trabalho. Violência simbólica.

INTRODUÇÃO

A proposta deste trabalho foi uma tentativa de contribuir para o conhecimento dos papéis históricos das mulheres que compunham o quadro de membros do *Centro Comunitário Nova Marília* – o maior bairro do município de Marília - SP, localizado em sua região sul. É importante estabelecer que, quando nos referimos aos papéis sociais das mulheres, não falamos daqueles que são normativos e prescritos, mas, como nos coloca DIAS (1995), aludimos “às mediações sociais continuamente improvisadas no processo global de tensões e conflitos que compõem a organização das relações de produção, do sistema de dominação e de estruturação do poder”. Elas eram moradoras deste bairro periférico – portanto, pobre –, em sua grande maioria chefes e provedoras de suas famílias, que viviam precariamente do trabalho

informal e temporário, em atividades malvistas (inclusive por elas mesmas), que se equilibravam sobre a linha tênue que separa a miséria de uma parca sobrevivência, que tentavam oferecer alguma perspectiva de um futuro melhor a seus filhos, que se engajavam em movimentos locais de reivindicação de melhorias para sua comunidade (movimentos cuja organização se estabeleceu e se manteve, em grande parte, por conta do esforço delas), que tiveram de enfrentar e encontrar um jeito de conviver com preconceitos – os próprios e os alheios – todos os dias.

Vale ressaltar que o destaque dado ao Centro Comunitário do bairro justifica-se por ser a principal entidade de acesso à estrutura de poder que tais mulheres oficialmente tinham. Era através desse centro que conseguiam manter as oficinas de trabalho que, quando não representavam todo o sustento de suas casas, tinham significativa participação financeira para o mesmo fim. Também era a instituição o principal meio de se fazer reivindicações políticas, já que o lugar era frequentemente visitado por candidatos e políticos locais, que ali se apresentavam durante campanhas ou vinham prestar contas de seus mandatos. Por fim, era o Centro Comunitário seu ponto de encontro por excelência; é ali que elas trabalhavam, faziam suas festas, rezavam seus cultos, promoviam campanhas de benfeitoria pública e, por vezes, durante esse processo chamado *vida*, conquistavam alguns direitos.

Conquistas e retrocessos, aliás, uma vez que a história dessa luta, sendo concreta e não fictícia, apresenta também as formas como as próprias mulheres incorporam regras e modelos, tidos como *naturais* e perpetuados através de questões culturais e educacionais repassadas por gerações, que as mantém presas a espaços e papéis sacralizados.

A partir da observação e da análise da rotina cotidiana dessas mulheres, na improvisação de papéis informais, na potencialidade latente de conflitos e confrontos e, conseqüentemente, na multiplicação das formas de resistência e luta, foi possível perceber a ascensão de um fenômeno positivo: um movimento *feminino*, se assim o podemos chamar, que mostra que, de receptoras de benefícios, as mulheres têm se colocado na posição de conquistar e promover justiça social. Um movimento cuja preocupação não se restringe à luta pelo reconhecimento formal dos direitos das mulheres – embora isso não seja menos importante – mas que, através de ações efetivas, buscam articular responsabilidades e privilégios coletivos.

Nesse sentido, fez-se necessário aprofundar-nos nos discursos que traduzem as relações e representações dominantes das diferenças entre os sexos – representações estas, como afirmamos anteriormente, incorporadas pelas mulheres, via de regra – bem como entender as formas como tais sujeitos femininos transitam e reagem dentro desta esfera específica. Auxiliando-nos neste desafio, trabalhamos com o conceito de *violência simbólica*, desenvolvido por Pierre Bourdieu, junto do qual é possível apurar o *olhar* em relação às práticas cotidianas de resistência de tais sujeitos, mediante o modelo normatizador ao qual se submetem e são submetidos.

DESENVOLVENDO ALGUNS CONCEITOS

Para compreender a relevância de alguns conceitos de Bourdieu nesta pesquisa, faz-se necessário, antes, esclarecer qual é a nossa compreensão acerca das ideias do renomado sociólogo francês aqui utilizadas, a fim de que se entenda, então, porque nos apoiamos nelas como contribuição à explicação de algumas de nossas hipóteses.

Pierre Bourdieu (1930-2002) é, sem dúvida, um dos autores mais lidos em todo mundo, seja no campo da Antropologia, seja no da Sociologia, e sua contribuição alcança as mais variadas áreas do conhecimento humano, discutindo temas como educação, cultura, literatura, arte, mídia, linguística e política. Sua discussão sociológica centralizou-se, ao longo de sua obra, na tarefa de desvendar os mecanismos da reprodução social que legitimam as diversas formas de dominação (CORADINI, 1996). Para empreender esta tarefa, Bourdieu, retirando os fatores econômicos do epicentro das análises da sociedade, desenvolveu conceitos específicos, entre outros, o de *habitus*, à luz do qual, segundo o autor, o mundo social deveria ser fundamentalmente compreendido. Bourdieu localiza no conceito de *habitus o primado da razão prática* (2002), uma ideia que se relaciona à capacidade de uma determinada estrutura social ser incorporada pelos agentes por meio de disposições para sentir, pensar e agir. Em *A dominação masculina*, a construção do *habitus* é explicada pelo autor como

o produto de um trabalho social de nomeação e de inculcação ao término do qual uma identidade social instituída por uma dessas 'linhas de demarcação mística', conhecidas e reconhecidas por todos, que o mundo social desenha, inscreve-se em uma natureza biológica e se torna um *habitus*, lei social incorporada [BOURDIEU, 2002, p. 64].

Assim, o conceito de *habitus* corresponde, dentro da obra de Bourdieu, a uma matriz, determinada pela posição social do indivíduo, que lhe permite pensar, ver e agir nas mais variadas situações. O *habitus* traduz, dessa forma, estilos de vida, julgamentos políticos, morais, estéticos. Ele é também um meio de ação que permite criar ou desenvolver estratégias individuais ou coletivas. Esta postura consiste em admitir que existe no mundo social estruturas objetivas, socialmente construídas que podem dirigir, ou melhor, coagir a ação e a representação dos indivíduos.

O mundo social apresenta-se, objetivamente, como um sistema simbólico que é organizado segundo a lógica da diferença, do desvio diferencial. O espaço social tende a funcionar como um espaço simbólico, um espaço de estilos de vida e de grupos de estatuto, caracterizados por diferentes estilos de vida. Assim, a percepção do mundo social é produto de uma dupla estruturação: do lado objetivo, ela é socialmente estruturada porque as propriedades atribuídas aos agentes e instituições apresentam-se em combinações com probabilidades muito desiguais [...]. Do lado subjetivo, ela é estruturada porque os esquemas de percepção e apreciação, em especial os que estão inscritos na linguagem, exprimem o estado das relações de poder simbólico [...]. Esses dois mecanismos concorrem para produzir um mundo comum, ou, pelo menos, um consenso mínimo sobre o mundo social [BOURDIEU, 1990, p. 160-161].

Dessa forma, no sentido de mostrar que as relações de força entre os agentes sociais apresentam-se sempre de modo transfigurado em relações de sentido, bem como na tentativa de desvendar os mecanismos que fazem com os indivíduos vejam como natural as representações ou ideias dominantes, Bourdieu nos apresentou a outro valoroso conceito, complementar à sua noção de habitus, também desenvolvido ao longo de toda sua obra, qual seja, a violência simbólica. A violência simbólica se traduziria nas formas invisíveis de coação que se apóiam, muitas vezes, em crenças e preconceitos coletivos. Sua idéia funda-se, geralmente, na fabricação contínua de crenças no processo de socialização, que induzem o indivíduo a se enxergar e a avaliar o mundo seguindo critérios e padrões do discurso dominante. Para Bourdieu, entretanto, a violência simbólica não era fruto da instrumentalização pura e simples de uma classe sobre a outra, mas ela é exercida através dos jogos engendrados pelos atores sociais. Assim, através desse conceito, o autor advogava acerca da não-arbitrariedade da produção simbólica na vida social, advertindo para o caráter efetivamente legitimador das forças dominantes, que expressam por meio delas seus gostos de classe e estilos de vida, gerando o que ele pretende ser uma distinção social. Seu poder adviria, justamente, de conseguir impor significações e impô-las como legítimas. Os símbolos afirmam-se, assim, como os instrumentos por excelência de integração social, tornando possível a reprodução da ordem estabelecida. Nesse sentido, o habitus funcionaria como uma força conservadora no interior dessa mesma ordem social.

Com efeito, a partir de um conceito de chave-mestra, que é o da dominação que recobre formas variadas de relações de poder, Bourdieu focalizou a forma a mais insidiosa exercida pela violência simbólica. O termo apareceria como eficaz para explicar a adesão dos dominados: dominação imposta pela aceitação das regras, das sanções, a incapacidade de conhecer as regras de direito ou morais, as práticas lingüísticas e outras.

Com base no conhecimento do espaço das posições, podemos recortar classes no sentido lógico do termo, quer dizer, conjuntos de agentes que ocupam posições semelhantes e que, colocados em condições semelhantes e sujeitos a condicionamentos semelhantes, têm, com toda a probabilidade, atitudes e interesses semelhantes, logo, práticas e tomadas de posição semelhantes. Esta classe, no papel, tem a existência teórica que é a das teorias: enquanto produto de uma classificação explicativa (...), ela permite explicar e prever as práticas e as propriedades das coisas classificadas – e, entre outras, as das condutas de reunião em grupo (...); poder-se-ia dizer, em rigor, que é uma classe provável, enquanto conjunto de agentes que oporá menos obstáculos objetivos às ações de mobilização do que qualquer outro conjunto de agentes [BOURDIEU, 1989, p. 136].

Pierre Bourdieu elaborava, assim, um sistema teórico que não cessaria de desenvolver: as condições de participação social baseiam-se na herança social. O acúmulo de bens simbólicos e outros estão inscritos nas estruturas do pensamento (mas também no corpo) e são constitutivos do habitus através do qual os indivíduos

elaboram suas trajetórias e asseguram a reprodução social. Esta não pode se realizar sem a ação sutil dos agentes e das instituições, preservando as funções sociais pela ‘violência simbólica’ exercida sobre os indivíduos e, o que é particularmente importante para nossa pesquisa, com a *adesão deles*.

As diferentes classes e frações de classe estão envolvidas numa luta propriamente simbólica para imporem a definição do mundo social mais conforme os seus interesses, e imporem o campo das tomadas de posições ideológicas reproduzindo, em forma transfigurada, o campo das posições sociais. Elas podem conduzir esta luta quer diretamente, nos conflitos simbólicos da vida quotidiana, quer por procuração, por meio da luta travada pelos especialistas da produção simbólica (produtores a tempo inteiro) e a qual está em jogo o monopólio da violência simbólica legítima (...), quer dizer, do poder de impor – e mesmo inculcar – instrumentos de conhecimento e de expressão (taxionomias) arbitrários – embora ignorados como tais – da realidade social [BOURDIEU, 1989, p. 11-12].

É impossível negar a originalidade da obra de Bourdieu, explícita justamente em sua ambição em construir uma teoria sociológica das categorias que organizam a percepção do mundo social. Contrariamente a ideia tradicional da sociologia, de que as práticas culturais são objeto de consenso, na medida em que elas significam o reconhecimento de valores comuns definindo uma civilização e levam à integração nesta civilização e à sociedade que a conduz, a análise da distinção de Bourdieu mostrou-nos, ao contrário, que elas são um meio de classificar, que elas implicam uma batalha perpétua para tomar iniciativa, para se afirmar, para se colocar socialmente. Os julgamentos de gostos, de preferências não são o reflexo da estrutura social, mas um meio de afirmar ou de conformar uma vinculação social.

Ao utilizar o referencial teórico de Pierre Bourdieu, como cotejamento teórico-metodológico adequado a amparar a apreciação empírica, é preciso ressaltar que, como auxiliares imprescindíveis à pesquisa histórica, os conceitos teóricos não são simples peças a encaixarem-se na investigação. Porém, procuramos aqui, a partir de tais bases teóricas, esclarecer algumas questões evidenciadas por nossa pesquisa de campo.

Na investigação que fizemos acerca do cotidiano das oficinas de trabalho comunitário do bairro Nova Marília, focalizamos aspectos da subjetividade das mulheres que compõem tais fabriquetas, desde sua luta para construir os locais de produção, além de um lugar de representação maior, no caso, o Centro Comunitário do bairro, bem como nos esforçamos para conhecê-las em todas as dimensões que fossem possíveis a esse tipo de observação científica. Tentamos, nesse processo, captar suas representações, seus comportamentos, as práticas que incorporaram e que justificam suas condutas e, principalmente, suas resistências, buscando apreender todos os aspectos que fazem dessas mulheres... *mulheres*. Nesse sentido, ancoramos nossa abordagem na compreensão do referencial de Bourdieu que contribuiu para elucidar, nas relações de gênero, os mecanismos da dominação masculina que, gerada em instâncias objetivas, reproduz-se através da subjetivação.

A observação do cotidiano dessas trabalhadoras revelou um processo de internalização de princípios androcêntricos, exemplificados em sua negação em fazer parte do corpo diretivo do Centro Comunitário, uma vez que tais funções – além de terem de ser exercidas à noite, um horário de homens – as exporiam em demasia diante de outros.

Na pesquisa empírica foi possível constatar que aspectos objetivos – da materialidade dos espaços e das relações de trabalho e confraternização – e subjetivos interagem incessantemente na construção das ordens material e simbólica de dominação. Foi possível observar nas representações das mulheres, explicitadas em longas conversas informais gravadas, os mecanismos por meio dos quais as estruturas sociais subjetivam-se em *habitus*, ou seja, em disposições adquiridas, gostos, estilos, princípios de distinção e classificação, abrindo caminho para a instalação, nas trabalhadoras, da *impotência aprendida*:

Segundo a lei universal de ajustamento das esperanças às oportunidades, das aspirações às possibilidades, a experiência prolongada e invisivelmente mutilada de um mundo sexuado de cima a baixo tende a fazer desaparecer, desencorajando-a, a própria inclinação a realizar atos que não são esperados das mulheres – mesmo sem estes lhes serem recusados... aquela experiência favorece o aparecimento de uma 'impotência aprendida' [BOURDIEU, 2002, p. 77].

Essa internalização de valores que normatiza a vida social sob um aspecto diferenciador de homens e mulheres, conduz, ainda, à introjeção do paradigma de relações hierarquizadas, desiguais e de opressão, objetivamente construídas, como vimos. Quando se colocam enquanto sujeitos inadequados para o exercício de uma determinada função, quando estabelecem locais e horários para a atuação feminina, além de privarem-se do direito de exercer o poder diretamente, tais mulheres submetem-se a um sistema social que as coloca à mercê de decisões alheias, ou seja, em uma posição inferiorizada dentro deste mesmo sistema.

Sua ausência dos cargos de chefia do bairro, ainda que sua atuação concreta seja maciça e fundamental para o bom funcionamento do Centro, embora pareça ser fruto de uma escolha pessoal, refere-se ao temor – socialmente construído – das próprias mulheres em lidar com o sucesso, fator que corrobora, ainda que de forma não determinante, para a persistência nos espaços sociais em que transitam de uma hierarquia político-administrativa, com a supremacia do masculino. Endossam-se, assim, as reflexões de Bourdieu acerca da dificuldade feminina em lidar com o poder ou com cargos de chefia. Para assumir postos mais elevados, não se cogita experimentar uma nova forma de gestão, mais feminina, talvez. O único caminho que se vislumbra é a reedição de um jeito masculino de dominar e exercer o poder.

Na observação do cotidiano das oficinas comunitárias de Nova Marília, foi possível encontrar, assim, muitos exemplos que delineiam o conceito de violência simbólica de Bourdieu, uma das formas pela qual se manifesta a dominação simbólica – um sistema de relações que, a despeito de apresentar-se como natural, é fenômeno histórico,

social e culturalmente produzido por homens e por instituições sociais. As relações verticalizadas são criadas na objetividade de ações institucionais que estabelecem formas de divisão de espaços e papéis. Tais construções objetivas subjetivam-se, como foi possível apreender nesta pesquisa, sob forma de esquemas cognitivos, de sistemas de percepções. O princípio masculino é tomado como medida de todas as coisas.

Por conseguinte, a representação androcêntrica da reprodução biológica e da reprodução social se vê investida da objetividade do senso comum e

as próprias mulheres aplicam a toda a realidade e, particularmente, às relações de poder em que se vêem envolvidas, esquemas de pensamento que são produto da incorporação dessas relações de poder e que se expressam nas oposições fundantes da ordem simbólica [BORDIEU, 2002, p. 45].

É justamente neste aspecto que as análises de Bourdieu em muito contribuem ao entendimento das relações de gênero, ao elucidar os mecanismos da dominação que, gerada em instâncias objetivas, reproduz-se através da subjetivação. Suas considerações possibilitaram esclarecer, em uma investigação empírica, todo um sistema de estruturas inscritas nas coisas e nos corpos, que se legitima pela subjetivação e é caminho para que se desenvolva a violência simbólica, processo social resultante de estruturas de poder objetivas, que emaranha a alma das mulheres, mutilando sua ousadia, produzindo nelas o ajustamento de suas expectativas às posições que lhes parecem possíveis, de suas próprias aspirações às possibilidades que visualizam. Não à toa, quando conversávamos sobre sonhos e futuro, as mulheres das oficinas sempre projetavam suas esperanças de realização sobre outros, principalmente sobre os filhos, não fazendo referências à própria existência.

Obviamente, Bourdieu não atribui à categoria habitus um caráter de estrutura fixa e imutável, propulsora de práticas sociais homogêneas e predefinidas. Os habitus revelam a força instituinte das estruturas, mas não se estabelecem de forma mecânica; passam, antes, pelo filtro dos seres humanos e estes não são meros reflexos passivos das estruturas sociais. Daí que sua análise abre-se também à possibilidade não só de reproduções, mas também de contraposições. As práticas de resistência apresentadas pelas trabalhadoras das oficinas comunitárias, mais do que exemplificadas em suas posições políticas (recusam chapas para a diretoria do Centro caso estas não apresentem as características necessárias a responder seus próprios interesses), podem ilustrar essa colocação.

Há um processo contínuo e complexo de produção de mecanismos para a manutenção de um sistema de desigualdades entre os sexos que, vale frisar, é marcado por permanências e mudanças. Entretanto, Bourdieu nos coloca que tais mudanças, tanto podem ocorrer como contraposição ao poder instituído, na forma de projetos que de fato ameaçam seus os detentores, quanto como estratégia destes, para garantir sua continuidade.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um movimento feminista, de forma geral, pode ser definido como uma organização que se pauta pela defesa da igualdade de direitos e status entre homens e mulheres em todos os campos do social (ALVES, 1991). Obviamente, trata-se de uma definição que não corresponde à riqueza intelectual e prática que esse tipo de movimento pode e deve suscitar. Sim, porque feminismo é apenas um termo que traduz todo um processo desenvolvido ao longo da História e que, obrigatoriamente, continua a ser trabalhado de forma diária, em todos os espaços da vida social. Por não se tratar de um movimento uno, único, seus diversos matizes representam a ampla variedade de mulheres do mundo todo, percebendo-as em suas infinitas singularidades e respeitando-se suas crenças, desejos, objetivos e valores distintos. Como todo processo de transformação, contém contradições, avanços, recuos, medos e alegrias. Para entendê-lo, é preciso confrontar a situação da mulher na sociedade antiga, medieval e moderna, buscar suas raízes enquanto movimento político e desvendar a ideologia que ainda hoje outorga direitos, deveres e comportamentos distintos para homens e mulheres (PINTO, 2003).

No Brasil, a trajetória do movimento fluiu de acordo com a história singular do país, de modo que apresentou momentos distintos, entre reivindicações por direito ao voto e a um custo de vida mais justo, passando pelas exigências de ser reconhecida como vítima de violência e de atendimento especializado a saúde, até as atuais discussões de gênero, que requerem a desconstrução das identidades naturalizadas e fixas, através dos quais homens e mulheres são culturalmente construídos em seus contextos e significados.

E a história das mulheres, participantes de oficinas de trabalho comunitário e membro-fundadoras do Centro Comunitário Nova Marília, trata-se essa história de um movimento feminista? Vejamos: os objetivos calcados por essas mulheres, quando empreenderam sua luta pela construção do Centro, visavam à melhoria nas condições da vida do bairro de então: asfalto, saneamento básico, fornecimento regular de água e luz, telefonia pública, linhas de ônibus, etc. Tais melhorias destinavam-se não apenas às mulheres do bairro, mas a todos os seus moradores, sem distinção. Isso não desqualifica sua luta quanto a ser um movimento feminista ou não, uma vez que lutar pela conquista de direitos, não somente os femininos, como os de todos os que se encaixem na posição de oprimidos, tem sido característica de movimentos feministas atuais, subsidiados por uma abordagem de Gênero. Na verdade, o que nos impossibilita de caracterizar tal movimento como feminista não são seus objetivos, mas seus princípios norteadores.

Antes de tudo, qualquer ramificação do feminismo defende a ideia de que homens e mulheres são seres de direitos iguais, princípio que deve ser aplicado em todas as dimensões da vida social e particular. Não é o que verificamos quando analisamos a luta das mulheres supracitadas. E isso fica bem claro quando nos detemos na observação da forma como conduzem, por exemplo, as eleições para os cargos administrativos de

seu Centro Comunitário, posições de prestígio dentro bairro. Mesmo quando detêm a oportunidade de participar dessa esfera pública e política – são elas que, utilizando-se de toda uma história de mobilização e influência sobre sua comunidade, acabam por determinar ‘quem fará o quê’ dentro da entidade – essas mulheres negam a si próprias tal possibilidade.

Incorporando regras e práticas culturais, ensinadas por gerações e tão antigas que se tornam *verdades absolutas*, as mulheres das oficinas de trabalho comunitário do bairro Nova Marília terminam por reproduzir, em seu cotidiano, um modelo normatizador social que estabelece espaços de atuação para homens e mulheres, portanto, *diferenciando-os*.

Essas mulheres não lutam pela mudança da organização social de ordem androcêntrica, porque acreditam que *as coisas são como deveriam ser*, ou seja, que homens e mulheres atuam de forma socialmente diferente, cada qual dentro do campo que lhe cabe *por direito*; no caso das mulheres, no âmbito doméstico; em relação aos homens, a esfera pública.

Contudo, como nos coloca Chartier (1995, p. 41):

Uma tal incorporação da dominação não exclui, entretanto, afastamentos e manipulações (...). Para as mulheres, se conformar aos cânones corporais (móveis e variados, inclusive) ditados pelo olhar e pelo desejo dos homens não é somente se curvar a uma submissão alienante, mas também construir um recurso permitindo deslocar ou subverter a relação de dominação (...), deve ser entendido como uma tática que mobiliza, para seus próprios fins, uma representação imposta – aceita, mas que se volta contra a ordem que a produziu.

Por mais que se neguem a fazer parte dos cargos eletivos do Centro Comunitário e, assim, atuar diretamente na esfera pública e política do local, essas mulheres permitem-se transitar nas brechas desse sistema e, dessa posição, buscam o controle da situação – ou seja, através de sua influência dentro do bairro, elas se organizam de modo a não consentir que uma diretoria de opiniões e posições, no que concerne ao desenvolvimento do local, opostas às suas, seja eleita. Emerge daqui, então, um movimento de mulheres (e não um movimento feminista), cuja atuação, embora esteja vinculada a preconceitos enraizados que resultam na restrição de suas ações, destina-se a atender seus próprios interesses.

Assim, a observação das dinâmicas da atuação dessas mulheres junto à organização do Centro Comunitário nos permitiu descobrir outros processos sociais que não os formalmente conhecidos, que trouxe à tona, não um movimento feminista, mas um movimento de mulheres que, embora ocorra em um micro espaço, tem relação com uma estrutura maior. Em outras palavras, o movimento organizado por essas mulheres tem correspondência com o processo histórico e universal de resistência das mulheres – todas elas – através do qual estas subvertem diversos obstáculos e traspassam as barreiras do que lhes é naturalmente permitido pelas representações culturais, rompendo com o que é tradicional e/ ou oficial.

Não negamos, portanto, as resistências apresentadas por esse grupo de mulheres. Atentamos, ainda, para as formas como exercem o poder, formas que podem ser diretas (são elas que, pessoalmente, através de visitas e conversas nas salas de espera de postos de saúde, na rotina de trabalho, à beira das calçadas, mobilizam a população local a eleger os nomes de sua escolha, valendo-se da confiança conquistada pelo tempo que residem no local e pela influência difundida por conta de sua história pessoal de lutas por melhorias no bairro) ou indiretamente (quando, por exemplo, propõem a fazer a faxina do Centro Comunitário, mesmo após a realização dos bailes que tanto reprovam, e exigindo que a entidade abrigue suas práticas religiosas, modos simbólicos de ‘limpar’ a presença do outro, que lhe é estranho).

Destarte, a revisão teórica proposta por diversos autores na análise da participação política feminina, além da crítica ao viés androcêntrico, levanta como um ponto fundamental a ampliação do conceito de política, para que abarque não apenas a política institucional, mas também agregue atividades convencionais e não convencionais (ABRAMOVAY; CASTRO, M., 1998). Esta visão ampliada inclui ainda uma redefinição dos espaços de atuação das mulheres, mostrando as interpelações entre o público e o privado.

Não se trata apenas da reivindicação feminista de politizar o privado, mas de considerar a mulher como um sujeito político, presente na esfera pública, através de espaços de visibilidade que podem ser os movimentos sociais, as campanhas e/ou os protestos políticos, os movimentos revolucionários e até os próprios departamentos femininos nos partidos políticos (AVELAR, 1987). A política adquire então outras dimensões, mais amplas, abrangendo novas práticas significativas em outros níveis além do tradicional.

A exposição da história das primeiras moradoras do bairro Nova Marília, da forma como inspiraram, incentivaram e mobilizaram sua comunidade pela construção de um lugar, uma entidade – o Centro Comunitário – onde pudessem se reunir para discutir idéias e soluções, onde pudessem ouvir e serem ouvidos, onde pudessem simplesmente estar juntos, é também uma tentativa de identificar, nessa pesquisa, uma forma distinta de fazer política, na qual se sobressai a importância da participação das mulheres e a forma pela qual estas constituíram espaços de ação próprios, diverso daqueles historicamente considerados nos conceitos das esferas pública ou privada.

A ideia de um cotidiano feminino vivido no privado, isolado dos acontecimentos políticos e sociais, não encontra respaldo em nossa investigação. Sim, a vida de muitas mulheres se constrói no espaço doméstico, mas este fato não pode ser entendido como sinônimo de isolamento e/ou conservadorismo. Contudo, ao lado das transformações individuais, pessoais, no nível do privado, se chega gradativamente a transformações no nível público.

Para além de comprovarmos ou não a nossa hipótese, qual seja, a de que o movimento feminino apresentado aqui seja ou não um modelo de feminismo, nossa pesquisa procurou dar apoio, através de exemplo empírico, à teoria que evidencia

que as mulheres, mesmo partindo da esfera doméstica, podem agir politicamente, utilizando recursos específicos, seguindo caminhos que cruzam os espaços públicos e privados.

A dimensão política não se restringe exclusivamente à esfera pública, às atividades masculinas, mas está presente também no cotidiano que homens e mulheres vivenciam em conjunto numa determinada relação histórica e que interessa analisar com um enfoque integrador, sem pré-interpretações globalizantes, sem juízos valorativos que desqualificam de antemão formas diferenciadas de envolvimento político.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Miriam. CASTRO, Mary Garcia (orgs.). *Engendrando um novo feminismo: mulheres líderes de base*. Rio de Janeiro: UNESCO/ CEPIA, 1998.

ALVES, Branca Moreira. PITANGUY, Jacqueline. *O que é feminismo*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1991. (Coleção Primeiros Passos, 20).

AVELAR, Lúcia. A participação política da mulher e a ideologia do conservadorismo político feminino: subsídios para novas pesquisas. *XI Encontro Anual da ANPOCS*, Águas de São Pedro, 1987 (mimeo).

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

_____. *Coisas ditas*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

_____. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

CHARTIER, Roger. Diferenças entre os sexos e dominação simbólica (nota crítica). In: *Cadernos PAGU – Fazendo História das Mulheres*. (4). Campinas: PAGU – Núcleo de Estudos de Gênero/ UNICAMP, 1995, p. 37-47.

CORADINI, Odaci Luiz. O referencial teórico de Bourdieu e as condições para sua aprendizagem e utilização. *Revista Veritas*. Porto Alegre, v. 41, n. 162, PUCRS, junho/ 1996. p. 207-220.

DIAS, Maria Odila L. dos Santos. Novas subjetividades na pesquisa histórica feminista: uma hermenêutica das diferenças. *Revista Estudos feministas*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2/94, CIEC/ UFRJ, 1994, p. 373-382.

PINTO, Celi Regina Jardim. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003, 119 p. (Coleção História do povo Brasileiro).

INDICADORES SOBRE EMPREENDEDORISMO E DESENVOLVIMENTO NOS MUNICÍPIOS GAÚCHOS

Samanda Silva da Rosa

Universidade Federal do Rio Grande

Rio Grande - Rio Grande do Sul

Tiarajú Alves de Freitas

Universidade Federal do Rio Grande

Rio Grande - Rio Grande do Sul

Daniele Mendes Caldas Antunes

Universidade Federal do Rio Grande

Rio Grande - Rio Grande do Sul

RESUMO: O Brasil é caracterizado por um processo histórico de desenvolvimento concentrado nos grandes centros. Este artigo busca descrever o nível de empreendedorismo dos 496 municípios gaúchos no ano de 2010 e relacioná-lo com o grau de desenvolvimento socioeconômico de cada localidade. Para verificar este fenômeno, utilizou-se os indicadores de 2010 mesurados pelo Índice de Desenvolvimento Municipal para a Micro e Pequena Empresa (IDMPE) do Sebrae e pelo Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM) da Firjan. Adotou-se a metodologia de Análise Exploratória de Dados (AED) e o coeficiente de correlação de Pearson. Encontrou-se indicações de uma alta correlação entre as variáveis empreendedorismo (medido pelo Sebrae) e o desenvolvimento local (medido pela Firjan).

PALAVRAS-CHAVE: Empreendedorismo,

Desenvolvimento Local, Rio Grande do Sul.

ABSTRACT: Brazil is characterized by a historical process of development concentrated in large centers. This article seeks to describe the entrepreneurship level of the 496 Gaucho municipalities in the year 2010 and to relate it to the degree of socioeconomic development of each locality. To verify this phenomenon, we used the 2010 indicators measured by the Municipal Development Index for Micro and Small Enterprise (IDMPE) of Sebrae and Firjan Municipal Development Index (IFDM) of Firjan. The methodology of Exploratory Data Analysis (AED) and the Pearson correlation coefficient were adopted. There were indications of a high correlation between the variables entrepreneurship (measured by Sebrae) and local development (measured by Firjan).

KEYWORDS: Entrepreneurship, Local Development, Rio Grande do Sul.

1 | INTRODUÇÃO

A história brasileira se destaca por um processo de urbanização e industrialização concentrado nas capitais e em regiões metropolitanas. Devido a isso, as cidades de médio, pequeno porte e mais afastadas das capitais encontram dificuldades para atrair

investimentos das indústrias e outros setores geradores de emprego e renda. Processo este que causa prejuízos à comunidade local, que, muitas vezes, precisa se deslocar a outros municípios por melhores oportunidades de trabalho.

Pesquisas recentes ressaltam o empreendedorismo como fonte de crescimento e desenvolvimento econômico, criação de emprego e pelo fato de trazer benefícios para a economia. O termo empreendedorismo, em alguns trabalhos é relatado como auto emprego, criação de novas empresas ou relacionado às atividades de *start-up*, tem atraído a atenção não apenas de economistas, *policy-makers* ou estudiosos da dinâmica industrial, mas também de pesquisadores ligados ao campo do crescimento e desenvolvimento econômico (AGHION et al., 2009; IYIGUN; OWEN, 1999; TAMVADA, 2008).

Nos Estados Unidos e em países da Europa, os *policy-makers* entendem que um maior estímulo ao empreendedorismo é primordial para culminar níveis maiores de crescimento econômico e inovação. Por certo, os estudos empíricos salientam implicações positivas entre empreendedorismo, crescimento econômico e inovação (VAN PRAAG; VERSLOOT, 2007). Uma das hipóteses mais estimadas e aceitas que destacam a importância econômica do empreendedorismo foi evidenciada por Schumpeter (1911). Segundo Oosterbeek et al. (2010), os empreendedores aspiram possibilidades de lucro e, portanto, ao inserir “novas combinações” ou inovações, as mesmas são a motivação essencial de desenvolvimento endógeno no sistema econômico.

Baumol (2000), pressupõe que o empreendedorismo estará cada vez mais sujeito ao reconhecimento da teoria econômica. No que lhe concerne, Solow (2007), salienta a relevância de compreender o empreendedorismo propriamente por fazer o *link* entre entendimento tecnológico e inovações na produção, adicionando, assim, o poder explicativo da teoria do crescimento econômico.

Para evitar a migração para os grandes centros, e a inércia econômica dos municípios, é substancial que as cidades periféricas encontrem alternativas para o desenvolvimento sustentável. O empenho da sociedade local é indispensável nesse seguimento, que se tornarão efetivos e eficazes se receberem apoio de arranjos institucionalizados conduzidos pelo poder público. O encorajador ao empreendedorismo se agrega nesses arranjos e pode ser uma possibilidade para os governos promoverem o desenvolvimento local.

Dado a relevância do assunto, o objetivo deste trabalho é analisar o Índice de Desenvolvimento Municipal para a Micro e Pequena Empresa (IDMPE) dos 496 municípios gaúchos e comparar o desempenho de cada localidade com outros indicadores sociais que compõem o Índice de Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM), com o intuito de responder à seguinte questão: o empreendedorismo pode auxiliar no desenvolvimento dos municípios do Rio Grande do Sul?

O estudo é relevante porque pretende verificar a relação entre dois indicadores recentes, disponíveis para os municípios do Rio Grande do Sul e, a partir daí, buscar

uma alternativa de política pública de desenvolvimento local. Na sequência deste artigo, a seção dois apresenta-se uma revisão de literatura que discorre sobre os determinantes do empreendedorismo. Na seção três, os dados e os procedimentos metodológicos são expostos. Consecutivamente, os resultados são descritos e discutidos na seção quatro, para finalmente, apresentarmos as considerações finais na seção 5.

2 | REFERENCIAL TEÓRICO

O Brasil, em virtude de sua dimensão continental, defronta amplos desafios para impulsionar o desenvolvimento em seu território. Dificuldades que surgiram durante o período da colonização portuguesa. Conforme Figueiredo e Leite (2006), esse período foi definido pela criação de poucos centros regionais que tinham vínculo direto com a coroa portuguesa e pouca ligação com outras colônias brasileiras.

Segundo Macedo et al. (2002) constituem um histórico do desenvolvimento regional da economia brasileira fundado em quatro etapas circunscritas por Antonio Carlos Galvão e Ronaldo Vasconcelos (1999): isolamento relativo ou arquipélago regional, articulação comercial, articulação produtiva e desenvolvimento regional difuso. A primeira etapa refere-se aos sistemas de exportação de produtos manufaturados pelas diversas regiões brasileiras entre o século XVI até o início do século XX. Posteriormente, o Brasil passou por um período de industrialização, aglomerada na região Sudeste do território nacional. Desde a década de 1970, inicia a fase de articulação produtiva, com a dispersão espacial das atividades econômicas (MACEDO et al. 2002).

A etapa final, iniciada na década de 1980, é frisada pela emergência de “ilhas de produtividade”: os municípios que já tinham um desenvolvimento notável continuaram a atrair novos investimentos. Conforme afirma Diniz (1995), no caso do Brasil, o agrupamento industrial prévio e o desequilíbrio do potencial de pesquisa e de renda impossibilitam um desenvolvimento de dispersão industrial para as regiões pobres ou sem indústrias. Sendo assim, não há dúvidas de que condições favoráveis para a localização de atividades que utilizam alta tecnologia estão predominantemente no Estado de São Paulo e posteriormente no corredor que vai de Belo Horizonte a Porto Alegre.

3 | METODOLOGIA

Utilizou-se a técnica de Análise Exploratória de Dados (AED), que consiste na coleta, análise, tratamento e descrição de um conjunto de dados. Segundo Nist (2001 apud CUNHA et al., 2002), a AED permite aprofundar a análise sobre um conjunto de dados, investigar hipóteses sobre a estrutura dos dados, detectar *outliers* (dados

anormais ou inconsistentes) e verificar as relações entre as variáveis utilizadas.

3.1 Correlação Linear de Pearson

A metodologia frequentemente utilizada para medir a correlação entre duas variáveis é o Coeficiente de Correlação Linear de Pearson, também conhecido como Coeficiente de Correlação do Momento Produto. Este foi o primeiro método de correlação, estudado por Francis Galton e seu aluno Karl Pearson, em 1975 (SCHULTZ e SCHULTZ, 1999).

Este coeficiente de correlação populacional (parâmetro) ρ sua estimativa amostral $\hat{\rho}$ estão relacionados com a distribuição normal bivariada e varia entre -1 e 1. O Cálculo do coeficiente de correlação de Pearson se dá por:

$$\rho = \frac{\sum_{i=1}^n (x_i - \bar{x})(y_i - \bar{y})}{\sqrt{\sum_{i=1}^n (x_i - \bar{x})^2} \sqrt{\sum_{i=1}^n (y_i - \bar{y})^2}} \quad (1)$$

$$\rho = \frac{\text{cov}(X, Y)}{\sqrt{\text{var}(x) \cdot \text{var}(y)}} \quad (2)$$

Onde: x_1, x_2, \dots, x_n e y_1, y_2, \dots, y_n são os valores medidos de ambas as variáveis.

A interpretação do coeficiente quando $\hat{\rho}=1$ que existe correlação linear perfeita entre as variáveis X e Y. A correlação é linear perfeita positiva quando $\hat{\rho}=1$ e linear perfeita negativa quando $\hat{\rho}=-1$. Quando se tem $\hat{\rho}=0$, não existe correlação linear entre as variáveis X e Y. Entretanto, na prática ocorrem diferentes valores de $\hat{\rho}$. A interpretação do valor de $\hat{\rho}$ depende muito dos objetivos de sua utilização e as razões pelas quais é calculado. Segundo CALLEGARI-JACQUES (2003), o coeficiente de correlação pode ser avaliado qualitativamente da seguinte forma:

Se $0,00 < |\hat{\rho}| < 0,30$, positivo ou negativo, existe fraca correlação linear;

Se $0,30 < |\hat{\rho}| < 0,60$, positivo ou negativo, existe moderada correlação linear;

Se $0,60 < |\hat{\rho}| < 0,90$, positivo ou negativo, existe forte correlação linear;

Se $0,90 < |\hat{\rho}| < 1,00$, positivo ou negativo, existe correlação linear muito forte.

3.2 Base de dados

Para realizar o trabalho, foi utilizada para a totalidade dos municípios gaúchos no ano de 2010 (496), dois indicadores, ambos de 2010: o Índice de Desenvolvimento Municipal para a Micro e Pequena Empresa (IDMPE) do Sebrae e o Índice de Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM).

O IDMPE foi criado pelo Sebrae, em 2008, com base no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), preparado pela Organização das Nações Unidas (ONU) (SEBRAE, 2011). O indicador foi implementado em parceria com o Instituto Brasileiro da Qualidade

e Produtividade (IBQP), e é formado por três subíndices:

Índice de Desenvolvimento Empresarial (IDE), que mede o clima de negócios dentro do município;

Índice de Desenvolvimento de Mercado (IDM), capta a movimentação do mercado consumidor;

Índice de Desenvolvimento Institucional (IDI), que indica as condições socioeconômicas e de infraestrutura existentes na localidade.

Resumidamente, os itens componentes de cada um dos subindicadores são demonstrados na Tabela 1.

IDE	PIB real
	Variação do PIB real em relação ao ano anterior
	Taxa de inatividade (estabelecimentos sem vínculos empregatícios)
	Taxa de criação de estabelecimentos formais
IDM	Taxa de criação de empregos
	Valor adicionado fiscal do comércio
	Massa salarial
	Variação da massa salarial em relação ao ano anterior
	População
IDI	Renda per capita em R\$ correntes
	Grau de geração de recursos próprios municipais
	Pessoal ocupado em C&T
	IDEB
	Agências de Correios
	Agências bancárias
	Associativismo
Mecanismo de apoio à MPE	

Tabela 1 – Variáveis dos componentes do IDMPE

Fonte: SEBRAE, 2011.

Para investigar as condições sociais e econômicas de cada cidade, foi adotado o IFDM (FIRJAN, 2012), que acompanha três áreas de desenvolvimento: Emprego e renda; Educação; Saúde.

Cada componente é medido conforme as variáveis apresentadas na Tabela 2.

Emprego e Renda	Geração de emprego formal
	Estoque de emprego formal
	Salários médios do emprego formal
	Educação
IDEB	Taxa de matrícula na educação infantil
	Taxa de abandono
	Taxa de distorção idade-série
	Porcentual de docentes com ensino superior
	Média de horas-aula diárias
Saúde	Número de consultas pré-natal
	Óbitos por causas mal definidas
	Óbitos infantis por causas evitáveis

Tabela 2 – Variáveis dos componentes do IFDM Emprego e renda

Fonte: FIRJAN (2012).

Sobre o índice de desenvolvimento escolhido para o trabalho, reporta-se que o IFDM é um entre aqueles atualmente utilizados no Brasil. A escolha por ele se deve a alguns benefícios apresentados em relação aos demais. O IDH municipal (IDH-M), o mais reconhecido, tem menor periodicidade, e utiliza exclusivamente as informações dos censos populacionais, realizados decenalmente.

Com o uso da técnica AED, observou-se que o gráfico de dispersão com base nos dados apresentou a *outliers* e, oito cidades apresentam informações incompletas e foram excluídas do estudo.

4 | RESULTADOS

4.1 Correlação de Pearson Estadual

A correlação simples entre as duas variáveis indica a existência de uma correlação positiva entre o ambiente favorável às micros e pequenas empresas (IDMPE) e ao desenvolvimento das cidades (IFDM), como se pode constatar nos resultados apresentados na Tabela 4. Conforme a literatura supracitada, esta correlação pode ser classificada como forte ($\rho = 0,7689$) para o estado do Rio Grande do Sul.

Este artigo trata das relações entre a taxa de empreendedorismo, seus determinantes e consequências. O modelo que relaciona antecedentes demográficos, culturais, econômicos e institucionais do empreendedorismo com a taxa de formação de novas empresas e com a renda per capita e o índice de desenvolvimento humano foi proposto e testado usando dados municipais do estado do Rio Grande do Sul. Evidências foram encontradas de que variáveis institucionais, econômicas e

demográficas determinam a taxa de empreendedorismo.

Os resultados apresentam concordância com o estudo de Canever et al. (2010), onde abordaram a taxa de empreendedorismo, seus determinantes e consequências. O modelo que relaciona antecedentes demográficos, culturais, econômicos e institucionais do empreendedorismo com a taxa de formação de novas empresas e com a renda per capita e o índice de desenvolvimento humano foi proposto e testado usando dados municipais do estado do Rio Grande do Sul. As conclusões apontam para a correlação entre esses indicadores. Além de atestar que o empreendedorismo promove efeitos diretos na renda *per capita* e no desenvolvimento humano, os autores concluíram que há ainda outros efeitos indiretos a ser estudados.

Em outras pesquisas sobre a relação entre empreendedorismo e crescimento econômico os resultados foram variados, como as de Barros e Pereira (2008) e Fontenele et al. (2011). Todavia, vale contatar que a taxa de empreendedorismo, medido pela proporção de trabalhadores por conta própria na população economicamente ativa, foi relacionada ao nível de desemprego e crescimento do PIB. As conclusões deles apontaram o empreendedorismo é uma medida importante para garantir renda em ambiente de desemprego.

4.2 Correlação de Pearson para os Municípios

Além do cálculo da correlação de Pearson para o Estado, foi calculada a Correlação de Pearson para cada município do estado do Rio Grande do Sul. Ao todo foram utilizadas 488 observações, pois 8 municípios não apresentaram todos os dados e foram considerados *outliers*. Levando em consideração que os dados são do ano de 2010.

Desse total, 379 municípios do estado do Rio Grande do Sul apresentaram correlação de Pearson positiva acima de 0,9 entre as variáveis, portanto, muito forte. Na tabela 3, seguem os resultados de 40 dos 379 municípios com correlação de Pearson muito forte.

Município	$ r^2 $	Município	$ r^2 $
Barros Cassal	0,9999	Girúá	0,9997
Boqueirão do Leão	0,9999	Gramado Xavier	0,9997
Cruzeiro do Sul	0,9999	Guaporé	0,9997
Feliz	0,9999	Soledade	0,9997
Progresso	0,9999	Uruguaiana	0,9997
Santiago	0,9999	Ibirapuitã	0,9996
Santo Antônio do Palma	0,9999	Ipiranga do Sul	0,9996
São Luiz Gonzaga	0,9999	Palmitinho	0,9996
São Sebastião do Caí	0,9999	Pouso Novo	0,9996
São Sepé	0,9999	São Pedro do Butiá	0,9996
Trindade do Sul	0,9999	Quevedos	0,9995
Casca	0,9998	Santo Antônio do Planalto	0,9995
Coronel Bicaco	0,9998	São João da Urtiga	0,9995

Marques de Souza	0,9998	Tapes	0,9995
Paraíso do Sul	0,9998	Arroio dos Ratos	0,9994
Santo Antônio das Missões	0,9998	Cerro Branco	0,9994
São Paulo das Missões	0,9998	Chувиска	0,9994
Três Cachoeiras	0,9998	Lajeado do Bugre	0,9994
Condor	0,9997	Paraí	0,9994
Cotiporã	0,9997	Engenho Velho	0,9993

Tabela 3: Correlação de Pearson Positiva Muito Forte

Fonte: Elaborado pelos autores

Ainda sobre a correlação muito forte, o município de Não-Me-Toque, foi o único município do estado que apresentou correlação negativa muito forte, entre -1 e -0,9. Isso indica que, quando uma variável aumenta a outra diminui, necessariamente. Seu valor de $|\hat{\rho}| = -0,978$.

Um total de 76 municípios no estado do Rio Grande do Sul apresentou correlação de Pearson positiva e forte, com valores entre 0,6 e 0,9. E um total apenas o município de Esteio com $|\hat{\rho}| = -0,8334$ apresentou correlação negativa forte, com valor entre -0,6 e

-0,9. A tabela 4 apresenta os resultados da correlação de Pearson forte, para as 76 cidades que apresentaram os valores mais próximos de 1.

Município	$ \hat{\rho} $	Município	$ \hat{\rho} $
Colinas	0,8931	Candiota	0,7968
Vanini	0,8901	Guaíba	0,7963
Montenegro	0,8897	Nova Hartz	0,7922
São Lourenço do Sul	0,8876	Glorinha	0,7907
Centenário	0,8853	Riozinho	0,7888
Tupanci do Sul	0,8837	Butiá	0,7886
Itati	0,8779	Novo Machado	0,7835
Bom Princípio	0,8771	Camaquã	0,7761
Ametista do Sul	0,8769	Xangri-lá	0,7759
Charqueadas	0,8758	Santa Rosa	0,7740
Arroio do Sal	0,8693	São José do Inhacorá	0,7736
Lajeado	0,8671	Santa Cruz do Sul	0,7710
Gaurama	0,8652	Campinas do Sul	0,7682
São Gabriel	0,8635	Triunfo	0,7625
São Vicente do Sul	0,8607	Três Arroios	0,7603
Cruzaltense	0,8578	Jacutinga	0,7534
Crissiumal	0,8570	Monte Alegre dos Campos	0,7450
Muçum	0,8547	Carlos Barbosa	0,7404
Pinheiro Machado	0,8500	Roque Gonzales	0,7321
Vila Flores	0,8440	Nova Bassano	0,7203

Jaquirana	0,8405	Tapejara	0,7174
Hulha Negra	0,8364	Portão	0,7137
Coqueiro Baixo	0,8357	Maximiliano de Almeida	0,7058
Estância Velha	0,8336	Pedras Altas	0,6910
Ibiaçá	0,8308	Osório	0,6900
Santana da Boa Vista	0,8297	Iraí	0,6762
Ibiraiaras	0,8282	Itaara	0,6745
Tunas	0,8276	Taquara	0,6640
São Jorge	0,8252	Porto Alegre	0,6635
Capão do Leão	0,8250	Tupanciretã	0,6575
Campo Novo	0,8238	Três Coroas	0,6397
Capão da Canoa	0,8191	Gravataí	0,6354
Porto Mauá	0,8191	Putinga	0,6289
Nova Santa Rita	0,8123	São Borja	0,6251
São Jerônimo	0,8089	Maçambará	0,6165
Júlio de Castilhos	0,8051	Igrejinha	0,6148
Viadutos	0,8040	Bagé	0,6128
Jaguari	0,7985	Itaqui	0,6110

Tabela 4: Correlação de Pearson Positiva Forte

Fonte: Elaborado pelos autores

Sobre a correlação moderada, onde a correlação se concentra entre o intervalo 0,3 e 0,6. Um total de 14 municípios apresentaram correlação positiva e 3 municípios apresentaram correlação negativa. Conforme a tabela 5.

Positiva		Negativa	
Município	$ r^c $	Município	$ r^c $
Capão Bonito do Sul	0,597	Barão	-0,358
São José do Ouro	0,587	Bom Jesus	-0,392
Viamão	0,583	Barra Funda	-0,576
Parobé	0,530		
Bento Gonçalves	0,507		
Harmonia	0,476		
Nova Boa Vista	0,452		
Passo Fundo	0,433		
Nova Petrópolis	0,429		
São Leopoldo	0,429		
Linha Nova	0,416		
Cachoeirinha	0,366		
Alvorada	0,338		

Tabela 5: Correlação de Pearson Moderada

Fonte: Elaborado pelos autores

E a correlação fraca se faz presente em 14 municípios no estado do Rio Grande do Sul, onde o intervalo é entre -0,3 e 0,3. Conforme tabela 6.

Município	$ \rho $
Garruchos	0,297
Vista Gaúcha	0,216
Caxias do Sul	0,162
Muitos Capões	0,144
Erechim	0,134
Rio Grande	0,093
Novo Hamburgo	0,084
Santa Maria	-0,002
Pelotas	-0,059
Eldorado do Sul	-0,099
Vacaria	-0,226
Santana do Livramento	-0,232
Canoas	-0,234
Sapucaia do Sul	-0,284

Tabela 6: Correlação de Pearson Positiva Muito Forte

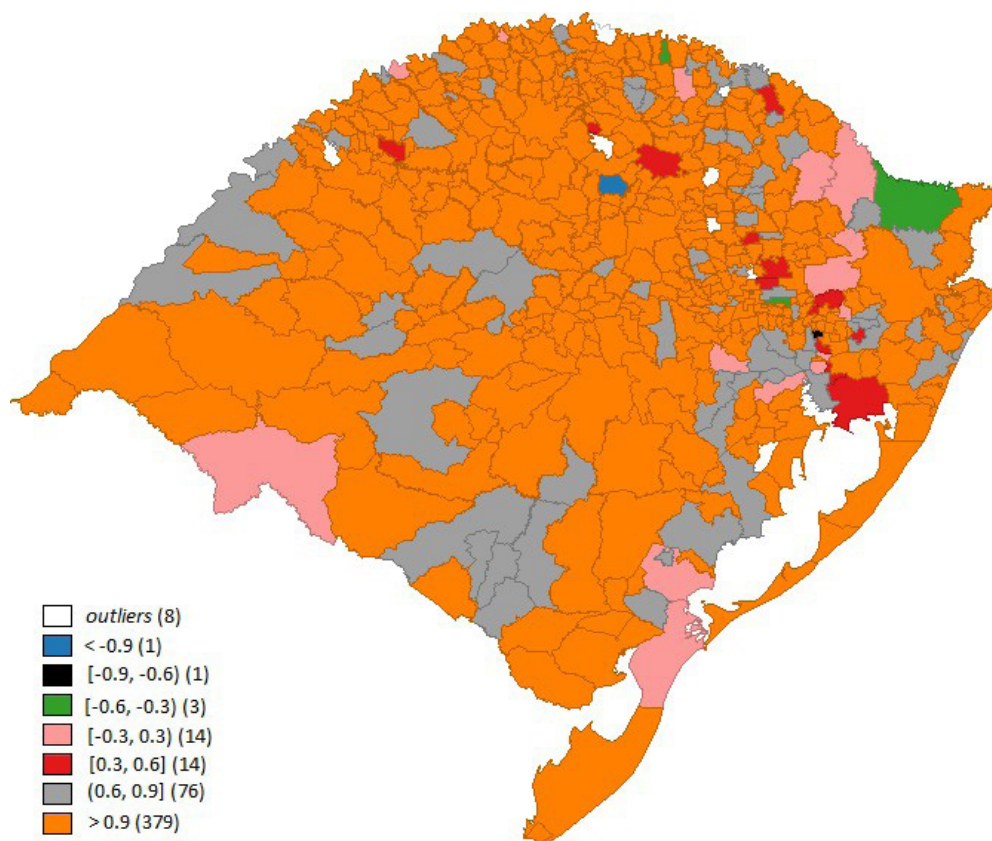
Fonte: Elaborado pelos autores

Outra preocupação do presente artigo é com a visualização espacial dos resultados da correlação de Pearson, apresentando um mapa para os 496 municípios do estado do Rio Grande do Sul.

Para encontrar os intervalos da legenda do mapa foi utilizando os intervalos determinados pela literatura sobre correlação de Pearson. Destacando que 8 municípios são considerados *outliers* e foram representados com a cor branca.

Os municípios em laranja são os que apresentam correlação positiva muito forte, totalizando 379 municípios nesse intervalo. Os municípios na cor cinza, ficam no intervalo com índice de 0,6 até 0,9, totalizando 76 municípios nesse intervalo. O intervalo da cor vermelho contém o intervalo de 0,3 até 0,6, abrangendo 14 municípios. O intervalo de cor rosa é sobre a correlação de Pearson fraca, entre -0,3 e 0,3. Para a correlação de Pearson moderada negativa, a cor que representa o intervalo entre -0,3 e - 0,6 é verde. A cor preta representa o intervalo entre -0,6 e -0,9 e a correlação de Pearson negativa forte, abrangendo apenas 1 município. Por fim, a cor azul, representa

a cidade com correlação de Pearson negativa muito forte, ou seja, com intervalo $<-0,9$.



Mapa para Correlação de Pearson o Estado do RS em 2010

Fonte: Elaborado pelos autores através do *software* GeoDa.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste estudo era analisar as relações entre o empreendedorismo e o desenvolvimento nas cidades. Mais especificamente, observar se o ambiente favorável ao empreendedorismo tem alguma ligação com as cidades com maior índice de desenvolvimento.

Ao analisar os resultados percebe-se uma relação positiva entre as duas situações, indicando que os municípios que incentivam o empreendedorismo têm mais chances de se desenvolverem socioeconomicamente, e vice-versa. Relação essa relação é ainda mais forte ao se analisar os municípios individualmente.

É importante ressaltar o modelo proposto nesta pesquisa possui limitações. O IDMPE também está disponível para todos os estados brasileiros. Ele foi desenvolvido pelo Sebrae–Paraná e reproduzido em alguns outros estados, como Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Mato Grosso do Sul e Pará (SEBRAE, 2011).

Há limitação se refere à correlação linear, uma vez que ela não é prova de causa e consequência do desenvolvimento ou empreendedorismo de determinada região, apenas ressalta a relação entre duas variáveis. Logo, não fica provado que o incentivo ao empreendedorismo concebe obrigatoriamente desenvolvimento.

BIBLIOGRAFIA

AGHION, Philippe et al. The effects of entry on incumbent innovation and productivity. **The Review of Economics and Statistics**, v. 91, n. 1, p. 20-32, 2009

AUDRETSCH, David; KEILBACH, Max. Entrepreneurship capital and economic performance. **Regional studies**, v. 38, n. 8, p. 949-959, 2004.

BAUMOL, William J. What Marshall didn't know: on the twentieth century's contributions to economics. **The quarterly journal of economics**, v. 115, n. 1, p. 1-44, 2000.

CALLEGARI-JACQUES, Sidia M. **Bioestatística: princípios e aplicações**. Artmed Editora, 2009.

CANEVER, Mario Duarte et al. Entrepreneurship in the Rio Grande do Sul, Brazil: the determinants and consequences for the municipal development. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 48, n. 1, p. 85-108, 2010.

DE BARROS, Aluizio Antonio; DE ARAÚJO PEREIRA, Cláudia Maria Miranda. Empreendedorismo e crescimento econômico: uma análise empírica. **Revista de administração contemporânea**, v. 12, n. 4, p. 975-993, 2008.

DE FIGUEIREDO, Marina Dantas; LEITE, Emanuel Ferreira. Cidades Empreendedoras: as novas visões sobre planejamento urbano e desenvolvimento econômico no Brasil. **Revista Eletrônica de Administração**, v. 12, n. 5, 2006.

DE MATOS MACEDO, Mariano; VIEIRA, Viviane Fielder; DE AZEVEDO MEINERS, Wilhelm Eduard Milward. Fases de Desenvolvimento Regional no Brasil e no Paraná: da emergência de um novo modelo de desenvolvimento na economia paranaense. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, n. 103, p. 5-22, 2002.

DINIZ, Clélio Campolina. A dinâmica regional recente da economia brasileira e suas perspectivas. 1995.

FIRJAN. IFDM Edição 2012 – Ano Base 2010. Disponível em:

<<http://www.firjan.org.br/main.jsp?lumChannelId=4028818B3AD121E0013AD19509E21CB1>> Acesso em: 1 fev. 2019.

FONTENELE, Raimundo Eduardo Silveira; DE MOURA, Heber José; LEOCADIO, Áurio Lúcio. Capital humano, empreendedorismo e desenvolvimento: evidências empíricas nos municípios do Ceará. **Revista de Administração Mackenzie (Mackenzie Management Review)**, v. 12, n. 5, 2011.

GALTON, Francis. I. Co-relations and their measurement, chiefly from anthropometric data. **Proceedings of the Royal Society of London**, v. 45, n. 273-279, p. 135-145, 1889.

IYIGUN, Murat F.; OWEN, Ann L. Entrepreneurs, professionals, and growth. **Journal of Economic Growth**, v. 4, n. 2, p. 213-232, 1999.

LIMA, Waner Gonçalves. Política pública: discussão de conceitos. **Revista Interface (Porto Nacional)**, n. 05, 2012.

NIST - NATIONAL INSTITUTE OF STANDARDS AND TECHNOLOGY. Statistics for Scientists & Engineers: exploratory data analysis. Disponível em: <http://www.itl.nist.gov>.

OOSTERBEEK, Hessel; VAN PRAAG, Mirjam; IJSSELSTEIN, Auke. The impact of entrepreneurship

education on entrepreneurship skills and motivation. **European economic review**, v. 54, n. 3, p. 442-454, 2010.

SCHULTZ, Duane P.; SCHULTZ, Sidney Ellen. História da Psicologia Moderna, 14ª edição. 1999.

SEBRAE. Índice de desenvolvimento municipal para a micro e pequena empresa: Paraná: 2009/2010. Curitiba: SEBRAE/PR, 2011. 99 p.

SOLOW, Robert M. The last 50 years in growth theory and the next 10. **Oxford review of economic policy**, v. 23, n. 1, p. 3-14, 2007.

TAMVADA, Jagannadha Pawan. What Determines Self-employment Choice in India?. In: **Sustaining Entrepreneurship and Economic Growth**. Springer, New York, NY, 2008. p. 77-83.

VAN PRAAG, C. Mirjam; VERSLOOT, Peter H. What is the value of entrepreneurship? A review of recent research. **Small business economics**, v. 29, n. 4, p. 351-382, 2007.

TRABALHO DOMÉSTICO REMUNERADO: SUAS IMPLICAÇÕES NA HISTÓRIA DO BRASIL QUANTO A GÊNERO, RAÇA E CLASSE SOCIAL

Willians Alexandre B. da Silva

UNESP, Universidade Estadual Paulista – Marília,
São Paulo

RESUMO: Como uma das atividades de longa existência na História do Brasil, o Trabalho Doméstico possui grande trajetória enquanto serviço, porém, sua regulamentação de fato vem ocorrendo aos poucos, sendo a última mudança mais expressiva a promulgação da Emenda Constitucional 72^a/2013, a qual estendeu os benefícios previstos na Consolidação das Leis Trabalhistas de 1943 à categoria, tendo em vista que o texto anterior considerava a atividade “sem fins lucrativos”. A regulamentação tardia salienta outros aspectos desta profissão enquanto atividade remunerada relacionado às suas determinações enquanto gênero, raça, e classe social, e seu impacto no valor enquanto *trabalho*. A seguinte pesquisa tem como foco as mudanças e persistências sobre esta profissão que data desde o período da escravidão no Brasil. Para tal feito apresentaremos dados do trabalho de campo que vem sendo realizado desde 2012 na cidade de Marília (SP), com foco em entrevistas com empregadas e empregadores. Em conjunto com a pesquisa de campo, comparamos os dados com indicadores sociais quanto gênero, raça e classe sobre a profissão, e o que a bibliografia histórica

e etnografias sobre o Trabalho Doméstico remunerado tem discutido sobre a profissão.

PALAVRAS-CHAVE: Trabalho Doméstico; Gênero, Raça, Classe Social.

ABSTRACT: As one of the long-standing activities in Brazilian history, Housecleaner has a great trajectory as a service, however, its regulation has in fact been taking place gradually, the most significant change being the enactment of Constitutional Amendment 72/2013, which extended the benefits provided in the Consolidation of Labor Laws of 1943 to the category, considering that the previous text considered the activity “non-profit”. Late regulation emphasizes other aspects of this profession as a paid activity related to its determinations as to gender, race, and social class, and its impact on value as work. The following research focuses on the changes and persistence of this profession dating from the period of slavery in Brazil. For this purpose we will present data from the fieldwork that has been carried out since 2012 in the city of Marília (SP), focusing on interviews with employees and employers in this profession. In conjunction with field research, we compare data with social indicators on gender, race and class on the profession, and what the historical bibliography and ethnographies on Paid Housecleaner have discussed about the profession.

KEYWORDS: Housecleaner; Gender; Race; Social Class.

1 | INTRODUÇÃO

O Trabalho Doméstico remunerado no Brasil é um dos temas debatidos dentro das Ciências Sociais quanto a gênero, trabalho feminino, classe social, raça, entre outros indicadores sociais. Recentemente, com a Emenda Constitucional 72^o, promulgada em 2013, a categoria profissional passou a ter os mesmos benefícios trabalhistas propostos na Consolidação das Leis Trabalhistas, de 1943. A conquista marca longa data de exclusão da lei que protege a classe trabalhadora no Brasil, ao todo foram 70 anos de invisibilidade perante a seguridade jurídica, fato este que implica a continuidade das pesquisas sobre este trabalho, que não se encontram esgotadas.

Além da situação jurídica, o Trabalho Doméstico no Brasil possui um histórico relacionado desde o período colonial, a qual gênero e raça estiveram intimamente ligados à sua essência. Enquanto exercício de manutenção do lar, é preciso deixar claro que este trabalho em grande parte da História do Brasil foi exercido por mulheres, o que muitas vezes leva a crer erroneamente que a associação entre contexto doméstico e gênero feminino estão naturalmente relacionados. Diante desta falsa proposição, o Trabalho Doméstico tem sido diferenciado na literatura estudada entre remunerado e não-remunerado (HIRATA & KERGOAT, 2007), assim como sua apreciação diante de seu histórico tem sido reconhecido não só como trabalho exercido por mulheres escravas durante o regime escravista, mas de maneira geral, pela mulher enquanto mãe, 'dona de casa', muitas vezes indicada como responsável pelas responsabilidades familiares.

A distinção se faz importante para perceber que alguns dos problemas principais sobre a categoria, quando apresentado sob a ótica de gênero, tem importância quando entendido não só enquanto profissão, mas relacionado ao entorno cultural, sendo esta uma tarefa não só de cuidados da casa como da manutenção da reprodução humana. Isto significa que, de maneira próxima, os dois tipos de distinção existente neste tema, entre remunerado e não-remunerado estão inter-relacionados ao associar a mulher às necessidades da casa, sendo a prestação deste serviço uma das conseqüências do ambiente cultural desfavorável à valorização e reconhecimento deste trabalho como tal.

Portanto, apesar de reconhecer o vínculo entre um e outro, deixamos claro aqui que nosso foco principal durante a pesquisa de campo e a bibliografia estudada se trata do Trabalho Doméstico exercido por terceiros em casas de famílias enquanto atividade remunerada.

Por este motivo, trabalhamos aqui com uma bibliografia que trata sobre a historicidade da profissão a partir da segunda metade do século XIX, período em que as alforrias eram mais evidentes e relacionado aos momentos derradeiros da

escavidão em que a transição do trabalho escravo para o livre teve seu impacto na remodelação da sociedade brasileira quanto a organização dos domicílios, dos espaços urbanos e rurais, e de um modo geral, o quanto houve de mudanças nas relações de trabalho. Em conjunto a este levantamento, abordamos textos que tratam sobre a questão de gênero/raça, e classe/raça como norteadores para tratar sobre a interseção dos indicadores sociais que estão relacionados a este trabalho.

Contribuindo para as bases do que será discutido ao longo deste artigo, esclarecemos que a pesquisa sobre este tema veio à tona quando solicitamos o financiamento de bolsa à FAPESP – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, para o projeto de iniciação científica intitulada “A empregada doméstica na cidade de Marília (SP): entre o ‘afazer’ doméstico e o dever do patrão”, o qual tinha como hipótese a existência nas relações entre empregadores e empregados dentro do Trabalho Doméstico resquícios do período escravista, próximo ao ambiente cultural de mando e obediência da relação entre senhor-escravo. A hipótese, além de ter sido levada a cabo por motivos pessoais, também estava atrelada a fala costumeira que associa a profissão à condição de escavidão.

Muitas vezes esta fala que ecoa no senso comum e de próprias empregadas tende a fazer críticas sobre as relações dita arcaica, em outras acaba por discriminar a profissão, porém, o que nos ficou como interesse foi a necessidade de perceber qual a credibilidade deste discurso, e entender a profissão como um objeto de estudo da História e das Ciências Sociais, seja pelas representações ou pelo levantamento de dados sobre sua atividade durante o período mencionado. A partir do momento em que passamos a compreender sua historicidade, situamos de melhor maneira a questão levantada sobre presente e passado, não só sobre a profissão, como sua relação quanto a gênero, classe e raça.

2 | HISTÓRICO SOBRE A PROFISSÃO

O intuito de levar em consideração a história por trás do Trabalho Doméstico se faz jus pela evidência de mais de 300 anos de escavidão no Brasil e sua conseqüente formação da concepção de trabalho – em especial o manual – exercido no país. Longe de perceber como um fator único e determinante sobre a realidade contemporânea, a reflexão permite questionar valores a partir de comparações com períodos distintos.

Por se tratar de um recorte muito extenso, entre o período escravista e o presente, optamos por fixar a atenção para o intervalo de tempo que marca a derrocada do sistema escravista, ou seja, o momento em que a transição do trabalho escravo para o trabalho livre ocorreu em fins do século XIX, e o quanto esta mudança foi resistida por parte de interessados na manutenção do regime de trabalho forçado.

No segundo quartel do século XIX, com a proibição do tráfico de escravos pela Inglaterra com a lei de 1831 e ingerência sofrida pelo Brasil diante da principal fonte de

mão de obra para a economia exportadora, o ambiente político já declinava perante a dependência com relação ao regime escravista. Como mostra Jaime Rodrigues, o fim do tráfico era discutido na Câmara dos Deputados com os mais diversos argumentos, desde políticos contrários a interferência externa sob o regime até discursos humanitários que apontavam os abusos e violência sofridos por escravos durante o tráfico (RODRIGUES, 2000, p. 107).

Em resumo, a postura era claramente uma resistência por parte de representantes do interesse de proprietários de terras e escravos em prorrogar e manter o funcionamento do regime. A situação iria mudar a partir do momento em que a apreensão de embarcações clandestinas pudesse comprometer legalmente os receptores de escravos, e conseqüentemente, seus compradores, senhores de escravos (RODRIGUES, 2000, p. 110-111).

Em conjunto a essa ingerência externa, as ideias liberais que cada vez mais tomaram conta dos debates políticos passou a repreender a escravidão como uma 'corrupção dos costumes' (RODRIGUES, 2000, p. 118), visto então moralmente como responsável por muitas das mazelas do país. O argumento seria engrossado pela movimentação abolicionista, que ganharia mais força na segunda metade do século XIX (VIOTTI, 2008, p. 78)

Já com o preço de escravos elevado no mercado interno, a tendência para proprietários alforriarem seu plantel e continuarem como trabalhadores libertos nas casas e lavouras passou a ser mais evidente (VIOTTI, 2008, p. 63).

Entre os fatores de nosso interesse sobre esta transição, esta a intenção implícita de setores dominantes da elite econômica em controlar a manutenção da autoridade senhorial, e sobre este aspecto, o Trabalho Doméstico serve como exemplo da situação, em que as mentalidades conservadoras eram o maior empecilho a superação do trabalho escravo como principal fonte de mão de obra para o país.

Lorena Féres da Silva Telles, em sua pesquisa sobre contratos de Trabalho Doméstico em São Paulo em fins do século XIX e início do XX, retrata como esta transição ocorreu e quais reações foram percebidas por parte de senhores/patrões. Em 1896, uma lei que compreendia os direitos e deveres de patrões e empregados era discutida na Câmara Municipal da Capital do Império (TELLES, 2011, p.36). Longe de defender a categoria enquanto profissão, o intuito da lei recaía sobre a liberdade de uma maioria de mulheres negras que experimentavam a mobilidade enquanto libertas (TELLES, 2011, p.37). Com o aumento de alforrias e crescimento da urbanização de cidades como Salvador, São Paulo e Rio de Janeiro, a demanda por empregados nas casas teve significativo aumento assim como a opção por escolha de trabalhos por parte de mulheres que transitavam entre as casas de patrões.

A mobilidade representava uma quebra na autoridade absoluta antes exercida por senhores sobre o cativo, tendo em vista que o regime forçado da escravidão tinha como principal meio de coerção a violência e a restrição da liberdade dos cativos, a transição para o trabalho livre era uma afronta às questões culturais e mentalidades a

que o Brasil estava envolvido desde o espaço público à intimidade do lar.

O registro de cadernetas de trabalhadores domésticos citado era feito pelo departamento policial, e poderia acarretar em multa aos patrões que não estipulassem a função pela qual o empregado(a) fosse admitido e a quantia a receber (TELLES, 2011, p. 39), a lei não restringia porém quantidade de horas trabalhadas, descanso e férias. A carta também assegurava o direito de aviso prévio antes de demissão e indenização por conta de descumprimento de qualquer inciso contratual por ambas as partes (TELLES, 2011, p. 40).

Apesar das jurisdição sobre esta relação de trabalho, a autora evidencia que as cadernetas muitas vezes serviram mais como controle e meio de punição à população liberta. Devido a mobilidade de trabalhos, o abandono de compromisso contratual era constante, e o registro foi instituído como uma forma de penalizar essa quebra na relação de respeito a autoridade (TELLES, 2011, p. 41).

Se a mobilidade era incomoda aos senhores, as garras do regime escravista não fazia com que mulheres escravas aceitassem de total acordo os excessos autoritários de seus proprietários. Pouco antes da libertação definitiva dos cativos, a convivência entre as duas condições de mulheres, entre libertas e escravas também marcava o ambiente de transição do regime forçado para o trabalho assalariado em fins do século XIX, e a maior expressão dessa resistência contra a manutenção da autoridade entre senhor-escravo se pronunciava pelos livros policiais os quais os registros denunciavam atos de rebeldia e desobediência por parte de mulheres escravas (TELLES, 2011, p. 78)

Mais do que uma forma de controle sob pena em valores, os contratos marcavam a discriminação por cor das mulheres libertas, como o exemplo a seguir:

“entrou para o serviço de minha casa, como cozinheira, Maria Galvão, preta, viúva, liberta, ganhando 20.000 mensalmente, por tempo indeterminado” (*Certificados*, p. 126 apud TELLES, 2011, p.99)

As distinções entre pretos, pardos, mulatos e brancos operava como uma extensão da autoridade de senhores em reconhecer alforriados longe do cativeiro, ao mesmo tempo em que marcava uma nova configuração das hierarquias sociais para tratar sobre o aumento de alforrias e a crescente evidencia da presença da população livre. (TELLES, 2011, p. 99-100).

Este aspecto das relações de trabalho, o estigma da cor e o controle sobre escravos recém libertos servirão de ponte mais adiante para tratar sobre os indicadores sociais no presente sobre o Trabalho Doméstico.

Outra questão importante que delimitava o Trabalho Doméstico até pouco antes da República eram as necessidades da casa. Como a falta de saneamento básico nas grandes cidades, muitas dificuldades do ambiente domiciliar eram resolvidas porta afora, o caso ícone desta situação era o problema de falta de água encanada, solucionado pelos chafarizes públicos, como cita Laime Mesgravis (1987, p. 85) em que

a concentração de lavadeiras registrava o espaço como lugar de comum convívio entre o público. A autora também cita a função dos chamados *tigres*, escravos responsáveis por recolher os dejetos e fossas das casas na ausência de esgotos (1987, p. 91-92).

A situação não era favorável também para o consumo de alimentos perecíveis, em especial armazenar víveres, carnes, peixes e aves, o que fazia com que o comércio nos mercados públicos, bancas e vendedores ambulantes representassem a fonte de consumo local nos espaços urbanos (GRAHAM, 1992, p. 55).

Maria Odila Leite, em seu trabalho sobre mulheres no espaço urbano em São Paulo em fins do século XIX, demonstra como a atividade de muitas mulheres além das trabalhadoras domésticas tornava a rotina da cidade mais agitadas. Entre as funções que mulheres escravas tinham quanto ao pertencimento a uma casa, estava o exercício das escravas de ganho, as quais tinham como renda a venda de quitutes em espaços públicos, renda arrecadada em nome de seus proprietários, mas significativo também para seu próprio benefício. Como consequência desta atividade, assim como a situação próxima de muitas escravas aos seus senhores, a alforria foi percebida como um fenômeno majoritariamente feminino (LEITE, 1984, p. 115).

Se a necessidade de empregadores nos domicílios estava relacionada com a debilidade encontrada em se fazer a manutenção da reprodução humana, a implementação de esgoto em cidades como o Rio de Janeiro entre os séculos XIX e XX (GRAHAM, 1992, p. 69) não poupou a presença de *criadas* neste espaço.

Pelo contrário, com a ‘europeização’ da então Capital nacional pautada em ideais de civilização e progresso, foram os resultados para a tentativa de um maior disciplinamento dos empregados da casa (TELLES, 2011, p. 42). Consta como necessidades inerentes a casa as atividades de alimentação, limpeza da casa, cuidado de crianças, lavagem, costura e engoma das roupas’ que constituíam ‘os alicerces do mundo social e político das elites e classes urbanas’ (TELLES, 2011, p. 43).

Antes de poupar empregados, a melhoria das condições das casas trouxe o reforço da associação entre afazeres domésticos e condição feminina. Marina Maluf, em sua pesquisa intitulada “Ruídos da Memória” (1995), construída a partir de memórias de mulheres da classe dominante na empreitada de expansão territorial do café frente às ‘bocas do sertão’, no Oeste Paulista, retrata trechos de diários pessoais de duas mulheres, que são mães, ‘donas de casa’ a qual viviam em outra realidade longe do espaço urbano, no qual demandava maiores esforços que a figura imaginada da mulher de elite ociosa no espaço urbano.

Os relatos dos diários revelam a rotina dessas duas mulheres, que de maneira sintética a autora procura identificar um perfil sobre a época de transição do século XIX para o XX quanto à condição feminina e de pertencimento à classe dominante. A rotina de trabalho em casa e em pequenas produções hortaliças, o ciclo de dar a luz, criar e ver crescer os filhos, e a responsabilidade com a família aparece como pontos em comum não só das interlocutoras da autora, como outros exemplos de relatos deixados como fonte histórica, também utilizada para falar sobre gênero à

época (MALUF, 1995, p. 20).

Em um dos trechos a autora retrata a atenção em especial de uma de suas interlocutoras para com sua empregada, dedicando um capítulo exclusivo destinado a ela. Durante o excerto a interlocutora retrata as melhorias feitas na casa, as quais constam:

um amplo e confortável tanque com água encanada, coberto com telhas francezas e enfeitado de plantas trepadeiras que lhes serviam de cortina, (...) abrigando-a dos raios fortes do sol assim como dos olhares indiscretos. (...) Tinha um fogão formidável onde não deixava faltar boa lenha e toda a bateria necessária. Uma grande pia com fatura d'água quente e fria. MALUF, 1995, p. 56)

As melhorias na casa antes de qualquer coisa servem para reforçar a função da empregada neste espaço. Apesar do esforço da interlocutora lembrar-se de sua empregada, Marina Maluf retrata que ao longo do diário esta pessoa a quem servia a casa some e se torna inexistente, como alguém próximo, mas ao mesmo tempo “um ‘nós’ que os nega e transforma-se em objetos, como se operasse um esvaziamento, ainda que inconsciente e não deliberado, da sua condição de sujeito.” (MALUF, 1995, p. 57)

A situação evidencia a contradição de classe entre as duas mulheres, mesmo com a devida atenção, a memória opera de acordo com a lógica da condição de classe. E se autora faz todo um trabalho de reconhecer que, ao retratar suas vidas enquanto experiências passadas, os sujeitos acabam por identificar pertencimento a diferentes estratos, como gênero, raça e classe, sendo assim, ao afirmar que o relato de mulheres e homens possuem características diferentes diante de gênero (MALUF, 1995, p. 84), podemos inferir que a memória, além de gênero, possui cor, e o trabalho que fizemos até aqui foi de evidenciar o lugar de trabalhadoras domésticas em fins do período escravista.

É importante frisar que o processo imigratório contundente em regiões como o Sudeste devido a expansão da economia cafeeira romperia com as oportunidades de ascensão da população cativa recém liberta, e serviços como o próprio Trabalho Doméstico passaria a ser concorrido com mulheres imigrantes vindas principalmente da Europa (FERNANDES, 1955, p. 44). Neste sentido, podemos indagar, houve uma troca completa da mão de obra negra pelo imigrante europeu sobre o Trabalho Doméstico? O que há como resposta é que essas e outras mudanças de caráter social e político afetaram profundamente as relações sociais inerentes a trabalhos exercidos majoritariamente pela população negra, e que consideramos importante atentar para este traço para perceber os desdobramentos posteriores ao fim da escravidão.

Levantamos aqui algumas questões que talvez já tenham sido superadas dentro do debate sobre relações raciais no Brasil, mas quando tratamos o tema sobre o Trabalho Doméstico sobre esta ótica algumas questões ainda nos parecem bastante pertinentes para analisarmos os dados referentes a indicadores sociais quanto a

profissão no presente.

Se em um primeiro momento da pesquisa nosso argumento histórico tomava conta das explicações sobre a realidade contemporânea, em outro, nos parece significativo compreender o meio de campo a que está atrelada a hipótese sobre a relação entre períodos distintos. A dificuldade de trabalhar com passado e presente talvez esteja na tarefa do pesquisador em não sobrepor um período ao outro como simples causa e efeito, de maneira que haja possibilidades além do determinismo histórico.

A situação faz reconhecer que, quanto maior a distância em que vivemos do período escravista, por mais elucidativo que ele seja, mais difícil é considerá-lo como argumento principal para as explicações sobre o presente. O mais viável neste momento nos parece compreender de que maneira alguns mecanismos de discriminação e cristalização de desigualdades – assim como foi a transição do trabalho escravo para o trabalho livre – foram possíveis com relação à sociedade, o trabalho, em um momento pós Abolição da escravatura.

3 | CLASSE, GÊNERO E RAÇA

Para tratar sobre estes três itens e seu vínculo com o tema apresentado aqui, introduzimos o contexto sobre a discussão de raça no Brasil e qual seu penso no campo da História e Ciências Sociais:

Os mitos sociais, como sabemos, são constantemente criados e destruídos. São uma parte integrante da realidade social e não devem ser vistos meramente como um epifenômeno. Na vida diária, mito e realidade estão inextricavelmente inter-relacionados. Os cientistas sociais e os historiadores operam no nível da mitologia social e eles mesmos, quer queiram quer não, ajudam a destruir e a criar mitos. (VIOTTI, 2010, p. 371)

No trecho acima a historiadora e socióloga Emília Viotti esboça uma forma de compreender o objeto de estudo de pesquisadores das ciências humanas de modo geral e a tarefa de trabalhar com fenômenos sociais. Retirado apenas como um excerto, o trecho relata a necessidade de se levar em consideração a composição deste objeto de estudo formado por mito e realidade, e ao mesmo tempo, a responsabilidade de cientistas sociais em destruírem e contribuírem para existência dos mesmos.

Emília Viotti está dialogando o tema em capítulo que trata sobre “O mito da democracia racial no Brasil” no período republicano (2010, p. 367) quanto ao debate acadêmico sobre as relações raciais no Brasil, como referência, a autora cita dois momentos marcantes em que destaca posições distintas quanto ao tema.

O primeiro caso, Gilberto Freyre durante a década de 1930 produziu obras e argumento o suficiente para ter sua colaboração sobre a ideia de harmonia entre as raças no Brasil, apropriado posteriormente pelo discurso político do embranquecimento da população. Apesar de seu reconhecimento do sistema escravista enquanto

responsável pelas discrepâncias raciais, principalmente de Nina Rodrigues quanto a visão implícita da inferioridade da ‘raça negra’ culturalmente aceita à época, Freyre recorreu a miscigenação para justificar a suposta igualdade de raças existentes no Brasil e exalta seu convívio harmonioso (VIOTTI, p. 368).

Após vinte anos depois, revisionistas deste mesmo argumento assumiriam a responsabilidade de analisar a situação da população negra e refutar a hipótese de Gilberto Freyre. Como resultado, os pesquisadores esclareceram sobre a discriminação da população negra e a conseqüente exclusão das formas de ascensão por meio do trabalho na sociedade pós Abolição (VIOTTI, p. 368). São exemplos desta geração autores como Florestan Fernandes, Roger Bastide, Fernando Henrique Cardoso, Octávio Ianni, entre outros no cenário nacional.

Ao contrário de reforçarem o mito da democracia racial, Viotti cita o trabalho destes autores ao levantarem índices que demonstravam um quadro comprometedor sobre as relações raciais no Brasil quanto à oportunidades, acesso a educação, moradia, e identificaram a expressão cultural peculiar da sociedade brasileira “de terem o fundamental preconceito de não serem preconceituosos” (VIOTTI, 2010, p. 369).

Avançando nos estudos sobre o tema das relações raciais no Brasil, fomos orientados a conhecer a pesquisa do argentino Carlos Hasenbalg (1979), cuja obra “Discriminação e Desigualdades raciais no Brasil” discute sobre esta questão e dialoga com os autores anteriormente citados, em especial Florestan Fernandes, que se debruçou com mais detalhes sobre a inserção do negro na dinâmica da sociedade capitalista.

O que nos chamou a atenção neste texto foi a postura do autor em levantar os principais aspectos excludentes sobre a população não-branca utilizando *raça* como uma categoria analítica, ou seja, os indicadores sociais são cruzados levando sempre em consideração o referencial cor para tratar sobre aspectos sociais da população negra, como: *os espaços geográficos ocupados por não-brancos; a concorrência com o fator imigrante; a ocupação profissional dentro do mercado diante da industrialização no espaço urbano; a mobilidade social quanto a realizações educacionais e ocupacionais; e sobre a representação política enquanto unidade identitária da população negra.*

Ao longo de seu argumento, Carlos Hasenbalg também discute sobre a apropriação que acadêmicos fazem sobre o período escravista como resposta para tratar sobre todos os problemas enfrentados pelos não-brancos posteriormente à Abolição. O autor revela que, de fato, a escravidão teria contribuído para que situações estruturais como: analfabetismo maciço, limitada diversificação de habilidades ocupacionais e grande concentração demográfica em áreas rurais à margem do desenvolvimento urbano.” (HASENBALG, 1979, p. 51)

Em contrapartida, o autor deixa claro que esta postura não esclarece por completo o presente, e cita que:

essa ênfase na continuidade com o passado pode levar a um conforto livre de culpa, já que se sabe que a atual condição dos negros não é em grande parte o resultado da discriminação vigente, mas, pelo contrário, advém da opressão do passado escravista. (HASENBALG, 1979, p. 39-40)

Para diferenciar os tipos de argumentos que se pautam sobre esta perspectiva, o autor elenca duas situações sobre autores que as defendem: a) A predominância de diferenciações raciais deixadas pelo ambiente das relações moldadas pelo período escravista; b) A ênfase no caráter explicativo da escravidão sobre padrões interraciais, entre brancos e não-brancos, sobrevividas após o fim do regime escravista (HASENBALG, 1979, p. 59)

Florestan Fernandes é analisado dentro da segunda perspectiva. Hasenbalg reconhece a importância do autor para o tema no Brasil, mas propõe a compreensão dos dados que Florestan levanta como manutenção de um mecanismo que reforça privilégios dentro do presente (HASENBALG, 1979, p. 71)

Em síntese, o autor se preocupa em mostrar que além dos aspectos deixados pela escravidão, os problemas sobre discriminação e desigualdades raciais precisam estar situados também de acordo com o efeito e função que ele exerce no presente. Uma possível transferência de valores entre períodos não daria conta de compreender por completo os dados atuais, mas sim, de entender a maneira que eles se manifestam enquanto referências para os novos lugares e espaços ocupados pela população negra.

Neste sentido, o autor apóia a ideia de que dentro do mercado de trabalho, as chances de mobilidade social, a formação educacional e o preenchimento de cargos de alto nível de responsabilidade, a categoria analítica raça é contundente, pois revela desigualdades sobre o caráter ocupacional da população quanto a cor. Entre os dados revelados sobre raça e mercado de trabalho, o autor confirma o dado sobre o Trabalho Doméstico enquanto categoria que mais recebeu mão de obra negra até a primeira metade do século XX (HASENBALG, 1979, p. 172)

Em conjunto a este dado, o autor reforça a ideia de que qualificação profissional e ocupação tem uma relação direta para explicar o quadro entre brancos e não brancos no mercado de trabalho. O motivo da presença massiva de não-brancos dentro do Trabalho Doméstico seria justamente pela baixa necessidade de qualificação profissional (HASENBALG, 1979, p. 159)

Neste ponto, retomamos a atenção para nosso objeto de pesquisa levando em consideração o que já discutimos sobre a condição feminina entre os séculos XIX e XX. Além da questão sobre a qualificação profissional, o caráter depreciativo do não reconhecimento das atividades domésticas – enquanto manutenção da reprodução humana – tem seu peso nas relações de gênero.

4 | TRABALHO DOMÉSTICO HOJE

Ao perceber esta questão, reconhecemos que a descentralização da visão masculina sobre as Ciências Sociais e História e o abarcamento da perspectiva feminina (SCOTT, 1992, p. 86), tende a dar maiores recursos sobre esta concepção histórica da ‘desqualificação’ de alguns trabalhos. Em suma, a organização cultural e social a que por longo período esteve associado indiscutivelmente papéis femininos e reprodução humana (ORTNER, 1979, p. 108) reforça este aspecto de menor valor entre os serviços ocupados majoritariamente por mulheres, não só enquanto afazeres domésticos, mas todas concepções sobre ‘o lugar da mulher’.

Já há tempo que a questão de raça, assim como gênero e classe tem sido discutida enquanto *interseções* para reconhecer que apesar de terem abordagens diferentes, um fenômeno como o racismo – por exemplo – pode estar atrelado à uma discriminação de gênero assim como efeitos de desigualdades sociais.

Hoje o Trabalho Doméstico remunerado possui alguns índices que ecoam as descrições previstas até aqui. Com dados baseados na PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio - de 2011, realizada pelo IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística -, cerca de 6 milhões de pessoas atuam na área de *serviço doméstico* no Brasil, sendo 92% referente ao gênero feminino, e deste total, 61% são mulheres negras, 11% a mais do que a metade do percentual total. Dados do DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudo Socioeconômico - (2012, p.148) revelam que a ocupação é a que continua a receber o maior contingente de mulheres negras comparado a outros setores de expressiva mão de obra feminina, como o setor de serviços e comércio. Além desses dados, a profissão é caracterizada por ter baixos salários, pouca seguridade social e alta taxa de contratação informal. O que se espera é que a nova regulamentação de 2013 – com o tempo – possa pressionar juridicamente para que esses dados sofram mudanças.

O dado esperançoso sobre a profissão é de que a faixa etária de mulheres ocupando esta área de serviço tem se concentrado mais entre mulheres no processo de envelhecimento e menos entre jovens de 18 a 24 anos, o que indica uma transição para outras áreas e novas perspectivas de trabalho para além do Trabalho Doméstico (DIEESE, 2012, p. 151). Em contrapartida, este dado não revela se a mão de obra feminina e jovem tem migrado para a condição de diaristas, pois o número de empregadas sob esta condição tem aumentado pelo menos 10% em grandes capitais como São Paulo, Rio de Janeiro, Recife e Salvador (DIEESE, 2012, p. 156), em detrimento do número de mensalistas com carteira assinada.

Em campo, durante a pesquisa realizada em 2012 na cidade de Marília (SP), os dados também foram significativos. Apesar de registrar características sobre classe, gênero e raça, o aspecto principal estudado foi sobre as relações sociais presentes neste trabalho. De fato a extensão das heranças do período escravista não poderiam permanecer imunes nos dias de hoje, mas a articulação entre gênero (sobre o número

total de pessoas entrevistadas 10, todas mulheres), classe (deslocamento da maioria das entrevistadas de bairros periféricos à áreas nobres da cidade), e a cor (pelo menos metade do universo pesquisado foi representado por mulheres negras) foram significativos.

O relato de entrevistadas tocou superficialmente sobre a questão associada a escravidão, mas mesmo assim esteve presente, como no trecho a seguir:

Logo que conhecemos Márcia ela havia tocado na palavra “*escravidão*”, não comentamos de primeira sobre o pano de fundo do projeto, retomamos seu comentário outra vez e a associação que ela fez foi sobre a situação da empregada doméstica, “*o que muda da escravidão? Poder ir e vir?*” (SILVA, 2013, p. 36)

Contudo, pelas entrelinhas era possível identificar como na prática o que pesquisadores acadêmicos buscam enquanto dados podem estar caracterizados de acordo com o ambiente cultural representado pela rotina de trabalho, a família para quem se trabalha e a própria casa, como meio de convívio. As determinações de gênero não aparecem como foram esboçadas aqui, mas as responsabilidades de muitas mulheres entrevistadas estava relacionada entre o trabalho fora de casa e o cuidado com sua própria família, quando não, a própria vida conjugal representava um problema à autonomia financeira e liberdade para o trabalho.

O caráter de raça apareceu em situações extremas em que mulheres negras possuíam um longo histórico de trabalho doméstico marcado por problemas contratuais, negligências sobre a previdência social, os quais muitas vezes descoberto após demissões ou fim da relação de trabalho, marcando assim a marginalidade do grupo. Além destes detalhes, a cor, como foi citado, foi expressiva sobre o número de mulheres trabalhadoras entrevistadas.

Quando estes fatores são apresentados perante classe social, tendem a enfatizar as disparidades que estão relacionadas entre si, em campo não aparecem como índices, mas como estratégias de manutenção do baixo rendimento salarial, como exemplo, o ato de ir a pé para o trabalho com o intuito de economizar o vale transporte, o deslocamento de bairros afastados do centro em direção a áreas nobres da cidade para o serviço, e uma das práticas que correntemente é associada ao Trabalho Doméstico, sobre as trocas materiais entre empregadores e empregados já discutidos por Jurema Brites (2001).

A prática já pertencia a realidade da profissão desde o final do século XIX, como uma forma não só de manutenção da casa das empregadas, como também dos filhos e marido (TELLES, 2011, p. 91). Entre as doações estavam móveis, alimentos, roupas e acessórios descartados pela família dos patrões. Em nossa pesquisa, observamos mais do que um caso de troca, e sim de prestação de serviços ocorrido entre uma empregada entrevistada que havia acabado de receber seu filho caçula e atenção médica dada por sua patroa devido à sua formação como pediatra.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em meio a tantas descrições sobre passado e presente, é possível perceber que os três indicadores relacionais gênero, raça e classe muitas vezes ficam implícitos um ao outro. Dentro do Trabalho Doméstico essa questão se torna ainda mais latente pelo motivo da proximidade e intimidade a que sempre esteve envolvida a profissão.

A ligação direta com patrões muitas vezes tende a desmanchar desigualdades, fato este levantado por autoras como parte das ‘domesticções’ inerentes a este trabalho (KOFES, 2001; CUNHA, 2007), ou seja, é preciso manter a *horizontalidade* proposital entre os dois lados para que haja uma convivência diária. A resposta a estes descompassos talvez esteja na representatividade política enquanto categoria profissional de empregadas, mas na cidade não há a consolidação desta proposta.

A situação talvez seja reflexo da rotina a que muitas entrevistadas estava imersas, de jornada de trabalho fora e dentro de casa, cotidiano que compõe o dia a dia dessas mulheres. Algumas informações foram obtidas sobre a representatividade política de mulheres na cidade, como o trabalho de Tânia Brabo (2008), o qual identifica a presença dominante de homens na política local até os anos 2000. A entidade de mobilização local mais expressiva está representada pelo Conselho da Mulher, que atua na cidade desde a década de 1980 e tem demonstrado força para se articular diante das necessidades políticas inerentes a condição feminina na cidade.

A pesquisa sobre o Trabalho Doméstico ainda demanda outras necessidades, é preciso não se apoiar diretamente em concepções históricas para falar sobre o presente da profissão, esta tem sido uma saída para diagnosticar os indicadores sociais, mas observamos a tarefa de compreender no presente em nome de quem o benefício de ter empregadas é reiterado em nossa sociedade atual.

REFERÊNCIAS

CUNHA, Olivia Maria, Criadas para servir: domesticidade, intimidade e retribuição. In _____ e GOMES, F. S (Orgs.) **Quase-Cidadão: Histórias e Antropologias da pós-emancipação no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007. pp. 377-418.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **Quotidiano e Poder em São Paulo no século XIX**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.

DIEESE. O Emprego Doméstico nos anos 2000. In: Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômico. **A situação do trabalho no Brasil na primeira década dos anos 2000**. São Paulo: DIEESE, 2012.

FERNANDES, Florestan. Do Escravo ao Cidadão. In: BASTIDE, Roger e FERNANDES, Florestan (Orgs.) **Relações Raciais entre negros e brancos em São Paulo**. São Paulo: Editora Anhembi, 1955.

_____. **A integração do negro na sociedade de classes**. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, 1964.

FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande&Senzala**. 51ª ed. São Paulo: Editora Global, 2006.

GRAHAM, Sandra. **Proteção e Obediência: Criadas e seus Patrões no Rio de Janeiro 1860 – 1910**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

HASENBALG, Carlos Alfredo. **Discriminação e desigualdades raciais no Brasil**. tradução de Patrick Burglin. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. **Novas Configurações da divisão sexual do trabalho**. Tradução de Fátima Murad. Cadernos de Pesquisa, v. 37, n. 132, p. 595-609, set./dez. 2007.

KOFES, Suely. **Mulher, Mulheres: a relação entre patroas e empregadas domésticas. A identidade nas armadilhas da diferença e da desigualdade**. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

MALUF, Marina. **Ruídos da Memória**. São Paulo: Editora Siciliano, 1995.

MESGRAVIS, Laime. **O Viajante e a cidade (a vida no Rio de Janeiro através dos viajantes estrangeiros da primeira metade do século XIX)**. Tese apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, como parte dos requisitos para obtenção do título de Livre Docente em História. São Paulo, 1987.

ORTNER, Sherry. “Está a mulher para o homem assim como a natureza para a cultura?” In: ROSALDO, Michelle e LAMPHERE, Louise (Orgs.) **A mulher, a cultura e a sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

RODRIGUES, Jaime. **O infame comércio. Propostas e experiências no final do tráfico de africanos para o Brasil (1800-1850)**. Campinas: Unicamp, 2000.

SCOTT, Joan. História das Mulheres. In: BURKE, Peter (Org.) **A Escrita da História: novas perspectivas**. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Editora Unesp, 1992.

VIOTTI, Emília da Costa. **Da Monarquia à República**. São Paulo, Fundação Editora Unesp: 1998.

_____, Emília da Costa. **Abolição**. São Paulo: Fundação Editora Unesp, 2008.

SILVA, Willians Alexandre. **A empregada doméstica na cidade de Marília (SP): entre o ‘afazer’ doméstico e o dever do patrão**. Relatório Final da FAPESP, 2013.

SITES

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE.

<<http://www.ibge.gov.br/>> Acessado em: 21/02/2016.

Site do Planalto http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc72.htm Acessado em: 13/03/2018

USO DE SISTEMA CAD/CAM NA ODONTOLOGIA ESTÉTICA: RELATO DE CASO

Arthur Eric Costa Wanderley

Centro Universitário Cesmac
Maceió - Alagoas

Ingrid Ferreira Leite

Centro Universitário Cesmac
Maceió - Alagoas

Mayssa Galvão Pimentel

Centro Universitário Cesmac
Maceió - Alagoas

Rúbia Reis Fonseca Amaral Souto

Centro Universitário Cesmac
Maceió - Alagoas

Natália Karol de Andrade

Centro Universitário Cesmac
Maceió - Alagoas

RESUMO: O avanço tecnológico na odontologia permite que confecção da prótese dentária se torne mais rápido e confiável. As porcelanas são uma das principais escolhas por se tratar de um material que consegue reproduzir de forma mais natural o elemento dental, além de apresentarem rapidez em consultório e longevidade clínica. Os sistemas CAD/CAM permitem reduzir o risco de infecção cruzada e outros problemas inerentes aos métodos convencionais. A modernização da tecnologia odontológica permite restaurações definitivas de longa duração, alta qualidade e excelente adaptação. Relata-se o caso de uma paciente, gênero

feminino, 34 anos, leucoderma, que procurou atendimento odontológico para reabilitação dos elementos dentais 11 a 21 queixando-se da aparência estética. Clinicamente, observou-se a presença de restaurações extensas em resina composta. Ao iniciar o tratamento, foram feitos os preparos para coroa total e posteriormente escaneamento digital pelo sistema Ominicam® (Sirona). Utilizando blocos cerâmicos da IPS Empress® II CAD, as coroas foram fresadas com auxílio do sistema Cerec® (Sirona) em escaneamento indireto do modelo em gesso. A cimentação em boca foi feita de acordo com as recomendações do fabricante do cimento escolhido, Variolink® (Ivoclar Vivadent), em seguida foram feitos os ajustes oclusais, acabamento e polimento. O sistema de escaneamento e fresagem é uma alternativa moderna e sustentável que o profissional utiliza para conseguir melhores resultados para diferentes e variados diagnósticos envolvendo tratamentos restauradores. É exigida qualificação do cirurgião-dentista para que a conduta seja feita de forma que o produto final atenda às expectativas do paciente que espera um resultado de qualidade superior e duradouro.

PALAVRAS-CHAVE: Estética Dentária, Porcelana Dentária, Reabilitação bucal.

ABSTRACT: Advanced technology in dentistry

allow confiability and speed in manufacturing prosthesis. Porcelain are one of the main materials able to produce natural tooth replicas in a short time and clinical long-term efficiency. CAD/CAM technology can reduce the risk of cross infection and others specific problems from conventional methods. Dental technology is nowadays used to better performances of clinical duration, high quality and marginal precision. This study reports a case of a female patient, 34 years old, with esthetic complaining of 2 dental elements, requiring dental rehabilitation. Clinically, it showed extensive composite resin restorations. It was started by preparing total-crown ceramic and, after that, digital scanning by Ominicam® (Sirona) system. Crowns was milled with IPS Empress® II CAD ceramic blocks, by using Cerec® (Sirona) system, in indirect scanning in plaster model. Cementation was done in the mouth according to the manufacturer's recommendations - Variolink® (Ivoclar Vivadent), then occlusal adjustment, finishing and polishing of the crowns. The scanning and milling system is a modern sustainable alternative, the dentist uses to best results to different diagnosis involving restoratives treatment. Dentist must be qualified to attend to the patient's expectations, delivering a quality and long-lasting result.

KEYWORDS: Esthetics Dental, Dental Porcelain, Mouth Rehabilitation.

1 | INTRODUÇÃO

O crescente interesse dos pacientes por uma melhor aparência estética, unido ao desenvolvimento significativo de novas tecnologias, que apesar de seu alto custo, tem sido amplamente utilizadas em detrimento à eficiência e rapidez. Essas vantagens provocaram mudanças significativas nos conceitos do tratamento odontológico reabilitador (WANDERLEY e LIMA et al. 2013).

No decorrer da história da civilização humana, os elementos dentais são considerados uma referência de saúde e beleza. A estética dentro de nossa cultura é um símbolo também de autoestima, situação econômica e social. Com a valorização da estética, as técnicas reabilitadoras, de rápida confecção proporcionaram uma expansão da atual filosofia reabilitadora da Odontologia (MARTINS et al., 2011).

Dentre a enorme gama de materiais restauradores, as cerâmicas odontológicas têm se destacado por sua excelente propriedade óptica, biocompatibilidade, durabilidade e grande semelhança com os dentes naturais (OKIDA, 2016 e SANTIAGO, 2016) A cerâmica odontológica, foi introduzida na odontologia na década de XVIII pelo francês Alexis Duchateau que, insatisfeito com as prótese confeccionadas com marfim, optou pelo uso das cerâmicas por constatar sua durabilidade de cor e resistência ao manchamento, adicionalmente pode-se referir a modernização e versatilidade desse material dentário, estando cada vez mais rico em opções de cores e opacidades. (AMOROSO, 2012).

Os preparos realizados para reabilitação com estes materiais (cerâmica) para confecção de coroas totais necessitam de correto planejamento e orientação por meio

do uso de guias. Essas proporcionam maior precisão sobre o espaço suficiente e seguro para as características do material cerâmico, auxiliando na determinação da quantidade de esmalte a ser desgastado, quando necessário (SAVARIS et al., 2018)

As moldagens com elastômeros, denominadas de moldagens convencionais, são realizadas, mundialmente, como procedimento de rotina na maioria dos consultórios (CHRISTENSEN, 2008; ENDO e FINGER, 2006). A moldagem trata-se de um processo fundamental a fim de reproduzir as estruturas dentárias (ou preparos protéticos) e tecidos circundantes. A partir desta fase é possível reproduzir uma condição clínica do paciente para modelos de estudos ou de trabalho (SILVA e ROCHA, 2014).

Embora resultados de qualidade possam ser obtidos com a moldagem convencional, estas estão suscetíveis a erros que resultam em baixa reprodução das margens do preparo, rasgamento do material, presença de detritos impregnados, bolhas em áreas nobres, distorção do material após tomada de presa, procedimentos de desinfecção pouco efetivo e atraso por meio de serviços terceirizados para conclusão das peças protéticas (CARDOSO et al., 2018). Com o uso cada vez mais constante do escaneamento intraoral, assim como o avanço tecnológico dos *scanners* e *softwares*, a substituição da moldagem convencional vem tornando-se possível.

Os softwares de desenho auxiliado por computador (CAD) e a fabricação por meio de uma máquina fresadora assistida por computador (CAM) são utilizados rotineiramente em várias especialidades odontológicas, a fim de diminuir as principais falhas do processo de moldagem convencional, particularmente na prótese dentária (MESTRINHO et al., 2019). Esta tecnologia permite o planejamento e confecção de restaurações estéticas padronizadas proporcionando previsibilidade e alta taxa de sucesso clínico (CARDOSO et al., 2018).

Estes modelos podem ser obtidos de duas formas: direta e indireta. Segundo os autores Silva e Rocha (2014) no método de escaneamento direto o registro da superfície intraoral é realizado com um *scanner* manual, neste método, o scanner captura as imagens da cavidade oral do paciente e envia instantaneamente a um computador. Alguns autores como Camardella et al. (2014) garantem que a maioria desses aparelhos possibilitam o compartilhamento dos modelos digitais via *link* facilitando assim a comunicação com serviços terceirizados.

O método indireto obtém-se por meio da moldagem convencional no primeiro momento seguido da obtenção do exemplar digital a partir do escaneamento do modelo em gesso (CARDOSO et al., 2018).

Anteriormente ao processo de digitalização da estrutura, faz-se necessário considerar alguns aspectos relacionados ao remanescente dental. Além da prudência referente à espessura do corte e a escolha do material utilizado, a estrutura dentária remanescente não pode apresentar ângulos vivos, uma vez que a prótese é confeccionada em cerâmica e a presença de ângulos vivos pode ocasionar linhas de fratura no material e propagação das mesmas. Além disso, o sistema de obtenção destas próteses não é capaz de reproduzir ângulos deste tipo, dessa forma, a linha

de acabamento ideal é o chanfro largo ou ombro com ângulo interno arredondado (CORREIA et al., 2006)

A utilização de restaurações cerâmicas vem sendo cada vez mais utilizada como alternativa de tratamento reabilitador que reproduzem fielmente a dentição natural. Diante da constante evolução, diversos sistemas foram introduzidos no mercado a fim de possibilitar a confecção de restaurações cerâmicas livres de metal. Vários sistemas cerâmicos foram desenvolvidos, permitindo a melhoria das propriedades físicas e mecânicas do material (COPPLA et al., 2014 e AMOROSO, 2012). Entretanto para se obter sucesso clínico é necessário um correto diagnóstico, planejamento e execução, associado ao conhecimento dos materiais e técnicas utilizados (AHMAD, 2008).

O sistema cerâmico IPS Empress® II CAD (feldspáticas reforçadas com leucita) é uma excelente alternativa para a restaurações em que se preconiza a estética, sendo indicado para confecção de próteses fixas nas regiões anteriores e posteriores até o segundo pré-molar e para coroas totais em qualquer posição das arcadas dentárias (NISHIOKA et al., 2002; MEDEIROS et al., 2009).

Este trabalho objetiva descrever as fases de reabilitação estética em dentes anteriores utilizando coroas livres de metal através do sistema IPS Empress® II CAD, planejando com imagens tridimensionais o melhor planejamento digital para processo de fresagem mais fidedigna.

2 | RELATO DE CASO

Relata-se o caso de uma paciente, gênero feminino, 32 anos que procurou atendimento odontológico alegando presença de elementos dentais anteriores escurecidos e desgastados. Durante avaliação clínica constatou-se comprometimento estético dos incisivos centrais superiores (11 e 21) e presença de extensas restaurações em resina composta as quais encontravam-se com infiltrações marginais e desgastes incisais (FIGURA 1). Radiograficamente observou-se que os referidos elementos estavam tratados endodonticamente e apresentavam boa condição em relação à qualidade da obturação e dos tecidos periapicais.



FIGURA 1 - Elementos 11 e 21 apresentando restaurações defeituosas extensas em resina composta.

Diante disso, foi proposto um planejamento reabilitador baseado em uma reabilitação efetiva e conservadora para o alinhamento dental e o restabelecimento da cor dos dentes por meio de coroas de cerâmica utilizando o sistema IPS Empress® II CAD.

Com o objetivo de garantir uma maior estabilidade dos remanescentes dentários foi proposto a remoção completa da resina composta, bem como curetagem do tecido cariado para que fosse possível seguir com a instalação de pinos em fibra de vidro (Whitepost DC – FGM, número 0.5), feita após desobturação dos condutos, respeitando o limite de 3 a 4 mm de guta percha remanescente na porção apical, com a finalidade de promover um selamento apical e manter a integridade do tratamento endodôntico.

A desobturação do conduto foi realizada com o auxílio de brocas do sistema Whitepost DC – FGM®, possibilitando otimizar a anatomia endodôntica para a instalação dos pinos de fibra de vidro. Para a instalação dos pinos, fez-se necessário provar previamente o pino selecionado e realizar o preparo do pino com ácido fluorídrico a 10% para preparo da superfície, seguida da aplicação do silano (Prosil – FGM®), após 60 segundos aplicou-se leve jato de ar e o excesso do silano foi removido, deixando o pino pronto para cimentação. O pino recebeu, com o auxílio de um microaplicador, uma camada de adesivo dual.

Para o preparo do conduto, foi utilizado ácido fosfórico a 37% com um tempo médio de 20 segundos, a área foi lavada abundantemente e secada com cones de papel absorvente e foi realizada a aplicação do adesivo dual em toda a área condicionada com o auxílio de um microaplicador fino e longo. Os excessos de adesivo foram removidos e foi adicionada à superfície dos pinos e ao conduto uma camada do cimento resinoso (AllcemCORE – FGM – cor A2), com o auxílio de ponta aplicadora. Os pinos foram travados nos condutos e após remoção dos excessos do cimento, feito polimerização durante 40 segundos.

O corte dos pinos foi realizado com o auxílio de pontas diamantadas sob refrigeração, garantindo que a altura destes estivessem 2mm abaixo da referência oclusal do elemento dental antagonista, possibilitando uma espessura adequada de porcelana. Os preparos dentários para as coroas totais foram realizados com alta rotação e boa refrigeração com pontas diamantadas nas faces vestibulares, proximais, incisais e palatinas, seguindo os princípios de convergência/expulsividade oclusal e ângulos arredondados, adicionalmente preocupou-se com o término cervical para que este permanecesse em esmalte para melhorar o processo de adesão. Em seguida os preparos receberam acabamento e polimento final com pontas diamantadas fina e extra finas e discos de polimento.

Após a conclusão do preparo foi realizado o afastamento gengival com o uso fios retratores de diferentes diâmetros, o primeiro fio apresentava uma espessura mais fina

e foi totalmente inserido no sulco gengival dos dentes preparados onde permaneceu em posição ao longo de todo procedimento para afastar os tecidos gengivais, proteger o espaço biológico e controlar a exsudação do fluido sulcular. O segundo fio apresentava um maior calibre e este permitiu o afastamento dos tecidos gengivais e foi removido instantes antes da moldagem.

Antes do procedimento de moldagem propriamente dito o registro de mordida foi adquirido. Para a realização da moldagem, o material de escolha foi silicona de adição, seguido previamente da prova da moldeira superior, remoção do fio afastador de maior calibre e aplicação da pasta fluida de silicona de adição (Express, 3M ESPE) e levada à moldeira com a pasta densa em um único passo (FIGURA 2). Ao fim das moldagens e confecção dos modelos, realizou-se os provisórios à base de resina bisacrílica seguido da cimentação em boca. Os modelos de trabalho então foram encaminhados para escaneamento digital possibilitando assim confeccionar os modelos digitais que possibilitaram o planejamento do caso e fabricação das coroas com o material IPS Empress® II CAD (FIGURA 3).



FIGURA 2 - Molde da arcada superior com silicona de adição.



FIGURA 3 - Coroas em IPS ESPRESS II

O preparo químico da coroa foi realizado com ácido fluorídrico a 10% por 20 segundos, lavagem em água abundante, secagem com leves jatos de ar, seguida de fina aplicação de silano e camada de adesivo. Para o preparo do dente foi realizado condicionamento da superfície dentária remanescente com ácido fosfórico a 37% em um tempo médio de 20 segundos seguida da aplicação de fina camada de adesivo e cimento resinoso. A cimentação foi realizada seguindo protocolos rígidos e de acordo com o fabricante do cimento selecionado, Variolink® (Ivoclar Vivadent), e a polimerização por 40 segundos em cada face do elemento dental, os pequenos excessos de cimento resinoso foram removidos com o auxílio de uma lâmina de bisturi nº 12.

Finalizada a instalação das coroas, fez-se necessário a checagem oclusal com a utilização de filme carbono (Accu-Film II, PARKELL, Edgewood, NY, EUA), prosseguindo com os movimentos mandibulares de excursão em guia anterior, lateralidade (guia canina) e Máxima Intercuspidação Habitual (MIH), removendo todo e qualquer interferência nas guias (FIGURA 4), além disso, foi realizado exame radiográfico para avaliar a condição da interface preparo dentário e coroa.



FIGURA 4 - Aspecto final das restaurações indiretas.

3 | DISCUSSÃO

A grande exigência estética dos pacientes tem feito com que os Cirurgiões-Dentistas procurem técnicas e materiais restauradores cada vez mais eficientes e duradouros. A estética dos dentes está diretamente relacionada com a face, desta forma, quando os pacientes procuram um cirurgião-dentista, ele pretende melhorar a forma e cor dos dentes, causa pela própria desarmonia no sorriso ou por destruição coronária (FREITAS, 2014).

A fim de proporcionar trabalhos cada vez mais fidedignos, a tecnologia CAD-CAM proporciona um Aperfeiçoamento na produção das restaurações de prótese fixa (CORREIA et al., 2006).

O trabalho apresentado utilizou o modelo de escaneamento indireto e direto.

Embora, segundo Correia (2006), este último possua aplicação mais prática e mais rápidas, os sistemas de digitalização intra-oral ainda não permitem obter imagens suficientemente precisas das relações espaciais, especialmente quando estão envolvidos vários dentes na reabilitação protética.

A tecnologia das cerâmicas odontológicas, vem melhorando todas as suas propriedades, tornando-a mais fácil e acessível para restabelecer estrutura, estética e função de forma mais natural e realista possível. (MARQUARDT e STRUB, 2006; SILVA et al, 2011). O caso relatado corresponde a reabilitação de coroas unitárias dos elementos anteriores em cerâmica feldspática, este, apresenta elevados resultados estéticos com excelente biocompatibilidade, alta resistência e estabilidade de cor (COPPLA et al., 2014), o que conferiu, a longo prazo, sucesso às coroas.

Existem diferentes tipos de cerâmicas utilizadas na odontologia, com diferentes graus de translucidez, as quais podem ser alteradas pela estrutura, espessura, composição cristalina, porosidade entre as camadas e reflexo da infraestrutura entre a interface e a cobertura de cerâmica (LANZA, 2017).

Medeiros, et al. (2009) avalia o uso do sistema IPS Empress® II CAD (Ivoclar/Vivadent), sendo uma cerâmica com incorporação de leucita apropriada para fresagens, com o alto padrão de resoluções estéticas por apresentarem melhores características de resistência sem prejudicar as propriedades de translucidez. O caso clínico descrito anteriormente lançou mão da escolha do sistema IPS Empress® II CAD por apresentar resultados altamente estéticos, conforme requisitado pela paciente, tendo como resultados a qualidade do material estético. Considerando as características obtidas pela cerâmica feldspática como resistência mecânica e propriedades ópticas semelhantes às dos dentes naturais (YAZICI, 2007).

Os retentores intrarradiculares proporcionam condições adequadas para que a reabilitação seja possível, tendo em vista o extenso comprometimento coronário como o caso apresentado (SOARES et al., 2016). Um dos pinos pré-fabricados mais utilizados é o de fibra de vidro, este por sua vez foi o de escolha para o referido caso, pois apresenta translucidez, o que aumenta o grau de estética do resultado final e boa adesão aos compósitos dentais (ROCHA et al., 2017) contribuindo para uma adequada reabilitação. Mesmo após preparo de coroa total dos elementos 11 e 21 notou-se manutenção do substrato natural, logo, foi possível utilizar a feldspática.

O sucesso deste tipo de reabilitação dar-se-á união dos tecidos dentais e cerâmicos por meio dos materiais de cimentação. Os chamados cimentos resinosos destacam-se devido a sua baixa solubilidade, contribuição com a estética do trabalho, promovendo estabilidade cromática e propriedades mecânicas adequadas (MARQUARDT e STRUB, 2006; SILVA et al, 2011). O cimento resinoso neste caso utilizado foi o VARIOLINK (Ivoclar) o qual, é de fácil manipulação, escoando somente sob pressão, promovendo uma cimentação efetiva devido a sua fina espessura de película, o que facilita o assentamento e adaptação da peça.

A seleção do cimento para retenção é um procedimento de fundamental

importância, pois o desenvolvimento dos novos sistemas resinosos de características duais, ou seja, foto e quimicamente ativados em um só produto permitiu a indicação destes novos sistemas cerâmicos livres de metal, o que torna a adesão segura e altamente eficaz, uma vez que quando apenas fotopolimerizável não alcançaria os níveis adequados no elemento, pois as peças apresentam espessura de cerâmica maior que 1 mm (JORGE, et al 2019). Utilizou-se o cimento resinoso dual, pois além das características citadas acima, são estéticos com opções de cores permitindo correções de leves nuances (COPPLA et al., 2014).

Para o tratamento das superfícies, realizou-se o jateamento da região interna da coroa protética com óxido de alumínio, conforme preconizado, a fim de remover os resíduos contaminantes do gesso, aumentando a superfície de contato do sistema silano-adesivo aumentando consideravelmente a adesão e resistência da peça, conforme ratifica os estudos de Gomez e Calixto (2004). Seguiu-se com o condicionamento das peças com ácido fluorídrico a 10% objetivando criar microrretenções na fase vítrea da cerâmica (COPPLA et al., 2014), salientando a importância do condicionamento que, para cerâmicas do tipo IPS Empress® II CAD, a aplicação deverá ser de 20 segundos. O uso do silano é obrigatório, pois proporciona a afinidade química das partículas de sílica jateadas com o cimento resinoso, promovendo uma adesão ao cimento e à peça protética (GOMEZ e CALIXTO et al, 2004; SARACOGLU E COTERT, 2004).

Segundo Blatz et al. (2003), em seu estudo, a utilização de ácido fluorídrico e silano facilitaram a criação de forças de união elevadas, excedendo a força de coesão da cerâmica, além disso, o condicionamento com ácido fluorídrico pode promover uma melhora na resistência.

O resultado final desse caso clínico foi a obtenção de uma melhora significativa da estética do sorriso e harmonia do conjunto dento-facial, bem como, a grande satisfação relatada pela paciente.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para o sucesso clínico, longevidade, das coroas totais livres de metal, é necessário que o cirurgião-dentista, conheça e adquira mais conhecimento sobre cada tipo de material, que exista no mercado, e a cada novo lançamento se atualize a fim de que possa indicá-los, e o principal que saiba as limitações, as vantagens de uso de cada um e que haja critério no planejamento dos casos. Aliado ainda a correta técnica de cimentação, procedimentos e avaliação das condições intra-orais do paciente. O relato de caso apresentado, pode-se concluir que esses tratamentos podem e devem ser realizados de forma previsível. Observou-se também a satisfação evidente do paciente.

REFERÊNCIAS

AHMAD, I. **Protocolos para restaurações estéticas previsíveis**. 1. ed. Porto Alegre: Artmed; 2008. p. 69-87.

AMOROSO, A. L. et al. **Cerâmicas odontológicas**: propriedades, indicações e considerações clínicas. *Revista Odontológica de Araçatuba*. v. 33, n. 2, p.19-25, 2012. Disponível em: <<https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/133259/ISSN1677-6704-2012-33-02-19-25.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 14 maio 2019.

BLATZ, M. B.; SADAN, A.; KERN, M. **Resin-ceramic bonding**: a review of the literature. *J Prosthet Dent*. v. 89, n. 3, p. 268-274, 2003. Disponível em:< <https://doi.org/10.1067/mpr.2003.50>> Acesso em: 16 maio 2019.

CARDOSO, L. F. et al. **Moldagem digital em odontologia**: perspectivas frente à convencional - uma revisão de literatura. *Anais do Seminário Científico da FACIG*. n. 4, 2018. Disponível em: <<http://pensaracademico.facig.edu.br/index.php/semiarociencia/article/view/769/672>>. Acesso em: 14 maio 2019.

CAMARDELLA, L.T.A. et al. **A utilização dos modelos digitais em Ortodontia**. *Ortodontia SPO*. v.47, n.1, p.75-82, 2014. Disponível em:<<http://www.ortociencia.com.br/Artigo/Index/1456>>. Acesso em: 17 maio 2019.

CHRISTENSEN, G. J. **Will digital impressions eliminate the current problems with conventional impressions**. *J Am Dent Assoc*. v.139, n.6, p.761-763, 2008. Disponível em: <<https://doi.org/10.14219/jada.archive.2008.0258>>. Acesso em 14 maio 2019.

CORREIA, A. R. M. et al. **CAD- CAM**: a informática a serviço da prótese fixa. *Rev. Odontol. UNESP*. v. 35, n. 2, p. 183-89, 2006. Disponível em: <<http://www.revodontolunesp.com.br/article/588017d97f8c9d0a098b493c>>. Acesso em: 14 maio 2019.

COLOMBO, M. et al. **Vickers micro-hardness of new restorative CAD/CAM dental materials**: evaluation and comparison after exposure to acidic drink. *Materials*. v. 12, n. 8, p. 1246, 2019. Disponível em:<<https://doi.org/10.3390/ma12081246>>. Acesso em 16 maio 2019.

COPPLA, F. M. et al. **Restaurações estéticas indiretas**: relato de caso clínico. *Rev Assoc Paul Cir Dent*. v. 68, n. 3, p. 238-243, 2014. Disponível em:< <http://revodontobvsalud.org/pdf/apcd/v68n3/a11v68n3.pdf>>. Acesso em: 14 maio 2019.

ENDO, T.; FINGER, W. F. **Dimensional accuracy of a new polyether impression material**. *Quintessence Int*. v. 37, n.1, p.47-51, 2006. Disponível em: <http://www.quintpub.com/journals/find_article.php?article_id=2073>. Acesso em: 14 maio 2019.

FREITAS, R. et al. **E.max como fator estético na reabilitação em dentes com coroas clínicas curtas**: relato de caso clínico. *Innov Implant J, Biomater Esthet*. v. 9, n. 2, p. 71-79, 2014. Disponível em: <<https://jmdentistry.com/pdf/article/266.pdf>>. Acesso em: 14 maio 2019.

GOMEZ, O. M. M.; CALIXTO, A. L. **Estética em clínica odontológica: Cimentação adesiva**. Curitiba: editora Maio, 2004.

JORGE, C. F. et al. **O desafio do restabelecimento de um sorriso antiestético por meio de prótese fixa metal-free**. *FOA-UNESP Univ. Estadual Paulista*. v. 8, n. 1, p. 6-12, 2019. Disponível em:<<http://dx.doi.org/10.21270/archi.v8i1.3236>>. Acesso em: 16 maio 2019.

LANZA, M. D. S. et al. **Influence of curing protocol and ceramic composition on the degree of conversion of resin cement**. *J Appl Oral Sci*. v.25, n.6, p.700-707, 2017. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/jaos/v25n6/1678-7757-jaos-25-06-0700.pdf>>. Acesso em: 14 maio 2019.

MARQUARDT, P.; STRUB, J. R. **Survival rates of IPS Empress2 all-ceramic crowns and fixed partial dentures: Results of a 5-year prospective clinical study.** Quintessence Int. v.37, n.4, p.253- 259, 2006. Disponível em:<<https://pdfs.semanticscholar.org/3713/8b55ea1e98db1a4ea686348417e776899ef2.pdf>>. Acesso em 14 maio 2019.

MARTINS, P. W. D et al. **Reabilitação estética em dentes anteriores com lesões de cárie proximais:** relato de caso. Odontol. Clin. Cient. v. 10, n. 3, p. 293-295, 2011. Disponível em:<<http://revodonto.bvsalud.org/pdf/occ/v10n3/a20v10n3.pdf>>. Acesso em: 16 maio 2019.

MEDEIROS, F. R. et al. **Avaliação mecânica das cerâmicas IPS-Empress 2 e In-Ceram Zircônia.** Brazilian Dental Science. v. 12, n. 1, p. 70-76, 2009. Disponível em: <<http://bds.ict.unesp.br/index.php/cob/article/view/255/195>>. Acesso em: 14 maio 2019.

MESTRINHO, L. A. et al. **Retrospective study of 18 titanium Alloy crowns produced by computer-aided design and manufacturing in dogs.** Front. Vet. Sci. v. 6, p. 97, 2019. Disponível em:<<https://doi.org/10.3389/fvets.2019.00097>>. Acesso em: 16 maio 2019.

NISHIOKA, R. S.; CARVALHO, R. L. e ALMEIDA, E. E. S. **Prótese adesiva sem metal com o sistema IPS Empress 2.** Revista da APCD. V. 56, n. 4, p. 277-279, 2002. Disponível em:<<http://portal.revistas.bvs.br/index.php?issn=0004-5276&lang=pt>>. Acesso em: 16 maio 2019.

OKIDA, et al. **Lentes de contato:** restaurações minimamente invasivas na solução de problemas estéticos. Revista Odontológica de Araçatuba. v. 37, n. 1, p. 53-59, 2016. Disponível em: <<http://apcdaracatuba.com.br/revista/2016/01/trabalho7.pdf>>. Acesso em: 14 maio 2019.

ROCHA, I. J. P. B. et al. **Análise de dois métodos de desinfecção de condutos radiculares após preparo para pinos:** proposta de protocolo protético: estudo in vitro. Rev. Odontol. UNESP. v.46, n.4, p.189-95, 2017. Disponível em:<<http://dx.doi.org/10.1590/1807-2577.00917>>. Acesso em: 16 maio 2019.

SANTIAGO, L. A.; PERALTA S. L. **Lentes de contato dentais: avaliação da longevidade e principais causas de falhas.** Mostra Científica do Curso de Odontologia. v. 1, n. 1, 2016. Disponível em:<<http://201.20.115.105/home/bitstream/123456789/847/1/1196-3221-1-PB.pdf>>. Acesso em: 16 maio 2019.

SARACOGLU, A. CURA, C.; ÇÖTERT, H. S. **Effect of various surface treatment methods on the bond strength of the heat-pressed ceramic samples.** J Oral Rehabil. n. 3, p. 790–797, 2004. Disponível em:< <https://doi.org/10.1111/j.1365-2842.2004.01305.x>>. Acesso em: 16 maio 2019.

SAVARIS, D. I. et al. **Lentes de contato:** harmonização e estética com preparos conservadores. Journal of Research in Dentistry. v. 6, n. 4, p. 91-97, 2018. Disponível em:<<http://dx.doi.org/10.19177/jrd.v6e4201891-97>>. Acesso em: 16 maio 2019.

SILVA, L.R.R; ROCHA, N.D. **Sistemas de moldagem digital em Odontologia.** RESCO, 2014. Disponível em: <http://repositorio.saolucas.edu.br:8080/xmlui/bitstream/handle/123456789/1523/Lincoln%20Ritielli%20Rocha%20da%20Silva%20-%20Sistemas%20de%20moldagem%20digital%20em%20odontologia.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 14 maio 2019.

SILVA, N. R. F. A. et al. **Comparative reliability analyses of zirconium oxide and lithium disilicate restorations in vitro and in vivo.** JADA. v.142, n.2, p. 4-9, 2011. Disponível em:<<https://doi.org/10.14219/jada.archive.2011.0336>>. Acesso em: 14 maio 2019.

SOARES, P. F. B. et al. **Contenção interdentária empregando fibra de vidro e resina composta:** Relato de caso e acompanhamento de 14 anos. Rev Odontol Bras Central. v.25, n.73, p.80-3, 2016. Disponível em:<<http://www.robrac.org.br/seer/index.php/ROBRAC/article/view/1047>>. Acesso em: 14 maio 2019.

WANDERLEY e LIMA R. B. et al. **Reabilitação estética anterior pela técnica do facetamento –**

relato de caso. R bras ci Saúde. V.17, n. 4, p. 363-370, 2013. Disponível em:<<http://www.periodicos.ufpb.br/index.php/rbcs/article/viewFile/13389/11437>>. Acesso em: 14 maio 2019.

YAZICI, A. R. et al. **The effect of curing units and staining solutions on the color stability of resin composites.** Oper Dent. v.32, n.6, p.616-622, 2007. Disponível em:<<https://www.jopdentonline.org/doi/full/10.2341/07-3>>. Acesso em: 14 maio 2019.

TRABALHADORES DE SAÚDE DO SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA E A EXPOSIÇÃO AOS RISCOS OCUPACIONAIS

Elizama dos Santos Costa

Mestranda em Enfermagem pela Universidade Federal do Piauí (UFPI), Teresina-PI

Mirelly Mineiro Penha

Enfermeira pela Associação de Ensino Superior do Piauí (AESPI), Teresina-PI

Tatyanne Silva Rodrigues

Doutoranda em Enfermagem pela Universidade Federal do Piauí (UFPI), Teresina-PI

Graziele de Sousa Costa

Enfermeira residente em Obstetrícia na Universidade Federal do Piauí (UFPI), Teresina-PI

Thalita Kelly Monteiro Silva

Acadêmica de Enfermagem na Faculdade Maurício de Nassau, Parnaíba-PI

Marina Vieira Ferreira

Enfermeira pela Faculdade do Piauí (FAPI), Teresina-PI

Mickaelle Bezerra Calaça

Enfermeira pela Faculdade (FATESP); Pâmela Suelem Nascimento Vieira, Enfermeira Obstetra pelo Programa de Residência (UFPI), Teresina-PI

RESUMO: Objetivos: Identificar na literatura os riscos ocupacionais que os trabalhadores do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência, estão expostos ao prestar atendimento pré-hospitalar. **Metodologia:** O estudo foi realizado por meio de uma revisão de literatura. A busca ocorreu no período de dezembro de 2018 nas

bases de dados MEDLINE/LILACS/BDEF, com os descritores “Serviços de atendimento médico de emergência”, “Trabalhadores de Saúde” e “Riscos Ocupacionais” construída a partir da estratégia PICO. Os critérios de inclusão delimitaram artigos na íntegra publicados no período de 2013 a 2018 com resumos e textos disponíveis nos idiomas português e inglês.

Resultados: A pesquisa selecionou oito artigos para análise, a maioria publicada em 2013, de Revistas próprias da enfermagem. Com a análise emergiram dois temas principais: Riscos relacionados a materiais contaminados, Riscos relacionados a estresse físico e psíquico. **Considerações finais:** Verificou-se neste estudo os trabalhadores da saúde, especificamente aqueles que atuam no serviço de atendimento móvel de urgência, estão expostos a vários riscos ocupacionais, porém são mais susceptíveis a danos por contaminação por materiais biológicos e situações de estresse. Ressalta-se uma limitação quanto à frequência de estudos direcionados especificamente aos profissionais do SAMU.

PALAVRAS-CHAVE: Serviços de atendimento médico de emergência; Trabalhadores de Saúde; Riscos Ocupacionais.

HEALTH WORKERS FROM THE MOBILE EMERGENCY CARE SERVICE AND THE EXPOSURE TO OCCUPATIONAL RISKS

ABSTRACT: Objectives: To identify in the literature the occupational risks that workers are exposed to when providing prehospital care. **Methodology:** The study was carried out through a literature review in qualitative format. The search occurred in the period of December 2018 in the MEDLINE / LILACS / BDEF databases, with the descriptors “SAMU”, “Health Workers” and “Occupational Risks”. The inclusion criteria delimited original articles published between 2013 and 2018 with abstracts and full texts available in Portuguese and English. **Results:** The research selected eight articles for analysis, most published in 2013, of nursing journals. With the analysis emerged two main themes: Risks related to contaminated materials, Risks related to physical and psychic stress. **Final considerations:** In this study health workers, specifically those who work in the emergency mobile service, are exposed to various occupational hazards, but are more susceptible to damages due to contamination from biological materials and stress situations. A limitation is noted regarding the frequency of studies directed specifically to the professionals of the SAMU.

KEYWORDS: SAM; Health Workers; Occupational Risks

1 | INTRODUÇÃO

A Organização Internacional do Trabalho estimou que 2,34 milhões de pessoas morrem anualmente no mundo em decorrência de acidentes e doenças relacionados com o trabalho, sendo 2,02 milhões (86,3%) causados por Doenças Profissionais e 321 mil em consequência de Acidentes de Trabalho. São 6.300 mortes diárias relacionadas ao trabalho, 5.500 causadas por Doenças Profissionais, números esses inaceitáveis, os quais indicam que ações devem ser intensificadas em busca do trabalho adequadamente remunerado, exercido em condições de liberdade, equidade e segurança, além de ser capaz de garantir uma vida digna às pessoas (BRASIL, 2011).

Ademais, os profissionais de urgência e emergência, muitas vezes deparam-se com situações de vulnerabilidade, tendo em vista os locais de atendimento impróprios, e que os expõem a riscos ocupacionais (SILVA et al., 2014; SPUZA et al., 2014). Os profissionais de saúde do SAMU se submetem a vários riscos ocupacionais do que aqueles servidores de saúde que trabalham no ambiente hospitalar, pois fornecem atendimento a vítimas em diversos locais e nas mais variadas circunstâncias, expondo-os. Sendo assim, torna-se evidente que os mesmos encontram-se constantemente vulneráveis a todo tipo de risco ocupacional, entre eles: físicos, químicos, acidente, biológicos, ergonômicos e psicossociais (COSTA et al., 2014).

Outro destaque para os riscos ocupacionais em profissionais da saúde no atendimento móvel pré-hospitalar, é a ergonomia, que em muitas vezes o atendimento é realizado em posições desconfortáveis, com instabilidade de movimentos corporais dentro das ambulâncias. Estes e outros problemas envolvidos no trabalho desses profissionais, estão relacionados a diversos fatores desde a informação correta

fornecida, materiais a serem utilizados, quantidades de profissionais, transportes adequados e administração de supervisores (OLIVEIRA; PAIVA, 2013).

Observa-se que o serviço de APH móvel enfrenta inúmeras dificuldades, onde os profissionais do atendimento do SAMU trabalham no limiar entre a vida e a morte, na qual precisam sempre agir de forma rápida e eficaz para garantir estabilidade do paciente (SILVA et al., 2014). Por trabalhar de certo modo pressionado a agir sob olhares de curiosos, críticas, exposição nas redes sociais esse trabalhador presta atividades laborais com atenção principalmente voltada a sua vítima, deixando para segundo plano sua própria saúde na maioria dos atendimentos é então onde eles passam a conviver com presença de dores lombares e musculoesqueléticas entre os trabalhadores por executarem ações na maioria das vezes em pé ou de forma desconfortável se ajustando a necessidade da ação (SPUZA et al., 2014).

Nessa acepção, o estudo tem como objetivo identificar na literatura os riscos ocupacionais que os trabalhadores do SAMU estão expostos ao prestar atendimento pré-hospitalar.

2 | METODOLOGIA

Estudo do tipo revisão integrativa, caracterizada como uma ampla abordagem metodológica referente às revisões, permitindo a inclusão de estudos experimentais e não-experimentais para uma compreensão completa do fenômeno analisado. Esse tipo de pesquisa faz uma combinação de dados da literatura teórica e empírica, além de incorporar um vasto leque de propósitos: definição de conceitos, revisão de teorias e evidências, e análise de problemas metodológicos de um tópico particular (SOUSA; SILVA; CARVALHO, 2010). O que permite reunir e sintetizar resultados de pesquisas teóricas e empíricas, bem como estudos de diferentes abordagens metodológicas sobre a questão ou tema específico, de forma sistemática e ordenada (SOUZA; SILVA; CARVALHO, 2010).

Para elaboração da revisão serão utilizadas as seguintes etapas: 1) identificação do tema e seleção do problema de pesquisa; 2) Determinação dos critérios de inclusão e exclusão e busca na literatura; 3) Coleta de dados nas bases científicas, definição das informações a serem extraídas e categorização dos estudos; 4) Avaliação dos estudos incluídos na revisão integrativa; 5) Interpretação dos resultados e; 6) Apresentação da revisão com síntese do conhecimento produzido (MENDES; SILVEIRA; GALVÃO, 2008).

A questão de pesquisa que norteou o presente estudo foi: Quais os riscos ocupacionais que os trabalhadores do SAMU estão expostos ao prestar um atendimento pré-hospitalar? Construída a partir da estratégia PICO, em que PICO representa um acrônimo para Paciente: trabalhadores de saúde; Intervenção: prevenção dos riscos ocupacionais; Comparação e “Outcomes” (desfecho): serviço médico de urgência .

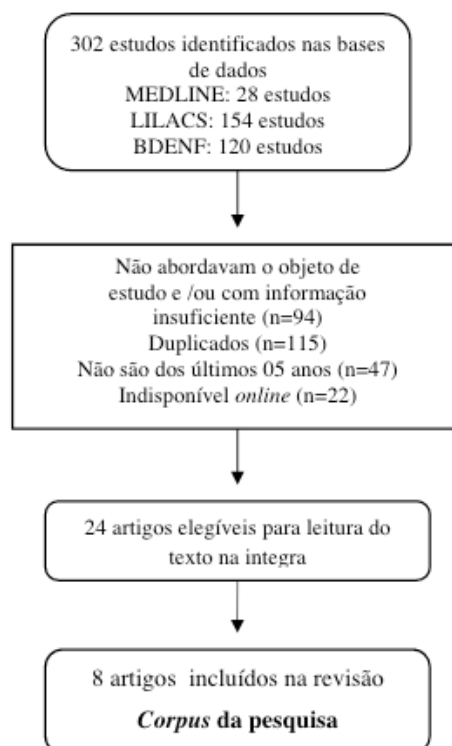
Esses quatro componentes são os elementos fundamentais da questão de pesquisa e da construção da pergunta para a busca bibliográfica de evidências (NOBRE; BERNARDO; JATENE, 2003).

A busca ocorreu no período de dezembro de 2018 nas bases de dados MEDLINE/LILACS/BDEF com os Descritores em Ciências da Saúde (DeCS): Trabalhadores da saúde; Risco ocupacional; Serviços Médicos de Emergência e palavras chaves para ampliar a busca. Empregou-se a busca booleana com o uso dos conectores and e or que permitiu acessar os artigos que possuem intersecção entre os diferentes descritores. Desse modo, utilizaram os seguintes critérios de inclusão: artigos dispostos na íntegra, publicados nos últimos cinco anos no período de 2013 a 2018, no idioma português. Serão excluídos teses, dissertações, revisões de literatura, além daqueles que após a leitura do resumo divergir com o objetivo proposto, além de publicações que se repitam nas bases de dados, como podemos ver na Figura I.

Bases de Dados	Estratégia de Busca
MEDLINE/LILACS/BDEF	("trabalhadores da saúde" OR profissionais da saúde OR risco ocupacional) [Palavras] and (Serviços Médicos de Urgência OR "trabalhadores do SAMU OR "atendimento móvel pré-hospitalar"") [Palavras] and («Risco ocupacional" OR "doença ocupacional" OR "trabalhadores do SAMU" OR "risco ocupacional").

Quadro 1- Estratégia de busca com base nas bases de dados. Teresina, PI, Brasil 2018.

Para a seleção dos artigos, foi realizado o cruzamento das palavras-chave, resultando o total de 302 artigos com resumos disponíveis nas bases de dados, sendo MEDLINE: 28 estudos; LILACS: 154 estudos e BDEF: 120 estudos. Após a leitura dos títulos e resumos para a identificação dos artigos (n=94) não abordavam o objeto de estudo e /ou com informação insuficiente, duplicados (n=115); não são dos últimos 05 anos (n=47) Indisponível *online* (n=22). Neste momento restaram para análise, 24 artigos elegíveis para leitura do texto na íntegra. Dentre estes, foram excluídos 16 títulos, devido à repetição dos artigos nas bases de dados e publicação anterior a 2012. Após leitura detalhada e atenta, a amostra final desse trabalho foi composta por 8 artigos no total. Como mostra no quadro a seguir a quantidade de artigos retiradas das bases de dados, ante e após a aplicação dos critérios de inclusão e exclusão:



Quadro I – Fluxograma da seleção dos estudos corpus da pesquisa de revisão integrativa da literatura. MEDLINE/LILACS/BDENF, 2013-2018.

Assim, ao final obtive um total de 8 publicações para análises e compor os resultados e discussão, conforme critérios estabelecidos.

3 | RESULTADOS

Para melhor compreensão dos resultados, os estudos foram agrupados de acordo com: enfoque temático, periódico/autor/ano/país de publicação, metodologia/nível de evidência e principais resultados, e em seguida analisados por meio de categorias.

Enfoque Temático	Periódico/Ano	Metodologia/ Nível de Evidência	Principais Resultados
Absenteísmo entre os trabalhadores de saúde de um hospital público do Sul do Brasil	Brey et al. Rev. Enferm. Centro Oeste/2017	Pesquisa quantitativa/IV	o perfil dos trabalhadores afastados em sua maioria era do sexo do trabalho, totalizando 4.619 dias perdidos. Observou-se a prevalência de doenças do sistema osteomuscular (16,4%), sendo a mais frequente a dorsalgia (7,14%).

<p>Precarização do trabalho em serviço de atendimento móvel de urgência : repercussões para a saúde do trabalhador.</p>	<p>Granadeiro AS, Rev Enferm/2017.</p>	<p>Pesquisa qualitativa/IV</p>	<p>O trabalho precário é um fator de risco psicossocial por acarretar implicações para a saúde do trabalhador e para o serviço de atendimento móvel de urgência, por interferir na qualidade e na continuidade de um serviço essencial à população.</p>
<p>Dificuldades vivenciadas em um serviço de atendimento móvel de urgência: percepção da equipe de enfermagem</p>	<p>Silva et al. Rev. Enferm. Centro Oeste/2014</p>	<p>Pesquisa quantitativa/IV</p>	<p>Os riscos de acidentes com material biológicos são mais frequentes em profissionais do nível médio entre os enfermeiros.</p>
<p>Concepção da equipe de enfermagem sobre a exposição a riscos físicos e químicos no ambiente hospitalar.</p>	<p>Sulzbacher; Fontana. Revista Brasileira de Enfermagem /2013</p>	<p>Pesquisa quantitativa/IV</p>	<p>Uma porcentagem pequena de apenas 3% dos sujeitos reconheceu os riscos químicos na qual estavam expostos e 6% dos riscos físicos. Isso evidenciou a falta de conhecimentos dos profissionais quanto à sua exposição ao riscos físicos e químicos.</p>
<p>Influência organizacional na ocorrência de acidentes de trabalho com exposição ao material biológico.</p>	<p>Marzial et al. Revista Latino Americana de Enfermagem / 2013/</p>	<p>Pesquisa qualitativa/IV</p>	<p>Foram registrados 386 acidentes de trabalho com exposição ao material biológico no período de 2003 á 2009, um quantitativo bastante significativo.</p>
<p>Acidentes com material biológico no atendimento pré-hospitalar móvel: realidade para trabalhadores da saúde.</p>	<p>Tipple et al. Rev Bras de Enfermagem / 2013</p>	<p>Pesquisa descritiva exploratória, com abordagem qualitativa/IV</p>	<p>A prevalência global desses acidentes foi de 41,2% entre os profissionais de APH.</p>
<p>Cargas de trabalho, processo de desgastes e absenteísmo-doença em enfermagem.</p>	<p>Nininel et al. Revista Latino Americana de Enfermagem/ 2013</p>	<p>Pesquisa qualitativa/IV</p>	<p>No ano de 2019, foram realizadas 144 notificações de casos na enfermagem relacionados a carga de trabalho e adoecimentos.</p>
<p>Percepção do risco biológico em trabalhadores de enfermagem.</p>	<p>Soares et al. Cogitare Enfermagem /2013</p>	<p>Revisão/V</p>	<p>Os profissionais de enfermagem perceberam o risco biológico como inerente á sua prática profissional e presente em suas atividades continuadas.</p>

Figura 02: Caracterização dos estudos conforme enfoque temático, periódico/autor/ano/país de publicação, metodologia/nível de evidência e principais resultados.

A busca do manuscrito investigou publicações no ano de 2013 a 2018, porém só foram encontrados artigos na temática anos de 2013 e 2014, com 63% das publicações no ano de 2013, o que correspondeu a 5 artigos, e as demais publicações (três artigos) estavam no ano de 2014. Observa-se que na Revista Brasileira de Enfermagem foram encontrados a maioria das publicações na temática, com 03 artigos, seguida da Revista Latino Americana de Enfermagem com duas publicações e as demais revistas apenas com 01 artigo. Prevaleceu as pesquisas qualitativa 04 artigos, seguidas da

quantitativa 03 e revisões 1.

Prevaleceu à equipe de enfermagem como atuantes nos atendimentos de serviço móvel de urgência. No que se refere à equipe multiprofissional, quanto ao tempo de atuação, evidenciou-se que esses profissionais trabalham neste serviço entre 5 a 12 anos. Em relação ao uso de equipamentos de proteção individual (EPI), observou-se que todos os profissionais usam o macacão, tendo em vista que é uma exigência da instituição. Entretanto, quando se investigou o uso de outros EPIs, somente 85,5% usam luvas, 84,1% máscara, 69,6% botas, 40,6% óculos, 23,2% gorros e somente 10,1% uma minoria desses profissionais utilizam todos os tipos de EPI.

Os riscos a que mais se submeteram foram: ruídos da sirene de ambulância, colisão de carro, levantamento de maca, exposição a sangue, poeira ambiental e estresse no atendimento.

A leitura e análise dos artigos permitiu verificar que a maioria dos riscos ocupacionais que os trabalhadores da Saúde estão expostos relacionam-se com os materiais contaminados e com situações de estresse esta descrição e análise é discutida a seguir.

4 | DISCUSSÃO

Pesquisa realizada com profissionais do SAMU de Minas Gerais constatou o sangue como maior risco biológico, representando 90,3%. Aos trabalhadores do SAMU os riscos ocupacionais são caracterizados por instabilidade das ambulâncias e esses movimentos ocasionam pequenos acidentes como perfurações, arranhões superficiais, esses profissionais são expostos ao sangue, principalmente, durante a imobilização do paciente (41,0%), higienização do material (18,2%) e intubação orotraqueal (13,6%) (BREY et al., 2017).

Nos estudos analisados dentre as exposições a materiais biológicos a maioria das ocorrências entre os trabalhadores da Saúde está relacionada a lesões puntiformes com agulhas com trabalhadores de saúde do serviço de atendimento móvel de urgência onde a maioria das notificações de acidentes de trabalho estavam relacionadas a acidentes perfuro-cortantes e aconteceram no momento de funcionar o acesso ou encapar as agulhas (GRANADEIRO, 2017).

Os acidentes com exposição a sangue comumente ocorrem por meio de lesão perfurocortante que compreende a penetração através da pele de agulha ou material médico-cirúrgico contaminados com patógenos contato com mucosa ocular oral ou pele com solução de continuidade como dermatite ou ferida aberta (SILVA et al., 2014; SULZBACHER; FONTANA, 2013).

Alguns trabalhadores enfrentam os riscos com maior seriedade adotando as medidas universais de biossegurança, enquanto que outros negligenciam o uso dos EPIS até mesmo técnicas simples como lavagem das mãos, reencape das agulhas

de descarte de objetos perfuro-cortantes em locais inapropriados deixando a saúde e a segurança no trabalho relegadas a segundo plano e se preocupando apenas nos direitos de receberem o adicional de insalubridade (BREY et al.,2017).

Ao avaliar o uso de EPIs, as maiorias dos estudos analisados todos declararam usar o macacão ou jalecos, visto que é obrigatório o uso na instituição (BREY et al.,2017; SILVA et al., 2014; MARZIALE et al., 2013; TIPPLE et al, 2013). As luvas foram o segundo mais usado, resultado semelhante a um estudo realizado com profissionais de enfermagem do intra-hospitalar, em que a maioria utiliza luvas (96, 5%), seguido de máscaras (90,8%), gorro (42,3%) e óculos (17%), esse mesmo estudo apontou que os acidentes ocorrem em profissionais mais experientes por estarem confiantes por suas longas práticas, também esses são os que tem maior resistência para o uso de EPIs, ou em profissionais com pouca experiência e ainda inseguros, trabalhadores da saúde que trabalham mais de 44 horas semanais e possuem mais de um emprego estão associados a ocorrência de acidentes por exposição por sobrecarga de trabalho (GRANADEIRO, 2017).

Um fato importante relacionado ao tema é a falta de (re)conhecimento dos próprios trabalhadores de saúde quanto aos riscos que estão expostos, um estudo realizado somente com a equipe de enfermagem hospitalar, mostrou que pouco menos da metade (42%) dos seus sujeitos percebem os riscos biológicos (SOARES et al, 2013). A falta de conhecimento dos profissionais de saúde quanto aos riscos também foi encontrada no estudo realizado com a equipe multiprofissional de um hospital da rede pública de Brasília-DF, onde foi associada a comportamento de desproteção (MARZIALE et al, 2013).

Para a prevenção da exposição à material biológico, autores que realizaram estudos no Brasil sobre acidentes ocupacional com profissionais de saúde, recomendam o uso de equipamentos de proteção individual EPI e a adoção de medidas de segurança, dentre os quais a lavagem das mãos antes e após contato com paciente, entre dois ou mais procedimentos realizados no mesmo paciente após a retirada de luvas e uso de luvas durante procedimentos que envolvam contato com sangue fluídos corporais secreções excreções mucosas pele não integra e durante a manipulação de artigos contaminados uso de máscaras óculos e aventais em situações nas quais possam ocorrer respingos de sangue ou secreções e contato perfuro-cortantes cuidadosamente e descartados em recipientes rígidos e resistentes a perfurações dispostos em locais adequados visíveis e de fácil acesso (BREY et al.,2017; SILVA et al., 2014; SULZBACHER; FONTANA, 2013).

A rotina prolongada dos profissionais que atuam na área da saúde que na maioria das vezes tem mais de um emprego e com isso uma sobrecarga de tarefas oferecem riscos ocasionados pelo cansaço estresse dentre outros fatores que fazem esse trabalhador cometer erros e possíveis contaminações (MARZIALE et al., 2013).

Dois autores citam o estresse como o maior indicador de causa de acidente associado ao cansaço com a concentração de sobrecarga de trabalho e estresse dores

principalmente postural, esses trabalhadores acumulam desgastes que associam doenças e conseqüentemente absenteísmo de suas funções sendo esse afastamento por período curto ou longos dependendo da doença (TIPPLE et al., 2013; NININEL et al., 2013).

Em relação aos riscos físicos a que os profissionais do SAMU estão mais expostos, o ruído foi o mais frequente, em virtude da necessidade do uso da sirene na ambulância. Esse mesmo resultado foi encontrado em duas pesquisas realizadas sobre risco ocupacional em um hospital psiquiátrico de Teresina e no SAMU da região metropolitana de Natal - RN, no qual o ruído foi o risco físico (47,6%) mais prevalente (SULZBACHER; FONTANA, 2013; MARZIALE et al., 2013).

A surdez é um dos distúrbios mais evidentes nos indivíduos expostos ao som de sirene de ambulância. Entretanto, existem outros riscos provocados pelo ruído como: estresse no atendimento ao paciente, dificuldade de concentração, dispersão, fatores que podem comprometer a saúde do trabalhador, levando ao absenteísmo (SILVA et al., 2014).

Os relatos nos estudos seguem com presença de dores lombares e musculoesquelética entre os trabalhadores por executarem ações na maioria das vezes em pé ou de forma desconfortável se ajustando a necessidade da ação, estudo apresentou que ainda é necessária maior dedicação a esta temática pois visto que os profissionais que atuam na saúde estão expostos constantemente a riscos ocupacionais ao executar suas tarefas (NININEL et al., 2013).

Outro fator importante que outro estudo trouxe e que deve ser destacado é a violência/agressão a esses profissionais, um dos artigos relata que os trabalhadores de atendimento pré-hospitalar sofrem agressões verbais com constantes perigo de violência física pois culpabilidade de demora a chegada ao local é creditada a ele pela maioria da população. A viatura em movimento, espaço reduzido, ruas de difícil acesso podem comprometer os trabalhadores que atuam na saúde, neste caso especificamente os que atuam no SAMU (SOARES et al., 2013).

Em alguns dos artigos estudados os autores revelaram que a ergonomia também é um risco que acomete a saúde da maioria dos profissionais que atuam na saúde, tanto para os que lidam com APH como os que trabalham em hospitais/clinicas diversos setores, visto com isso que cada profissional adota sua forma de trabalhar, de modo subjetivo e preconiza o atendimento na maioria das vezes deixando um pouco de lado a postura correta por exemplo (GRANADEIRO, 2017; SILVA et al., 2014; MARZIALE et al., 2013). Dos riscos ergonômicos, o levantamento de peso, que inclui o rolamento de pacientes, levantamento de maca e de cilindros de oxigênio, se destaca com esse risco ocasiona os distúrbios osteomusculares, dentre os quais a lombalgia é o mais comum entre servidores desse serviço (NININEL et al., 2013).

Essa abstenção ocupacional poderia ser minimizada se houvesse uma antecipação na identificação de medidas que melhorassem ou evitar se chegar a esse desgaste/ doença e assim evitaria o afastamento desse colaborador como já

foi destacado nessa revisão o profissional principalmente do atendimento do SAMU trabalha no limiar entre a vida e a morte precisa agir de forma rápida e eficaz para garantir estabilidade desse paciente (SILVA et al., 2014). Por trabalhar de certo modo pressionado a agir sob olhares de curiosos, críticas, exposição nas redes sociais esse trabalhador presta atividades laborais com atenção principalmente voltada a sua vítima, deixando para segundo plano sua própria saúde na maioria dos atendimentos (GRANADEIRO, 2017; MARZIALE et al., 2013).

Que o SAMU é indispensável para a sociedade de modo geral já foi destacado, mas para chegar a esse atendimento é importante ressaltar que muito precisa ser feito para melhorar o atendimento, como também a qualidade para os profissionais, pois a sucateização das ambulâncias que precisam constantemente de manutenção, quadro de funcionários inferior a demanda ocasionando uma sobrecarga destes, gerando estresse, cansaço a falta de insumos para realização de tarefas básicas, desmotivam o profissional que precisa agir com rapidez e criativamente dentre outros problemas, fazem com que o atendimento do SAMU não seja valorizado (SULZBACHER; FONTANA, 2013).

Por vezes a falta de informação sobre a logística do órgão, a demora por fatores culturais no trânsito fazendo a demora nos atendimentos serem cobrados aos profissionais na chegada do local de atendimento, sem falar no número elevado de trotes que geram prejuízos e perda de tempo para o socorro de quem realmente esteja precisando (MARZIALE et al., 2013; SOARES et al., 2013).

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante o apresentado, vislumbra-se que as atividades laborais exercidas pelos profissionais do SAMU geram reações positivas para o estresse, em que os aspectos mais afetados estão ligados ao psicológico à sobrecarga física e contaminação por materiais biológicos, condições que se não prevenidas, concorrem para prejuízos na saúde do trabalhador, na produtividade, na organização do serviço e especialmente na assistência prestada à população. Os resultados apontaram uma predominância do sexo feminino, na faixa etária entre 40 a 49 anos, casadas, com atuação entre 10 a 14 anos, especialistas. O EPI mais utilizado foi o macacão, seguido das luvas e máscaras. Os riscos a que mais se submeteram foram: ruídos da sirene de ambulância, colisão de carro, levantamento de maca, exposição a sangue, poeira ambiental e estresse no atendimento.

Ressalta-se uma limitação da presente pesquisa, quanto a pouca frequência de estudos nas bases consultadas direcionados especificamente aos profissionais do SAMU, o que direcionou a seleção de artigos com enfoque generalizado aos profissionais de atuação hospitalar onde pode-se constatar a dificuldade em encontrar artigos voltados para essa temática, e mesmo nas existentes na literatura, não existe

intervenções de muito impacto ou expressivas que busquem de fato efetivas melhoras dos riscos ocupacionais e de exposição do trabalhador do SAMU.

Sugere-se a necessidade de cursos que enfatizem a importância do uso de EPI'S , suporte psicológico usando as técnicas de relaxamento, pelo menos uma vez na semana e redução das cargas horárias seriam intervenções positivas para dar uma melhor qualidade de vida a estes profissionais que lidam constantemente com a vida e a morte simultaneamente.

REFERÊNCIAS

Brasil. Ministério da Saúde. **Portaria nº 1.600, de 07 de julho de 2011** - Reformula a Política Nacional de Atenção às Urgências e institui a Rede de Atenção às Urgências no Sistema Único de Saúde (SUS) [Internet].

SILVA, O.M., et al. **Riscos de adoecimento enfrentados pela equipe de enfermagem do SAMU: uma revisão integrativa.** Revista de Saúde Pública de Santa Catarina. v.7,n.1,p.107-12, 2014 .

SOUZA, E.R., et al. **Riscos ocupacionais no Atendimento Pré-Hospitalar Móvel: produção científica em periódicos online.** Revista Brasileira de Ciências da Saúde. V.18,n.2, p.151-156, 2014.

COSTA, I.K.F., et al. **Riscos ocupacionais em um serviço de atendimento móvel de urgência.** Rev. de pesquisa cuidado é fundamental online. v.6,n.3, p.938-47, . 2014.

OLIVEIRA, A.C.; PAIVA, M.H.R.S. **Análise dos acidentes ocupacionais com material biológico entre profissionais em serviços de atendimento pré-hospitalar.** Rev. Latino-Am. Enfermagem [online]. V.21,n.1,p.309-15, 2013.

SOUZA, M.T.; SILVA, M.D.; CARVALHO, R. **Revisão integrativa: o que é e como fazer.** Einstein (São Paulo). v.8,n.1,p.102-106, 2010.

MENDES, K.D.S.; SILVEIRA, R.C.C.P.; GALVÃO, C.M. **Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem.** Texto Contexto Enferm. v.17,n.4,p.758-64, 2008.

NOBRE, M.R.; BERNARDO, W.M.; JATENE, F.B. **A prática clínica baseada em evidências.** Rev. Assoc. Med. Bras. v.49,n.4,2003.

BREY, C.; et al. **O absenteísmo entre os trabalhadores de saúde de um hospital público do Sul do Brasil.** Rev. Enferm. Centro Oeste Mineiro. v.7,n.1,p.1135-1142, 2017.

GRANADEIRO, D.S. **Precarização do trabalho em serviço de atendimento móvel de urgência: repercussão da saúde do trabalhador.** V.7,n.2,p.102, 2017.

SILVA, S.L.; et al. **Dificuldades vivenciadas em um serviço de atendimento móvel de urgência: percepções da equipe de enfermagem.** Rev. Enfermagem do Centro Oeste Mineiro. v.4,n.2,p.1161-72, 2014.

SULZBACHER, E.; FONTANA, R.T. **Concepções da equipe de enfermagem sobre os riscos físicos e químicos no ambiente hospitalar.** Rev. Bras. Enfermagem. v.66,n.1,p.23-30, 2013.

MARZIALE, M.H.P., et al. **Influência organizacional na ocorrências de acidade de trabalho com a exposição a material biológico.** Rev. Latino Amer. Enfermagem. v.21,n.2,p.122-30, 2013.

TIPPLE, A.F.G., et al. **Acidente com material biológico no atendimento pré-hospitalar móvel: realidade para trabalhadores da saúde.** Rev Brasil de Enfermagem. v.66,n.3,p. 378-84, 2013.

NININEL, V.A., et al. **Carga de trabalho, processo de desgaste e absenteísmo-doença em enfermagem.** Rev Latino Amer. Enfermagem. v.21,n.6,p.1290-98, 2013.

SOARES, S.G., et al. **Percepções dos riscos biológicos em trabalhadores de enfermagem.** Rev Cogitare Enfermagem. v.18,n.1,p.36-42, 2013.

ANÁLISE DO PERFIL CARDIOVASCULAR DE OPERADORES DE TELEMARKETING DE UMA CENTRAL DE TELEATENDIMENTO EM FORTALEZA-CE

Maria Áurea Catarina Passos Lopes

Centro Universitário Estácio do Ceará
Fortaleza - CE

Maria Juliana Moreira da Costa

Centro Universitário Estácio do Ceará
Fortaleza - CE

Jeovana da Silva Rodrigues

Centro Universitário Estácio do Ceará
Fortaleza – CE

Thais Rodrigues Ferreira

Faculdade Mauricio de Nassau
Fortaleza – CE

Liliana Gama Oliveira

Universidade de Fortaleza (UNIFOR)
Fortaleza – CE

Ranieli Cavalcante dos Santos

Universidade de Fortaleza (UNIFOR)
Fortaleza – CE

Nataly de Fatima Sousa Martins

Universidade de Fortaleza (UNIFOR)
Fortaleza – CE

RESUMO: INTRODUÇÃO: A situação de saúde dos profissionais de teleatendimento envolve vários elementos, sendo fundamental a identificação da existência de fatores de risco para Doenças Cardiovasculares (DCV). As DCV constituem um grupo de patologias que acometem diferentes tipos de indivíduos.

OBJETIVO: Analisar o perfil cardiovascular de operadores de telemarketing de uma central de teleatendimento em Fortaleza-CE. **MÉTODOS:** Trata-se de um estudo descritivo, transversal, exploratório com abordagem quantitativa realizado em uma Central de Teleatendimento na cidade de Fortaleza-CE. A coleta de dados foi realizada no período de setembro a dezembro de 2017. Deu-se a aplicação de um questionário subdividido em quatro categorias: dados antropométricos e sóciodemográficos, dados profissionais e laborais, hábitos de vida e presença de patologias e/ou comorbidades. **RESULTADOS:** Participaram do estudo 180 operadores de telemarketing, sendo 61,67% mulheres, 52,78% com ensino médio completo, 80,56% solteiros e 32,78% possuíam filhos. Quanto as DCV 7,22% possuíam HAS. Sobre o Índice de Massa Corpórea (IMC) 46,11% estavam acima do peso. Sobre a alimentação, 80,56% ingeriam frituras e doces, 46,2% não tomavam água durante o expediente. Quanto ao tabagismo 13,33% eram fumantes e 43,33% faziam ingestão de álcool. Confirmou-se que grande parte da amostra possuía hábitos alimentares inadequados, com pouca ingestão de água, uso regular de álcool e cigarro, além de não praticarem exercícios regularmente. **CONCLUSÃO:** Foi evidenciado a presença de fatores de risco para o desenvolvimento de DCV nos participantes. O que reforça a necessidade

de medidas de promoção e prevenção para adequação de hábitos saudáveis e melhor qualidade de vida.

PALAVRAS-CHAVE: Doenças Cardiovasculares. Equilíbrio Trabalho-Vida. Estilo de Vida. Saúde do Trabalhador. Serviços de Atendimento.

ABSTRACT: INTRODUCTION: The health situation of telemarketing professionals involves several elements, and it is fundamental to identify the existence of risk factors for Cardiovascular Diseases (CVD). CVD constitute a group of pathologies that affect different types of individuals. **OBJECTIVE:** To analyze the cardiovascular profile of telemarketing operators at a telemarketing center in Fortaleza-CE. **METHODS:** This is a descriptive, cross-sectional, exploratory study with a quantitative approach carried out at a Telemarketing Center in the city of Fortaleza-CE. Data were collected from September to December 2017. A questionnaire was divided into four categories: anthropometric and socio-demographic data, occupational and occupational data, life habits and the presence of pathologies and / or comorbidities. **RESULTS:** 180 telemarketing operators participated in the study, of which 61.67% were women, 52.78% were with full secondary education, 80.56% were single and 32.78% had children. As for CVD, 7.22% had SAH. About Body Mass Index (BMI) 46.11% were overweight. Regarding food, 80.56% ate fried foods and sweets, 46.2% did not drink water during the working day. As for smoking 13.33% were smokers and 43.33% were drinking alcohol. It was confirmed that most of the sample had inadequate eating habits, low water intake, regular use of alcohol and cigarettes, and did not exercise regularly. **CONCLUSION:** It was evidenced the presence of risk factors for the development of CVD in the participants. This reinforces the need for promotion and prevention measures for the adaptation of healthy habits and a better quality of life. **KEYWORDS:** Cardiovascular Diseases. Work-Life Balance. Life Style. Occupational Health. Answering Services.

1 | INTRODUÇÃO

As doenças cardiovasculares (DCV) são uma das causas predominantes de mortalidade mundial. Apesar de não serem a primeira causa de mortes em muitos países de baixa e média renda, 80% dos óbitos e 88% das mortes prematuras por DCV ocorrem nesses países (OMS, 2013).

Os índices de mortalidade quanto às variações geográficas por esse grupo de patologias estão relacionados a causas ambientais, como a urbanização, alterações no estilo de vida e situações socioeconômicas da população (NASCIMENTO *et al.*, 2016). Além do mais, a redução de fatores de risco referentes às DCV, como o sedentarismo, tabagismo e etilismo, aliada à alimentação saudável e ao controle de Hipertensão Arterial Sistêmica (HAS), podem levar à diminuição da mortalidade por esse conjunto de causas (MENDEZ *et al.*, 2018; MASSA; DUARTE; CHIAVEGATTO-FILHO, 2019).

Embora se reconheça que as DCV sejam percebidas em indivíduos em idade adulta, as manifestações destas doenças podem ser resultantes da interação de fatores de risco adquiridos ainda em idade precoce. Geralmente as manifestações clínicas das DCV são: infarto agudo do miocárdio (IAM), acidente vascular encefálico (AVE) e/ou doença vascular periférica. Também podem ser decorrentes de processos ateroscleróticos que se iniciam na infância ou adolescência (CHAVES *et al.*, 2019).

Indivíduos em idade jovem, normalmente formam um grupo vulnerável a situações de exposição a fatores de risco para o aumento de ocorrências cardiovasculares. Esse fato se dá pelo estilo de vida característico dessa população. Sendo comum a prática de alimentação inadequada composta por alimentos calóricos e de pouca nutrição, sedentarismo, consumo de bebidas alcoólicas e/ou outras drogas, estresse, dentre outros fatores. O que favorece o desenvolvimento de DCV (BACK *et al.*, 2019).

Tais resultados são consequências do ritmo de vida agitado utilizado pela juventude contemporânea em que os vários compromissos habituais requerem cada vez mais tempo da vida. Isso resulta muitas vezes da necessidade de trabalhar e estudar e associar a essa rotina trabalhos domésticos e o não cuidado com a saúde. Toda essa quantidade de afazeres promove a busca por trabalhos com carga horária que permita a execução de outras tarefas, dentre estes, podemos mencionar os empregos de meio período (PORTO; MARTINS, 2019).

Dentre essa categoria de empregos, destacam-se o serviço de teleatendimento ou telemarketing. Esse setor é relativamente novo, mas seu crescimento tem sido considerável a ponto de ser um dos maiores empregadores da atualidade em países em desenvolvimento. Compreendendo como principal mão de obra, jovens que buscam o primeiro emprego (GALVÃO, 2012; PORTO; MARTINS, 2019).

A avaliação de fatores de risco para DCV em subgrupos específicos são escassos na literatura. O levantamento bibliográfico, realizado para o presente estudo, mostrou carência de pesquisas voltadas para o conhecimento e análise das condições de vida e saúde de profissionais de teleatendimento, a ocorrência de DVC e a existência de fatores de riscos cardiovasculares junto a suas atividades laborais.

Assim, compreendendo que o absenteísmo por doença causa impacto tanto no âmbito econômico como social, julgamos oportuno averiguar a existência de DCV em operadores de telemarketing e até que ponto a exposição a fatores de risco cardiovasculares podem interferir na execução de suas atividades laborais.

Conhecer a situação de saúde dos trabalhadores envolve vários elementos que a compõe, como a existência de fatores de risco para doenças crônicas não transmissíveis (DCNT), entre as quais destacam-se as DCV. Dessa forma, essa pesquisa torna-se relevante devido ao fato de proporcionar benefícios para esses profissionais e também para que suas instituições possam desenvolver uma maior assistência aos seus funcionários.

Portanto, o objetivo desse estudo foi analisar o perfil cardiovascular de operadores de telemarketing de uma central de teleatendimento em Fortaleza-CE.

2 | MÉTODOS

Trata-se de um estudo de caráter descritivo, transversal, exploratório com abordagem quantitativa realizado em uma Central de Teletendimento na cidade de Fortaleza-CE. A coleta de dados foi realizada no período de setembro a dezembro de 2017. A amostra desse estudo foi composta por 180 participantes.

Foram considerados como critérios de inclusão o exercício da função de operador de telemarketing há no mínimo seis meses, possuir idade acima de 18 anos, independente do gênero, da raça ou condição civil e aceitar fazer parte da pesquisa mediante assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Não participaram do estudo os profissionais que estiveram, durante o período de coleta, afastados de suas atividades laborais por um período inferior a seis meses.

Para a coleta de dados foi aplicado um questionário subdividido em quatro categorias: dados antropométricos e sócio demográficos, dados profissionais e laborais, hábitos de vida e presença de patologias e/ou comorbidades. Os dados foram analisados a partir da estatística descritiva e inferencial através do *software* estatístico Programa SPSS® versão 13.0 (SPSS®Inc; Illinois, USA).

A pesquisa apresentou risco mínimo aos participantes de sentirem-se constrangidos com as perguntas que lhe forem aplicadas pelos pesquisadores. Podendo os mesmos desistirem de responder os questionamentos a qualquer momento durante a realização do estudo.

O estudo atendeu aos preceitos éticos da pesquisa com seres humanos conforme a Resolução 466/2012 (BRASIL, 2012) sendo aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Centro Universitário Estácio do Ceará com o protocolo nº 1.331.356/2015.

3 | RESULTADOS

Participaram do estudo 180 operadores de telemarketing, onde 61,67% (n=111) eram mulheres, 52,78% (n=95) tinha ensino médio completo, 80,56% (n=145) eram solteiros e 32,78% (n=59) possuíam filhos. A idade média dos participantes foi $25,7 \pm 3,67$ anos. Quanto à forma de contratação, 64,45% (n=116) eram profissionais contratados com vínculo empregatício e apenas 35,55% (n=64) eram jovens aprendizes. Sobre os turnos de trabalho, 47,78% (n=86) dos entrevistados executavam suas atividades durante a tarde. Em referência ao tempo de trabalho como operador de telemarketing, 71,11% (n=128) dos entrevistados afirmou que executavam a profissão a menos de 1 ano (Tabela 1).

Variáveis	n	%
Gênero		
Feminino	111	61,67%
Masculino	69	38,33%

Idade		
18 a 20	51	28,33%
21 a 25	66	36,67%
26 a 30	45	25%
31 a 35	9	5%
36 a 40	7	3,89%
40 a 45	2	1,11%
Estado civil		
Solteiro	145	80,56%
Casado	33	18,33%
Divorciado	2	1,11%
Escolaridade		
Ens. Médio	95	52,78%
Ens. Superior (incompleto)	70	38,89%
Ens. Superior (completo)	15	1,11%
Presença de filhos		
Não	121	67,22%
Sim	59	32,78%
Turno		
Manhã	31	17,22%
Tarde	86	47,78%
Noite	63	35%
Forma de contratação		
Emprego com vínculo empregatício	116	64,45%
Jovem Aprendiz	64	35,55%
Tempo de trabalho como operador de tele-marketing		
Menos de 1 ano	128	71,11%
1 a 2 anos	35	19,44%
2 a 3 anos	2	1,11%
3 a 4 anos	12	6,67%
4 a 5 anos	1	0,56%
Mais de 5 anos	2	1,11%

Tabela 1. Distribuição dos dados sociodemográficos dos participantes do estudo (n=180).

Segundo os dados clínicos dos participantes foi averiguado que 18,8% (n=34) informaram possuir tendinite, patologia está pertencente ao grupo dos Distúrbios Osteomusculares Relacionados ao Trabalho (DORT). Com relação a existência das DCV, 7,22% (n=13) relataram possuir HAS. A respeito dos dados do peso corporal, a amostra apresentou valor médio de $72,07 \pm 14,18$ Kg onde o Índice de Massa Corpórea

(IMC) da amostra demonstrou valor de média de $27,20 \pm 5,04 \text{ kg/m}^2$. Onde 46,11% (n=83) dos participantes encontravam-se acima do peso (Tabela 02).

Variáveis	n	%
Patologias relatadas pelos participantes		
Arritmia cardíaca	1	0,57%
Diabetes mellitus	6	3,33%
Hipertensão arterial sistêmica	13	7,22%
Tendinite	34	18,88%
Bursite	25	13,89%
Não apresentavam patologias conhecidas	101	56,11%
Índice de Massa Corpórea		
Muito abaixo do peso	2	1,11%
Abaixo do peso	5	2,78%
Peso normal	70	38,89%
Acima do peso	83	46,11%
Obesidade	17	9,44%
Obesidade mórbida	2	1,11%
Obesidade severa	1	0,56%

Tabela 2. Distribuição dos dados clínicos dos participantes do estudo (n=180).

Todos os participantes do estudo realizavam atendimento receptivo. Os seus horários obedeciam a turnos (carga horária) fixos de 6 horas e 20 minutos. Sendo os vinte minutos diários destinados à pausa lanche. Os profissionais também dispunham de duas pausas de 10 minutos para descanso. A carga horária de trabalho semanal predominante foi de 36 horas, sendo todos contratados por empresas de teleatendimento terceirizadas.

Com relação à alimentação, 80,56% (n=145) ingeriam frituras e doces durante o período de trabalho, por serem alimentos de fácil preparo, 46,2% (n=83) não bebiam água no decorrer de seu expediente. Quanto ao uso de cigarro 13,33% (n=24) relataram consumo diário. Em referência a ingestão de álcool 43,33% (n=78) confirmaram fazer uso de algum tipo de bebida alcoólica. (Tabela 3).

Variáveis	n	%
Realização de exercício físico		
Sim	50	27,78%
Não	83	46,11%
Raramente pratica	47	26,11%
Ingestão de frituras e doces (diária)		
Sim	145	80,56%

Não	35	19,44%
Equilibra a ingestão de água (até 2L)		
Sim	97	53,8%
Não	83	46,2%
Fuma regularmente		
Sim	24	13,33%
Não	156	86,67%
Consome algum tipo de bebida alcoólica		
Sim	78	43,33%
Não	102	56,67%

Tabela 3. Distribuição dos dados dos participantes com relação a seus hábitos de vida (n=180).

4 | DISCUSSÃO

Os resultados obtidos nesta pesquisa identificaram alta prevalência de profissionais do gênero feminino, jovens e universitários que possuíam filhos. Dados semelhantes ao estudo realizado por Andrade *et al.* (2015), que avaliou a qualidade de vida de operadores de telemarketing em uma capital brasileira. Segundo Lerre-Rosenfield (2008) Rocha e Stampa (2014), a procura pelo primeiro emprego ou ocupação que concilie trabalho e estudo é umas das justificativas para a grande quantidade de jovens atuando em empresas de teleatendimento.

Em um estudo realizado por Chaves *et al.* (2015), que avaliou 64 funcionários de um centro de reabilitação, também evidenciou maior prevalência de participantes do gênero feminino. Sendo observado excesso de peso em 54,7% da amostra.

Ao analisarmos o perfil clínico dos participantes, verificamos um dado bastante relevante: a presença de DVC em uma população jovem e ativa. Fato que de acordo com Vilaça *et al.* (2010) pode ter relação com seu estilo de vida, já que maioria dos participantes está exposta a fatores de risco cardiovasculares.

Em comparação Silva *et al.* (2018) avaliou em seu estudo a prevalência de fatores de riscos cardiovasculares em 108 policiais militares de Rio Branco-AC. Nesse estudo foi identificado que 58,3% da amostra relataram possuir histórico familiar de HAS.

Dentre os fatores de risco identificados nos operadores de telemarketing podemos mencionar as condições alimentares inapropriadas. Sendo evidenciados que 80,56% dos participantes ingeriam frituras e doces diariamente. Além de ser evidenciado que 40,11% se encontravam acima do peso. Dados semelhantes aos achados de Viana *et al.* (2018) que avaliaram o estado nutricional de 54 operadores de telemarketing em São Paulo. Onde constataram que a maioria dos entrevistados, costumava consumir alimentos considerados menos saudáveis, disponíveis nos corredores da empresa.

A partir dos resultados obtidos constatamos elevados valores de IMC na amostra

em estudo, sendo que 46,11% dos participantes encontravam-se acima do peso. Massaroli *et al.* (2018) afirma que o IMC alto é um importante fator de risco para DCV associado a outros fatores como a idade avançada, tabagismo, sedentarismo, HAS, níveis elevados de colesterol e triglicérides.

Segundo Viana *et al.* (2018) e Chaves *et al.* (2015) a alimentação tem um papel importante na promoção da saúde e prevenção de doenças. O consumo de ácidos graxos saturados e transaturados, além do recomendado, relaciona-se diretamente com maior ocorrência de DCV, principalmente a HAS.

Ao analisar a presença de doenças/comorbidades foi verificado que 7,22% dos participantes apresentavam HAS. De acordo com Oliveira *et al.* (2017) a HAS é considerada um dos principais acometimentos dos pacientes com DCV. Fato que reforça a importância do controle da pressão arterial associada a um estilo de vida saudável.

Este estudo demonstrou relação entre a prevalência de fatores de risco cardiovasculares em indivíduos adultos jovens e o consumo de álcool. Observamos que 43,33% dos participantes relataram consumir algum tipo de bebida alcoólica. Maurício *et al.* (2018) ao avaliar uma amostra similar composta por 334 jovens universitários obteve em seus resultados achados semelhantes. Onde destacaram-se a história familiar de doenças cardiovasculares (81,1%), o sedentarismo (44,3%) e o uso do álcool (36,2%).

Silva *et al.* (2017) ao analisar a relação entre a prevalência de DCV em idosos e sua associação com o tabagismo e etilismo, identificou que 50% dos participantes hipertensos em seu estudo consumiam bebida alcoólica.

Para Neto (2014), a duração da jornada de trabalho é um fator importante, uma vez que juntamente com os fatores psicossociais contribuem para o surgimento de doenças. Nesse estudo como poucos funcionários eram tabagistas 13,33% (n=24) este fator de risco para DCV não foi evidenciado. Dado semelhante ao identificado no estudo realizado por Chaves *et al.* (2015).

5 | CONCLUSÃO

No presente estudo verificou-se a presença de fatores de risco para DCV nos profissionais da amostra. Sendo que sua rotina durante a realização de suas atividades empregatícias está diretamente relacionada a seu estilo de vida.

Constatou-se que os participantes possuíam hábitos alimentares pouco saudáveis, pouca ingestão de água, uso regular de cigarro e bebidas alcoólicas, além de serem em sua maioria sedentários. Estes fatores por sua vez colaboram de modo direto para a ocorrência de DCV.

A análise do perfil clínico da amostra também evidenciou a presença de patologias como HAS e comorbidades relacionadas à DCV com a ocorrência de

obesidade. Sendo estes fatores de risco modificáveis. O que reforça a necessidade de medidas de promoção da saúde e prevenção para melhor adequação de hábitos saudáveis e melhor qualidade de vida nos profissionais que desempenham a atividade de telemarketing.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, R. D. *et al.* Qualidade de vida de operadores de telemarketing: uma análise com o Whoqol-Bref. **Ciência do Trabalho**, v.17, n.54, p.177-81, 2015.

BACK, I. R. *et al.* Fatores de risco para doenças cardiovasculares em universitários: diferenças entre sexos. **Ciência, Cuidado e Saúde**, v.18, n.1, p.1-8, 2019.

CHAVES, A. P. *et al.* Fatores de risco relacionados à obesidade em escolares atendidos em um ambulatório de pediatria. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, v.11, n.6, p.321, 2019.

CHAVES, C. S. *et al.* Identificação de fatores de risco para doenças cardiovasculares em profissionais de saúde. **Arquivo de Ciência e Saúde**, v.22, n.1, p.39-47, 2015.

GALVÃO, J. T. **Saúde e qualidade de vida de operadores de telemarketing**. 2012. 32 p. Monografia (Bacharel em Administração). Universitário de Brasília (UnB) como requisito parcial para obtenção do grau de. Palmas- TO, 2012.

LERRER-ROSENFELD, C. Construção da identidade no trabalho em call centers: a identidade provisória. **Revista Científica Ra-Ximhai**, v. 4, n.3, p 775-95, 2008.

MASSA, K. H.; DUARTE, Y. A.; CHIAVEGATTO-FILHO, A. D. Análise da prevalência de doenças cardiovasculares e fatores associados em idosos, 2000-2010. **Ciência & Saúde Coletiva**, v.19, n.24, p.105-14, 2019.

MASSAROLI L. C. *et al.* Qualidade de vida e o IMC alto como fator de risco para doenças cardiovasculares: revisão sistemática. **Revista da Universidade Vale do Rio Verde**, v.16, n.1, p. 1-10, 2018.

MAURICIO T. F. *et al.* Avaliação da presença dos fatores de risco cardiovascular em estudantes universitários de países lusófonos. **Cogitare Enfermagem**, v.23, n.3, p.1-10, 2018.

MENDEZ, R. D. R. *et al.* Estratificação do risco cardiovascular entre hipertensos: Influência de fatores de risco. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v.71, n.4, p.2102-7, 2018.

NASCIMENTO, B. R. *et al.* Epidemiologia das doenças cardiovasculares em países de Língua Portuguesa: dados do " Global Burden of Disease", 1990 a 2016. **Arquivo Brasileiro de Cardiologia**, v.110, n.6, p.500-11, 2018.

NETO, W. F. V. **Análise dos principais fatores de risco à saúde dos servidores do tribunal de justiça da Paraíba**. 2014. 129 p. Monografia (Especialista em Planejamento e Gestão Pública). Universidade Estadual da Paraíba. João Pessoa, 2014.

OLIVEIRA, G.M.M. *et al.* Diretrizes de 2017 para manejo da hipertensão arterial em cuidados primários nos países de língua portuguesa, **Revista Portuguesa de Cardiologia**, v.36, n.11, p.789-98, 2017.

OMS. Organização Mundial de Saúde. Global action plan for the prevention and control of noncommunicable diseases 2013-2020. Geneva (Switzerland); 2013. Disponível em: <https://www.who.int/nmh/events/ncd_action_plan/en/> Acesso em: 01 de abril de 2019.

PORTO, M. F.; MARTINS, B. S. Repensando alternativas em Saúde do Trabalhador em uma perspectiva emancipatória. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, v. 24, n.44, p.1-0, 2019.

ROCHA, V. C.; STAMPA, I. T. “Mercadorias” com curto prazo de validade: um olhar sobre a saúde dos trabalhadores de um Call Center na cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2014. 129 p. Dissertação de Mestrado – Departamento de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2014.

SILVA E. F. *et al.* Consumo de álcool e tabaco: fator de risco para doença cardiovascular em população idosa do sul do Brasil. **Saúde e Desenvolvimento Humano**, v.2, n.5, p.23-33, 2017.

SILVA O. L. P. *et al.* Fatores associados às doenças cardiovasculares em policiais militares de uma cidade na Amazônia Ocidental. **South American Journal of Basic Education, Technical and Technological**, v.11, n.5, p.78-91, 2018.

VIANA, N. P. *et al.* Estado nutricional e risco de doença cardiovascular em operadores de telemarketing. **Revista Brasileira de obesidade, nutrição e emagrecimento**, v.12, n.70, p.239-44, 2018.

VILAÇA, I. C. O. A.; COSTA, G. D.; BATISTA, M. C. R. **Determinante do sobrepeso e obesidade em operadoras de telemarketing**. Anais II SIMPAC, v.2, n.1, p: 305-10, 2010.

OS INDICADORES DO PROGRAMA DE REABILITAÇÃO PROFISSIONAL: UMA ANÁLISE INTERPRETATIVA

Flávia Xavier de Carvalho

Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG
Ponta Grossa – PR

Keity Ayumi Akimura

Universidade Estadual do Paraná – UNESPAR
Campo Mourão – PR

Silvana Souza Netto Mandalozzo

Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG
Ponta Grossa – PR

RESUMO: O Programa de Reabilitação Profissional (RP) é um serviço prestado pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) que, em sua dimensão social, visa promover o potencial laborativo residual de trabalhadores que foram acometidos por doenças ou acidentes do trabalho e de pessoas com deficiência. Considerando a relevância e ainda restrita visibilidade desta temática no âmbito das políticas públicas, este artigo apresenta um levantamento quantitativo do Programa de Reabilitação Profissional executado pela Gerência Executiva do INSS de Maringá no período de 2013 a 2017, com a finalidade de apreender a dinâmica operativa do programa. Utiliza-se como metodologia a revisão bibliográfica, a pesquisa documental e a análise quantitativa.

PALAVRAS CHAVE: Reabilitação Profissional. Trabalho. Política Pública.

ABSTRACT: The Professional Rehabilitation Program (RP) is a service provided by the National Institute of Social Security (INSS) which, in its social dimension, aims to promote the residual work potential of workers who have been affected by diseases or accidents at work and people with disabilities. Considering the relevance and still restricted visibility of this subject in the scope of public policies, this article presents a quantitative survey of the Professional Rehabilitation Program executed by the Executive Management of the INSS of Maringá in the period from 2013 to 2017, in order to apprehend the operational dynamics of the program. Bibliographic review, documentary research and quantitative analysis are used as methodology.

KEYWORDS: Professional Rehabilitation. Job. Public policy.

1 | INTRODUÇÃO

O objetivo deste ensaio teórico é apreender o contorno do Programa de Reabilitação Profissional da Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) de Maringá nos anos de 2013 a 2017. A atinente Gerência é composta por Agências da Previdência Social localizadas nas seguintes cidades: Astorga, Campo Mourão, Cianorte, Colorado, Cruzeiro

do Oeste, Goioerê, Loanda, Mandaguari, Maringá, Nova Esperança, Paiçandu, Paranavaí, Umuarama.

Cabível ressaltar que para os trabalhadores que necessitem de habilitação e reabilitação profissional no Brasil, existem políticas de proteção social que dão espaço a políticas de (re) inserção. O INSS tem por obrigatoriedade contribuir para o retorno dos mesmos ao mercado de trabalho. A Previdência Social no Brasil tem como objetivo reconhecer e conceder direitos aos seus segurados e dependentes, sendo sua renda utilizada para substituir a remuneração do trabalhador contribuinte, quando este perde a capacidade de trabalho, seja por doença, gravidez, invalidez, velhice ou morte.

Neste contexto é que se insere o Programa de Reabilitação Profissional, serviço prestado para os beneficiários afastados de sua atividade profissional em decorrência de doença, acidente de qualquer natureza, assim como para a pessoa com deficiência. A reabilitação é entendida como um processo de assistência reeducativa e de readaptação profissional, devendo fornecer os meios indicados para o reingresso do segurado no mercado de trabalho e em seu contexto social (BRASIL, 2016).

O conceito de reabilitação é descrito da seguinte forma pela Lei nº 8.213 de 24 de julho de 1991:

Artigo 89 - assistência educativa ou reeducativa e de adaptação ou readaptação profissional, instituída sob a denominação genérica de habilitação e reabilitação profissional, visando proporcionar aos beneficiários incapacitados parcial ou totalmente para o trabalho, em caráter obrigatório, independente de carência, e às "pessoas portadoras de deficiência", os meios indicados para o reingresso no mercado de trabalho e no contexto em que vivem (BRASIL, 1991).

Em seguida a conclusão do processo de habilitação ou reabilitação profissional o INSS certifica que o segurado está apto ao exercício profissional, indicando quais atividades que o mesmo poderá exercer.

As funções básicas realizadas pelo programa de reabilitação profissional envolvem: a avaliação e definição da capacidade laborativa do trabalhador; a avaliação das perdas funcionais, funções conservadas, contraindicações, potencialidades e prognóstico laboral; a orientação e acompanhamento da programação profissional; a articulação com o meio para o regresso no mercado de trabalho; e o acompanhamento e pesquisa de fixação no mercado de trabalho (BRASIL, 2018)

1.1 Aproximações Quantitativas com a Reabilitação Profissional da Gerência Executiva do Inss de Maringá

Este trabalho contou com o uso da pesquisa documental em arquivos da reabilitação profissional da referida gerência, isto é, em planilhas produzidas pelas profissionais de referência do programa. Conveniente destacar que "o profissional de referência é o servidor que atua, em conjunto com o perito médico, nas diversas fases do processo de reabilitação profissional, orientando e acompanhando os segurados

encaminhados aos Serviço” (BRASIL, 2018, p. 20).

A reabilitação do INSS não possui um sistema informatizado para extração de dados estatísticos. Utilizou-se para compilação dos dados anuais, o Boletim Estatístico da Reabilitação Profissional – BERP. O Boletim é o instrumento utilizado para registro dos dados estatísticos pela equipe de reabilitação profissional nas Gerências. Com base no registro destes dados a Divisão de Gerenciamento de Atividades da Reabilitação Profissional (DGARP) em Brasília acompanha e supervisiona o cumprimento das metas físicas e orçamentárias da reabilitação profissional (BRASIL, 2018).

O BERP é preenchido mensalmente por cada Agência da Previdência Social (APS) que possui a equipe da reabilitação, sendo encaminhado para Gerência Executiva correspondente, a qual reúne as informações de todas as APS da área de abrangência e encaminha mensalmente para a DGARP, que é responsável por agrupar as informações do BERP a nível nacional. Diante desta realidade foi necessário adentrar num “garimpo” manual na busca de dados para apresentar e conhecer o programa no período mencionado. Neste sentido, partimos da ideia que a pesquisa ocorre através do “artesanato intelectual”, “o artesão costuma usar material disponível, o empregando com criatividade com base nas ferramentas de que dispõe, resultando numa obra que o diferencia dos demais e o estimula a continuar criando” (ALVES; SANTOS, 2014, p. 7).

Oportuno salientar que “A técnica documental vale-se de documentos originais, que ainda não receberam tratamento analítico por nenhum autor. [...] é uma das técnicas decisivas para a pesquisa em ciências sociais e humanas” (HELDER, 2006, p. 1-2).

Buscando elementos que possibilitem compreender melhor o campo da pesquisa documental, encontra-se o posicionamento de Minayo (2008) que, ao discutir o conceito e o papel da metodologia nas pesquisas em ciências sociais, imprime um enfoque plural para a questão: “a metodologia inclui as concepções teóricas de abordagem, o conjunto de técnicas que possibilitam a apreensão da realidade e também o potencial criativo do pesquisador” (MINAYO, 2008, p. 22). Esse fundamento se aplica às pesquisas de um modo geral e no campo da utilização de documentos não é diferente. Portanto, a pesquisa documental é um procedimento que se utiliza de métodos e técnicas para a apreensão, compreensão e análise de documentos dos mais variados tipos.

É fundamental que os (as) cientistas sociais entendam o significado de fontes primárias e fontes secundárias. As fontes primárias são dados originais, a partir dos quais se tem uma relação direta com os fatos a serem analisados, ou seja, é o pesquisador (a) que analisa. Por fontes secundárias compreende-se a pesquisa de dados de segunda mão (OLIVEIRA, 2007), ou seja, informações que foram trabalhadas por outros estudiosos e, por isso, já são de domínio científico, o chamado estado da arte do conhecimento.

Dessa maneira, entende-se que as informações compiladas pelo BERP da Gerência Executiva do INSS de Maringá é uma fonte primária para a investigação,

neste caminho chega-se a etapa de análise dos documentos. Concorde-se com May (2004) a qual refere que os documentos não existem isoladamente, mas precisam ser situados em uma estrutura teórica para que o seu conteúdo seja entendido.

A pesquisa documental e o método quantitativo seguirão as análises a seguir, entendendo que o quantitativismo tem seu lugar na ciência por se tratar de um conjunto de técnicas de pesquisa social e análise que, ao ser bem aplicado, permite relacionar descobertas com implicações nas teorias sociais já existentes (CERVI, 2009).

Anteriormente a apresentação dos indicadores inerentes a reabilitação profissional, é relevante apresentar o fluxo de atendimento do programa para compreensão da temática discutidas. Neste sentido, o segurado poderá ter a indicação do programa por três vias: encaminhamento judicial, perícia médica do INSS e através de requerimento de pessoas aposentadas e com deficiência. Na sequência ocorre a avaliação do potencial laborativo pelo profissional de referência, a partir de então é realizado a avaliação conjunta entre a equipe de reabilitação, geralmente médico perito e profissional de referência. No momento da avaliação é discutido a possibilidade de eleger o beneficiário para inclusão na reabilitação ou avaliar a necessidade de analisar o posto de trabalho e solicitar pareceres especializados para posterior definição do caso. A avaliação do potencial laborativo finaliza no momento que o segurado é elegível, assim inicia-se o processo de reabilitação profissional, por meio de orientações profissionalizantes; ou quando o segurado é inelegível para cumprimento do programa, podendo ocorrer: a manutenção do auxílio doença, aposentadoria por invalidez ou a cessação do benefício por incapacidade.

Em seguida a elegibilidade os segurados são orientados por meio de grupo informativo sobre os procedimentos do programa (direitos e deveres), na situação em que o segurado recusar-se a cumprir a reabilitação profissional, sucede o desligamento do programa e a suspensão administrativa do benefício. Há situações em que o beneficiário necessita de elevação de escolaridade para posteriormente iniciar a preparação profissional e outros casos o nível de escolaridade é compatível para o início do programa, neste último o acompanhamento é no sentido de optar pela qualificação profissional, neste contexto outras políticas públicas e atores estão envolvidos no processo, como a política de emprego e renda, saúde, dentre outras.

No decorrer do processo de elevação de escolaridade e da qualificação profissional o segurado é acompanhado e avaliado o seu desenvolvimento através do profissional de referência e será desligado mediante avaliação conjunta final com os profissionais da equipe.

Cabe salientar que alguns segurados permanecem em reabilitação profissional, com o objetivo de aguardar o recebimento da órtese e prótese, isto é, aqueles segurados que estão incapacitados para o trabalho devido à ausência ou fragilidade da prótese/órtese atual.

Os dados a seguir buscam apontar características do programa de reabilitação profissional, o qual possui especificidades distintas por território de atendimento,

haja vista que a Gerência de Maringá abrange uma diversidade de cidades com peculiaridades diferenciadas, desde o ramo produtivo como a situação social e econômica de cada cidade.

REGISTRADO				
PROCESSOS	ANO	B/91	B/31	TOTAL
NOVOS	2013	133	643	776
	2014	123	517	640
	2015	53	313	366
	2016	59	345	404
	2017	68	657	725
REABERTOS	2013	0	4	4
	2014	1	0	1
	2015	0	1	1
	2016	0	2	2
	2017	0	4	4
SOMA DOS ITENS	2013			780
	2014			641
	2015			367
	2016			406
	2017			729

Tabela 1 - Segurados registrados: 2013 a 2017

Fonte: Boletins Estatísticos da Reabilitação Profissional (2013, 2014, 2015, 2016 e 2017).

Conforme o manual técnico da reabilitação profissional os segurados registrados são aqueles encaminhados pelo médico perito para possível ou não inclusão no programa, haja vista que para a participação é necessário a avaliação do potencial laborativo com a equipe da reabilitação profissional. Os processos novos significam o total de beneficiários, de acordo com a classificação: auxílio doença previdenciário (B/31), auxílio doença acidentário (B/91), pessoa com deficiência (PCD) e outros, encaminhados pelo perito médico, que nunca cumpriram o programa profissional; reabertos é o total de beneficiários de acordo com a classificação B/91, B/31, PCD e outros, que já cumpriram o programa profissional, foram desligados para volta ao trabalho e que retornaram à reabilitação profissional, por agravo ou nova doença/acidente (BRASIL, 2018).

É possível perceber que o ano de 2013 há um acréscimo de segurados registrados, a ordem de encaminhamentos dos segurados ao programa sob o viés decrescente foi de: 776 em 2013; 640 em 2014; 404 em 2016; 366 em 2015, no ano de 2017 este dado aumenta para 725 segurados registrados. Justamente no ano de maiores encaminhamentos (2013), há entrada de três servidoras atuando exclusivamente na reabilitação profissional, em três agências da previdência social diferenciadas (nas cidades de Campo Mourão, Cianorte e Colorado), a visibilidade do programa com as servidoras exclusivas é fato concreto e identificado na instituição, sendo assim é presumível o aumento de encaminhamentos pela equipe médica. O menor índice de encaminhamento ocorreu no ano de 2015, sendo este um ano que ocorreu greve dos servidores do INSS, fato que refletiu no encaminhamento e desenvolvimento do programa. No ano de 2017, inicia um plano de trabalho pelo INSS para revisões de benefícios previdenciários, cenário que contribui para o aumento de segurados

encaminhados para a reabilitação profissional.

De acordo com o manual técnico da reabilitação profissional além do segurado em gozo de auxílio doença, acidentário ou previdenciário, a pessoa com deficiência e outros, podendo se enquadrar para o encaminhamento: o segurado sem carência para auxílio doença previdenciário com incapacidade; o segurado em gozo de aposentadoria por invalidez; o segurado em gozo de aposentadoria especial, por tempo de contribuição ou idade que, em atividade laborativa, tenha reduzido a sua capacidade funcional, em decorrência de doença ou acidente de qualquer natureza ou causa; o dependente do segurado; as pessoas com deficiência (PCD) (BRASIL, 2018). Ao longo destes cinco anos não ocorreram encaminhamentos de PCDs e outros, algumas conjecturas podem ser levantadas: falta de conhecimento pelos próprios servidores da autarquia e relevante lista de espera de segurados encaminhados para o programa pelos benefícios de B/91 e B/31, prejudicando a inclusão de outros beneficiários que possuem direito perante a lei, mas não são grupos prioritários.

Outro fator de destaque nos dados apresentados é a diferença significativa de segurados registrados como auxílio doença previdenciário (B/31) e auxílio doença acidentário (B/91). Essa informação não é objeto desta investigação, mas é um fenômeno a ser discutido pelos atores envolvidos (instituições, sociedade de classe, trabalhadores, meio acadêmico) e de uma forma geral pela sociedade.

CLIENTES EM AVALIAÇÃO DO POTENCIAL LABORATIVO					
ANO		B /91		B /31	TOTAL
2013		59		285	344
2014		81		430	511
2015		110		424	534
2016		106		491	597
2017		145		499	644

Tabela 2 - Clientes em avaliação do potencial laborativo: 2013 a 2017

Fonte: Boletins Estatísticos da Reabilitação Profissional (2013, 2014, 2015, 2016 e 2017).

A tabela “clientes em avaliação do potencial laborativo” refere-se ao total de beneficiários registrados, de acordo com a classificação B/91, B/31, que no final de cada mês, permaneçam aguardando o atendimento para conclusão da avaliação do potencial laborativo. Em síntese, a tabela acima representa a média mensal de cada ano dos segurados que estiveram em lista de espera. Neste sentido, a média de beneficiários aguardando atendimento no programa de reabilitação profissional aumentou no decorrer destes cinco anos: em 2013 haviam 344 pessoas aguardando; em 2014, 511 beneficiários; 2015, 534 beneficiários; 2016, 597 trabalhadores incapacitados e o mais expressivo quantitativo foi em 2017 com 644 trabalhadores aguardando a inclusão no programa. Fato, que desvela o aumento do processo de adoecimento dos trabalhadores.

AVALIAÇÕES CONCLUÍDAS				
OCORRÊNCIA	ANO	B /91	B /31	TOTAL
ELEGÍVEIS	2013	106	377	483
	2014	66	232	298
	2015	60	151	211
	2016	44	204	248
	2017	28	173	201
INELEGÍVEL PERMANENTE	2013	17	74	91
	2014	15	79	94
	2015	17	47	64
	2016	6	43	49
	2017	7	139	146
INELEGÍVEL TEMPORÁRIO	2013	11	84	95
	2014	6	49	55
	2015	3	19	22
	2016	6	43	49
	2017	2	40	42
NÃO NECESSITA DE RP	2013	8	30	38
	2014	17	63	80
	2015	8	22	30
	2016	10	66	76
	2017	3	28	31
RETORNO IMEDIATO AO TRABALHO	2013	3	12	15
	2014	2	14	16
	2015	2	43	45
	2016	7	0	7
	2017	1	0	1
RECUSA	2013	1	4	5
	2014	2	11	13
	2015	0	12	12
	2016	2	8	10
	2017	1	9	10
TRANSFERÊNCIA	2013	0	0	0
	2014	1	1	2
	2015	1	4	5
	2016	0	3	3
	2017	2	7	9
ABANDONO	2013	0	0	0
	2014	0	0	0
	2015	0	2	2
	2016	0	1	1
	2017	0	3	3
ÓBITO	2013	0	0	0
	2014	1	1	2
	2015	0	0	0
	2016	0	1	1
	2017	1	1	2
SOMA DOS ITENS	2013			727
	2014			560
	2015			391
	2016			444
	2017			445

Tabela 3 - Avaliações concluídas: 2013 a 2017

Fonte: Boletins Estatísticos da Reabilitação Profissional (2013, 2014, 2015, 2016 e 2017).

Compreende-se por avaliações concluídas, todos os beneficiários registrados, que após análise conjunta tiveram a avaliação do potencial laborativo concluída, com os seguintes encaminhamentos: Elegível, beneficiários que apresentam condições físicas, psíquicas socioprofissionais para desenvolver o programa de reabilitação profissional; Inelegível permanente, beneficiários que não apresentam condições físicas, psíquicas socioprofissionais, definitivamente para desenvolver o programa de reabilitação profissional; Inelegível temporário: beneficiários que, por ocasião da avaliação do potencial laborativo, não apresentam condições para início do programa profissional, devido à dependência de cirurgia, final de gravidez, necessidade de tratamento específico, seqüela indefinida, doença infecto-contagiosa e outros; Não necessita de reabilitação profissional, beneficiários que, por ocasião da avaliação do potencial laborativo, não necessitem da intervenção da reabilitação profissional por já possuírem qualificação, mas ainda não estão aptos para retorno ao trabalho; Retorno imediato ao trabalho, beneficiários que apresentam condições físicas, psíquicas, socioprofissionais para exercer todas as atividades relativas à sua função de origem, sem necessidade de programa de reabilitação profissional; Recusa, beneficiários que,

embora apresentem condições físicas, psíquicas, socioprofissionais para o programa, manifestem, ativa ou passivamente, total desinteresse e/ou resistência ao cumpri-lo; Transferência, beneficiários que, durante a avaliação do potencial laborativo, passarem a pertencer à outra GEX ou APS, em razão de transferência do benefício; Abandono, casos em que o beneficiário falte três vezes consecutivamente aos agendamentos, durante a avaliação e que não atendam à convocação feita pela reabilitação até o dia subsequente ao recebimento da correspondência; Óbito, beneficiário que venha a falecer no decorrer da avaliação do potencial laborativo (BRASIL, 2018).

Na tabela de avaliações concluídas o quadro de elegível apresenta os maiores números. O ano de 2013 representa o maior número de segurados eleitos ao programa com 483 segurados elegíveis, na sequência decrescente: 298 segurados em 2014; 248 segurados em 2016; 211 segurados, em 2015 e, 201 segurados em 2017. Os quadros de inelegível permanente, inelegível temporário, não necessitam de RP e retorno imediato ao trabalho, representam os encaminhamentos indevidos para a reabilitação profissional, pois são encaminhamentos incompatíveis para inclusão no programa, podendo ser uma situação de aposentadoria, quadro clínico não estabilizado, segurado com qualificação para exercer outras atividades que não seja a de origem, limitação não incapacitante para o trabalho de origem. O encaminhamento indevido pela perícia médica fragiliza o programa, pois este segurado permanece por um longo período em lista de espera, causando morosidade para a qualificação profissional dos demais segurados, bem como dificuldade de resolutividade para as próprias situações dos segurados encaminhados indevidamente. E também a expectativa construída pelo segurado, podendo gerar sentimentos como de frustração e revolta, dentre outros, os quais são prejudiciais ao seu bem-estar físico e emocional.

O quadro de recusa é considerado relativamente “baixo” na Gerência, sendo respectivamente no período de 5 anos: 2013, 05 segurados se recusaram a participar da reabilitação profissional; 13 segurados em 2014; 12 segurados em 2015; 10 segurados em 2016 e 2017. As avaliações concluídas por transferência ocorreram com 2 segurados em 2014; 5 segurados em 2015; 3 segurados em 2016 e 9 segurados em 2017. As avaliações concluídas caracterizadas como abandono representam os seguintes números: 2 segurados no ano de 2015; 1 segurado em 2016 e 3 segurados em 2017. Ocorreram situações que segurados vieram a óbito, quando estavam aguardando a inclusão na reabilitação, sendo: 2 segurados em 2014, 1 segurado em 2016 e, 2 segurados no ano de 2017.

CLIENTES POR FASE DE PROGRAMA PROFISSIONAL				
OCORRENCIA	ANO	B /91	B /31	TOTAL
EM ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL	2013	40	167	207
	2014	52	229	281
	2015	60	210	270
	2016	57	204	261
	2017	55	215	270
EM FORMAÇÃO PROFISSIONAL (CURSO)	2013	29	141	170
	2014	42	159	201
	2015	41	175	216
	2016	38	187	225
	2017	34	132	166
EM TREINAMENTO PROFISSIONAL	2013	4	12	16
	2014	5	9	14
	2015	5	7	12
	2016	2	5	7
	2017	3	4	7
EM TREINAMENTO E CURSO NA COMUNIDADE	2013	1	1	2
	2014	1	1	2
	2015	0	1	1
	2016	1	1	2
	2017	3	2	5
SOMA DOS ITENS	2013			395
	2014			498
	2015			499
	2016			495
	2017			448

Tabela 4 - Clientes por fase de programa: 2013 a 2017

Fonte: Boletins Estatísticos da Reabilitação Profissional (2013, 2014, 2015, 2016 e 2017).

O quadro “clientes por fase de programa profissional” explica a situação dos segurados que estão na reabilitação profissional, isto é, em orientação profissional é o total de beneficiários que se encontram na fase que compreende o período do primeiro atendimento, após a elegibilidade, até o início da capacitação profissional (curso e/ou treinamento); treinamento profissional, beneficiários que se encontram em programa profissional, frequentando treinamento na comunidade. Formação profissional (cursos) refere-se aos segurados que estão realizando o processo de qualificação profissional por meio de curso. Treinamento e curso na comunidade, segurados que estão frequentando simultaneamente curso e treinamento na rede pública (BRASIL, 2018).

Observa-se que a maior média de número de segurados em orientação ocorreu no ano de 2014 (281 segurados); no ano de 2015 e 2017 a média de segurados em orientação foi de 270 segurados; no ano de 2016, 261 segurados e a menor média de segurados em orientação foi em 2013 (207 segurados). Em formação profissional (cursos), denota-se que ocorreu um aumento no decorrer dos anos de segurados para a qualificação profissional, apenas no ano de 2017 apresentou-se uma diminuição de segurados em curso, situação que pode ser justificada pelo cancelamento do Programa Nacional de Acesso de Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) e também pela dificuldade de formação de turmas no Sistema S (órgãos conveniados do INSS), compreendido pelo contexto econômico e político do país.

Um dado importante é a diminuição de segurado em treinamentos no percurso

destes cinco anos em análise, esse fato, desvela a falta de aceitação das empresas em ofertar a readaptação profissional aos reabilitados. Neste sentido, também se compreende a quantidade elevada de cursos, pois uma vez não ocorrendo possibilidade de treinamento para readaptação profissional em vaga compatível com seu quadro clínico e realidade social, os segurados são encaminhados para cursos de qualificação profissional. O quadro de treinamento e curso na comunidade apresentam dados mínimos, demonstrando a falta de incentivo governamental para a qualificação profissional.

CLIENTE EM PROGRAMA POR MAIS DE 240 DIAS			
ANO	B /91	B /31	TOTAL
2013	25	120	145
2014	43	207	250
2015	64	283	347
2016	73	263	336
2017	68	236	304

Tabela 5 - Clientes por fase de programa por mais de 240 dias: 2013 a 2017

Fonte: Boletins Estatísticos da Reabilitação Profissional (2013, 2014, 2015, 2016 e 2017).

A tabela “clientes em programa por mais de 240 dias” identifica o total de beneficiários que de acordo com a classificação B/31 e B/91, elegíveis para o programa de reabilitação profissional que ao final do mês estejam a mais de 240 dias em programa (BRASIL, 2018).

Os indicadores citados anteriormente são médias mensais dos referentes anos, os quais expressam o aumento ao longo dos cinco anos trabalhados. Essa informação pode apresentar duas análises: a primeira, seria a dificuldade de readaptação da empresa de origem, quando o segurado possui vínculo celetista, pois quando ocorre o processo de oferta para nova função pela empresa de origem e na sequência treinamento, geralmente o tempo destinado à reabilitação perfaz um período de 60 a 120 dias; a segunda análise seria que ao longo dos anos o processo de qualificação se intensificou na gerência com o custeio de cursos técnicos, o qual comumente ocorre no tempo de dois anos, mas cabe salientar que uma grande quantidade de segurados não possui nível de escolaridade compatível para realizar os cursos técnicos, necessitando assim, permanecer em elevação de escolaridade, para posteriormente serem encaminhados aos cursos técnicos.

DESLIGADOS				
OCORRÊNCIA	ANO	B/91	B/31	TOTAL
RETORNO À FUNÇÃO DIVERSA	2013	34	124	158
	2014	28	102	130
	2015	23	80	103
	2016	30	139	169
	2017	24	91	115
RECUSA	2013	4	23	27
	2014	6	23	29
	2015	2	13	15
	2016	4	11	15
	2017		9	9
INSUSCETÍVEL DE REABILITAÇÃO PROFISSIONAL	2013	8	30	38
	2014	10	36	46
	2015	3	11	14
	2016	7	26	33
	2017	3	12	15
INTERCORRÊNCIA MÉDICA	2013	8	21	29
	2014	4	22	26
	2015	2	15	17
	2016	6	19	25
	2017	2	25	27
TRANSFERÊNCIA	2013	7	25	32
	2014	0	13	13
	2015	1	23	24
	2016	0	11	11
	2017	4	6	10
ABANDONO	2013	3	12	15
	2014	4	11	15
	2015	2	5	7
	2016	5	20	25
	2017		10	10
RETORNO MESMA FUNÇÃO COM ATIVIDADE DIVERSA	2013	1	7	8
	2014	3	7	10
	2015	3	2	5
	2016	5	3	8
	2017	1	10	11
IMPOSSIBILIDADE TÉCNICA	2013	1	6	7
	2014	1	2	3
	2015	1	2	3
	2016	3	6	9
	2017	1	6	7
RETORNO À MESMA FUNÇÃO COM TODAS AS ATIVIDADES	2013	2	11	13
	2014	0	9	9
	2015	2	7	9
	2016	2	7	9
	2017		4	4
ÓBITO	2013	0	1	1
	2014	0	2	2
	2015	0	2	2
	2016	0	1	1
	2017		1	1
SOMA DOS ITENS	2013			328
	2014			283
	2015			199
	2016			305
	2017			209

Tabela 6 - Segurados desligados: 2013 a 2017

Fonte: Boletins Estatísticos da Reabilitação Profissional (2013, 2014, 2015, 2016 e 2017).

A tabela de desligados refere-se ao total de beneficiários, que de acordo com a classificação B/31 e B/91 elegíveis para o programa de reabilitação profissional foram desligados por meio das seguintes situações: retorno a mesma função com atividade diversa, diz respeito ao beneficiário que após o cumprimento do programa, apresente condições de retorno a função de origem, necessitando de adequação das atividades e/ou posto de trabalho; retorno a mesma função com todas as atividades, beneficiário que no término da reabilitação, apresente condições de retorno à mesma função, com todas as atividades que exerciam anteriormente; retorno a função diversa, segurado que, após a reabilitação, esteja habilitados para o exercício de função e atividade totalmente diferentes daquelas de origem; recusa, segurado que embora reúnam

condições físicas, psíquicas e socioprofissionais para o programa, manifestem ativa ou passivamente, desinteresse e ou resistência em cumpri-lo; abandono, são aqueles desligamentos que ocorrem devido a falta, sem justificativa aos agendamentos da reabilitação profissional; intercorrência médica, beneficiário que em programa de reabilitação profissional apresente problemas de ordem médica ou patologias cuja remissão ultrapasse o período de trinta dias, devido a cirurgias, agravamento do quadro e outros; transferência, segurado que durante o programa, passe a pertencer à outra Gerência Executiva do INSS ou Agência da Previdência Social, em razão da transferência do benefício; óbito, beneficiário que venha a falecer no decorrer da reabilitação profissional; insuscetível de reabilitação profissional, segurado que após várias tentativas de preparo para uma atividade profissional, não alcancem os requisitos mínimos para exercerem uma atividade laborativa que lhes garanta a subsistência; impossibilidade técnica, segurado que em programa de reabilitação não puder ser qualificado com vistas à sua reinserção no mercado de trabalho devido a impossibilidade técnica do Instituto propiciar os recursos mínimos necessários para tal.

O programa de reabilitação é repleto de êxito quando a qualificação é ocorrida e o segurado consegue (re) construir sua vida laborativa. Neste sentido, que o desligamento para retorna a função diversa é visualizado como a ocorrência que vem ao encontro dos objetivos do programa, todavia observa-se que ao passar dos anos há um decréscimo da caracterização desde desligamento, apenas no ano de 2016 há uma salto quantitativo neste dado: em 2013 teve-se 158 segurados desligados para retorno a função diversa; em 2014, 130 segurados; no ano de 2015, 103 segurados; em 2016, 169 segurados e em 2017, 115 segurados desligados neste enquadramento. A recusa, a qual é considerada uma das situações mais complexas e prejudiciais ao segurado, mostrou uma diminuição no período estudado, apenas no ano de 2014 apresentou uma leve diferença do ano de 2013. As situações de insuscetibilidade ao programa e o retorno a mesma função com todas as atividades, são desdobramentos considerados por diversas vezes como encaminhamento indevido, ambas tiveram oscilações no decorrer do período, entretanto, o insuscetível de reabilitação apresentou maiores números, ou seja, os segurados estão apresentando maiores vulnerabilidades, no que tange a saúde, cabe lembrar que este item refere-se a aposentadoria por invalidez.

A intercorrência médica evidencia que por diversas vezes o segurado adoece ou agrava o seu quadro clínico no processo de reabilitação, e assim necessita de afastamento das atividades da reabilitação profissional. A transferência e o abandono oscilaram nestes cinco anos, mas o abandono apresentou diminuição de incidência, fator considerado positivo. O desligamento por óbito apareceu em todos os anos, a média de falecimento esteve entre um a dois óbitos anuais.

OCORRENCIA	ANO	B/91	B/31	TOTAL
2 A 60 DIAS	2013	6	25	31
	2014	6	21	27
	2015	6	2	8
	2016	3	3	6
	2017	1	10	11
123 A 240 DIAS	2013	8	31	39
	2014	7	19	26
	2015	2	16	18
	2016	3	15	18
	2017	2	11	13
62 A 120 DIAS	2013	4	14	18
	2014	2	15	17
	2015	0	3	3
	2016	3	7	10
MAIS DE 240 DIAS	2013	16	75	91
	2014	18	60	78
	2015	18	64	82
	2016	32	120	152
	2017	23	110	133

Tabela 7 - Tempo de permanência dos clientes desligados com retorno ao trabalho: 2013 a 2017

Fonte: Boletins Estatísticos da Reabilitação Profissional (2013, 2014, 2015, 2016 e 2017).

Os clientes desligados com retorno ao trabalho apresentam as informações dos segurados classificados com B/31 e B/91, evidenciando o intervalo de tempo (período da data de elegibilidade até a data da alta) dos beneficiários desligados com retorno ao trabalho (BRASIL, 2018). Assim é visualizado que a maioria dos segurados que foram desligados para o retorno ao trabalho permaneceram por mais de 240 dias em reabilitação profissional. E reafirma-se as análises realizadas na tabela 7, isto é, pode-se avaliar como falta de oportunidade para treinamento na empresa de origem, pois este processo caracteriza-se por um tempo menor na reabilitação profissional, assim é considerado um fator negativo; ou uma questão que é apreendida com o viés positivo no programa ao longo dos anos é o incentivo a qualificação profissional; elevação de escolaridade; custeio para diversos cursos na área escolhida pelo segurado, cursos técnicos, especializações, dentre outros.

RECURSOS MATERIAIS CONCEDIDOS						
OCORRÊNCIA	2011	B/91	B/31	PCD	OUTROS	VALOR R\$
MENSALIDADES DE CURSO	2013	102	337			R\$ 116.821,19
	2014	89	382			R\$ 136.371,37
	2015	128	499			R\$ 135.787,06
	2016	290	1189			R\$ 378.129,72
	2017	124	498			R\$ 180.000,68
PRÓTESE E ÓRTESE	2013	0	0			R\$ -
	2014	0	10	1	12	R\$ 437.306,63
	2015	0	0			R\$ -
	2016	0	0			R\$ -
	2017	4	1			R\$ 178.028,00
TAXAS DE INSCRIÇÃO	2013	12	42			R\$ 14.231,90
	2014	0	0			R\$ -
	2015	0	0			R\$ -
	2016	0	0			R\$ -
	2017	0	0			R\$ -
IMPLEMENTO PROFISSIONAL	2013	0	0			R\$ -
	2014	0	0			R\$ -
	2015	3	15			R\$ 7.851,00
	2016	0	0			R\$ -
	2017	3	3			R\$ 2.349,00
SOMA DOS ITENS	2013					R\$ 131.053,09
	2014					R\$ 573.678,00
	2015					R\$ 143.638,06
	2016					R\$ 378.129,72
	2017					R\$ 360.377,68

A tabela de recursos de materiais concedidos é o total efetivamente pago para cada recurso durante os anos. Os recursos materiais são aqueles indispensáveis ao desenvolvimento do processo de reabilitação profissional e à consequente reinserção dos reabilitados no mercado, tais como: prótese e órtese, bem como seu reparo ou substituição; taxas de inscrição e mensalidades de cursos profissionalizantes; implemento profissional/instrumento de trabalho; documentos para habilitação profissional; transporte; alimentação. A indicação e a concessão dos recursos materiais ficam condicionadas a prescrição por técnicos da reabilitação profissional, mediante estudo das características de cada usuário.

O valor pago para mensalidade de curso representa a maior despesa da classificação. Observa-se que em 2016 foi o ano de maiores encaminhamentos para cursos, com o total de mensalidade pagas no valor de R\$ 378.129,72; o segundo ano de maior recurso pago com mensalidades de cursos foi em 2014 com o pagamento de R\$ 136.371,37; o ano de 2015 embora tenha ocorrido situações como afastamento de servidores e greve a quantidade de encaminhamentos foi maior que no ano anterior e o valor de mensalidades pagas foram de R\$ 135.787,06; o ano de 2017, foi custado o total de R\$ 180.000,68; e, o valor inferior foi no ano de 2013 com o pagamento de R\$ 116.821,19 para mensalidades de cursos.

A concessão de órteses e próteses é um dos recursos materiais previstos em Lei, visando proporcionar aos usuários incapacitados parcial ou totalmente para o trabalho, os meios indicados para participarem do mercado de trabalho e do contexto em que vivem. Na Lei, a letra do artigo 89 da Lei nº 8.213/1991, prevê que esses recursos significam direito ao ingresso no mercado de trabalho e sua participação no meio em que vivem. Consta ainda na Lei:

Quando indispensável ao desenvolvimento do processo de reabilitação profissional, o INSS fornecerá aos usuários, inclusive aposentados, em caráter obrigatório, órtese e prótese, seu reparo ou substituição, instrumentos de auxílio para a locomoção, bem como equipamentos necessários à habilitação e à reabilitação profissional, transporte urbano e alimentação e, na medida das possibilidades do INSS, aos seus dependentes (BRASIL, 1991).

A concessão de prótese e órtese ocorreu no ano de 2014, 23 pessoas receberam as próteses, incluindo segurados, pessoas com deficiência e outros (trabalhadores com qualidade de segurados), contemplando o valor de R\$ 437.306,63. E, no ano de 2017, 5 segurados receberam próteses, o custeio foi de R\$ 178.028,00.

O pagamento de taxas para inscrição em cursos apareceu nos boletins estatísticos da reabilitação profissional no ano de 2013, com 54 pagamentos aos segurados, o qual totalizou o valor de R\$ 14.231,90. O não aparecimento da taxa de inscrição nos

demais anos, pode ser justificado pela inclusão deste valor nas mensalidades dos cursos.

O implemento profissional é o conjunto de materiais indispensáveis para o desenvolvimento da formação/treinamento profissional e o instrumento de trabalho é o conjunto de materiais imprescindíveis ao exercício de uma atividade laborativa, por ocasião da volta do reabilitado ao trabalho (BRASIL, 2018). Em 2015 o total de 18 segurados foram contemplados com a aquisição dos implementos, totalizando o valor de R\$ 7.851,80. Em 2017, 6 segurados receberam implementos, totalizando o pagamento de R\$ 2.349,00. É oportuno ressaltar que, a compra de implementos não é um processo rápido, devido a burocracia dos órgãos públicos, fato que explica a não realização de compra no ano de 2013 e 2016. O instrumento de trabalho não foi concedido entre 2013 a 2017, observa-se desconhecimento pelo segurado da reabilitação profissional as possibilidades de alcance de seus direitos.

Em síntese os dados apresentados buscaram apresentar a realidade vivenciada pela reabilitação profissional na Gerência Executiva do INSS em Maringá, tendo por escopo uma aproximação com a conjectura dos trabalhadores incapacitados, sinalizando os caminhos trilhados durante a reabilitação profissional a partir da indicação ao programa até a sua finalização.

2 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Torna-se notório, os desafios impostos para o Programa de Reabilitação Profissional no percurso apreendido. O resultado do estudo dos Boletins Estatísticos mensais da reabilitação profissional confirmam que, ocorreu um aumento ao longo dos anos de segurados aguardando em lista de espera para atendimento inicial da reabilitação; a maioria dos segurados são eleitos para o programa; que ainda há situações relevantes de encaminhamentos indevidos para a reabilitação; a maior parte dos segurados em processo de qualificação realizam cursos e não treinamentos; após o cumprimento da reabilitação a maioria são desligados para função diversa; que ao longo do tempo aumentou a quantidade de tempo de segurado na reabilitação profissional; os dados são mais expressivos para atendimento ao B/31; ao longo de 5 anos, os segurados com a inclusão na reabilitação profissional permaneceram entre B/91 e B/31, não favorecendo os seguintes grupos: segurados em gozo de aposentadoria por invalidez, o segurado em gozo de aposentadoria especial, por tempo de contribuição ou idade que, em atividade laborativa, tenha reduzida sua capacidade funcional em decorrência de doença ou acidente de qualquer natureza ou causa; o dependente do segurado; as Pessoas com Deficiência – PCD (BRASIL, 2015).

Para finalizar, algumas propostas poderiam contribuir para a execução mais eficaz da reabilitação profissional como política pública: atuação interdisciplinar das equipes; integralidade e intersetorialidade com políticas públicas; a implantação dos conceitos teóricos da Classificação de Incapacidade e Funcionalidade (CIF)

na avaliação de incapacidade, representando uma mudança no paradigma da incapacidade: a superação da concepção de déficit pessoal para uma abordagem social da incapacidade

A superação da situação de exclusão de trabalhadores com restrições laborativas, apenas terá possibilidade de ocorrer com a construção de uma política pública de reabilitação profissional, que deverá ter à frente o Estado, promovendo o diálogo entre as áreas de desenvolvimento econômico e as áreas sociais, concomitantemente ao desenvolvimento de uma integração de fato entre assistência, fiscalização e vigilância das condições de trabalho e previdência social. Essa integração requer o compartilhamento e a análise das bases de dados de cada área, a definição de prioridades, com programas e procedimentos articulados.

REFERÊNCIAS

ALVES, G.; SANTOS, J. B. F (Org.). **Métodos e técnicas de pesquisa sobre o mundo do trabalhador**. Bauru: Canal 6, 2014.

BRASIL. Ministério da Previdência Social. **Lei nº 8.213 de 24 de julho de 1991**. Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 1991.

BRASIL. Ministério da Previdência Social. **Manual Técnico de Procedimentos da área de Reabilitação Profissional**. Volume I. Brasília, DF: Instituto Nacional do Seguro Social, 2018.

BRASIL. Presidência da República. **Instrução normativa INSS/PRES nº 77, de 21 de janeiro de 2015**. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2015.

CERVI, E. U. Métodos quantitativos nas ciências sociais: uma abordagem alternativa ao fetichismo dos números e ao debate com qualitativistas. In: BOURGUIGNON, J. A. (Org.). **Pesquisa social: reflexões teóricas e metodológicas**. Ponta Grossa: Toda Palavra, 2009. p. 125-145.

HELDER, R. R. **Como fazer análise documental**. Porto, Portugal: Universidade de Algarve, 2006.

MAY, T. **Pesquisa social: questões, métodos e processo**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 11. ed. São Paulo: HUCITEC, 2008.

OLIVEIRA, M. M. **Como fazer pesquisa qualitativa**. Petrópolis: Vozes, 2007.

PROGRAMA DE REABILITAÇÃO PROFISSIONAL DO INSS: UMA ANÁLISE DA REALIDADE DA GERÊNCIA EXECUTIVA DE MARINGÁ/PR NO ANO DE 2015

Christiane Karla Spielmann

Mestre em Sociedade e Desenvolvimento -
UNESPAR

Campo Mourão - Paraná

Flávia Xavier de Carvalho

Doutora em Ciências Sociais Aplicadas – UEPG

Ponta Grossa - Paraná

RESUMO: Para os trabalhadores que necessitem de habilitação e reabilitação profissional no Brasil, existem medidas de proteção social que dão espaço a políticas de (re)inserção. O Ministério do Trabalho e Previdência Social por meio do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) tem por obrigatoriedade contribuir para o retorno dos trabalhadores ao mercado de trabalho. Nesta perspectiva o objeto de estudo proposto é uma análise quantitativa e qualitativa do Programa de Reabilitação Profissional na Gerência Executiva do INSS de Maringá-Pr, no ano de 2015. As considerações aqui desenvolvidas são frutos de pesquisas bibliográfica e documental. O artigo objetivou apresentar indicadores estatísticos sobre a Reabilitação Profissional na região noroeste do Paraná, bem como dialogar cientificamente com a realidade social dos municípios. Oportuno ressaltar que as análises teórico metodológicas foram construídas a luz do referencial histórico crítico. Destaca-

se como categorias analíticas, o Trabalho e a Reabilitação Profissional. Em síntese o artigo tece discussões contemporâneas acerca do programa e, conseqüentemente do mundo do trabalho, buscamos evidenciar e interpretar a cena capitalista que os trabalhadores “reabilitados” estão envolvidos. Conclui-se que novos estudos que compreendem os processos de trabalho são necessários, assim como a construção de práticas que sugiram mudanças na forma como o trabalho é organizado.

PALAVRAS-CHAVE: Reabilitação Profissional; Trabalhador; Capitalismo

ABSTRACT: For workers who require professional qualification and rehabilitation in Brazil, there are social protection measures that give space to (re) insertion policies. The Ministry of Labour and Social Security through the National Institute of Social Insurance (INSS) is obliged to contribute to the return of workers to the labor market. In this perspective, the object of study proposed is a quantitative and qualitative analysis of the professional rehabilitation program in the executive management of the INSS of Maringá-Pr, in the year 2015. The considerations developed here are the fruits of bibliographic and documentary research. The article aimed to present statistical indicators on professional rehabilitation in the Northwest region of Paraná, as well as to

communicate scientifically with the social reality of the municipalities. It is worth noting that the theoretical methodological analyses were built in light of the critical historical referential. It stands out as analytical categories, work and professional rehabilitation. In summary, the article Weans contemporary discussions about the program and, consequently, the world of work, we seek to demonstrate and interpret the capitalist scene that workers “rehabilitated “ are involved. It is concluded that new studies that comprise the work processes are necessary, as well as the construction of practices that suggest changes in the way the work is organized.

KEYWORDS: professional rehabilitation; Worker Capitalism

1 | A REABILITAÇÃO PROFISSIONAL NO PROCESSO HISTÓRICO

Neste artigo, apresentamos aspectos atinentes ao Programa de Reabilitação Profissional desenvolvido pelo Instituto Nacional de Seguro Social (INSS), tendo como delimitação de estudo, uma análise do Programa de Reabilitação Profissional da Gerência Executiva do INSS de Maringá, no ano de 2015.

A partir da premissa epistêmica que é apreender o trabalho enquanto categoria central da sociabilidade humana, presumimos que o Programa de Reabilitação Profissional está inserido no novo metabolismo social do trabalho na contemporaneidade. Como procedimento metodológico adotou-se o método qualitativo e quantitativo e a pesquisa bibliográfica e documental.

A Reabilitação Profissional (RP) atua em situações em que a incapacidade para o trabalho e a consequente restrição laboral seja avaliada como estabilizada e de longa duração. Consiste na reinserção do trabalhador segurado da Previdência Social, seja no lócus de trabalho, ou em outro quando este estiver sem vínculo empregatício, e sua concepção abrange aspectos sanitários, previdenciários, sociais e legais. Segundo a legislação brasileira, o Ministério Trabalho e da Previdência Social, através do INSS, é o responsável por esta atribuição.

De acordo com o que é previsto pela legislação previdenciária atual, o programa visa oferecer aos trabalhadores adoecidos ou acidentados, meios de reeducação e readaptação profissional para o retorno do indivíduo às atividades laborais, sendo essas diferentes em relação às tarefas habituais (POERSCH; RAMOS; SILVA, 2010).

O conceito de Reabilitação é descrito da seguinte forma pela Lei 8213/91 e Decreto nº 3048/99:

“Assistência educativa ou reeducativa e de adaptação ou readaptação profissional, instituída sob a denominação genérica de habilitação e reabilitação profissional, visando proporcionar aos beneficiários incapacitados parcial ou totalmente para o trabalho, em caráter obrigatório, independente de carência, e às “pessoas portadoras de deficiência”, os meios indicados para o reingresso no mercado de trabalho e no contexto em que vivem” (BRASIL, 1991).

Neste sentido, as funções básicas realizadas pelo programa de RP envolvem: a avaliação e definição da capacidade laborativa do trabalhador; a avaliação das perdas funcionais, funções conservadas, contra indicações, potencialidades e prognóstico laboral; a orientação e acompanhamento da programação profissional; a articulação com o meio para o regresso no mercado de trabalho; e o acompanhamento e pesquisa de fixação no mercado de trabalho (BRASIL, 2011).

O Programa de Reabilitação Profissional é serviço previdenciário prestado para os beneficiários afastados de sua atividade profissional em decorrência de doença, acidente de qualquer natureza, assim como para as pessoa com deficiência.

A história da Reabilitação Profissional no Brasil remete ao início do século XX, na qual o acesso aos serviços previdenciários era exclusivo para algumas classes de trabalhadores com carteira assinada, sendo garantido pelas Caixas de Aposentadoria e Pensões (CAPS) e posteriormente pelos Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAPS). Somente quem contribuía, ou seja, apenas quem exercia trabalhos reconhecidos pelo Estado, tinha direito aos benefícios prestados; além disso, a classe trabalhadora que tivesse mais condições de contribuir tinha acesso a uma gama maior e de melhor qualidade de benefícios.

O acesso aos serviços previdenciários configurou-se, desde seus primórdios, como um direito trabalhista das classes assalariadas urbanas. Com características administrativas e técnicas de seguro social, os serviços encarregados da proteção social brasileira desenvolveram práticas arraigadas à concepção de “cidadania regulada”, ou seja, os direitos de assistência médica, pensões e aposentadorias estiveram vinculados ao contrato compulsório dos trabalhadores do setor privado com o seguro gerenciado pelo Estado, mas na dependência da inserção formal no mercado de trabalho (TAKAHASHI; IGUTTI, 2008).

O padrão de proteção social através da cidadania regulada pela condição do trabalho corporificou-se em uma estrutura fragmentada, composta por diferentes parâmetros de arrecadação, critérios de concessão, cálculo de benefícios. A consequência deste processo foi a concentração dos instrumentos de controle dos trabalhadores, através das políticas, além de tornar a burocracia arena privilegiada de confronto dos interesses políticos em conflito.

Em síntese, a expansão da Seguridade Social nos países da América Latina, sobretudo no Brasil ocorreu de forma a reforçar seu caráter fragmentado e estratificado, como parte da estratégia política de cooptação das frações mais organizadas dos trabalhadores. A tentativa de maior uniformidade, unificação e universalização, foram frustradas em diversos pontos, tornando-se um espaço de manifestações de contradições.

Com o golpe militar no Brasil (1964) ocorreram algumas mudanças. Houve a unificação dos IAPS e constituição do Instituto Nacional da Previdência Social (INPS), de modo que não se fazia distinção entre os trabalhadores que contribuía mais ou menos, todos tinham direito aos mesmos benefícios (BAPTISTA, 2007).

A prática da reabilitação já ocorria nos CAPS e IAPS desde 1943, mas apenas se tornou uma obrigação legal em 1967 no INPS. Tal prática era moldada por uma tendência hospitalocêntrica e os serviços ficavam centralizados em um só local. Neste sentido, foram implantados os Centros de Reabilitação Profissional (CRPs) que disponibilizavam todos os recursos terapêuticos no interior do próprio serviço, com grandes estruturas, equipamentos e equipes multiprofissionais. Foram criados, também os Núcleos de Reabilitação Profissional (NRPs), que eram unidades menores que referenciavam os casos mais complexos para os Centros (TAKAHASHI; IGUTTI, 2008).

No Decreto-Lei nº. 7.036 de 10 de novembro de 1944, que tratava da reforma da lei do acidente de trabalho, o artigo 90 referia-se à “readaptação profissional”, devida a todos os incapacitados para o trabalho, com o objetivo de restituir-lhes, parcial ou totalmente, “a capacidade na primitiva profissão ou em outra compatível com as suas novas condições físicas”. O conceito envolvia conotações de recuperação e reinserção no trabalho, por meio “de prática da fisioterapia, da cirurgia ortopédica e reparadora, mas ainda do ensino conveniente em escolas profissionais especiais” (BRASIL, 1944).

Porém foi no Decreto-Lei nº. 48.959 de 19 de setembro de 1960, que o termo reabilitação profissional foi institucionalmente consolidado como resposta pública à questão da incapacidade e detalhado, abrangendo a “assistência educativa e de readaptação profissional” com vistas a proporcionar aos beneficiários da Previdência Social, quando doentes, inválidos ou de algum modo física ou mentalmente deficitários, com a amplitude que as possibilidades administrativas, técnicas e financeiras e as condições locais permitirem, os meios de reeducação ou readaptação profissional indicados para que possam trabalhar em condições normais.

Em 1960, a Lei Orgânica da Previdência Social (LOPS), em seu artigo 53 define que a assistência reeducativa e de readaptação profissional cuidaria da reeducação e readaptação dos segurados que recebiam auxílio doença, bem como dos aposentados e pensionistas inválidos. Essas normas permitiram ainda que a Previdência Social delegasse o serviço de assistência previdenciária de Reabilitação Profissional para a Associação Brasileira Beneficente de Reabilitação e Instituições Congêneres. Entretanto, em 1963, o Decreto nº. 53.264 de 13 de dezembro, retomou a assistência de Reabilitação Profissional para a Previdência Social.

Com este Decreto, a assistência passou a ser custeada por vários Institutos de Aposentadorias e Pensões, porém a prestação do serviço em todo o país coube a apenas um instituto, cuja escolha foi de responsabilidade do Departamento Nacional de Previdência Social, segundo critérios de melhores condições técnico-administrativas.

O Decreto nº. 53.264 de 13 de dezembro de 1963 também criou a Comissão Permanente de Reabilitação Profissional da Previdência Social (COPERPS), com a finalidade de planejar, orientar, coordenar e fiscalizar, em todo o território nacional, a prestação dos serviços da Reabilitação Profissional. Importante referir que o conjunto de atos normativos publicados, pouco resultou em mudanças no modo de fazer.

Nas décadas de 1970 e 1980, a reabilitação profissional expandiu-se sendo executada por meio de Centros de Reabilitação Profissional (CRP), unidades de maior porte e pelos Núcleos de Reabilitação Profissional (NRP), unidade de menor porte. Essas unidades possuíam capacidades administrativa, técnica e financeira para cumprir as atribuições determinadas na legislação em um modelo hospitalocêntrico, no qual se baseava a assistência médica previdenciária da época. Disponham de setores assistenciais-terapêuticos, de oficinas para o ensino e treinamento profissionalizante, de pesquisa de mercado, com recursos materiais e humanos dentro dos serviços. Havia profissionais de diversas formações, dentre as quais médicos, fisioterapeutas, terapeutas ocupacionais, psicólogos, professores de nível secundário e superior, e de diversos ofícios atuando nas diversas atribuições, o que implicava instalações em grandes áreas físicas e alto custo (TAKAHASHI, 2006).

A década de 1970 foi um momento importante na industrialização nacional, isto porque houve uma ampliação do setor e iniciou-se também o processo de automação/mecanização. Já na década de 1980 e início dos anos 1990 o país passava por uma forte crise fiscal impactando a inserção do trabalhador no mercado de trabalho. Tais acontecimentos tiveram sua influência sobre os serviços de reabilitação profissional o primeiro – a mudança do processo produtivo – repercutiu no quadro de morbidade dos trabalhadores e na necessidade de mudanças no que tange a qualificação profissional. Quanto ao segundo, a crise fiscal, impactava na dificuldade de absorção do trabalhador no mercado de trabalho.

Em 1980, ocorreu a expansão da rede nacional para todas as capitais dos estados e também para algumas cidades de grande porte, tendo como critérios principais de implantação a magnitude dos acidentados de trabalho com concessão de benefícios e a existência de recursos universitários formadores de pessoal técnico. Os serviços tinham abrangência regional e seus usuários ficavam em média, 240 dias em programa, tendo as despesas com transporte, alimentação, hospedagem, documentação, medicamentos, cursos profissionalizantes e instrumentos de trabalho, custeadas pela Previdência Social (TAKAHASHI; IGUTTI, 2008).

Ainda no decorrer desta década, devido a falta de investimento do governo, os CRPs e NRPs tiveram suas instalações físicas sucateadas, com uma relevante carência de recursos humanos, em 1990 a precarização foi intensificada, sobretudo pela adesão dos profissionais aos planos de aposentadoria proporcional e pelos incentivos do governo à demissão. Em levantamento realizado no ano de 1993, havia no Brasil quarenta e seis (46) serviços de reabilitação profissional, sendo vinte e um (21) CRPs e vinte e cinco (25) NRPs. Em 1994, a rede nacional contava apenas com 2.122 profissionais, sendo 848 de nível médio e 1.274 de nível superior (TAKAHASHI; IGUTTI, 2008).

Para além das mudanças no processo de trabalho, na década de 1980 ocorreram mudanças políticas importantes, tendo em vista a luta pela ampliação de direitos civis, políticos, então cerceados pelo regime militar. Foi um momento de ebulição do

movimento sindical e sanitário.

A partir da Constituição Federal de 1988, no título VIII – Da ordem Social, que “tem como base o primado do trabalho e como objetivo o bem estar e a justiça social” (artigo 193), fica estabelecido nas disposições Gerais do Capítulo da Seguridade social, genericamente no inciso III do artigo 194, a “seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços”, permitindo ao interprete o entendimento de que “serviços” são aqueles benefícios, não pecuniários, prestados pela Previdência Social através da Reabilitação Profissional e Serviço Social, conforme previstos nos artigos 18 e 26 da Lei nº. 8.213 de 24 de julho de 1991, além dos demais (42, 62, 88, 89 a 93 e 101) que tratam dos citados serviços. Outro aspecto a ser considerado é que a Reabilitação Profissional consta dos objetivos da Assistência Social, especificamente citados nos incisos III e IV do artigo 203 da Constituição de 1988, ampliando, o direito a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, o que permitiu a extensão do atendimento às pessoas portadoras de deficiência sem vínculo com a Previdência Social (BRASIL, 1988).

Destaca-se que de 1988 a 1990 ocorreu uma redemocratização do serviço de atendimento à saúde, principalmente com criação do Sistema Único de Saúde (SUS). De acordo com a Recomendação 99 da OIT, é fixado as normas internacionais do trabalho sobre a readaptação e diretrizes para a sua aplicação:

a expressão adaptação e readaptação profissionais, designa a parte do processo contínuo e coordenado de adaptação e readaptação profissionais a aplicação de meios – especialmente orientação profissional, formação profissional e colocação seletiva – para que as pessoas incapacitadas possam obter e manter um emprego adequado; o termo pessoas incapacitadas significa toda pessoa cujas possibilidades de obter e manter emprego adequado se encontre realmente reduzidas devido a uma redução de sua capacidade física ou mental (BRASIL, 1991).

Em 1990 o INPS se tornou o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e em 1992 foram criadas comissões que tinham como objetivo o estudo acerca da saúde do trabalho. Tais comissões foram criadas, pois a reabilitação profissional foi muito criticada naquele momento, considerada ultrapassada, centralizada e com desempenho não satisfatório. A partir do que foi identificado por tais comissões foram propostas algumas medidas administrativas, como exemplo: vistoria do local de trabalho para a avaliação donexo-causal entre adoecimento e local de trabalho; comunicação do acidente de trabalho por parte da empresa (notificação compulsória); a perícia deveria repassar as informações obtidas aos demais órgãos envolvidos para a realização de diagnóstico epidemiológicos; e estimular as parcerias interinstitucionais (TAKAHASHI; IGUTTI, 2008).

Em virtude disso, no II Seminário de Atividades Previdenciárias realizado em Brasília em 1994, que foi um *locus* importante de disputa política, saiu vencedora a decisão de que a Reabilitação Profissional era um serviço da Previdência Social e

não um serviço de saúde, condicionado à contribuição dos segurados, não devendo ter seu acesso universalizado. No debate, foi rejeitada a proposta de transferência da rede nacional de reabilitação profissional do INSS para o SUS.

Em 1995, foram estabelecidas pela primeira vez, metas quantitativas para os serviços da reabilitação profissional, condicionando a essa a produção e permanência dos serviços. A meta nacional estabelecida pela chefia geral para o ano de 1995, foi de 20 mil segurados reabilitados, 37% a mais do que os resultados obtidos em 1994, para a qual foram conclamados todos os servidores da área envidar esforços no sentido de alcançá-la (TAKAHASHI; IGUTTI, 2008).

Já em 1995, ocorria uma operação dentro da Previdência Social, de mudança estrutural da reabilitação profissional. Metas nacionais de segurados reabilitados foram estabelecidas; mensagens mais ou menos explícitas de que a permanência e fortalecimento da reabilitação profissional dependiam do empenho e esforço dos profissionais eram constantes; o sucateamento dos equipamentos se aprofundou; o enxugamento do quadro de recursos humanos ocorreu de forma importante, principalmente pelas aposentadorias e pedidos de demissão voluntária e ressaltava-se a função reguladora da instituição

Através do Decreto nº. 2.172, de 06 de março de 1997, foi normatizada a nova estrutura da Reabilitação Profissional. A primeira mudança foi a desativação dos CRPs e NRPs, descentralizando os serviços de reabilitação profissional para as agências de benefícios do INSS (BRASIL, 1997a). A segunda alterava as funções básicas do processo de reabilitação profissional para: (1) a avaliação e a definição da capacidade laborativa; (2) a orientação e o acompanhamento do programa profissional; (3) a articulação com a comunidade para reingresso no mercado de trabalho e (4) o acompanhamento e a pesquisa de fixação no mercado de trabalho (BRASIL, 1997).

A compreensão de que a reabilitação profissional era mais um benefício da Previdência Social e não um cuidado à saúde, de acordo com Takahashi e Igutti (2008), se deve ao contexto vivenciado por vários países com incentivo aos ideais neoliberais. É proposto uma modernização do modelo gerencial, na qual critica-se a estabilidade dos funcionários públicos e propõe-se um modelo de gestão mais flexibilizado.

Nas décadas de 1990-2000 se desencadeou o processo de desmonte do serviço de reabilitação profissional, o qual foi impactado pelas transformações societárias em curso que tem repercutido para a precarização do mundo do trabalho, a política previdenciária é um dos alvos prioritários das contrarreformas

A expressão mais imediata do processo de “contrarreforma” a partir dos anos de 1990 foi o advento do gerencialismo e o confisco dos direitos conquistados pelos trabalhadores: as chamadas Reformas da Administração Pública e da Previdência Social, em cumprimento às determinações dos organismos internacionais, sob hegemonia do pensamento neoliberal. As propostas de “reforma”, elaboradas em uma direta sucessão temporal, se concretizaram com a aprovação das Emendas Constitucionais (ECs) - nº. 19 de 4 de junho de 1998 e nº. 20 de 15 de dezembro de

1998, ainda que, com algumas alterações resultantes das pressões realizadas por partidos de oposição ao governo Fernando Henrique Cardoso e com a aprovação das ECs nº. 41 de 19 de dezembro de 2003 e nº. 47 de 5 de julho de 2005, no governo Lula, articuladas a um verdadeiro arsenal de instrumentos jurídico-legais.

O propósito foi conter avanços e conquistas da classe trabalhadora através de medidas que atingissem os servidores públicos e os trabalhadores protegidos pelo Regime Geral da Previdência Social (RGPS) segmentos esses com melhor inserção no mercado de trabalho. Evidenciou-se a subordinação dos serviços à lógica do mercado, sustentados por argumentos predominantemente técnico-instrumentais, em detrimento da natureza política própria de um sistema de proteção social aos trabalhadores.

No que tange à Reabilitação Profissional, as tensões emergentes no seio da classe trabalhadora, nos anos 1990, e as demandas pela superação de um modelo hospitalocêntrico de cariz médico-funcionalista vigente, resultaram na apropriação simbólica dessas reivindicações pela lógica neoliberal voltada para a regressão de direitos sociais. Em que pesem os argumentos de natureza fiscal e econômica, e os questionamentos quanto à eficiência e eficácia de suas ações, o que estava em jogo não era a simples avaliação de métodos de trabalho, mas a própria redefinição do papel do Estado, por meio da desconstrução das políticas de proteção social ao trabalhador.

A modernização tecnológica introduzida no INSS se fez a serviço de políticas sociais reducionistas. A retórica focada na agilidade, eficiência, eficácia e efetividade própria da administração gerencial, acompanhada da defesa da flexibilização da burocracia, ocultou o pesado fardo da precarização, da terceirização e do sobre trabalho para o funcionalismo público (ANTUNES, 2005).

Em 2001, foi publicada a Orientação Interna 69 que consistia em estabelecer as ações de descentralização do serviço e de procedimentos da reabilitação profissional na Previdência Social, materializados em um Manual chamado de “Programa Reabilita”. O Manual recomendava que a Reabilitação Profissional tivesse como objetivo a habilitação do trabalhador em outra atividade de trabalho, por meio de cursos e treinamentos e orientava que o atendimento ao trabalhador fosse realizado por um perito médico e outro profissional de nível superior, e não por uma equipe multiprofissional. Com a orientação as obrigações da Previdência Social encerravam-se com a emissão do certificado de reabilitação profissional, sem qualquer compromisso com trabalhadores demitidos ou mesmo com aqueles cujo acolhimento não ocorria por parte da empresa. Essas mudanças estavam articuladas com o movimento de privatização do Seguro de Acidente de Trabalho, então em curso.

Para Maeno e Vilela (2010) são notórios os efeitos da desconstrução e precarização do serviço de Reabilitação Profissional, expressos na ausência de familiaridade dos servidores responsáveis pela orientação profissional com o mundo do trabalho real, na intervenção voltada para a estrita homologação do processo reabilitatório, desprovida de instrumental técnico-operativo qualificado, reduzida, muitas vezes, à readaptação do trabalhador promovida pela empresa de vínculo.

É possível inferir que o gerencialismo constitui apenas uma das determinações da lógica capitalista. Neste cenário encontra-se o desmonte do Programa de Reabilitação Profissional e o confisco dos direitos dos trabalhadores promovidos pelo movimento de contrarreformas de efeitos muito mais deletérios sobre a classe trabalhadora em sua totalidade. A luta contra a lógica de mercantilização da proteção social própria do modelo de seguro social, é a luta pela afirmação dos princípios democráticos definidores da concepção de seguridade social.

2 | A REABILITAÇÃO PROFISSIONAL DA GEX MARINGÁ: ASPECTOS REGIONAIS EM PAUTA

Partindo da premissa dialética entre o geral e o particular, o texto buscou apreender aspectos inerentes a lógica histórica do Programa de Reabilitação Profissional para conseguinte analisar a particularidade da RP na Gerência Executiva do INSS de Maringá.

A Gerência Executiva do INSS em Maringá é formada por 13 Agências da Previdência Social, que totalizam 113 municípios, com um população de 1.706.135 habitantes (IPARDES, 2015). Deste total de Agências, 8 desenvolvem o programa de RP, sendo: 4 com equipe fixa de Reabilitação Profissional (Campo Mourão, Cianorte, Maringá e Umuarama), 3 necessitam do deslocamento de peritos médicos (Colorado, Loanda e Paranavaí), e 1 necessita do deslocamento de profissionais analistas para acompanhamento dos segurados (Goioerê).

A regionalização da oferta dos serviços previdenciários não é realizada na mesma lógica da divisão regional em meso/microrregiões utilizadas pelos institutos de pesquisa, portanto para analisar estes municípios é necessário um olhar atento à suas particularidades, considerando a formação populacional, cultural e também os processos econômicos que foram desenvolvidos em cada um deles. Os municípios que possuem Agências da Previdência Social vinculadas à Gerência Executiva do INSS em Maringá estão localizados nas Mesorregiões Noroeste, Centro Ocidental e Norte Central.

O perfil dos municípios que comportam as APS's são diversos, a começar no que se refere ao quantitativo populacional. Segundo estimativa do IBGE (2015), o município mais populoso da GEX Maringá é a cidade de Maringá, com 397.437 habitantes e o menos populoso é a cidade de Loanda, com 22.603

Ao analisarmos o processo de ocupação das mesorregiões que envolvem a GEX Maringá, identifica-se que suas ocupações foram semelhantes, sendo estimuladas pela cultura do café a partir da década de 1940. Entretanto, pós eventos naturais (geadas e erosões, por exemplo) a economia de cada mesorregião foi alterada, possibilitando o surgimento de indústrias. Em relação aos municípios estudados é possível identificar diversos ramos produtivos, que variam seu número de vagas

de trabalho formal, conforme a região. Dentre os ramos produtivos, destacam-se a indústria de transformação, o comércio, os serviços e a administração pública.

As atividades voltadas para a prestação de serviços (comércio, serviços) são mais evidentes nos municípios com maior contingente populacional e, conseqüentemente, IDH e renda média mais elevadas. Exceto o município de Goioerê, que apresenta um dos IDH mais baixos e a taxa de analfabetismo mais alta em relação ao demais estudados e, mesmo assim, sua maior oferta de emprego está nas concentrada nas atividades do comércio. Por outro lado, observa-se a concentração de vagas nas indústrias de transformação em municípios menores, como é o caso de Loanda e Colorado. Importante destacar que o município de Cianorte é conhecido nacionalmente como “Capital do Vestuário”, neste sentido é possível compreender o número significativo de empregos gerados nas indústrias de transformação.

O município de Maringá apresenta uma realidade extremamente diversa dos demais. A cidade de Maringá nos últimos anos vem sendo divulgada pela mídia como sendo uma das melhores cidades do país para se viver, neste contexto dando enfoque para alguns indicadores e ignorando as dificuldades apresentadas pelo aglomerado urbano, como os municípios de Sarandi, que se encontra conurbada ao espaço urbano de Maringá, e Paiçandu, em via de conurbação (SANTANA *et al.*, 2010).

A produção do espaço urbano constituído pela atual Região Metropolitana (RM) de Maringá obedeceu, desde sua gênese, a uma orientação que reproduziu, no território, processos de desigualdade social pela ação do mercado imobiliário e do poder público. Ao segmentar as áreas a serem comercializadas, segundo as especificidades socioeconômicas dos adquirentes, esse mercado fomentou, ao longo de mais de meio século, uma ocupação residencial também segmentada. Segundo Santana *et al.* (2010) Maringá, não possui favelas, possuindo um elevado nível de renda, alto Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), educação, diferenciando-se das cidades a ela conurbadas, as quais são muito carentes em infraestrutura e serviços básicos urbanos, configurando-se um contraste geoeconômico entre Maringá e as mesmas.

Percebe-se que a elevada situação econômica e social de Maringá advêm da sua ligação com os municípios de Paiçandu e Sarandi, que absorvem a população em vulnerabilidade social, que utilizam de Maringá para sua subsistência, mas não possui condições financeiras para residir no município polo. Assim, os mesmos consomem, trabalham e estudam no município polo e residem nas cidades conurbadas e de via de conurbação, ficando a cargo de tais cidades a responsabilidade das políticas públicas que visem atender tal população.

3 | A REABILITAÇÃO PROFISSIONAL DA GERÊNCIA EXECUTIVA DE MARINGÁ

EM NÚMEROS

Apresentado o panorama regional que está inserido a Gerência Executiva do INSS de Maringá, a seguir os indicadores do Programa de Reabilitação Profissional serão problematizados no tocante aos aspectos inerentes do objeto de estudo.

A Gerência Executiva do INSS em Maringá teve, em 2015, 343 segurados encaminhados ao Programa de Reabilitação Profissional, conforme relatado Maringá adquire destaque por ser o maior município da região e ter um grande área de abrangência.

Quanto a espécie dos benefícios, observa-se que segue a mesma tendência da concessão, onde há o predomínio majoritário do benefícios da espécie 31. No total, foram encaminhados 269 benefícios da espécie 31 e 74 da espécie 91. Embora não seja objeto deste estudo mas denota-se que a discussão acerca da alteração do nexo causal para auxílio doença acidentário é um fenômeno levantado para discussão a nível nacional, pois a dicotomia entre as duas espécies apontam indagações necessárias quando a discussão na área de Saúde do Trabalhador.

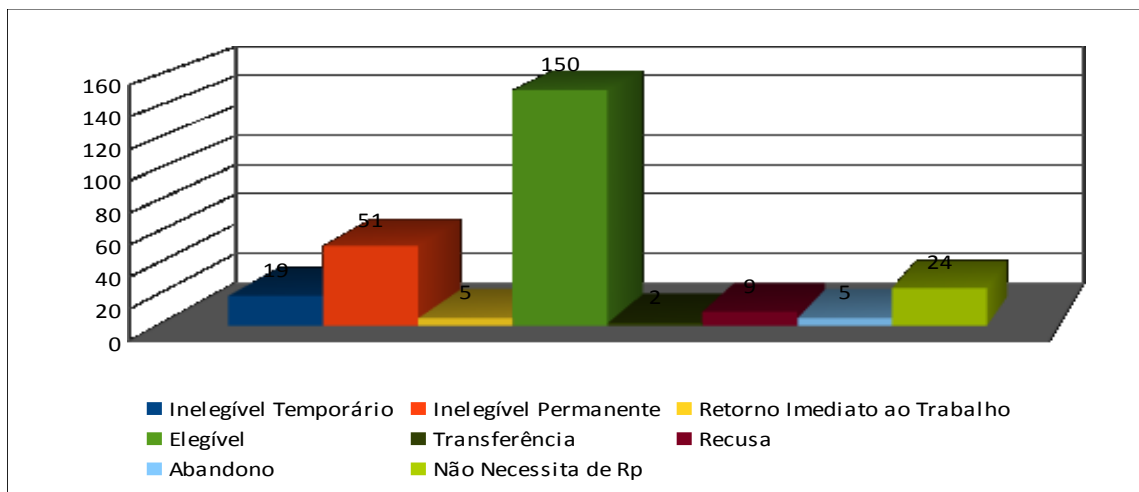
Destaca-se a APS de Colorado, onde 100% dos encaminhados possuíam benefício da espécie 91 e as APS's de Cianorte e Goioerê, onde observa-se que o percentual de encaminhamento de segurados da espécie 91, atingiu 40% e 37,5% respectivamente. As APS's onde encontra-se a maior diferença entre os encaminhados por espécie são Loanda e Paranavaí, onde o percentual de encaminhados da espécie 91 é de aproximadamente 16%.

A lista de espera para atendimento no Programa de Reabilitação Profissional ficou entre 539 e 632 segurados na GEX. Ao desmembrar os dados por APS, podemos observar que a maiores listas de espera concentram-se nas APS de Maringá, Campo Mourão e Umuarama, onde o número de segurados aguardando atendimento alcançou 182 (outubro), 165 (dezembro) e 149 (janeiro), respectivamente. As APS's com menor lista de espera são Colorado, onde a lista de espera esteve zerada entre junho e setembro, Loanda que permaneceu abaixo de 20 segurados entre os meses de março e novembro e a APS Cianorte, onde a lista de espera permaneceu abaixo de 24 durante todo o ano de 2015.

Importante ressaltar que a lista de espera sofre impactos diretos dos casos de afastamento de servidores, períodos de greve e também do fluxo de saída de segurados do programa (que podem possibilitar o ingresso de novos trabalhadores).

Diante dos dados apresentados até o momento, é visível a demanda significativa existente na APS de Goioerê, que no momento não possui nenhum profissional 'analista' lotado desenvolvendo a Reabilitação Profissional. A referida APS é atendida por profissionais da APS Campo Mourão e Cianorte, o que denominamos de equipe volante.

No ano de 2015 foram concluídas 265 avaliações do potencial laborativo, onde a maior parte dos segurados foi considerado elegível para cumprimento da RP:



Fonte: Elaborado pelas autoras a partir de dados do Boletim Estatístico da Previdência Social/ GEX Maringá, 2015.

Segundo o Manual Técnico da Área de Procedimentos da Reabilitação Profissional entende-se por avaliação do potencial laborativo a análise global da situação do trabalhador, que envolve as

perdas funcionais; funções que se mantiveram conservadas; potencialidades e prognósticos para o retorno ao trabalho; habilidades e aptidões; potencial para aprendizagem; experiências profissionais e situação empregatícia; nível de escolaridade; faixa etária e mercado de trabalho (BRASIL, 2011, p.16).

Os segurados avaliados como inelegíveis temporários ou permanentes são aqueles que não possuem perfil para cumprimento de Reabilitação Profissional, por diversos fatores, dentre os quais podemos destacar baixa escolaridade e quadro clínico. Os casos de inelegíveis temporários são mantidos em benefício de auxílio doença e podem, posteriormente ser encaminhados para o programa. Por outro lado, os segurados avaliados como inelegíveis permanentes são aqueles que não apresentam nenhuma perspectiva de cumprimento do programa, em geral são aqueles com idade elevada e quadro clínico sem prognóstico de melhora, sendo que em sua maioria são aposentados por invalidez.

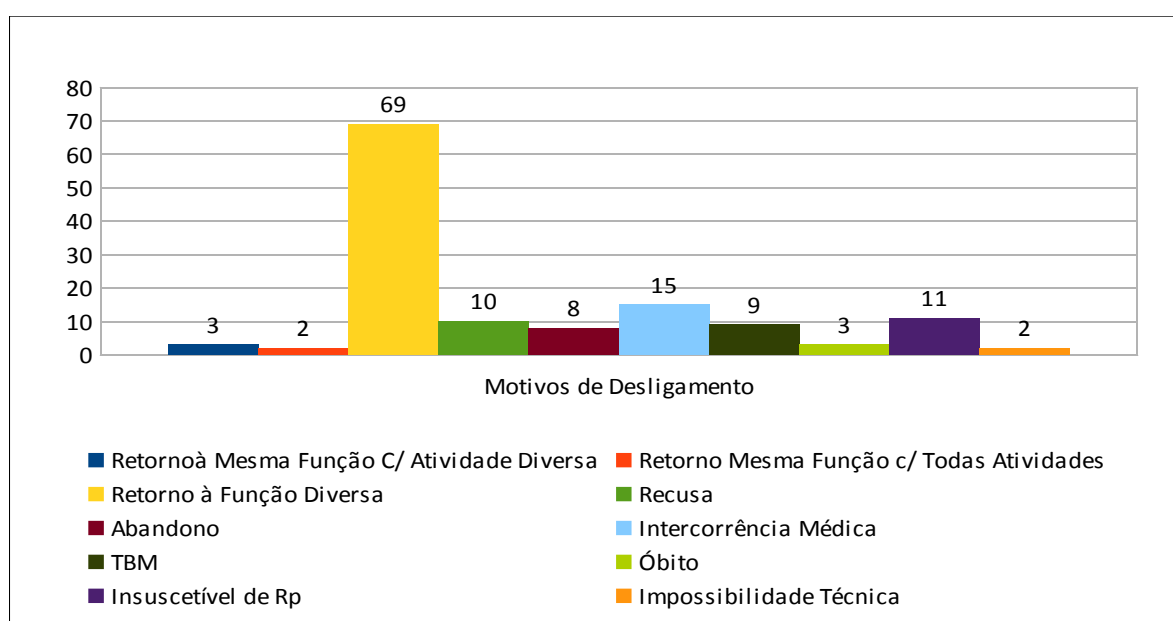
Ao avaliar o quantitativo de segurados considerados inelegíveis, observamos que correspondem a 26,41% das avaliações de potencial laborativo realizadas. Diante disso, pode-se questionar a triagem no momento do encaminhamento ao Programa (seja ela médico pericial ou judicial), visto que os fatores que influenciam neste resultado - idade, escolaridade, quadro clínico - podem, muitas vezes, ser observados já no momento de optar pelo programa, sendo possível evitar o encaminhamento indevido. Por outro lado, é importante considerar que, o longo tempo em lista de espera pode alterar a realidade do segurado, impactando no resultado da avaliação do potencial laborativo.

Os casos de segurados que não necessitam do Programa representaram 9% dos resultados das avaliação. Em geral estes são trabalhadores que não são considerados

inaptos para o desenvolvimento de suas funções de origem.

Diante destes resultados, considera-se que o conhecimento dos critérios do Programa, bem como da dinâmica do trabalho são essenciais para que não haja o encaminhamento de segurados sem perfil ou então sem a necessidade de reabilitação profissional, o que poderá trazer impactos significativos na demanda de trabalho das equipes da RP.

Durante o cumprimento do Programa de Reabilitação Profissional o trabalhador é acompanhado sistematicamente, sendo submetido a avaliações conjuntas cotidianamente, que podem gerar seu desligamento do programa antes mesmo do seu cumprimento. No ano de 2015 foram desligados da RP 132 segurados, em toda GEX, dos quais 69 por retorno ao trabalho em função diversa daquela de origem, os demais foram desligados por:



Fonte: Elaborado pelas autoras a partir de dados do Boletim Estatístico da Previdência Social/ GEX Maringá, 2015.

Os segurados desligados para retorno ao trabalho, considerando Retorno à Mesma Função com Atividade Diversa, Retorno à Mesma Função com Todas as Atividades e Retorno à Função Diversa, permaneceram no programa, em sua maioria por mais de 240 dias.

Tal informação é relevante para se analisar a conjuntura na qual está inserida o Programa de RP. Diversos são os fatores que contribuem para o tempo permanência do segurado na RP, dentre eles podemos citar: equipe insuficiente para atender a demanda, dificuldade no encaminhamento para cursos e treinamentos - não formação de turma e falta de oferta de readaptação por parte da empresa, por exemplo – e também questões individuais do próprio trabalhador como a falta de acessibilidade e escolaridade insuficiente para realização de cursos.

A realidade na qual o segurado está inserido, é essencial para os sucesso do processo de reabilitação profissional. Conforme definido no Projeto Reabilitação

Profissional: Articulando Ações em Saúde do Trabalhador e Construindo a Reabilitação Integral “o território precisa ser considerado enquanto espaço de referência para o processo de (re) habilitação profissional, inclusive em sua dimensão complexa, culturalmente regionalizada, e de acesso a bens e serviços essenciais para composição de rede” (p. 6).

É necessário compreender a reabilitação profissional como um processo dinâmico, com muitas variantes, não sendo possível estabelecer um prazo específico para ‘reabilitar o trabalhador’. Aspectos subjetivos estão presentes e devem ser levados em consideração pela equipe de RP, questões econômicas, históricas e sociais, são determinantes para o programa.

Diante disso, estabelecer prazos rígidos para o cumprimento do Programa torna-se inviável, pois como já exposto diversos fatores influenciam neste processo. Além disso, os próprios dados do programa nos mostram a inviabilidade de se realizar um processo de reabilitação profissional com tempo inferior à 240 dias.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A literatura nacional sobre os programas de reabilitação profissional da Previdência Social revela a desconfiança de sua efetividade em relação ao objetivo de manter o trabalhador em atividade. Questionam-se as reais oportunidades de re-inserção no mercado de trabalho para aqueles que estão afastados do trabalho e com alguma limitação funcional. No atual contexto, parece insuficiente treinar e qualificar os afastados do trabalho, para disputar em igualdade de condições os poucos empregos disponíveis.

A experiência da reabilitação profissional, se tomada enquanto paradoxo, oportuniza questões da vida real e tensionamentos, há muito experienciados nas relações de trabalho capitalistas, isto é, numa lógica mercantilista e de acumulação, que produz desigualdade. Uma sociedade controlada pelo consumo captura a subjetividade e o sentido do trabalho, desenhando estilos de vida que são aceitados ou não pela sociedade. E pensar sobre os trabalhadores que estão na reabilitação profissional, é compreender que por diversas vezes os mesmos encontram-se limitados parcial ou totalmente para o trabalho que executavam ou que almejavam um dia conseguir.

Analisando o programa de reabilitação profissional no ano de 2015 na Gerência Executiva do INSS de Maringá é observado que no decorrer do processo histórico as alterações na lógica do programa tiveram mudanças, sobretudo por pressões da sociedade, pode-se citar o tempo de reabilitação profissional, não é algo rápido, observa-se que é respeitado o tempo para qualificação profissional; o retorno a função diversa também foi um indicador com destaque nas análises, ou seja, o segurado finaliza a reabilitação com cursos e treinamentos concluídos.

Em síntese, advogamos a favor da ideia que o fundamental é que a reabilitação

profissional faça parte do processo que possa inibir o adoecimento, ou seja, contribuir para que o trabalho não gere doença, considerando que o adoecimento é também uma forma de expressão dos modos de trabalhar. Alterar a reabilitação profissional é estar atento para a demanda que chega e atuar em parceria com os atores envolvidos neste processo, isto é, pensar para além do que se apresenta, buscar apreender e intervir na essência.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, R. **O caracol e sua concha**: Ensaio sobre a nova morfologia do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2005.
- BATISTA, T.W. História das políticas de saúde no Brasil: a trajetória do direito à saúde. IN: CORREA, G; MOURA, A. L. (Orgs.). **Políticas de saúde**: a organização a operacionalização do Sistema Único de Saúde. Rio de Janeiro: EPSJV/Fiocruz, 2007. p. 29-60.
- BRASIL. **Decreto-Lei nº 7.036** de 10 de novembro de 1944. Reforma da Lei de Acidentes de trabalho.
- BRASIL. **Lei n. 8.213** de 24 de julho de 1991. Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 25 jul. 1991.
- BRASIL. Ministério da Previdência Social. **Manual técnico de procedimentos da área de Reabilitação Profissional**. Brasília: Instituto Nacional do Seguro Social, 2011.
- BRASIL. **Resolução nº. 424/MPAS/INSS**. Instituto Nacional de Previdência Social 1997; 7 mar.
- DIRSAT (Diretoria de Saúde do Trabalhador). Ministério da Previdência Social. **Reabilitação Profissional: Articulando Ações em Saúde do Trabalhador e Construindo a Reabilitação Integral**. Brasília: DF, 2013.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Informações sobre os Municípios Brasileiros**. Disponível em <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/home.php>> Acesso em 15 de abril de 2016.
- INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **Cadernos Municipais**. Disponível em <http://www.ipardes.gov.br/index.php?pg_conteudo=1&cod_conteudo=30> Acesso em 15 de abril de 2016.
- MAENO, M.; VILELA, R. A. de G. **Reabilitação profissional no Brasil: elementos para a construção de uma política pública**. Rev. bras. saúde ocup. [online]. 2010, vol.35, n.121, pp. 87-99.
- MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL. RAIS/CAGED. **Emprego Formal por Ramo**. Disponível em [http// bi.mte.gov.br/ggcaged/caged_perfil_municipio/index.php](http://bi.mte.gov.br/ggcaged/caged_perfil_municipio/index.php). Acesso em 15 de abril de 2016.
- MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL. RAIS/CAGED. **Empregos por Município em Janeiro de 2016**. Disponível em [http// bi.mte.gov.br/ggcaged/caged_isper/index.php](http://bi.mte.gov.br/ggcaged/caged_isper/index.php)> Acesso em 5 de abril de 2016.
- POERSCH, A. L.; RAMOS, M. Z.; SILVA, R. N. **Reabilitação profissional**: o coletivo como ferramenta de re-significação. Psico. Porto Alegre, v. 41, n. 01, p. 137-143, 2010.
- RODRIGUES, L. A.; COSTA, S.P. ; FERRARI, L. C. C. O contexto histórico e a institucionalização

da região metropolitana de Maringá. In: RODRIGUES, L. A.; MOURA, R. **Como andam Curitiba e Maringá**. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrôpoles, 2009. p.189-199.

SANTANA, R. G. *et al.* Análise da ocupação residencial na região metropolitana de Maringá: a construção e aplicação de uma tipologia. In: RODRIGUES, A. L.; TONELLA, C. **Retratos da Região metropolitana de Maringá**: subsídios para a elaboração de políticas públicas participativas. Maringá: Eduem, 2010. p. 17-41.

TAKAHASHI, M. A. B.C.; IGUTTI, A. M. **As mudanças nas práticas de reabilitação profissional da Previdência Social no Brasil**: modernização ou enfraquecimento da proteção social?. Cad. Saúde Pública. Rio de Janeiro, v. 24, n. 11, p. 2661-2670, 2008.

TAKAHASHI, M. A. **Incapacidade e Previdência Social**: uma leitura da trajetória de incapacitação dos trabalhadores [tese]. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2006.

A INSPEÇÃO DO TRABALHO NO BRASIL: APONTAMENTOS ACERCA DO PROCESSO DE RECONFIGURAÇÃO INSTITUCIONAL A PARTIR DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988

Luiz Felipe Monsores de Assumpção

Economista e bacharel em direito. Especialista em direito do trabalho e legislação social. Mestre e doutor em direito e sociologia (PPGSD/UFF). Auditor-Fiscal do Trabalho e professor do Centro Universitário Geraldo di Biase. Membro da Associação Brasileira de Pesquisadores em Sociologia do Direito. Membro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação Interdisciplinar em Sociais e Humanidades. Membro da Rede de Pesquisa Empírica em Direito. E-mail: 803monsores@gmail.com.

1 | INTRODUÇÃO

Com este trabalho, pretende-se esquadriñar o processo de reconfiguração institucional do Sistema de Inspeção do Trabalho, após o advento da Constituição de 1988, examinando as mudanças ocorridas em seu desenho institucional.

A abordagem do objeto, para além da mera descrição ou análise de conjuntura, pretende contemplar suas várias faces. Para o fim desta pesquisa, a Inspeção do Trabalho será tomada em seu caráter institucional, de atividade estatal ou “órgão de Estado revestido de *imperium*” (MANNRICH, 1991, p. 62), de elemento substantivo do direito do trabalho, integrante da sua “*envoltura protectora*”

(CUEVA, 1985, p. 94), e também de “forma estrutural” da regulação das “*wage-relations*” (AGLIETTA, 2001, p. 19).

Os apontamentos que se fazem, neste trabalho, limitam-se ao panorama mais geral da transformação institucional pela qual passou – e vem passando – a Inspeção do Trabalho no Brasil, em paralelo com o processo errático de construção do corporativismo societal, enquanto promessa da CRFB/88, tendo na hipertrofia do Sistema Integrado de Relações de Trabalho (SIRT) a sua maior evidência.

Reforça-se a importância desse paralelo entre o Sistema de Inspeção do Trabalho e o de Relações de Trabalho, encarregado do gerenciamento do SIRT, porquanto o processo de reconfiguração pós-CRFB/88 da fiscalização trabalhista brasileira pode ser descrito, também, como um movimento de disjunção com o Sistema de Relações de Trabalho, para o que a pauta política endossada pelos próprios grupos de pressão em favor da Inspeção do Trabalho, centrada da recém-adquirida vocação arrecadatória foi fundamental.

Sem embargo, há evidências de que a adesão voluntária à lógica produtivista, e aos sistemas de controle travestidos de ferramentas de gestão eficaz, vem produzindo o que pelas gerações veteranas da Inspeção do Trabalho é

considerada uma crise de identidade: o produtivismo fiscal, em vez da magistratura social¹.

2 | INSPEÇÃO DO TRABALHO E RELAÇÕES DE TRABALHO PÓS-CRFB: DESCORTINANDO SUAS CONEXÕES

Inspeção do Trabalho e Relações de Trabalho, como estruturas que, juntamente com o Sistema de Trabalho, Emprego e Renda, compõem o tripé de atuação do Ministério do Trabalho (MTb), sempre operaram de forma sincrônica, desde os anos trinta, época em que o Brasil passou a contar com uma política pública concebida e implementada para monitorar e intervir sistematicamente no trabalho assalariado.

Emoldurados institucionalmente até a última transição constitucional, os Sistemas de Inspeção e Relações de Trabalho compartilhavam diversos espaços de atuação, e nestes, a mesma orientação teleológica, a qual durante muito tempo fora pespontada pela atuação singularizada do Agente da Inspeção do Trabalho², personagem central dessa história.

A CRFB/88 trouxe várias promessas. Tantas no campo social, e muitas mais no campo econômico. Mas apesar de a nova ordem constitucional introduzir o tripartismo e incrementar a autonomia negocial coletiva, sugerindo que uma era de democracia nas relações de trabalho havia chegado, o Ministério do Trabalho foi preservado em seu lugar de protagonista do trabalhismo brasileiro, isto é, de forma estrutural privilegiada da regulação e da formulação de políticas para o trabalho. Reafirmou-se, também, como o lugar da consensualização coletiva dos conflitos capital x trabalho, dividindo os holofotes com a Justiça do Trabalho e seu dissídio coletivo, mas ultrapassando-o em significância ainda na década de noventa.

Tanto quanto sei, foi Dal Rosso (1996) quem primeiro problematizou a fiscalização estatal do trabalho, analisando a forma pela qual era mobilizada, segundo os interesses de Estado. Para além do discurso da proteção do trabalhador, o Sistema de Inspeção do Trabalho, segundo o sociólogo da UnB, sempre pareceu entrosado com os vários projetos político-econômicos que, a partir do Estado Novo, se sucederam até a Constituição de 1988.

É provável que tal simbiose fizesse mesmo sentido, visto que em todas as ordens constitucionais que antecederam, no século XX, a CRFB/88, os direitos sociais trabalhistas foram enunciados como um apêndice da ordem econômica. Foi a partir da atual Constituição que os valores sociais do trabalho entraram em tensão declarada com a livre iniciativa³, constituindo uma ordem à parte, informada por princípios que não margeavam necessariamente os interesses econômicos, e dinamizada pelo direito

1 Ver em Chetcuti (1976) e Mannrich (1991).

2 Forma genérica de se referir ao atual Auditor-Fiscal do Trabalho (AFT).

3 Quando não expressamente conciliados (*cf* art. 145 da CF/1946), a liberdade de iniciativa e os valores do trabalho não eram nada além de princípios informadores da ordem econômica. Alçados ao

de resistência coletivo, que não sem algum otimismo “redemocrático” se realizaria pelo exercício da representatividade sindical.

Sem antecipar qualquer debate em torno do mérito das intervenções estatais no Sistema de Inspeção do Trabalho, é fato que até o advento da CRFB/88, a atuação da fiscalização trabalhista sempre esbarrou nos limites definidos pelo Estado no campo das relações de trabalho (A. GOMES, 2005). A CRFB/88, nesse sentido, teria inovado, pois os direitos sociais trabalhistas, agora analiticamente constitucionalizados, pareciam desprender-se definitivamente da pecha de meras contrapartidas circunstanciais de um capitalismo funcionalista (VIANA, 2001, p. 52), ou de concessões de um paternalismo estatal (FRENCH, 2001). Tornaram-se, pois, elementos substantivos da emancipação do trabalhador, a evidência de que o texto constitucional brasileiro ostentava as condições para o resgate das promessas da modernidade (STRECK, 2014).

Com a nova ordem constitucional, tudo indicava que os Sistemas de Inspeção e de Relações de Trabalho tenderiam a assumir novas e inéditas configurações institucionais: a fiscalização trabalhista com mais autonomia, e a organização sindical com mais liberdade. Assim sendo, a tendência é que um novo roteiro delineasse a atuação de ambos os sistemas, estabelecendo entre eles uma nova forma de interação.

Isso, de fato, aconteceu. Um “novo”⁴ elo de ligação intersistêmico se estabeleceu, através de um modelo de mediação de conflitos de direitos, inclusive individuais, cuja regulação em espécie havia chegado meses antes da promulgação da CRFB/88. Se a ação ministerial se orientava, de fato, para a proteção e consolidação dos direitos sociais trabalhistas constitucionalmente enunciados, vinha a calhar que a Inspeção do Trabalho e o Sistema de Relações de Trabalho se aliassem em prol de um modelo restitutivo de direitos.

Assim foi que os anos noventa começaram promissores para a Inspeção do Trabalho. Além da equiparação com seus “primos ricos”, a Receita Federal, o quadro de Fiscais do Trabalho foi parcialmente recomposto com o primeiro concurso público pós-CRFB/88, em 1994. No âmbito das Relações de Trabalho, após um período de transição bastante tumultuado, iniciou-se uma fase de autonomização e impulso do modelo de mediação de conflitos, juntamente com o lançamento das primeiras bases do que iria se tornar, anos mais tarde, o Sistema Integrado de Relações de Trabalho (SIRT).

Não parecia preocupante o fato de os Sistemas de Inspeção e Relações de Trabalho terem se separado institucionalmente em 1995. Fosse, talvez, até desejável, e representasse, de fato, a emancipação política da fiscalização estatal trabalhista, condição sem a qual não seria possível introduzi-la no conjunto seletivo de atividades típicas de Estado. Na prática, contudo, ambos os sistemas seguiam atuando de forma

nível de princípios federativos, trabalho e livre iniciativa se autonomizaram em seus próprios estatutos analíticos de direitos constitucionais, a partir da CRFB/88.

4 De fato, nada há de novo, em se tratando da histórica vocação mediadora do Ministério do Trabalho. A novidade foi o advento de um processo de mediação/conciliação administrativa em espécie (Portaria 3.122/88) – a Mesa Redonda – que se abriu também para os conflitos de direitos individuais.

colaborativa, reforçando-se mutuamente, nem tanto à custa das normas que vieram a definir a nova estrutura regimental do Ministério do Trabalho, mas por conta da ação dos Fiscais do Trabalho que atuavam no âmbito de cada sistema.

3 | NEOLIBERALISMO E A PAUTA POLÍTICA DOS AGENTES DA INSPEÇÃO DO TRABALHO

De fato, a cartilha neoliberal adotada pelos governos Collor, Itamar e, principalmente, Fernando Henrique Cardoso (FHC) afetou a Inspeção do Trabalho, geralmente de forma indireta, a partir da regulação das relações de trabalho. Por outro lado, normas de baixa estatura e de caráter procedimental buscavam impor certas limitações à fiscalização trabalhista, inclusive no que tangia ao controle da legalidade das cláusulas pactuadas em acordos ou convenções coletivas.

Mas a atuação dos Agentes da Inspeção do Trabalho mantinha-se plasmada por um *télos* em que o princípio da proteção ocupava, no plano discursivo e intersubjetivo, uma posição de destaque, e parecia mesmo refratária às tentativas diretas e indiretas de intervenção estatal. Mesmo a grande investida doutrinal havida no final da década de noventa: “o novo perfil da fiscalização do trabalho”, não encantou os corações da “fiscalização de pasta”, a despeito do quanto possa ter contribuído para a eclosão do que costumo chamar de “o problema da integração intersistêmica” (ASSUMPÇÃO, 2015).

O cenário de precarização do emprego que domina o contexto da literatura jurídica e sociológica, a respeito dos anos noventa no Brasil, avaliza a aposta de alguns autores, dentre os quais Dari Krein (2003), de que os governos neoliberais exerceram forte pressão sobre a Inspeção do Trabalho, no sentido de controlá-la, na razão inversa do impulso dado aos modelos de negociação, chegando mesmo a criar um processo administrativo em espécie: as Mesas de Entendimento, feito sob medida para o Sistema de Inspeção do Trabalho.

Mas o impacto do neoliberalismo tupiniquim não chegou a afetar a Inspeção do Trabalho direta e profundamente, senão por via reflexa, e isto se deve a um oportuno e bem ensaiado discurso de resistência dos AFTs, e de práticas que reforçavam o caráter decisório do ato de polícia-fiscal.

A resistência corporativa dos AFTs é fenômeno de poucas décadas, e começa com a geração egressa do concurso de 1974, cuja atuação política foi essencial para a elevação da Inspeção do Trabalho ao mesmo patamar da fiscalização federal tributária, o que só foi possível com o reconhecimento da “vocação arrecadatória”, a partir da recém-adquirida competência para fiscalizar o FGTS.

Enquanto política pública, a fiscalização trabalhista continuou justificando as razões de Estado através do discurso da proteção do trabalhador, que passou a ser direcionado para as fronteiras tensionadas com outras formas estruturais de atuação

estatal no âmbito da relação salarial, pondo-se em franca disputa pelo domínio do *télos* protetivo do trabalhador, seja com o Ministério Público do Trabalho, com o Judiciário Trabalhista, com a Previdência Social (no que tange às questões de segurança e saúde do trabalhador), e mesmo com os órgãos estaduais responsáveis pela execução de políticas de trabalho e renda.

Mas os grupos de pressão em defesa dos interesses da fiscalização trabalhista, ostentando a condição de integrantes do grupo fisco, também direcionaram suas energias para dentro do próprio Ministério do Trabalho, num esforço de isolamento perante os demais sistemas (incluindo o de Relações e Trabalho). O objetivo da Inspeção do Trabalho, no âmbito da vinculação com o MTb, era diferenciar-se internamente e autonomizar-se, política e estruturalmente, sugerindo a mesma lógica dos “subuniversos de significação”, de Berger e Luckmann (1996), buscando ter o domínio do próprio processo de reformulação institucional.

Decerto que o esforço de “endodiferenciação” da Inspeção do Trabalho implicava, necessariamente, num mimetismo estrutural e operacional com a fiscalização tributária federal, de modo que as prioridades de ação da Inspeção do Trabalho passaram a ser ditadas em razão do quanto impactava, direta ou indiretamente, na arrecadação do FGTS. O empoderamento político da Inspeção do Trabalho exigia, portanto, a mudança do seu discurso de valorização funcional.

4 | “PÓS-NEOLIBERALISMO” E A CRISE IDENTITÁRIA DA INSPEÇÃO DO TRABALHO NO BRASIL

A estratégia de mobilização intramuros da Inspeção do Trabalho ressaltava a importância da vocação arrecadatória, na medida em que reduzia o peso do *télos* protetivo do trabalhador, algo inconveniente, decerto, considerando o projeto desenvolvimentista introduzido por Lula, a partir de 2003. Este, por sua vez, manteve, de início, os mesmos fundamentos da política de inspeção do trabalho conduzida por FHC, mas investiu fortemente na “valorização” da carreira do grupo fisco, chegando mesmo a criar uma “super-receita”, à qual se equiparou, em termos funcionais, a fiscalização trabalhista.

A adesão à lógica arrecadatória alavancou a carreira dos AFTs, embora os tenha deixado mais distantes do mundo do trabalho. Tal perda de visibilidade social poderia ser compensada pela espetacularização das diligências fiscais, e de uma mudança estética no âmbito de atuação. Mas o fato é que a grande reformulação trazida pela Portaria nº 546/2010 consolidou de vez o produtivismo fiscal como o grande paradigma de eficácia da Inspeção do Trabalho no Brasil.

O razoável sincronismo existente entre o Sistema de Inspeção e de Relações de Trabalho desapareceu, quando em nome da eficiência fiscal o trânsito livre dos AFTs pelos espaços de composição de conflitos trabalhistas foi obstado.

Por outro lado, um novo cenário da regulação da relação salarial começou a se formar. Incorporaram-se novas estratégias à política de flexibilização do garantismo trabalhista implementada na década de noventa, incluindo a precificação das condições de trabalho, mormente as que se referem à duração da jornada. O trabalho associado e a “razão empreendedora” (ALVIM; NUNES; CASTRO, 2012) tornaram-se políticas de Estado, reorientando o projeto de emancipação pelo trabalho para fora do *salariato*. A doutrina desenvolvimentista possibilitou o surgimento de um novo perfil de trabalhador, desterritorializado e desidentificado com as suas representações classistas. Os paradoxos da liberdade sindical, especialmente no que tange ao enquadramento [sindical] espontâneo, alimentou o discurso falacioso das expertises regionais, e com ele o modelo tupiniquim de *dumping* social: “não há bloqueiro melhor que o maranhense; não há gesseiro melhor que o cearense”⁵.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise das transformações institucionais do Sistema de Inspeção do Trabalho, a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988, é empresa complexa e multifacetada. Primeiro, porque não é possível narrar a trajetória da fiscalização trabalhista no Brasil sem entender suas conexões com o Sistema de Relações de Trabalho.

Segundo, porque em termos políticos é de extremo proveito que tal análise leve em consideração os dois grandes momentos que se sucederam nos últimos vinte e seis anos: o dos governos denominados neoliberais, e o dos que se poderiam chamar pós-neoliberais⁶. Nesse sentido, há evidências de que a década neoliberal não foi tão “perversa” para a Inspeção do Trabalho, em comparação com o que se vivencia em nossos dias, mormente a partir de 2010, com o advento da principal reformulação do modelo de fiscalização trabalhista no Brasil, desde a CRFB/88.

Para os mais antigos AFTs, a Inspeção do Trabalho vem perdendo o seu *status* de observador privilegiado do mundo do trabalho, na medida em que abandona uma atuação compreensiva em prol de um planejamento fiscal comprometido com metas formuladas segundo uma lógica autorreferenciada⁷.

Alguns diriam que parte considerável desse processo é de responsabilidade dos próprios AFTs, de suas escolhas passadas, notadamente do enorme esforço de adesão ao grupo fisco, para o que se fazia necessário negar a atuação centrada na

5 Depoimento informal do representante do Sindicato da Construção Civil de Volta Redonda, durante a sessão de mediação de conflitos ocorrida em junho de 2013 (Proc. 46232-001912/2013-07), cujo objetivo era discutir com o sindicato dos trabalhadores, com as representações municipais do Sul-Fluminense, com o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal, as condições de trabalho dos operários que laboravam nas obras do projeto “Minha Casa, Minha Vida”.

6 Sem embargo de toda controvérsia acerca dessa expressão. Para Boito Júnior (2005), os governos petistas não representaram um rompimento com o neoliberalismo, apenas propuseram sua reforma.

7 Independentemente de qualquer variável demográfica ou macroeconômica, seja relacionada

magistratura social, para em lugar disso, ainda que de viés, pudesse mostrar sua vitalidade no campo da arrecadação tributária.

Uma das evidências mais inquietantes que se tem, no momento, é que a Inspeção do Trabalho vem passando, já há algum tempo, por um dilema diretamente ligado à identidade de seus agentes. Considerando que se trata de um instituto que concorre para a construção do próprio direito do trabalho em *terrae brasilis*, pode-se afirmar que precarização da Inspeção do Trabalho brasileira implica, necessariamente, na precarização do nosso sistema de garantias sociais, centrado na proteção do trabalho assalariado.

REFERÊNCIAS

AGLIETTA, Michel. **A Theory of Capitalism Regulation: the U.S. experience**. W.W. Norton II: New York, 2001.

ALVIM, Joaquim Leonel de Rezende; NUNES, Tiago de Garcia; CASTRO, Carla Appolinário de. **Empreendedorismo Tupiniquim: notas para uma reflexão**. Trabalho apresentado no I CONINTER, Niterói, RJ, nos dias 03 a 06 de setembro de 2012. Anais...CONINTER I, 2012. Disponível em: <http://www.aninter.com.br/Anais%20I%20Coninter.html>. Acesso em: 13.05.2015.

ASSUMPÇÃO, L.F. Monsores de. **A Mediação de Conflitos de Direitos no Âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego: entre paradigmas e paradoxos**. Trabalho apresentado no V Congresso da AbraSD - PESQUISA EM AÇÃO: ÉTICA E PRÁXIS EM SOCIOLOGIA DO DIREITO, Vitória, ES, nos dias 19 a 21 de novembro de 2014. Anais...V Congresso da AbraSD. Disponível em: http://media.wix.com/ugd/203511_b7060c02cce54d20b75e7be2794a7188.pdf. Acesso em: 06.01.2015.

_____. **Dissídio Coletivo Consensual e Autonomia Negocial Coletiva: uma análise teórica e empírica dos paradoxos e determinismos da “crise” do sindicalismo brasileiro**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016.

AUGUSTO, André Guimarães. **A Dessubjetivação do Trabalho: o homem como objeto da tecnologia. Economia Contemporânea**. Rio de Janeiro, vol. 13, nº 2, maio/agosto, 2009.

BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. **A Construção Social da Realidade**. 33ª Ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

BOITO JR. Hegemonia neoliberal no governo Lula. In: **CEMARX – Crítica Marxista**. n.17. Rio de Janeiro: Revan, 2003. Disponível em: http://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/critica17-A-boito.pdf. Acesso em: 01/09/2015.

_____. O Governo Lula e a reforma do neoliberalismo. São Paulo: **Revista Adusp**. Disponível em: <http://www.adusp.org.br/files/revistas/34/r34a01.pdf>. Acesso em: 01. Out. 2016.

CARDOSO, Adalberto M. **As normas e os fatos: desenho e efetividade das instituições de regulação do mercado de trabalho no Brasil**. 1ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

_____. **A Década Neoliberal e a Crise dos Sindicatos no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2003.

ao emprego, à inflação, à produtividade do trabalho, à expansão ou encolhimento de certos setores da economia, ao Produto Interno Bruto etc., as metas são sempre crescentes, regurgitadas e ampliadas segundo uma lógica autopoiética, que assume como pressuposto o débito permanente da Inspeção do Trabalho com a realidade circundante.

- CARDOSO, Adalberto; LAGE, Telma. A Inspeção do Trabalho no Brasil. In: **DADOS – Revista de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro, vol. 48, no 3, 2005, p. 451 a 490.
- CHETCUTI, Claude. Réflexions sur L’Inspection du Travail. **Droit Social**: Paris, 1973, n. 2.
- CUEVA, Mario de La. **El Nuevo Derecho Mexicano del Trabajo – Tomo I**. México D.F.: Editorial Porrúa, 1985.
- DAL ROSSO, Sadi. A Inspeção do Trabalho. In: **RAP – Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro, Vol. 30, nº 2, mar/abr/1996, p. 107-139.
- FERRAJOLI, Luigi. **Democracia y Garantismo**. 2ª Ed. Editorial Trotta: Madrid, 2010.
- FILGUEIRAS, Vitor Araújo. **Estado e Direito do Trabalho no Brasil: regulação do emprego entre 1988 e 2008**. Salvador, 2012. 473 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.
- FRENCH, John D. **Afogados em Leis: a CLT e a cultura política dos trabalhadores brasileiros**. São Paulo: Editora da Fundação Perseu Abramo, 2001.
- GOMES, Ângela de Castro. **A Invenção do Trabalhismo**. 3ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.
- GOMES, José Cláudio de Magalhães. Histórico de inspeção do trabalho. **Revista de Inspeção do Trabalho**. Brasília, v.I, n. 1, maio/1988.
- JESSOP, Robert. **El Futuro del Estado Capitalista**. Los Libros de la Catarata: Madrid, 2008.
- KREIN, José Dari. **Balanço da reforma trabalhista do governo FHC**. In: PRONI, Marcelo; HENRIQUES, Wilnês (orgs.). Trabalho, mercado e sociedade: o Brasil nos anos 90. São Paulo: Editora UNESP; Campinas, SP: Instituto de Economia da UNICAMP, 2003, p. 279-322.
- _____. **Tendências Recentes nas Relações de Emprego no Brasil (1990-2005)**. Campinas, 2007. 347 f. Tese (Doutorado em Economia Aplicada) – Universidade Estadual de Campinas, 2007.
- LIMA, Jacob Carlos. Paradoxos do Trabalho Associado. **Tempo Social**. São Paulo, vol. 21, nº 1, 113-132, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ts/v21n1/v21n1a07.pdf>. Acesso em: 24.10.2015.
- LUHMANN, Niklas. **Introdução à Teoria dos Sistemas**. 3ª Ed. Petrópolis: Vozes, 2011.
- MANNRICH, Nelson. **Inspeção do Trabalho**. São Paulo: LTr, 1991.
- MIGUEL, Antônia Celene. **O Fiscal do Trabalho: entre a lei e o mercado**. Trabalho apresentado no XI Congresso Brasileiro de Sociologia, Campinas, SP, nos dias 1 a 5 de setembro de 2003. Anais...SBS 2003. Disponível em: http://www.sbsociologia.com.br/portal/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=116&Itemid=171. Acesso em: 02.09.2015.
- _____. **A Inspeção do Trabalho no Governo FHC: uma análise sobre a política da fiscalização do trabalho**. São Carlos, 2004. 99 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de São Carlos, 2004. Disponível em: <http://docplayer.com.br/5036137-Universidade-federal-de-sao-carlos-centro-de-educacao-e-ciencias-humanas-programa-de-pos-graduacao-em-ciencias-sociais.html>. Acesso em: 03.11.2015.
- NASCIMENTO, Amauri Mascaro. Inspeção do Trabalho numa Ordem Jurídica em Transformação. **Revista da Inspeção do Trabalho**, Brasília, vol. 1, nº 1, maio de 1988.
- PIRES, Roberto Rocha C. Estilos de Implementação e Resultados de Políticas Públicas: Fiscais do Trabalho e o Cumprimento da Lei Trabalhista no Brasil. **DADOS - Revista de Ciências Sociais**,

Rio de Janeiro, Vol. 52, nº 3, p. 735 a 769, 2009. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0011-52582009000300006&script=sci_arttext. Acesso em: 10.04.2014.

RODRIGUEZ, Américo Plá. **Princípios de Direito do Trabalho**. São Paulo: LTr, 2002.

RUSSOMANO, Mozart Victor. Sobre a fiscalização do trabalho. **Revista de Inspeção do Trabalho**, Brasília, v. 1, n. 1, maio/1988.

SILVA, Sayonara Grillo C. L. da. Direitos Fundamentais, Garantismo e Direito do Trabalho. **Revista do TST**, Brasília, vol. 77, n. 3, p. 274-292, jul./set. 2011.

_____. Direitos Fundamentais e Liberdade Sindical no Sistema de Garantias: um diálogo com Luigi Ferrajoli. **Revista da Faculdade de Direito de Campos**, Ano VI, nº 6 - Junho de 2005.

STRECK, Lenio Luiz. **Hermenêutica Jurídica e(m) Crise: uma exploração hermenêutica da construção do Direito**. 11^a ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2014.

VIANA, Márcio Túlio. O Novo Papel das Convenções Coletivas de Trabalho: Limites, Riscos e Desafios. **Revista do TST**, Brasília, vol. 67, n. 3, p. 47-63, jul./set. 2001

VIANNA, José de Segadas. A Paz Social Depende de uma boa Aplicação da Legislação do Trabalho. **Revista da Inspeção do Trabalho**, Brasília, vol. 1, nº 2, junho de 1989.

A JUSTIÇA DO TRABALHO, O STF E A TERCEIRIZAÇÃO: NOTAS SOBRE O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DAS DECISÕES JUDICIAIS

Magda Barros Biavaschi

Desembargadora aposentada do TRT4, doutora e pós-doutora em Economia Social do Trabalho pelo IE/Unicamp, Pesquisadora e professor no CESIT/IE/Unicamp

Marilane Oliveira Teixeira

Economista, doutora em desenvolvimento econômico e social e pesquisadora do CESIT/IE – Unicamp

Alisson Droppa

Doutor em História Social, Pós doutorando em Educação e bolsista de pós doutorado FAPESP

RESUMO: O capítulo apresenta aspectos da metodologia que seus autores desenvolveram nas pesquisas: “A terceirização e a Justiça do Trabalho” e “A terceirização e a Justiça do Trabalho: diversidades regionais”, que analisaram o papel da Justiça do Trabalho diante da terceirização, em que os autos dos processos judiciais foram fonte prevalente. Essa metodologia foi readaptada para a análise dos acórdãos do TST, obtidos em sua página de internet, fonte do estudo em andamento no âmbito do eixo “terceirização” do Projeto Temático “Contradições do Trabalho no Brasil Atual. Formalização, precariedade, terceirização e regulação”. Além da descrição dessa metodologia, o texto abordará o papel que o STF, nos últimos anos em relação à tela de proteção social ao trabalho, com foco na

terceirização, com decisões que, na realidade, acabaram, em parte, adiantando-se às reformas trabalhistas em discussão no Parlamento brasileiro.

PALAVRAS-CHAVE: Justiça do Trabalho; Supremo Tribunal Federal; Terceirização; Decisões Judiciais

THE LABOR COURT, THE STF AND OUTSOURCING: NOTES ON THE PROCESS OF CONSTRUCTION OF JUDICIAL DECISIONS

ABSTRACT: The chapter presents aspects of the methodology developed by the authors in the surveys: “Outsourcing and Labor Justice” and “Outsourcing and Labor Justice: regional diversities”, which analyzed the role of Labor Justice in outsourcing, in which the records of judicial proceedings were a prevalent source. This methodology was readapted for the analysis of the TST judgments, obtained on its website, source of the ongoing study under the “outsourcing” axis of the Thematic Project “Contradictions of Labor in Brazil Atual. Formalization, precariousness, outsourcing and regulation “. In addition to the description of this methodology, the text will address the role of the Supreme Court in recent years in relation to the social protection to work, with a focus on outsourcing, with decisions that, in reality,

partially ended up ahead of the reforms in the Brazilian Parliament.

KEYWORDS: Labor Justice; Federal Court of Justice; Outsourcing; Related searches

1 | INTRODUÇÃO

Este capítulo apresenta aspectos da metodologia que seus autores desenvolveram nas pesquisas: “A terceirização e a Justiça do Trabalho” e “A terceirização e a Justiça do Trabalho: diversidades regionais”, que analisaram o papel da Justiça do Trabalho diante da terceirização, em que os autos dos processos judiciais foram fonte prevalente. Essa metodologia foi readaptada para a análise dos acórdãos do TST, obtidos em sua página de internet, fonte do estudo em andamento no âmbito do eixo “terceirização” do Projeto Temático “Contradições do Trabalho no Brasil Atual. Formalização, precariedade, terceirização e regulação” (Processo Fapesp nº 2012/20408-1 e mais recentemente em pesquisa também aprovada pela FAPESP no âmbito do Pós doutorado do Pesquisador Alisson Droppa, processo nº nº2016/13563-1). Nas duas pesquisas iniciais, sucessivas, as amostram foram compostas pelos processos contendo demandas de trabalhadores do setor papel e celulose, no marco temporal de 1985 a 2000. Já no eixo “terceirização” do referido Temático em andamento, foram incorporadas novas categorias de trabalhadores para, além daqueles do setor papel e celulose, incluir eletricitários, petroleiros, trabalhadores em Call Center e TI em bancos públicos e, mais recentemente, os correspondentes bancários, com marco temporal ampliado para 2013, data do início da pesquisa do Temático e, para os correspondentes bancários, para 2015.

Além da descrição dessa metodologia, o texto abordará o papel que o STF, nos últimos anos em relação à tela de proteção social ao trabalho, com foco na terceirização, com decisões que, na realidade, acabaram, em parte, adiantando-se às reformas trabalhistas em discussão no Parlamento brasileiro. No andamento dessa pesquisa e do projeto de pós-doutoramento de um dos autores do artigo verificou-se que muitas decisões do TST estavam sendo objeto de exame pelo STF, pela via do Recurso Extraordinário, em sede de Repercussão Geral (a Repercussão Geral foi inserida no sistema constitucional brasileiro pela Emenda n. 45/2004. Trata-se de instrumento processual que permite ao STF julgar recursos extraordinários sobre temas reiteradamente decididos pela Corte quando, então, a decisão adotada é obrigatória para o primeiro e o segundo grau de jurisdição. Cabe ao relator propor que o julgamento se dê a partir desse filtro. O objetivo é o de padronizar procedimentos no âmbito do STF e nos demais órgãos do Judiciário), introduzindo-se, por isso, nova questão: qual o papel desempenhado pelo STF, diante dessa forma de contratar?

Nas duas primeiras pesquisas o estudo dos processos físicos possibilitou a ênfase à dinâmica da construção das decisões judiciais interiormente às instâncias e entre Regiões e à relevância da compreensão do Judiciário (POULANTZAS, 1990)

como uma condenação material de forças. Na pesquisa em andamento, com acórdãos do TST como fonte prevalente, a ênfase foi à tendência decisória da Corte trabalhista. Em todas as entrevistas com atores sociais com destaque nos processos estudados ou lideranças dos setores pesquisados foram fontes complementares relevantes.

Um dos grandes desafios foi conceituar a terceirização diante da complexidade do fenômeno e de como ele se apresenta no mundo do trabalho, adquirindo novas expressões nas técnicas de gestão, com contornos variados e, muitas vezes, de forma burlada (BIAVASCHI; SANTOS, 2014), chegando-se a presenciar: a terceirização da terceirização - quando uma terceirizada subcontrata outras; ou a quarteirização – quando contratada empresa com função específica de gerir contratos com as terceiras; e, mais recentemente, via contratos de facção, arrendamento, fomento, parcerias e correspondentes bancários, de aparente natureza civil (essas considerações podem ser encontradas nos Relatórios Científicos das pesquisas “A Terceirização e a Justiça do Trabalho” e “A Terceirização e a Justiça do Trabalho: diversidades regionais”, disponíveis em: www.trt4.jus.br/memorial). Com potencial altamente precarizador e grande expansão no Brasil nas esferas privada e pública, sobretudo a partir dos anos 1990, a terceirização tem acirrado desigualdades e fragmentado a organização dos trabalhadores.

Compreendida como uma das expressões do capitalismo contemporâneo, globalizado e hegemônico pelos interesses das finanças, pode expressar tanto um fenômeno interno quanto externo ao contrato de trabalho (VIANA, 2006; BOSUALDO; ESPONDA, 2014). A terceirização, que se dá quando um terceiro rompe o binômio empregado x empregador, é, em regra, estratégia das empresas para reduzir custos, partilhar riscos e aumentar sua flexibilidade organizacional (KREIN, 2007). Ela pode se expressar, por exemplo, na contratação de: redes de fornecedores com produção independente; empresas especializadas de prestação de serviços de apoio; trabalho temporário via agências de emprego; pessoas jurídicas ou trabalhadores autônomos contratados para atividades essenciais; trabalho realizado no domicílio; cooperativas de trabalho fraudulentas; correspondentes bancários; deslocamento de parte da produção ou setores para ex-empregados, entre outros. Talvez uma das dificuldades para conceituá-la reside nessa multiplicidade de formas pelas quais aparece, bem como pelos distintos conceitos que lhes são atribuídos nas diversas áreas do conhecimento. Para mais bem dar conta de sua complexidade e contemplar suas formas burladas, este texto e as pesquisas que o fundamentam abordam-na de forma ampla e nas concepções interna e externa.

O artigo, em um primeiro momento, aborda alguns aspectos da metodologia construída para as pesquisas anteriores no aspecto referente à delimitação dos processos judiciais estudados, adaptada para o estudo dos acórdãos do TST analisados na investigação em andamento. A seguir, buscando compreender a dinâmica das decisões do TST e do STF e suas distintas abordagens, o olhar se volta para as decisões do STF em Recurso Extraordinários analisados em sede de Repercussão

Geral, chegando às considerações finais.

2 | AS INVESTIGAÇÕES, METODOLOGIA E ALGUNS RESULTADOS

As primeiras pesquisas mencionadas na introdução privilegiaram o estudo dos autos físicos e de entrevistas com atores com atuação relevante nas ações ou no setor pesquisado para analisar: as respostas da Junta de Conciliação e Julgamento de Guaíba (hoje Vara do Trabalho), TRT da 4^a; das unidades judiciárias da 15^a, Estado de São Paulo; e, posteriormente (segunda pesquisa), as da JCJ de Telêmaco Borba/PR, que integra a 9^a Região, às demandas de trabalhadores do setor papel e celulose envolvendo terceirização. Localizados os processos que compuseram o universo da pesquisa, foram eles estudados e fichados, com fichamento elaborado pela equipe de pesquisadores.

Em síntese, os estudos constaram que, conquanto a Súmula 331 do TST tenha, em 1993, buscado pacificar o entendimento da jurisprudência trabalhista relativamente à terceirização e à responsabilidade da contratante dos serviços, a tomadora, perante os trabalhadores contratados pelas terceiras, as diversidades regionais, sempre presentes, eram estampadas nas decisões. Nas demandas que tramitaram na Vara de Guaíba/RS, por exemplo, ajuizadas contra a RIOCELL (A empresa RIOCELL teve diversas alterações em sua composição acionária e denominação ao longo do tempo: BORREGAARD, depois KLABIN-RIOCELL, ainda, ARACRUZ Celulose. Após a compra da maioria das ações pelo grupo Votorantim, ela passou a pertencer ao grupo FIBRIA. Em 2009, adquirida pela CMPC, chilena, passou a se chamar CMPC celulose rio-grandense. A respeito consultar: BALTAR, Paulo de Andrade. Relatório de Pesquisa: “A terceirização e a Justiça do Trabalho: diversidades regionais”. Campinas, 2013, disponível em: www.trt4.jus.br/memorial), as decisões revelaram postura de maior resistência à terceirização, com questionamento expressivo à sua validade, quando comparadas com as da 15^a Região e, em menor grau, com as de Telêmaco Borba (ainda que estas também apontem para questionamento maior em relação às da 15^a Região). Outra constatação importante localizou-se na execução das decisões proferidas, momento em que, calculados os valores devidos, é determinada a citação para pagamento em 48 horas, pena de penhora. Quanto menor o grau de responsabilização da tomadora, maiores as dificuldades para os reclamantes receberem os créditos reconhecidos, com demora na entrega da prestação jurisdicional que contribui para aprofundar o “gargalo” da Justiça do Trabalho (sobre a execução trabalhista nos processos envolvendo terceirização consultar: BIAVASCHI, M. B.; MORETTO, A. J.; DROPPA, A. Terceirização e seus impactos sobre as relações de trabalho em pequenos negócios e sobre a morosidade na execução trabalhista. O Social em Questão, v.1, p.59 - 86, 2015.)

As maiores dificuldades para o recebimento dos créditos reconhecidos foram localizadas nos processos em que a tomadora foi eximida de responsabilidade, sendo

excluída do feito, seguidos dos que a responsabilidade da tomadora foi reconhecida como subsidiária. Por outro lado, os melhores resultados foram localizados nos processos em que foi reconhecida a responsabilidade solidária ou a tomadora foi declarada empregadora direta.

Já as investigações no eixo terceirização do Temático referido, desenvolvidas a partir da pesquisa nos acórdãos do TST disponibilizados em sua página de internet, foram mais abrangentes pela inclusão de outras categorias de trabalhadores e ampliação do marco temporal, como registrado. Em decorrência, o número de acórdãos foi ampliado. Para obtê-los, como os processos não são classificados pelo objeto do conflito, fez-se uso de palavras-chave, usando-se *Terceirização e as categorias que passaram a ser investigadas: papel e celulose, petroleiros, Call Center e TI em Banco Público, Eletricitários e por último Correspondentes bancários*.

Obtidos os acórdãos e estudados estes, foi-lhes aplicado fichamento elaborado pela equipe de pesquisadores, devidamente adaptados para essa fonte. Deu-se ênfase aos seguintes aspectos quanto à responsabilização da tomadora: reconhecimento do vínculo de emprego direto com ela; definição da responsabilidade solidária entre tomadora e terceiras; responsabilidade subsidiária da tomadora; ou, exclusão de responsabilidade trabalhista desta, com sua exclusão do feito. Tabulados os resultados chegou-se a um percentual de 59,66% de decisões colocando freios à terceirização. A tendência de responsabilizar a tomadora de forma subsidiária ou de reconhecer o vínculo de emprego direto com a tomadora quando evidenciada a pessoalidade e a subordinação direta, foi prevalente nas decisões da Corte, reforçando, portanto, os resultados obtidos nas duas pesquisas anteriores no sentido de ser a Justiça do Trabalho espaço de resistência à terceirização, colocando-lhe limites. Não à toa, forças econômicas substantivas pressionaram e pressionam para seu cancelamento, fazendo-se representar na Audiência Pública convocada pelo TST em outubro de 2011 (Nessa audiência, estiveram presentes pesquisadores, economistas, sociólogos, juristas que, dada à relevância do tema, organizaram, a seguir, o Fórum Nacional em Defesa dos Direitos dos Trabalhadores Ameaçados pela Terceirização, FÓRUM, espaço destacado na resistência ao pl aprovado pela Câmara dos Deputados, o PL 4330/04, em tramitação no Senado da República: o PLC 30/2015).

Os estudos em todas as pesquisas deixaram evidente que as forças que antes pressionaram pelo cancelamento do Enunciado 256, de 1986 que, na prática, coibia a terceirização, motivando a construção da Súmula 331 do TST, de 1993, passaram a lutar pelo cancelamento dessa última que, apesar de retroceder em relação ao Enunciado 256, continuou a oferecer-lhes obstáculos à alegada “liberdade de contratar”. Movidas por essa compreensão, passaram a desenvolver ações em duas frentes: junto ao Parlamento, para aprovar lei que amplie o uso da terceirização a quaisquer atividades; e, junto ao STF, invocando em seus apelos a tese de que as decisões da Justiça do Trabalho são limitadoras desse uso, recursos, aliás, muitos deles sendo examinados em sede de Repercussão Geral.

3 | O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL: A NOVA ESFERA DE DISPUTA JURÍDICA E SOCIAL

Em meio às fortes pressões para cancelamento da Súmula 331 do TST e para a liberação total da terceirização, o Supremo Tribunal Federal, STF, em novembro de 2010, por maioria de votos, julgou procedente a ação do artigo 71, § 1º da Lei de Licitações, ADCON nº 16, proposta pelo Governador do Distrito Federal que exime de responsabilidade trabalhista o ente público que terceiriza. Por um lado, essa decisão estimulou a ampliação do uso da terceirização no serviço público por outro, deu margem a muitas Reclamações do STF a Ministros do TST, Relatores de Acórdãos que continuaram responsabilizando os entes públicos que terceirizam à luz da Súmula 331. Nessa démarche, a Súmula foi revisitada, mantendo a responsabilidade do ente público quando evidenciada culpa *in eligendo* e *in vigilando* (Culpa *in eligendo* está justificada na má escolha em relação à contratada; a *in vigilando* decorre da ausência de fiscalização por parte da contratante quanto ao cumprimento das obrigações pela contratada.). Porém, mesmo depois dessa alteração continuaram fortes as pressões de setores econômicos e financeiros no sentido, agora, do cancelamento da Súmula 331.

Em 2014, Ministro Luiz Fux propôs analisar o Recurso Extraordinário, RE, 713.211 à luz do instituto da Repercussão Geral, sendo acompanhado por seis Ministros presentes, com apenas três votos contrários (vencidos os Ministros Rosa Weber, Ricardo Lewandowski e Teori Zavascki). Trata-se de Ação Civil Pública proposta pelo Ministério Público do Trabalho da 3ª Região na qual a empresa CENIBRA, promoveu RE com Agravo no STF. O que está em discussão é a própria Súmula 331 do TST, na medida em que será definido, em suma, se o TST, ao proibir a terceirização nas atividades-fim, estaria ou não violando a “liberdade de contratar” de que trata a Constituição de 1988. A questão de fundo ainda não foi julgada. A depender da decisão, o STF poderá deslegitimar a postura que o TST vem adotando via Súmula 331.” (BIAVASCHI; TEIXEIRA, 2015: 10). Ainda no STF, no Recurso Extraordinário com Agravo 791.932, da Contax S/A, que discute a terceirização em *Call Center* de empresas de telecomunicações, o falecido Ministro Teori Zavascki propôs julgamento em sede de Repercussão Geral, no que foi seguido à unanimidade pelo Plenário Virtual. Em setembro de 2014, em face de pedido da Contax S/A, da Associação Brasileira de Telesserviços, ABT e da Federação Brasileira de Telecomunicações, suspendeu o andamento dos processos em curso que discutem a terceirização em *Call Center*. Com a norte do Ministro Teori, esse processo passou à relatoria do Ministro Alexandre Moraes.

Em agosto de 2014, a Associação Brasileira do Agronegócio, ABAG, ajuizou Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental, ADPF 324, para suspender todas as ações em andamento na Justiça do Trabalho sobre terceirização e para ver reconhecida a inconstitucionalidade da Súmula 331 por vedar tal forma de contratar

sem legislação específica proibindo-a, o que, na versão da proponente, se dá “... em clara violação aos preceitos constitucionais fundamentais da legalidade e da livre iniciativa”. Distribuída ao Ministro Roberto Barroso, várias entidades de âmbito nacional ingressaram como *amicus curiae*. Nos autos, há parecer do PGR para que seja negado seguimento à arguição e, no mérito, pela improcedência.

De forma semelhante o RE 760931, tendo como relatora Ministra Rosa Weber, que tramitava desde julho de 2013, buscou a absolvição da responsabilidade subsidiária do Estado de São Paulo sob os créditos trabalhistas dos trabalhadores contratados via terceira, a empresa Evolution Administradora de Serviços Terceirizados Ltda. Após sucessivos adiamentos, o julgamento foi pautado em fevereiro de 2017, tomando grande relevância por ser um dos primeiros a enfrentar diretamente o mérito da questão da responsabilidade subsidiária do ente público. O voto da relatora posicionou-se no sentido de conhecer em parte o recurso e, na parte conhecida, negar provimento, mantendo, portanto, o reconhecimento da responsabilidade expresso no acórdão do TST. Empatado o julgamento pelo pleno do STF, o desempate se deu pelo voto do recém Ministro Alexandre de Moraes, sendo vencida a relatora.

Essa decisão acabou por absolver o Estado de São Paulo da condenação subsidiária imposta pelo TRT da 2ª Região, mantida pelo TST, que, concluindo não ter o ente público fiscalizado o cumprimento das obrigações legais da contratante, deveria responder por esse pagamento de forma subsidiária, decisão confirmada pelo TST no acórdão TST-AIRR-100700-72.2008.5.02.0373, que negara provimento ao recurso. Essa decisão, com ampla repercussão nacional, acaba imprimindo uma via, pelo STF, de fortalecimento da terceirização e de enfraquecimento dos direitos sociais do trabalho, adiantando-se, assim, às reformas liberalizantes em andamento no Parlamento brasileiro, resistidas pelos trabalhadores e pelas entidades que compõem o FÓRUM.

Para mais bem evidenciar esse papel flexibilizador dos direitos do trabalho que tem sido cumprido pelo STF em sua maioria, adiantando-se, por assim dizer, às reformas liberalizantes em curso no Parlamento brasileiro, cita-se o caso da Ação Direta de Inconstitucionalidade (em relação a ADI 1923 foram vencidos os Ministros Marco Aurélio Mello e Rosa Weber, os demais com exceção do Ministro Barroso que não votou por ter sucedido o Ministro Ayres Brito e Dias Tofeli que se deu por impedido, votaram favorável ao acórdão proposto pelo Ministro Fux) proposta pelo Partido dos Trabalhadores e pelo Partido Democrático Trabalhista, questionando a constitucionalidade da Lei nº9.637/98 que regulamentou a contratação, pelo poder público, de Organizações Não Governamentais, ONGs, para execução de serviços de saúde, educação, cultura, desporto e lazer, ciência e tecnologia, de resto atividades inerentes ao Estado e que, segundo a ADIN, somente poderiam ser gerenciadas pelos agentes políticos “democraticamente eleitos”. Seguem alguns dos fundamentos da ação:

- Ofensa aos deveres de prestação de serviços públicos de saúde, educação, proteção ao meio ambiente, patrimônio histórico e acesso à ciência;
- Violação à impessoalidade e interferência indevida do Estado em associações;
- Descumprimento do dever de licitação;;
- Ofensa aos princípios da legalidade e do concurso público na gestão de pessoal;
- Descumprimento de direitos previdenciários dos servidores;

Ainda, apontou a inexistência da igualdade de direitos entre subcontratados pelas ONGs e servidores diretos, com remuneração e condições de trabalho desiguais. O relator, Ministro Ayres Britto, propunha fosse julgada parcialmente procedente a ação, seguido de pedido de vista do Ministro Luiz Fux em 31 de março de 2011. A tese do vistor foi vitoriosa no sentido da constitucionalidade da Lei nº9.637/98 que regulamentou o funcionamento das ONGs. Ou seja, abre as portas para a terceirização no Estado via contratação de trabalhadores por empresas privadas, especialmente ONGs, constituindo-se em mais uma decisão do STF que se antecipa às reformas estruturais liberalizantes e que têm sido, com grandes dificuldades, resistidas no Parlamento brasileiro.

Ainda sobre o tema da flexibilização da legislação trabalhista via decisões do STF, cabe mencionar a questão da prevalência do negociado sobre o legislado. Mesmo não sendo tema objeto das pesquisas que fundamentam este artigo, exemplificam o papel do STF contribuir para com o movimento de retrocesso quanto aos direitos sociais do trabalho. Recente decisão do STF deu prevalência ao negociado no campo do garantismo coletivo, desconstituindo entendimento prevalente do TST e reiteradas decisões da Justiça do Trabalho que enfatizam a relevância das negociações coletivas desde que respeitado o patamar mínimo civilizatório assegurado pela lei universal. Um exemplo é o Recurso Extraordinário Recurso Extraordinário 590.415, envolveu o Banco do Estado de Santa Catarina, sucedido pelo Banco do Brasil. Houve acordo coletivo firmado com o sindicato dos bancários com cláusula dispondo a adesão ao Plano de Demissão Voluntária, PDI, vedaria o acesso à Justiça do Trabalho para pedir diferenças. O TRT da 12ª região e o TST concluíram pela ilegalidade da cláusula, reconhecendo o direito de acesso ao Judiciário. O STF, em sede de repercussão geral, deu validade à cláusula que dispunha que trabalhadores que aderissem PDI dariam “quitação ampla e irrestrita de todas as parcelas objeto do contrato de emprego caso essa condição tenha constado expressamente do acordo coletivo que aprovou o plano, bem como dos demais instrumentos celebrados com o empregado”. Assim, assegurou a prevalência do negociado em acordo coletivo que se sobrepõe à legislação ordinária, mesmo nos casos em que a lei seja mais benéfica ao trabalhador. Também quanto às horas *in itinere*, objeto, aliás, da reforma trabalhista em curso, o STF, em

outra decisão, reformando o que decidira o TST que declarara nulidade da cláusula lesiva, deu-lhe validade ainda que redutora de direitos assegurados em entendimento consolidado em Súmula da Corte trabalhista.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscou-se demonstrar as tendências das decisões da Justiça do Trabalho e do STF e, nesse caso, o processo de desconstrução dos direitos sociais do trabalho que as decisões do STF têm significado quando comparadas às do TST, o que evidencia a correção da tese de que o Judiciário é uma relação, ou seja, uma condensação material de forças (POULANTZAS, 1990). Mesmo que a Justiça do Trabalho, via TST, venha colocando freios a uma maior flexibilização da legislação trabalhista para, no foco do estudo, limitar o uso da terceirização, posição contrária tem adotado o STF que, nos casos exemplificados no texto, tem sido lócus de regresso da tela de proteção social, desconsiderando o tenso processo de construção do Estado Social que se iniciou de forma sistemática em 1930 e se completou, com muitas dificuldades, com a Constituição de 1988 que elevou os direitos dos trabalhadores à condição de direitos sociais fundamentais e condicionou a livre iniciativa à dignidade humana e aos valores sociais do trabalho.

REFERÊNCIAS

BALTAR, Paulo de Andrade. **Relatório de Pesquisa**: “A terceirização e a Justiça do Trabalho”. Campinas, 2011, disponível em:

_____. **Relatório de Pesquisa**: “A terceirização e a Justiça do Trabalho: diversidades regionais”. Campinas, 2013, disponível em:

BASUALDO, Victoria; ESPONDA, Maria Alejandra. La expansión de la tercerización a nivel global a mediados de los años setenta, sus antecedentes históricos y su alcance actual. In.: BASUALDO, Victoria; MORALES, Diego. **La tercerización laboral**. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2014

BIAVASCHI, M.B.; SANTOS, A. L. A terceirização no contexto da reconfiguração do capitalismo contemporâneo: a dinâmica da construção da Súmula no 331 do TST. **Revista do Tribunal Superior do Trabalho**. , v.80, p.19 - 35, 2014.

KREIN, José Dari. **As tendências recentes na relação de emprego no Brasil: 1990-2005**. Tese de doutoramento. IE/UNICAMP, Campinas, 2007.

POULANTZAS, Nicos. **Estado, o poder, o socialismo**. Rio de Janeiro: Graal, 1990.

VIANA, Marcio T. **Terceirização e Sindicato**: um enfoque para além do direito. Belo Horizonte, 2006, mimeo.

A MITIGAÇÃO DO JUS POSTULANDI NO PROCESSO DO TRABALHO

Cláudia Glênia Silva de Freitas

Graduada em Direito, Mestre em Sociologia, Docente da Escola de Direitos e Relações Internacionais da PUC - Goiás, Assessora de Formação do Instituto Dom Fernando/PROEX PUC – Goiás.

Amanda Alves dos Santos

Graduada em Direito pela Escola de Direitos e Relações Internacionais da PUC – Goiás e Pós graduanda em Direito do Trabalho e Processual do Trabalho pela Escola de Direitos Humanos.

RESUMO: O instituto denominado *jus postulandi* é o princípio que confere às partes a faculdade de ingressar com ações sem o patrocínio de advogado. Ao analisá-lo, a presente pesquisa investigou à sua aplicação e eficácia no direito processual trabalhista, a partir de pesquisa bibliográfica, realizada mediante a coleta de informações em livros, artigos científicos e sítios eletrônicos. Destarte, buscou-se verificar a necessidade do *jus postulandi*, enquanto meio de acesso à justiça, desde a sua incorporação à justiça do trabalho, até a vigência da Lei nº 13.467/2017, a qual instituiu a chamada reforma trabalhista. Assim, foi elaborado um sucinto estudo acerca da evolução história da justiça do trabalho, com ênfase na integralização do instituto, para estabelecer os critérios determinantes de sua vigência, dada a complexidade dos processos trabalhistas e

o desequilíbrio entre as partes que o compõe, discutindo-se a preservação do *jus postulandi*, sob a perspectiva do acesso à justiça, diante das críticas e alterações legislativas, principalmente após a aprovação da reforma trabalhista.

PALAVRAS-CHAVE: *Jus Postulandi*. Justiça do Trabalho. Reforma trabalhista Mitigação.

ABSTRACT: *Jus postulandi* is the principle that gives the parties the option to file a litigation without an attorney sponsorship. While analyzing it, the present research investigated its application and effectiveness in the labor procedural law, based on bibliographical research, carried out through the collection of information in books, scientific articles and electronic sites. Thus, it was sought to verify the need for *jus postulandi*, as a means of access to justice, since its incorporation to labor justice, until Law 13,467 / 2017 came into force, which instituted the so-called labor reform. Thus, a succinct study about its history evolution was elaborated, to establish the determinant criteria of its validity given the complexity of the labor processes and the imbalance between the parties that compose it, discussing the preservation and mitigation of the *jus postulandi*, under the perspective of access to justice, in the face of criticism and legislative changes, especially after the approval of the labor reform.

KEYWORDS: *Jus Postulandi*. Labour justice. Labor Reform Mitigation.

1 | INTRODUÇÃO

O estudo do *jus postulandi* no âmbito da justiça do trabalho alcança relevância sob a ótica do princípio da isonomia, a fim de estabelecer os efeitos de sua incorporação para a igualdade das partes frente ao acesso à justiça. Tal análise torna-se ainda mais relevante após a reforma trazida pela Lei nº 13.467/2017, a qual trouxe reflexos para o referido instituto.

O instituto nasce em meio à gênese da justiça do trabalho, com a finalidade de facilitar o acesso das partes, facultando-lhes pleitear em juízo pessoalmente, sem a presença de um advogado.

Porém, face a especialização da justiça trabalhista e o seu fortalecimento enquanto integrante do poder judiciário, questiona-se a eficácia do *jus postulandi* como facilitador do acesso à justiça, sobretudo com o advento da reforma trabalhista trazida pela Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017, a qual instituiu alterações significativas à justiça do trabalho, tais como algumas restrições verificadas nos poderes dos magistrados, a maior formalidade a ser observada nos pedidos da reclamação trabalhista, a incorporação da jurisdição voluntária e da arbitragem como meios de solução de conflitos e a condenação dos honorários sucumbenciais, mesmo se a parte for beneficiária da justiça gratuita.

Neste sentido, insta discutir a permanência do *jus postulandi* no âmbito da justiça do trabalho e quais seriam as possíveis mitigações à sua aplicação face à reforma, o que foi feito por intermédio de revisão bibliográfica sobre os aspectos legais e visões, tanto favoráveis, quanto contrárias à permanência do instituto no ordenamento laboral.

2 | A EVOLUÇÃO DO *JUS POSTULANDI*

O *jus postulandi* tem sua origem tanto no direito grego, quanto no direito romano, havendo alternância entre a obrigatoriedade e a faculdade da representação por profissional legalmente habilitado para o exercício de um direito.

Na Grécia havia a possibilidade de qualquer cidadão requerer perante o judiciário nos tribunais populares, onde as partes poderiam se valer das figuras dos Logógrafos. (MENEGATTI, 2011).

No direito romano era possível enxergar três períodos distintos: Da *legis actiones*, do processo formular e do processo extraordinário. No primeiro não há a figura da representação processual. Nos processos formular e extraordinário, começou-se a admitir em determinadas situações a atuação do *cognitor*, que substituíria o querelante quando este não pudesse comparecer pessoalmente, e do procurador *ad litem*, o substituto da parte que não podia demandar. Observa-se que existia a faculdade da representação, a qual se operava sempre de forma gratuita. (SILVA *apud* MENEGATTI, 2011, p. 25/26).

De acordo com o exposto é possível notar que o *jus postulandi* da parte, nascido

ainda nos primórdios dos direitos grego e romano, manteve seus resquícios no ordenamento jurídico ocidental. Entretanto, o monopólio do *jus postulandi* do advogado foi se consolidando, ante a necessidade de representação das partes litigantes, advinda da crescente tecnicidade e complexidade dos processos de resolução de conflitos. (GRINOVER, 2011).

No ordenamento jurídico brasileiro, o *jus postulandi* da parte independente de representação não se restringe ao âmbito do Direito do Trabalho, mas se verifica em causas que, devido aos valores protegidos, facultam a assistência da defesa técnica a fim de facilitar o acesso à justiça. (MASSON, 2016).

Na Especializada laboral, o exercício do *jus postulandi* acompanha a estrutura da Justiça do trabalho desde a sua criação, uma vez que sua instituição ocorreu embrionariamente na esfera administrativa federal, vinculada ao Ministério do Trabalho Indústria e Comércio. Portanto, não havia a necessidade de patrocínio por advogado.

Cabe esclarecer, porém, que embora o *jus postulandi* outorgue às partes de uma lide a permissão de postular, pessoalmente, perante o Poder Judiciário, não lhes atribui a capacidade postulatória, pois esta se constitui em prerrogativa dos profissionais legalmente habilitados.

Quanto à natureza jurídica, o instituto assume a conotação de princípio no contexto da Justiça do Trabalho e imprime a noção de início, o começo ou a origem de algo. No campo processual significa fundamento, ou seja, elemento inspirador. (REALE, 1991). Portanto, é concebido como um subsídio de obtenção da jurisdição, por se entender que, facultar ao empregado ou o empregador a constituição de um advogado para ter conhecida a sua pretensão é proporcionar o acesso à justiça.

Uma das mais veementes críticas intentadas contra o princípio do *jus postulandi* se deu após o advento da Constituição Federal de 1988, a qual preconiza em seu art. 133: “[...]o advogado é indispensável à administração da justiça, sendo inviolável por seus atos e manifestações no exercício da profissão, nos limites da lei”.

A controvérsia foi solucionada pelo STF no julgamento da Revisão Criminal 4886, a qual validou as normas permissivas da prática de atos processuais diretamente pelas partes perante a Justiça do Trabalho, mesmo sem a presença de um advogado.

Outro importante ponto de crítica da permanência do *jus postulandi* foi a entrada em vigor da Lei nº 8.906/94, a qual dispunha em seu art. 1º como atividades privativas da advocacia: “a postulação a qualquer órgão do Poder Judiciário e aos juizados especiais”

Porém, o STF manifestou-se pela prescindibilidade de advogados nos Juizados Especiais e na Justiça do Trabalho ao julgar a ADIN nº 1.127, a qual suspendeu a eficácia do inciso I do art. 1º da Lei 8.906/94 em sede de liminar e posteriormente julgou procedente a ação para declarar a inconstitucionalidade do termo “qualquer” do dispositivo impugnado.

Ainda, faz-se relevante apontar as críticas à implantação do Processo Eletrônico no Judiciário Brasileiro a partir da Lei nº 11.419/06 em face do *jus postulandi*, tendo em

vista que, após a tramitação eletrônica, o direito de se pleitear na justiça sem advogado é afetado, pois o acesso aos documentos de autos eletrônicos ocorre através do certificado digital, sendo necessário que as partes façam prévio cadastramento para visualização das peças processuais.

Para tanto, exige-se das partes desacompanhas de advogado um domínio de informática, ainda que parcial, além do acesso a computadores com a navegação na internet e um mínimo conhecimento prévio sobre o funcionamento do sistema.

Desta forma, o *jus postulandi* é mais uma vez criticado, por se mostrar incompatível com as dificuldades apresentadas por aqueles que o utilizam, já que, são em sua maioria, trabalhadores hipossuficientes, com baixo grau de escolaridade, que laboram por meio da força braçal e desconhecem os critérios técnicos mínimos para utilizarem o sistema eletrônico judicial. (OLIVEIRA, 2013).

Não obstante a tantas discussões acerca da manutenção do *jus postulandi* no âmbito da Justiça do Trabalho, atualmente predomina o entendimento pelo qual o princípio, ora tratado, continua em vigor, ainda que de forma tímida, com o fim de proporcionar o acesso à justiça e fornecer proteção ao trabalhador. Entretanto, a análise da eficácia deste princípio deve ser contínua, sobretudo ante a evolução do ramo *justralhista*, a fim de que o ideal de acesso à justiça seja efetivado.

3 | OS REFLEXOS DA LEI Nº 13.467/2017 PARA O JUS POSTULANDI

A Lei nº 13.467, cuja vigência teve início em 11/11/2017 também denominada “reforma trabalhista” dado ao alcance de suas alterações nas normas reguladoras do Direito do Trabalho, foi aprovada em contexto de uma crise econômica e política do país, em um período de recessão e desemprego crescente, no qual o então Presidente da República Michel Temer assumiu o poder como substituto da presidente deposta, Dilma Rousseff.

O referido diploma sofreu várias críticas no que diz respeito aos fatores políticos de sua aprovação, bem como aos aspectos jurídicos, relacionados ao direito material e processual do trabalho, em que pesem as críticas concernentes às finalidades políticas que impulsionaram o legislador, faz-se necessário analisar as alterações advindas da Lei nº 13.467/2017 que podem interferir na aplicação do princípio do *jus postulandi*.

3.1 Análise dos Pontos Controversos

Entre as várias alterações implantadas pela Lei nº 13.467/2017, algumas provocaram mais debates quanto aos prejuízos ou benefícios agregados às normas reguladoras das relações de trabalho, sob o critério da hermenêutica constitucional e das próprias finalidades sociais que influenciam a legislação trabalhista.

No que se refere ao *jus postulandi*, as controvérsias são ainda mais sensíveis, já que as críticas são anteriores à reforma trabalhista e concentram-se sobre a sua própria

existência e finalidade enquanto princípio. Com o advento das alterações trazidas pela Lei nº 13.467/2017, os conflitos que emergiram merecem ser pontualmente analisados.

3.1.1 Da atuação do juiz no processo trabalhista

Tradicionalmente, a legislação processual trabalhista confere ao juiz uma atuação mais proeminente em direção ao processo com a finalidade precípua de assegurar o equilíbrio da relação jurídica processual. Observa-se que, em sede de conflitos trabalhistas, a postura mais ativa do magistrado é requerida, diante da disparidade comum entre as partes.

Diante da aplicação do *jus postulandi* percebe-se ainda mais a necessidade do juiz conduzir o processo e impulsioná-lo, mesmo não sendo um procedimento inquisitivo, já que as partes podem atuar de modo amplo ao utilizarem-se do contraditório. A ausência do procurador exige do juiz uma postura interventiva, de modo a garantir a resolução do conflito a partir da efetiva paridade de armas (NASCIMENTO, 2009).

Entretanto, a modificação da reforma no art. 8º, § 2º da CLT, o qual passou a estabelecer que as Súmulas e outros enunciados de jurisprudência editados pelo Tribunal Superior do Trabalho e pelos Tribunais Regionais do Trabalho não podem restringir direitos legalmente previstos, nem criar obrigações que não estejam previstas em lei, é traduzida como uma visão minimalista quanto aos poderes do juiz na condução do processo (LEITE, 2017)

Porém, em sede executória, a Lei nº 13.467/2017 é destacada pela majoração dos poderes conferidos ao juiz ao permitir a execução de ofício no art. 878 da CLT: “A execução será promovida pelas partes, permitida a execução de ofício pelo juiz ou pelo Presidente do Tribunal apenas nos casos em que as partes não estiverem representadas por advogado.”.

Como se percebe, houve especial poder conferido ao juiz para promover, de ofício, a execução àqueles que estiverem utilizando o instituto do *jus postulandi*. Denota-se que o impulso oficial constitui um princípio importante para promover a efetividade de justiça aos litigantes desacompanhados de defensor.

Sendo assim, observa-se a necessidade de evitar que a aplicação dos dispositivos legais modificados pela reforma enseje qualquer restrição na atuação jurisdicional ativa, o que poderia acarretar sérios riscos à ampla defesa e ao contraditório daqueles que não possuem advogado constituído.

3.1.2 Da liquidação dos pedidos

Outra inovação legislativa que pode restringir o princípio do *jus postulandi* é a inserção das alterações relacionadas aos pedidos na petição inicial, embora ainda seja admitida a reclamatória escrita ou verbal, foram introduzidas algumas exigências no tocante aos pedidos, antes existentes apenas no procedimento sumaríssimo:

Art. 840 - A reclamação poderá ser escrita ou verbal.

§ 1o Sendo escrita, a reclamação deverá conter a designação do juízo, a qualificação das partes, a breve exposição dos fatos de que resulte o dissídio, o pedido, que deverá ser certo, determinado e com indicação de seu valor, a data e a assinatura do reclamante ou de seu representante.

§ 2o Se verbal, a reclamação será reduzida a termo, em duas vias datadas e assinadas pelo escrivão ou secretário, observado, no que couber, o disposto no § 1o deste artigo.

§ 3o Os pedidos que não atendam ao disposto no § 1o deste artigo serão julgados extintos sem resolução do mérito.

A Lei nº 13.467/2017 instituiu a exigência de pedidos certos, determinados e com indicação do valor, o que suscita várias discussões acerca dos conceitos abrangidos nos três elementos, mormente na diferenciação de suas aplicações. Entretanto, não se trata de mero descuido técnico do processo legiferante, mas do estabelecimento de três requisitos distintos para a apreciação da peça exordial.

Assim, a indicação do valor é o requisito sobre o qual recaem as maiores críticas às alterações da reforma trabalhista nos pedidos da inicial, uma vez que se deduz no dever de informar o valor correspondente à pretensão. Assim, trata-se da exigência do pedido líquido.

Ante as alterações quanto ao pedido, mediante a influência do procedimento sumaríssimo e do processo civil, surge o questionamento quanto às dificuldades que emergem para as partes no processo do trabalho, já que nem sempre será possível que haja a liquidação do pedido, dada a complexidade dos cálculos afetos aos pedidos formulados.

Considerando que a parte esteja desacompanhada de defensor, a adequação aos pedidos conforme o teor da reforma trabalhista torna-se ainda mais distante, pois ainda que os pedidos formulados sejam de fácil liquidação, a partir de simples cálculos aritméticos, nem sempre há a garantia de que a parte conseguirá chegar ao valor devido. (LEITE, 2017).

Doravante, o valor da causa passa a ser um requisito da inicial trabalhista, bem como a individualização dos valores de cada pedido. A lei não exige que o pedido esteja devidamente liquidado, com a apresentação de cálculos detalhados, mas que o valor seja justificado, ainda que por estimativa. Isso, se justifica, pois o empregado, dificilmente, tem documentos para cálculo de horas extras, diferenças salariais, etc. Além disso, muitos cálculos demandam análise da documentação a ser apresentada pela própria reclamada.

Cumpra esclarecer que, seja qual for a extensão da interpretação a ser dada aos requisitos “certo, determinado e com a indicação do valor”, há que se observar a aplicação mais favorável às partes quanto à obtenção da solução jurisdicional, uma vez que a extinção da demanda sem a resolução do mérito não cumpre à finalidade precípua do processo, que é a de garantir a efetividade da tutela jurídica.

3.1.3 Da jurisdição voluntária e da arbitragem

Há que se ressaltar ainda, a inclusão pela reforma trabalhista da jurisdição voluntária e da arbitragem como meios de solução de conflitos trabalhistas.

A arbitragem configura um método alternativo de solução de litígios, uma vez que foge à regra da apreciação jurisdicional, pois as partes optam por resolver o conflito com a intervenção de um terceiro imparcial por elas selecionado. Logo, observa-se que a arbitragem é facultativa, não podendo ser oposta a ninguém que não tenha assim pactuado.

O procedimento arbitral rege-se pela Lei nº 9.307/96, a qual estabelece que a arbitragem é instaurada por intermédio da convenção de arbitragem, que formaliza-se pela cláusula compromissória ou pela compromisso arbitral.

A adoção da arbitragem para a solução de conflitos individuais trabalhistas nunca foi bem aceita e sequer admitida, tanto pela doutrina quanto pela jurisprudência. Tal resistência funda-se no entendimento de que a arbitragem constitui método contrário ao amplo e irrestrito acesso do trabalhador ao Judiciário Trabalhista, podendo configurar hipótese de renúncia do crédito trabalhista e, ainda, por relativizar a hipossuficiência do trabalhador, negligenciando o estado de subordinação inerente ao contrato de trabalho, que impede o trabalhador de manifestar a sua vontade ao aderir a uma cláusula compromissória.

No processo do trabalho, de igual modo, prima-se pela proteção do trabalhador, já que a relação processual não possui outra razão de ser senão a realização do direito do trabalho. Nessa perspectiva, o direito processual, enquanto instrumento de efetivação de direitos não pode ignorar o desequilíbrio entre as partes da relação laboral.

Os receios quanto ao uso da arbitragem para pacificar conflitos trabalhistas individuais se mantêm no que diz respeito aos custos que o reclamante tem de arcar, os quais se mostram mais elevados do que seriam na justiça do trabalho. Ademais, questiona-se a capacidade do trabalhador para pactuar a cláusula compromissória de arbitragem, já que é considerado parte hipossuficiente na relação trabalhista.

Sob a ótica do *jus postulandi*, observa-se que a arbitragem estende ainda mais a possibilidade das partes resolverem o conflito desacompanhadas de advogado e no contexto da jurisdição privada. A Lei nº 13.467/2017, portanto, traz uma irradiação das facilidades do *jus postulandi* para os empregados considerados como portadores do mesmo plano de igualdade com a empresa, com reduzida ou nenhuma hipossuficiência. Diante dessa realidade, é preciso avaliar a necessidade do auxílio advocatício em sede de arbitragem trabalhista, face ao desequilíbrio latente das partes, o que reflete quando da interação com o árbitro. (CAHALI, 2012).

Assim, imperioso analisar a vertente constitucional da ausência de advogado quanto à lógica extraída do princípio da isonomia, o qual constitui uma pilar da arbitragem e é consagrado como símbolo fundamental da democracia. Impende destacar também, de acordo com o viés processualista, que a falta de patrocínio técnico desponta na deficiência das partes quanto ao exercício de suas faculdades,

bem como no uso dos meios de defesa. (CARDOSO, 2017).

Portanto, em apreço às peculiares características das relações de trabalho e emprego e, sobretudo, face ao caráter irrenunciável do crédito trabalhista, a inclusão da arbitragem para a resolução de conflitos individuais trabalhistas pela reforma só poderá aplicar-se desde que seja espontânea a adesão do trabalhador, e após cessado o contrato de trabalho, preferencialmente acompanhado de advogado.

Outro ponto na contramão da faculdade de representação técnica e amplificação do *jus postulandi* inseridos pela Lei nº 13.467/2017 é a possibilidade de jurisdição voluntária, a ser utilizada como meio de deslinde das demandas trabalhistas, qual seja, a homologação de acordos extrajudiciais, nos artigos 855 B e seguintes da CLT.

Segundo a reforma, a operação da jurisdição voluntária se efetiva mediante a homologação judicial no âmbito das competências *jus* trabalhistas das extinções dos contratos, com apresentação de petição conjunta do trabalhador e do empregador, que não podem ser representados pelo mesmo advogado. Observado, ainda, é o prazo de 15 dias, para que o juiz analise o acordo e designe a audiência, caso entender necessária, para a prolação da sentença homologatória.

Importante entender, *a priori*, o conceito de “jurisdição voluntária”, que reveste a homologação de acordos judiciais na esfera trabalhista, já que implica na possibilidade das partes transacionarem direitos e valores, o que configura uma prática não aceita antes da vigência da reforma trabalhista.

Ao homologar um acordo extrajudicial, o magistrado protege interesses privados, logo, há ausência de partes, haja vista não se tratar de afirmação ou negação do direito subjetivo de um em face de outro. Tal reflexão faz ecoar diversos questionamentos acerca do tratamento a ser dado ao instituto da homologação de acordos extrajudiciais na esfera laboral.

Para Feliciano (2017, p.1), a jurisdição voluntária não pode servir para transformar o juiz em “[...] mero homologador de acordo ou carimbador de termos de rescisão”.

Outro receio acerca da implantação da jurisdição voluntária em sede de conflitos trabalhistas reside na preocupação quanto ao controle das lides simuladas, o que exige do juiz do trabalho a realização de controles, tais como a rigorosa verificação de documentos e do contexto fático. Caso haja dúvida razoável de existência ou não de vínculo de emprego, o juiz deverá determinar automaticamente audiência trabalhista, na busca da verdade dos fatos.

Importa notar, ainda, que a inclusão da jurisdição voluntária ocorreu como forma de transformar o mero acordo extrajudicial em título executivo judicial, e, feito isto, garantir às partes a segurança jurídica mais célere quanto à impossibilidade relativa de rediscussão da matéria.

Entretanto, não se trata de “processo”, mas de procedimento, assim como não há “partes”, mas “interessados”, embora o texto legal tenha mantido as expressões incorretas. Também não cabe dizer a existência de lide, uma vez que o acordo pressupõe a ausência de pretensão resistida, não se configurando um conflito, em

caráter estrito, mas apenas a desigualdade inerente a uma relação jurídico laboral.

Esboçadas, pois, as nuances que envolvem a jurisdição voluntária em sede de relações jurídicas laborais, é *mister* ressaltar o afastamento do *jus postulandi* no desenvolvimento de tais procedimentos, já que o legislador invocou expressamente a necessidade de os interessados estarem representados por advogados para que a homologação do acordo não resulte em fraude ou simulação processual. Cumpre notar que a ausência do advogado, enquanto critério legalmente exigido, leva à extinção do procedimento, porquanto viola frontalmente a boa fé processual objetiva, havendo a presunção de fraude, a ser apurada em cada caso.

De todo modo, conclui-se que no caso de homologação de acordo, a reforma retirou expressamente o *jus postulandi* dos interessados, obrigando-os a contratar advogado, restando-lhe, apenas, a opção facultativa de socorrer-se ao advogado do sindicato, nos termos do § 2º do art. 855-B da CLT. Todavia, questão bastante particular molda-se na dúvida quanto à obrigatoriedade de o sindicato da categoria prestar a referida assistência e se esta será ou não remunerada.

Ante o exposto acerca dos pontos da reforma que podem refletir no *jus postulandi*, observa-se que a Lei nº 13.467/2017 trouxe em alguns momentos a forte flexibilização da presença do advogado, acentuando a possibilidade de as partes resolverem litígios e questões trabalhistas sem qualquer defesa técnica. Por outro lado, percebe-se que em alguns casos a necessidade de patrocínio advocatício foi expressamente consagrada, como o foi na jurisdição voluntária.

Diante dessa nova realidade, cresce o dever de priorizar a paridade de armas dentro das relações *justrabalistas*, com o fito de se preservar a ordem pública, os princípios da proteção e a hipossuficiência característicos da justiça do trabalho, com fundamento nas diretrizes constitucionais de proteção ao trabalho humano, aliadas à redução do retrocesso e da progressividade social.

Por consequência, mesmo diante da integralidade das inovações introduzidas pela reforma, deve-se primar pela neutralidade entre as partes, mas com a redução dos desequilíbrios sociais, de tal sorte que haja a interpretação social de todos os institutos, inclusive ao *jus postulandi*, como meio de efetiva prestação jurisdicional e acesso à justiça.

4 | DA DISPARIDADE ENTRE AS PARTES NO PROCESSO DO TRABALHO E O *JUS POSTULANDI*

No que tange à possibilidade das partes, ressalta-se que, alguns litigantes possuem vantagens estratégicas sobre outros, o que implica, necessariamente, na ausência da igualdade de armas, já que as partes antagônicas possuem diferenças, as quais afetam a afirmação e reinvidicação dos direitos.

No processo do trabalho nota-se que, os “empresários,” geralmente os

reclamados nas ações trabalhistas, na condição de empregadores, possuem nítida vantagem sobre os empregados ao propor e defender demandas. Os empregadores, em sua maioria, detêm recursos financeiros que lhes conferem maior capacidade de demandar, pois podem arcar com os custos de contratação de defesa técnica que lhes possibilite o conhecimento jurídico básico para, no mínimo, reconhecer quando um direito é exigível.

Assim, embora o *jus postulandi* não esteja facultado apenas aos empregados, verifica-se que, são eles quem mais se utilizam deste princípio, já que, raramente, um empregador postula em juízo desacompanhado de defensor. Ademais, os empregadores podem ser considerados os “litigantes habituais” e, nesta condição, possuem maior experiência na dedução de seus direitos e podem planejar o litígio, desenvolver estratégias de defesa, diluir os riscos da demanda e economizar devido ao volume de ações que participam. (CAPPELLETTI; GARTH, 1988, p. 25).

Diante da disparidade entre as partes no processo do trabalho, o *jus postulandi* atua como mecanismo que aproxima o empregado do judiciário, facilitando-lhe o acesso, uma vez que, a desnecessidade de contratação de um advogado ou, até mesmo, o fato de não ter que recorrer ao auxílio da assistência judiciária gratuita para depois demandar, simplifica as barreiras do acesso à justiça.

Porém, faz-se *mister* refletir sobre a efetividade de tal acesso, que não se limita a levar as lides ao conhecimento do juiz ou o mero ingresso no poder judiciário, mas uma prestação jurisdicional mais célere, eficiente e adequada às necessidades da parte.

Assim, o *jus postulandi* deve ser manipulado no âmbito da justiça do trabalho, de modo a favorecer e não prejudicar quem dele se utiliza. Desse modo, em alguns casos, o fato da parte postular desacompanhada de advogado implica em redução da desigualdade social inerente à relação trabalhista, sobretudo quando a demanda versa sobre questões mais simples e fáceis de serem deduzidas em juízo. Já em outros casos, o exercício do direito de ação sem assistência jurídica técnica pode afetar a pretensão da parte, que a depender da complexidade dos pedidos, não conseguirá formulá-los como deveria.

Por conseguinte, incumbe aos operadores do direito que recebem as partes nos tribunais, informá-las da vantagem ou não quanto uso do *jus postulandi* em suas ações. Tal procedimento modula os impactos do *jus postulandi* para torná-lo realmente eficaz em sua real razão de ser, qual seja, facilitar o acesso ao judiciário. Essa é a forma de aplicação utilizada no Tribunal Regional do Trabalho da 18ª região, o qual conta com o setor de atermção, onde as partes recebem as informações necessárias à propositura de suas ações, inclusive o proveito de se utilizarem o *jus postulandi*, conforme a complexidade da demanda.

Diante do exposto, verifica-se que, uma alternativa mais aliada ao princípio do acesso à justiça para romper os obstáculos da possibilidade das partes e das custas judiciais é a assistência judiciária gratuita. Todavia, é preciso analisar o funcionamento

da assistência judiciária gratuita, implantando para tal, advogados dativos, o que é plenamente possível após a reforma introduzir os honorários sucumbênciais.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante de todas as observações e elucidações, percebe-se que o *jus postulandi* é ineficaz para garantir o acesso efetivo à justiça, pois facultar aos empregados e empregadores reclamarem pessoalmente na Justiça do Trabalho proporciona apenas um acesso formal, não o acesso à ordem jurídica justa.

Ademais, as ações trabalhistas assumiram procedimentos mais complexos e, assim, exigem um conhecimento técnico, ao qual os cidadãos leigos não possuem, já que o conhecimento jurídico indispensável para reconhecer a exigibilidade de um direito ou a forma de propositura de uma ação, não alcança, infelizmente, à todos.

Portanto, o *jus postulandi* deve ser trabalhado pelos operadores do direito, como mecanismo de acesso à justiça, a partir da orientação àqueles que buscam a solução jurisdicional, sobre a adequação de postular desassistido a depender do objeto do litígio ou, se for o caso, buscar a assistência judiciária gratuita, com implementação da advocacia dativa, ante ao fato da reforma ter introduzido os honorários de sucumbência.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Consolidação das Leis do Trabalho, Decreto - Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.** Brasília, DF: Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos, 1943. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/>>. Acesso em: 05 nov. 2017.

BRASIL. **Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: senado, 1988.

CAHALI, Francisco José. **Curso de arbitragem.** 2. ed. São Paulo: Revistas dos Tribunais, 2012.

CAPPELLETTI, Mauro; GARTH, Bryant. **Acesso à Justiça.** Tradução Ellen Gracie Northfleet. Porto Alegre: Fabris, 1988.

CARDOSO, Alenilton da Silva. **A função social do processo civil: estudos e debates acadêmicos sobre o acesso à justiça.** São Paulo: Ixtlan, 2017

CINTRA, Antonio Carlos Araujo; GRINOVER. Ada Pellegrini; DINAMARCO, Cândido Rangel. **Teoria geral do processo.** 26ª ed. São Paulo: Malheiros, 2011.

FELICIANO, Guilherme Guimarães. **Jurisdição voluntária trabalhista.** Ministério Público do Trabalho, 2017. Disponível em: <http://radio.mpt.gov.br/wps/portal/portal_mpt/mpt/ompt/crj/noticias/b10d7904-a572-447e-a9c7-7244266954dd?urile=wcm%3Apath%3A/mpt/o+mpt/crj/noticias/b10d7904-a572-447e-a9c7-7244266954dd>. Acesso em: 05.nov.2017.

LEITE, Carlos Henrique Bezerra. **A reforma trabalhista (Lei 13.467/2017) e a desconstitucionalização do acesso à justiça do trabalho: breves comentários sobre alguns institutos de direito processual do trabalho.** Direito UNIFACS – Debate Virtual, Salvador, n. 208, out. 2017. Disponível em: <<http://www.revistas.unifacs.br/index.php/redu/issue/view/271>>.

Acesso em: 03.mar.2018.

MASSON, Nathalia. **Manual de direito constitucional**. 4. ed. Salvador: JusPODIVM, 2016.

MENEGATTI, Christiano Augusto. **O Jus Postulandi e o Direito Fundamental de Acesso à Justiça**. São Paulo: LTr, 2011.

NASCIMENTO, Amauri Mascaro. **Curso de Direito Processual do Trabalho**. 24ª ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

OLIVEIRA, Clarisse Inês de. **Processo eletrônico e ius postulandi: o verso e o anverso da inovação tecnológica**. Revista eletrônica do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, Curitiba, PR, v. 2, n. 15, p. 63-75, jan./fev. 2013.

REALE, Miguel. **Lições Preliminares de Direito**. São Paulo, Saraiva, 7ª ed. 1991.

STF. (1994). **AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE**: ADIN 1127. Relator(a): Min. Edson Fachin. DJ: 29.06.2001. Disponível em: <<http://stf.jus.br/portal/peticaoInicial/verPeticaoInicial.asp?base=ADIN&s1=1127&processo=1127>>. Acesso em 06.nov.2017.

STF. (1990). **REVISÃO CRIMINAL**: RvC 4886. Relator(a): Min. SEPÚLVEDA PERTENCE. DJ: 02.04.1993. Disponível em: <<http://portal.stf.jus.br:http://stf.jus.br/portal/jurisprudencia/listarJurisprudencia.asp?s1=%28JUS+POSTULANDI%29&base=baseAcordaos&url=http://tinyurl.com/y3g6srje>>. Acesso em 06.nov.2017.

A FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE NOS EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS

Ana Claudia Alcaide

Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia, Curso Superior de Tecnologia em Processos Gerenciais
São Carlos - SP

Vanderlene Moura Silva

Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia, Curso Superior de Tecnologia em Processos Gerenciais

Rita de Cássia Arruda Fajardo

Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia, Curso Superior de Tecnologia em Processos Gerenciais
São Carlos - SP

RESUMO: O presente trabalho teve por objetivo apresentar uma reflexão sobre como os Empreendimentos Econômicos Solidários (EES), enquanto propriedade coletiva, exercem sua função social, segundo o princípio da função social da propriedade, presente na Constituição Federal do Brasil de 1988, que condiciona a legitimidade das atividades empresariais. Para consecução da pesquisa foram apresentadas as principais características desses empreendimentos, no tocante às suas relações internas e externas, relacionadas ao preceito estudado. Para isso, foi realizado estudo utilizando livros, artigos, documentos e trabalhos acadêmicos disponíveis, além

de dados do Sistema de Informações em Economia Solidária (SIES). Como resultado, observou-se que os EES cumprem claramente a sua funcionalidade social, em sua dimensão interna, promovendo, por exemplo, relações baseadas na cooperação e autogestão, e, também oferecendo uma alternativa de trabalho e renda aos excluídos do mercado de trabalho. A cumprem também em sua dimensão externa, promovendo relações de respeito com o meio ambiente, consumidores e concorrência.

PALAVRAS-CHAVE: Empreendimentos Econômicos Solidários. Economia Solidária. Função Social.

ABSTRACT: The present work aims to bring up a reflection on how Solidary Economic Enterprises (Empreendimentos Econômicos Solidários - EES), while collective property, exercise their social function, according to the principle of social function of property, present in the 1988's Federal Constitution of Brazil, that set the legitimacy of business activities. For the research's success were presented the main characteristics of these undertakings, as regards their internal and external relations, related to the studied precept. For that, the study of available books, articles, documents and academic works was done, besides the data of the Sistema de Informações em Economia Solidária (SIES). As result, was observed that the EES clearly fulfill

their social function, in its internal dimension, promoting, for example, cooperation and self-management based relations, as well as offering an alternative of job and income to the excluded from the job market. They also fulfill their external dimension, promoting respectful relations with the environment, consumers and competitors.

KEYWORDS: Solidary Economic Enterprises, Solidary Economy.

1 | INTRODUÇÃO

De acordo com Ferraz (2007), as desigualdades sociais, a degradação ambiental e o desemprego são marcas da sociedade contemporânea, ao mesmo tempo em que a grande concorrência, o individualismo e a busca pelo lucro marcam as relações sociais e econômicas do sistema capitalista atual.

Hoje, no entanto, o princípio da função social, exaustivamente assinalado na Constituição Federal de 1988, como por exemplo, no Art. 5º, inciso XXIII e Art. 170, inciso III, apresenta a ideia de que organizações produtivas (empresas), embora sejam propriedade privada, possuem o dever de promover benefício também à sociedade, com o intuito de reequilibrar as relações sociais desiguais e assim legitimar suas atividades.

Diante disto, as organizações, de um modo geral, têm buscado adaptar-se a um novo papel social. Observa-se o surgimento de novos modelos de organização, mais adequados às novas demandas, para além das relações empresariais tradicionais. Nesse mesmo contexto, na década de 1990, passou a ser difundido o termo Economia Solidária (ES), quando despontaram no Brasil inúmeras atividades econômicas organizadas com base nos princípios de cooperação, autonomia e gestão democrática.

Ocorre que nos Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) a propriedade dos meios de produção é coletiva. Sendo assim, mostra-se inerente ao próprio conceito de ES o exercício de uma funcionalidade em prol da sociedade. Nesse sentido, o presente trabalho teve o objetivo de responder ao seguinte problema: como os Empreendimentos Econômicos Solidários, enquanto propriedade coletiva, exercem sua função social?

1.1 Metodologia

A presente pesquisa possui natureza aplicada ao contexto brasileiro, envolvendo interesses locais (SILVA; MENEZES, 2005). Com relação aos seus objetivos, classifica-se como exploratória e descritiva. Do ponto de vista dos procedimentos técnicos, caracteriza-se como bibliográfica e documental. Sua abordagem é qualitativa.

Para sua realização, foram utilizados livros, artigos, documentos e trabalhos acadêmicos disponíveis na internet e em bibliotecas, relacionados aos temas Função Social Empresarial e Economia Solidária, buscando caracterizar o princípio constitucional estudado, bem como os Empreendimentos Econômicos Solidários,

possibilitando a compreensão do problema. Também foram consultados dados do Sistema de Informações em Economia Solidária.

2 | A FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE PRIVADA E OS EES

Dentre os princípios essenciais para o exercício das atividades empresariais, conforme preconiza a Constituição Federal de 1988, encontra-se o da função social da propriedade (LUZ, 2015).

A Carta Magna brasileira garante a posse da propriedade privada (inciso II, do Art.170.). Para que o proprietário usufrua dos benefícios que esta venha a lhe proporcionar, ela deve cumprir a sua função social (inciso III, do Art. 170), com o propósito de assegurar a todos existência digna (BRASIL, 1988).

Conforme explica Luz (2015), a discussão sobre a atual delimitação da doutrina da função social, passou a ser baseada em uma nova categorização de bens, passando estes a serem analisados de acordo com sua destinação, sejam bens próprios para consumo ou bens de produção.

Assim, quando os bens são para consumo de seus titulares, deverão ser vistos como objetos de propriedade particular e não empregáveis na capitalização de riquezas. Já no que se refere aos bens de produção, que podem ser vistos como fontes de riquezas, à luz da doutrina da função social, o emprego desses bens deve agregar valores e gerar benefícios em prol da sociedade, além do intento de gerar lucros aos seus proprietários (LUZ, 2015).

Dessa forma, por meio do princípio da função social, foram atribuídas às empresas responsabilidades e obrigações perante a sociedade, e não somente junto aos proprietários e acionistas como outrora, para que suas atividades sejam legitimadas. Assim, a doutrina da função social trouxe a relação entre direitos e deveres. O titular do direito à propriedade privada, aplicado também à propriedade da empresa, deve não somente se abster de atitudes negativas, como também proporcionar benefícios de uma forma mais ampla, por meio de suas atividades.

Então, pode-se dizer que cumprir uma função social é atingir uma finalidade útil para a coletividade, e não apenas para as pessoas diretamente envolvidas. Ela determina uma limitação interna, no sentido de que legítimo será o interesse individual quando realizar o direito social, e, não apenas quando não o exercer em prejuízo da coletividade (PEREIRA, 2010, p.62-63).

Nos Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) a propriedade dos meios de produção é coletiva. Assim, observando a definição apresentada acima, mostra-se inerente ao próprio conceito de Economia Solidária (ES) o exercício de uma funcionalidade social.

Luz (2015), explica que o exercício da atividade empresarial, no intento de atender à função social, é dividido em áreas de atuação, que o autor analisa observando as

relações com fatores internos e externos à organização.

Relacionados aos fatores internos observa-se, por exemplo, como se dão as relações trabalhistas e se estas contribuem para a dignidade humana e busca do pleno emprego, além da postura do administrador que deve conduzir as atividades empresariais de forma ética, respeitando o direito dos sócios e da coletividade (LUZ, 2015).

Quando se verificam as relações com os fatores externos à atividade desenvolvida pela empresa, a observação volta-se para a promoção da livre concorrência, de forma que não haja abuso de poder econômico; também, é considerado se a conduta empresarial é exercida de boa fé e respeita às máximas de proteção aos consumidores; e por fim, como se dá a relação com o meio ambiente, que em razão de ser comum a toda a humanidade necessita de proteção especial (LUZ, 2015).

Para efeito deste estudo, foram considerados fatores internos de uma organização, questões relacionadas aos administradores e funcionários, e fatores externos as questões referentes ao meio ambiente, consumidores e concorrência.

É necessário observar que, os EES têm uma característica de propriedade coletiva do empreendimento, o que se reflete em suas práticas e ideais como modelo de organização, tanto em dimensões internas como externas, referentes ao exercício do princípio constitucional estudado, conforme proposto por Luz (2015).

Historicamente, a Economia Solidária surgiu em decorrência do capitalismo industrial, no início do século XIX, em que a propagação do uso das máquinas e a crescente industrialização causaram a escassez de trabalho, e com isso o empobrecimento dos artesãos. Nesse contexto social, os trabalhadores se organizaram em pequenos grupos, buscando alternativas de geração de trabalho e renda baseadas em laços solidários, objetivando o desenvolvimento de todos os membros (GONÇALVES; SOBRINHO, 2011).

Assim, a origem histórica da ES se deu por meio do “cooperativismo revolucionário”, relacionado essencialmente com a crítica operária e socialista ao capitalismo (SINGER, 2002).

No Brasil, o termo Economia Solidária foi cunhado apenas na década de 1990, quando despontaram inúmeras atividades econômicas organizadas com base nos princípios de cooperação, autonomia e gestão democrática. Também foi neste período que os EES ganharam espaço, servindo como instrumento de resposta ao cenário de desemprego e exclusão social presente no país, assumindo em geral a forma de cooperativa ou associação produtiva, sob diferentes modalidades autogestionárias (SINGER, 2002).

De acordo com Gaiger (2009), a presença dos empreendimentos solidários tem se verificado em setores da produção, prestação de serviços, comercialização e crédito. Essas organizações produtivas adotam arranjos coletivos na posse dos meios de produção, no processo de trabalho e na gestão, em proporção variável, minimizando, ou mesmo eliminando de seus quadros, as relações assalariadas.

Para melhor compreensão da função social dos EES , são apresentadas a seguir como acontecem as relações concernentes aos aspectos internos e externos relacionados ao preceito supracitado.

2.2 Relações internas: administradores e funcionários

Há duas questões imprescindíveis a serem abordadas em relação aos funcionários e administradores dos Empreendimentos Econômicos Solidários. A primeira questão se refere à forma organizativa destes, que praticam autogestão e, portanto, são formados por sócios-proprietários, eliminando a relação hierárquica administrador-funcionários. A outra, refere-se ao fato de serem uma alternativa para reinserção de desempregados e excluídos sociais à produção econômica.

Como explica Singer (2002), o maior diferencial das empresas solidárias trata da forma democrática com que são administradas. Os EES praticam autogestão, que pode ser definida como a

gestão que consiste na autonomia da coletividade dos membros da empresa de decidir sobre os destinos, os processos e os resultados do trabalho. Suas ideias gerais são: fim do assalariamento; organização do trabalho com base na gestão democrática; eliminação da hierarquia; decisões tomadas por democracia direta. (NÚCLEO DE GESTÃO; BARBIERI; RUFINO, 2007, p. 17)

Para Singer (2002, p.21) “a autogestão tem como mérito principal não a eficiência econômica (necessária em si), mas o desenvolvimento humano que proporciona aos praticantes” e ainda, “participar das discussões e decisões do coletivo, ao qual se está associado, educa e conscientiza, tornando a pessoa mais realizada, autoconfiante e segura”.

Para que a autogestão se realize de fato, é necessário que todos os sócios se informem a respeito do que acontece no empreendimento e das alternativas disponíveis para as ações administrativas. Assim, sua prática exige um esforço adicional dos trabalhadores, pois, além de cumprir as tarefas inerentes a seu trabalho, cada trabalhador deve se preocupar com os problemas gerais da gestão do empreendimento solidário (SINGER, 2002).

Justamente por todos estarem informados do que acontece, possibilita-se a cooperação inteligente entre os sócios, que sabem o que está em jogo, e não veem necessidade de competição para saber quem é o melhor (SINGER, 2002). Dessa forma, o caráter participativo e autogestionário dos empreendimentos é que sustenta o empenho dos trabalhadores, que além do mais são detentores do capital.

Outra questão fundamental nos EES é o oferecimento de uma alternativa de emprego e renda para os desempregados, excluídos sociais ou ameaçados de o serem. Conforme exposto anteriormente, justamente a escassez de trabalho é que propiciou o surgimento das primeiras cooperativas de Economia Solidária. De acordo com Morais (2010), no Brasil, o cenário de desemprego acentuado a partir da década

de 1980, abriu espaço para o ressurgimento das práticas de ES.

Singer (2002), elucida igualmente essa questão, afirmando que grande parte dos trabalhadores busca nos EES um meio de se reinserir à produção social e escapar da pobreza. Essa afirmação se sustenta com os dados do segundo Mapeamento Nacional de Empreendimentos Econômicos Solidários do Sistema de Informações em Economia Solidária. Dos 19.708 EES registrados, 9.106 deles (46,2% do total), citaram a 'alternativa ao desemprego', como razão pela qual o empreendimento foi criado (SIES, 2013).

Desse modo, observa-se que estas organizações apresentam uma função social clara em benefício de seus membros, que são sócios-proprietários e trabalhadores, substituindo a figura de administradores e funcionários de uma empresa tradicional. Além disso, tratam de uma importante alternativa de trabalho, pautada no interesse compartilhado e na cooperação inteligente, possibilitando o desenvolvimento de todos por igual.

2.3 Relações externas: meio ambiente, consumidores e concorrência

Morais (2010, p. 67) explica que “[...] é possível incorporar, entre as principais características da Economia Solidária, a questão ambiental e a sustentabilidade como partes inerentes de suas propostas e de seu modelo de desenvolvimento”. Por meio da autogestão, cooperação e da relação com a sociedade, seja local, regional ou nacional, é possível fomentar práticas autossustentáveis, que levem adiante a produção de bens e serviços com responsabilidade socioambiental.

Os valores da Economia Solidária podem contribuir também com a reflexão de se repensar o padrão de produção e consumo brasileiro, possibilitando uma mudança na atitude consumista, por meio do comércio justo e solidário. Assim, a relação com os consumidores e com o meio ambiente se entrelaçam na proposta dos EES (MORAIS, 2010). Para Cotera e Ortiz (2009, p. 60) “pode-se definir o comércio justo como a relação de troca econômica e ética entre produtores responsáveis e consumidores éticos, orientados ao desenvolvimento humano integral solidário. Em sua base, está o trabalho por uma economia justa e solidária.”

Deste conceito deriva o comércio justo e solidário, enquanto prática comercial diferenciada pautada nos valores de justiça social e da solidariedade realizada por Empreendimentos Econômicos Solidários (SENAES/MTE, 2013).

Os EES não devem ser analisados apenas como estratégia de comercialização, mas também como meio para a promoção da produção local permanente e sustentável, para a geração de trabalho, para a mobilização de valores ético-culturais, para estabelecer equidade entre homens e mulheres e entre gerações, bem como para promover desenvolvimento a partir do espaço local. “O poder transformador do comércio justo permite estabelecerem-se outros tipos de relações entre produtores e consumidores, baseados na equidade, na cooperação, na confiança e no interesse

compartilhado” (COTERA; ORTIZ, 2009, p. 63).

Esse desenvolvimento possibilita melhores condições em todos os níveis do processo, “preço justo para os produtores, educação para os consumidores e desenvolvimento humano para todos e todas, respeitando os direitos humanos e o meio ambiente de forma integral” (COTERA; ORTIZ, 2009, p. 60).

A comercialização justa também visa educar os consumidores para um consumo solidário, que não apenas objetiva o próprio bem-estar, mas também o bem coletivo, preocupando-se com o trabalhador que produziu o produto ou serviço, bem como com a preservação ambiental. Trata-se assim, do consumo que dá preferência aos produtos provenientes de empreendimentos solidários em detrimento dos produtos de empresas tradicionais que exploram os trabalhadores e degradam o meio ambiente (MANCIE, 2002).

O consumo solidário possibilita que os EES vendam toda a sua produção, o que aumenta as possibilidades de reinvestimento coletivo dos excedentes alcançados na implantação de outros empreendimentos, criando-se assim novos postos de trabalho e possibilitando a produção de novos produtos ainda não comercializados. Isso acaba por assegurar maior variedade e qualidade no oferecimento de bens e serviços aos consumidores, bem como uma maior distribuição de renda devido ao aumento de pessoas no processo produtivo, o que por sua vez propicia um aumento na demanda por produtos finais, preservando-se assim o equilíbrio dos ecossistemas (MANCIE, 2002).

Assim, com a integração entre consumidores e produtores de forma colaborativa, por meio da criação de redes de comercialização solidária, apresenta-se uma forma de se produzir e consumir capaz de promover desenvolvimento econômico, ambientalmente sustentável e socialmente justo, contrapondo as relações comerciais e a concorrência tradicionais.

Sobre o aspecto concorrencial, Gaiger (1999) explica que as micro e pequenas empresas dividem com os EES as mesmas fatias de mercado, além de apresentarem estruturas produtivas semelhantes, com modesto padrão tecnológico, poucos recursos para sua reconversão, subordinação a empresas maiores e outros agentes econômicos, atuação em pequena escala, etc. No entanto, se diferenciam dos EES por serem negócios por conta própria, com mão de obra assalariada ou de cunho familiar, em condições muitas vezes precárias.

Sendo assim, a forma organizativa é um diferencial competitivo dos empreendimentos solidários. Segundo Gaiger (1999, p. 5), “a cooperação no trabalho, portanto, seria a alavanca que torna os EES superiores ao trabalho artesanal e individualizado dos pequenos produtores autônomos, bem como mais produtivos do que as empresas convencionais de mesmo porte”.

Para além dos benefícios da autogestão, a construção de redes solidárias, compostas por estes empreendimentos, sejam da mesma cadeia produtiva, ou não, representam outra forma de diferencial competitivo no mercado.

Nos EES o trabalho desempenha um papel central, como fator produtivo preponderante. O trabalho solidário estabelece eficiência com efeitos diferenciais em relação às formas de organização produtiva convencionais, garantindo, dessa forma, vantagens, frente aos concorrentes (GAIGER, 1999).

Em síntese, os Empreendimentos de Economia Solidária promovem relações justas, transparentes e duradouras entre produtores e consumidores por meio do comércio justo e solidário. As trocas econômicas baseiam-se na solidariedade com vistas a um desenvolvimento que garanta também a preservação ambiental. Contrapõem-se, assim, às relações comerciais e à concorrência tradicional, possibilitando um desenvolvimento integral.

3 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em um contexto de desequilíbrios ambientais e gritante desigualdade social, a Constituição Federal do Brasil de 1988 instituiu como um dos princípios básicos para o exercício da atividade econômica a função social da propriedade privada, do qual deriva a função social das empresas, condicionante da legitimidade de suas atividades.

Merece destaque a ponderação de que o exercício da funcionalidade social é intrínseco ao conceito de Economia Solidária. Assim, o presente trabalho apresentou uma reflexão sobre como os EES exercem o preceito constitucional estudado. Para isso, foi utilizada a análise de fatores internos e externos das organizações produtivas, propostos por Luz (2015).

Considerando-se que os Empreendimentos Econômicos Solidários têm como característica fundamental a propriedade coletiva dos meios de produção e a autogestão do negócio, observou-se que estas organizações apresentam uma função social clara em benefício de seus membros e da sociedade como um todo, ao pautar-se na cooperação e solidariedade como “esteio para sua eficiência e viabilidade” (GAIGER, 2009, p.181). Além disso, representam uma importante alternativa de trabalho e renda e um meio de reinserção de pessoas em situação de vulnerabilidade social ou excluídas, no mercado de trabalho.

Também faz parte de sua concepção a preocupação com as questões ambientais e a sustentabilidade. Esses empreendimentos primam pela adoção de práticas autossustentáveis, que levam adiante a produção de bens e serviços com responsabilidade socioambiental.

Os EES buscam a prática da comercialização justa e solidária, promovendo relações transparentes e duradouras entre produtores e consumidores, estimulando o consumo solidário.

Em relação à concorrência, sua forma organizativa e a cooperação entre os membros e demais empreendimentos (redes) tratam de um importante diferencial competitivo no mercado.

A reflexão realizada sobre a relevância social das organizações solidárias permitiu concluir que estas cumprem claramente o princípio estudado.

A presente pesquisa não teve a pretensão de ser conclusiva a respeito do tema, mas apresentar uma reflexão teórica acerca da função social nos EES e, considera-se que este objetivo foi atingido, observando-se que houve uma limitação de tempo para sua consecução. Esta limitação tornou inviável o estudo de como se dão essas relações na prática cotidiana desses empreendimentos. Dessa forma, fica a sugestão para continuidade da pesquisa em futuros trabalhos, por meio de estudos de caso, o que possibilitará resultados práticos a partir da teoria apresentada.

Por fim, observa-se que a literatura a respeito do tema função social da propriedade é, majoritariamente, voltada para a área de direito empresarial. Não foram encontrados estudos relevantes na área de gestão que apresentem uma reflexão de como o princípio supracitado é exercido na prática dos EES, verificando-se a existência de uma lacuna teórica e prática. Nesse sentido, novos estudos poderão contribuir grandemente para uma melhor compreensão de como os Empreendimentos de Economia Solidária exercem a função social da propriedade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/atividade/const/con1988/con1988_12.07.2016/ind.asp>. Acesso em: 16 ago. 2016.

COTERA, A.; ORTIZ, H. Comércio justo. In: CATTANI, A. D. *et al.* **Dicionário Internacional da Outra Economia**. São Paulo: Almedina, 2009. p. 60- 67.

FERRAZ, A. C. S. L. **A Responsabilidade Social como estratégia empresarial de desenvolvimento**. 2007. 187 f. Dissertação (Mestrado em Direito) - Programa de Mestrado em Direito, Universidade de Marília, Marília. 2007.

GAIGER, L. I. Empreendimento econômico solidário. In: CATTANI, A. D. *et al.* **Dicionário Internacional da Outra Economia**. São Paulo: Almedina, 2009. p. 181- 187

_____. O trabalho ao centro da economia popular solidária. **Encontro anual da ANPOCS: Caxambú**, v. 23, 1999.

GONÇALVES, T.J.T; SOBRINHO, A. P. de M. Economia Solidária: um caminho para a geração de renda e inclusão social. **Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia**, Maringá, v. 3, n. 2, p. 100-124, 2011.

LUZ, P. de A. F. da. **Empresa e função social: aspectos em prol da dignidade humana**. Curitiba: Appris, 2015.

MANCE, E. A. **Consumo Solidário**. Curitiba: Instituto de Filosofia da Libertação, 2002.

MORAIS, L. P. Empreendimentos econômicos solidários no meio urbano e a agenda ambiental: possibilidades e entraves no Brasil atual. In: **Mercado de Trabalho**, fev. 2010. Rio de Janeiro: IPEA, 2010.

NÚCLEO DE GESTÃO; BARBIERI, L; RUFINO, S. A gestão da autogestão nas cooperativas. In: _____ *et al.* **A gestão da autogestão na economia solidária**: contribuições iniciais. Porto Alegre: Calábria, 2007. p. 17-24.

PEREIRA, H. V. **A função social da empresa**. 2010. 121 f. Dissertação (Mestrado em Direito) - Curso de Direito, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte. 2010.

SENAES/MTE. POLÍTICA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. **Termo de Referência**: apoio ao Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário por meio do reconhecimento de práticas de comércio justo e solidário. v. 5. Brasília, 2013.

SIES- SISTEMA DE INFORMAÇÕES EM ECONOMIA SOLIDÁRIA. **Atlas Digital da Economia Solidária**. Disponível em:< <http://sies.ecosol.org.br/atlas>>. Acesso em: 11 set. 2016.

SILVA, E. L. da; MENEZES, E. M. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 4. ed. Florianópolis: UFSC, 2005. 138 p. Disponível em: <www.posarq.ufsc.br/download/metPesq.pdf>. Acesso em: 16 mar. 2016.

SINGER, P. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

AS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS ENQUANTO CATEGORIA DO ESTADO NEOLIBERAL REFORMISTA NO BRASIL: UMA ESTRUTURA DE PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO?

Fernanda Barcellos Mathiasi

Universidade Autonoma de Sinaloa, Faculdade de Ciencias Economicas e Sociais e Universidade Federal de Juiz de Fora

RESUMO: Este artigo científico analisará a categoria social “trabalho” no espaço das Entidades Privadas, reconhecidas como Organizações Sociais (OSS), desde 1998, da vigência da lei até 2018. A investigação deslinda o conceito “trabalho”, características e atributos (trabalhos “bons”, “ruins” e precário); posteriormente, ingressando no conceito jurídico de Organizações Sociais (OSS) enquanto resultado de um longo processo de profundas mudanças no capitalismo, em que diante dos limites de suas forças produtivas e de suas contradições estruturais, procura conquistar, influenciar e regular determinados setores de histórica responsabilidade do Estado, direcionados à promoção do Estado de Bem-Estar Social, a fim de dominá-los e explorá-los economicamente. A discussão avança com a chegada das OSS no Brasil a partir do governo FHC no ano de 1995 por uma agenda reformista de caráter neoliberal denominado Plano Diretor de Reforma do Estado Brasileiro, em que anos depois a Lei 9.637 /1998 garantiria o surgimento das primeiras OSS e o início das atividades de prestação de serviços nos

setores da saúde, educação, cultura, meio ambiente, desenvolvimento tecnológico e pesquisa científica. Com este trabalho se busca responder se, a transferência da gestão pública para o setor privado, melhorou as condições dos trabalhadores? São as Organizações Sociais (OSS) geradoras de precarização do trabalho? Diante da problemática exposta, o objetivo-se debater, por uma análise bibliográfica-documental, as condições objetivas do mercado de trabalho e as características do trabalho no setor das OSS, para identificar se, são ou não, um fator de precarização do trabalho, nesse novo arranjo estrutural no Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: Organizações Sociais. Neoliberalismo. Mercado de Trabalho. Trabalho precário. Precarização do Trabalho.

ABSTRACT: This scientific article will analyze the social category “work” in the Private Entities space, recognized as Social Organizations (OSS), since 1998, of the validity of the law until 2018. The investigation delimits the concept of “work”, characteristics and attributes “,” Bad “and precarious); (OSS) as a result of a long process of profound changes in capitalism, in which, in the face of the limits of its productive forces and its structural contradictions, it seeks to conquer, influence and regulate certain sectors of historical responsibility of the State, aimed at promoting the Welfare State in order

to dominate and exploit them economically. The discussion advances with the arrival of OSS in Brazil from the FHC government in 1995 by a reformist agenda of a neo-liberal character called the Master Plan of Reform of the Brazilian State, in which years later Law 9.637 / 1998 would guarantee the emergence of the first OSS and the beginning of service activities in the sectors of health, education, culture, environment, technological development and scientific research. This paper seeks to answer if the transfer of public management to the private sector has improved the conditions of the workers? Are Social Organizations (OSS) generating labor precariousness? In view of the exposed problem, the objective is to discuss, through a bibliographic-documentary analysis, the objective conditions of the labor market and the characteristics of the work in the OSS sector, to identify whether or not they are a factor of precariousness of work, in this new structural arrangement in Brazil.

KEYWORDS: Social Organizations. Neoliberalism. Job market. Precarious work. Precarization of Work.

1 | INTRODUÇÃO

O presente ensaio visa investigar o *Mercado de Trabalho* a categoria social *Trabalho*, meio pelo o qual, através da idéias, o homem objetiva em utensílios e serviços, bens materiais necessários à existência, assim como o acúmulo deles, gerando a riqueza social (MARX, 2013), acrescentando valor de uso a bens e serviços (TILLY, 1998), exposto aqui, enquanto categoria sócio jurídica, situado no atual contexto histórico nacional, em que, observa-se, a princípio, o avanço do discurso que projeta sua “flexibilização”, materializando-se objetivamente, ampliando e amplificando a denominada “*Descentralização do Estado*”, que surge com a promessa de eficiência estatal, melhoria das competências institucionais e incremento das capacidades produtivas nacional (SANTOS, 1989). Porém, o que se observa, e, o que se procura descortinar no presente texto (ABRAMS, 1971), é a conformação de uma edificação institucional que acarreta a reprodução da diminuição do *Estado de Bem Estar social*, enquanto signo garantidor dos direitos sociais, civis e políticos aos indivíduos, independente dos interesses e arranjos do Mercado (COMIN, 2015).

Neste contexto o Mercado de Trabalho configura-se como o campo de combate (e fronteira) por onde os discursos, legislações e políticas públicas se inserem, ocasionando em paradigmas institucionais, disputas políticas-econômicas e conflitos sociais relacionados as novas configurações das condições do trabalho, dos direitos laborais, das representações sociais do trabalhador e suas funções, bem como, do seu poder simbólico (CAMPOS, 2013).

O objetivo primário é conceituar e delimitar elementos como: 1) O *Trabalho*, enquanto ação humana produtora de bens e serviços necessários à existência ou relevantes para feitura de novos utensílios (MARX, 2013), aumentando o valor de uso

desses bens e serviços (TILLY, 1998); 2) Expor enquanto categoria social, avaliado por um viés qualitativo, para situar o que seria “trabalho bom” e “trabalho ruim” (KALLENBERG, 2011), 3) O *Trabalho Precário* caracterizado como sendo fruto de uma categoria de trabalho que incorpora riscos e inseguranças, transmitidos ao Trabalho e ao trabalhador via legitimação institucional de “novas” e “necessárias” formas de configurações do Mercado de Trabalho.

O problema da pesquisa se delinea da seguinte maneira: a transferência da gestão pública para o setor privado, melhorou as condições dos trabalhadores? São as Organizações Sociais (OSS) geradoras de precarização do trabalho?

Para desenvolver o tema houve a escolha de estudar o *Trabalho* delimitando o espaço dentro de entidades descentralizadas do Estado. Ou seja, as condições de trabalho em entidades privadas sem fins lucrativos, entidades filantrópicas, que podem ser reconhecidas como Organizações Sociais (OSs).

As OSS são uma das categorias presentes em um conjunto de Políticas Públicas denominado Plano Diretor de Reforma do Estado Brasileiro pensado pelo governo FHC no ano de 1995 (BRASIL, 1997). O debate das Organizações Sociais ganhou a arena política a partir da publicação da chamada Lei das Organizações Sociais (Lei 9.637/98), criada no Governo Fernando Henrique Cardoso em 1998 (BRASIL, 1998) sob uma política, econômica e social de influência neoliberal, que tinha como discurso a descentralização e a desburocratização do Estado, visando a melhoria e eficiência dos órgãos públicos, com a finalidade de transferir a gestão destes órgãos públicos para entidades privadas, sem fins lucrativos, como fundações e associações para gerenciá-los, obtendo como contraprestação o repasse financeiro do Estado (GUASQUE, 2008), ou seja, a entidade estatal — Município, Estado, - transfere a autonomia e prerrogativas da gestão que tem em relação aos órgãos públicos na área da saúde, educação, pesquisa científica, desenvolvimento tecnológico, meio ambiente e cultura a uma pessoa jurídica de direito privado, fundação ou associação, sem fins lucrativos, por meio da Lei das Organizações Sociais, e assim se exime de realizar concursos público para contratação de funcionários (GUASQUE, 2008).

O tema da pesquisa é atual, pois desde a publicação da Lei das Organizações Sociais em 1998, houve um aumento no número de entidade do Terceiro Setor criadas para contratar com o setor público no regime de OSS, com a finalidade de gerenciar o setor público. Paralelo com o aumento do número de OSS criadas, surgem os resultados desta política, que agora fazem 20 anos. Há várias denúncias envolvendo descumprimento de leis trabalhistas, terceirizações irregulares, o não pagamento de benefícios trabalhistas, a incorporação do servidor público pela entidade privada sem a correspondente incorporação dos benefícios salariais, entre outras denúncias. Acrescido a isso, há a questão das denúncias de corrupção que envolvem as OSS, tendo em vista a previsão legal da desnecessidade de licitação para contratar com o poder público.

O propósito da pesquisa é apresentar e identificar contribuições possíveis na área

do trabalho, colaborando para proteção do trabalhador, no cumprimento de garantias de normas trabalhistas e talvez algum tipo de inovação com relação a leis de proteção ao trabalhador.

2 | COMO COMPREENDER A CATEGORIA SOCIAL “TRABALHO”

O palavra “Trabalho” tem origem do latim na palavra “tripalium”, “tri” que faz referência a três e “palium” que significa madeira. Este é um instrumento de tortura utilizado na Europa e por isso o trabalho adquiriu essa acepção, de praticar uma atividade dolorosa, aquilo que é muito sofrido, uma tortura. Depois do latim, o termo passou para o francês como *travailler*, com significado de “sentir dor”; “sofrer”. Com o tempo, a palavra passou a significar “fazer uma atividade exaustiva” ou “fazer uma atividade difícil, dura”. Somente no século XIV começou a ter o sentido que hoje lhe atribuímos de “aplicação das forças e habilidades humanas para alcançar um determinado fim”.

O trabalho foi tratado em Marx (1998) como sendo uma das maneiras do ser humano se diferenciar no mundo animal, com o fim de adquirir a dignidade humana, a felicidade, sendo um meio de desenvolver o ser social. Ou seja, o ser humano se insere no mundo através do que é e representa dentro do corpo social, dentro da convivência com o outro e o “status quo” que recebe pelas funções que realiza. Mas se por um lado temos o trabalho como agente do desenvolvimento individual, propulsor da dignidade humana, da realização dos projetos individuais, perspectivas de futuro, em contrapartida a precarização trabalho no capitalismo moderno está deformando-o, visto que se transformou em mercadoria de troca, alienado, fetichizado, antes como finalidade central do ser social transforma-se num meio de subsistência, com objetivo de valorizar o capital (ANTUNES e BRAGA, 2009).

A questão da precarização da mão-de-obra, na exploração do empregado, por meio precarização do trabalho, com a retirada ou descumprimento de direitos trabalhistas, práticas de assédio moral, insegurança no mercado de trabalho, demissões e acidentes de trabalho frequentes, constituem um problema não apenas para os trabalhadores que estão sofrendo a privação do trabalho digno, mas a toda a sociedade que observa a degradação da força de trabalho, da mão-de-obra, o que muitas vezes impulsiona o trabalho a qualquer custo e não como propulsor da integridade do indivíduo. A configuração da precarização do trabalho retira o caráter da função social da empresa, o bem-estar social e os direitos de segunda geração dos direitos humanos (MOURA, 1999).

O trabalho então é o meio que o homem objetiva o seu espírito no mundo e materializa em objetos suas inquietações, idéias e sentimentos, transformando-os em bens materiais necessários à própria existência, assim como o acúmulo deles, gerando a riqueza social (MARX, 2013).

Para o sociólogo Claus Offe (1989), apesar da variabilidade do trabalho ser cada vez maior, e, as formas de trabalho serem expressas de maneiras cada vez mais heterogêneas no mundo fático, há uma ideia central do que seja o conceito de trabalho, um núcleo mínimo, que pode ser definido como,

O fato de uma pessoa “trabalhar”, no sentido formal de estar “empregada”, tem sido aplicado a um segmento sempre crescente da população. Não obstante, este fato tem cada vez menor relevância para o conteúdo da atividade social, a percepção de interesses, o estilo de vida etc.(...) Apesar desta diferenciação e da diversidade da realidade social, a suposição de sua unidade e coerência internas é normalmente adotada por referência a cinco argumentos sociológicos: (a) o critério comum da dependência da força de trabalho em relação ao salário; (b) a subordinação desta força de trabalho ao controle organizado da administração; (c) o persistente risco de interrupções na capacidade dos trabalhadores de ganhar dinheiro, em virtude de fatores subjetivos (doença, acidentes) ou objetivos, como mudanças técnicas e econômicas; (d) a homogeneização indireta do trabalho, que resulta da presença e do monopólio da representação exercidos por grandes sindicatos (Heinze, 1980); (e) o orgulho coletivo dos produtores, uma consciência que expressa reflexivamente a teoria do valor-trabalho (nas palavras da Crítica ao programa de Gotha) como “a fonte de toda a riqueza e de toda a cultura”. (Offe, 1989, p. 4)

Então, como pode ser definida a categoria trabalho?

A categoria trabalho pode ser delimitada, utilizando como referencial teórico da pesquisa Tilly (1998) como uma atividade ou esforço humano, físico ou intelectual, que exige uma contraprestação pecuniária e que acrescenta valor a bens e serviços.

Trabalho inclui qualquer esforço humano que acrescenta valor a bens e serviços (...) De modo mais preciso, nem todo esforço se qualifica como trabalho; atos puramente destrutivos, expressivos ou consumativos ficam fora deste limite; na medida que eles reduzem o valor de uso transferível, nós podemos pensar neles como antitrabalho. Na medida que o esforço acrescenta valor a bens e serviços que estão disponíveis, ao menos a princípio, para outros, nós consideramos o esforço do trabalho. (CHARLES E CHRIS TILLY, 1998, p. 22 e 23)

Desta maneira, os elementos fundamentais à categoria trabalho são: ser uma atividade ou esforço físico ou mental e que acrescenta valor de uso a um bem ou serviço produzido pelo indivíduo.

Para Kallenberg (2011) desde os anos 70 nos EUA que todas as profissões sofrem com alguns fatores de precarização do trabalho, mas de uma maneira geral, há profissões e postos de trabalho que são vistas como boas e outras ruins. Algumas características interessantes são sustentadas por Kallenberg (2011). Enquanto funcionários superiores hierarquicamente tiveram uma redução salarial com relação aos funcionários de nível mais baixo, estes últimos tiveram um fator de insegurança no trabalho, logo, uma menor satisfação no trabalho (KALLENBERG, 2011). “Bons” trabalhos geralmente são identificados por altos salários, pela capacitação cada vez maior do funcionário, menos horas de trabalho; não tem a força física como relevante, a capacidade intelectual é mais característico e tem o fator hierárquico preponderante

(KALLENBERG, 2011). Esses benefícios do “bom” trabalho geram inclusive o reconhecimento social e o “estatus”. Trabalho considerados ruins são caracterizados pela força física, muitas horas de trabalho, pouca formação intelectual e capacitação para a função, são os postos mais baixos hierarquicamente (KALLENBERG, 2011). Não tem reconhecimento social nem geram “status quo”.

2.1 O que é Trabalho Precário?

A questão do trabalho precário enquanto desgastante, degradante da individualidade do ser humano não é uma novidade na história da humanidade. Entretanto, nesta pesquisa, o objeto do trabalho centra-se no período histórico da modernidade industrial, no pós-revolução industrial.

O termo “precariedade”, “trabalho precário” entre outros sinônimos têm sido utilizados para qualificar as transformações que o “mundo do trabalho” vem sofrendo, em toda a legislação mundial e também no Brasil, com um retraimento do Estado e avanço de políticas e agendas do mercado (STANDING, 2014).

Por isso, estão surgindo alguns teóricos para tratar de uma parcela da população que estão trabalhando, ou não, mais como piores garantias de emprego, com legislações trabalhistas e previdenciárias que não lhes dão estabilidade. Apesar da diversidade das teorias, as quais um pouco será apresentada aqui, visa-se a uma conceituação do termo de maneira analítica utilizando os autores Arne Kallenberg (2009) e Erik Olin Wrigth (2015).

O trabalho precário passa a se tornar uma preocupação a partir dos anos 70, segundo o sociólogo Arne Kalleberg (2009). Para o autor, o trabalho precário é aquele,

(...)incerto, imprevisível, e no qual os riscos empregatícios são assumidos principalmente pelo trabalhador, e não pelos empregadores ou pelo governo. (2009, p. 21)

As características do trabalho precário geram insegurança para os trabalhadores, o que é um problema na concepção subjetiva, ou seja, para as relações interpessoais, sejam elas no aspecto familiar, ou mesmo nas relações entre os próprios trabalhadores que não são mais de amizade e de afinidade sim de competição, e, além disso, a relação objetiva, a instabilidade da relação de emprego politicamente estabelecida.

O também sociólogo e professor Ruy Braga (2012) entende os trabalhadores que estão submetidos a condições precárias de trabalho como os chamados “precarizados”.

A necessidade de definir os limites gerais do precariado nos obriga também a diferenciá-los dos setores profissionais, ou seja, aqueles grupos mais qualificados, mais remunerados e, por isso mesmo, tendencialmente mais estáveis, da classe trabalhadora. Em suma, identificamos o precariado com a fração mais mal paga e explorada do proletariado urbano e dos trabalhadores agrícolas (BRAGA, 2012, p. 19).

É importante pontuar, que apesar da legislação nacional, em muitos casos

prever direitos e garantias aos trabalhadores, é notório que para algumas parcelas da população, e principalmente no pós anos 70 e 80, com as ideias neoliberais trazendo a flexibilização das normas trabalhistas, só conseguiram se inserir no mercado de trabalho, por meio do trabalho precário, ou seja, sem assinatura da carteira de trabalho, com salários abaixo daqueles pagos no mercado, sem ter o FGTS e INSS pagos, entre outros exemplos de precarização do trabalho.

Para Arne (2009) o crescimento do trabalho precário no mundo é decorrente da globalização, interdependência econômica e da expansão do neoliberalismo. No Brasil o trabalho precário vai surgir com o aumento das privatizações, a desregulamentação do mercado, o avanço do neoliberalismo no início dos anos 1990 (KALLEBERG,2009).

Segundo elucida Kalleberg (2009), a OIT, Organização Internacional do Trabalho, diferencia sete qualidades de precariedades do trabalho, ou seja, há características que tipificam um trabalho como precário. Antes, cabe ressaltar, que o autor identificar a similaridade entre precariedade e insegurança, como sinônimos. São assim definidas as sete características:

- 1)insegurança do mercado de trabalho (falta de oportunidade de emprego);
- 2)insegurança do trabalho (proteção inadequada contra a perda de emprego ou despedida arbitrária)
- 3)insegurança de emprego (inabilidade de continuar em uma ocupação particular devido à falta de delimitações de ofício e qualificações de trabalho)
- 4)insegurança de segurança e saúde (condições precárias de segurança ocupacional e saúde)
- 5)insegurança de reprodução de experiência (falta de acesso à educação básica e treinamento vocacional)
- 6)insegurança de renda (nível inadequado de renda; nenhuma garantia de recebimento ou expectativa de um nível adequado de renda atual e futura).
- 7)insegurança de representação (falta de direitos individuais em leis e de direitos coletivos para negociar)” (KALLENBERG, 2009, p. 25)

Destes indicadores de insegurança do trabalho ou de precariedade, a OIT criou índices de segurança econômicos para medir a segurança/precariedade no emprego em diversos países.

Assim, pretendeu-se categorizar o trabalho precário, para, ante as características apresentadas e indicadores expostos, aferir se há condições precárias de trabalho para os funcionários de Organizações Sociais nos setores da saúde.

2.2 O que é Organização Social?

As Organizações Sociais surgem no Brasil dentro de um contexto de crise financeira nacional e internacional que vinham desde a década de 1970 com a renovação das idéias liberais agora renomadas de neoliberais fortalecidas na concepção de diminuição do Estado de Bem Estar-social, flexibilização das garantias trabalhistas, diminuição da seguridade social, menor intervenção estatal na economia. (MACIEL *et all*, 2014).

Segundo Boaventura de Souza Santos (1990) foi no final da década setenta que houve um fato histórico crucial para a legitimação do discurso da diminuição do Estado de Bem-estar Social, que foi a crise econômica. Foi fato necessário para a evasão, ainda que sutil do Estado, da desfalecência de direitos trabalhistas e da seguridade sociais, além da desresponsabilização da empresa, com menor regulação e fiscalização do Estado.

No Brasil a proposta de reforma do Estado foi na década de 1990, principalmente com os governos de Fernando Collor de Mello e Fernando Henrique Cardoso. No governo Fernando Henrique Cardoso foi criado o MARE - Ministério da Administração e Reforma do Estado – tinha como objetivo a reforma do estado brasileiro. Em 1995, foi encaminhado ao Congresso Nacional o Plano Diretor da Reforma, pensado por Bresser Pereira, Ministro do MARE e por toda a equipe técnica a época, que tinha como finalidade desenvolver um Estado gerencial reformulando a administração pública, visando a uma maior eficiência. (FERNANDES et all, 2014).

O objetivo precípua da reforma do Estado era a retirada do Estado de alguns setores, para que pudesse recuperar a poupança pública, ou seja, o Estado deixaria de ser o propulsor de políticas sociais para poder se reerguer economicamente (BRASIL, 1995). Cabe, ressaltar que esta é uma política pública de escolha do governo, de omissão de ações em um setor, imaginando que possa se desenvolver em outro.

A Era FHC trouxe uma ampla agenda reformista, que guardava projetos de políticas públicas denominado Plano de Reforma do Estado, inserido no MARE, e dentro destas várias políticas públicas que objetivava esse plano, foi publicada a Lei 9637/98, Lei das Organizações Sociais, que exercem serviços públicos de prerrogativa Estatal, por meio de um contrato de gestão. Há repasse financeiro público desta parceria, sem prévia licitação podendo inclusive, utilizar bens públicos e cessão de servidores públicos (GUASQUE, 2008).

O período de crise econômica dos anos 1990 foi um dos indicadores importantes para abertura de um novo discurso de menor intervenção do Estado na economia, de melhorar a eficiência e capacidade estatal através de um novo modelo de gestão (Brasil, 1995)

Assim, ante este breve contexto histórico, da-se inicio ao Plano de Reforma do Estado Brasileiro e, logo, a implementação da Organizações Sociais (OSS).

Organização Social – OSS - (artigo 1º da Lei 9637-lei das O.S.) é uma qualificação dada pelo Poder Executivo a pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, que atuam na área de educação, pesquisa científica, saúde, desenvolvimento tecnológico, cultura, meio ambiente entre outros, que tem a finalidade de firmar parceria com o poder público para gerenciar órgãos públicos (GUASQUE, 2008). Essa qualificação dada às entidades privadas pelo setor público é importante, pois exime-os de realizar concurso público para contratação de funcionários além de dispensar licitação para contratar com setor público, sendo que elas estão inseridas na classificação de Terceiro Setor (sociedade civil), pois não fazem parte nem do primeiro

setor—Estado—nem do segundo setor—mercado. As Organizações Sociais, portanto, no estatuto de constituição legal, são associações ou fundações sem fins lucrativos (CARVALHO FILHO, 2012)

Elas foram pensadas como um principal instrumento da Reforma no âmbito do núcleo dos serviços prestados pelo aparelho Estatal, que não era possível a privatizar (MELO, 2011). O discurso era de que o deslocamento de algumas atividades do setor público para a gestão do setor privado proporcionaria maior eficiência — segundo a lógica do binômio qualidade/custo — aos serviços públicos ofertados à sociedade (MELO, 2011). Portanto o prognóstico teórico era de que determinados serviços gerenciados, até então, pelo Estado, seriam mais eficientes se prestados pelas entidades privadas, financiadas pelo Estado (MELO, 2011).

Esta reformulação de pensar os direitos, as demandas e atuação do Estado causou e ainda causa diversas mudanças no mercado de trabalho. Isso pois, a mão de obra que muitas vezes era absorvida pelo Estado, através de concursos, em áreas de atuação exclusiva do Estado, com as entidades do Terceiro Setor, ONGs, OSS, agora ingressam em funções diretamente no mercado, firmando contratos de trabalho, regulados pela CLT e não mais tutelados pelo Estatuto dos funcionários Públicos.

Há um discurso muito forte de eficiência das entidades privadas frente às organizações estatais, inclusive para os trabalhadores, que estariam inseridos numa perspectiva racional-burocrática no mercado, enquanto em uma administração estatal haveria uma lógica patrimonial, favoritismos, este domínio da gestão privada em setores públicos é visto, por alguns como um processo de democratização nacional.

3 | AS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS NO BRASIL APÓS DUAS DÉCADAS DE EXISTÊNCIA E OS IMPACTOS NO MERCADO DE TRABALHO

Para como compreender a situação das Organizações Sociais no Brasil atualmente, será apresentado um apanhado com dados que demonstram um aumento considerável da Instituição nos anos 1990, após a publicação da lei que autoriza sua criação por parte dos entes federados e depois, transcrição de alguns relatos, denúncias dos movimentos sociais e relatórios sobre a situação da gestão de órgão públicos por organizações sociais.

Segundo dados do artigo de Ana Lúcia Suarez Maciel *et all* (2014) as fundações ou associações sem fins lucrativos (que ainda não foram qualificadas pela administração pública como organização social, para firmar contrato de gestão com a administração pública), segundo dados retirados do IBGE, saltou de 105 instituições oficialmente cadastradas em 1996 para 278 mil no ano de 2002, posteriormente, o número aumento muito pouco em relação aos anos anteriores, posto que em 2010 haviam 290.692 entidades registradas regularmente.

Isto é um indicativo de que no governo do FHC houve a política pública da criação

das Organizações Sociais e uma propaganda política em larga escala para sua ampla utilização e, logo, o êxito da política (em termos quantitativos), o que foi alcançado, como se observou nos números anteriormente mencionados.

Entretanto os governos seguinte de Lula (2002-2010) e Dilma (2011-2016) a política das Organizações Sociais foi mantida, ainda que não incentivada, como podemos observar pelos números que não aumentaram significativamente nos anos de 2002 até 2010.

Há disponível para acesso no sítio oficial do Conselho Federal do Serviço Social um documento organizado pela “Frente Nacional pela procedência da ADI 1.923/98 e Contra as Organizações Sociais (OSs)” (s/d), formada pelas entidades de âmbitos nacional, movimentos sociais, sindicatos, Conselhos, com objetivo de relatar e apresentar aos Ministros do Supremo Tribunal Federal como estão se desenvolvendo a gestão dos hospitais públicos através das organizações sociais em todos os países. As denúncias são diversas, desde superfaturamento de materiais a exploração de trabalhadores. A ideia é trazer um esboço da discussão dos movimentos sociais e sindicatos, quais são suas bandeiras, reivindicações e do que vêm teorizando e denunciando que existem em várias cidades do Brasil, para assim, aferir se prospera o argumento do Estado de que o contrato de gestão melhora o serviço, dá mais agilidade, os profissionais são mais capacitados, especializados, tem melhores condições de trabalho, recebem melhor entre outros benefícios, ou seja, se a política pública das Organizações Sociais estão cumprindo seus objetivos.

Com relação aos trabalhadores das unidades de saúde e hospitais, as denúncias trazidas são as de que os Municípios deixam de fazer concurso público e contratam funcionários pela CLT, terceirizados de pessoas jurídicas de direito privado, com autorização legal da Lei das OS, terceirizando os serviços públicos, e abrindo precedente para o clientelismo e favorecimento eleitoral, o chamado “currais eleitorais”.

Segundo o relatório:

Os trabalhadores estão sendo prejudicados principalmente no que diz respeito aos direitos trabalhistas e vantagens, absorvidos nos regimes jurídicos dos servidores quais sejam: Vencimentos Garantidos por lei, conforme planos de cargos e salários prescritos pela lei 8.142/90 do SUS; Taxação do recebimento de salário nunca inferior ao mínimo nacional; Garantia de isonomia salarial de acordo com nível de escolaridade, cargos assemelhados e complexidade da função. (CONSELHO FEDERAL DO SERVIÇO SOCIAL, s/d, p.10)

A Central única dos Trabalhadores e entidades sindicais dos trabalhadores da área da saúde seguem afirmando que o repasse da gestão para entidades privadas não contribui em nada com os trabalhadores. Seria apenas uma maneira do Estado se desresponsabilizar pelas condições de trabalho, que passam a ser como em hospitais, UPAS, ou qualquer instituto privado. Mesmo havendo incentivos para entidades filantrópicas, como isenção tributária e previdenciárias, não há melhoria nas condições de trabalho.

Nas entidades nacionais de trabalhadores, prevalece em posicionamentos como os da Central Única dos Trabalhadores (CUT) a ideia que as Fundações Estatais são mais uma forma de terceirização e que não garantem aos trabalhadores direitos há muito conquistados. A contratação por via das Consolidações das Leis do Trabalho (CLT) seria uma precarização de vínculos e não garantiria a estabilidade necessária para segurança dos trabalhadores. As propostas de gestão por resultados e remuneração por desempenho são consideradas estratégias para facilitar demissões, devido às dificuldades de avaliar a produção em saúde através de instrumentos estruturados.

Em artigo escrito por sua secretária executiva, a CUT afirma que o projeto de criação das Fundações Estatais estaria na contramão do fortalecimento das políticas públicas. Apesar de concordar com a necessidade de rediscussão do papel do Estado e alternativas de personalidades jurídicas relacionadas ao setor público, a CUT é contrária ao Projeto de Lei das Fundações Estatais. (CAVALCANTE FILHO, 2016)

Segundo Heloisa Morais *et al*(2018), uma questão identificada nas OSS são os altos salários da gerência ou cargos de comando. As OSS recebem um montante financeiro para prestação dos serviços, contrata trabalhadores para desenvolverem atividades dentro do estabelecimento público, mas os salários são baixos, pois se concentram apenas entre os gestores do setor ou da mão-de-obra.

Existe um relatório publicado pela Revista Política e Saúde (2017), chamado “Organizações sociais na Saúde”, que apresenta muitos dados oficiais sobre as OSS. Dentre as várias informações sobre processos no TCU por falta de prestação de contas, irregularidades na aplicação de finanças, há a questão das terceirizações e quarterizações, que ao final geram falta de pagamento de salários aos trabalhadores, que ingressam na Justiça pleiteando direitos trabalhistas que acabam sendo pagos, novamente, pelo Estado (Cardial, 2017). Informa ainda que 80% dos contratos das OSS não especificam a forma de contratação dos trabalhadores (Cardial, 2017). O tempo que um trabalhador permanece em uma OSS é de 8 meses, ou seja, uma rotatividade que não cumpre 1 ano entre os trabalhadores (Cardial, 2017). Índices altos de acidente de trabalho e assédio moral aos trabalhadores (Cardial, 2017). Salários mais baixos que os mesmos trabalhadores da mesma função, mas estatutários (que ingressaram concurso público)

Além destas questões mencionadas que diminuem a qualidade de trabalho prestada pelos funcionários, há o problema da contratação por meio de CNPJ, a chamada “pejotização” dos funcionários, ou seja, a OSS não assina a carteira de trabalho dos trabalhadores, apenas os contrata como se fossem prestadores de serviços (Cardial, 2017), sendo assim, os funcionários perdem seus direitos trabalhistas e previdenciários.

Desta maneira, conforme todo exposto, pode-se concluir que as Organizações Sociais foram um instrumento do Estado neoliberal para repassar a responsabilidade social do Estado, para o mercado, convertendo questões primárias de bem estar social em lucro, não auferindo, portanto, o objetivo social de promoção de condições dignas de vida, principalmente aos trabalhadores, que em este momento se veem

obrigados, por necessidade, a aceitar postos de trabalho como prestadores de serviços, sem direitos, com salários baixos ou sem recebe-lo, sendo alvo de assédio moral e acidentes de trabalho, com alta insegurança e rotatividade laboral, sem contratos assinados, sem representação sindical.

Portanto, as Organizações Sociais, artifício do Estado Neoliberal, não logrou diminuir a insegurança para o trabalhador no mercado de trabalho brasileiro, gerando ainda mais insegurança inclusive quanto aos direitos trabalhistas, rotatividade na função e cargo, além da própria redução dos salários, concluindo que a transferência de responsabilidades do setor público para o privado na gestão das OSS piorou as condições sociais dos trabalhadores, gerando precarização do trabalho.

4 | CONCLUSÃO

Assim, este ensaio acadêmico investigou a categoria “trabalho”, que é o meio pelo qual o homem materializa em objetos e serviços, idéias e sentimentos, transformando-os em bens materiais necessários à própria existência, assim como o acúmulo deles, gerando a riqueza social (MARX, 2013), acrescentando valor de uso a bens e serviços (TILLY, 1998), e as características do “trabalho” identificados como bons, ruins e precários. O “trabalho precário”, como outra categoria definidora da pesquisa é aquele imprevisível, incerto e principalmente inseguro. Atentou-se ainda, no contexto contemporâneo, a categoria “mercado de trabalho”, que é o espaço de lutas entre agentes sociais, onde se relacionam compartilhando experiências e capacidades de trabalho por salários, “status” social, sob os limites de instituições que determinam a compra, a venda e a fixação de valor do trabalho (GUIMARÃES, 2009).

Para o estudo do “trabalho” e atributos, houve a escolha do período de 1998, com publicação da Lei das OSS, até 2018; e espaço, que foram as Organizações Sociais, pelo discurso social majoritário da eficiência do setor privado em detrimento do setor público, com a finalidade de verificar quais são os impactos da gestão privada no setor público para o trabalhador.

Portanto pode-se concluir que as Organizações Sociais e Entidades Filantrópicas são usadas como mecanismo de não cumprimento ou de frustração do Estado de Bem Estar Social, no sentido de dificultar ou não cumprir uma prerrogativa constitucional dos direitos sociais à saúde para os pacientes do Sistema Único de Saúde e ainda, os direitos sociais e humanos de não garantir o trabalho digno ao indivíduo, não pagando salários satisfatórios, ou atrasando o pagamento, numa condição de estresse e assédio moral, com índices de acidentes de trabalho, ou seja, o Estado não sendo garantidor nem emancipador de um trabalho digno ao cidadão, gerando o trabalho precário.

O objetivo final é trazer as possíveis contribuições na área do trabalho, para colaborar para proteção do trabalhador e no cumprimento e garantias de normas trabalhistas, na área do terceiro setor e algum tipo de inovação com relação a leis de

proteção ao trabalhador.

REFERÊNCIAS

ABRAMS, Philip. **Notes on the Difficulty of Studying the State (1977)**. Journal of historical sociology, v. 1, n. 1, p. 58-89, 1988.

ALMEIDA, K. **Setor público não estatal: (des)caminhos do controle social e da equidade no acesso aos serviços das organizações sociais de saúde**. Rev. Bras. Ext. Univ.2006;4(2):49-57.

ANDERSON, Perry *et al.* **Balanço do neoliberalismo. Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, p. 9-23, 1995.

ANDREAZZI, M. *et al.* **Privatização da gestão e Organizações Sociais na atenção à saúde**. Trab. educ.Saúde.2014;12(3):499-518.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho**. São Paulo: Cortez Editora/Editora Unicamp, 2006.

ARON, Raymond. **As etapas do pensamento sociológico**. 5. São Paulo: Martins Fontes. 2002.

BARBOSA, NB. **Regulação do trabalho no contexto das novas relações público versus privado na saúde**. Ciênc. saúde colet.2010;15(5):2497-2506.

BARROS, Ricardo Paes de; CORSEUIL, Carlos Henrique; BAHIA, Mônica. **Regulamentação do mercado de trabalho e duração do emprego no Brasil**. 1999.

BRASIL, Supremo Tribunal Federal. **Medida Cautelar na ADI 1923-DF**. Relator: Ministro Ayres Britto. Disponível em <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=487894>. Acesso em 12 de dezembro de 2018.

BRASIL. **CONSELHO NACIONAL DO SERVIÇO SOCIAL**. <http://www.cfess.org.br/arquivos/relatorioanalitico_frentecontrasOS.pdf>. Acesso em: 01/02/2016.

BRASIL. **Lei no 9.637**, de 15 de maio de 1998.

BRASIL. **Ministério do Trabalho e Emprego. Cadastro Geral de Empregados e Desempregados**. Diversos anos.

BRASIL. **Organizações Sociais – Cadernos MARE da Reforma do Estado**. Brasília: Ministério da Administração e Reforma do Estado, 1997.

BRASIL. **Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado**. Presidência da República / Câmara da Reforma do Estado, 1995.

BRAVO, M. I. S. (Org.); MENEZES, J. S. B. (Org.) **Saúde na atualidade: por um sistema único de saúde estatal, universal, gratuito e de qualidade** 1. Ed. Rio de Janeiro: Rede Sirius, 2011. v. 1. 76 p.

CAMPAGNAC, Vanessa. **As organizações não-governamentais (ONGs) e o mercado de trabalho**. ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, DESAFIOS E OPORTUNIDADES DO CRESCIMENTO ZERO, v. 15, 2006.

CAMPOS, A. G. (2013). **Dilemas do trabalho: sindicatos no Brasil hoje**. In: **Regulação do trabalho e instituições públicas**. 1. ed., v. 1, p. 87-122, São Paulo: Fundação Perseu Abramo.

Disponível em: . Acesso em: 20 out. 2016. _____. Breve histórico das mudanças na regulação do trabalho no Brasil. Ipea, 2015. Disponível em:<http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3513/1/td_2024.pdf> . Acesso em: 20/12/2018.

CAMPOS, André Gambier et al. **Terceirização no Brasil: avaliação do marco legal e esclarecimentos sobre o Projeto de Lei no 4.330/2004**. 2015.

CAMPOS, André Gambier. **Impactos da Terceirização sobre a Remuneração do Trabalho no Brasil: novas evidências para o debate**. 2016.

CARDIAL, Gabriel. **Organizações Sociais na Saúde**. Revista Alta Complexidade: Política e Saúde. Brasília, Ano III, Ed N°06/2017. Disponível em: <http://altacomplexidade.org/boletim-politica-e-saude/>. Acesso: 15/02/2019.

CARDOSO, Luís Antônio. **A categoria trabalho no capitalismo contemporâneo**. Tempo Social, revista de sociologia da USP, v. 23, n. 2, p. 266, 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ts/v23n2/v23n2a11.pdf>>. Acesso em: 17/12/2015.

CARRION, Rosinha Machado. **Organizações privadas sem fins lucrativos: a participação do mercado no terceiro setor**. Tempo social, v. 12, n. 2, p. 237-255, 2000.

CARVALHO FILHO, José. **Manual de Direito Administrativo**. 25.ed. rev ampl. São Paulo:atlas, 2012.

CAVALCANTE FILHO, João Batista; FRANCO, Túlio Batista. **O processo de construção da 63 Fundação Estatal Saúde da Família da Bahia**. Physis: Revista de Saúde Coletiva, v. 26, n. 1, 2016.

COMIN, A. **A. Desenvolvimento econômico e desigualdades no Brasil: 1960-2010**. Trajetórias das desigualdades: como Brasil mudou nos últimos, v. 50, 2015.

CONSELHO FEDERAL DO SERVIÇO SOCIAL. **Frente Nacional pela procedência da ADI 1.923/98 e Contra as Organizações Sociais (OSs)**. s/d. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/relatorioanalitico_frentecontrasOS.pdf>. Acesso em: 15-12-2018.

CUNHA JUNIOR, Luiz Arnaldo Pereira da et al. **Organizações sociais interfederativas: um novo fenômeno**. 2015.

DELGADO, Maurício Godinho. **Curso de Direito do Trabalho**. 9ª. São Paulo. LTR, 2010.

DOWBOR, Ladislau; ALEXANDRE, I. M. **O que acontece com o trabalho?**. Editora SENAC São Paulo, 2002.

FERNANDES, Rosa Maria Castilho; SCHWARTZ, Germano. **O Sistema único de Saúde e as Organizações Sociais: uma interlocução questionável**. In: MACIEL, Ana Lúcia Suarez; BORDIN, Erica Bomfim (Org.). **A face privada na gestão pública**. Porto Alegre: Fundação Irmão José Atão, 2014.

FRIEDMANN, Georges et al. **Tratado de sociologia do trabalho**. Editôra Cultrix, 1973.

FURTADO, A. *et al.* **Organizações Sociais de Saúde e gestão pública baseada em resultados. A importância do controle externo dos contratos de gestão: porque os fins não justificam os meios**. Revista TCE-PE. 2011;18(18):53-69.

GUASQUE, Luiz Fabião. **Manual das Fundações e ONGs**. Rio de Janeiro: Editora Freitas Bastos, 2008.

GUIMARÃES, Nadya Araujo. **A sociologia dos mercados de trabalho, ontem e hoje**. Novos estud. - CEBRAP, São Paulo, n. 85, p. 151-170, 2009.

IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2014. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=294541>

IBGE. **As Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos no Brasil 2010**. 2010. Disponível em: ftp://ftp.ibge.gov.br/Fundacoes_Privadas_e_Associacoes/2010/fasfil.pdf. Acesso em 03/01/2017.

IBGE. **As Instituições Privadas e Associações sem Fins Lucrativos no Brasil**. Disponível em: ftp://ftp.ibge.gov.br/Fundacoes_Privadas_e_Associacoes/2010/fasfil.pdf. Acesso em 03/01/2017.

IBGE. **Indicadores IBGE. PNAD Continuada. 3º trimestre de 2016**. Disponível em: ftp://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Trimestral/Fasciculos_Indicadores_IBGE/pnadc_201603_trimestre_caderno.pdf Acesso em: 15/11/2016.

IBGE. **Tabelas Saúde no Brasil. 2014**. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=294541>. Acesso em 21/12/2016.

KALLEBERG, Arne L. **Good jobs, bad jobs**. New York, 2011.

KALLEBERG, Arne L.. **O crescimento do trabalho precário: um desafio global**. Rev. bras. Ci. Soc., São Paulo, v. 24, n. 69, p. 21-30, Feb. 2009. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092009000100002&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 12/12/18.

KANAMURA, Alberto Hideki. **Organizações Sociais e Parcerias Público Privadas**. Revista Debates GVsaúde, n. 1, p. 18-20, 2006.

LOBO, Valéria Marques. **De volta ao mercado em dois atos: o impacto da política econômica e da política social sobre o mundo do trabalho nos Anos 90**. in LOBO, Valéria Marques; DELGADO, Ignácio Godinho; VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. **Trabalho, proteção e direitos: o Brasil além da Era Vargas**. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2010

MACIEL, Ana Lúcia Suarez; BORDIN, Erica Bomfim (Org.). **A face privada na gestão pública**. Porto Alegre: Fundação Irmão José Atão, 2014. Disponível em: <http://observatorioterceirosetor.org.br/wp-content/uploads/2014/12/Ebook-A-face-privada-na-gest%C3%A3o-das-pol%C3%ADticas-p%C3%BAblicas.pdf>. Acesso em: 29/12/2018.

MACIEL, Ana Lúcia Suarez; BORDIN, Erica Bomfim; COSTA, Erica Justina da. **Gestão Social e Políticas Públicas: a dialética entre público e privado em debate**. In: MACIEL, Ana Lúcia Suarez; BORDIN, Erica Bomfim (Org.). **A face privada na gestão pública**. Porto Alegre: Fundação Irmão José Atão, 2014.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. Tradução de Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2004.

MARX, Karl. **O Capital: Crítica da Economia Política, livro I: O processo de produção do capital**. Boitempo Editorial, 2013.

MODESTO, P.. Reforma Administrativa e o Marco Legal das Organizações Sociais no Brasil: As Dúvidas dos Juristas sobre o Modelo das Organizações Sociais. RIL.1997;34(136):315-331.

MORAIS, Heloisa Maria Mendonça de, et al. **Organizações Sociais da Saúde: uma expressão fenomênica da privatização da saúde no Brasil**. *Cadernos de saúde pública*, 2018, vol. 34, p. e00194916.

NASSUNO, M. **O Controle Social nas Organizações Sociais no Brasil**. In: PEREIRA, L. C. B. & GRAU, N. C. (orgs.). **O Público Não-Estatal na Reforma do Estado**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1999.

OFFE, Claus. **Trabalho: a categoria-chave da sociologia**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 4, n. 10, p. 5-20, 1989.

OIT. **El trabajo en el mundo: la situación mundial dei empleo**. Genebra, 1994

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. **Da administração pública burocrática à gerencial**. Revista do Serviço público, v. 47, n. 1, p. 07-40, 2015.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. **Reforma do Estado para a cidadania: a reforma gerencial brasileira na perspectiva internacional**. Editora 34, 1998.

PERONI, Vera Maria Vidal. **Redefinições no Papel do Estado e o público não estatal: implicações para a democratizações de direitos materializados em políticas sociais**. In: MACIEL, Ana Lúcia Suarez; BORDIN, Erica Bomfim (Org.). **A face privada na gestão pública**. Porto Alegre: Fundação Irmão José Atão, 2014.

RIBEIRO J. **As Organizações Sociais e os Contratos de Gestão – uma discussão jurídica ainda em aberto**. RERE.2008;13:1-19.

RODRIGUES, CT, *et al.* **Organizações Sociais de Saúde: potencialidades e limites na gestão pública**. REE.2014;16(3):549-57.

SANTOS, Boaventura de Souza. **O Estado e os modos de produção de poder social**. 1989. Disponível em: <<http://www.ces.uc.pt/publicacoes/oficina/ficheiros/07.pdf>>. Acesso em: 28/01/2018.

SOARES, Gabriella Barreto et al. **Organizações Sociais de Saúde (OSS): Privatização da Gestão de Serviços de Saúde ou Solução Gerencial para o SUS?**. Gestão e Saúde, v. 7, n. 2, p. Pág. 828-850, 2016.

SOBOTTKA, Emil Albert. **Organizações civis: buscando uma definição para além de ONGs e “terceiro setor**. Civitas-Revista de Ciências Sociais, v. 2, n. 1, p. 81-95, 2007.

STANDING, Guy. **O Precariado: A nova classe perigosa**. 1. Ed. Belo Horizonte. Autêntica Editora, 2014.

STANDING, Guy. **The Precariat and Class Struggle**. RCCS Annual Review [Online], 7 | 2015, Online since 01 October 2015, connection on 29 January 2016. Disponível em: <<http://rccsar.revues.org/585>>; DOI : 10.4000/rccsar.585. Acesso em: 29/11/2018.

TILLY, Charles. **Durable Inequality**. Berkeley: University of California Press, 1999.

TILLY, Cris; TILLY, Charles. **Work under Capitalism**. Boulder: Westview Press, 1998.

WRIGHT, Erik Olin. **Understanding Class (Is the Precariat a Class)**. Ed. University of Wisconsin. Madison. 2015. Disponível em: <<https://www.ssc.wisc.edu/~wright/Published%20writing/Is%20the%20Pracriat%20a%20class%20--%20GLJ%20forthcoming.pdf>> Acesso em: 06/11/2015

NÃO PENSE EM CRISE, TRABALHE: A BANCADA EVANGÉLICA E A CLASSE TRABALHADORA NAS REFORMAS “TEMERÁRIAS”*

Yuri Rodrigues da Cunha

Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista (UNESP), Marília; Bolsista CAPES, e-mail: cunhayr@gmail.com

* O presente artigo é uma versão ligeiramente modificada do trabalho apresentado durante o XI Seminário do Trabalho em julho de 2018, promovido pela Rede de Estudos do Trabalho, realizado na Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista (UNESP) de Marília.

1 | INTRODUÇÃO

O ano de 2016 marcou no cenário político brasileiro uma inflexão conjuntural, em virtude da efetivação do golpe parlamentar que depôs a presidenta reeleita em 2014, Dilma Rousseff. A nosso ver, a ruptura institucional encerrou um ciclo do governo *lulo-petista* encerrando a conciliação de classes que vinha se efetivando desde 2003. Entendemos que a compreensão do golpe parlamentar, deve passar, não somente pelos argumentos oficiais utilizados, mas também, principalmente, por seus desdobramentos, isto é, quais propostas e medidas adotadas pelo novo governo e quais atores e frações de classes se aliam à fração dirigente do Bloco no Poder. Assim sendo, em razão do rearranjo político pós-golpe, julgamos

importante analisar o papel, a atuação e os interesses da Bancada Evangélica na composição do novo governo.

O argumento que desenvolvemos ao longo deste artigo assenta-se na ideia de que a bancada evangélica, na atual conjuntura, ocupa um papel importante na conciliação de classes do novo governo, cabendo a ela, a tentativa de legitimar moralmente, baseados em premissas religiosas, a construção de um consenso nas classes populares e subalternas em prol das reformas de Temer, cuja contrapartida consistiria na aprovação de suas pautas moralizantes.

Partimos do pressuposto apresentado por Poulantzas (1977), para o qual o Estado é um campo relacional que materializa as disputas econômicas e políticas, e que por suas próprias características possui uma autonomia relativa, assim sendo, detendo um aspecto decisivo na tentativa de formulação de coesão nos diferentes níveis da formação social. Poulantzas, em outro trabalho (1975), argumenta que no Estado estão materializados os interesses do capital dominante e das diversas frações que compõe esse capital, sendo que muitas vezes, os antagonismos das frações constituem uma contradição interna às classes dominantes e ao próprio Estado.

De acordo com o autor, “o Estado nacional

intervêm assim, em seu papel de organização da hegemônica, em um campo interior já atravessado pelas contradições imperialistas e onde as contradições entre as frações dominantes no seio de sua formação social já estão internacionalizadas.” (POULANTZAS, 1975, p. 80). Nesse sentido, é a partir dessa análise que o autor coloca o conceito de *bloco no poder*, isto é, uma aliança específica das classes e frações de classe politicamente e economicamente dominante, que manifestam os interesses da burguesia (nacional e internacional) de uma forma geral, e que devem organizar a partilha do espólio da classe trabalhadora, para que nenhum interesse das frações se sobreponha de modo que outras frações também não obtenham ganhos substanciais.

Por isso, o “Estado que mantém a unidade a coesão de uma formação social dividida em classes, concentra e resume as contradições de classe do conjunto de formação social, consagrando e legitimando os interesses das classes e frações dominantes em face de outras classes desta formação” (POULANTZAS, 1975, p. 84). Ou seja, o que ocorre é a internalização da correlação Capital x Trabalho no seio do próprio Estado, que leva, portanto, à luta de classes para o interior do próprio Estado, e por isso, não é possível afirmar *à priori* que o Estado seja uma simples ferramenta manipulável à vontade das classes dominantes.

Assim, podemos concordar com Mészáros, quando este argumenta que “o Estado é uma modalidade historicamente estabelecida de tomada de decisão global, que afeta mais ou menos diretamente a totalidade das funções reprodutivas da sociedade, desde os processos produtivos materiais elementares até os domínios culturais mais mediados” (MÉSZÁROS, 2015, p. 16). Além disso, o Estado, na perspectiva do autor húngaro, possui uma função corretiva vital da contradição erigida do sistema sóciometabólico do Capital. Esse sistema possui um tripé que é interligado: capital, trabalho e Estado. Sendo que, a própria materialidade do Estado está profundamente enraizada na base sóciometabólica antagônica sobre a qual todas as formações de Estado do capital são erguidas, ou seja, é inseparável da materialidade da relação Capital x Trabalho.

É evidente que o Estado Capitalista, dentro do paradigma marxiano, é compreendido como um elemento fundamental e decisivo na correlação Capital x Trabalho, sendo que, na perspectiva do próprio Marx (2011), o Estado é uma relação de poder que se assenta nas condições econômicas e de estruturação material que o sustenta, e de maneira mais geral, disputa-lo é tentar tomar posse desse monstruoso edifício como parte do leão dos despojos dos vencedores.

Nesse sentido, a política econômica que é levada a cabo pelas camadas dirigentes de Estado específico é elaborada com vistas à satisfação desses próprios interesses (MARX, 2012). Nesse sentido, na ótica de Marx e de Engels (2005), o Estado não passa de um grande administrador dos interesses da burguesia. Ainda que o argumento seja válido, é necessário, a nosso ver, levar em conta as particularidades de cada momento histórico e como se desenvolve as formas de dominação das classes burguesas e as

barganhas que estas fazem às classes trabalhadoras para manterem sua dominação.

O Estado capitalista, com toda sua complexidade e instituições que o compõem, torna possível a exploração e espoliação do trabalhador, mantendo um equilíbrio de forças que historicamente pendeu para as classes burguesas, ainda que em momentos específicos da correlação Capital x Trabalho, ele pôde estar mais próximo dos interesses das classes trabalhadoras. Assim sendo, entender o Estado como uma dimensão eminentemente política é um equívoco, uma vez que ele contém em si, todo o aspecto econômico, e separá-lo é, na perspectiva de Ellen Wood (2006), uma forma de privatizar o poder político e a esfera pública.

Portanto, se o Estado é um campo relacional de disputa política e econômica e possui ainda, a capacidade de gerar uma relativa coesão, ele está aberto às diversas frações das classes sociais que visam tomar sua direção política. É justamente a partir dessa concepção que levamos em consideração a “Bancada Evangélica” e seu projeto político.

Se no paradigma marxiano, seja vasta a literatura a respeito da dimensão política e da economia, da relação de poder e de disputa entre as classes sociais, pouca coisa há sobre aspectos religiosos, o que se torna necessário recorrer a outras vertentes sociológicas para darmos conta de compreender o fenômeno que estudamos. Dentro deste campo de investigação Max Weber se torna um autor decisivo, com importantes contribuições para se compreender a questão religiosa e seu imbricamento com o aspecto político.

De acordo com Weber (s.d.), o pensamento e o modo de vida religioso, em si são profundamente influenciados por fatores políticos e econômicos, que operam em limites geográficos, políticos, sociais e nacionais, mas que, por sua vez, acabam se tornando uma racionalidade importante que norteiam práticas políticas. No limite, o que argumenta Weber é o fato do pensamento religioso ser resultado de aspecto histórico, ao mesmo tempo em que influencia as tomadas de decisões dos indivíduos particulares.

Ainda dentro da perspectiva elaborada por Weber, a dimensão ascética de uma determinada seita religiosa, busca modelar a vida cotidiana segundo uma pretensa vontade de Deus, e mais, dentro do protestantismo, e dos neopentecostais, sobretudo¹, a vida cotidiana e o acesso à riqueza material são formas de comprovação da graça divina. Nesse sentido, há um *éthos* específico dos protestantes, sendo a religião uma forma de conduta ética, e que, por sua vez, deve ser esse postulado levado para as práticas políticas, ou seja, para o Estado.

O fato do Estado e da política ser vista como espaço para delimitação da vida cotidiana, faz com que, esse campo em disputa seja visto por parte dos atores representantes da Bancada Evangélica, como um espaço de atuação de suas práticas

¹ Weber não se debruçou sobre os neopentecostais, dedicando-se apenas aos protestantes. É óbvio que o fenômeno do neopentecostalismo é demasiadamente recente, surge após a morte de Weber, porém, suas bases encontram-se no protestantismo clássico do qual o sociólogo alemão debruçou-se.

morais e religiosas, fazendo com que, determinadas tomadas de decisões sejam feitas baseadas nas premissas morais de suas religiosidades, que seriam as verdadeiras vontades divinas. O Bispo Edir Macedo deixa claro essa concepção em um de seus livros: “O Plano de Poder: Deus, os cristãos e a política” (2008), para o qual, Deus era um grande estadista, criou o mundo e elaborou um plano político que deveria ser levado a cabo pelo Seu povo (sic). É justamente nesse sentido que a Bancada Evangélica tentará reivindicar para si o protagonismo político para tentar moralizar a política vista como um lamaçal de corrupção, pois ela sim, a Bancada Evangélica, possuiria uma envergadura moral capaz de sanar a abstrata noção da corrupção.

É importante salientar ainda, que estamos diante de uma crise política e institucional que resulta e é resultante da deposição de Dilma Rousseff e da briga pela partilha dos espólios do Estado, onde as diferentes frações tentam cada uma, reivindicar a si o papel de fração dirigente do bloco no poder. Se a Bancada Evangélica não é ainda representante direta das frações capitalistas, ela possui um trunfo em suas mãos, a população evangélica cresce a galope no Brasil, e se mostra um grupo fiel e dispostos a obedecer às ordens daqueles que estão representando uma suposta vontade divina.

2 | O GOLPE PARLAMENTAR E A RUPTURA INSTITUCIONAL

Desde as eleições presidenciais de 2014 quando por uma diferença de 3,28%² a candidata Dilma Rousseff fora reeleita no segundo turno, as intensas críticas que se faziam ao governo *lulo-petista*, converteram-se em ferrenhas campanhas pró-impeachment, culminaram num primeiro momento, na admissibilidade do processo de *impeachment* em dezembro de 2015 por Eduardo Cunha, passando pelas longas 53 horas de seção, onde nas últimas seis, o plenário da Câmara dos Deputados aprovou o relatório pró-impeachment, autorizando o Senado Federal a transcorrer com o processo de deposição da presidenta³, e, num segundo momento, no dia 31 de agosto de 2016, o Senado Federal decidiu depor a presidenta, por 61 votos a 20.

A nosso ver, é importante destacar que o processo do golpe parlamentar se iniciou imediatamente após o processo eleitoral de 2014, quando aparentemente o lulo-petismo já tinha dado os sinais de desgaste, sobretudo, em razão das “jornadas de junho” de 2013, mas que sai vencedor no pleito eleitoral do ano seguinte.

Apenas para situar as jornadas de junho de 2013, Gohn (2015) entende que essas manifestações representavam uma indignação frente à conjuntura política nacional, adquirindo nesses eventos um caráter de movimento de massa, de protesto, revolta coletiva, aglutinando indignações de diferentes estratos sociais, com especial

2 Em números a diferença foi de 3.445.963 de eleitores para a candidata a reeleição Dilma Rousseff frente à candidatura de Aécio Neves. Foi 51,64% (votos válidos) contra, 48,36%, segundo dados tabulados pelo TSE.

3 SIQUEIRA, Carol, 2016.

destaque à “classe média”, ainda que seu momento inicial se deu em virtude de um ato de estudantes em prol do “passe livre”.

Ainda segundo a autora, os manifestantes atuavam em coletivos não hierarquizados, com gestão descentralizadas, produzindo assim, manifestações com outra estética, os participantes tinham mais autonomia e não atuavam sob coordenação de uma liderança central (GOHN, 2015). De acordo com a autora,

São movimentos com valores, princípios e formas de organização distintas de outros movimentos sociais, a exemplo dos sindicais, populares (urbanos e rurais), assim como diferem dos movimentos indetentários (mulheres, quilombolas, indígenas, e etc.). Para compreender essa onda de manifestações, além de identificar as especificidades e diferenças dos jovens em ação, uma questão significativa deve ser levada em consideração: por que uma grande massa da população aderiu aos protestos. (GOHN, 2015, p. 9)

Cabe destacar ainda que nas jornadas de junho não havia hegemonia de apenas uma ideologia ou utopia, o que movimentava era um “sentimento de descontentamento e indignação contra a conjuntura ético-política dos dirigentes e representantes civis eleitos nas estruturas do poder estatal” (Idem, p. 13). Por fim, ainda a respeito de 2013, os movimentos sociais mais tradicionais, como centrais sindicais, tentaram disputar o espaço das jornadas de junho, quando no segundo semestre do mesmo ano chamaram atos como em julho no Dia Nacional de Mobilização, porém com baixa adesão popular, terminando, muitos destes atos em confronto com a polícia.

O fato das jornadas colocarem muitos jovens às ruas, com outra estética e outras reivindicações além das pautas clássicas das classes trabalhadoras, permitiu que, na campanha eleitoral do ano seguinte, ela se tornasse o principal mote de uma “nova política”, com pautas “modernizantes” como: “descentralização”, “simplicidade”, “confiança”, “eficiência”, “transparência”, “inovação”, “participação popular”⁴, mas que na prática era a apenas uma retórica de um partido de tem claro apoio das frações burguesas do rentismo.

Retornemos a questão do golpe. O primeiro registro dos atos pró-impeachment se deu seis dias após o resultado do pleito eleitoral na cidade de São Paulo, quando naquele protesto, além do impeachment os manifestantes pediam intervenção militar⁵. Desde então, os atos multiplicaram-se, seja no número de cidades onde passou a ocorrer, quanto na quantidade de pessoas envolvidas, tendo como um marco os atos de 15 de Março e 13 de Dezembro de 2015. Para não alongarmos de maneira demasiada, abordaremos nesse momento apenas o ato do dia 15 de março.

O ato de 15 de março foi convocado principalmente por meio das redes sociais, como o *Facebook* e em sua organização articulavam-se principalmente os seguintes grupos: Movimento Brasil Livre (MBL); Vem Pra Rua; Revoltados On-Line⁶. Além

4 Plano de Governo: Aécio Neves – PSDB, 2014.

5 URIBE, Gustavo; LIMA, Daniela, 2014.

6 BEDINELLI, Talita, 2015.

desses grupos ajudaram ainda na mobilização, quadros do PSDB⁷, sendo que, ainda na cidade de São Paulo o metrô, que é de responsabilidade do Governo estadual (PSDB), liberou as catracas para o ato, coisa que não faz nem quando há grandes eventos e manifestações populares na Avenida Paulista⁸.

Ainda a respeito das mobilizações, a Central Globo de Jornalismo, a nosso ver, também foi um agente importante nesse ato, uma vez que fizeram ao longo do dia, coberturas e chamadas ao vivo, dos movimentos, como um claro estímulo à participação da população⁹. Segundo o Datafolha, o ato em São Paulo contou com aproximadamente 210 mil pessoas, ao passo que em todas as 160 cidades onde foram realizados atos conjuntos, reuniram segundo contagem das Polícias Militares, 2,3 milhões de pessoas¹⁰. Neste ato era uníssono o pedido de impeachment, sobretudo em virtude da “institucionalização da corrupção” (sic) resultada das práticas e governos *lulo-petista*¹¹. Por fim, cabe destacar ainda que outras importantes instituições como a FIESP também contribuíram com o ato.

É interessante notar que grande parte das manifestações datadas de 2015 foi composta por manifestantes, brancos, de alta renda e que votaram em Aécio Neves no ano anterior¹². Os desdobramentos desse e dos demais atos, foi o acolhimento, pelo então presidente da Câmara dos Deputados Federais, Eduardo Cunha (PMDB), em 02 de Dezembro de 2015, de um dos pedidos de impeachment protocolados na casa, pouco tempo depois do PMDB já ter redigido e publicado o documento “Uma ponte para o futuro”, de 29 de outubro de 2015. Neste documento estão as bases e os argumentos utilizados sob as quais as reformas o governo Temer buscava construir certo consenso e orientar suas reformas.

Oficialmente a ruptura do PMDB com o governo se deu em março de 2016, por aclamação, em uma reunião simbólica liderada pelo “profeta” Romero Jucá, e um dos principais articuladores do golpe parlamentar contra Dilma. A aclamação para o PMDB romper com as bases do PT ocorreu pouco tempo antes da câmara aceitar a admissibilidade do processo de impeachment e afastar a presidenta Dilma Rousseff.

Diante deste cenário, é importante levar em consideração que o golpe parlamentar não deve ser compreendido apenas a partir de seus determinantes como as recorrentes manifestações, mas a nosso ver, o sentido pelo qual o golpe se efetivou encontra-se nas reformas neoliberais propostas e levadas a cabo pelo governo Temer, reformas essas que chamaremos aqui de *‘temerárias’*¹³, isto porque, ele representa

7 VENCESLAU, Pedro, 2015.

8 AGOSTINE, Cristiane, 2015.

9 Um fato curioso e que reforça essa ideia da participação tucana nos atos, foi o então secretário de Segurança Pública de São Paulo, Alexandre Moraes (atualmente Ministro do STF), solicitar à Federação Paulista de Futebol o adiantamento da partida entre Palmeiras x XV de Piracicaba, das 16h00min para às 11h00min de 15 de março.

10 Manifestantes protestam contra Dilma em todos os estados, DF e exterior, 2015.

11 PONTES, Jorge, 2014; THEME, Antônio Carlos Mendes, 2014;

12 DINIZ, Maiana, 2015.

13 O nome *reformas temerárias*, faz um trocadilho com o sobrenome do atual presidente, Temer, bem como, pelo iminente risco e perigo que concerne às classes trabalhadoras a aprovação de tais

os interesses da nova composição do bloco no poder e das frações burguesa que ela representa após o fim da conciliação lulo-petista.

No documento “Uma ponte para o futuro” (PMDB, 2015) é explícito que o principal objetivo do partido seria construir uma unidade e um bloco circunstancial e transitório para aprovar, assim que houvesse possibilidade – após o golpe – aprovar um pacote de reformas propostas por Temer. Segundo o documento, seriam necessárias as reformas estruturais em razão de um “quadro calamitoso da economia brasileira herdada do período anterior”. Nesse sentido, os conflitos que emergiam no período seriam desdobramentos da crise econômica e moral do governo de Dilma, e que, por isso, seria necessários remédios amargos e austeros para superar a crise e o país voltar a crescer, para enfim, ter harmonia social.

Nesse sentido, para tentar criar consenso na câmara para a aprovação de suas reformas, o PMDB lança mão de um recurso retórico: O Estado deveria ser funcional independente de seu tamanho. E, para ser funcional deve distribuir os incentivos corretos para a iniciativa privada e administrar de modo racional e equilibrado os conflitos distributivos que proliferam no interior de qualquer sociedade (PMDB, 2015).

No bojo das *reformas temerárias*, listamos três eixos que evidenciam, a nosso ver, o caráter acentuadamente neoliberal e rentista: **1) Investimento Público:** Teto para gastos públicos (Emenda Constitucional nº 95 de 2016); **2) Trabalho:** Reforma trabalhista (Lei nº 13.467/2017) e terceirização irrestrita (Lei nº 13.429/2017). Essas reformas que já haviam sido aviltadas na “ponte para o futuro”, como vontade, mas não como algo mais concreto, que só se efetiva, evidentemente, após o golpe.

Os principais aspectos evidentes nas reformas são as: perspectivas austeras e uma agenda pró-capital [especialmente os rentistas], e, por consequência, de ataque às classes trabalhadoras. Se no primeiro ponto, na E.C. 95/2016, evidencia-se a necessidade de limitar a suposta “gastança” do governo anterior, o que se observa é o princípio ortodoxo e neoliberal de agenda para os países em desenvolvimento. Agenda que é colocada desde fins dos anos de 1980 a partir do chamado Consenso de Washington, porém, o sucesso destas depende da correlação de forças em determinado tempo e espaço.

Ao limitar o investimento público o que se buscou era “restabelecer a confiança na sustentabilidade dos gastos e da dívida pública. [...] Que, dado o quadro agudo de desequilíbrio fiscal que se desenvolveu nos últimos anos, esse instrumento é essencial para recolocar a economia em trajetória de crescimento, com geração de renda e empregos. Corrigir os desequilíbrios das contas públicas é condição necessária para retirar a economia brasileira da situação crítica [em que se encontra]”. Assim, a proposta é a “criação de limites para o crescimento das despesas primárias total do governo central” (Proposta de Emenda Constitucional nº 55/2016).

O que se observa na justificativa é a cartilha do referido Consenso de Washington e a necessidade de aplicação de políticas econômicas de caráter ortodoxo, para as reformas.

países dependentes. Dentre as medidas buscadas pelas *reformas temerárias*, nota-se uma evidente aproximação dos ajustes recomendados em tal consenso, como é o caso do ajuste fiscal e metas monetárias restritivas.

Essas medidas, no limite, implicariam na precarização em longo prazo dos serviços públicos que atendem substancialmente a classe trabalhadora, pois é esta a principal usuária dos serviços públicos, especialmente de saúde e educação. De acordo com Bastos (2016), ao contrário do que se imagina, a concentração da renda não significa necessariamente uma condição para o aumento de investimentos, mas os próprios aumentos nos gastos sociais e de políticas redistributivas implicam no crescimento do PIB. Assim, ao se reduzir os investimentos em saúde e educação, por exemplo, como é mascarado na E.C.nº55, abrem-se flancos para a mercantilização destes, e mais uma vez, quem são as principais beneficiárias são as grandes corporações capitalistas.

Já as reformas que afetam diretamente o mundo do trabalho, e, portanto, a classe trabalhadora, expostas nas leis 13.467/2017 [reforma trabalhista] e 13.429/2017 [terceirização irrestrita], tinham como justificativas principais a modernização das relações trabalhistas, o combate à informalidade e a geração de novos postos de empregos.

Efetivamente, na primeira delas o que se evidenciou foi um desmonte total do que resta, segundo Souto Maior (2017), do projeto de Estado Social Democrático de Direito no Brasil, pois ela impõe uma dura derrota a classe trabalhadora, como se ela fosse uma grande privilegiada em razão de seus direitos trabalhistas. Para o autor, esse desdobramento se dá em razão de alguns aspectos importantes da reforma, que são: negociado sobre legislado, afastamento da Justiça do Trabalho, individualismo das relações de trabalho e políticas de subemprego com os contratos intermitentes. Tudo isso seria o resultado de uma criação de fetiches do empresariado brasileiro que os problemas seriam em virtude de uma alta carga tributária na contratação dos trabalhadores (SOUTO MAIOR, 2017).

Ainda nesse mesmo sentido, segundo Magalhães *et. al.* (2017), quem estão por trás da reforma trabalhista são lobistas de bancos, indústrias e transportes, sendo que, partes das emendas foram integralmente redigidas em computadores de representantes nacionais da Confederação Nacional dos Transportes (CNT), Instituições Financeiras (CNF), Indústria (CNI) e Associação Nacional do Transporte de Cargas e Logística (NTC&Logística).

Com relação à Lei 13.429/2017, um aspecto inicial que a nosso ver é importante destacar é o fato de esta lei ser resultada de uma proposição datada de 1998, o PL 4302, cujo proponente houvera sido o então presidente da república, Fernando Henrique Cardoso. Este PL era inclusive, mais “agressivo” do que aquele apresentado, anos mais tarde, pelo empresário Sandro Mabel, o PL 4330/2004. A regulamentação da terceirização foi um intenso debate que vinha sendo traçado desde os anos de 1990, porém, a correlação de forças durante o governo lulo-petista, fez com que não progredisse esse tema, ou pelo menos, não da forma como defendiam as frações

burguesas. É nesse sentido que Vicentinho, encampando a proposta da CUT propôs o PL 1621/2007, que buscava regulamentar a terceirização, porém, não de forma irrestrita.

Ao promulgar em 2017 um PL que estava parado desde 1998, tornando irrestrita a terceirização, fica evidente a demanda das frações burguesas, que na atual conjuntura tinha as forças necessárias para fazer valer seus interesses. Conforme argumentou Cunha (2015), a terceirização era compreendida como uma prática “necessária”, “moderna” e “racional”, cuja finalidade é criar consenso nos trabalhadores sobre a importância e inevitabilidade desta prática, construindo assim um novo tipo humano. Do ponto de vista político, ainda argumentou em sua pesquisa, que esta prática gera uma sociabilidade do medo que potencializa a naturalização das situações de humilhações no trabalho, bem como, gera uma individualização e fragmentação no sentimento coletivo destes trabalhadores.

Portanto, nas duas leis aprovadas a respeito do mundo do trabalho por nós mencionados, fica mais do que evidente os interesses das frações burguesas produtivas, em, por um lado reduzir o custo que os empresários possuem para a contratação da força de trabalho, bem como, atacar a solidariedade de classe, fragilizando as resistências e a capacidade de mobilização e de luta dos trabalhadores. Esse é um dos elementos importantes para compreendermos o golpe e as razões da FIESP (e o capital produtivo) abraçar as reformas *temerárias* e bradar que não iriam pagar o pato. Certamente não pagou, quem o está fazendo é a classe trabalhadora.

Como as reformas *temerárias* são de grande impacto à classe trabalhadora de maneira geral, seria necessário tentar construir um consenso com os trabalhadores desorganizados politicamente, permitindo que estes aceitem e compreendam a “importância” e a “necessidade” das reformas – e também, para que não endossem o coro dos trabalhadores organizados politicamente que se mantém de pé contra os retrocessos às suas conquistas.

Assim, as narrativas das frações hegemônicas apontam, para a necessidade de “arrumar bagunça da casa deixada pelo petismo” e “colocar o país nos trilhos do desenvolvimento”, não sem antes, todos fazerem “esforços extraordinários” em prol do Brasil. Ou seja, todos deveriam abrir mão de algo para recolocar o país no caminho do crescimento econômico, porém, quem seriam os responsáveis por tentar convencer as frações da classe trabalhadora desorganizada politicamente? Em nosso entendimento, a bancada evangélica.

É aqui, a nosso ver, que os representantes neopentecostais (bancada evangélica) possuem um papel importante e decisivo, pois, a busca da construção de um consenso para as reformas passa pelo apoio irrestrito destes parlamentares que representam milhões de trabalhadores, sendo que, a tentativa de forjar um consenso para os trabalhadores desorganizados politicamente não passam por uma dimensão “política”, mas moralizante.

3 | A BANCADA EVANGÉLICA: GOLPES E AS REFORMAS TEMERÁRIAS

Na bancada evangélica estão agrupados aqueles que professam a fé segundo a doutrina evangélica ou que se alinham ao grupo em votação de temas específicos. A bancada evangélica ainda atua de maneira organizada na câmara e no senado, sendo registrada, desde 2003, como Frente Parlamentar Evangélica. Na atual composição do bloco no poder, conta com um total de 78 representantes (num total de 513) na câmara dos deputados eleitos em 2014, representando um total de 8.218.093 eleitores¹⁴ (DIAP, 2014). Assim, entendemos que os posicionamentos desses parlamentares nas reformas *temerárias* dão indícios de como buscam criar um consenso nos trabalhadores que eles representam, sobretudo, em virtude de muitos destes parlamentares eleitos ocupam também uma posição de liderança em suas instituições religiosas.

Convém ainda destacar que eles não representam um bloco que pensa e age de maneira única, uma vez que, em razão de serem vinculados a diferentes igrejas formam um universo, plural e cheio de tensões, todavia, possuem um consenso quando dizem respeito às pautas relativas aos costumes e à moral, uma vez que, embora sejam representantes de diferentes agrupações religiosas, e que possam ter interesses materiais diferentes, os grupos neopentecostais e evangélicos, orientam-se politicamente e ideologicamente baseados em premissas bíblicas.

Portanto, a aproximação que fazemos da crise do *lulo-petismo* e a ascensão neopentecostal, diz respeito à maneira como esses últimos se colocaram durante o curso do golpe parlamentar e, também, como se colocaram ao lado das *reformas temerárias*.

Os neopentecostais que compõem a “Bancada Evangélica”, durante o processo que depôs a presidenta Dilma Rousseff, votaram de maneira massiva em prol da ruptura, 93% votaram favoráveis ao golpe. Apenas seis parlamentares votaram contra, sendo ainda três deles, membros do Partido dos Trabalhadores. Com relação às reformas *temerárias* iniciadas pela PEC 241 (E.C. nº 55 de 2016), a bancada evangélica votou em peso em prol do projeto apresentado por Temer. Dos 78 parlamentares, apenas nove votaram contrários à proposta do presidencial, sendo uma delas, Clarissa Garotinho do PP-RJ, expulsa do partido após ela ter votado contrário. No que tange a reforma trabalhista, aprovada também pelo pleno da câmara dos deputados, a adesão da bancada evangélica, não foi consensual, sendo 25 parlamentares contrários à reforma e 53 favoráveis. Por fim, com relação ao projeto que torna irrestrita a terceirização, foi a votação mais dividida, porém, 36 foram favoráveis ao passo que 43 foram contrários, porém, estes 36 votos foram decisivos para que o projeto fosse aprovado, uma vez que o placar final foi 231 favoráveis x 188 contrários, caso não fossem os 36 votos, seria 195 (favoráveis) x 224 (contrários).

Há ainda um aspecto importante que cabe salientar que foi a votação que decidiu pela não cassação do presidente Michel Temer, nessa votação a bancada

¹⁴ Este é o resultado somado dos votos para os parlamentares da bancada evangélica. Os dados por nós utilizados foram produzidos pelo Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP).

evangélica votou em maioria pelo arquivamento da denúncia, sendo seis contrários ao arquivamento e o restante favorável. Com isso, nota-se que a bancada evangélica possui uma forte ligação com as reformas *temerárias* pós-deposição de Dilma.

Portanto, a bancada evangélica, ainda que não possuam uma dimensão hegemônica no bloco no poder, ela ocupa um papel importante como uma fração de apoio, isto porque, por ser uma das maiores bancadas no poder legislativo, seu apoio às reformas *temerárias* são cruciais para sejam aprovadas.

Se as reformas *temerárias* são extremamente impopulares, os pregadores e legisladores neopentecostais buscam assumir uma posição de dupla autoridade moral, por um lado, como legisladores e por outro como líderes morais. Nesse sentido, contribuem para a criação de leis que visam regular o cotidiano das pessoas baseando-se em uma prescrição ética destes grupos, querendo universalizar seus valores particulares. Se por um lado, defendem as reformas que endurecem a vida cotidiana dos trabalhadores, se consideram messiânicos por serem apoiados por suposta “revelação divina”, a “missão” de legislar a ordem, instaurar a harmonia e reprimir o caos, adotando como estratégias ideológicas a negação das divisões e das polarizações sociais (DANTAS, 2011).

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS: NÃO PENSE EM CRISE, TRABALHE!

Levando em consideração o Estado como um campo relacional, que condensa e materializa a luta de classes, na busca de construir uma coesão, concluímos levando em consideração outra hipótese¹⁵: o PT já não seria mais necessário ao Bloco no Poder. A questão da conjuntura econômica leva às frações burguesas a adotarem medidas antipopulares e fazendo os trabalhadores pagarem pela crise a custas de seus postos de trabalhos. Evidentemente isso gera revoltas e mobilizações das classes trabalhadoras. Porém, conforme apresentado nas grandes mídias, a culpa da crise econômica parecia recair toda sobre o governo presidencial de Dilma Rousseff, e que com um pretenso impeachment/golpe as coisas poder-se-iam resolver.

É justamente nesse sentido, que entendemos que a bancada evangélica, pode ser uma fração importante, isto porque, por ter um grande peso no legislativo, como já demonstramos anteriormente, ela possui uma capacidade de criar um consenso, do ponto de vista ideológico-moral, nos trabalhadores que não se sentem representados por partidos políticos, mas por seus líderes religiosos, justificando a necessidade de aprovar as reformas, e, mais do que isso, que os esforços necessários para “retirar o país da crise” será recompensado por uma benesse divina.

A religião atende psicologicamente a uma necessidade muito geral. Os afortunados raramente se contentam com o fato de serem afortunados. Além disso, necessitam saber que tem o direito à sua boa sorte. Desejam ser convencidos de que a “merecem” e, acima de tudo, que a merecem em comparação com outros. Desejam

15 Aqui não teremos o espaço necessário para buscar a comprovação desta.

Em certa medida o pensamento de Weber, em nosso entendimento, nos ajuda a compreender, isso que estamos chamando ao longo deste texto, de tentativa de construção de um consenso. Isto porque, a religião busca suprir aquilo que o mundo profano não dá. Segundo Pierucci e Prandi (1996), é no momento de crise existencial que a conversão se dá, quando se manifesta a cura, quando o problema se resolve, quando a vida recupera sentido. Ou seja, quando frações da classe trabalhadora se veem diante da crise e não consegue vislumbrar uma possibilidade de ascensão social a partir da própria materialidade de seu trabalho, esperam uma intervenção divina, que, sendo a política levada a cabo pela sua premissa religiosa, Deus supostamente intercederia em prol destes sujeitos trabalhadores, operando assim o milagre do ganho material (MACEDO, 2008).

Com isso, podemos entender que os deputados evangélicos cumprem a função da ordem e da moral, salvaguardando proposições, controlando condutas e exigindo obediência, mais ainda, sob essa perspectiva, não existe moralidade sem lei, disciplina e submissão (DANTAS, 2011).

Assim sendo, em razão desse prisma ideológico, bem como pelo crescimento destes setores em números absolutos da população, para as frações burguesas este é um discurso ideológico de extrema importância, e que tem alcance sobre a classe trabalhadora desorganizada que se vê representada pelos pastores de suas igrejas e não em um partido de trabalhadores.

Ainda movimentado por uma acesse e uma ética protestante, tal como demonstrada por Weber (2001), a conjuntura de crise econômica, segundo os defensores do impeachment e a nova composição do governo, seria resolvida não pensando em crise, mas trabalhando. Em diversas cidades via-se logo após a admissibilidade do processo de *impeachment* e afastamento de Dilma, *outdoors* com a frase: “Não pense em crise, trabalhe!” (sic), com o logo do novo governo.

Portanto, o PT já poderia ser uma carta fora do baralho, pensando nos interesses das frações burguesas que em aceitaram em 2002 a condução do Estado por um partido que se colocava como defensor dos interesses das classes trabalhadoras, ainda que na prática, não se deu desta maneira, mas que agora, já não seria mais necessário, pois havia outros setores que poderiam costurar esse apoio das frações trabalhadoras, convertendo-os, não em atores políticos que contestam, mas que obedecem as ordens morais de seus representantes, que, se associam às frações burguesas hegemônicas, na busca de apoio material para levar a cabo suas reformas moralizantes.

REFERÊNCIAS

BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. **PEC 55 (ex-241): contraproducente, injusta e antidemocrática**. In: Comissão de Assuntos Econômicos e Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado, 08 de novembro de 2016. Disponível em: <<http://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento/download/0cd761bb-8629-4e77-848e-2975d2f14072>>. Acesso em: 11 de fevereiro de 2018.

_____. Que horas ela volta? Economia política e política econômica de Lula a Dilma. In: MARINGONI, Gilberto; MEDEIROS, Juliano. **Cinco mil dias: o Brasil na era do lulismo**. São Paulo: Boitempo; Fundação Lauro Campos, 2017. p. 77 – 90.

BOITO JR, Armando. Governos Lula: a nova burguesia nacional no poder. In: BOITO JR, Armando; GALVÃO, Andréia. (orgs.). **Política e classes sociais no Brasil dos anos 2000**. São Paulo: Alameda, 2012. p. 69 – 104.

CUNHA, Yuri Rodrigues da. **Terceirização e terceirizados: um estudo sobre os impactos objetivos e subjetivos da terceirização sobre trabalhadores terceirizados que atuam no setor de limpeza em escolas estaduais no município de Marília-SP**. 2015. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia e Ciências de Marília, Universidade Estadual Paulista – Marília, 2015. Disponível em: <<http://200.145.6.238/handle/11449/123213>> Acesso em: 11 fevereiro de 2016.

DUVERGER, Maurice. **Ciência Política: teoria e método**. Rio de Janeiro: Zahar, 1962.

DANTAS, Bruna Surugay do Amaral. **Religião e Política: ideologia e ação da “Bancada Evangélica” na Câmara Federal**. Tese de Doutorado, PUC. São Paulo: 2011.

DIAP, Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar. **Radiografia do Novo Congresso: Legislatura 2015-2019**. Brasília: DIAP, 2014.

GOHN, Maria da Glória. **Manifestações de junho de 2013 no Brasil e praça dos indignados no mundo**. 2ªEd. Petrópolis: Vozes, 2015.

MACEDO, Edir; OLIVEIRA, Carlos. **Plano de poder: Deus, os cristãos e a política**. Rio de Janeiro: Thomas Nelson Brasil, 2008.

MARX, Karl. **O 18 Brumário de Luís Bonaparte**. Trad. Nélcio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. **As lutas de classes na França: de 1848 – 1850**. Trad. Nélcio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2012.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Boitempo, 2005.

MÉSZÁROS, István. **A montanha que devemos conquistar: reflexões acerca do Estado**. São Paulo: Boitempo, 2015.

PIERUCCI, Antônio Flávio, PRANDI, Reginaldo. **A realidade social das religiões no Brasil: religião, política e sociedade**. São Paulo: Hucitec, 1996.

POULANTZAS, Nicos. **As classes sociais no capitalismo de Hoje**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

_____. **Poder Político e Classes Sociais**. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

PMDB. **Uma ponte para o futuro**. Disponível em: <https://www.fundacaoulysses.org.br/wp-content/uploads/2016/11/UMA-PONTE-PARA-O-FUTURO.pdf>. Brasília: Fundação Ulysses Guimarães, Acesso em: 14 de dezembro de 2018.

PSDB. **Plano de Governo**: Aécio Neves – PSDB, 2014. Disponível em: < <http://divulgacand2014.tse.jus.br/divulga-cand-2014/proposta/eleicao/2014/idEleicao/143/UE/BR/candidato/280000000085/idarquivo/229?x=1404680555000280000000085>> Acesso em: 11 de novembro de 2017.

SAMPAIO JR; Plínio de Arruda. **Crônica de uma crise anunciada**: crítica à economia política de Lula e Dilma. São Paulo: SG-Amarante Editorial, 2017.

SECCO, Lincoln. **História do PT**. 4ªEd. Cotia: Ateliê Editorial, 2015.

SINGER, André. **Os sentidos do lulismo**: reforma gradual e pacto conservador. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SILVA, Luiz Inácio Lula da. O necessário, o possível e o impossível. Entrevista concedida a Emir Sader e Pablo Gentili. In: SADER, Emir (org.). **10 anos de governos pós-neoliberais**: Lula e Dilma. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: FLACSO Brasil, 2013. p. 09 – 30.

SOUTO MAIOR, Jorge Luiz. **A quem interessa essa “reforma” trabalhista?** [blog da internet], 1º de maio de 2017. Disponível em: <<https://www.jorgesoutomaior.com/blog/a-quem-interessa-essa-reforma-trabalhista>> Acesso em: 11 de fevereiro de 2018.

THIOLLENT, Michael. **Crítica Metodológica, Investigação Social e Enquete Operária**; São Paulo: Pólis, 1980.

VALENTE, Ivan. O colapso da conciliação de classes. In: MARINGONI, Gilberto; MEDEIROS, Juliano. **Cinco mil dias**: o Brasil na era do lulismo. São Paulo: Boitempo; Fundação Lauro Campos, 2017. p. 59 – 64.

WEBER, Max. **Ensaios de Sociologia**. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar. S.d

WOOD, Ellen. **Democracia Contra Capitalismo**: a renovação do materialismo histórico. São Paulo: Boitempo, 2006.

Referências Jornalísticas

AGOSTINE, Cristiane. Metrô de São Paulo liberou a catraca para manifestantes em ato contra a Dilma. *Valor Econômico*, 18 de março de 2015. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/politica/3963126/metro-de-sp-liberou-catraca-para-manifestantes-em-ato-contra-dilma>>. Acesso em: 07 de Julho de 2016.

BEDINELLI, Talita. Três grupos organizam os atos anti-Dilma, em meio a divergências. *El País Brasil*, 15 de março de 2015. Disponível em: <http://brasil.elpais.com/brasil/2015/03/13/politica/1426285527_427203.html>. Acesso em: 07 de Julho de 2016.

BARROS, Guilherme. Número um do FMI está otimista com Lula. *Folha de São Paulo*, 10 de Dezembro de 2002. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi1012200215.htm>>. Acesso em: 07 de Julho de 2016.

DILMA sanciona lei que aumenta tributo sobre lucro dos bancos. *G1.com*, 07 de outubro de 2015. Disponível em: < <http://g1.globo.com/economia/noticia/2015/10/dilma-sanciona-lei-que-eleva-tributo-de-bancos.html>>

DINIZ, Maiana. Manifestantes contra o governo são brancos e de alta renda, aponta pesquisa. *Agência Brasil, EBC*, 18 de agosto de 2015. Disponível em: < <http://www.ebc.com.br/noticias/2015/08/pesquisas-revelam-retrato-social-e-racial-de-manifestantes>> Acesso em: 07 de Julho de 2016.

GALINDO, Rogério. 93% dos deputados da bancada evangélica votaram pelo impeachment. *Gazeta do Povo*, 17 de Abril de 2016. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/blogs/caixa-zero/93->

dos-deputados-da-bancada-evangelica-votaram-pelo-impeachment/>. Acesso em: 07 de Julho de 2016.

MAGALHÃES, Alline; *et al.* Lobistas de bancos, indústrias e transportes estão por trás das emendas das reformas trabalhistas. *The Intercept Brasil*, 26 de Abril de 2017. Disponível em: <<https://theintercept.com/2017/04/26/lobistas-de-bancos-industrias-e-transportes-quem-esta-por-tras-das-emendas-da-reforma-trabalhista/>> Acesso em: 11 de fevereiro de 2018.

MANIFESTANTES protestam contra Dilma em todos os estados, DF e exterior. *G1.com*, 16 de março de 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/03/manifestantes-protestam-contradilma-em-estados-no-df-e-no-exterio.html>>. Acesso em: 07 de Julho de 2016.

PIRES, Claudia. Lula pode voltar a se pronunciar para acalmar mercados. *Reuters*, São Paulo, 16 de Outubro de 2002. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/inter/reuters/2002/10/16/ult27u27443.jhtm>> Acesso em: 07 de Junho de 2016.

PONTES, Jorge. Corrupção sistêmica institucionalizada. *O Globo*, Rio de Janeiro, 25 de dezembro de 2014. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/opiniao/corruptao-sistemica-institucionalizada-14905059>>. Acesso em: 07 de Julho de 2016.

PRESIDENTE do Itaú elogia “pacto” do PT. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 20 de Outubro de 2002. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2010200231.htm>>. Acesso em 07 de Julho de 2016.

SIQUEIRA, Carol. *Câmara autoriza instauração de processo de impeachment de Dilma com 367 votos a favor e 137 contra*. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/POLITICA/507325-CAMARA-AUTORIZA-INSTAURACAO-DE-PROCESSO-DE-IMPEACHMENT-DE-DILMA-COM-367-VOTOS-A-FAVOR-E-137-CONTRA.html>>. Acesso em: 21 de Abril de 2016.

THEME, Antônio Carlos Mendes. Corrupção institucionalizada: uma marca de governo. *Congresso em foco*, 18 de dezembro de 2014. Disponível em: <<http://congressoemfoco.uol.com.br/noticias/corruptao-institucionalizada-uma-marca-de-governo/>>. Acesso em: 07 de julho de 2016.

URIBE, Gustavo; LIMA, Daniela. Manifestação contra Dilma reúne 2.500 pessoas em São Paulo. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 01 de Novembro de 2014. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/11/1542047-ato-em-sao-paulo-pede-impeachment-de-dilma-e-intervencao-militar.shtml>>. Acesso em: 13 de Abril de 2016.

VENCESLAU, Pedro. Tucanos definem atuação nos atos pró-impeachment. *Estado de São Paulo*, São Paulo, 28 de fevereiro de 2015. Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,tucanosdefinematuaconosatosproimpeachmentimp,1641620#>> . Acesso em: 07 de julho de 2016.

FUNDOS DE PENSÃO E TRANSFORMISMO SINDICAL NO GOVERNO LULA

Mateus Ubirajara Silva Santana

Doutorando em Ciência Econômica pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

E-mail:

Paulo Sérgio Fracalanza

Professor livre-docente no Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). E-mail:

INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como principal objetivo analisar a relação entre sindicatos e fundos de pensão no Brasil, sobretudo durante o governo Lula (2003-2010). Busca-se a partir dele identificar os discursos e as práticas da instituição sindical e de seus membros em torno da poupança previdenciária dos trabalhadores.

Opondo-se, no plano discursivo, ao modelo norte-americano de fundos de pensão, nos quais a participação sindical possui um grau mínimo de influência sobre suas decisões de investimento, no Brasil as organizações sindicais e o PT defendiam a ampliação da atuação dos sindicatos na gestão dos fundos a partir da mobilização de argumentos legitimadores. A justificativa central repousava na ideia de que, enquanto representantes da

classe trabalhadora, os gestores de origem sindical poderiam redirecionar os investimentos dos fundos a atividades produtivas, capazes de gerar crescimento econômico e emprego privilegiando assim os interesses dos trabalhadores.

Diversos estudiosos, porém, criticam os resultados da gestão sindical nos fundos de pensão, afirmando que esse processo deu origem a uma elite sindical gestora de fundos de pensão, que tende a ter uma representação cada vez mais distante dos interesses dos trabalhadores, sinalizando para uma profissionalização das entidades e maior estreitamento com as práticas financeiras e rentistas.

Portanto, nos limites deste artigo, propõe-se, num primeiro momento, revelar os contornos mais gerais do movimento de financeirização e da atuação dos fundos de pensão nos países desenvolvidos. Em seguida, busca-se investigar os discursos, as crenças e práticas dos sindicatos no Brasil, sobretudo na administração Lula, que justificam sua imersão nos fundos de pensão, com vistas a explorar as contradições que envolvem a prática do sindicalismo brasileiro dos anos 2000 e o discurso legitimador de suas escolhas políticas.

FUNDOS DE PENSÃO NO CENÁRIO INTERNACIONAL

No plano internacional, sobretudo nos países onde os mercados financeiros encontram-se altamente desenvolvidos, como Estados Unidos e Inglaterra, os fundos de pensão têm se mostrado, desde a década de 1980, uma força social determinante na moldagem da forma de organização e gestão da corporação capitalista, provocando profundos impactos nas relações de trabalho e na própria forma de atuação e organização sindical. Por concentrarem grande volume de recursos, originário da poupança de trabalhadores, esses grandes fundos de pensão, juntamente com outros investidores institucionais¹, tornaram-se acionistas de diversos grupos econômicos em todo mundo, chegando a participar ativamente em seus Conselhos Administrativo e Fiscal e fazendo valer, dessa forma, seus interesses enquanto proprietários da riqueza mobiliária.

Além de acionistas, os fundos de pensão tornaram-se relevantes também por seus maciços investimentos de portfólio, em grande parte voltados a aplicações em ativos financeiros do mundo inteiro. Seus investimentos possuem destinos diversos, abarcando desde ativos de maior liquidez e segurança (como os títulos públicos de países centrais), até ativos de rentabilidade mais volátil, como os títulos privados (*bonds* corporativos, cotas de fundos de investimento, cotas de ativos securitizados e participações em mercados de derivativos).

Segundo Sauviat (2005), entre os investidores institucionais, os fundos de pensão e os fundos mútuos merecem destaque por representarem os atores mais importantes e dinâmicos do mercado financeiro mundial. Sua importância se justifica, em primeiro lugar, pelo tamanho e força que adquiriram ao centralizar a poupança coletiva dos trabalhadores e pelas suas atuações como vetores transformadores da relação capital-trabalho.

Em países anglo-saxões, os ativos dos fundos de pensão chegam a patamares correspondentes a 70% do PIB, revelando a nítida centralidade que esses agentes alcançaram no cenário internacional dominado pelas finanças. Enquanto acionistas de grandes corporações, os fundos de pensão dos países centrais revelam-se capazes de influenciar diretamente as decisões de gestão da empresa, como, por exemplo, a forma e o grau de endividamento, a política de investimento, as deslocalizações de plantas produtivas, as estratégias de externalização de atividades produtivas, as técnicas de reestruturação e as práticas em geral que orientam a gestão corporativa, com vistas à maior eficiência na alocação de seus recursos. Frequentemente, essas práticas implicam prejuízos aos trabalhadores, já que se traduzem em corte de custos com pessoal, achatamento de salários, demissões, utilização de mão de obra terceirizada e precarização das condições de trabalho em geral.

Assim, os fundos de pensão, ao lado dos demais investidores institucionais,

¹ Investidores institucionais incluem bancos, companhias de seguro, fundos de pensão, fundos mútuos e fundos soberanos, que, devido à grande soma de recursos acumulados, passaram a atuar nos mercados financeiros globais, tornando-se importantes e poderosos atores no cenário econômico internacional.

apresentam-se como importantes artífices das transformações nas formas da governança corporativa, sobretudo nos Estados Unidos. Assiste-se em todo o mundo, mas principalmente neste país, a substituição da lógica de *reter e investir* – característica do modelo fordista e do modelo da firma gerencial, em que os lucros retidos pela corporação eram reinvestidos para seu crescimento – pela estratégia de *diminuir e distribuir*, sob a égide do que se convencionou denominar de *maximizing shareholder value*, quando passa a prevalecer a lógica de valorização de curto prazo dos ativos financeiros². Tal transformação está intimamente associada à distribuição dos lucros gerados, quer sob a forma de dividendos e recompras de ações aos acionistas, quer na ampliação das políticas de salários diretos e bonificações aos executivos corporativos.

O fato desses fundos serem formados pela poupança previdenciária de trabalhadores se consubstanciar em grandes investidores institucionais que buscam valorizar seus ativos nos mercados financeiros globais representa por si só uma contradição, uma vez que, reunindo recursos dos trabalhadores, eles se configuram em atores financeiros, com capacidade de influir diretamente nos fluxos de capitais mundiais. Essa contradição é levada ao paroxismo na medida em que, na posição de acionistas de grandes corporações e estando presentes em seus Conselhos Administrativo e Fiscal, esses fundos impõem a lógica da financeirização e práticas relacionadas às práticas de reestruturação produtiva, que levam à precarização do próprio trabalho.

Desde a década de 1980, os sindicatos americanos despertaram interesse para a poupança acumulada dos trabalhadores, reivindicando sua gestão a partir da justificativa de representação dos participantes e de atuarem como agentes de governança corporativa. No entanto, Sauviat (2005) e Lordon (2000) compartilham da visão de que as organizações sindicais americanas estão mais sintonizadas com a prática ortodoxa e rentista dos investimentos e subordinados à lógica financeira de valorização do capital do que com uma gestão responsável, voltada aos interesses e à segurança dos trabalhadores.

FUNDOS DE PENSÃO E SINDICATOS NO GOVERNO LULA

Segundo Raimundo (2002: 146-147), a introdução das leis complementares 108 e 109 de 2001³, ao substituírem a lei 6.435 de 1977 como organizadora do sistema de previdência complementar, abriram um espaço inédito aos seus participantes na medida em que determinaram que os Conselhos Fiscal e Deliberativo dos fundos de pensão incorporassem maior representação da classe trabalhadora. Tratou-se de

² Lazonik e O’Sullivan (2000).

³ A lei 108/2001, permitiu a maior “democratização” da participação dos trabalhadores nos fundos ao assegurar que seus representantes ocupassem, pelo menos, 1/3 das vagas nos seus Conselhos Deliberativos e Fiscais, no caso de fundos de pensão patrocinados por empresas privadas ou instituídas por sindicatos e órgãos representativos de classe. Por sua vez, a lei complementar 109/2001 passou autorizar a criação dos fundos de pensão por intermédio do *instituidor* profissional, classista ou setorial.

marco regulatório fundamental que veio a permitir a maior atuação dos sindicatos de trabalhadores na gestão dos fundos, criando maior possibilidade de direcionamento dos investimentos conforme seus interesses.

A reforma previdenciária de 2003, implementada no governo Lula, com apoio de centrais e organizações sindicais, também representou um importante marco na legislação acerca dos fundos de pensão. Isso porque, entre suas medidas encontrava-se a imposição de um teto de benefícios previdenciários aos servidores públicos e, simultaneamente, a criação de um sistema de previdência complementar (privado), de caráter voluntário, que fornecesse planos de Contribuição Definida aos seus participantes.

A presença de membros ligados a sindicatos na gestão dos grandes fundos de pensão brasileiros, cujos principais patrocinadores são empresas públicas, como Previ (Banco do Brasil), Petros (Petrobras) e Funcef (Caixa Econômica Federal), revelou-se bastante expressiva durante o governo Lula. O estudo de Maria Celina d'Araújo (2009) aponta que no segundo governo FHC a porcentagem de gestores ligados a sindicatos nesses três principais fundos era de 41%. Já no primeiro governo Lula, essa participação aumentou para 51%, até alcançar o patamar de 66% no segundo mandato de Lula⁴.

Desde a década de 1990, os fundos de pensão estavam na agenda dos sindicatos e do próprio PT. Embora, em um primeiro momento, os membros sindicais estivessem mais arredios em participar de uma atividade tida como “engrenagem do capitalismo financeiro global”, eles começaram a mudar de ideia e a defender a ampliação dos fundos via ampliação da previdência complementar e maior participação sindical em sua gestão.

Em 2011, Lula já enfatizava a importância estratégica dos fundos na economia brasileira, afirmando que “se não aumentarmos a poupança, não haverá recursos para investimentos; se não houver investimentos, não haverá crescimento econômico; se não houver crescimento, não haverá criação de emprego” (ZIBECHI, 2011: 76). Os fundos de pensão, assim, passavam a ser vistos como um instrumento de *funding*, com capacidade de financiar o crescimento e o desenvolvimento econômico do país.

Até o governo Lula, os fundos de pensão eram associados à ideia de corrupção e ilegitimidade em função das grandes somas que acumulavam e da ausência de mecanismos de fiscalização e transparência, além da permanente preocupação com sua possível insolvência ou falência, em um contexto marcado pela instabilidade econômica, característico dos anos 1980 e 1990. Contudo, como mostra Jardim (2009), a partir de um discurso de inclusão social via fundos de pensão, de desenvolvimento da “cultura previdenciária” e da coletivização dos riscos, o governo Lula iniciou uma

4 Alguns nomes importantes podem ser destacados, como: Wagner Pinheiros, que, após ser dirigente de sindicatos bancários, dirigiu a Petros e a Postalis; Guilherme Lacerda, que participou da fundação da CUT e presidiu a Funcef; Sérgio Rosa, que ocupou a presidência da Confederação Nacional dos Bancários e da Previ; José Sasseron que foi dirigente do Sindicato dos Bancários de São Paulo, Diretor de Seguridade da Previ e presidente da Anapar.

campanha que buscou trazer o conceito de solidariedade aos fundos de pensão, até então presentes apenas no modelo previdenciário de repartição e não no regime de capitalização.

Ainda segundo a autora, a ideia inicial era tornar os fundos de pensão instrumentos de inclusão social, através da crescente participação de representantes dos trabalhadores em sua gestão e da difusão dos princípios de solidariedade e seguridade, partindo da premissa de que é possível moralizar e humanizar o capitalismo, desde que os interesses dos trabalhadores prevaleçam sobre os do capital.

Além disso, acreditava-se que os fundos de pensão poderiam servir como instrumento de luta contra o processo de financeirização da economia. Por mais contraditória que possa parecer essa possibilidade, seus defensores argumentavam que os investimentos deveriam se direcionar a atividades produtivas e “éticas”, contribuindo, dessa forma, para frear as práticas rentistas e especulativas e, ao mesmo tempo, estimular o nível de atividade econômica, gerando emprego e renda, a partir de investimentos em infraestrutura.

As organizações e centrais sindicais conferiram respaldo político a essa estratégia do governo petista por meio de seus discursos e práticas de defesa dos fundos de pensão enquanto alternativa à previdência pública e, ao mesmo tempo, como espaço de atuação sindical, no qual os representantes da classe trabalhadora poderiam influir nas decisões de investimento. Aderindo ao discurso de que essas entidades poderiam ser um instrumento na luta contra o processo de financeirização da economia, o movimento sindical, em sua maior parte, defendeu que a poupança dos trabalhadores deveria ser utilizada em proveito deles, e seus investimentos deveriam ser voltados a atividades produtivas e “éticas”, que garantissem a rentabilidade e a segurança dos aposentados e, ao mesmo tempo, o nível de atividade da economia real.

FUNDOS DE PENSÃO E FINANCEIRIZAÇÃO DA ALTA BUROCRACIA SINDICAL

A imersão de sindicatos no mundo das finanças, particularmente na gestão de fundos de pensão, suscitou um debate importante no meio acadêmico: esse processo não representaria uma transformação radical nas crenças e práticas da instituição sindical? Os sindicalistas não conformariam uma nova elite sindical, distanciando-se assim de sua base social, a classe trabalhadora? As discussões em torno dessa questão estão associadas, em primeiro lugar, às transformações pelas quais passaram as organizações sindicais ao longo da década de 1990, no contexto da reestruturação produtiva e da acumulação capitalista sob predomínio das finanças e, em um segundo momento, na relação que o sindicalismo estabeleceu com o governo Lula.

Segundo Marco Antonio de Oliveira (2003), a preocupação dos sindicatos se modificou a partir da década 1990: pautas ligadas a questões econômicas e sociais, como aumento salarial e ampliação de direitos trabalhistas – que caracterizavam as lutas do período anterior – perderam cada vez mais espaço para a temática da garantia

do emprego e do combate às demissões. Devido à nova realidade do mercado de trabalho, marcada pelo processo de reestruturação, flexibilização e precarização, a agenda sindical foi se transformando, tendendo a se concentrar na defesa do emprego, na participação nos resultados da empresa, na discussão sobre a gestão e organização do trabalho, nos efeitos da flexibilização da jornada de trabalho etc. Em suma, a pauta sindical tendeu a reduzir-se à sobrevivência no emprego e à tentativa de amenizar os efeitos deletérios provocados pelo processo de reestruturação produtiva e precarização das condições de trabalho.

A nova gestão laboral passou a exigir do trabalhador – ou do *colaborador*, como se convencionou denominá-lo no mundo corporativo – maior participação e envolvimento com os projetos da empresa, trazendo elementos que inexistiam na fábrica fordista, como a jornada de trabalho flexível, os deslocamentos, a necessidade de reciclagem contínua do profissional, a discussão em equipe – visando os melhores resultados para a empresa – as metas a serem batidas, a busca pelos prêmios e bônus por competência, o processo de individualização das responsabilidades e o aumento generalizado da concorrência no ambiente de trabalho.

Todos esses novos elementos trouxeram uma profunda mudança na relação capital-trabalho, impondo novos desafios ao sindicalismo, que teve de se adaptar a essa nova realidade. O fato é que se mostrou muito mais difícil aos sindicatos mobilizar a classe trabalhadora e, portanto, manter seu papel tradicional de representante de interesses amplos e de agente de barganha frente ao patronato. É nesse sentido que Oliveira (2003a) aponta para o surgimento de um *novo caráter sindical a partir dos anos 1990*: o sindicalismo de conciliação, que tem de negociar e realizar mais concessões para fazer valer seus interesses em um ambiente onde seu poder de influência e ação diminuiu drasticamente em decorrência da reestruturação produtiva e da nova gestão laboral.

Nesse cenário desfavorável à ação sindical tradicional, a agenda de participação pelas vias institucionais ganhou força e temas como políticas compensatórias e parcerias passaram a ser mobilizados. É nesse contexto que emerge o discurso que busca legitimar a aproximação dos sindicatos com os fundos de pensão.

Druck (2006) argumenta que ao longo dos anos 1990 teria ocorrido um processo de crescente despolitização dos sindicatos, traduzido em sua incapacidade de levar adiante propostas políticas mais assertivas e de apontar um projeto alternativo ao neoliberalismo. Galvão (2009), por sua vez, argumenta que já no início dos anos 1990, a direção majoritária da CUT sinalizava uma aproximação com o sindicalismo de resultados, assim como ficou associada a Força Sindical, buscando ocupar espaços institucionais e oferecer aos membros dos sindicatos um número crescente de serviços.

Como afirma Ramos (2013), embora esse processo tenha começado em administrações anteriores, durante o governo Lula, a conversão de (ex-) sindicalistas em gestores de fundos de pensão assumiu maior relevância. João Bernardo e Luciano Pereira (2008) buscam explorar as contradições de uma entidade de classe

tradicionalmente voltada à representação dos trabalhadores na negociação de compra e venda da força de trabalho e que passa a administrar e investir vultosos recursos. Segundo os autores, na posição de controladores de fundos financeiros, os dirigentes sindicais se aproximariam da figura do investidor capitalista, distanciando da representação dos interesses da classe trabalhadora.

Observando o movimento de aproximação e penetração da alta cúpula sindical com os fundos de pensão no caso brasileiro, Ruy Braga e Álvaro Bianchi (2011) defendem a ideia de que teria se iniciado, ao longo dos anos 1990, um processo de financeirização da alta burocracia sindical no Brasil, que se consolida no governo Lula, a partir da presença de sindicalistas na gestão e conselhos dos maiores fundos de pensão brasileiros, em um contexto marcado pelo regime global de acumulação financeira. Segundo os autores, o vínculo orgânico “transformista” da alta burocracia sindical com os fundos de pensão pavimenta um caminho sem volta do novo sindicalismo rumo ao regime de acumulação financeira globalizado (BRAGA, 2012: 141).

Ricardo Antunes (2003) também analisou de forma maneira crítica esse movimento dos sindicatos a partir dos anos 2000, principalmente a conivência da CUT com a reforma previdenciária de 2003 e sua política de adesão e reivindicação pela gestão dos fundos. Segundo ele, as centrais sindicais no Brasil caminham para um sindicalismo negocial, cujo interesse passa a se centrar na gestão das grandes somas de aposentadoria e nas práticas rentistas em detrimento de um comprometimento com as lutas sociais da classe trabalhadora.

No mesmo sentido, Francisco de Oliveira (2003a, 2003b) é também crítico à inserção dos sindicatos no universo dos fundos de pensão. Analisando o movimento de desestruturação do trabalho organizado ao longo da década de 1990 e a consequente perda da capacidade do poder político sindical, o autor apontava, no início dos anos 2000, para uma crescente dissociação entre as organizações de representação dos trabalhadores e sua base, afirmando que muitos dos antigos líderes sindicais, sobretudo aqueles ligados ao setor bancário, haviam se convertido em uma nova classe de elite sindical, defensora e/ou gestora de fundos de pensão.

CONCLUSÃO

Observa-se que a busca dos sindicatos pela gestão dos fundos de pensão se insere no contexto nacional e internacional de reestruturação produtiva e de reorganização do capital produtivo pela lógica financeira. As formas institucionais de organização e representação dos trabalhadores, frente a tais gigantescas transformações históricas, *optaram* por se aproximar do movimento de valorização capitalista e construir um discurso legitimador dessa sua opção.

Nesse sentido, a transformação dos sindicatos, sua paulatina aproximação com o mercado financeiro e sua reivindicação pela gestão dos fundos de pensão devem ser entendidas a partir do processo de reorganização e acumulação do capital e da busca

por novos espaços de atuação, como aqueles oferecidos pelos fundos de pensão.

No caso específico do Brasil, verificou-se que ao longo do governo Lula diversas lideranças sindicais, sobretudo aquelas ligadas ao setor bancário, passaram a reivindicar a gestão de fundos de pensão sob a justificativa de reorientar os investimentos para atividades produtivas, objetivando representar os interesses dos trabalhadores. Tenha tido ou não aderência à realidade, tal discurso sacramentou uma nova forma de organização do sindicalismo brasileiro, inserindo-o definitivamente nos contornos de um processo de financeirização da alta burocracia sindical e no estreitamento de sua relação com o mercado financeiro.

BIBLIOGRAFIA

ANTUNES, Ricardo. A práxis do poder da lógica financista. In: *Jornal da Unicamp*, Universidade Estadual de Campinas, 2003. Disponível em: <http://www.unicamp.br/unicamp/unicamp_hoje/jornalPDF/227pag0607.pdf>. Último acesso em: 29/04/2017.

BERNARDO, João; PEREIRA, Luciano. *Capitalismo sindical*. São Paulo: Xamã, 2008.

BRAGA, Ruy; BIANCHI, Álvaro. A financeirização da burocracia sindical no Brasil. In: *Correio da Cidadania*. Maio, 2011. Disponível em: http://www.correiodacidade.com.br/index.php?option=com_content&task=view&id=5816&Itemid=79 Último acesso em: 21/04/2017.

BRAGA, Ruy. *A política do precariado – do populismo à hegemonia lulista*. São Paulo: Boitempo, 2012.

D'ARAÚJO, Maria Celina. *A elite dirigente do governo Lula. Lameirão*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2009. Disponível em: <<http://observatory-elites.org/wp-content/uploads/2011/11/D-Araujo-e-Lameirao-A-elite-dirigente-do-governo-Lula.pdf>> Último acesso em: 21/04/2017.

DRUCK, Graça. Os sindicatos, os movimentos sociais no governo Lula: cooptação e resistência. *Revista OSAL*, ano VII, n. 19. Buenos Ayres, Argentina, 2006.

GALVÃO, Andreia. A reconfiguração do movimento sindical no governo Lula. *Outubro Revista*, n. 18, 2009. Disponível: <<http://outubrorevista.com.br/wp-content/uploads/2015/02/Revista-Outubro-Edic%CC%A7a%CC%83o-18-Artigo-07.pdf>> Último acesso em: 21/04/2017.

JARDIM, Maria A. Chaves. *Entre a solidariedade e o risco: sindicatos e fundos de pensão em tempos de governo Lula*. São Paulo: Annablume editora, 2009.

LAZONICK, William & O'SULLIVAN, Mary. Maximizing shareholder value: a new ideology for corporate governance. *Economy and Society Review*. vol. 29, n.1, February, 2000.

LORDON, Frédéric. *Fonds de pension, piège à cons ? Mirage de la démocratie actionnariale*. Paris: Raison d'agir, 2000.

OLIVEIRA, Francisco. *Crítica à razão dualista: o ornitorrinco*. São Paulo, Boitempo, 2003a.

OLIVEIRA, Francisco. Um dos fundadores do PT, o sociólogo critica os rumos do início do governo Lula e, pessimista, explica seu ensaio em que adota o ornitorrinco como metáfora do Brasil. In: *Programa de entrevistas Roda Viva*, Rede Cultura. São Paulo, 2003b. Disponível em:

<http://www.rodaviva.fapesp.br/materia/697/entrevistados/francisco_de_oliveira_2003.htm> Último

acesso em: 21/04/2017.

OLIVEIRA, Marco Antonio de. Tendências recentes das negociações coletivas no Brasil. In: SANTANA, M. A.; RAMALHO, J. R. *Além da fábrica: trabalhadores, sindicatos e a nova questão social*. São Paulo: Boitempo, 2003.

RAMOS, Iuri. Do trabalho ao capital: Sindicalismo e Fundos de Pensão sob a égide da finança mundializada. In: *XXIX Congreso Latinoamericano de Sociología - ALAS Chile*, Santiago, Chile, 2013.

RAIMUNDO, Lício Costa. O papel dos fundos de pensão na reconstrução industrial e da infraestrutura urbana brasileira no século XXI. *Tese Doutorado em Ciências Econômicas*. Instituto de Economia, UNICAMP, Campinas, 2002.

SAUVIAT, Catherine. Os fundos de pensão e os fundos mútuos: principais atores da finança mundializada e do novo poder acionário. In: CHESNAIS, François (org.). *A finança mundializada: raízes sociais e políticas, configuração, consequências*. São Paulo: Boitempo, 2005.

ZIBECHI, Raúl. *Brasil potência: entre a integração regional e um novo imperialismo*. Rio de Janeiro: Consequência, 2012.

RENDIMENTOS NA APOSENTADORIA: UMA COMPARAÇÃO ENTRE A PREVIDÊNCIA SOCIAL E A PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR NO BRASIL

Ana Elizabeth Neirão Reymão

Faculdade de Ciências Econômicas -
Universidade Federal do Pará (UFPA); Programa
de Pós-Graduação em Direito - Centro
Universitário do Pará (CESUPA)
Belém, Pará

João Gustavo Gouveia Loureiro

Programa de Pós-Graduação em Economia -
Universidade Federal do Pará (UFPA)
Belém, Pará

RESUMO: Diante da evidente transição demográfica, tanto em termos globais quanto nacional, para uma população mais envelhecida, são crescentes as necessidades de assistência e de proteção social aos mais vulneráveis que ocupam o topo da pirâmide etária. No período de inatividade o padrão de consumo e as condições de vida dos trabalhadores aposentados são determinados, em maior ou menor grau, pelos benefícios previdenciários obtidos. Neste contexto e em meio às frequentes dúvidas quanto aos diferentes regimes previdenciários, o presente trabalho busca discutir os principais fatores e regras que norteiam a Previdência Social e a Previdência Complementar Aberta no Brasil, além de comparar, por meio de simulações, os rendimentos proporcionados aos trabalhadores em cada um desses regimes. Apesar das críticas e argumentos cada vez mais

pessimistas quanto ao futuro da previdência pública no país, os resultados mostram que, se adotadas as mesmas condições para os dois regimes, essa é largamente mais vantajosa do que a previdência privada e possibilita maior garantia de rendimentos e de qualidade de vida aos trabalhadores aposentados. Desse modo, questiona-se até que ponto as propostas de reforma da Previdência Social são benéficas e servem aos interesses dos trabalhadores brasileiros?

PALAVRAS-CHAVE: Previdência Social; Previdência Complementar;

ABSTRACT: In the face of the evident demographic transition, both globally and nationally, for the aging population, the needs for care and social protection are increasing for the most vulnerable at the top of the age pyramid. In the period of inactivity, the standard of consumption and the living conditions of retired workers are determined, to a greater or lesser degree, by the social security benefits obtained. In this context, and in the midst of frequent doubts about the different social security systems, this paper seeks to discuss the main factors and rules that guide Social Security and Open Supplementary Pension Plans in Brazil, and to compare, through simulations, the income provided to workers in each of these schemes. Despite the criticisms and arguments

that are increasingly pessimistic about the future of public pensions in the country, the results show that, if the same conditions are adopted for both regimes, this is far more advantageous than private pension provision and enables a greater guarantee of income and quality of life for retired workers. In this way, it is questioned to what extent the proposals of Social Security reform are beneficial and serve the interests of Brazilian workers?

KEYWORDS: Social Security; Supplementary Pension;

1 | INTRODUÇÃO

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 194, *caput*, adota o conceito de Seguridade Social como um “conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social”. Seguindo os ditames de um Estado Democrático e Social de Direito, esse sistema propõe-se a garantir proteção e segurança ao cidadão ao longo de sua existência, provendo-lhe a assistência e os recursos necessários para enfrentar situações de risco social.

Entendida como parte da Seguridade Social, a Previdência Social é uma espécie de seguro social que tem por objetivo cobrir tais riscos e prover subsistência e amparo ao trabalhador e seus dependentes em casos como a incapacidade, idade avançada, tempo de contribuição, encargos de família, morte e reclusão.

No Brasil, a Previdência Social está estruturada em um regime de repartição simples, no qual pois os trabalhadores ativos contribuem, financiando o pagamento dos benefícios dos inativos. Nesse Regime Geral da Previdência Social (RGPS) existe, então, uma espécie de pacto intergeracional no qual o pagamento dos benefícios à atual geração dependerá da geração futura, de novos trabalhadores que ingressarem no sistema previdenciário.

Assim, a Previdência Social é contributiva e figura-se pela intervenção do Estado por meio da regulamentação e obrigatoriedade dos seguros sociais. De maneira complementar, tem-se a previdência privada, a qual é operada por meio das Entidades Abertas de Previdência Complementar (EAPC) e Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC).

A diferença básica entre as duas é que as segundas, também conhecidas como Fundos de Pensão, atuam sob a forma de fundações de direito privado ou de sociedade civil e não possuem fins lucrativos, tendo a finalidade de administrar e operar planos de benefícios previdenciários criados por empresas (patrocinadores) para seus empregados (participantes) ou por pessoas jurídicas de caráter profissional, classista ou setorial (instituidores) para seus associados (participantes). As entidades abertas, por sua vez, são acessíveis a qualquer pessoa física (Lei Complementar 109/2001).

A previdência complementar funciona como um fundo de investimentos orientado

para a aposentadoria. Trata-se de um regime de capitalização no qual a característica principal é o pré-financiamento do benefício, ou seja, o próprio trabalhador, individualmente, durante a sua fase laborativa, deve produzir um montante de recursos necessários para sustentar o seu benefício previdenciário.

Desta forma, percebe-se que os dois regimes distintos de previdência comungam, em parte, do mesmo objetivo: proporcionar ao trabalhador aposentado um padrão de renda próximo ao que tinha quando estava em atividade. Entretanto, por muitas vezes o debate acerca da previdência pública e da privada gera certas dúvidas, principalmente, pelo desconhecimento das normas e princípios que as regem. Afinal, a previdência pública é mais vantajosa que a privada? Se os indivíduos pudessem optar por apenas uma destas, qual seria a melhor opção?

Com vistas a responder tais questões, o presente trabalho objetiva comparar os rendimentos proporcionados aos trabalhadores pela Previdência Social e pela Previdência Complementar no Brasil, que já possui quase 3 milhões de participantes. Trata-se de um estudo de caso sobre as vantagens ou não dos rendimentos auferidos para aplicação em previdência privada, tomando-se como referência benefícios oferecidos pela Brasilprev e pela Mapfre. Como detalhado adiante, tomou-se como caso hipotético um trabalhador assalariado que tenha uma renda mensal correspondente ao máximo a ser coberto pelo Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) no momento da aposentadoria.

Nas seções seguintes, o texto traz uma breve discussão sobre os rendimentos na aposentadoria, apresenta os dados da análise proposta e discute as conclusões do estudo.

2 | TRABALHO E RENDIMENTOS NA APOSENTADORIA

Como fruto dos avanços científicos e tecnológicos da humanidade, juntamente às ações nas áreas sociais e aos cuidados com a saúde e mudanças nos hábitos e estilos de vida da população, o aumento da longevidade trouxe novos desafios à sociedade. Dada a evidente transição demográfica, tanto em termos globais quanto nacional, para uma população mais envelhecida, são crescentes as necessidades de assistência e proteção social aos mais vulneráveis que ocupam o topo da pirâmide etária (BULLA & KAEFER, 2003).

Segundo Camarano (2002), para melhor entender e desenvolver políticas capazes de fazer face às necessidades enfrentadas por esta população mais envelhecida é crucial analisar suas condições de vida e de dependência. Um dos elementos fundamentais nesta análise são os rendimentos obtidos no momento da inatividade ou aposentadoria. Conforme destaca a autora, a renda dos idosos depende, especialmente, dos benefícios previdenciários, e esta dependência avança conforme cresce a idade dos mesmos.

Dado que, via de regra, os benefícios pagos pela previdência social são insuficientes para a manutenção de uma vida digna, o idoso necessita, por muitas vezes, manter ou retomar suas atividades laborativas. Tal fato é de clara observância, principalmente, quando os idosos são os chefes/mantenedores de seu núcleo familiar. A reinserção dos idosos e, portanto, crescente participação no mercado de trabalho brasileiro torna necessária a formulação de políticas públicas que os perceba como atores sociais e políticos que pertencem a uma categoria que demanda mais atenção (BULLA & KAEFER, 2003; WAJNMAN *et al*, 2004).

Nesse contexto, várias instituições financeiras vêm oferecendo planos de previdência complementar, os quais podem ser organizados de forma independente ao RGPS. Dentre as principais vantagens anunciadas, destaca-se o argumento de planos de “grande praticidade”, pois o dinheiro é debitado da conta de quem os adquire e administrado por bancos e seguradoras que apenas cobram uma taxa de administração em troca da “formação de uma poupança que será transformada em renda de aposentadoria no futuro”:

O dinheiro é debitado em sua conta corrente e uma grande equipe de funcionários passa a administrá-lo. Eles compram títulos públicos e, algumas poucas vezes, ações; cuidam da contabilidade e enviam extrato com a evolução de seu investimento. Tudo isso sem que você precise sair de casa ou ficar acompanhando as loucuras do “Mercado Financeiro” ou ter que administrar inquilinos enrolados ou, ainda, negócios arriscados. Lógico que tudo isso tem custos. Outra vantagem é a sua liquidez, já que os depósitos podem ser sacados a cada dois meses (GUIMARÃES, 2010, p. 80).

Apesar de advertirem sobre os riscos e a importância do bom planejamento das aplicações em previdência privada para que o saldo acumulado na data da aposentadoria seja transformado em benefícios de renda mensal, observa-se que a cada reforma previdenciária anunciada pelos governos, na qual a cada dia vai-se reduzindo os direitos sociais dos cidadãos, um número maior de participantes procura esse tipo de aplicação financeira. Teme-se que o benefício a ser recebido pelo aposentado pela Previdência Social não lhe permitirá manter o padrão de vida ao qual está acostumado contando apenas com esta renda, fortalecendo a defesa da previdência complementar.

Assim, é perceptível a relação entre as condições de vida e de dependência dos trabalhadores inativos com os benefícios previdenciários obtidos, uma vez que estes determinam, em maior ou menor grau, seu poder de consumo e qualidade de vida. Dado que os regimes previdenciários (público e privado) comungam, em parte, do mesmo objetivo: proporcionar ao trabalhador aposentado um padrão de renda próximo ao que tinha quando estava em atividade, percebe-se a necessidade de compreender as regras que os norteiam, suas vantagens e desvantagens, bem como a possibilidade de complementariedade ou não entre ambos.

3 | ANÁLISE COMPARATIVA DOS RENDIMENTOS PREVIDENCIÁRIOS: PREVIDÊNCIA SOCIAL X PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

A pesquisa desenvolvida tem abordagem qualitativa e quantitativa. A primeira justifica-se pela consulta e entendimento da literatura que discute o trabalho e os rendimentos na aposentadoria, bem como a questão da Previdência Social brasileira e da previdência privada (complementar aberta), destacando os principais fatores e regras que norteiam cada uma destas. A abordagem quantitativa, por sua vez, foi desenvolvida por meio de simulações elaboradas a partir das regras (ainda vigentes) da Previdência Social, e de duas entidades de previdência complementar que operam no Brasil, a Brasilprev e a Mapfre.

Com o intuito de responder as questões propostas no presente trabalho, tanto a abordagem qualitativa quanto as simulações serviram de base para a análise comparativa entre os dois regimes previdenciários estudados, considerando elementos-chave como o tempo de contribuição, a renda e os benefícios concedidos aos indivíduos.

Dada a necessidade de o trabalhador aposentado manter um padrão de renda próximo ao que tinha quando estava em atividade, com vistas a manter um padrão de vida digno, buscou-se analisar os diferentes regimes previdenciários e classificar qual destes é o mais vantajoso do ponto de vista dos benefícios proporcionados aos mesmos.

Para tal, tomou-se como caso hipotético um trabalhador assalariado que tenha uma renda mensal correspondente ao teto máximo a ser coberto pelo Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) no momento da aposentadoria. Para fins de comparação, simulou-se os possíveis benefícios obtidos por meio da Previdência Social e por duas Entidades Abertas de Previdência Complementar, a Brasilprev e a Mapfre, considerando os mesmos parâmetros de renda, idade e tempo e valor da contribuição. A renda do trabalhador assume o valor de R\$ 5.189,82 e a alíquota de contribuição mensal 11%, ou seja, R\$ 570,88. Adotou-se como idade inicial de contribuição 24 anos e como idade de término 62 anos. Desta forma, o tempo de contribuição deste trabalhador hipotético seria de 38 anos.

Estes valores foram estipulados já tendo em vista possíveis mudanças nas regras da Previdência Social, por meio da reforma que tramita no legislativo nacional. No caso trabalhado, assumiu-se que a pontuação exigida para o recebimento do benefício integral, ou seja, sem a redução pelo fator previdenciário, seria de 100 pontos para homens e 90 pontos para mulheres.

Nesta hipótese, com a idade de 62 anos e os 38 anos de contribuição, o trabalhador do sexo masculino atingiria os 100 pontos necessários para o benefício integral. Após o período de atividade laborativa – com a contribuição mensal supracitada, este trabalhador, ao entrar na inatividade, obteria o direito de receber os benefícios previdenciários integrais, ou seja, no mesmo valor de sua renda mensal (R\$ 5.189,82).

Em comparação à previdência pública, a partir de simulações com os mesmos dados, a previdência privada (Brasilprev e Mapfre) evidenciou uma performance aquém da primeira. Em um cenário de rentabilidade anual líquida (descontada a inflação) de 4%, as duas entidades proporcionariam benefícios mensais de, no máximo, 55,75% daqueles proporcionados pela Previdência Social. Caso fosse possível optar por apenas um destes regimes previdenciários, o trabalhador, optando pelo privado, perderia mais que R\$ 2.000 mensalmente durante todo o seu tempo de aposentadoria, o que evidencia um desempenho inferior ao apregoado pelos que defendem as vantagens de aderir aos planos de previdência privada (Tabela 1).

Perfil do Contribuinte	Empregado, Empregado Doméstico e Trabalhador Avulso	Seguradora	Brasilprev	Mapfre
Média Salarial	R\$ 5.189,82	Contribuição Mensal	R\$ 570,88	
Alíquota INSS	11%	Tempo de Contribuição	38 anos	
Contribuição Mensal	R\$ 570,88	Rentabilidade Anual Líquida	4%	
Idade de Início	24	Benefício Mensal Vitalício	R\$ 2.893,57	R\$ 2.628,92
Idade de Saída	62	Diferença (Seguradora - INSS)	- R\$ 2.296,25	- R\$ 2.560,90
Tempo de Contribuição	38 anos			
Pontuação INSS	100	Proporção (Seguradora / INSS)	55,75%	50,66%
Aposentadoria 100/90	R\$ 5.189,82			

Tabela 1 - Análise comparativa dos rendimentos da Previdência Social e da Previdência Complementar Aberta

Fonte: Elaboração própria a partir de Ministério da Previdência Social, Brasilprev e Mapfre.

Deste modo, apesar das críticas e argumentos cada vez mais pessimistas quanto ao futuro da Previdência Social no país, os resultados mostram que, considerando cenários de mesmos aportes/contribuições mensais, mesmo tempo de contribuição e de rentabilidade anual líquida de 4% para a previdência privada, a previdência pública apresenta-se, largamente, mais vantajosa ao conceder o benefício integral ao trabalhador aposentado, uma vez alcançada a pontuação mínima estabelecida.

Vale ressaltar que o cenário de rentabilidade anual líquida, ou seja, já descontada a inflação e as taxas de administração, no patamar de 4% é próximo de uma realidade otimista. Uma vez que os recursos dos planos de previdência são aplicados em maior proporção em ativos de renda fixa, os quais são, via de regra, lastreados pela Taxa Selic, a rentabilidade líquida dificilmente ultrapassará este patamar, principalmente diante do cenário de queda dos juros no Brasil neste ano de 2019.

Para uma análise mais completa dos possíveis rendimentos na aposentadoria, sugere-se uma comparação mais ampla, considerando outras possibilidades além da previdência privada, tais como: títulos públicos federais, fundos de investimentos e demais aplicações disponíveis no mercado financeiro, visando compreender as melhores alternativas de formação da capacidade financeira e manutenção de vida digna no momento da inatividade/aposentadoria.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando a transição demográfica para uma população mais envelhecida e, portanto, a crescente necessidade de assistência e proteção social aos mais vulneráveis que ocupam o topo da pirâmide etária, é de fundamental importância a discussão acerca dos rendimentos na aposentadoria (CAMARANO, 2002). Uma vez que a renda desses depende, especialmente, dos benefícios previdenciários, e que esta dependência avança conforme cresce a idade dos mesmos, conceber uma renda próxima à recebida no período de atividade é crucial para manter um padrão de vida digno e protegido de infortúnios.

Desta maneira, é essencial a conscientização e planejamento para um futuro em que as condições de vida e de dependência dos trabalhadores inativos são determinadas, em maior ou menor grau, pelos benefícios previdenciários obtidos. Tal fato é ainda mais necessário no momento atual pelo qual passa o Brasil. A proposta de Reforma da Previdência (PEC 287/2016), ao reduzir os direitos dos trabalhadores, com elevação da idade mínima e fixação de parâmetros dificilmente atingíveis, especialmente para os mais pobres, torna-os ainda mais vulneráveis no momento que encerram suas atividades laborativas, parecendo desconsiderar o prolongado período que contribuíram.

O benefício previdenciário, como aqui se discutiu, pode ser pago pela Previdência Social ou previdência complementar, a primeira de adesão compulsória e a segunda, voluntária. Cada vez mais o RGPS vem perdendo importância para os trabalhadores de renda média e alta, abrindo espaço para a previdência privada, que tem aumentado o número de participantes no país.

No presente trabalho, constatou-se que num cenário otimista, com rentabilidade anual futura líquida de 4%, a previdência pública é mais vantajosa que a previdência privada para os beneficiários que possuem média salarial até o teto dos valores de aposentadoria do INSS (R\$ 5.189,82). Deste modo, caso fosse possível a opção por um dos regimes, claramente, o mais recomendado seria a Previdência Social.

Seria, então, dentre tantas outras críticas à Previdência Social estampadas nas redes sociais e em alguns veículos da imprensa, a Reforma da Previdência uma maneira de torná-la cada vez menos atraente para o trabalhador de mais alta renda no país? Os dados aqui apresentados sugerem que sim. No entanto, para uma análise mais completa do tema, faz-se necessário outros estudos para melhor discutir essa

hipótese de financeirização da previdência do trabalhador.

REFERÊNCIAS

BRASILPREV. **Simulador**. Disponível em: <<https://www2.brasilprev.com.br/SimuleContrate/Paginas/default.aspx>>. Acesso em de agosto de 2016.

BULLA, L. C.; KAEFER, C. O. **Trabalho e aposentadoria: as repercussões sociais na vida do idoso**. Revista Virtual Textos e Contextos, nº 2. PUC-RS, 2003.

CAMARANO, Ana Amélia. **Envelhecimento da população brasileira: uma contribuição demográfica**. Texto para discussão nº 858. IPEA. Rio de Janeiro, 2002.

DIÁRIO DE SANTA MARIA. **Aprenda a simular quando e quanto será a sua aposentadoria**. Disponível em: <<http://diariodesantamaria.clicrbs.com.br/rs/economia-politica/noticia/2015/05/aprenda-a-simular-quando-e-quanto-sera-a-sua-aposentadoria-4761784.html>>. Acesso em 15 de agosto de 2016.

ESTADÃO. **Previdência privada não conseguiu repor a inflação**. Disponível em: <<http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,previdencia-privada-nao-conseguiu-repor-a-inflacao-imp-,1116809>>. Acesso em 4 de maio de 2016.

FOLHA. **Calculadora da aposentadoria: em que ano você pode parar de trabalhar sem desconto no benefício**. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2015/12/1720484-calculadora-da-aposentadoria-em-que-ano-voce-pode-parar-de-trabalhar.shtml>>. Acesso em 5 de junho de 2016.

FREITAS, I. DA C. **Previdência Social e Democracia**, 2008. Disponível em: <http://www2.anfip.org.br/Fundacao_ANFIP/publicacoes/publicacoes/artigos/IreneFreitas_08AGO08.pdf>. Acesso em 20 de junho de 2016.

GUIMARÃES, Magda Cristiane Monteiro. Estudo do programa da educação financeira e previdência nas entidades fechadas de previdência complementar. In: **2º Prêmio PREVIC de Monografias: previdência complementar fechada**. Brasília: MPS, Previc, 2010, p. 59-119.

JORNAL HOJE. **Entenda como funciona e veja qual a melhor regra para se aposentar**. Disponível em: <<http://g1.globo.com/jornal-hoje/noticia/2016/03/entenda-como-funciona-e-veja-qual-melhor-regra-para-se-aposentar.html>>. Acesso em 7 de agosto de 2016.

JUSBRASIL. **O que muda no cálculo da aposentadoria com a regra 85/95 da MP nº 676/2015**. Disponível em: <<http://paulamcasi.jusbrasil.com.br/artigos/200643297/o-que-muda-no-calculo-da-aposentadoria-com-a-regra-85-95-da-mp-n-676-2015>>. Acesso em 10 de junho de 2016.

MAPFRE. **Simulador**. Disponível em: <<http://simulador.mapfreprevidencia.com.br/>>. Acesso em 15 de agosto de 2016.

MTPS. **Aposentadorias**. Disponível em: <<http://www.mtps.gov.br/aposentadoria>>. Acesso em 15 de agosto de 2016.

MTPS. **Benefício assistencial ao idoso e à pessoa com deficiência (BPC/LOAS)**. Disponível em: <<http://www.mtps.gov.br/servicos-do-ministerio/servicos-da-previdencia/beneficios-assistenciais-e-de-legislacao-especifica/beneficio-assistencial-ao-idoso-e-a-pessoa-com-deficiencia-bpc-loas>>. Acesso em 10 de setembro de 2016.

MTPS. **Fator previdenciário 2016**. Disponível em: <http://www.mtps.gov.br/images/Documentos/fator-previdenciario_2016.pdf>. Acesso em 15 de setembro de 2016.

PROTESTE. **Aposentadoria: confira 10 novas regras do INSS.** Disponível em: <<http://www.proteste.org.br/dinheiro/previdencia-e-aposentadoria/noticia/aposentadoria-confira-10-novas-regras-do-inss>>. Acesso em 15 de junho de 2016.

TORRES, Fabio Camacho Dell'Amore. Seguridade social: conceito constitucional e aspectos gerais. In: **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, XV, n. 98, mar 2012. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&%20artigoid=11212>. Acesso em 10 de agosto de 2016.

VIEIRA, R. R.; NETO, A. B. S. **O Papel da Previdência Social na Efetivação de um Estado de Bem-Estar Social Brasileiro.** Reunião Anual da SBPC. **Anais.** Florianópolis: 2006.

WAJNMAN, S., OLIVEIRA, A. M. H. C., & OLIVEIRA, E. L. (2004). **Os idosos no mercado de trabalho: tendências e consequências.** In A. A. Camarano (Org.), Os novos idosos brasileiros: muito além dos 60? (pg. 453-479). Rio de Janeiro: IPEA.

EFEITOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL SOBRE A POBREZA MULTIDIMENSIONAL NO RURAL BRASILEIRO

Rosa Kato

rosakato@ig.com.br (UFPE-Campus Caruaru)

Danielle Carusi Machado

daniellecarusi@vm.uff.br – (UFF)

1 | INTRODUÇÃO

A Constituição de 1988 é um marco na história das políticas sociais brasileiras, rompeu com a necessidade do vínculo empregatício-contributivo na estruturação e concessão de benefícios previdenciários aos trabalhadores oriundos do mundo rural. Em seu capítulo dedicado aos direitos sociais, promove uma alteração qualitativa muito importante em termos da concepção de proteção que havia vigorado no país até então, pois inseriu os princípios da Seguridade Social e da Universalização em áreas vitais da reprodução social (IPEA, 2008). Nesse contexto, este artigo se posiciona com a visão de que a previdência rural faz parte da Seguridade Social e é um importante instrumento de combate ao problema estrutural da pobreza e da desigualdade de renda da economia brasileira.

Vale destacar que a maioria dos trabalhos direciona a estudar a pobreza sob o ponto de vista da insuficiência de renda individual ou

familiar, justificada pelo argumento de que outros tipos de carência, como alimentar, habitacional, educacional são eliminados com o aumento da renda (ATKINSON, 1987; 1998; CHAKAVARTY, et.al., 2008; RAVALLION, 2001; ROCHA, 2000; KAGEYAMA & HOFFMANN, 2006; BARROS et al.,2001; etc). No entanto, é importante analisar a qualidade de vida dado que em situações de famílias com o mesmo nível de renda e com acessos diferenciados a serviços públicos, as condições de vida das famílias pobres são modificadas completamente, conforme demonstrado nos trabalhos de Sen (2000;1997;1999), Jahan et al. (2015), Kerstenetzky, Vecchio e Carvalho (2011); Kerstenetzky, Uchôa e Silva (2013), Nussbaum (2000), Stiglitz, Sen e Fitoussi (2008), Thorbecke (2005), Barros, Carvalho e Franco (2006), Alkire (2005; 2009).

O conceito multidimensional da pobreza tem como base a teoria das capacitações de Amartya Sen que é abordagem não-utilitarista da pobreza que observa o desenvolvimento como *um processo de expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam*. A expansão da liberdade humana depende de fatores econômicos bem como de outros fatores, tais como o acesso à educação, à saúde e aos direitos civis. Portanto, é uma visão ampla do

desenvolvimento, diferente da visão de cunho mais ortodoxo (Sen, 2000).

Neste artigo queremos responder a seguinte pergunta: Como a previdência social impacta sobre a pobreza multidimensional na área rural do Brasil? Os objetivos específicos são: a) identificar as dimensões da pobreza que mais apresentam restrições de oportunidades para os dois grupos de domicílios com e sem beneficiários da previdência social, na área rural, no período estudado; b) analisar de que forma a previdência rural atua no sentido de ampliar a liberdade da família e, assim, reduzir a privação de capacidades.

Para responder ao problema de pesquisa comparamos as famílias com e sem o benefício mediante adoção da abordagem de pobreza multidimensional proposta por Alkire e Foster (2009) com base nas informações da POF de 2008/2009. Esta metodologia permite a identificação das famílias pobres bem como das dimensões em que esta pobreza se manifesta mais intensamente. Usamos o Índice de Pobreza Multidimensional (MO), decomposto para os grupos de comparação (domicílios com e sem aposentados) e segmentado por dimensão (necessidades materiais, inclusão econômica e necessidade de crescimento pessoal). Investigou-se, ainda, a contribuição de cada dimensão para a pobreza geral por grupos de comparação e unidades de federação.

2 | ASPECTOS METODOLÓGICOS

A base de dados que será usada é a Pesquisa de Orçamentos Familiares de 2008-2009 do IBGE, por ser de abrangência nacional e contemplar vários itens importantes para a mensuração da pobreza multidimensional. A partir do banco de dados construído para a região Nordeste, separamos os domicílios em dois grupos: com e sem beneficiários da previdência social. A informação dos benefícios previdenciários é encontrada no registro chamado por outros rendimentos, onde a seguinte pergunta é feita para todos moradores: “Receberam algum tipo de aposentadorias, pensões, auxílios, outros rendimentos habituais e deduções no período de referências de 12 meses?” As opções de respostas são: Aposentadoria do INSS, Pensão do INSS, Aposentadoria (Municipal, Estadual e Federal) da previdência pública, Pensão (Municipal, Estadual e Federal) da previdência pública e Aposentadoria, Suplementação da previdência privada (aberta ou fechada). Na tabela 1 apresentamos o total de observações da nossa amostra.

Região	Número de domicílios com aposentados e/ou pensionista	Número de domicílios sem aposentados e/ou pensionista	Total
Norte	563	842	1.405
Nordeste	1.555	1.731	3.286
Sudeste	922	922	1.844
Sul	723	428	1.151

Centro-Oeste	505	823	1.328
Total	4.268	4.746	9.014

Tabela 1 - Número de domicílios da amostra por região e por recebimento do benefício de aposentadoria e ou pensão - amostra

Fonte: elaboração própria a partir dos microdados da POF.

São construídos os indicadores que captam dimensões importantes do bem estar social que vão além da renda monetária. De acordo com Nussbaum (2000), Alkire e Robles (2016), Alkire e Santos (2010) entre outros, são três as principais dimensões de qualidade de vida: necessidades materiais, de crescimento pessoal e de inclusão econômica (ver Quadro 1, no Anexo). Para cada uma, são calculados indicadores por domicílio i e agrupados numa matriz que chamamos de matriz de funcionamentos $X = [x_{ij}]$ de ordem $n \times d$. Onde i representa os domicílios ($i = 1 \dots n$) e j representa a dimensão analisada ($j = 1 \dots d$).

Cada linha desta matriz X nos dá as realizações dos indicadores para um determinado domicílio i e a partir destes valores identificamos se um domicílio está ou não em situação de vulnerabilidade.

Esta identificação, segundo o método AK, é feita pela abordagem de *cutoff dual*. O primeiro passo é estabelecer linhas de pobreza (z_i) para cada indicador, com base no que é socialmente aceitável. O domicílio i é privado no indicador da dimensão j se $x_{ij} < z_j$. Se $x_{ij} \geq z_j$, o contrário ocorre. A partir deste ponto se constrói a matriz g^0 $n \times d$ denominada por matriz de privações. São identificadas as privações dos domicílios em cada uma das dimensões.

Depois desta etapa, é construído um vetor de pesos $w = [w_j]$, onde $w_j > 0$ e

$$\sum_{j=1}^d w_j = 1$$

, para cada indicador atribuindo-se ordem de importância às dimensões e balanceando igualmente pesos de indicadores em cada dimensão¹. De acordo com Alkire e Foster (2011), os pesos podem ser aplicados de três maneiras: entre as dimensões, dentro das dimensões ou entre os domicílios, podendo dar prioridade maior aos desfavorecidos. Iremos seguir Alkire e Seth (2015) e UNDP (2015), dando iguais pesos a cada dimensão, contudo, dentro de cada dimensão, distribuimos os pesos conforme a importância de cada indicador para a qualidade de vida de forma subjetiva e considerando o que tem sido feito na literatura (SANTOS, 2013; ALKIRE e SETH, 2015; UNDP, 2015; BATTISTON, et all. 2009). A distribuição dos pesos está no Quadro 2.

As informações sobre as privações e sobre seu grau de importância são agregadas em um vetor coluna c , onde cada elemento é igual a $c_i = \sum_{j=1}^d w_j g_{ij}$. O c_i é computado a partir do status de privação informado por g_{ij} e o peso relativo dos indicadores dimensionais (w_j). Ou seja, a partir da matriz g_0 podemos construir este vetor coluna c de contagem de privações. A pontuação de privação ponderada conta a

¹ Alkire e Foster (2009, 2011, 2015), Santos (2013), Battiston, et all. (2009), entre outros.

quota de privação de cada domicílio i . Depois do cálculo de c_i , segue para o segundo corte k para identificação da pobreza.²

Se a contagem de privação c_i do domicílio for menor que k , o domicílio não é considerada pobre; se for k ou acima, o domicílio é identificado como sendo pobre. Essa abordagem recebe o título de “duplo de corte” pelo uso sequencial de corte para identificar os pobres (ALKIRE e FOSTER, 2009). Seguindo Alkire e Foster (2009, 2011, 2015), usaremos o nível de cortes $k=0,3$ e $k=0,6$.

A partir da identificação dos pobres, iremos calcular as medidas de mensuração da pobreza multidimensional e comparar domicílios beneficiários e não beneficiários nos estados, de modo a visualizar possíveis efeitos da previdência rural sobre a situação de pobreza multidimensional.

Computamos a extensão da pobreza pela proporção de pobres (*Headcount Ratio*), que é a razão do número de domicílios pobres (q) identificados pelo duplo corte z e k e o total de domicílios analisados (n). Representa a extensão da pobreza ao contar o número de domicílios cujos funcionamentos estão abaixo da linha de corte.

Outro indicador calculado é a intensidade da pobreza (A), que consiste na pontuação média dos domicílios multidimensionalmente pobres, conforme $A = \frac{\sum_i c_i}{q}$.

O produto desses dois índices parciais (H e A) resulta no índice de incidência ajustado multidimensional ($M_0 = H \cdot A$) que capta a prevalência e a média de privações entre os pobres. Este índice retrata a informação da proporção de pobres multidimensionalmente, pode ser reescrito pela razão entre o número total de privações experimentadas pelos pobres, ou $lc(k) = \lg^0(k)$, e o número máximo de privações que podem ser experimentadas por todos os domicílios pobres ou $n.d$.

Também iremos analisar a contribuição de cada indicador da dimensão j ($Contrib_j$) para a pobreza multidimensional, conforme a equação (1):

$$Contrib_j = \frac{\sum_i c_{ij}}{M_0} \cdot \frac{n}{n} \quad Eq(1)$$

3 | ANÁLISES DOS INDICADORES MULTIDIMENSIONAIS

Nesta seção, calculamos o Índice de Pobreza Multidimensional (M_0), cujo objetivo é captar outras formas de privação, além da renda, conforme pode ser visto na tabela 2 para a zona rural do Brasil, segundo os domicílios com beneficiários e que não têm beneficiários da previdência rural.

Os resultados da Tabela 2 indicam que 84,65% dos domicílios da área rural do Brasil são considerados pobres (H) e a intensidade média de privação destes é 51% (A). A incidência é maior para o grupo de domicílios com benefício em um ponto percentual, mas a intensidade média é menor em 2,4 pontos percentuais. Como M_0

² Na abordagem unidimensional requer apenas uma única variável dimensional e um único corte (linha de pobreza) para identificação da pobreza.

representa a proporção de multidimensionalmente pobres ajustada pela intensidade da privação, o seu valor é maior para o grupo de domicílios sem beneficiários.

A região Nordeste destaca-se com valores mais altos dos indicadores de pobreza multidimensional. A incidência do grupo de domicílios com benefício supera em dez pontos percentuais o valor percentual da média nacional e o grupo sem benefício supera em nove pontos percentuais. A intensidade média da pobreza, também, é mais severa no Nordeste, o grupo de domicílio com e sem benefício supera em três e seis pontos percentuais a média nacional, respectivamente. O pior índice de pobreza multidimensional (M0) é o do grupo de domicílio sem benefício, mas isso só acontece na região Nordeste. Nas demais regiões o índice de pobreza multidimensional é menor no grupo de domicílio sem benefício.

Depois do Nordeste, o Norte é a região que segue com indicadores ruins, mas são maiores em no máximo um ponto percentual que a média nacional. Sudeste, Sul e Centro-Oeste apresentam índices de pobreza multidimensionais menores. E o que acentua a diferença entre os indicadores multidimensionais é a incidência.

A menor incidência da pobreza é a do grupo de domicílios sem benefícios da região Sudeste e Sul que são inferiores a média nacional em dezoito pontos percentuais.

A figura 1 expõe o mapa do Brasil com informações sobre o índice de pobreza multidimensional para o corte $k=0,3$, conforme já descrito na metodologia, segundo o recebimento ou da previdência rural. Quanto mais escuras forem as cores, maiores os valores dos índices multidimensionais. Nos dois mapas, a região Nordeste é a mais escura, ou seja, concentra mais pobreza multidimensional. As áreas mais claras estão no Sul e Sudeste. Nas regiões Norte e Nordeste, na maioria das unidades de federação, as áreas mais escuras no mapa são as que não tem benefício. No Centro-Oeste, ocorre o inverso. A figura 2, por sua vez, expõe a diferença percentual entre os M0_30 dos domicílios com e sem benefícios da previdência. Os M0_30_com são menores que M0_30_sem principalmente nas regiões de menor desenvolvimento rural que precisam dos recursos da previdência para atenuar a pobreza.

A análise da contribuição relativa de cada indicador sobre o valor de M0 possibilita entender o porquê que a influencia da previdência rural difere entre as regiões. A Tabela 3 apresenta o Índice de Pobreza Multidimensional para $k=0,3$ desagregado por indicador de cada dimensão, por regiões.

De modo geral, entre as dimensões, as necessidades materiais ocasionaram menor percentual de privação. Porém, observa-se uma diferença significativa entre os domicílios com e sem beneficiários da previdência. Os primeiros com menores privações que o segundo. No Nordeste, explica 20,31% do índice de pobreza multidimensional dos domicílios com beneficiários e 28,08% do M0 dos sem beneficiários. Na região Sul, a participação dessa dimensão é ainda menor, 18,45% no índice de pobreza com benefício e 12,55% sem benefício.

A necessidade de crescimento pessoal é a dimensão que tem maior contribuição relativa sobre M0, pois explica mais de 50% do valor do indicador. Os indicadores de

escolaridade formal (presença de adulto e chefe com escolaridade inferior a nove anos de estudo) somados superam 30%. Lembrando que, no Brasil, para $k=0,3$, 84,65% dos domicílios foram considerados pobres e esses considerados multidimensionalmente pobres eram, em média, privados em 51,06% dos indicadores analisados. Ou seja, a educação dos adultos na área rural é escassa, podendo ser vista como um privilégio.

Portanto, pode-se dizer que a educação é a maior privação da zona rural, seja para os domicílios com ou sem aposentados, porém com maior severidade de privação nos domicílios com aposentados. Fahel, Teles e Caminhas (2016) aplicaram o IPM seguindo a metodologia da PNUD, utilizando os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 2002, 2007, 2012 e 2013 e os resultados corroboram que a educação é a dimensão de maior contribuição relativa para explicar o valor do IPM, correspondendo a 50%, considerando anos de escolaridade e frequência escolar. O indicador anos de escolaridade respondeu sozinho por 40% do IPM. Nosso resultado vai ao encontro deste estudo.

A informação da precariedade da escolaridade formal dos adultos indica o problema intergeracional de pobreza na área rural. Esses adultos analfabetos não completaram o ensino fundamental ou médio pois fizeram parte de famílias de baixa renda. Quando crianças não tiveram oportunidades de permanecer mais tempo na escola ou nunca foram à escola por serem obrigadas a contribuir no sustento da sua família. Esse fato repercutiu sobre a formação de hoje, perpetuando a situação original de pobreza.

Como a privação na inclusão econômica é maior nos domicílios com beneficiários, a participação dessa dimensão será maior que nos domicílios sem beneficiários. As variações de comportamento das dimensões com relação aos dois tipos de domicílios diferem entre as regiões. O que diferencia é a proporção em que elas ocorrem nas regiões.

No Nordeste, nos domicílios com beneficiários da previdência, o ganho trazido pela previdência rural à redução das privações das necessidades materiais atenuam as maiores privações que esses domicílios sofrem nas outras duas dimensões. E os domicílios sem beneficiários vivenciam privações de necessidades materiais mais severas apesar de terem indicadores melhores de crescimento pessoal e inclusão econômica. Mas não superam o ganho trazido pela previdência.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise multidimensional reforça e amplia a visão da desigualdade social presente no país. A região mais massacrada é a região Nordeste. O que se torna uma preocupação, pois só na região Nordeste se concentra, aproximadamente, 50% da população rural do país. Os resultados evidenciaram que, principalmente, as regiões Norte e Nordeste são as mais favorecidas pelo efeito da Previdência Rural sobre a

pobreza multidimensional.

Tal fato respalda a importância dessa política de Estado de Bem-Estar Social, pois estas são as mesmas regiões de maiores presenças de incidência e prevalência da pobreza em todas as dimensões, tais como, em necessidades materiais, com maiores privações de renda per capita, condições habitacionais inadequadas, maiores dificuldades de acesso a serviços públicos, maiores privações de bens duráveis, em necessidades de crescimento pessoal, com os maiores números de adultos analfabetos e, aproximadamente, em 90% dos domicílios os adultos não concluíram o ensino fundamental e, por fim, na inclusão econômica, ela ocorre via ocupação no trabalho para autoconsumo, trabalho temporário e menor formalização das relações de trabalho, caracterizando presença da pobreza multifacetada.

Tais privações vivenciadas nessas regiões limitam a capacidade dos indivíduos em sair da pobreza e a previdência atenua o conjunto de privações geradas pelas disfuncionalidades sociais vivenciadas não só pelo beneficiário como para sua família.

Antes da política de austeridade fiscal atual com o desmonte do Estado social, o Estado brasileiro tinha o combate à pobreza e à desigualdade na distribuição de renda como um dos principais objetivos de intervenção na economia. A maior parte dessas ações esteve baseada tanto nas políticas sociais (educação, saúde, assistência ao menor) quanto nas transferências monetárias através de programas assistenciais e dos benefícios previdenciários.

A Proposta de Reforma da Previdência são retrocessos dos direitos sociais conquistados pela Constituição de 1988, visto que propõem acabar com a universalização da previdência rural, a qual foi responsável pela criação da modalidade do segurado especial, que incorpora à previdência social o amplo universo de agricultores familiares, autônomos e seus auxiliares familiares.

Lembrando que também a sociedade brasileira decidiu incorporar um contingente enorme de trabalhadores rurais que começaram a trabalhar na década de 1950 sem que tivessem tido direitos trabalhistas e sindicais ao criar o segurado especial. Esses benefícios não poderiam ser financiados por uma contribuição de 2,6% sobre a comercialização da produção rural como é estabelecido.

A estabilidade da proteção social é importante para garantir os direitos de cidadania da população brasileira. Portanto, no momento em que o governo federal não considera as contribuições sociais como fonte de recursos do cálculo da situação financeira da Previdência social, está descumprindo o que rege a Constituição Federal e está enxergando a Previdência como seguro e não como seguridade.

Todas essas propostas foram pensadas apenas no contexto de um objetivo que é a redução do déficit, sem pensar nas consequências e nas diferentes realidades socioeconômicas que existem no país. A Previdência social assumiu um papel importante na reversão do caráter concentrador de distribuição de renda e redução da pobreza no país.

Os resultados desse trabalho apontam que o efeito da Previdência sobre a

pobreza multidimensional depende da intensidade da privação, quanto maior a privação, maior será o efeito. A Previdência Social teve efeitos maiores em regiões mais pobres como Nordeste e Norte. Os benefícios previdenciários atenua o conjunto de privações sofridas por essas regiões.

Por um lado, o efeito da Previdência Rural sobre a Pobreza Multidimensional é positivo por o Estado estar amparando aqueles que não têm mais capacidade laborativa e contribuindo, assim, para redução da pobreza e proteção social. Por outro, observa-se que não é suficiente, são necessárias políticas de efeitos permanentes como incentivo a agricultura familiar, reforma agrária, políticas de educação no campo, políticas de atividades produtivas não-agrícolas (novo rural), dentre outras que impactem sobre determinantes estruturais e geradores da pobreza rural.

REFERÊNCIAS

ALKIRE, S. **Choosing dimensions: the capability approach and multidimensional poverty.** Oxford Poverty & Human Development Initiative Chronic Poverty Research Centre, 2007.

ALKIRE, S.; FOSTER, J. **Counting and Multidimensional Poverty Measurement.** Oxford Poverty & Human Development Initiative (OPHI), 2009.

ALKIRE, S.; FOSTER, J. **Understandings and Misunderstandings of Multidimensional Poverty Measurement.** OPHI, 2011.

ALKIRE, S.; ROBLES, G. Global Multidimensional Poverty Index 2016. Briefing, n.41. Oxford: University of Oxford, OPHI, 2016.

ALKIRE, S.; SANTOS, M.E. Acute Multidimensional Poverty: A New Index for Developing Countries. *Work Paper*, n.38. Oxford: University of Oxford, OPHI, 2010.

ALKIRE, Sabina. Why the Capability Approach? *Journal of Human Development*, v. 6, n. 1, p. 155-133, 2005.

ALKIRE, S.; SETH, S. Identifying destitution through linked subsets of multidimensionally poor. United Nations University World Institute for Development Economics Research, 2015.

ATKINSON, A. On The Measurement of Poverty, *Econometrica*, vol. 55, n. 4, pp 749-764, 1987.

BARROS, R. P. *et al.* **A Estabilidade Inaceitável: Desigualdade e Pobreza no Brasil.** Rio de Janeiro: IPEA, 2001.

BARROS, R.P.; CARVALHO, M.; FRANCO, S. **Pobreza Multidimensional no Brasil.** Texto para discussão nº1227. Ipea: Rio de Janeiro, 2006.

BATTISTON, D.; CRUCES, G.; CALVA, L.F.L.; LUGO, M.A.; SANTOS, M.E. Income and Beyond: Multidimensional Poverty in six Latin American countries. OPHI, 2009.

CHAKRAVARTY, S.; MUKHERJEE, D.; RANADE, R. On the Family of Subgroup and Factor Decomposable Measures of Multidimensional Poverty, *Research on Economic Inequality*, vol. 8, pp. 175-194, 1998. *ia do Pensamento Científico sobre Pobreza: Em direção a uma visão complexa.* Texto para discussão 1332. IPEA, 2008.

ERIKSON, R. Descriptions of Inequality. The Swedish Approach to Welfare Research. World Institute for Development Economics Research of the United Nations University, 1989.

FAHEL, M., TELES, L.R. CAMINHAS, D.A. Para além da renda: Uma análise da pobreza multidimensional no Brasil. Revista Brasileira de Ciências Sociais. Vol. 31. N.32. out, 2016.

FOSTER, J.; GREER, J.; THORBECKE, E. A Class of Decomposable Poverty Measures, *Econometrica*, vol. 52, n. 3, pp. 761-766, 1984.

HAMASAKI, C. S. Programas de garantia de Renda Mínima no Brasil. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2003.

JAHAN, S. (et.all) Human Development Report 2015. Publicado pela United Nations Development Programme (UNDP), 2015.

KAGEYAMA, A.; HOFFMANN, R. Pobreza no Brasil: uma perspectiva multidimensional. Economia e Sociedade, Campinas, v. 15, n. 1 (26), p. 79-112, jan./jun. 2006.

KATO, R., TARGINO, I., HAMASAKI, C. S. **Impactos Socioeconômicos da Previdência Social na Zona Rural do Nordeste Brasileiro: Análise dos Efeitos sobre a Pobreza e Distribuição de renda em 1991 E 2000.** VI Encontro Regional da ABET, 2007.

KERSTENETZKY, C.L.; UCHÔA, C. SILVA., N. Padrões de consumo e estilos de vida da “nova classe média”. Texto para Discussão n. 80. Cede, 2013

KERSTENETZKY, C.L.; VECCHIO, R. D.; CARVALHO, M.M. Uma metodologia para estimação da pobreza multidimensional aplicada as regiões metropolitanas brasileiras – 2003 e 2008. Cede, 2011.

MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL. **Previdência redistribui renda e diminui a pobreza no país.** Ano II, n. 04. Brasília, 2012.

NUSSBAUM, M. Women and Human Development: The Capabilities Approach. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

RAVALLION, M. *Setting Poverty Lines: Economic Foundations of Current Practices*, Washington: Development Research Group, World Bank, 2001.

ROCHA, S., **Pobreza e Desigualdade no Brasil: O esgotamento dos Efeitos Distributivos do Plano Real.** Rio de Janeiro: IPEA, 2000. (Texto para Discussão, 721).

SANTOS, M.E. Measuring Multidimensional Poverty in Latin American: Previous Experience and the Way Forward. OPHI, 2013.

SEN, A. K. **Desenvolvimento como liberdade.** São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SEN, A. K. Development as Freedom. New York: Knopf, 1999.

SEN, A. K. On Economic Inequality. New York: Clarendon Oxford Press. 1997.

STIGLITZ, J.E.; SEN, S.; FITOUSSI, J.P. Report by the Commission on the Measurement of Economic Performance and Social Progress, 2008.

THORBECKE, E. Multi-dimensional Poverty: Conceptual and Measurement Issues. The Many Dimensions of Poverty International Conference, UNDP International Poverty Centre, Brasilia, August 29-31, 2005.

UNPD. Human Development Report. Oxford University, 2015.

Componentes	Indicadores	Linha de pobreza (z)
Necessidades Materiais		
Renda Corrente	<i>Renda familiar per capita</i>	- $x_{ij} \geq 140$ (não-privado) - $x_{ij} < 140$ (privado)
Condições Habitacionais	<i>Ter casa própria (condição de ocupação no domicílio)</i>	- próprio já pago ou pagando (não – privado) - Cedido, alugado, outros (privado)
	<i>Densidade de moradores por dormitório</i>	- até 2 (não-privado) - Maior que 2 (privado)
	<i>Número de banheiros por domicílio</i>	- ≥ 1 (não - privado) - 0 (privado)
	<i>Material de construção habitacional</i>	- Material Adequado (não-privado) – Material inadequado (privado)
Acesso a serviços públicos	<i>Acesso à água</i>	- Sim (não-privado) - Não (privado)
	<i>Esgoto Sanitário</i>	- Sim (não –privado) - Não (privado)
	<i>Coleta de lixo</i>	- Sim (não-privado) - Não (privado)
	<i>Acesso à eletricidade</i>	- Sim (não-privado) - Não (privado)
Posse de Bens Duráveis	<i>Ter geladeira ou freezer</i>	- $x_{ij} \geq 1$ (não-privado) - $x_{ij} = 0$ (privado)
	<i>Ter fogão</i>	- $x_{ij} \geq 1$ (não-privado) - $x_{ij} = 0$ (privado)
	<i>Ter máquina de lavar</i>	$x_{ij} \geq 1$ (não-privado) - $x_{ij} = 0$ (privado)
Necessidade de Crescimento Pessoal		
Escolaridade Formal	<i>Presença de adulto analfabeto no domicílio</i>	- Sim (privado) - Não (não-privado)
	<i>Escolaridade < 9 anos de estudo</i>	- $x_{ij} < 9$ (privado) - $x_{ij} \geq 9$ (não-privado)
	<i>Escolaridade do chefe < 9 anos de estudos</i>	- $x_{ij} < 9$ (privado) - $x_{ij} \geq 9$ (não-privado)
Veículos de informações	<i>Ter Computador</i>	- $x_{ij} \geq 1$ (não-privado)
	<i>Ter Internet</i>	- $x_{ij} = 0$ (privado)
	<i>Ter telefone</i>	
	<i>Ter TV</i>	
Inclusão Econômica		

Posição da Ocupação	<i>Trabalho para autoconsumo</i>	- Sim (privado) - Não (não-privado)
	<i>Emprego temporário na atividade agrícola</i>	- Sim (privado) - Não (não-privado)
	<i>Ocupação no setor formal</i>	- Não (privado) - Sim (não-privado)

Quadro 1: Dimensões da Pobreza e Linhas de pobreza

Anexo – Quadros, Tabelas e Gráficos

Fonte: elaboração própria a partir de Kerstenetzky; Uchôa; Silva (2013); Barros; Carvalho e Franco (2006).

Quadro 2: Descrição dos Indicadores do Índice de Pobreza Multidimensional

Dimensão	Indicadores	Peso Relativo por Indicador	Peso Relativo por Dimensão
Necessidades Materiais	<i>Renda domiciliar per capita;</i>	8,33%	33,33%
	<i>Ter casa própria (condição de ocupação no domicílio);</i>	2,77%	
	<i>Densidade de moradores por dormitório;</i>	2,77%	
	<i>Número de banheiros no domicílio;</i>	2,77%	
	<i>Material de construção habitacional;</i>	2,77%	
	<i>Acesso à água;</i>	2,77%	
	<i>Esgoto Sanitário;</i>	2,77%	
	<i>Coleta de lixo;</i>	2,77%	
	<i>Acesso à energia elétrica;</i>	2,77%	
	<i>Ter máquina de lavar</i>	2,77%	
	<i>Ter geladeira ou freezer;</i>		
	<i>Ter fogão</i>		
Necessidade de Crescimento Pessoal	<i>Presença de adulto analfabeto no domicílio</i>	8,33%	33,33%
	<i>Escolaridade média dos adultos</i>	8,33%	
	<i>Escolaridade média do chefe</i>	8,33%	
	<i>Veículos de informações: computador, internet, telefone e televisão.</i>	8,33%	
Inclusão Econômica	<i>Trabalho autoconsumo</i>	11,11%	33,33%
	<i>Emprego temporário</i>	11,11%	
	<i>Ocupação no setor formal</i>	11,11%	

Tabela 2 - Índices de Pobreza Multidimensional (M0) segundo o benefício ou não da previdência social, por região – 2008/2009.

Indicadores	Brasil			Norte		Nordeste		Sudeste		Sul		Centro Oeste	
	Rural	Com	Sem	Com	Sem	Com	Sem	Com	Sem	Com	Sem	Com	Sem
H	0,8465	0,8531	0,8402	0,8512	0,8595	0,9458	0,9342	0,7127	0,6616	0,7691	0,6620	0,8163	0,7762
A	0,5106	0,4987	0,5222	0,5182	0,5227	0,5434	0,5781	0,4345	0,4314	0,4233	0,4164	0,444	0,4384
MO_0,3	0,4322	0,4255	0,4388	0,4411	0,4492	0,5140	0,5401	0,3097	0,2854	0,3255	0,2757	0,3629	0,3403

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da POF 2008/2009.

Dimensões	Indicadores	Norte		Nordeste		Sudeste		Sul		Centro-Oeste	
		Sem	Com	Sem	Com	Sem	Com	Sem	Com	Sem	Com
		%	%	%	%	%	%	%	%	%	%
Necessidades Materiais	<i>Renda familiar per capita;</i>	4,97	1,18	7,15	1,47	2,05	0,41	1,96	0,28	1,54	0,55
	<i>Densidade de moradores por dormitório;</i>	2,76	1,57	1,88	0,86	1,81	0,85	1,63	0,52	1,61	0,73
	<i>Esgoto Sanitário;</i>	4,82	4,43	4,05	4,21	4,92	4,57	3,91	3,94	5,47	5,64
	<i>Acesso à energia elétrica;</i>	1,78	1,62	0,44	0,49	0,12	0,07	0,14	0,06	0,42	0,34
	<i>Acesso à água;</i>	0,58	0,61	0,94	0,83	0,16	0,09	0,02	0,05	0,14	0,11
	<i>Material de construção habitacional;</i>	3,55	3,59	4,41	4,31	3,65	2,97	1,79	1,20	4,82	4,14
	<i>Coleta de lixo;</i>	4,48	4,51	4,07	4,28	3,98	4,10	4,16	4,25	5,13	5,24
	<i>Ter casa própria</i>	1,15	0,77	1,14	0,62	3,53	2,00	3,09	1,16	4,22	2,35
	<i>Número de banheiros no domicílio</i>	0,90	0,88	1,68	1,19	0,20	0,10	0,40	0,12	0,23	0,14
	<i>Ter máquina de lavar, geladeira ou freezer; fogão</i>	2,46	2,12	2,32	2,05	1,78	1,59	1,35	0,97	1,53	1,52
Total		27,45	21,29	28,08	20,31	22,19	16,76	18,45	12,55	25,11	20,75
Necessidade de Crescimento Pessoal	<i>Presença de adulto analfabeto no domicílio</i>	5,69	8,80	8,01	10,62	3,91	7,14	3,36	4,95	4,88	6,23
	<i>Escolaridade < 9 anos de estudo</i>	15,65	15,94	14,20	15,28	19,22	19,08	19,79	19,47	18,88	18,60
	<i>Escolaridade do chefe < 9 anos de estudos</i>	14,84	15,36	13,65	14,90	18,62	18,67	18,81	19,08	18,32	18,01
	<i>Veículos de informações: computador, internet, telefone e televisão.</i>	11,58	11,35	10,24	10,46	13,14	12,75	13,83	12,15	13,84	13,24
Total		47,77	51,44	46,10	51,26	54,88	57,66	55,79	55,64	55,93	56,08
Inclusão Econômica	<i>Trabalho autoconsumo</i>	4,64	6,64	5,54	7,05	1,56	1,91	2,61	5,98	3,00	3,24
	<i>Emprego temporário</i>	1,81	1,76	4,13	2,81	3,32	2,34	2,52	1,47	1,82	0,92
	<i>Ocupação no setor formal</i>	18,34	18,87	16,15	18,56	18,05	21,31	20,62	24,35	14,13	19,00
Total		24,79	27,26	25,81	28,43	22,94	25,57	25,74	31,80	18,95	23,16

Tabela 3: Percentual de domicílios pobres em cada dimensão, para k=0,3, segundo o benefício ou não da previdência social, área rural, Brasil -2008/2009.

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da POF 2008/09.

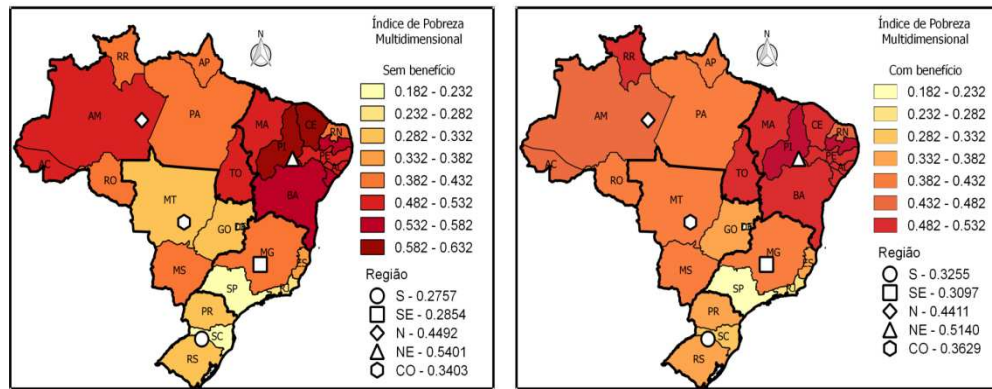


Figura 1: Índice de Pobreza Multidimensional por unidade de federação, segundo o recebimento ou não da previdência rural.

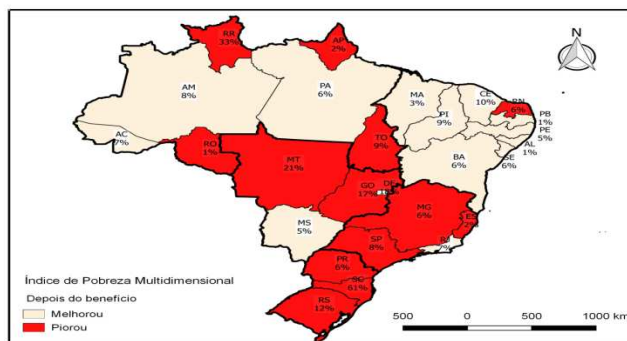


Figura 2: Índice de Pobreza Multidimensional por unidade de federação, segundo o recebimento ou não da previdência rural.

POLÍTICA PÚBLICA EM ECONOMIA SOLIDÁRIA: UM ESTUDO SOB A ÓTICA DO GESTOR DA INCUBADORA PÚBLICA DE EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS DA PREFEITURA DE SÃO PAULO

Sérgio Ricardo Gaspar
sergio.gaspar@usp.br

RESUMO: Os empreendimentos econômicos solidários (EES) são possibilidades para a inserção social e econômica para grupos tradicionalmente excluídos das sociedades capitalistas. Assim, ações públicas como a Incubadora de Empreendimentos Públicos Solidários da Prefeitura Municipal de São Paulo (IPEES) são relevantes para a capacitação e emancipação destes grupos com a geração de emprego e renda. A pesquisa posta aprofundou e questionou sob a ótica do gestor da política pública como esta é afetada pelas condicionantes políticas, as relações típicas e hierarquizadas estatais frente a uma capacitação que visa uma organização mais horizontalizada e de atores com capacidade de influenciar o poder de decisão. Para tanto determinou-se o uso da pesquisa exploratória e aplicando-se entrevista semiestrutura com perguntas abertas fundamentadas em roteiro pré-determinado a gestora da IPEES. O que permitiu a obtenção de informações da estruturação, das relações institucionais, dos atores envolvidos e da contextualização deste projeto de política pública municipal de desenvolvimento regional. Conclui-se que a IPEES presta relevante papel social já que, traz ao debate o papel do Estado

como fomentador de EES, o empoderamento de grupos historicamente excluídos pela valorização social do trabalho e geração de renda, perpassado pela questão da gestão pública aplicada a EES.

PALAVRAS-CHAVE: empreendimento econômico solidário; economia solidária; incubadora de empreendimento econômico solidário; política pública.

1 | INTRODUÇÃO

O artigo aqui exposto discorrerá sobre a Incubadora de Empreendimentos Públicos Solidários da Prefeitura Municipal de São Paulo (IPEES) sob a ótica do gestor da política pública. A metodologia escolhida foi a exploratória, tendo em vista a limitada literatura a respeito, e, para que melhor fosse analisado o objeto aplicou-se uma entrevista semiestrutura com perguntas abertas baseadas em roteiro pré-determinado. O que possibilitou a obtenção de informações mais aprofundadas sobre a estruturação, as relações institucionais, atores envolvidos e contextualização deste projeto de política pública municipal de desenvolvimento regional.

O texto a seguir possui um referencial teórico que contempla a economia solidária e

seus principais ícones como primeiro tópico, aborda também o empreendedorismo social como segundo tópico, ainda discorre sobre políticas públicas em economia solidária na esfera municipal no terceiro, e por último explana sobre incubadora pública de empreendimentos solidários destacando o exemplo paulistano. E, por fim, o estudo aclara a metodologia empregada, seguido da discussão de resultados entre a entrevista concedida pela coordenadora pedagógica e o referencial teórico, de modo a subsidiar a conclusão do artigo.

2 | REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico do presente estudo está dividido em quatro segmentos, apresentando-se inicialmente a conceituação de economia solidária, seguido pelo de empreendimento social, um terceiro explicando a institucionalização das políticas públicas voltadas a economia social, e no quarto segmento versa sobre a Incubadora de Empreendimentos Econômicos Solidários da Prefeitura Municipal de São Paulo.

2.1 Economia Solidária

Para Lima e Souza (2014, p. 146) o movimento da Economia Solidária (ES) tinha como cerne a implantação de associações e cooperativas voltadas ao combate ao desemprego, à inclusão de jovens, idosos e excluídos do mercado de trabalho, aplicando formas de autogestão na organização do trabalho e da propriedade coletiva dos meios de produção, em uma economia distinta da capitalista, mas funcionando dentro desta última.

Segundo França Filho (2002 b), a noção de ES baseia-se na concepção moderna de solidariedade, originária do movimento associativista operário do século XIX na Europa que se consubstanciou em resistência popular e abriu espaço para experiências solidárias influenciadas pelo ideário mutualista. França Filho (2002a, p. 13) aponta que a ES implica no questionamento de relação entre economia e sociedade, colocando como regulação alternativa a “questão de escolha de um projeto político de sociedade, na medida em que articula diferentes racionalidades e lógicas na sua ação, com suas múltiplas fontes de captação de recursos”.

França Filho (2002 b) defende ainda que seria aceitável a idealização de “um espaço de vida social e de trabalho intermediário entre as esferas do Estado e do mercado”, onde se identificaria o espaço social como “lugar de produção de riqueza e distribuição de riqueza, portanto, como mais um espaço econômico, isto é, lugar de geração de emprego e renda”. De tal modo, para o autor, iniciativas solidárias se vinculariam as demandas reais da sociedade, além de colocar em xeque a lógica financeira de maximização do retorno do capital investido.

Já o conceito de ES para Gaiger (2009), decorre das agitações sociais incitadas

pela Revolução Industrial, o que estimularia o associativismo como forma de gestão autônoma e democrática, com disseminando-se entre classes operárias e camponesas no século XIX na Europa. Dada essa leitura inicial Gaiger (2004, 2009) conceitua a ES como conjunto de iniciativas de agregação democrática de trabalhadores que visam rendimento econômico, qualidade de vida, institucionalização das classes sociais mais vulneráveis com o reconhecimento destas pelas esferas públicas e, atuação cidadã pela via do trabalho de modo a constituir um movimento social influente.

O termo Economia Solidária só ganhou expressão no Brasil nos anos 1990 no Brasil, à medida que diversas categorias sociais se organizassem em modalidades produtivas, e assim, disseminassem unidades informais de geração de renda, sistemas locais de troca, associações de produtores e consumidores, comunidades produtivas autóctones, cooperativas voltadas à produção de bens e à prestação de serviços, caracterizando as iniciativas econômicas de natureza associativa e práticas de cooperação e autogestão (GAIGER, 2013, p.212).

Devido as críticas ao sistema de produtivo capitalista, sobretudo ao modelo exploratório a este associado, segundo Singer (2002), houve a necessidade da criação de mecanismos econômicos com novo formato e mais próximos ao modelo cooperativo. Conseqüentemente, de acordo com o autor, esta nova formulação deveria aumentar a atenção as dimensões ambiental, cultural e social, para o desenvolvimento de novos modos de consumo e produção.

O novo formato econômico delineado acima, na percepção de Singer (2002), configuraria a ES, posto que está para o autor, torna-se alternativa que coexiste com o próprio sistema hegemônico, fornecendo meios para o desenvolvimento sustentável. Mais profundamente Singer (2002), concebe a ES como modelo de organização da produção, da distribuição e do consumo, estruturado sob a igualdade de direitos e responsabilidades de todos.

Singer (2002) destaca características da ES tais como: autogestão, autonomia de cada unidade ou empreendimento e a igualdade entre os participantes ou membros. Ou seja, para o autor a ES incentiva a refletir e a acreditar noutra conformação da economia, onde a “solidariedade na economia só pode se realizar se ela for organizada igualitariamente pelos que se associam para produzir, comerciar, consumir ou poupar. A chave dessa proposta é a associação entre iguais em vez do contrato entre desiguais.”

Resumidamente a concepção de ES baseando-se nos entendimentos de França Filho (2012 b), Gaiger (2004, 2009) e Singer (2012) é a conformação da possibilidade de consumo, distribuição e produção de riqueza, operando na geração de trabalho e renda em dado território sob a igualdade de direitos e responsabilidades dos atores que detêm os meios de produção. Mas, que harmonicamente e solidariamente dividem renda, incluem sujeitos excluídos do mercado de trabalho, por meio de associações e práticas de cooperação e autogestão.

2.2 Empreendedorismo Social

Para Filion (1999 *apud* ONOZATO e RIVANDA, 2013, p. 49) há imprecisão quanto à definição do termo empreendedorismo gerando divergência sobre seu entendimento. Segundo o autor, há uma corrente que associa o empreendedor com inovação destacando-se dentre seus defensores Richard Cantillon, que inclusive é o primeiro a explicar a função empreendedora. E, Jean Baptiste Say, economista que associa o papel inovador a disposição de assumir riscos, desde que aufera chances de lucros aos empreendedores.

A segunda corrente, ainda de acordo com Filion (1999 *apud* ONOZATO e RIVANDA, 2013) é a comportamentalista, destacando-se aspectos criativos e intuitivos. Características estas que para Baggio e Baggio (2014, p. 26) colaborariam para o comportamento proativo do empreendedor diante de pontos que carecem de resolução. Ainda de acordo com Baggio e Baggio (2014, p. 26), o empreendedorismo consistiria no prazer de realizar com sinergismo e inovação qualquer projeto pessoal ou organizacional, em desafio às oportunidades e aos riscos.

A assimilação do conceito de empreendedorismo e suas vertentes expostas acima pelo empreendedorismo social de acordo com Dees (2001) decorre das características intrínsecas e comuns aos dois tipos de empreendedorismo. Contudo, Silva e, Mota e Borges *et al.* (2012, p.106) entendem que as características relacionadas ao empreendedorismo social e sua finalidade básica englobam os trabalhos realizados pelo empreendedor social, que objetiva a maximização dos retornos sociais.

O empreendedorismo social, de acordo com SILVA *et al.* (2012, p. 109), indica tendências e soluções inovadoras de modo a inspirar e engajar pessoas a trabalharem coletivamente, na solução de problemas sociais e ambientais desconhecidos ou entendidos em perspectiva diferenciada. Grenier (2006, p. 121 *apud* CRUZ, 2012, p. 18) observa que o campo do empreendedorismo social “não é composto apenas por empreendedores sociais individuais, mas também por outras organizações e iniciativas que ajudam na promoção do empreendedorismo social”, fato este descrito por Bornstein (2007):

O empreendedorismo social não é sobre algumas pessoas extraordinárias salvando o dia para todo mundo. No seu nível mais profundo, trata-se de revelar possibilidades que estão atualmente invisíveis e liberar a capacidade dentro de cada pessoa para remodelar uma parte do mundo. Ele não requer uma educação de elite, o que exige é uma bagagem.

2.2.1 Empreendedorismo Social Solidário

Silva *et al.* (2012, p. 11) propõem que o Empreendedorismo Social Solidário evolua de forma a integrar politicamente as esferas públicas governamentais e não-governamentais, devem estas gerar a fomentar a participação cidadã e a democratização no debate da coisa pública, servindo assim como catalisador da

cooperação, com o fortalecimento da fraternidade e da solidariedade.

Gaiger (2003) relata os empreendimentos econômicos solidários podem se apresentar na forma de associações, cooperativas, grupos de produção e empresas autogeridas combinadas com atividades econômicas e ações educativas e culturais. Valorizando o compromisso com coletividade social em que se inserem, exibindo, portanto, alternativas a lógica mercantil capitalista.

O papel da autogestão e da cooperação nas mudanças no mundo do trabalho, de acordo com Gaiger (2003b), é de demonstrar que as relações de produção dos empreendimentos solidários não são apenas atípicas frente ao modo de produção capitalista, mas, opostas à forma social de produção assalariada onde o capital emprega o trabalho, sendo no caso dos empreendimentos solidários os trabalhadores é que empregam o capital.

2.3 Políticas Públicas em Economia Solidária

Há diferentes acepções de política pública na literatura especializada o que denota vieses tal como o social defendido por Peters (1986), que entende esta como somatória das atividades dos governos que operam direta ou indiretamente de maneira a influenciar a vida dos cidadãos (SOUZA, 2006).

Ainda na linha social da concepção de políticas públicas, Bucci (2006) aprofunda a definição, agora descrevendo políticas públicas como programas de ações governamentais que articulam os meios estatais disponíveis e as atividades privadas para a consecução de objetivos e interesses públicos, desde que socialmente relevantes e politicamente determinados.

Tomando-se como base a definição de Bucci (2006) sobre políticas públicas, entende-se o relato de Silva (2010 apud NAGEM e SILVA, 2013, p. 162) sobre o denominado Programa de Economia Popular Solidária (Ecopopsol) do governo do estado do Rio Grande do Sul (1998-2002) e que é considerado pioneiro no país como estratégia de política pública em ES, constando entre seus principais eixos: a aprendizagem em autogestão; a capacitação profissional; o financiamento adequado; a comercialização; e a incubação de empreendimentos solidários.

Contudo, para Lima e Souza (2014, p.160) o movimento de ES fortaleceu-se e ganhou espaço nas políticas públicas apenas em governos ditos progressistas nos âmbitos municipal, estadual e federal, depois da criação de Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes) no ano de 2003, no início do governo de Luís Inácio Lula da Silva.

Por sua vez, Schiochet (2009, p. 57) indica que a ES promoveu iniciativas de desenvolvimento de instrumentos de geração de renda e coesão social. Assim sendo, segundo o autor, a decorrência natural seria para o enfrentamento das questões sociais ativamente pelo Estado, por meio da instituição de políticas públicas que compusessem equipes qualificadas de gestores em ES, alocação de recursos, e a integração do Estado

à economia das comunidades.

Quanto a continuidade de projetos de geração de renda em ES Alcântara (2014, p. 143) destaca a regulamentação como forma de fixar diretrizes e instituir políticas de Estado. Opinião semelhante a de Ortizoga (2014, p. 250), quando este explicita que a implantação de políticas públicas permanentes com vistas ao desenvolvimento local e regional contínuo, devem ser voltadas à permanência e a efetivação dos projetos e programas de trabalho e renda por meio de experiências em ES.

Ainda que o precursor da ES no caso brasileiro tenha sido um estado, Alcântara (2008) considera que a tendência é de crescente na municipalização e responsabilização das políticas públicas de emprego e geração de renda. Pois, a conformação entre políticas públicas e a governança pública municipal, no entendimento de Ortizoga (2014, p. 254), tem papel central na emancipação social e produtiva. Uma vez que, o estímulo a empreendimentos de ES em nível local faria sobressair nas comunidades potencialidades endógenas para o acréscimo de atividades produtivas solidárias.

Então, de acordo com Alcântara (2014, p. 141), por meio da oferta estatal de capacitação e assistência técnica, promover-se-ia a geração de um tipo de “massa crítica local”, que por seu turno, corroboraria na difusão da cooperação e da autogestão entre os capacitados. Contudo, o autor, destaca para que a “massa crítica local” seja consolidada, necessita-se que o programa de geração de renda garanta o desenvolvimento autônomo, qualificando sujeitos em atividades atraentes, para que ao final emancipem-se de projetos de ES.

A problemática da institucionalização das políticas públicas em ES está para além da questão governamental (SCHIOCHET, 2009, p. 58). Para o autor, a complexidade é verificável pelo caráter transversal, trajetória e a identidade destas políticas resultando “evolução em meio a políticas de trabalho e renda, de assistência social, de desenvolvimento rural, de desenvolvimento econômico etc.”. Assim, a ES pelo ponto de vista de Schiochet (2009), a institucionalização das políticas públicas em ES devem levar em consideração a formação da agenda dos governos indiferentemente da esfera em análise.

2.3.1 Incubadora Pública de Empreendimentos Econômicos Solidários

Conquanto metodologias de incubação sejam distintas em função de organizações e objetivos, Cançado e Cançado (2009), indicam metodologia e características comuns, baseando-se nas premissas seguintes: realização de ações conjuntamente ao associado e não para o associado, de forma a não reduzir a autonomia do grupo incubado; fidedignidade de diagnósticos e medições na evolução da incubação; os processos de incubação variam de grupo para grupo; o *feedback* apresentado ao grupo deve subsidiar a reflexão e potencializar a exposição de soluções a problemas identificados, ou mesmo corroborar para melhorar a incubação como um todo.

Ainda que as incubadoras sociais sejam um grupo específico dentro do universo de incubação, estas de acordo com Calbino e Paula (2013), extrapolam a concepção habitual. Porquanto, os processos destas ofertam mais do que o simples apoio técnico-jurídico como forma de ampliar as chances econômica dos empreendimentos ou lhes garantir sustentabilidade. As incubadoras sociais, para além da geração e renda, detêm caráter político e fomentam a mudança social e através de transformações das relações de trabalho e conseqüente geração de renda.

A incubadora de projetos de gestão social e os atores de gestão social compartilhada, de acordo com Moretto Neto, Garrido e Juste (2011), incluem mecanismos básicos para o fomento do empreendedorismo no campo da administração pública. E, neste caso, segundo os autores as diversas esferas públicas e universidade têm proeminente papel de agente formador, capaz de incentivar a educação, à inclusão social e à cidadania. Assim como, a ES abre espaço para novas formas de articulação entre Estado, sociedade civil organizada e mercado (MORETTO *et al.* 2011).

Dentre as possibilidades de articulação proposta por Moretto *et al.* (2011), está a Incubadora Pública de Empreendimentos Econômicos Solidários da Prefeitura Municipal de São Paulo (IPEES) que foi instituída pela lei municipal n. 15.764, de 27 de maio de 2013 e faz parte da Coordenadoria de Participação Social e Gestão Estratégica, localizada no Centro Público¹ na região do Cambuci.

A implantação dos empreendimentos econômicos solidários (EES) na IPEES de acordo com Fanti (2014) é dividida em duas fases. A primeira é por sua vez particionada em: pré- incubação organizada em sensibilização; mobilização e capacitação de potenciais das pessoas ou grupos a serem incubados. E, a segunda fase que objetiva ampliação de grupos, firmação e promoção de iniciativas geração de trabalho e renda pautadas pelos princípios e valores do cooperativismo em ES.

Resumidamente a ES segundo França Filho (2012 b), Gaiger (2004, 2009) e Singer (2012) é uma prática em que os trabalhadores empregam o capital em associações, aplicam práticas de cooperação e de autogestão de maneira solidaria, para que se gere trabalho e renda, incluindo-se pessoas ao mercado de trabalho.

Mas, para que a prática produtiva em ES se torne viável há a necessidade da institucionalização das políticas públicas e a inserção destas no debate nas agendas públicas nas três esferas governamentais (SCHIOCHET, 2009, p. 58). É neste espaço de debate que se identifica a relevância do projeto da IPEES. Pois, demonstra-se a

1 [...] teria a função de promover eventos, oficinas, seminários e atividades culturais para fortalecer a interlocução entre os empreendimentos e a sociedade, de modo a articular e potencializar as iniciativas de fomento à ES, direitos humanos e trabalho decente no município, tendo como função a promoção de eventos, oficinas, seminários e atividades culturais para fortalecer a interlocução entre estes empreendimentos e a sociedade. O Centro Público é um equipamento que cumpre a etapa de organizar os grupos de forma individual (cooperativa), ou agrupar-se em redes, com a finalidade de vender seus produtos em maiores quantidades. Além disso, deve incentivar a inclusão social e profissional de grupos em situação de vulnerabilidade, em especial LGBT (Lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros); população em situação de rua, mulheres, jovens, migrantes, imigrantes e idosos. (FANTI, 2016, p. 24)

viabilidade e a responsabilidade estatal como fomentador de EES e destes como meio de inclusão social, de geração de emprego e renda, e da emancipação de sujeitos.

3 | METODOLOGIA

Como forma de atingir seus objetivos, o trabalho aqui exposto aplicou o método de pesquisa exploratória descrita por GIL (1999) como “pesquisas que objetivam proporcionar visão geral, do tipo aproximativo, acerca de determinado fato”, no caso com variáveis qualitativas.

Tendo em vista a complexidade e a subjetividade do tema deste estudo optou-se pela análise de dados primários, escolheu-se a entrevista em profundidade como instrumento de coleta de dados. Alternativa está alinhada ao entendimento de Gil (1999), quando este indica que entrevistas em profundidade, colaboram para o esclarecimento de fatores inconscientes e por serem flexíveis, possibilitam a harmonização destas a diferentes entrevistados, proporcionando maior nível de acurácia da pesquisa.

Baseando-se na ideia anterior, aplicou-se um roteiro semiestruturado composto por perguntas abertas focadas. Uma vez determinada a forma e o instrumento de coleta de dados, agendou-se para o segundo semestre de 2016 a entrevista com o gestor público responsável pela implantação da IPEES. Permitindo a gravação da entrevista em formato de áudio MP3 com duração de duas horas e trinta minutos e, posterior transcrição e análise do conteúdo como detalhar-se-á no tópico procedimentos de análise e Interpretação dos dados.

Salienta-se também que anterior a aplicação da entrevista com o gestor, consultou-se a legislação pertinente a IPEES, assim como, bibliografia acadêmica pertinente, objetivando apreciar a organização em sua estrutura hierárquica e funcional, permitindo a identificação da pessoa com maior responsabilidade na IPEES.

4 | PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

Visto que ainda há exígua literatura na área de EES assim como é recente tanto o Centro Público paulistano e a Incubadora Pública de Empreendimentos Solidários da Prefeitura de São Paulo (IPEES), optou-se por construir um roteiro de perguntas abertas a baseando-se no trabalho de Priscila Macedo Etchebest do ano de 2013, intitulado “Empreendedorismo social: um estudo de caso na incubadora de projetos de engajamento social Engage”.

Ajustando-se as perguntas ao contexto do objeto a ser estudado aplicou-se um total de dezoito questões abertas a coordenadora pedagógica do projeto da IPEES, sendo que este questionário semiestruturado foi então subdividido em três blocos: a) história do gestor na IPEES; b) a situação atual da IPEES e; c) aspectos gerais e

característicos da IPEES.

No primeiro bloco a título de exemplo questionou-se a gestora do projeto o seguinte “Qual é a sua função dentro da incubadora de projetos econômicos sociais?”. Dentre as quatro perguntas do segundo bloco selecionou-se as seguintes questões: “Quais são os principais parceiros e apoiadores da Incubadora de Projetos Econômicos Sociais” e “Como está disposta a estrutura organizacional Incubadora de Projetos Econômicos Sociais?”.

No último bloco do roteiro da entrevista, formado por onze questões destacam-se três expostas a seguir: “Como você define a Incubadora Pública de Empreendimentos Sociais Solidários como organização pública?”; “Utilizam-se medidas quantificáveis de desempenho, como indicadores sociais?”; e “Qual é a visão da Incubadora Pública de Empreendimentos Sociais Solidários sobre o processo de criação de valor social, levando-se em conta seu portfólio atual de projetos?”.

A forma como estruturou-se o roteiro de perguntas, possibilitou a interpretação e a análise os dados colhidos na entrevista, e posterior transcrição e categorização dos mesmos. O que permitiu o aprofundamento da compreensão e da interpretação dados coletados na entrevista em profundidade, gerando informações relevantes e identificação de tópicos de análise, e possibilidade de confrontar as respostas dadas com o referencial teórico, sobretudo o relacionado as políticas públicas.

5 | RESULTADOS/ANÁLISES

O primeiro ponto identificado na entrevista é de que a coordenadora pedagógica do projeto da IPEES já trabalhou na incubadora da Universidade de São Paulo (USP) desde sua fundação junto com Paul Singer, um dos ícones em ES no país. Além desta experiência salutar, a entrevistada foi pesquisadora no Núcleo de Economia Solidária da mesma instituição, o que denota o cuidado pelo poder público municipal em reunir pessoas com experiência e capacitação adequada para o projeto da incubadora pública social e destaca que “esta experiência diferencia-se da USP, pois há a autogestão”.

O esmero na seleção dos colaboradores do projeto da IPEES é identificável pela modalidade de escolha dos contratados, o edital público. Dado este que colabora para a estruturação não-hierarquizada e preconizada na concepção desta incubadora pública, e destacado por Singer (2002) no trecho “igualdade entre os participantes ou membros”, situação está que auxilia o gestor referente a qualificação de seus colaboradores.

A entrevistada destaca que no caso da definição dos grupos a serem incubados passam necessariamente pelas fases de mobilização, sensibilização, pré-incubação, incubação e pós- incubação, semelhante a classificação de Fantini (2014). Esta estruturação teórica é aplicada na IPEES, tanto que há uma seleção de projetos econômicos solidários a serem incubados, e, neste sentido o gestor analisa e averigua

a viabilidade do grupo e do projeto avançarem, assim como, avalia a capacidade destes introjetarem a concepção e as nuances de um EES.

Aprofundando-se no aspecto da experiência das pessoas responsáveis pela IPEES na entrevista, identificou-se nas falas da coordenadora pedagógica, que muitos dos colaboradores do projeto são provenientes das incubadoras da USP e da Prefeitura do Município de Osasco, quanto a esta última a coordenadora lembra que “nós aplicamos algumas das metodologias da incubadora de Osasco, e a aperfeiçoamos e sistematizamos, pois, a metodologia precisa avançar”.

No parágrafo anterior o entendimento do gestor é que a experiência acumulada dos colaboradores é um ponto a favor da IPEES, ainda que estes possuíssem singularidades tanto de estrutura quando do perfil de pessoal, sendo assim, um agregador de informações para a consolidação e avanço metodológico da incubadora, de maneira que está também se coloque como uma experiência adaptada as demandas de serviços e produtos tanto dos incubados, quanto do mercado consumidor deste tipo de produto.

A entrevistada adverte que ainda que parte dos colabores detenham experiência com incubadoras, há a necessidade de reuniões semanais com o uso de práticas pedagógicas ativas. Tais como jogos cooperativos, dinâmicas de grupo e leituras coletivas solidárias entre os componentes do grupo, para que se consolide o alinhamento conceitual frente a conjuntura social dos grupos incubados.

Seguindo a tendência de inclusão e de diversidade que é intrínseca a uma política pública em ES, o perfil dos educadores contratados por edital público optou por duas categorias. A primeira formada por pessoas com experiência em trabalhos sociais e graduadas (educador 1), e uma segunda categoria de colaboradores, onde não é obrigatório o ensino superior (educador 2), mas, é necessária experiência em ES e/ou projetos sociais identificada na fala “experiência por exemplo na periferia ou educação popular, ou seja, temos um grupo bem diverso”. Tal categorização foi assim instituída para que não se repetisse o modelo de incubadoras universitárias, onde os contratados geralmente são alunos e os coordenadores docentes, e, portanto, diminuindo a diversidade de pessoas e ideias.

A entrevista em diversos pontos tocou na questão da diversidade e representatividade social dos incubados como na fala “mulheres negras, mulheres brancas, homens negros, homens brancos, pessoas com perfil mais acadêmico e pessoas com perfil mais prático, há uma diversidade bem grande e bem legal aqui na incubadora”. Contudo a coordenadora pedagógica adverte que no caso das mulheres, os parceiros cobram destas a responsabilização exclusiva sobre a educação de filhos menores.

A IPEES também se articula com as secretarias e as coordenadorias do município, as organizações da sociedade civil que tratem dos interesses de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transgêneros (LGBT) como da organização não governamental Transcidadania. Além de atentar-se com a geração de trabalho e renda em ES a

grupos socialmente vulneráveis como população de rua (FANTINI, 2014).

Como é perceptível a IPEES coloca-se como política social, visto que, o espaço e a intenção do projeto é a emancipação dos incubados com a geração de emprego e renda. Então, a incubadora é o espaço de construção de soluções ativas entre os incubadores, os colaboradores da IPEES e o prefeitura paulistana. Cada qual com seu papel, interesse e vontade em transcender a situação de vulnerabilidade social, econômica ou limitações no campo do gênero e raça, consolidando desta maneira o entendimento como política social de emancipação.

Reforçando o entendimento anterior, Gaiger (2003) relata que EES se apresentam como redes solidárias com a combinação de atividades econômicas com ações de cunho educativo e cultural autogeridas. Tomando-se a acepção do autor a IPEES, fomentaria a criação de cooperativas e redes cooperação, disponibilizando “assessoria jurídica, de *design* de produtos” e, contribuiria para a criação de planos de gestão.

Adicionalmente, a IPEES garante a exposição dos produtos em espaços de grande circulação como os mercados públicos e praças da região central paulistana como indicado no trecho da entrevista “mercado municipal, mercado de pinheiros, praça Benedito Calixto”, para que estes funcionem como pontos de comercialização dos grupos incubados. Mas, sempre valorizando o compromisso com a coletividade e reforçando a ideia de economia solidária como alternativa a capitalista.

Constatou-se também na entrevista a coordenadora pedagógica da IPEES que afora a questão produtiva e geração de trabalho e renda. É transversal ao projeto a leitura social, sustentabilidade, comércio justo e desenvolvimento local. Ou seja, a política pública em ES em curso no município de São Paulo, aponta para empreendimentos que estruturam pessoas fato esse identificado quando a coordenadora indica a parceria entre a IPEES e a Secretaria Municipal de Direitos Humanos, para que se valorize a criatividade e a capacidade de opinar dos cooperados.

Assim, os empreendimentos econômicos solidários incentivados pela IPEES contribuem para a distribuição mais homogênea de renda sobretudo quanto ao gênero, pois, segundo a “grande parte da economia solidária são as mulheres que participam mais, eu acho que, pois, tem um tem trajetórias diferentes das dos homens. Pois, param de trabalhar para cuidar dos filhos”.

6 | CONCLUSÕES/CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tomando-se os dados coletados na entrevista junto a coordenadora pedagógica da IPEES, e os integrando ao referencial teórico conclui-se que a incubadora pública já presta relevante papel social. Já que, traz ao debate o papel do Estado como fomentador de EES, e no empoderamento de grupos historicamente excluídos pela valorização social do trabalho, o estímulo a criatividade em cooperativas solidárias, o enaltecimento da questão de gênero no campo do trabalho, e a difusão da sustentabilidade em seus

diversos aspectos.

Outro ponto que merece destaque é o processo de tomada de decisão na IPEES, pois, há uma complexa relação entre a burocracia municipal e a estrutura organizacional horizontalizada da IPEES. A primeira é tipicamente hierarquizada e executada por agentes públicos governamentais, já a segunda possui natureza horizontalizada e é gerida por colaboradores de perfil mais técnico não necessariamente estatais, contudo, mantidos com recursos públicos. E, parte destes selecionados em função de sua experiência em ES.

Como explicado no parágrafo anterior a complexidade de se estruturar um projeto como a IPEES é intrínseca a um empreendimento governamental como este. Portanto, a experiência do gestor público conjuntamente com a opção por lançar editais de contratação diferenciados quanto a formação superior de educadores e a articulação inter e intragovernamental, gerou uma rede estratégica e colaborativa. Dando sustentabilidade técnico-política ao projeto, ainda que a instabilidade político-eleitoral gere riscos a manutenção de projetos deste tipo.

Constata-se que a administração pública, aqui identificada como a Prefeitura do Município de São Paulo, é seminal por disseminar, fomentar e articular entre vários atores políticos a concepção da IPEES. Por parte do legislativo, há também entendimento da importância da ES, tanto que tramita na câmara paulistana um projeto-de-lei que reserva 30% das compras públicas a produtos/serviços gerados pela ES.

O estudo detectou a necessidade da criação de indicadores de evolução desta política pública em ES e seus impactos sobre a geração trabalho e renda. Sendo assim aconselhável a pesquisas de monitoramento e aperfeiçoamento teórico nestas áreas, para que se averigüe futuramente a efetividade deste projeto ou análogos.

REFERÊNCIAS

ALCÂNTARA, F. H. C. Políticas públicas municipais e economia solidária. Campo Grande, **Interações**, vol.15, n.1, jan./ju. n. 2014.

ALVES, J. N.; FLAVIANO, V.; KLEIN, L. L.; LOBLER, M. L. A Economia Solidária no Centro das Discussões: um trabalho bibliométrico de estudos brasileiros. Rio de Janeiro, **Cad. EBAPE.BR**, v. 14, n. 2, abr./jun. 2016.

BAGGIO, A. F.; BAGGIO, D. K. Empreendedorismo: conceitos e definições. **Revista de Empreendedorismo, Inovação e Tecnologia**, v. 1, n. 1, p. 25-38, 2014.

BORNSTEIN, D. **How to change the world: social entrepreneurship and the power of ideas**. Oxford: Oxford University Press, 2004.

BRASIL. Prefeitura Municipal de São Paulo. **Lei nº 15.764**, de 27 de maio de 2013. Disponível em: <http://www3.prefeitura.sp.gov.br/cadlem/secretarias/negocios_juridicos/cadlem/integra.a.sp?alt=28052013L%20157640000>. Acesso em: 07 set. 2016.

BUCCI, M. P. D. **Direito Administrativo e Políticas Públicas**. São Paulo: Saraiva, 2002. CALBINO, D.; PAULA, A. P. Economia solidária: uma investigação sobre o estado da arte.

Revista Gestão Contemporânea. Porto Alegre, ano 10, n. 14, p. 371-397, jul./dez. 2013.

CANÇADO, A. C.; CANÇADO, A. C. M. G. **Incubação de cooperativas populares: metodologia dos indicadores de desempenho**. 2. ed. Palmas: Futura, 2009.

CRUZ, G. As duas faces do empreendedorismo social. **RAUnP - Revista Eletrônica do Mestrado Profissional em Administração da Universidade Potiguar**, v. 5, n. 1, p. 9-20, 2012.

FANTI, M. O Pão Compartilhado. **República**. Ano 5, ed. 23, jan. 2016.

FRANÇA FILHO, G. C. A perspectiva da economia solidária. In: FISCHER, T. (Org.). **Gestão do desenvolvimento e poderes locais: marcos teóricos e avaliação**. Salvador: Casa da Qualidade, 2002a.

_____, G. C. **Políticas públicas de economia solidária no Brasil: características, desafios e vocação**. In: FRANÇA FILHO, G. C. & LAVILLE, J. Ação Pública e Economia Solidária: Uma perspectiva internacional. Porto Alegre: UFRGS, 2006.

_____, G. C. Terceiro setor, economia social, economia solidária e economia popular: traçando fronteiras conceituais. **Bahia Análise e Dados**, v. 12, n. 1, p. 9-19, 2002b.

FRANÇA FILHO, G. C.; CUNHA, E. V. Incubação de redes locais de economia solidária: lições e aprendizados a partir da experiência do projeto Eco-Luzia e da metodologia da Ites/UFBA. **Organização e Sociedade**, v. 16, n. 51, 2009.

GAIGER, L. I. A Economia Solidária e a Revitalização do Paradigma Cooperativo. São Paulo, **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 28, n. 82, jun. 2013.

_____, L. I. **Empreendimentos econômicos solidários**. In: CATTANI, A. (Org.). A outra economia. Porto Alegre: Veraz, p. 135-143, 2003a.

_____, L. I. A economia solidária diante do modo de produção capitalista. **Caderno CRH**, Salvador, n. 39, jul./dez., p. 181-211, 2003b.

_____, L. I. A economia solidária e o projeto de outra mundialização. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, v. 47, n. 4, p.799-834, 2004.

_____, L. I. Antecedentes e expressões atuais da economia solidária. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, v. 84, p. 81-99, mar. 2009.

_____, L. I. A dimensão empreendedora da economia solidária: notas para um debate necessário. *Outra economia*, v. 2, n. 3, p. 58-72, 2011.

_____, L. I. A outra racionalidade da economia solidária: conclusões do primeiro Mapeamento Nacional no Brasil, **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 79, p. 57-77, 2007.

_____, L. I. A racionalidade dos formatos produtivos autogestionários. **Revista Sociedade e Estado**, v. XXI, n. 2, p. 513-545, 2006.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo: Atlas, 1999.

LIMA, J. C.; SOUZA, A. R. Trabalho, solidariedade social e economia solidária. São Paulo, **Lua Nova**, n. 93, p.139-168, 2014.

MORETTO NETO, L. M.; GARRIDO, P. O.; JUSTE, C. E. Desenvolvendo o aprendizado em gestão social: proposta pedagógica de fomento às incubadoras sociais. Rio de Janeiro, **Cad. EBAPE.BR**, v. 9, n. 3, p. 828–845, set. 2011.

NAGEM, F. A.; SILVA, Sandro P. S. Institucionalização execução das políticas públicas de economia solidária no Brasil. **Revista de Sociologia e Política**. v. 21, n. 46, p. 159-175, jun. 2013.

ONozato, E.; RIVANDA, M. T. Empreendedorismo Social e a Criação de uma Organização do Terceiro Setor: o estudo de caso da aliança empreendedora. Santa Cruz do Sul, **REDES**, v. 18, n. 1, p. 43-66, jan./abr. 2013.

ORTIGOZA, S. Vamos privilegiar os mais fracos: a economia solidária brasileira como possibilidade de (re)inserção do território como base do desenvolvimento. **Revista de Geografia e Ordenamento do Território (GOT)**, n. 6, p. 241-257, dez. 2014.

SINGER, P. **Globalização e desemprego**: diagnóstico e alternativas. São Paulo: Contexto, 2000.

_____, P. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

_____, P. Políticas Públicas da Secretaria Nacional de Economia Solidária no Ministério do Trabalho e Emprego. **Mercado de Trabalho**, n. 39, p. 42-48, mai. 2009.

SCHIOCHET, V. Institucionalização das políticas públicas de economia solidária: breve trajetória e desafios. *In*: Economia solidária e políticas públicas. **Ipea**, n. 40, 2009.

SILVA, F. P. S.; MOTA, L. S.; BORGES, R. A. S. B.; COUTO, T. S. C.; SILVEIRA, T. C. Empreendedorismo Social. **Revista Científica FacMais**, v. 2, n. 1, 2012.

PRINCÍPIOS E PRÁTICAS DA GESTÃO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO SUBSÍDIO PARA O ENSINO DA ADMINISTRAÇÃO: BUSCA POR PRESSUPOSTOS

Gustavo Bigetti Guergoletto

Instituto Federal do Paraná – IFPR
Colombo-PR

Renata Peres Barbosa

Universidade Federal do Paraná-UFPR
Curitiba-PR

RESUMO: Frente às condições sociais desiguais na contemporaneidade, orientadas por projetos societários pautados pela lógica do sistema capitalista global e excludente, entendemos que o modo de produção se desenvolve em meio a contradições, que muitas vezes apresentam as próprias lacunas para a sua superação. Nesse sentido, este trabalho tem por objetivo refletir acerca das possibilidades de se pensar práticas emancipatórias no ensino de administração, a partir das contradições do próprio sistema, para além da lógica do regime de acumulação flexível. Apresentamos aqui a proposta de análise das organizações pautadas nos princípios da economia solidária, bem como a análise das potencialidades do ensino técnico integrado numa perspectiva de formação integral, entendendo que ambos podem aliar-se enquanto práticas comprometidas com a transformação social que permitam uma leitura ampla e contextualizada da realidade social. Pretende-se, desse modo, analisar os

princípios da gestão da economia solidária como subsídio para o ensino da administração visando à formação de indivíduos sob uma ótica não restrita ao modelo liberal, mas com capacidade crítica acerca da sociedade em que está inscrito. Trata-se de um estudo bibliográfico.

PALAVRAS-CHAVE: Economia solidária. Ensino da Administração. Ensino médio integrado.

ABSTRACT: Faced with unequal social conditions in contemporary times, guided by societal projects guided by the logic of the global and exclusive capitalist system, we understand that the mode of production develops amidst contradictions, which often have their own shortcomings for their overcoming. In this sense, this paper aims to reflect on the possibilities of thinking emancipatory practices in the teaching of administration, starting from the contradictions of the system itself, beyond the logic of the regime of flexible accumulation. We present here the proposal of analysis of the organizations based on the principles of solidarity economy, as well as the analysis of the potential of integrated technical education in a perspective of integral formation, understanding that both can ally themselves as practices committed to social transformation that allow a broad reading context of social reality. In this way, we intend to analyze the principles of the management of

the solidarity economy as a subsidy for the teaching of the administration aiming at the formation of individuals from a perspective not restricted to the liberal model, but with a critical capacity about the society in which it is enrolled. This is a bibliographic study. **KEYWORDS:** Solidary economy. Teaching of Administration. Integrated secondary education.

1 | CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Frente às condições sociais desiguais da contemporaneidade, orientadas por projetos societários pautados pela lógica do sistema capitalista global e excludente, entendemos que o modo de produção se desenvolve em meio a contradições, que muitas vezes apresentam as próprias lacunas para a sua superação.

Este artigo tem por objetivo refletir acerca das possibilidades de se pensar práticas emancipatórias no ensino de administração, pensadas a partir das contradições do próprio sistema, para além da lógica do regime de acumulação flexível. Apresentamos aqui a proposta de análise dos princípios de organizações pautadas na economia solidária, cooperativismo e autogestão, bem como a análise das potencialidades do ensino técnico integrado numa perspectiva de formação integral, entendendo que ambos movimentos podem se aliar enquanto práticas comprometidas com a transformação social que permitam uma leitura ampla e contextualizada da realidade social.

Pretende-se, desse modo, analisar os princípios de gestão alternativos ao modelo hegemônico, como subsídio para o ensino da administração visando à formação de indivíduos sob uma ótica não restrita aos pressupostos pautados no modelo capitalista, mas com capacidade crítica acerca da sociedade em que está inscrito.

O estudo justifica-se tendo em vista que, diversos estudos já vêm demonstrando potencialidades nas práticas de gestão nos arranjos produtivos pautados em princípios da autogestão, do cooperativismo, do associativismo, da economia solidária, entre outros, podem ser compreendidos enquanto alternativas ao modelo de produção capitalista global e excludente (SINGER, 2005; BENINI E BENINI, 2010; GEIGER, 2013; MORAIS et al, 2011).

Vale destacar que, as tentativas de tais empreendimentos também implicam em contradições, pois estão inseridos na totalidade de uma economia social de base capitalista, na qual impossibilita o rompimento com o modelo ao subordinarem-se ao sistema. No entanto, apesar de estarem implicados em contradições, Benini e Benini (2010) apontam horizontes emancipatórios a partir das práticas de autogestão, destacando nessas organizações os germes para a transformação social. Para eles, nas experiências de autogestão há “implantes necessários de novos elementos estruturantes, abrindo, assim, como possibilidade histórica, um horizonte efetivo de transformação da organização do sistema produtivo” (BENINI; BENINI, 2010, p. 606).

Partimos do pressuposto de que os modelos produtivos alternativos ao sistema hegemônico, nesse sentido, em sua dialética, carregam um compromisso histórico, tendo por fim o desenvolvimento de um projeto ético e político que visa superar as relações orientadas pela exploração do trabalho. Como bem sustentado por Benini e Benini (2010):

Esse projeto político precisa ser entendido como uma possibilidade e necessidade histórica, uma vez que o movimento concreto das “tentativas” de autogestão vem (ou pode vir) a evidenciar, ao conjunto dos trabalhadores envolvidos, os mecanismos de subordinação do capital e, com isso, também “provocar”, dialeticamente, os meios de superação destes mesmos mecanismos (BENINI; BENINI, 2010, p. 617).

Neste aspecto já encontramos elementos que demonstram as potencialidades críticas e formativas que subjazem as práticas encontradas em experiências de tais arranjos produtivos. Assim, trazendo para o campo da Administração, é possível pensar uma educação que, ao formar para o mundo do trabalho, enfatize e desenvolva outras potencialidades e possibilidades no sujeito, demonstrando, além das práticas usuais da administração em organizações capitalistas, as práticas cooperativas e de autogestão vigentes, possibilitando assim uma educação integral do indivíduo, de resistência e emancipação:

Caso os chamados “empreendimentos solidários” tenham como consequência, no bojo das suas contradições, a constituição de uma consciência coletiva crítica, capaz de reconhecer os limites estruturais do capital e os mecanismos de dominação da lei do valor, em outras palavras, tenha de fato superado um dos aspectos da alienação, pode-se constituir uma nova base histórica para outros enfrentamentos. Afinal, novas subjetividades dependem, para se sustentarem, de novas condições materiais (BENINI; BENINI, 2010, p. 617).

Entendendo a educação profissional a partir do campo epistemológico da dialética marxista, em que se faz necessário pensar nas relações entre capital, trabalho e educação, o ensino técnico integrado pode constituir-se em um espaço de formação integral e emancipatória, em outras palavras, partimos da premissa de que é possível pensar em uma educação que atue nas contradições do sistema, que caminhe em direção à educação integral e que vá de encontro ao modelo econômico hegemônico.

Para tanto, no próximo tópico, propomos apresentar os princípios de gestão presentes em arranjos produtivos alternativos, como um modo de reavaliação do campo da administração. Em seguida, no segundo tópico, propomos o debate acerca das possibilidades de formação em uma perspectiva integral na educação profissional.

2 | REAVALIAÇÃO DO CAMPO DA ADMINISTRAÇÃO: ABORDAGENS ALTERNATIVAS

Diversas fontes e estudos tratam de identificar as origens do que hoje

denominamos “economia solidária”. Apesar de tal expressão ter sido criada no Brasil, a ocorrência de modos de produção, consumo e distribuição de riqueza com base em princípios com vista à valorização do ser humano, já fora experimentada ao longo da história da humanidade mesmo antes da Revolução Industrial. Ainda que não seja objetivo do presente estudo tratar dos marcos históricos que precederam ao que hoje conhecemos como economia solidária, é importante situarmos que, no momento atual, um dos impulsionadores vem da busca por soluções contra o cenário de desemprego resultante das mutações ocorridos no trabalho em virtude do sistema econômico vigente. Nesse sentido, MORAIS et al (2011) apontam que

no último quarto do século XX [...] resultaram em múltiplas alternativas que se encontram na busca por soluções contra a miséria, a exclusão, o desemprego e a cultura individualista dominante, ao que respondem com iniciativas balizadas em ideais de igualdade, cooperação e solidariedade, movimento que se tornou genericamente conhecido por economia solidária (MORAIS et al, 2011 p. 68).

No mesmo sentido, Castanheira (2008) salienta que “as iniciativas relacionadas à Economia Solidária e à Autogestão, especialmente no Brasil, estão intimamente relacionadas com situações de exclusão socioeconômica e de precarização do trabalho” (p. 117).

Para Paul Singer (2005), precursor da proposta no Brasil, a autogestão apresenta-se também como modelo alternativo às relações sociais entre capital e trabalho e altera os papéis impostos pela divisão social do trabalho. Neste modelo, os papéis de proprietário, gestores e trabalhadores passam a ser exercidos pelos próprios trabalhadores, como detentores dos meios de produção. A ideia de economia solidária nega a possibilidade de haver uma relação entre empregado e empregador, visto que neste modelo, o trabalhador é obrigatoriamente o empregador, excluindo assim o antagonismo existente em relação aos objetivos dos mesmos.

A Economia Solidária foi concebida como um modo de produção que tornasse impossível a divisão da sociedade em uma classe proprietária dominante e uma classe sem propriedade subalterna. Sua pedra de toque é a propriedade coletiva dos meios sociais de produção (além da união em associações ou cooperativas dos pequenos produtores). Na empresa solidária, todos que nela trabalham são seus donos por igual, ou seja, têm os mesmos direitos de decisão sobre o seu destino. Todos os que detêm a propriedade da empresa necessariamente trabalham nela (SINGER, 2005, p.14).

O autor segue dizendo que “esse tipo de economia seria um modo de produção e distribuição alternativo, e contemporâneo, ao modo de produção capitalista” (SINGER apud BENINI; BENINI, 2010, p. 606), mas que não se resumiria a isto. Para o autor, a constituição de empreendimentos autogeridos vai muito além de uma alternativa da classe trabalhadora ao desemprego e à miséria, sendo também uma forma de conscientização e de transformação do comportamento dos seus praticantes. Paul Singer observa em tal fato o “potencial educativo” que tais experiências propiciam aos

praticantes, e afirma que a incorporação dos valores ideológicos como a participação, igualdade, solidariedade, etc, seria o produto final e ideal da absorção de tais práticas, “opostos àqueles que fundamentam a lógica individual e competitiva das sociedades capitalistas.” (SINGER apud AZAMBUJA, 2009, p.284). O autor nos afirma também que

A autogestão tem como mérito principal não a eficiência econômica (necessária em si), mas o desenvolvimento humano que proporciona aos praticantes. Participar das discussões e de decisões do coletivo, ao qual se está associado, educa e conscientiza, tornando a pessoa mais realizada, autoconfiante e segura (SINGER apud AZAMBUJA, 2009, p. 294).

ONUMA et al (2012) também enxergam na autogestão positivamente, ao observarem que

no trabalho autogestionário elimina-se a divisão social do trabalho entre trabalhadores, proprietários e gestores, uma vez que todos esses papéis são assumidos pelos próprios trabalhadores e trabalhadoras, ocorrendo, portanto, a vinculação do capital e do trabalho às mesmas pessoas (ONUMA et al, 2012, p. 70).

As peculiaridades que as iniciativas de economia solidária oferece, nos conduz à reflexões que fogem do padrão usual de gestão das empresas contemporâneas. Nesse sentido, Benini e Benini (2010) nos chamam a atenção quanto à gestão desse tipo de empreendimento nos alertando que, devido aos seus princípios, mesmo negócios com mais de um empregador/empregado, a gestão do empreendimento deverá obrigatoriamente ser conjunta.

a que se destaca aqui é a gestão do empreendimento, que também deve ser exercida pelos próprios trabalhadores. É a partir dessa nova atividade desenvolvida pelos trabalhadores, ou seja, de serem trabalhadores e ao mesmo tempo “patrões de si próprios”, que tais empreendimentos são qualificados como autogestionários, ou ainda, como empreendimentos solidários (p.606).

Ao analisarmos e compreendermos as definições e princípios da economia solidária e da autogestão é inevitável a percepção de um estranhamento da mesma em relação ao sistema econômico vigente. Tais concepções não congruem com as concepções propostas pelo capitalismo, visto que princípios de cooperação, consumo consciente, distribuição de riqueza, solidariedade, entre outros, comumente são desprezados no atual sistema hegemônico. Tal estranhamento é reconhecido por Singer (2005), ao afirmar que “a prática da Economia Solidária, no seio do capitalismo, nada tem de natural. Ela exige dos indivíduos que participam dela um comportamento social pautado pela solidariedade e não mais pela competição” (p. 15). Por isso, para o autor, “a prática de economia solidária exige que as pessoas que foram formadas no capitalismo sejam reeducadas” (p. 16). O autor conclui nos dizendo que “essa reeducação tem de ser coletiva, pois ela deve ser de todos os que efetuam em

conjunto a transição, do modo competitivo ao cooperativo de produção e distribuição.” (SINGER, 2005, p.16)

A economia solidária pensada dentro dos moldes que a concebem permite aos que a praticam poder influenciar o meio em que estão inseridos no nível local e até global. Tal característica deve-se “graças à sua ênfase na autogestão, à sua abordagem crítica do capitalismo e à impulsão que propiciam a novos atores sociais”, revigorando assim as tradições associativas dos trabalhadores (GAIGER, 2013, p.259). Assim, as práticas de economia solidária em seus princípios de cooperativismo e autogestão, têm proporcionado aos atores envolvidos “princípios de produção de bens, de organização do trabalho e de circulação da riqueza distintos da racionalidade estrita do capital” (GAIGER, 2013, p.212).

Em argumentação a favor do modelo exposto, enfatizando a relevância social, Paul Singer (2005) faz um contraponto dos indivíduos educados em uma economia liberal com os que se formam no meio em que prevalece a economia solidária. Enquanto os primeiros são “postos em situações de competição desde a infância, na família e na escola”, os outros vivem desde cedo “situações definidas por comportamentos recíprocos de ajuda mútua” (SINGER, 2005, p.17). Enquanto os primeiros “aprenderão desde cedo que os indivíduos são desiguais, alguns são fortes inteligentes e esforçados, enquanto outros são fracos, burros e preguiçosos” (SINGER, 2005, p.16), os que se formam em um meio em que prevalece a economia solidária “aprenderão que as pessoas diferem, mas que essas diferenças provêm do meio e da educação; que ninguém é tão forte que não precise do auxílio dos outros e que a união faz a força” (SINGER, 2005, p.17).

Tratar dos princípios e experiências da economia solidária, pode proporcionar uma reavaliação do próprio campo da Administração, fundamental para práticas formativas que visem uma perspectiva da transformação. Andion (2005) evidencia o quanto o campo da Administração carece de pesquisas voltadas para uma vertente não funcionalista a partir de orientações ético-políticas para além das relações de produção pautadas no capitalismo. Para a autora, a gestão das organizações no campo da economia solidária

ainda é tema pouco explorado, seja por causa dos preconceitos ideológicos existentes, seja por causa da falta de fundamentação teórica adaptada à natureza destas organizações. Percebe-se que são poucos os estudos no campo da teoria das organizações (RAMOS, 1981; SERVA, 1996) que consideram as particularidades das organizações que atuam no campo social. A maioria dos autores de administração que estudam esse tipo de organização, destituem de sentido as suas práticas internas, analisando-as a partir de uma concepção funcionalista, apoiada sobre os mesmos princípios e instrumentos aplicados às empresas públicas e privadas tradicionais (ANDION, 2005, p.86).

Em consonância com Andion (2005), Onuma et al (2012) apresentam a autogestão como contraponto à teoria administrativa dominante. Tal modelo subordina o desenvolvimento social ao econômico, com foco na eficiência, e interesses conflitantes

nos diferentes níveis hierárquicos da organização. Para a autora:

a Teoria da Administração tem se tornado cúmplice dos interesses do business, educando profissionais cujas ações acabam sobrepondo o econômico ao fator humano e às questões éticas. Em contraposição a este cenário de injustiça e exploração, encontra-se a autogestão, forma de gestão não hierarquizada e democrática cuja implantação tem enfrentado muita dificuldade (ONUMA et al, 2012, p. 65).

Pensar o ensino da Administração a partir de tais abordagens é fundamental para se pensar a formação em seu sentido ético-político, que ascende para o desenvolvimento de relações de trabalho mais justas e menos alienantes e que resista aos imperativos do mercado capitalista global. Para Onuma et al (2012)

discutir a questão do trabalho dentro das organizações autogestionárias, com base em uma reavaliação dos valores da própria Administração e se pautando no estabelecimento de novos vínculos sociais em meio às relações interpessoais e de trabalho tecidas nas organizações, pode trazer grande contribuição à Teoria Administrativa ao apontar a potencialidade de práticas administrativas que se propõem a superar a questão da alienação e do poder disciplinar decorrentes de formas hierarquizadas de gestão (ONUMA et al, 2012, p. 67)

Percebe-se que, para as autoras, o ensino tradicional da Administração também deveria sofrer adaptações. Nesse sentido, e denominando o ensino da Economia Solidária como ensino da “Autogestão”, Singer compactua com as autoras ao propor o ensino não apenas do curso de Administração nos moldes adaptados à Economia Solidária, mas também o redesenho dos demais cursos, como Contabilidade, Psicologia, Direito, Economia, etc.

Apesar de todo o potencial deste “novo” modelo de gestão, Singer (2002) e Castanheira (2008) chamam a atenção para o risco que os empreendimentos solidários estão sujeitos se pautarem parte de suas ações pelos mesmos preceitos racionais da ordem burocrática vigente (2008, p.117). Para a autora, corre-se o risco de engendrar no que Singer (2002) chama de “formas degeneradas de economia solidária”. Paul Singer reconhece que a “educação solidária” através da autogestão não é automática, pois admite que os atores que passam a ingressar em empreendimentos autogeridos, advém de uma cultura diferente dos moldes da economia solidária. Portanto, o autor atribui o perigo da “degeneração da prática autogestionária” à insuficiente formação democrática dos sócios, que devido à origem dos mesmos ter se dado no seio das relações capitalistas, podem “corromper a integridade do modelo de gestão” (SINGER apud AZAMBUJA 2009, p.295).

Apesar de reconhecer as dificuldades e os riscos à qual a implantação de modelos pautados na autogestão estão suscetíveis, Paul Singer sugere a disseminação do ideal de Economia Solidária. Para o mesmo, o conseqüente aumento do número de empreendimentos com viés social ampliaria as possibilidades da realização de negócios entre empreendimentos solidários, o que fortaleceria, com o passar do tempo,

esse modelo econômico alternativo. Nas palavras de Singer, para a construção da Economia Solidária “é fundamental que os praticantes aprendam que podem mudar o meio externo hostil, tornando-o amigável, pela difusão da Economia Solidária, pelos ramos que lhes são complementares” (SINGER, 2002, p.19).

Apesar do número de empreendimentos solidários ter aumentado significativamente nos últimos anos e o aumento de segmentos atendidos por este tipo de empreendimento também ter se expandido, é fato que no Brasil o número de redes de relações compostas exclusivamente por operadores solidários ainda é pequeno. Portanto é necessário reconhecermos que a limitação de relações apenas entre empresas solidárias ainda ficará restrita a poucos atores.

3 | EDUCAÇÃO PROFISSIONAL EM UMA PERSPECTIVA DE FORMAÇÃO INTEGRAL: REFLEXÕES

Para a reflexão acerca do ensino da Administração nessa vertente, faz-se necessário compreendermos as aproximações da relação entre capital, trabalho e educação, já fruto de consistentes pesquisas (DOMINGOS et al, 2015; KUENZER E GRABOWSK, 2016; ARAUJO, FRIGOTTO, 2015, SAVIANI, 2013). No campo da educação profissional, diversos estudos têm se debruçado numa perspectiva de possibilidade do ensino técnico integrado constituir-se enquanto espaço de formação integral. Sustentamos nossa análise com vistas ao debate da formação pautada no conceito de politecnia, como possibilidade para se pensar a formação humana uma perspectiva integral no campo escolar.

Partindo do campo epistemológico do materialismo histórico dialético, compreendemos o trabalho como uma categoria fundamental, tido como princípio educativo, “o ato de agir sobre a natureza transformando-a em função das necessidades humanas” (SAVIANI, 2007, p. 154), importante conceito que permite compreender os processos de formação humana. Nesse sentido, o trabalho, como atividade humana de transformação da natureza, é entendido como o processo de produção da existência, de modo que os homens, “em lugar de se adaptar à natureza, ele tem que adaptar a natureza a si, isto é, transformá-la, através do trabalho” (SAVIANI, 2013, p. 11). A educação, como própria dos seres humanos, se insere como uma exigência do e para o processo de trabalho, como “ato de produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens” (SAVIANI, 2013, p. 13).

Kuenzer e Grabowsk (2016) irão refletir sobre a educação profissional a partir da dialética marxista, e analisam as relações entre trabalho e educação no atual regime de acumulação pautado na produção flexível, que destitui os sentidos do trabalho. A reestruturação produtiva nos moldes da flexibilização impõe à expressiva parcela de trabalhadores condições ainda mais precárias e de exclusão, em que ser flexível

“significa adaptar-se ao movimento de um mercado que inclui/exclui, segundo as necessidades do regime de acumulação” (KUENZER E GRABOWSK, 2016, p. 27).

As autoras salientam que os projetos pedagógicos respondem às demandas do regime de acumulação flexível, de modo que

novas formas de disciplinamento buscam a submissão, por parte da classe trabalhadora, aos processos flexíveis caracterizados pela intensificação e pela precarização, a configurar o consumo cada vez mais predatório e desumano da força de trabalho (KUENZER E GRABOWSK, 2016, p. 26).

Vale destacar que, a divisão social e técnica do trabalho é parte fundamental e estratégica do sistema capitalista, que transfere sua lógica para as demais instituições sociais, dentre elas, a escola. Nesse sentido, a escola moderna surge para atender aos interesses do modo de produção capitalista e, assim, acaba por reproduzir seus mecanismos, operando de maneira dualista, na separação entre teoria e prática, entre trabalho intelectual e trabalho manual, “trabalho simples e trabalho complexo, cultura geral e cultura técnica, ou seja, uma escola que forma seres humanos unilaterais, mutilados, tanto das classes dirigentes como das subalternizadas” (DOMINGOS et al, 2015, p. 1059).

No entanto, a própria divisão social do trabalho apresenta contradições, momento no qual surgem as lacunas para se pensar as possibilidades de uma formação integral no horizonte da superação de uma formação unilateral, que atue nas contradições do sistema e que vá de encontro com o modelo econômico hegemônico, entendendo que “a partir da divisão do trabalho, e mais, de sua agudização, que se engendrariam as contradições que possibilitariam sua superação” (DOMINGOS et al, 2015, p. 1062). A formação integral é compreendida aqui a partir do conceito de Politecnia, pressuposto por Marx, de formação onilateral, que contempla uma educação intelectual, física e tecnológica, o que impulsiona o debate sobre a aproximação das possibilidades de profissionalização e formação politécnica. Conforme Domingos et al (2015):

Marx não tem por fim o aumento da produtividade do capital. Contrariamente, seu objetivo político é que os trabalhadores voltem a ter o domínio sobre o conteúdo do próprio trabalho e, dessa forma, tenham melhores condições para enfrentar a contradição entre capital e trabalho, visando à superação do modo de produção capitalista, pela via do aprofundamento de suas contradições internas (DOMINGOS et al, 2015, p. 1062).

Também sob orientação metodológica da formação integral proposta por Marx, Araujo e Frigotto (2015) dissertam sobre a necessidade de se promover a autonomia e o compromisso com a transformação social nos estudantes durante a formação escolar.

Os autores apostam na organização de um currículo integrado, como estratégia metodológica para um projeto de formação integral, tendo por princípio o desenvolvimento da autonomia e o compromisso social, princípios que estimulariam o

trabalho coletivo e o sentimento de solidariedade. Assim, postulam que:

As diferentes possibilidades de procedimentos de ensino favorecem mais ou menos o projeto de ensino integrado quando são organizados para promover a autonomia, por meio da valorização da atividade e da problematização, e para cultivar o sentimento de solidariedade, mediante do trabalho coletivo e cooperativo (ARAUJO, FRIGOTTO, 2015, p.73).

Nesse sentido, salientamos a concepção de ensino médio integrado enquanto proposta de formação que pode caminhar contrariamente à perspectiva hegemônica, em direção a uma formação integral:

Não apenas uma forma de oferta da educação profissional de nível médio, mas sim uma proposição pedagógica que se compromete com a utopia de uma formação inteira, que não se satisfaz com a socialização de fragmentos da cultura sistematizada e que compreende como direito de todos ao acesso a um processo formativo, inclusive escolar, que promova o desenvolvimento de suas amplas faculdades físicas e intelectuais (ARAUJO, FRIGOTTO, 2015, p.62).

Trazendo para o campo do ensino da Administração, é possível pensar uma educação que, ao formar para o mercado, enfatize e desenvolva outras potencialidades no sujeito, demonstrando, além das práticas usuais da administração em organizações capitalistas, as práticas cooperativas e de autogestão vigentes, possibilitando assim uma educação integral do indivíduo.

Trata-se, pois, de compreender a ação pedagógica em sua relação com a totalidade das ações humanas que, sempre, tem repercussões éticas e políticas para a vida social, bem como a necessária dependência entre os saberes específicos e locais ao conjunto de saberes sociais. A ação didática integradora ganha sentido assim enquanto ação ético-política de promoção da integração entre os saberes e práticas locais com as práticas sociais globais bem como quando promove a compreensão dos objetos em sua relação com a totalidade social (ARAUJO; FRIGOTTO, 2015, p.66).

Entendemos que compreender as práticas locais de gestão/organização, pode fazer parte de um projeto de ensino em uma perspectiva integradora, ou seja um ensino integrado em função de determinado projeto de sociedade, vinculado a um significado político de transformação.

A partir desta base epistemológica, entendemos que o ensino técnico integrado pode constituir-se em uma formação que supera a dicotomia entre teoria e prática, ou seja, pressupõe uma formação não restrita aos interesses do mercado, que pode instrumentalizar os estudantes a uma postura crítica em relação ao modelo social e econômico atual, com vistas a sua superação, na compreensão dos processos ideológicos que sustentam as relações de dominação concernentes aos processos produtivos.

Na perspectiva da integração, a utilidade dos conteúdos passa a ser concebida não na perspectiva imediata do mercado, mas tendo como referência a utilidade

social, ou seja, os conteúdos são selecionados e organizados na medida de sua possibilidade de promover comportamentos que promovam o ser humano e instrumentalizem o reconhecimento da essência da sociedade e a sua transformação (ARAUJO, FRIGOTTO. 2015 p.68).

Concordamos com Araujo e Frigotto (2015) de que os princípios orientadores de uma organização curricular a partir de uma perspectiva integradora devem se pautar numa perspectiva interdisciplinar comprometida com a transformação social e que permita uma leitura ampla e contextualizada da realidade, mantendo uma “íntima vinculação com o projeto político de construção de uma sociabilidade para além do capital” (ARAUJO, FRIGOTTO, 2015, p. 66), em que “a contextualização pressupõe, na perspectiva aqui trabalhada, a íntima articulação dos conteúdos formativos com a realidade social e com os projetos políticos dos trabalhadores e de suas organizações sociais” (ibid, p.69).

Tais princípios e estratégias metodológicas corroboram com o posicionamento de SINGER (2005) de que “todos têm inclinação tanto por competir como por cooperar. Qual dessas inclinações acabará por predominar vai depender muito da prática mais frequente, que é induzida pelo arranjo social em que o sujeito nasce, cresce e vive” (SINGER, 2005, p. 16). Cabe à reflexão, objetivo, por ora, deste trabalho.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo buscamos refletir sobre as possibilidades de práticas emancipatórias no ensino de administração, a partir do ensino pautado por iniciativas voltadas para princípios alternativos de gestão, que enfatize e desenvolva outras potencialidades no sujeito, demonstrando, além das práticas usuais da administração em organizações capitalistas, as práticas cooperativas e de autogestão vigentes, possibilitando assim uma educação integral do indivíduo.

Em síntese, entendemos que compreender as práticas locais de gestão/ organização, pode fazer parte de um projeto de ensino em uma perspectiva integradora, ou seja, um ensino integrado em função de determinado projeto de sociedade, vinculado a um significado político de transformação, do “resgate das ações educativas sistematizadas, escolares e não escolares, para os que vivem do trabalho, na contramão das práticas elitistas do regime de acumulação flexível” (KUENZER E GRABOWSK, 2016, p. 29).

REFERÊNCIAS

ANDION, Carolina. A gestão no campo da economia solidária: particularidades e desafios. **Rev. adm. contemp.**, Curitiba, v. 9, n. 1, p. 79-101, mar. 2005.

ARAUJO, Ronaldo Marcos de Lima; FRIGOTTO, Gaudêncio. Práticas pedagógicas e ensino integrado. **Revista Educação em Questão**, v. 52, n. 38, p. 61–80, 2015.

AZAMBUJA, Lucas Rodrigues. Os Valores da Economia Solidária. **Sociologias**, Porto Alegre , n. 21, p. 282-317, 2009.

BENINI, E. A. Economia solidária, Estado e sociedade civil: um novo tipo de política pública ou uma agenda de políticas públicas? **Org & Demo**, UNESP, Marília, n. 4, p. 3-22, 2003.

BENINI, Édi Augusto; BENINI, Elcio Gustavo. As contradições do processo de autogestão no capitalismo: funcionalidade, resistência e emancipação pela economia solidária. **Organ. Soc.**, Salvador , v. 17, n. 55, p. 605-619, dez. 2010.

CASTANHEIRA, Maria Eugênia Monteiro; PEREIRA, José Roberto. Ação coletiva no âmbito da economia solidária e da autogestão. **Rev. katálysis**, Florianópolis , v. 11, n. 1, p. 116-122, June 2008

GAIGER, Luiz Inácio. A economia solidária e a revitalização do paradigma cooperativo. **Rev. bras. Ci. Soc.**, São Paulo , v. 28, n. 82, p. 211-228, jun. 2013.

GRABOWSKI, Gabriel; KUENZER, Acácia Zeneida. A produção do conhecimento no campo da Educação Profissional no regime de acumulação flexível. **Holos**, v. 6, p. 22–32, 2016.

MORAIS, Edson Elias de et al . Propriedades coletivas, cooperativismo e economia solidária no Brasil. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo , n. 105, p. 67-88, mar. 2011.

MOURA, Dante Henrique; LIMA FILHO, Domingos Leite; SILVA, Mônica Ribeiro. Politecnia e formação integrada: confrontos conceituais, projetos políticos e contradições históricas da educação brasileira. **Revista Brasileira de Educação**, v. 20, n. 63, p. 1057–1080, 2015.

ONUMA, Fernanda Mitsue Soares; MAFRA, Flávia Luciana Naves; MOREIRA, Lilian Barros. Autogestão e subjetividade: interfaces e desafios na visão de especialistas da ANTEAG, UNISOL e UNITRABALHO. **Cad. EBAPE.BR**, Rio de Janeiro , v. 10, n. 1, p. 65-81, mar. 2012.

SAVIANI, Dermeval. **Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos**. Rev. Bras. Educ., Rio de Janeiro , v. 12, n. 34, p. 152-165, Apr. 2007 .

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. 11ed. Campinas, SP: autores associados, 2013.

SINGER, Paul. A Economia Solidária como ato pedagógico. In: KRUPPA, Sonia M. Portella (Org). **Economia solidária e educação de jovens e adultos**. Brasília: Inep, 2005.

_____. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

DIREITO À EDUCAÇÃO: ANALISANDO POLÍTICAS PÚBLICAS DE APOIO À PERMANÊNCIA ESCOLAR NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Alexsandra Joelma Dal Pizzol Coelho

Instituto Federal de Santa Catarina – IFSC

Joinville – Santa Catarina

Universidade Tecnológica Federal do Paraná –

UTFPR, PPGTE

Curitiba – Paraná

alexandra@ifsc.edu.br

Nilson Marcos Dias Garcia

Universidade Tecnológica Federal do Paraná –

UTFPR, PPGTE

Universidade Federal do Paraná – UFPR, PPGE

Curitiba – Paraná

nilson@utfpr.edu.br

RESUMO: São apresentados resultados de pesquisa qualitativa que analisou aspectos das políticas públicas de apoio à permanência escolar de alunos de cursos de formação profissional e tecnológica, visando estabelecer relações entre as ações previstas e os respectivos índices de permanência e abandono. Realizada entre 2011 e 2013 com alunos de cursos técnicos concomitantes e subsequentes em Mecânica, Eletroeletrônica e Eletrotécnica de Joinville e Jaraguá do Sul/SC, envolveu 270 estudantes permanentes e 25 que deixaram de frequentá-los. De caráter qualitativo e natureza exploratória, foi desenvolvida através de aplicação de questionários e realização de entrevistas, tendo como referência teórica

autores que discutem criticamente as atuais políticas de apoio à permanência escolar. Os resultados permitiram inferir, a partir da demonstração de desconhecimento por parte dos próprios alunos por ele beneficiados que, da forma como está sendo aplicado, o Plano Nacional de Assistência Estudantil, que estimula a permanência escolar, não tem atingido plenamente seus objetivos. Também revelaram a necessidade de uma avaliação mais sistematizada do Plano e uma melhor identificação das carências dos estudantes que podem ser atendidas pela instituição, seja por políticas nacionais ou ações institucionais.

PALAVRAS-CHAVE: Permanência escolar; Abandono escolar; Políticas públicas; Educação profissional.

ABSTRACT: We present the results of a qualitative research which aimed to analyze aspects of the public policies supporting school permanency of students of Professional Education's courses, aiming to establish relationships between the planned actions and the respective indices of permanency and drop out. The research involved both students persevering and who have dropped the concomitant and subsequent technical courses in Mechanics, Electroelectronics and Electrotechnics of Joinville and Jaraguá do Sul, in Santa Catarina, in the period between the 2nd

semester of 2011 until the end of 2013, involving 270 persevering students and 25 of the students who had dropped out. From a qualitative exploratory approach, the research was theoretically supported in authors who critically discuss current policies to support the school permanency. The results allowed to infer, from the demonstration of ignorance on the part of the students benefited that the National Plan of Student Assistance, which stimulates the permanence of school, has not been fully reached its objectives. They also revealed the need for a more systematized evaluation of the Plan and a better identification of the students' needs that are met by the institution, either through national policies or institutional actions.

KEYWORDS: Permanency School. School Dropout. Public policy. Professional Education.

1 | INTRODUÇÃO

No Brasil, somente em 1988, a Educação passou a ser assegurada como um direito fundamental e social, vindo a ser um direito público subjetivo dos cidadãos garantido pelo art. 205 da nova Constituição.

O direito à permanência, à igualdade de condições de acesso e de permanência na escola, também assegurado na Constituição (BRASIL, 1988, art. 206), somente foi ratificado na Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional – LDB 9.394, de 1996.

Entretanto, embora a permanência seja garantida constitucionalmente, dados estatísticos apontam que a taxa média de distorção idade-série no Ensino Médio no Brasil em 2011 era de 34,4% e de 28,2% em 2014. Apesar da ampliação nos índices de permanência e sucesso na educação básica registrada nos últimos anos, tais “índices ainda são extremamente ruins, particularmente para as pessoas pobres, onde cerca de 80% dos jovens entre 18 e 24 anos ainda não concluiu o ensino médio”. (BRASIL, 2011, p. 36).

Neste sentido, Gadotti (1981, p. 5) destaca que, “as classes populares, no Brasil, sempre estiveram à margem do poder. Em consequência, as aspirações populares, em matéria de educação, não encontram ressonância: a educação é eminentemente elitista e antipopular”.

Fritsch, Vitelli e Rocha (2014, p. 134), por sua vez, chamam a atenção à metodologia utilizada para avaliar a qualidade da educação. Segundo os autores, “as políticas educacionais no Brasil e no mundo têm avaliado a qualidade da educação, ou mesmo das políticas públicas, por meio de indicadores quantitativos”.

Sobre esta questão, Kuenzer (2010) destaca que os limites das políticas seriam minimizados se o governo promovesse uma análise da situação real da educação brasileira, discutindo-a com a sociedade civil e não apenas apresentando dados brutos. Para a autora, seria fundamental apresentar

[...] séries históricas, matrículas por idade, distorção idade-série, relação entre escolaridade, formação profissional e emprego, entre outros, de modo a mostrar como de fato evoluíram o acesso e a permanência nos diferentes níveis, etapas e modalidades de ensino e suas relações com a ocupação e com o acesso à cultura. A ausência de explicitação destes dados e do debate com a sociedade civil, por si só, já revela os limites deste processo, que acaba se transformando em formalidade. (*ibid*, p. 853)

A respeito da educação profissional, em 1888, no início dessa modalidade em São Paulo, conforme Moraes (2003, p. 94), o índice educacional de abandono escolar era de cerca de 50%. Levantamento em nível nacional realizado por Gallindo (2018), relativo ao período de 2009 a 2018, apontou um abandono de 26,73% em cursos técnicos de nível médio nos Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnológica, com índices elevados principalmente nos cursos técnicos de PROEJA (50,94%), concomitantes (46%) e subsequentes (43%), não muito diferentes daqueles verificados por Moraes.

Essas taxas demonstram que, embora a educação profissional tenha passado por diferentes políticas educacionais e tenha tido destaque em relação às políticas de expansão, a questão dos altos índices de abandono escolar ainda permanece.

Estudo realizado por Coelho (2014) ressalta a existência de poucas pesquisas e dados sistematizados a respeito do abandono escolar na educação profissional e tecnológica. Essa questão é também apontada por Dore, Sales e Castro (2014, p. 381), para quem, “particularmente sobre abandono no ensino técnico regular de nível médio, nota-se que não há uma quantidade relevante de estudos”, demonstrando o número escasso de estudos e informações sistematizadas sobre a temática “evasão” na educação técnica de nível médio e apontando a necessidade de solidificar no país um campo de pesquisa sobre estas questões.

Neste sentido, e buscando contribuir para melhor esclarecer as questões relativas à permanência e abandono escolar na educação Profissional, haja vista que o abandono escolar vai, de acordo com Brandão, Baeta e Rocha (1983), contra a garantia legal da permanência, apresentam-se resultados de uma pesquisa realizada em Joinville e Jaraguá do Sul com estudantes permanentes e outros que deixaram de frequentar seus cursos, com o objetivo de analisar aspectos das políticas públicas de apoio à permanência escolar e suas relações com as ações previstas e os respectivos índices de permanência e abandono.

Destaca-se que nessa pesquisa adotou-se o termo abandono escolar em vez de evasão escolar, pois, concordando com o pensamento de Steimbach (2012) e Pelissari (2012), foi entendido que o termo abandono melhor reflete a relação mútua estabelecida entre os diversos fatores que envolvem o estudante e a escola, decorrentes de processos sociais, econômicos e culturais, visto que o estudante pode abandoná-la ou ser por ela abandonado. Entretanto, no texto poderão ser encontradas outras denominações quando emitidas pelos autores tomados como referência.

2 | O DIREITO À EDUCAÇÃO E À PERMANÊNCIA ESCOLAR

Discutir sobre abandono e permanência escolar é dialogar sobre acesso e permanência como um direito garantido constitucionalmente. Neste sentido, é defender a educação como um direito de todos e dever do Estado (BRASIL, 1988, art. 6º).

Como destaca Lenskij (2006), além da Constituição de 1988, o direito à educação está regulamentado e garantido na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (Lei 9.394/96), no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8069/90), no Plano Nacional de Educação (Lei 13.005/2014) e na Lei do FUNDEF (Lei 9.424/96). Pondera o autor que

Estes são os principais documentos que compõem o ordenamento jurídico da Educação brasileira. São os instrumentos legais e normativos, mais abrangentes que orientam as práticas escolares no sentido de garantir a permanência na escola, como conteúdo e como princípio do direito à educação. Poder-se-ia dizer que, tal como foi construído pelos constituintes legisladores, o Direito à Educação é apenas mais um dos instrumentos de proteção à infância/ adolescência mas, talvez, o principal deles. (LENSKIJ, 2006, p. 68-69)

Esses direitos foram ampliados a partir de 2009 através da Emenda Constitucional nº 59/2009, que garante educação básica obrigatória e gratuita dos quatro aos dezessete anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (Resolução nº. 2, de 30 de janeiro de 2012, art. 3º), por sua vez, definem que “o Ensino Médio é um direito social de cada pessoa, e dever do Estado na sua oferta pública e gratuita a todos”. Porém, a Resolução supracitada não faz, em seu texto, menção sobre as garantias ao acesso e à permanência escolar, ausência apontada também nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio (Resolução nº 6, de 20 de setembro de 2012).

Essa questão foi abordada no Estatuto da Juventude, aprovado em agosto de 2013 pela lei 12.852, que assegura aos jovens, entre outros, esses direitos:

Art. 7º O jovem tem *direito à educação* de qualidade, com a garantia de educação básica, obrigatória e gratuita, inclusive para os que a ela não tiveram acesso na idade adequada.

[...]

Art. 9º O jovem tem *direito à educação profissional e tecnológica*, articulada com os diferentes níveis e modalidades de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia, observada a legislação vigente.

[...]

Art. 13. As escolas e as universidades deverão formular e implantar medidas de democratização do acesso e *permanência*, inclusive programas de assistência estudantil, ação afirmativa e inclusão social para os jovens estudantes. (BRASIL, 2013b). (grifos da autora)

Entretanto, ainda que existam essas garantias legais, Ciavatta (2011, p. 167) aponta que,

Há na história da educação do Brasil, um movimento reiterado de negar à grande massa da população as oportunidades educacionais para uma educação básica (fundamental e média) de qualidade. Cerca de 50% de trabalhadores não completaram oito anos de escolaridade, consequência das mediações históricas que contribuíram para essa grave situação em pleno século XXI.

Referente às garantias da igualdade nas condições de acesso e permanência na escola, Dore e Lüscher (2011) compreendem que o abandono escolar é contrário aos preceitos constitucionais, pois, para elas,

O abandono escolar confronta-se com o preceito constitucional segundo o qual é direito da pessoa, além da oportunidade de acesso à escola, ter garantidas as condições de permanência, tendo em vista seu pleno desenvolvimento, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (DORE; LÜSCHER, 2011, p. 779-780).

Da mesma forma, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB 9.394/96, em seu artigo 3º garante os mesmos princípios de acesso e permanência dos estudantes na escola, aspecto que é reforçado no art. 4º, inciso VII, quando prescreve a “oferta de educação escolar regular para jovens e adultos, com características e modalidades adequadas às suas necessidades e disponibilidades, garantindo-se aos que forem trabalhadores as condições de acesso e permanência na escola” (BRASIL, 1996).

Essas questões também foram o ponto de partida para a análise das políticas que orientariam a estruturação do Plano Nacional de Educação sobre o Ensino Médio, que foram discutidas em 2010 no Conselho Nacional de Educação (CONAE), tendo sido consideradas fundamentais questões como a

universalização com qualidade social, por meio de ações que visem à *inclusão* de todos no processo educativo, com garantia de acesso, permanência e conclusão de estudos com bom desempenho; respeito e atendimento à *diversidade socioeconômica* cultural, de gênero, étnica, racial e de acessibilidade, promovendo *igualdade* de direitos; e o desenvolvimento da *gestão democrática*. (KUENZER, 2010, p. 859)

Kuenzer (2010, p. 860), destaca, porém, que as metas do Plano Nacional de Educação – PNE 2000-2010, mesmo analisando dados sem a necessária sistematização para conferir transparência e permitir análise qualificada, permitem inferir que, quanto à expansão do acesso, permanência e sucesso, não houve mudanças significativas, mostrando que, para o ensino médio, as metas estabelecidas no PNE 2000-2010 não foram atingidas.

Em outro momento, Kuenzer (2007) já havia ponderado que, além de não garantir as condições de permanência escolar, o Estado repassa para a sociedade

civil a responsabilidade de suas funções. Para ela,

a partir da alegação da “*impossibilidade*” do Estado em cumprir com suas funções, pretensamente melhor desempenhadas por organizações privadas mais ágeis, que asseguram mais eficácia e maior ampliação da capacidade de atendimento, as relações entre Estado e sociedade civil passam a se dar por meio das parcerias entre o setor público e o setor privado. (p. 1174)

No atual Plano Nacional de Educação – 2014-2024, dentre as 20 metas estabelecidas, destaca-se a meta 03: “universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos e elevar, até o final do período de vigência deste PNE, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85% (oitenta e cinco por cento)” (BRASIL, 2014, p. 22), destacando-se não haver menção de ações e políticas de apoio à permanência escolar para atingir essa meta na elaboração do documento.

Referente à educação profissional e tecnológica, a meta 11 do PNE 2014-2024 dispõe: “triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% (cinquenta por cento) da expansão no segmento público.” (BRASIL, 2014, p. 39). Para garantir essa meta, propõe-se como estratégia ampliar as políticas de inclusão e de assistência estudantil (BRASIL, 2014, p. 41), atual política de apoio à permanência escolar das Universidades Federais e Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

Com relação à permanência do trabalhador estudante na escola, a LDB 9.394/96, ao se referir à modalidade da Educação de Jovens e Adultos (EJA), estabelece que seja viabilizado e estimulado pelo poder público o acesso e permanência deste educando através de ações integradas e complementares (BRASIL, 1996), explicitação essa que não ocorre quando trata do acesso, permanência e garantias do trabalhador estudante no capítulo III da lei supracitada, relativo à educação profissional e tecnológica.

De acordo com Fritsch, Vitelli e Rocha (2014), nenhuma política tem contribuído para modificar a realidade do estudante trabalhador, em especial do aluno do noturno. Segundo os autores (2014), além da ausência das políticas, as práticas pedagógicas adotadas pelas escolas não levam em conta o perfil e a condição social dos estudantes, que exigem práticas educativas que considerem a realidade e o contexto socioeconômico e cultural do aluno.

Em especial ao estudante trabalhador, conforme argumenta Bernardim (2013), “a falta de investimentos em políticas públicas voltadas à classe trabalhadora marca o atraso que o Brasil enfrenta no campo educacional, constituindo-se em uma das maiores dívidas do estado para com o povo brasileiro” (p. 109).

Nesta mesma perspectiva, Kuenzer (2010) aponta a necessidade de discutir sobre qual qualidade se pretende para o ensino médio, na perspectiva dos que vivem do trabalho. Para a autora, a unitariedade da escola média será assegurada, bem como a garantia do acesso, da permanência e do sucesso em escolas de qualidade,

independentemente da origem de classe de seus alunos, desde que assegurada a qualidade e que contemple os interesses e necessidades dos seus alunos.

Entretanto, para se fazer cumprir essas garantias, é necessário que existam mecanismos para tal. Nesse sentido, atualmente, as políticas de apoio à permanência escolar brasileira são as de progressão automática e de assistência financeira. Conforme ponderam Dore e Luscher (2011),

Hoje, políticas governamentais de cunho educacional e/ou social, tais como a progressão automática entre as séries, que promove a redução da distorção entre idade e série, e o programa Bolsa Família, contribuem tanto para universalizar o acesso ao ensino fundamental como para conter a evasão estudantil. (p. 780)

As políticas de transferência de renda lançadas no governo Fernando Henrique Cardoso, mantidas e intensificadas no governo Lula, transformaram o Programa Bolsa Escola em Bolsa Família. A presidente Dilma Rousseff manteve esse Programa, vinculando-o à permanência escolar do estudante para ter direito ao benefício, sendo classificada, assim, como uma política de apoio à permanência escolar.

Referente aos impactos do Programa Bolsa Família, pesquisa realizada de 2005 a 2009 por Amaral e Monteiro (2013) sobre abandono escolar concluiu que os programas de transferências de renda diminuíram o abandono escolar, porém não em números significativos.

Essa política financeira de apoio à permanência escolar não se resume apenas à Educação Básica. Na Educação Profissional, em específico na Rede Federal de Ensino, há a política de apoio ao estudante regulamentada pelo Decreto 7.234, de 19 de julho de 2010, que dispõe sobre o Plano Nacional de Assistência Estudantil. Este Plano consiste de ações de assistência estudantil que são executadas por instituições federais de ensino superior, inclusive os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, devido às suas especificidades, cujos objetivos gerais compreendem

I - democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal; II - minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior; III - reduzir as taxas de retenção e evasão; e IV - contribuir para a promoção da inclusão social pela educação. (BRASIL, 2010).

Esse Plano, como aponta Vasconcelos (2010), representou um marco histórico nas políticas públicas de assistência estudantil:

[...] foram anos de reivindicações dos diversos movimentos sociais para que essa temática tivesse uma atenção especial, uma vez que é sabido que os alunos de baixa condição socioeconômica acabam abandonando o curso em decorrência da insuficiência de recursos financeiros para sua manutenção, sendo então, obrigado a submeter-se a subempregos de baixa remuneração como recurso de sobrevivência, abandonando, em alguns casos, em definitivo, a chance de qualificação profissional. (p. 614)

Apontando a necessidade da elevação da permanência escolar, o Termo de Acordo de Metas e Compromissos dos Institutos Federais, indicou a meta de 70% de eficácia da instituição para 2013 e de 80% para 2016, sendo a eficácia calculada pela média aritmética entre o número de alunos concluintes e o número de vagas ofertadas no processo seletivo para cada uma dessas turmas. (MEC/SETEC, 2010).

Em relatório de auditoria realizado em 2011, entretanto, o Tribunal de Contas da União, apontou que “as taxas de conclusão em nível nacional se situam em 46,8% para o médio integrado, 37,5% para o Proeja, 25,4% para a Licenciatura, 27,5% para o Bacharelado e 42,8% para os cursos de tecnólogo” (TCU, 2013, p. 11), demonstrando que será um grande desafio atingir as metas propostas pelo Termo de Acordo de Metas e Compromissos dos Institutos Federais.

Esse relatório aponta que os Institutos Federais, por serem instituições que ofertam cursos para “públicos heterogêneos em termos acadêmicos e sociais”, devem considerar essas diferenças, “fazendo com que políticas específicas devam ser elaboradas para cada segmento”. (*ibid*, p. 16) no sentido de implementar estratégias de combate ao abandono.

Aprofundando as reflexões e análises do relatório do TCU, nele são apontadas a importância de ações e políticas de qualidade, indicando que

[...] a evasão não deve ser combatida por meio da diminuição da qualidade do ensino ministrado nem por meio de políticas que, de forma artificial, façam com que os alunos, sem a devida qualificação, passem de ano ou não repitam mesmo sem ter nível para aceder a séries mais elevadas. (*ibid*, p. 11-12)

Paixão et al (2014), por sua vez, destacam que as premissas sobre as quais o sistema produtivo e educacional está baseado, seja sua base econômica, social, tecnológica, técnica e política, são hoje ineficientes e ineficazes, requerendo muitas vezes profundas mudanças, essenciais em sua estrutura e funcionamento.

É mister compreender as leis que asseguram o direito à educação. Porém, mais do que a existência das proteções jurídicas, é fundamental discutir e implementar ações e políticas públicas que atendam com qualidade as reais necessidades de permanência escolar dos alunos.

3 | O ABANDONO E PERMANÊNCIA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Tendo como objetivo analisar os motivadores do abandono e permanência escolar, bem como sua relação com as políticas de apoio à permanência escolar em cursos técnicos concomitantes e subsequentes na área de Controle e Processos Industriais numa instituição federal de ensino com *campi* em Joinville e Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, foi desenvolvida uma pesquisa qualitativa, de caráter exploratório, realizada com estudantes permanentes e com aqueles que deixaram de frequentar

os cursos técnicos concomitantes em Mecânica e Eletroeletrônica e subsequentes em Mecânica Industrial e Eletrotécnica.

Os dados que subsidiaram as análises foram obtidos pela aplicação de um questionário, com perguntas abertas e fechadas, aplicado aos alunos permanentes e entrevista semiestruturada e questionário eletrônico (enviado por e-mail) com perguntas abertas e fechadas para os estudantes que deixaram de frequentar os cursos.

Delimitou-se a pesquisa para estudantes ingressantes nas instituições a partir do 2º semestre de 2011, até 2013. Porém, dentre os alunos permanentes participaram também aqueles que haviam ingressado antes do 2º. Semestre de 2011, mas que ainda estavam cursando devido reingresso ou reprovação.

Do segundo semestre do ano letivo de 2011 até o final de 2013 ingressaram nos cursos pesquisados 1059 estudantes. Dos ingressantes, 424 deixaram de frequentar o curso técnico, totalizando 40% de abandono escolar neste período.

Responderam o questionário para alunos permanentes 126 alunos de Joinville e 144 de Jaraguá do Sul, totalizando 270 estudantes permanentes. Dos estudantes que deixaram de frequentar o curso, 13 responderam o questionário eletrônico e 12 foram entrevistados, totalizando assim 25 casos de abandonos que participaram da pesquisa.

4 | O DIREITO À PERMANÊNCIA: A AVALIAÇÃO DOS ESTUDANTES

Na Educação Profissional, em específico na Rede Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, há a política de apoio ao estudante, regulamentada pelo Decreto 7.234, de 19 de julho de 2010, que dispõe sobre o Plano Nacional de Assistência Estudantil. Este Plano consiste de ações de assistência estudantil que são executadas por instituições federais de ensino superior, inclusive os Institutos Federais, devido às suas especificidades.

Embora o Plano Nacional de Assistência Estudantil estabeleça que as instituições devam desenvolver ações em diversas áreas, tais como moradia estudantil, alimentação, transporte, atenção à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche, apoio pedagógico e acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação, essas ações limitavam-se, nos locais e período em que foi realizada a pesquisa, a aplicar o Plano somente como política de transferência de renda aos estudantes.

Ou seja, relativo às políticas de apoio à permanência escolar, o que existiam eram políticas de transferência de renda, nas quais o aluno, se abandonasse o curso, perderia o benefício, como bolsa família e assistência estudantil, e ações pontuais da instituição contra o abandono, como por exemplo, ligar, sempre que possível, para os alunos para entender os motivos do abandono escolar.

Existindo essas ações e políticas, buscou-se verificar a efetividade da política de assistência estudantil e das ações institucionais, bem como os resultados por elas obtidos a partir da fala de alunos e ex-alunos desses campi.

Dos sujeitos permanentes que participaram da pesquisa, a maioria eram homens (88%), trabalhadores (87%), cuja faixa etária variava entre 18 e 39 anos (75%). Dos que deixaram de frequentar os cursos técnicos, assim como os permanentes, a maioria eram do sexo masculino (91%), trabalhadores (96%), da mesma faixa etária dos permanentes (84%).

Observou-se que a maioria dos estudantes (90% dos permanentes e 72% dos que deixaram de frequentar os cursos) desconheciam que as Instituições possuem uma política de apoio à permanência, amparada no Plano Nacional de Assistência estudantil.

Dos que declararam conhecer ações de apoio e permanecem na instituição, apenas 4% dos estudantes permanentes sinalizaram a assistência estudantil, 1,5% citaram as bolsas de pesquisa e extensão e os demais sinalizaram outras ações/práticas tais como: a própria pesquisa que foi aplicada, Pronatec, motivação e disponibilidade dos professores, trancamento, tempo para conclusão, aulas práticas, ou não citaram a ação.

Entre os motivadores para permanência escolar, 58% dos permanentes citaram que auxílios financeiros da Instituição e/ou do Governo não exerceram nenhuma influência em suas decisões de permanecer nos cursos. Apenas 10% dos permanentes indicaram o auxílio financeiro como um fator decisivo para continuar o curso.

Dos permanentes, 14,1% recebiam algum benefício de apoio à permanência escolar. Destaca-se que de todos os estudantes permanentes que recebiam algum benefício, apenas 26% deles sinalizaram conhecer alguma ação ou política de apoio à permanência, isto é, nem os próprios beneficiados pelas ações de apoio as reconheceram como práticas de incentivo à permanência. Isto é, 74% dos estudantes permanentes que recebiam apoio estudantil não o compreendiam como um benefício de apoio à permanência escolar.

Entre os desistentes que participaram da pesquisa, 20% deles recebiam a assistência estudantil e apenas 40% dos próprios desistentes que recebiam o benefício disseram que existia na instituição auxílio a permanência escolar. Ou seja, 60% dos estudantes que abandonaram os cursos e recebiam auxílio estudantil, não compreendiam esse benefício como uma ação de política pública para apoiar sua permanência escolar.

Dos que abandonaram os cursos, 15% dos estudantes que participaram da pesquisa citaram a dificuldade financeira como o principal motivador do abandono e entre os permanentes, 52% já pensaram em abandonar o curso, porém nenhum registrou como motivador os problemas financeiros. Nos relatos apontados pelos sujeitos pesquisados que abandonaram o curso – aqui registrados, para manutenção

do sigilo, como “A” seguido de um número sequencial – há menções não só a problemas financeiros, mas também a outros fatores que envolvem motivadores que atuam em conjunto com esses problemas, como se observa no relato a seguir:

A14 – *O principal motivo [para eu abandonar] foi porque eu não tinha condições... questão financeira e... (neste momento ela começa chorar e aponta para o quarto onde estava o marido) daí sei lá, eu não conseguia, não podia ajudar meu marido, não tinha como, eu queria terminar, mas não tinha nada ao meu favor, entendeu? Então meu abandono foi porque eu não tinha condições e eu precisava ajudar o meu marido né... ou eu saía trabalhar prá ajudar a pagar o aluguel pra sobreviver, ou eu desistia do meu casamento e ia tentar a sorte.*

Sobre o conhecimento do Programa à permanência escolar, 28% dos que abandonaram os cursos alegaram saber que existia apoio à permanência e destes que declararam conhecer ações, 57% citaram a Assistência Estudantil. Os demais citaram bolsa pesquisa, Pronatec e resgate por telefone.

A maioria dos estudantes que deixaram de frequentar os cursos técnicos declararam desconhecer as ações de apoio à permanência escolar, conforme exemplificado:

A14 – *Não, não, não cheguei a receber [informação sobre o Programa]. O que eu soube lá, que até tentei, que um dia eu fui atrás prá ver, é que eles podiam conseguir vaga prá gente trabalhar lá dentro né, daí tu trabalhava e pelo menos te davam, não é um salário, mas parece que eles pagavam uma porcentagem.*

Sobre os que conheciam as ações de permanência e deixaram de frequentar, suas avaliações acerca da mesma foram, em geral, positivas, sinalizando o auxílio como um importante benefício, porém o auxílio não os motivou a continuarem os estudos.

A18 – *Olha, eu acho que é muito importante né, muito bom, muito importante a ajuda [...] eu não conseguiria chegar nunca no horário e como eu ganho pouco, tenho veículo, mas me deslocar daqui e lá todo dia e voltar é uma despesa grande [...] eu usava a ajuda do governo simplesmente da gasolina prá eu poder ir e vir do curso ... que a minha esposa não trabalhava, eu tenho uma menina pequena, então só eu trabalhava de noite ia pro curso, então isso aí tudo, essa ajuda me ajudou bastante.*

Nessa pesquisa também foram avaliados os principais motivadores para a permanência escolar e embora existisse uma ação instituída através da política da assistência estudantil, buscou-se, também, compreender que outras ações eram realizadas e que poderiam contribuir para que o estudante permanecesse nos cursos técnicos pesquisados.

No questionário aplicado a 270 estudantes permanentes nos cursos técnicos foi indagado como eles avaliavam as ações de apoio e/ou incentivo à permanência da instituição e, mesmo com elevados índices de abandono, 83% dos permanentes consideraram as ações de apoio à permanência de ótima a boa.

Dentre as ações positivas de apoio à permanência mais citadas pelos permanecentes – aqui registrados, para manutenção do sigilo, como “P” seguido de um número sequencial – destacam-se o incentivo por parte dos docentes, motivação da equipe pedagógica e professores e que servidores ligam para os que deixaram de frequentar, como se observa em suas falas:

P91 – *Alguns professores até pedem para os alunos ligarem para seus colegas não desistirem.*

P178 - *Tinha desistido e me ligaram em casa para voltar. E aqui estou eu!*

Os permanecentes relacionaram ações de incentivo à permanência nos cursos técnicos ou ausência delas com ações cotidianas do trabalho educativo. Dentre as críticas mais apontadas a essas ações pelos permanecentes destacaram-se o baixo índice de formandos, a ausência de ações de apoio e a falta de incentivo da coordenação, docentes e equipe pedagógica.

P177 - *Este tipo de pesquisa já deveria ter sido aplicada antes, essa preocupação deveria preocupar mais a instituição.*

P222 - *O Núcleo não está fazendo muito. Parece que não se importam. A maior causa da desistência são alguns professores. E também não ter a motivação. Não dão motivação*

Um dos aspectos relevantes da pesquisa foi o fato de que a maioria das ações, elogiadas ou criticadas, indicadas por ambos os grupos de participantes, foram coincidentes. Ao mesmo tempo que os estudantes permanecentes sinalizaram como motivadores a possibilidade de busca de novos conhecimentos, perspectivas de melhorias no trabalho e incentivo recebido pelos docentes, os principais motivos para o abandono foram as dificuldades de conciliar trabalho, escola e família, dificuldades de aprendizagem e dificuldades na relação com docentes, demonstrando assim uma relação dialética e contraditória, pois os mesmos motivadores de permanência se apresentaram como motivadores de abandono. No mesmo sentido, a questão financeira foi pouco sinalizada na pesquisa como um dos principais motivadores do abandono escolar ou um facilitador para permanência na escolar.

Corroborando com Dore, Sales e Castro (2014), para quem “a evasão é um fenômeno complexo, multifacetado e multicausal, atrelado a fatores pessoais, sociais e institucionais, que podem resultar na saída provisória do aluno da escola ou na sua saída definitiva do sistema de ensino”, a pesquisa indicou, concordando com as autoras, que os problemas relacionados ao abandono devem ser analisados por perspectivas diversas, tais como “a perspectiva da escola, do sistema de ensino e do indivíduo”. (p. 386)

5 | EM BUSCA DE UMA POLÍTICA DE APOIO À PERMANÊNCIA

Os dados demonstraram que muitos estudantes, em sua maioria trabalhadores, estão tendo seu direito à permanência violado. Direito ainda pouco discutido e debatido na educação profissional e tecnológica.

Neste sentido, esta investigação trilhou caminhos e discussões ainda pouco percorridos, pois, embora a história do abandono na educação profissional tenha se construído juntamente com a sua própria constituição, são poucos os trabalhos e referenciais que as abordam, assim como são poucas as pesquisas sobre as atuais políticas de apoio à permanência na educação profissional.

Verificou-se que os próprios estudantes desconhecem as ações e políticas públicas e institucionais de apoio à sua permanência. Nem mesmo os próprios beneficiários da Assistência Estudantil, em alguns casos, a sinalizava como uma ação ou política de apoio à permanência.

É notória e inquestionável a importância do Plano Nacional de Assistência Estudantil como avanço nas políticas de apoio à permanência escolar, porém ainda não está sendo suficiente para manter o estudante na educação profissional. Observa-se a ausência de planejamento e ações que atendam a realidade dos estudantes, em especial dos trabalhadores.

Neste sentido há necessidade, além de uma avaliação mais sistematizada desta política, de reflexões sobre as necessidades dos estudantes que podem ser atendidas pela instituição, seja por políticas nacionais ou ações institucionais, ou seja, propostas e ações que compreendam quem são os sujeitos da educação profissional, um público heterogêneo que se encontra nos cursos integrados, concomitantes e subsequentes e também nos cursos superiores ofertados nestas instituições.

Ao compreender quem são esses sujeitos é possível planejar e implantar políticas, programas ou ações de incentivo à permanência que atendam às necessidades desses estudantes. Nos cursos pesquisados, observa-se a necessidade de incentivo à qualificação pedagógica dos docentes, planejamento curricular, oferta de horário e ações que possam atender o estudante trabalhador e às suas dificuldades de aprendizagem.

A educação, entendida como um compromisso do Estado e direito do estudante, necessita de políticas públicas que, além de estabelecer a necessidade de permanência dos alunos, ofereçam condições e estímulo para tal, articulada com o compromisso da permanência do educando na escola com a qualidade da educação, ou seja, políticas democráticas e que considerem os sujeitos, bem como suas questões sociais, culturais e econômicas, e a natureza da educação que estão recebendo.

E, principalmente, uma reflexão e análise das ações, institucionais e políticas, que possam identificar as reais necessidades e considerar a realidade – cultural, social e econômica – desses sujeitos, possibilitando assim, uma permanência de qualidade.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Ernesto Friedrich de Lima; MONTEIRO, Vinícius do Prado. Avaliação de Impacto das Condiionalidades de Educação do Programa Bolsa Família (2005 e 2009). **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, vol. 56, no 3, 2013, p. 531 a 570.

BERNARDIM, Marcio Luiz. **Juventude, escola e trabalho**: sentidos atribuídos ao ensino médio por jovens da classe trabalhadora. Tese de Doutorado: UFPR, 2013. Disponível em <http://www.ppge.ufpr.br/teses%20d2013/d2013_Marcio%20Luiz%20Bernardim.pdf>. Acesso em: 17 fev. 2019.

BRANDÃO, Zaia; BAETA, Anna Maria Bianchini; ROCHA, Any Dutra Coelho da. **Evasão e repetência no Brasil**: a escola em questão. Rio de Janeiro: Achiamé, 1983.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília/DF: 1988.

BRASIL. **Lei nº 8.069**, de 13 de Julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm>. Acesso em: 17 fev. 2019.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**: nº 9394/96. Senado Federal, Brasília/DF: 1996.

BRASIL. **Lei nº 9.424**, de 24 de dezembro de 1996. Dispõe sobre o FUNDEF. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIViL_03/LEIS/L9424.htm>. Acesso em: 17 fev. 2019.

BRASIL. **Lei nº 10.836**, de 09 de janeiro de 2004. Cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.836.htm>. Acesso em: 17 fev. 2019.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 59, de 11 de novembro de 2009**. Brasília: 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc59.htm>. Acesso em: 17 fev. 2019.

BRASIL. **Decreto nº 7.234 de 19 de julho de 2010**. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7234.htm>. Acesso em: 17 fev. 2019.

BRASIL. **As desigualdades na escolarização no Brasil**: Relatório de observação nº 4. Brasília: Presidência da República, Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social - CDES, 2ª Edição, 2011. Disponível em: <goo.gl/yKnL5q>. Acesso em: 17 fev. 2019.

BRASIL. **Resolução nº 2, de 30 de Janeiro de 2012**. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=17417&Itemid=866>. Acesso em: 17 fev. 2019.

BRASIL. **Resolução nº 6, de 20 de Setembro de 2012**. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Disponível em: <

>. Acesso em: 17 fev. 2019.

BRASIL. **Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013**. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12852.htm>. Acesso em: 17 fev. 2019.

BRASIL. **Lei 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Disponível em: <
>. Acesso em: 17 fev. 2019.

BRASIL. **Planejando a próxima década**: conhecendo as 20 metas do Plano Nacional da Educação. Ministério da Educação/ Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino (MEC/SASE): Brasília, 2014. Disponível em: < >. Acesso em: 17 fev. 2019.

CIAVATTA, Maria.; RAMOS, Marise. Ensino Médio e Educação Profissional no Brasil: dualidade e fragmentação. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 5, n. 8, p. 27-41, jan./jun. 2011.

COELHO, Alexsandra Joelma Dal Pizzol. **PERMANÊNCIA E ABANDONO ESCOLAR**: um estudo sobre Instituições Federais de Joinville e Jaraguá do Sul. Dissertação de mestrado: UTFPR, 2014. Disponível em: < >. Acesso em: 17 fev. 2019.

DORE, Rosemary; LÜSCHER, Ana Zuleima. Permanência e Evasão na Educação Técnica de Nível Médio em Minas Gerais. **Cadernos de Pesquisa**. V.41 N.144 set./dez. 2011.

DORE, Rosemary; SALES, Paula Elizabeth Nogueira; CASTRO, Tatiana Lage de. Evasão nos cursos técnicos de nível médio na rede federal de educação profissional de Minas Gerais. *In* DORE, Rosemary; ARAÚJO, Adilson Cesar de; MENDES, Josué de Sousa.(org.) **Evasão na educação**: estudos, políticas e propostas de enfrentamento. Brasília: IFB/ CEPROTEC/ RIMEPES, 2014.

FRITSCH, Rosângela; VITELLI, Ricardo Ferreira; ROCHA, Cleonice Silveira. Para que jovens? Que políticas? – perfil de alunos ingressantes no ensino médio e políticas educacionais. *In* DORE, Rosemary; ARAÚJO, Adilson Cesar de; MENDES, Josué de Sousa.(org.) **Evasão na educação**: estudos, políticas e propostas de enfrentamento. Brasília: IFB/ CEPROTEC/ RIMEPES, 2014.

GADOTTI, Moacir. Concepção Dialética da Educação e educação Brasileira Contemporânea. **Educação e Sociedade**. CEDES, nº8. São Paulo: Cortez, 1981.

GALLINDO, Erica. **Análise da evasão da Rede Federal**. 2018. Disponível em: <<https://public.tableau.com/profile/ericagallindo#!/vizhome/2017-02-18AnliseEvasoRF/Painel1>>. Acesso em: 17 fev. 2019.

KUENZER, Acacia Zeneida. Da dualidade assumida à dualidade negada: o discurso da flexibilização justifica a inclusão excludente. **Revista Educação & Sociedade**, Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial, p. 1153-1178, out. 2007.

KUENZER, Acacia Zeneida. O ensino médio no Plano Nacional de Educação 2011-2020: superando a década perdida? **Educação e Sociedade**. Campinas, v.31, n.112, p. 851-873, jul-set. 2010.

LENSKIJ, Tatiana. **Direito à permanência na escola**: a lei, as políticas públicas e as práticas escolares. Dissertação (mestrado). UFRS: Programa de Pós-Graduação em Educação, 2006, Porto Alegre, RS. Disponível em: < >. Acesso em: 17 fev. 2019.

MEC/SETEC. **Termo de acordo de metas e compromissos do Ministério da Educação e Institutos Federais**. Brasília: 2010. Disponível em: < >. Acesso em: 17 fev. 2019.

MORAES, Carmem Sylvia Vidigal. **A Socialização da Força de Trabalho**: introdução popular e qualificação profissional no Estado de São Paulo. Bragança Paulista: EDUSF, 2003.

PAIXÃO, Edmilson Leite; DORE, Rosemary; MARGIOTTA, Umberto, LAUDARES, João Bosco. Transição escola-trabalho e perfis de estudantes evadidos e diplomados na educação profissional técnica no Brasil. *In* DORE, Rosemary; ARAÚJO, Adilson Cesar de; MENDES, Josué de Sousa.(org.) **Evasão na educação**: estudos, políticas e propostas de enfrentamento. Brasília: IFB/ CEPROTEC/ RIMEPES, 2014.

PELLISSARI, Lucas Barbosa. **O Fetiche da tecnologia e o abandono escolar na visão de jovens**

que procuram a educação profissional técnica de nível médio. Dissertação de Mestrado: UTFPR: 2012. Disponível em: <<https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/27670?show=full>>. Acesso em: 17 fev. 2019.

STEIMBACH, Allan Andrei. **Juventude, escola e trabalho:** razões da permanência e do abandono no curso técnico em agropecuária integrado. Dissertação de Mestrado: UFPR, 2012. Disponível em: <http://www.ppge.ufpr.br/dissertacoes%20m2012/m2012_Allan%20Andrei%20Steimbach.pdf>. Acesso em: 17 fev. 2019.

TCU. Tribunal de Contas da União. **Relatório da Auditoria Operacional da Rede Federal de Educação Profissional.** Data da Sessão: 13/3/2013. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0506-08/13-P.

VASCONCELOS, Natalia Batista. Programa nacional de assistência estudantil: uma análise da evolução da assistência estudantil ao longo da história da educação superior no Brasil. **Ensino Em-Revista**, Uberlândia, v.17, n.2, p. 599-616, jul./dez.2010. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/emrevista/article/view/11361>>. Acesso em: 17 fev. 2019.

PRONATEC: FALTA DE MATERIALIDADE DO DISCURSO

Jacqueline Oliveira Lima Zago

Universidade Federal do Triângulo Mineiro,
Doutorando do Ppged/ufu
jacquelinejolz@gmail.com

Robson Luiz de França

Universidade Federal de Uberlândia, Professor
Orientador no PPGED/UFU
rlfranca@ufu.br

RESUMO: Este trabalho, que é parte da pesquisa de doutorado, desenvolvida no âmbito da linha Trabalho, Sociedade e Educação, da Faculdade de Educação, da Universidade Federal de Uberlândia, pretende abordar as mediações existentes entre trabalho, educação e formação humana no contexto de mundialização do capital e reestruturação produtiva. O objeto em foco é a criação do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - Pronatec em 2011 pelo executivo federal a partir do reposicionamento da Educação Profissional como política central do governo do Partido dos Trabalhadores - PT entre 2011 e 2016, especialmente, como forma de acesso ao trabalho e emprego. Esse trabalho utiliza do método do materialismo histórico dialético e considerará a pesquisa bibliográfica e documental. Partimos da premissa que ao que nos parece a política da implementação do Pronatec se apresenta contraditória com

estratégicas que buscam desobrigar o Estado em relação a esta modalidade de ensino, assumindo o papel de indutor das políticas educacionais e responsabilizando terceiros pela sua oferta pública.

1 | INTRODUÇÃO

Até meados da década de 1970, a educação profissional pública no Brasil limitava-se ao treinamento para a produção em série, de acordo com o modelo fordista/taylorista presente nas fábricas, nesse sentido, com a mudança no padrão do sistema produtivo, observadas em maior ou menor grau, principalmente da produção em série, para produção por demanda, observou-se um descompasso entre a formação profissional que era ofertada para as “necessidades” desse sistema. De acordo com os levantamentos realizados por agências multilaterais e os Acordos MEC-USAID, que elaboram relatório especialmente para identificar bolsões para investimentos financeiros do capital mundializado, para uma “maior” qualificação, seriam necessárias mais horas de aprendizagem.

Foi seguindo este pressuposto que a Lei de Diretrizes e Bases nº 5.692 publicada em 1971, bem como os Pareceres do Conselho Federal

subsequentes, alinhavam estes conceitos preconizando a profissionalização universal e compulsória, substituindo o termo “qualificação para o trabalho” por “preparação para o trabalho” e este como elemento da “formação integral do aluno” em caráter obrigatório no ensino de 1o e 2o graus, mas como opção dos estabelecimentos de ensino, especialmente a rede privada que continuaria fortemente com o propedêutico para o Ensino Superior.

As opções deste período, segundo estudos de Cunha (2014), mostraram-se um fracasso, pois

a política de profissionalização universal e compulsória no ensino de 2º grau não foi uma necessidade do sistema produtivo nem correspondeu à lógica interna do sistema educacional. Nesse caso, a incongruência foi flagrante. No que diz respeito à dimensão industrial da profissionalização, sempre tomada como exemplo, a formação de técnicos e auxiliares técnicos não correspondia às artes industriais do 1º grau, pautadas mais pelo artesanato do que pela cultura fabril (P. 932).

O autor aponta que as mudanças implementadas no período, deixou o Ensino Médio sem identidade, o que mesmo no tempo presente, não foi superado.

Da política educacional da ditadura aqui focalizada, nada restou, a não ser os estragos causados pelos anos de descaminho num nível de ensino que ainda não encontrou sua identidade no edifício educacional do país (P. 933).

Já nos anos 1990 com a publicação em 20 de Dezembro de 1996 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN de nº 9.394, explicitou que uma das finalidades da Educação Escolar Brasileira, quais sejam: é a vinculação ao mundo do trabalho à prática social, visando ao pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para a cidadania e sua qualificação para o trabalho. Para isso, consagrou o Ensino Médio como parte da Educação Básica, bem como a Educação Infantil e o Ensino Fundamental.

Nesta linha, o Conselho Nacional de Educação Básica passou a discutir Diretrizes Curriculares Nacionais para cada etapa de escolarização, de modo a atender à finalidade expressa em seus artigos. Entre os anos de 1995 e 2000 são produzidos e publicados vários documentos oficiais: Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (PCNEM), produzidos sob orientação do MEC pela sua Secretaria de Educação Média e Tecnológica (SEMTEC); as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (DCNEM), explicitadas no Parecer 15/98 e na Resolução 3/98 da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação; e, ainda, as duas formas de avaliação, o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB) e o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Esses documentos expressaram a articulação (ou não) entre as demandas do mundo do trabalho e a própria educação escolar, no que viria a ser conhecida como educação para competências, não só para um momento específico da vida, mas, que se desenvolveria ao longo dela.

Foram estes os desafios para o novo milênio aos países dependentes de

empréstimos de órgãos de fomento internacionais para seus projetos nacionais.

Para conseguir apoio da população, o projeto neoliberal transforma questões políticas e sociais em questões técnicas. Percebe-se isso, numa análise realizada pelo Ministério do Trabalho, quanto ao aumento do desemprego, quando, o Estado, transfere a questão do desemprego do espaço social e político e coloca-o, apenas, como resultado da introdução de inovações no setor produtivo. A análise realizada vê no vigoroso crescimento da produtividade do trabalho a causa principal do desemprego (FRANÇA, PREVITALLI e LUCENA, 2009, p. 203).

O expoente desta corrente, Jacques Delors (2001) redigiu um relatório para a Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI endossando a tese de que o progresso tecnológico modifica, inevitavelmente, as qualificações exigidas pelos novos processos de produção: mais intelectuais, mais mentais, como o comando de máquinas, a sua manutenção e vigilância, ou por atividades de concepção de estudo ou de organização. À medida que as máquinas vão se tornando mais ‘inteligentes’, as tarefas simples¹ vão desaparecendo do cenário produtivo e para a educação formal (pilares), novos desafios: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a ser e aprender a viver juntos.

Os argumentos teórico-ideológicos e educacionais que alimentam os fundamentos socioeconômicos e políticos do arcabouço programático que sustenta o receituário governamental e empresarial para a implementação de reformas da política pública de educação profissional vem sendo disseminado de longa data, particularmente com ênfase a partir da década de 1990 (DEITOS, LARA e ZANARDINI, 2015, p. 997).

Na contramão deste discurso compreendemos que é uma estratégia neoliberal para desobrigar a educação formal ensinar os conhecimentos historicamente produzidos reforçando a dualidade da formação escolar e a formação profissionalizante. À medida que as máquinas vão se tornando mais inteligentes, na prática percebe-se que as atividades laborais humanas se tornam cada vez mais rotineiras e simplificadas e não complexas como querem afirmar. Para justificar esse modelo, reforçam a tese da falta de força de trabalho “adequada” (ANTUNES, 2009; CASTELLS, 2006; KUENZER, 2007; SANTOS; LUCENA, 2007, FRANÇA, PREVITALLI E LUCENA, 2009).

A formação profissional, quando condicionada à mercadoria, está submetida à lógica da mercantilização e ao seu processo de parcelamento e de fragmentação. Todas as políticas empreendidas até então traz em seu bojo a contradição onde se estatiza-se a quantidade e mercantiliza-se a qualidade, e todo bem (escola média de qualidade) escasso (de acesso restrito) sem o provimento adequado (quantidade, qualidade, gratuidade, obrigatoriedade) pode transformar-se em mercadoria. (LIMA, 2012, p. 508).

1 O conceito de trabalho simples toma como base o conceito originário desenvolvido por Marx em O Capital, caracterizado pelo dispêndio da força de trabalho do homem comum, sem educação especial, em contrapartida ao conceito de trabalho complexo, de natureza especializada e requer tempo maior de formação. Conceitos que não podem ser tomados sem considerar a divisão internacional do trabalho.

De acordo com Saldanha,

Como materialização desse ressurgimento da educação profissional como política central do governo petista como forma de acesso ao trabalho e emprego, materializa-se a contradição quando percebe-se que se reforçam as parcerias com o setor privado, estratégicas para desobrigar o Estado em relação a esta modalidade de ensino, assumindo o papel de indutor das políticas educacionais e responsabilizando terceiros pela sua oferta pública (SALDANHA, 2012, p. 8-9).

Ainda nessa perspectiva, a política educacional adotada expressa teoricamente esses objetivos estratégicos e estruturantes em que a educação é tomada como requisito indispensável ao processo de produção e desenvolvimento econômico. Um programa muito mais ideológico do que funcional. Justificam-se em motivos socioeconômicos e razões teórico-ideológicas e educacionais (expressas em documentos supranacionais), que criam uma internalização psicossocial sob a tutela de interesse do mundo dos negócios.

Durante cerimônia de lançamento do Pronatec, no Palácio do Planalto, no dia 28 de abril de 2011, a então Presidenta Eleita, Dilma Rousseff, pronunciou-se à nação:

[...] o mercado de trabalho está oferecendo boas oportunidades e melhores salários para quem tem qualificação [...] Graças a tudo que nós construímos conjuntamente, nos últimos anos, nosso país se encontra diante de uma perspectiva muito importante para cada um de nós, que é a de um vigoroso e duradouro processo de desenvolvimento. Nós passamos a ocupar o posto de 7ª economia do mundo, e alcançamos algumas mudanças que, eu tenho certeza, são irreversíveis. E os desafios que nós temos de enfrentar, temos a obrigação de enfrentar, eles decorrem justamente dessa característica de termos obtido várias conquistas ao longo desse processo. Estamos, hoje, próximos do pleno emprego e enfrentamos grande demanda de mão de obra qualificada. Demanda, muitas vezes, assimétrica porque, em alguns casos, falta mão de obra qualificada, em outros, sobra mão de obra sem a qualificação necessária derivada das nossas necessidades, da indústria, do comércio, dos serviços, enfim, do sistema produtivo. O sistema de capacitação profissional brasileiro já não corresponde às necessidades do país e às dimensões de nossa economia. Ele é fruto de um outro período do desenvolvimento econômico do nosso país. Por isso, ele se tornou um desafio. Um desafio à nossa capacidade de crescimento e, por isso mesmo, tem de ser enfrentado de maneira direta e muito articulada. (BRASIL, 2011).

A pesquisa de Deitos, Lara e Zanardini (2015) observa que entre 2006 a 2011 houve crescimento nos investimentos públicos nos programas, ações e treinamentos voltados para Educação Profissional em nível de qualificação inicial e continuada, mas, também nos cursos técnicos e tecnológicos.

Os valores orçamentários executados de 2006 a 2011 nos dão a dimensão dos recursos públicos envolvidos, de um patamar de 1,5 bilhões em 2006 para atingir quase 6 bilhões de reais em 2011 (P. 994).

Inferimos que a inserção da questão da formação para o trabalho foi uma resposta do governo do então Partido dos Trabalhadores e seus apoiadores ao mundo dos negócios em relação às suas necessidades qualitativas e quantitativas. Percebemos

no discurso oficial, que a formação para o trabalho seria a mola propulsora da empregabilidade e do aumento de postos de trabalho por um lado e por outro, onde é o governo que por meio do Pronatec vem dar a oportunidade para o trabalhador capacitar-se, é ficando para ele a responsabilidade de inserção no mundo do trabalho.

Nesse contexto a importância para a centralidade do trabalho, como inexorável para a sobrevivência das pessoas, tornou a todos os sujeitos, alvo da busca incansável pela formação profissional como via única de desenvolvimento do trabalhador, de inserção social e de empregabilidade.

E é nesse sentido que surgem as interconexões de relação de poder: poder público, normatizações, leis, convenções de trabalho, ou seja, todo um constructo normativo com o intuito de “garantir a melhor formação do trabalhador”.

Vale salientar que o trabalho enquanto força motriz para o desenvolvimento do homem e da sociedade é visto no contexto capitalista apenas como forma de aumento de capital potencializado por meio da exploração dos trabalhadores.

Essa exploração é legitimada nos Estados democráticos por meio de leis que se apresentam como forma de garantir os contratos entre as partes escamoteando uma relação perversa de legitimação da exploração do trabalho e do trabalhador, tudo é construído a partir dos discursos, essa é a estratégia que segundo SILVA,

A construção da política como manipulação do afeto e sentimento; a transformação do espaço de discussão política em estratégias de convencimento publicitário; a celebração da suposta eficiência e produtividade da iniciativa privada em oposição à ineficiência e ao desperdício dos serviços públicos; a redefinição da cidadania pela qual o agente político se transforma em agente econômico e o cidadão em consumidor, são todos elementos centrais importantes do projeto neoliberal global. (1997, p.15)

Para Marx (1972), a desigualdade estrutural entre pessoas se dá no âmbito das relações entre coisas, tendo em vista que o desejo que a mercadoria produz e atrai, oculta a estruturação de poder, entre aqueles que podem ou não acessá-la, sendo este último o seu próprio produtor. Se por um lado explicita a organização e estruturação de uma ordem de produção, por outro explicita também sua própria desorganização e desestruturação. (P. 126).

O processo de trabalho no contexto do capitalismo se assenta basicamente na exploração dos trabalhadores, numa opressão legitimada pelo estabelecimento de contratos de trabalho, leis, convenções, onde o Estado aparece como regulador.

O Contrato é o resultado final no qual suas vontades ganham uma expressão jurídica comum. A igualdade, pois compradores e vendedores só contratam como possuidores de mercadorias, tornando equivalente por equivalente. A propriedade, pois cada um dispõe e pode apenas dispor do que é seu. (...) A única força que os une e põe em contato é a força do seu egoísmo, do seu proveito pessoal, de seu interesse privado. Precisamente por isso, porque cada um cuida apenas de si e ninguém vela pelos outros, graças a uma harmonia pré-estabelecida das coisas ou sob os auspícios de uma providência omniastuta, a realizar a obra do seu proveito mútuo, de sua conveniência coletiva, de seu interesse social (MARX, 1972, p. 128-

Para Marx (1978),

A função verdadeira, específica do capital enquanto capital é, pois a produção de mais-valor, e essa não é senão produção de sobretrabalho, apropriação – no curso do processo de produção real – de trabalho não pago, que se oferece aos olhos e se objetiviza como mais-valor (P. 6)

Portanto, no contexto do capitalismo, quando o trabalhador vai em busca de um trabalho e se oferece como um possuidor da força de trabalho e é essa força que é vendida como se mercadoria fosse. Nesta venda da força de trabalho e na compra pelo capital resta uma relação de trabalho pautada por aspectos jurídicos e naturalmente políticos, ou melhor, se estabelece um contrato de obrigações das partes e de direitos das partes.

Até aqui tudo parece correto: o empregador contrata o empregado mediante um salário e o trabalhador vende sua força de trabalho mediante um pagamento, tudo parece justo e adequado, travestido de dignidade. Porém questões como relação de trabalho, condições do exercício do labor do trabalhador, valor do salário, tempo livre, jornada de trabalho, relações de exploração da mão-de-obra, assédio moral, apropriação da subjetividade do trabalhador etc ficam escondidas na relação jurídica estabelecida em quem vende sua força de trabalho e em que paga por essa força de trabalho.

Para Marx,

A fim de modificar a natureza humana, de modo que alcance habilidade e destreza em determinada espécie de trabalho, e se torne força de trabalho desenvolvida e específica, é mister educação ou treino que custa uma soma maior ou menor de valores em mercadorias. Esta soma varia de acordo com o nível de qualificação da força de trabalho. Os custos de aprendizagem, ínfimos para a força de trabalho comum, entram portanto no total dos valores despendidos para sua produção. (1972, p. 192).

Esse é o contexto da formação dos trabalhadores, os contratos, os cursos de formação profissional, o discurso, a centralidade do trabalho, as formas de gestão dos programas formativos voltados para uma classe de trabalhadores cada vez mais precarizados não só no exercício laboral, porém, nos programas profissionalizantes.

2 | DESVELANDO O PRONATEC: DISCURSO E MATERIALIDADE

O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - Pronatec foi instituído pela Lei nº 12.513 de 26/10/2011, enquanto proposta do Executivo Federal com os seguintes objetivos: o compromisso de expansão, interiorização e democratização da oferta de cursos de educação profissional presencial e a distância

técnicos e de formação inicial e continuada, o fomento à expansão da rede física, a contribuição para melhoria da qualidade do ensino médio público, a ampliação das oportunidades educacionais dos trabalhadores, a difusão dos recursos pedagógicos e, ainda, a articulação entre a política de educação profissional e tecnológica e a política de geração de trabalho, emprego e renda (BRASIL, 2011).

O fomento é da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação - Setec/MEC, mas, a oferta dos referidos cursos é feita por adesão pelas instituições que se dedicam à educação profissional e tecnológica habilitadas nos termos da Lei. Desde 2011 editais específicos são publicados pela Setec/MEC dos quais podem participar instituições privadas e públicas de ensino superior, instituições de educação profissional e tecnológica, os serviços nacionais de aprendizagem e fundações públicas de direito privado.

Os cursos a serem oferecidos estão já disponibilizado para consulta das instituições interessadas, mesmo antes da publicação de edital da Setec/MEC. A relação de cursos, segundo a Setec/MEC, partiu de uma análise de demanda do município e região que levam em conta os cadastros do IBGE por meio de resultados da Pesquisa por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua), do Sistema Nacional de Emprego (Sine), Ministério da Justiça, entre outros. Estes órgãos, Prefeituras, Ministério da Justiça, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Ministério do Trabalho e Emprego, Ministério da Cultura, Ministério do Turismo, Ministério do Desenvolvimento Agrário, Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Ministério da Previdência Social, Ministério das Comunicações, Ministério da Defesa, Secretaria de Direitos Humanos, Ministério da Pesca e Aquicultura, Ministério da Integração Nacional, SECADI/MEC (BRASIL, 2014).

Para cada um desses demandantes, foi estabelecida uma modalidade de demanda, um público beneficiário, uma unidade demandante e um contato da equipe da Setec para fazer a intermediação no município. Por exemplo, o Ministério da Justiça, tem como modalidade de demanda o Pronatec Sistema Prisional, para pessoas privadas de liberdade em regime aberto e semi-aberto e egressos de Estabelecimentos Penais e a modalidade Pronatec Sistema Prisional em regime fechado, para cumpridores de penas Sistemas Penitenciários em regime fechado. Ambas, são encaminhadas para as unidades demandantes, quais sejam, Unidades prisionais Secretarias estaduais de administração prisional ou órgãos congêneres; Grupo de Monitoramento da Execução Penal vinculado ao Conselho Nacional de Justiça, para que juntos, unidades demandantes e instituições ofertantes, possam planejar a forma de oferta dos tipos de curso disponíveis. Um outro exemplo, para elucidar mais o conteúdo do Pronatec é relacionado SECADI/MEC enquanto demandante de modalidades como Pronatec EJA Técnico Integrado, Pronatec EJA Técnico Concomitante, Pronatec EJA FIC Médio, Pronatec EJA FIC Fundamental e Pronatec ProJovem Urbano, que tem como público beneficiário egressos do ensino fundamental ou médio, ou ainda matriculados, inclusive na modalidade EJA e do ProJovem Urbano, com idade igual ou superior a

15 ou 18 anos. Neste caso, a articulação se dá entre as instituições ofertantes com as Secretarias municipais e estaduais, que oferecem o local onde os cursos serão ofertados.

Assim, de acordo com o texto da Lei do Pronatec, o público beneficiário de programas federais de transferência de renda, como por exemplo, Bolsa-família e ainda do Programa do Seguro-Desemprego, por meio do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT. Neste último caso, a Lei do Pronatec alterou a Lei n 7.008/1990 para garantir que o direito ao recebimento do seguro-desemprego fosse condicionado à matrícula e frequência em curso do Pronatec com carga horária mínima de 160 (cento e sessenta) horas (BRASIL, 2011).

Esse modelo de articulação não está presente nos documentos oficiais, ou cartilhas específicas. Os coordenadores Gerais de cada instituições recebem as instruções em reuniões ou webconferência de modo a capacitá-los para “correr atrás” das unidades demandantes. A lista com os cursos elencados pela Setec de acordo com o “demandante” é disponibilizada para as diferentes instituições “ofertantes” que “optam” e “disputam” por aqueles cursos/ unidades demandantes que acreditam conseguirem ofertar naquele dado período de tempo, na unidade demandante. Entre a disponibilização dessa lista, disponibilização das vagas, até a oferta propriamente dita, as instituições têm mais ou menos 30 dias para cadastrar os alunos e iniciar o curso.

Importante destacar que a relação disponibilizada não leva em consideração a área de atuação das instituições ofertantes, mas, sim a capacidade de preenchimento das vagas ofertadas. Isso poderá garantir até uma nova adesão no futuro, ou diminuição dos cursos pactuados.

Após a adesão entre instituições e Setec/MEC, os recursos são transferidos para a instituição de acordo com o número de alunos matriculados e frequentes. O controle é feito pelo Sistema de Gestão da Educação Técnica - Sistec², por meio do cadastro dos alunos bolsistas por CPF. Sobre essa questão, o parágrafo 3º do Artigo 6º da Lei nº 12.513/2011, deixa claro que vagas não ocupadas é obrigatória a devolução dos recursos pelas ofertantes.

O processo de transferência de recursos do FNDE para as instituições parceiras, especialmente no caso das públicas, não prevê investimento em infraestrutura tendo em vista as rubricas nas quais são vinculados os recursos serem verbas de custeio. Não é possível que as instituições utilizem o recurso para compra de materiais permanentes, caracterizados como investimento, verbas de capital. A proposta é que as instituições já tenham a infraestrutura necessária para oferta dos cursos e o recursos do Pronatec garantam os insumos humanos e materiais.

2 É o Sistema de Gestão *on line* onde todas as unidades de ensino, no país, credenciadas para oferta de cursos técnicos de nível médio e de Formação Inicial e Continuada, independentemente da sua categoria administrativa (públicas e privadas, incluindo aquelas referidas no art. 240 da Constituição Federal, de 1988), sistema de ensino (federal, estaduais e municipais) e nível de autonomia, devem se cadastrar.

Em relação aos profissionais envolvidos na formação, são pessoas selecionadas pela própria instituição ofertante de forma autônoma em relação aos critérios de seleção. Os profissionais já no exercício do encargo recebem uma Bolsa-Formação específica para a sua atuação, sendo o valor percebido fixado pelo governo federal e computado por horas trabalhadas no Programa/Curso. Os valores das bolsas são descentralizados pela instituição de acordo com o encargo funcional. Por exemplo: apoio às atividades de ensino, R\$ 18,00 (dezoito reais); supervisores e orientadores, R\$36,00 (trinta e seis reais); e professores, R\$ 50,00. Os valores não atualizados, desde o início do programa em 2012. De acordo com a Lei do Pronatec, tais atividades não caracterizam vínculo empregatício e os valores não se incorporam ao vencimento, salário, remuneração ou proventos recebidos (BRASIL, 2011).

Em relação ao universo Pronatec, segundo dados disponibilizados pelo Ministério do Desenvolvimento Social – MDSCF nos Cadernos de Estudo Desenvolvimento e Debate, entre os anos de 2011 e 2014 foram disponibilizadas 411.190 vagas em cursos técnicos e 2.574.102 em cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC). Foram realizadas neste período mais de 8,1 milhões de matrículas no Pronatec, entre cursos técnicos e de qualificação profissional, em 4.300 municípios (89% dos municípios brasileiros). A partir do ano de 2015 observa-se uma redução para 1,3 milhão de matrículas, bem como em 2016, e em 2017, o primeiro edital saiu em maio, contemplando basicamente cursos FIC e modalidade não presencial (MDSCF, 2015).

O material disponível pelo MDSCF em 2015 informa que a média de aprovação/conclusão nos cursos fica acima dos 70% e é maior entre aqueles beneficiários do Bolsa-Família. A taxa de abandono está em torno de 13,5% e mais de 54% obtiveram vínculo empregatício formal ou formalizaram-se com microempreendedor individual no período estudado 2012-2014 (Ibdem).

O Guia PRONATEC de cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC), relaciona predominantemente cursos de curta duração com 100, 200, 240 horas, seguindo a lógica de priorizar a aquisição de conhecimento ou desenvolvimento de competências voltadas essencialmente para o saber fazer, bem operacional, com um sentido imediato, úteis e práticos. Cursos estes voltados a atender o setor de prestação de serviços, onde atua uma força de trabalho flexível, polivalente e terceirizada.

É óbvio que a qualificação profissional (mesmo operacional), no afã da atualização, da inserção e da promoção do(a) trabalhador(a) no mundo do trabalho, acaba por atraí-lo a essa modalidade. Mas trata-se de benefício passageiro, sem raízes, e com oportunidades restritas. Diante dessas perspectivas, não convém ampliá-la, além do necessário, para atender, pontualmente, à demanda reprimida e necessária à manutenção do atual processo de crescimento econômico do país (CNTE, 2011, p. 5).

Com um orçamento limitado para oferta de novos cursos, as instituições públicas assinam os termos de compromisso, na expectativa de ampliar a sua área de atuação e mesmo abastecer os atuais cursos com novas possibilidades. Temos como hipótese

que o fato das equipes das instituições no exercício de pensar novos projetos pedagógicos, acabam repensando a educação profissional que oferecem.

O esforço demandado para a execução do Pronatec, especialmente nas escolas vinculadas às universidades envolve não só os professores e técnicos do quadro efetivo, mas, captou um grande número de profissionais externos, muitos deles sem experiência docente, pagos via bolsas em editais de extensão. Foi preciso inserir uma estrutura administrativa dentro das próprias escolas, mas, não articulada a elas para gerir o programa e as diversas unidades demandantes/executoras dos cursos.

De acordo com o documento “O que podemos dizer sobre o Pronatec?”, publicado pela Câmara dos Deputados em 2016, de 2011 a 2014 foram transferidos quase 6,5 bilhões de reais por meio do Pronatec, sendo mais de 4,5 bilhões de reais para o Sistema S, enquanto que para a Rede Federal pouco mais de 1,3 bilhão no mesmo período. De 20 parceiros em 2011, o ano de 2014 registrou 189 instituições. O documento relata também as contradições apontadas pelo Tribunal de Contas da União – TCU na aplicação dos recursos (BRASIL, 2016).

Essa forma de gerenciamento do Pronatec pela Setec representou um grande desafio para as instituições, tendo em vista não contar com profissionais da área para atuarem nos cursos, bem como infraestrutura adequada.

O modo Pronatec de oferta de educação profissional prioriza a qualificação profissional, mediante as parcerias público/privado que fragmentam os já insuficientes recursos públicos. Apenas uma análise do processo será possível verificar porque as instituições aceitaram este desafio. À primeira vista, nada em termos de investimento fica para a escola, ou espaços usados para execução dos cursos. Em 29 de janeiro de 2014, o Diário Oficial da União - DOU publicou a Portaria nº 2, que em seu Art. 1º destaca:

Tornar público que o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - SENAC, o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI, o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - SENAR e o Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte - SENAT firmaram termo de adesão ao Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - PRONATEC na condição de parceiros ofertantes de vagas em cursos de educação profissional técnica de nível médio e cursos de formação inicial e continuada ou qualificação profissional, no âmbito da Bolsa-Formação, estando aptos a receber recursos financeiros a serem transferidos pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, que totalizam **R\$ 899.956.460,00 (oitocentos e noventa e nove milhões, novecentos e cinquenta e seis mil, quatrocentos e sessenta reais)**, visando atender o custeio da ação Bolsa-Formação (BRASIL, 2014, p. 14, grifos nossos).

Um novo repasse foi publicado, por meio da Portaria nº 1, no DOU de 11 de fevereiro de 2015, onde mais R\$ 187.000.000,00 (cento e oitenta e sete milhões de reais), foram repassados. De acordo com o Jornal Nexo, foram repassados pela Receita Federal R\$ 16 bilhões arrecadados de tributos para nove entidades privadas do chamado Sistema S, como Sesi, Senac, Sesc e Sebrae. O valor equivale a cerca de metade do Orçamento do Bolsa Família de 2017 (LUPION, 2017).

Pinto (2016), analisou o Relatório de Auditoria Anual de Contas, Processo 23000.004310/2014-11 sobre o Pronatec, e identificou que no período de 2011 a maio de 2014, 71% do total de alunos do Pronatec foram atendidos pelo Sistema 'S', 20%, pelas instituições públicas, e 9%, pelas demais instituições privadas de ensino. Só o Sistema S recebeu um recurso de R\$ 4.528 bilhões de reais, do total de quase 6,5 bilhões. Deste relatório, saíram 8 recomendações, relacionadas ao modelo de cálculo (falta de metodologia), a não garantia da oferta do curso pela não homologação dos recursos pela Setec, a não implementação de procedimentos para prestação de contas e ainda a falta de qualidade da informação do Sistec (2016). Embora o trabalho do autor seja analisar como está o cumprimento das metas do Plano Nacional de Educação, os dados sobre o Pronatec apontam que

Vários caminhos foram sendo encontrados pelo setor privado, lucrativo ou não, para obter com os Executivos federal, estadual e municipal uma parcela crescente de recursos que deveriam ser destinados às escolas públicas. Muitos desses caminhos foram inclusive projetados na "cozinha" do governo federal, como o caso do ProUni e Pronatec (PINTO, 2016, p. 150).

Segundo Deitos, Lara e Zanardini (2015), que analisam as relações e mediações entre o Estado e a política pública de educação profissional, buscando compreender os argumentos socioeconômicos, político-educacionais e ideológicos para a implantação do Pronatec, descreve que este se apresenta como programa integrador da política educacional para a educação profissional no país, assumindo a forma estruturante articuladora nacional no conjunto de ações educativas e formativas da força de trabalho uma estratégia para viabilizar as políticas macroeconômicas adotadas. É assim, uma dinâmica centralizadora para que

a política educacional integra o quadro de necessidades formativas que o processo social de produção exige como mediações socioeconômicas. Não é por acaso que o diagnóstico oficial sobre a formação e composição da força de trabalho no Brasil acaba retratando esta questão de maneira direta, assim expressa quando da criação do Pronatec (p. 986).

Para estes autores, a determinação governamental de convencimento de que a educação é requisito indispensável ao processo de produção e desenvolvimento econômico, e o Pronatec é a política educacional adotada que traduz esses objetivos estratégicos, integrador político e ideológico e funcional para ancorar o conjunto das ações, programas e projetos sustentadores da política de educação profissional técnica e tecnológica de baixa, média e alta qualificação da força de trabalho nacional e regional (estados/municípios) (Idem).

Para Vieira, Reis e Sobral (2017), ao analisar os arranjos na construção e efetivação das leis que regem a Educação Profissional, em especial a do Pronatec,

ficam evidentes duas grandes concepções que estão em permanente disputa: uma vinculada ao atendimento do capital, que enxerga a formação do trabalhador

como formação de mão de obra para aumento da competitividade e produtividade econômica do país; e outra que busca a formação de um ser humano integral, baseada em um projeto de emancipação humana, que inclusive questiona a lógica de estruturação dual do modo de produção capitalista.(...) Nossas buscas e escolhas epistemológicas indicam que o Pronatec se distancia dos marcos normativos da integração que se constituem a partir de 2004, com a promulgação do Decreto n. 5.154/2004, e se alinha hegemonicamente às concepções que tendem a fortalecer a formação do trabalhador em conformidade com a lógica do capital (p. 210-211).”

3 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo teve como objetivo apresentar discussão presente em pesquisa que está em andamento que pretende abordar as mediações existentes entre trabalho, educação e formação humana no contexto de mundialização do capital e reestruturação produtiva. O objeto em foco é a criação do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - Pronatec em 2011 pelo executivo federal a partir do reposicionamento da Educação Profissional como política central do governo do Partido dos Trabalhadores - PT entre 2011 e 2016. Para dar conta disso, escolhemos utilizar o método do materialismo histórico dialético, para as análises do material bibliográfico e documental.

Na construção do Plano de Trabalho para o doutoramento, já foi possível levantar algumas perspectivas, das quais, este artigo foi produzido. A implementação do Pronatec, desde a sua apresentação até o seu abandono, vem se apresentando no mínimo como contraditória no que tange ao discurso apresentado e as estratégias escolhidas para atender a um público alvo específico.

Podemos encontrar os homens de negócios, representantes dos donos dos meios de produção que vem ocupando espaço político midiático para justificar um movimento mundial de reestruturação produtiva, mundialização do capital que como efeito direto, provoca demissão em massa. As unidades produtoras agora mudam de espaço a outro, no objetivo de extrair ainda mais valia. No seu discurso, o mercado, responsabiliza as novas tecnologias que exigem um outro tipo de trabalhador: o profissional, mais qualificado para uma produção flexível, automatizada, em constante processo de “mudança”.

As grandes corporações não descartam só as pessoas, mas todo um país. Culpabilizam o Estado amplo, o arcabouço legal, as políticas de proteção ao trabalhador. Procuram assim, não só uma nova força de trabalho para o seu novo modelo de negócio, mas também um novo Estado-Nação, onde possam atuar na sua insaciável busca por lucros.

Na outra ponta estão aqueles que precisam vender a sua força de trabalho para sua subsistência e entendem, foram levados a entender, que o seu deslocamento do setor produtivo é fruto desse movimento mais amplo do cenário produtivo, novas tecnologias e a exigência de um trabalhador mais qualificado. Ou seja, este indivíduo crê que basta ter acesso a essa formação/qualificação que ora se apresenta como uma

política de formação e ser reintegrado ao mundo do trabalho, à sociedade do consumo. O que estes indivíduos não percebem é o momento em que a sua subjetividade foi capturada, pois, entendemos que para a produção de fato de mercadorias, não são mais necessárias grandes habilidades, mas, um comportamento pessoal, de engajamento a esse discurso. E de serem flexíveis o suficiente para aprenderem a “montar”, “apertar”, diferentes tipos de produtos, desde um boi (animal), ou mesmo um artigo de moda, em diferentes espaços fabris. Tudo muito subjetivo, que não revela a sua essência de tratar o trabalho como mercadoria barata, substituível.

Uma nova força de trabalho se torna necessária, entre aqueles que detêm o sistema produtivo, e aqueles que de fato produzem. Estes, seriam os gerentes, os controladores de qualidade e motivadores daqueles que realmente “fazem a esteira andar” por qualquer meio possível, seja ele objetivo ou subjetivo. Também neste grupo estão os empreendedores, profissionais liberais, vendedores, negociadores, despachantes, entre outros. Não produzem coisa alguma, mas, ajudam a deslocar as mercadorias de um canto a outro.

Ainda neste cenário, apresentam-se as instâncias de negociação: instituições vinculadas aos meios de produção/serviços, por exemplo o Sistema S, as organizações filantrópicas, sem fins lucrativos, sociais, entre outros modelos. Entes executivos municipais ou federativos se revezam ora como demandante, como no caso do sistema prisional ou de cumprimento de medidas socioeducativas sob sua tutela, ora como conciliador de demanda. Os papéis não são definidos. Uma ação pode ocorrer num espaço do município, uma escola, por exemplo, ser executado por uma autarquia e ter um grupo que não efetivamente é o alvo daquele espaço.

Entre esses grupos, apresenta-se o Estado conciliador das demandas. Não no sentido de resolvê-las, pois, como apreendemos em Marx, são irreconciliáveis. Mas, no sentido de aliviar a constante tensão, ou postergar seu desdobramento. Importante ressaltar que o Pronatec não se apresenta como ação de uma Política mais ampla de educação para o trabalho, ou mesmo de formação profissional, mas, sua razão de ser é explicitamente desobrigar o Estado em relação a oferta direta desta modalidade de ensino, contrariando até o pressuposto legal. Esse Estado enquanto instância de execução, assume o papel de indutor de políticas educacionais responsabilizando terceiros pela implementação, sobretudo o setor privado.

Cabe ao Estado conter a imensa categoria que “sobra”, por meio de políticas sociais que em tese, visam integrar essa população excluída no universo do mundo das mercadorias, seja por meio de programas de transferência de renda direta, ou indireta: no caso do Pronatec. Programas como o Pronatec agradam a um público específico que se sente acolhido, principalmente porque envolve transferência de renda. Assim, percebemos um movimento no sentido de atender ao chamado do poder executivo a fazer a sua parte do acordo: aprender a pescar.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. “A era da informatização e a época da informalização: riqueza e miséria do trabalho no Brasil”. In: Ricardo Antunes (org). Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil. São Paulo, SP. Boitempo, 2006.

_____. Os Sentidos do Trabalho: ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho. 7. ed. São Paulo: Boitempo, 2009. 259p.

ASSUNÇÃO, Ada. A. & Oliveira, Dalila, A. intensificação do trabalho e saúde dos professores. Educação e Sociedade, V. 30, nº 107, 2009.

BIHR, Alain. Da grande noite à alternativa: o movimento operário europeu em crise. 2ªed. São Paulo: Boitempo, 2010. 27 Edição Nº. 1, Vol. 1, jan.-jun. 2012.

BOURDIEU, Pierre. Contrafogos: táticas para enfrentar a invasão neoliberal. . Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

BRASIL. MEC. PRONATEC. Lei nº 12.513 de 26/10/2011. Institui o PRONATEC. Disponível em: <http://pronatecportal.mec.gov.br/arquivos/lei_12513.pdf >. Acesso em: 10 mai. 2014.

_____. Cadernos de Estudos Desenvolvimento Social em Debate. – N. 24 (2015)- . Brasília, DF : Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, 2005- . 180p. Disponível em http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=17796-caderno-de-estudos-24-inclusao-productiva-urbana&category_slug=julho-2015-pdf&Itemid=30192 Acesso em 25 ago 2017.

_____. Câmara dos Deputados. O que podemos dizer sobre o pronatec? Estudo Técnico. 2016. 39p. Disponível em http://www2.camara.leg.br/a-camara/documentos-e-pesquisa/estudos-e-notas-tecnicas/areas-da-conle/tema11/2016_9576_pronatec_ana-valeska. Acesso em 25 ago 2017.

_____. Portal do Planalto. Discurso Presidenta Dilma Roussef. Lançamento do Pronatec. 28 abril 2011. Disponível em <http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/discursos/discursos-da-presidenta/discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-cerimonia-de-lancamento-do-programa-nacional-de-acesso-ao-ensino-tecnico-e-ao-emprego>.

CASTELLS, Manuel. A Era da Informação: economia, sociedade e cultura. 9.ed. São Paulo: Paz e terra, 2006. v.1

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES DA EDUCAÇÃO (CNTE). Documento “Os riscos do Pronatec para a educação técnica profissional”. Revista Retratos da Escola, Brasília, v. 5, n. 8, p. 179-184, jan./jun. 2011. Disponível em: http://www.cnte.org.br/images/stories/2012/Pronatec_posicao_CNTE.pdf . Acessado em 19 jul 2016.

CUNHA, Luiz Antônio. ENSINO PROFISSIONAL: O GRANDE FRACASSO DA DITADURA. CADERNOS DE PESQUISA v.44 n.154 p.912-933 out./dez. 2014. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/cp/v44n154/1980-5314-cp-44-154-00912.pdf> Acesso em 28 ago 2017.

DEITOS, Roberto Antonio; LARA, Angela Mara de Barros; ZANARDINI, Isaura Monica Souza. Política de Educação Profissional no Brasil: aspectos socioeconômicos e ideológicos para a implantação do Pronatec. Educ. Soc., Campinas, v. 36, nº. 133, p. 985-1001, out.-dez., 2015 .

DELORS, J. (Org.). Educação: um tesouro a descobrir. Relatório para UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI. 6. ed., São Paulo: Cortez; MEC; UNESCO, 2001.

FRANÇA, Robson Luiz de; PREVITALLI, Fabiane Santana; LUCENA, Carlos; Trabalho e educação: a formação do trabalhador no contexto das crises cíclicas do capitalismo monopolista. Revista

HISTEDBR On-line. Campinas, n.35, p. 201-219, set.2009. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/tes/v7n2/13.pdf>. Acesso em 26 abr 2018.

LIMA, M.. Problemas da Educação Profissional do governo Dilma: Pronatec, PNE E DCNEM. s1. Trabalho & Educação, Belo Horizonte, v.21, n.2, p.73-91, mai./ago.2012.

LUPION, Bruno. O que é o Sistema S, quanto custa e a quem beneficia. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2017/02/18/O-que-%C3%A9-o-Sistema-S-quanto-custa-e-a-quem-beneficia> Acesso em 27 abr 2018.

KUENZER, Acacia Zeneida. Da dualidade assumida à dualidade negada: o discurso da flexibilização justifica a inclusão excludente. Educ. Soc., Campinas, v. 28, n. 100, p. 1153-1178, out. 2007. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302007000300024&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 25 ago. 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-73302007000300024>.

MARX, Karl. O Capital, 1972.

PINTO, José Marcelino de Rezende. Uma análise da destinação dos recursos públicos, direta ou indiretamente, ao setor privado de ensino no Brasil. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 37, nº. 134, p.133-152, jan.-mar., 2016. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/es/v37n134/1678-4626-es-37-134-00133.pdf> Acesso em 27 abr 2018.

SALDANHA, L. de L. W. O PRONATEC e a relação Ensino Médio e Educação Profissional. IX Anped – Sul. Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul. 2012. <http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/1713/141>.

SANTOS, J. M. dos; LUCENA, C. A.. A reconfiguração do Estado Brasileiro mediante as estratégias neoliberais e seus desdobramentos na Educação Profissional. In: Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n.27, p.230 –242, set. 2007. Disponível em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/27/art19_27.pdf Acessado em 19 jul 2016

SILVA, Tadeu da Silva (orgs.). Neoliberalismo, Qualidade Total e Educação. Petrópolis/RJ: Vozes, 1997.

PRONATEC APRENDIZ: A PERMANÊNCIA DA DUALIDADE E DA PRECARIZAÇÃO NA FORMAÇÃO PROFISSIONALIZANTE DO JOVEM TRABALHADOR APRENDIZ

Janaína Cristina Buiar

Universidade Tecnológica Federal do Paraná –
UTFPR, PPGTE
Curitiba-PR
janaina_buiar@hotmail.com

Nilson Marcos Dias Garcia

Universidade Tecnológica Federal do Paraná –
UTFPR, PPGTE
Universidade Federal do Paraná – UFPR, PPGE
Curitiba-PR
nilsondg@gmail.com

RESUMO: Relata um estudo sobre o Documento Referência do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), modalidade Aprendiz, e analisa algumas de suas contradições. Pautando-se em pressupostos de uma perspectiva histórico-crítica, bem como em resultados de processos investigativos que envolveram a vigente Lei da Aprendizagem e o Decreto que a regulamentou, o estudo descreveu sob que forma e em que condições o Programa em questão foi implantado como política pública de formação profissional. Visando contextualizar a investigação, num primeiro momento descreve-se, muito que brevemente, aspectos da trajetória da Educação Profissional no Brasil tendo como foco a implantação do Pronatec Aprendiz e seus reflexos na formação destes jovens

trabalhadores, apresentando sua concepção norteadora e seus objetivos. Finalizando, busca-se pontuar algumas contradições do referido documento, procurando demonstrar que esta política pública, além de reiterar a dualidade estrutural entre educação geral e profissional, tem promovido uma formação visando o trabalho simples, não produzindo qualificações que venham abordar o trabalho complexo.

PALAVRAS-CHAVE: Pronatec Aprendiz; Lei da Aprendizagem; Educação Profissional; Trabalhador Aprendiz; Dualidade Estrutural.

ABSTRACT: It is reported a study about the Reference Document of the National Program of Technical Learning and Employment Access (Pronatec), Apprentice modality, analyzing a few of its contradictions. Based on the assumptions of a historic-critic perspective, as well as on the results of studies that involved the current Learning Law and the Decree that regulated it, this study described in which form and in which conditions the Program was implemented as a public policy of professional qualification. Aiming to contextualize and investigate, in the first part it is described the aspects of the path of Professional Education in Brazil focusing on the implantation of the Pronatec Apprentice and its reflexes in the formation of young workers, presenting its guiding conceptions and objectives. Finally, it is sought to highlight some

of the contradictions of the document itself, trying to demonstrate that this public policy, besides the fact that it reiterates the structural duality among general and professional education, has promoted a formation aiming for simple work, not producing qualifications that englobes complex work.

KEYWORDS: Pronatec Apprentice; Learning Law; Professional Education; Apprentice Work; Structural Duality.

1 | INTRODUÇÃO

Sendo um desdobramento do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e ao Emprego e pautando-se na Lei da Aprendizagem (Lei nº 10.097, de 19/12/2000) e no Decreto nº. 5.598/2005 que a regulamentou, para estabelecer algumas diretrizes, o Programa Pronatec modalidade Aprendiz foi elaborado no ano de 2014, tendo ocorrido seu lançamento oficial apenas no dia 28 de julho de 2015.

Objetivando refletir sobre o Documento Referência de implantação deste Programa, descreve-se num primeiro momento, muito que brevemente, a trajetória histórica da Educação Profissional no Brasil até à implantação do Pronatec Aprendiz e seus reflexos na formação do adolescente que busca, não somente uma formação profissional, mas inserir-se no mercado como trabalhador aprendiz.

Num segundo momento, será apresentada sua concepção norteadora do e seus objetivos. Também serão abordados dados referente ao público alvo, idade de ingresso, contrato de aprendizagem, empresa contratante, instituições formadoras, formação técnico-profissional, direitos trabalhistas, enfim, dados que são encontrados neste documento e que precisam ser abordados.

Para finalizar, serão pontuadas algumas contradições visualizadas neste documento, demonstrando que esta política pública, além de manter a dualidade entre o Ensino Médio e a Educação Profissional, apresenta-se em descompasso com a formação técnica e tecnológica do trabalhador, prevalecendo o adestramento para o trabalho produtivo e precarizado.

2 | A TRAJETÓRIA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL: UMA BREVE REFLEXÃO

Tendo em vista as transformações ocorridas no processo produtivo no início do século XX, período marcado pela diversificação crescente da produção e caracterizado por Franco e Sauerbronn (1984, p. 67) “como um declínio do poder econômico e político das oligarquias rurais e a um fortalecimento da burguesia industrial”, a profissionalização da classe trabalhadora passou a ganhar espaço na política educacional do Estado Brasileiro. O ensino, que antes era exclusivamente de caráter propedêutico e que era desenvolvido de forma territorial, passou a ser articulado nacionalmente, visando

assim, o fortalecimento de um novo sistema nacional de educação visando à profissionalização da classe trabalhadora.

Foi pautando-se nas novas configurações econômicas, políticas e até mesmo sociais desta época, que o Estado passou a organizar o sistema educacional conforme as necessidades do setor produtivo, criando assim condições para a implantação de políticas públicas que atendessem ao interesse de uma nova sociedade que deixava para trás o modelo oligárquico-tradicional para tornar-se urbano-industrial. Um exemplo do que se relata pode ser a promulgação da Constituição Federal de 1937, em que o ensino profissional, técnico e industrial passou a fazer parte da política educacional daquela época.

Se nos anos de 1930 houve esta preocupação, a partir dos anos de 1940 buscou-se criar “um sistema de ensino paralelo ao sistema oficial, que foi organizado em convênio com as indústrias e através de seu órgão máximo de representação – a Confederação Nacional das Indústrias.” (ROMANELLI, 1986, p. 166). Estabelecendo uma lógica dual de educação, percebe-se que o Estado brasileiro buscou, juntamente com os industriais, criar instituições que além de proporcionarem cursos de formação aligeirada, também desenvolviam técnicas de controle e disciplinamento do comportamento do trabalhador conforme as necessidades produtivas do mercado.

A instituição que se sobressaiu e atendeu de forma destacada às necessidades dos industriais neste momento histórico foi o Serviço Nacional da Indústria - SENAI. Criado pelo Estado através de Decreto Lei 4.073, de 1942, denominada Lei Orgânica do Ensino Industrial e legalizado pela Lei Federal 4.048, em 22 de janeiro de 1942 como um órgão privado, ficou “encarregado de criar e ministrar cursos para aprendizes e operários de várias empresas, dirigido pelos empresários e mantido com recursos vindos das indústrias através do fundo de aposentadorias e pensões”. (MÜLLER, 2010, p. 198).

Por estabelecer uma nova relação entre público e privado, foram muitos os empresários que se utilizaram, segundo Cunha (2000, p. 03), da “via corporativa como um canal de instrumentalização de seus interesses, participando ativamente dos conselhos e comissões consultivas” para construir um campo favorável ao desenvolvimento do capitalismo industrial e desenvolver políticas educacionais, estabelecendo assim, estratégias necessárias para promover cada vez mais a industrialização e a reprodução ampliada do capital, via adestramento e exploração da força de trabalho humana.

Ao oficializarem esta dualidade e, ao mesmo tempo, promoverem um processo educativo que atendesse unicamente às demandas industriais, pois o momento era propício a esta dinâmica, o trabalhador foi obrigado a se adaptar a esta realidade. Conforme Romanelli (1986, p. 168), “tratava-se de uma população que tinha emergência de preparar-se para o exercício de um ofício”. Consequentemente, os trabalhadores que frequentavam o SENAI precisavam começar a trabalhar mais cedo e não podiam frequentar o ensino do sistema oficial. Por outro lado, esta instituição era a única “nas

quais os alunos eram pagos para estudar, o que funcionava como um grande atrativo para as populações pobres” (ibid., p. 169).

A partir de 1964 o sistema público de ensino passou por uma reestruturação que visava promover cada vez mais “uma mão de obra com alguma educação e treinamento, bastante produtivo e, ao mesmo tempo, barata” (ibid., p.234). De acordo com Pereira e Rodrigues (2013, p. 07), tais alterações foram visualizadas tanto na “aprovação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (lei nº 4.024/61)”, como no “avanço da teoria do capital humano concretizado pela reforma do ensino superior dirigida pela agência norte-americana USAID/MEC (Lei nº 5.540/68) e a reforma do ensino de 1º e 2º graus, pela lei 5.692/71”. (ibid.).

Promulgada em 11 de agosto de 1971, esta legislação acabou por tornar compulsório o ensino técnico-profissional, substituindo, segundo Romanelli (1986, p. 238), “a antiga estrutura dualista por um sistema único de escola voltada para a educação básica geral e a preparação para o trabalho”. Entretanto, devido ao movimento desencadeado principalmente pelas instituições privadas de ensino, esta política pública foi alterada em 1982 pela Lei Federal 7.044, que por sua vez, acabou distinguindo novamente o ensino de formação geral do ensino profissionalizante.

Essa legislação só veio ser modificada de forma substancial pela Lei Federal nº 9.394/96, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Na sua vigência, a educação profissional passou por uma significativa alteração ordenada pelo Decreto nº 2.208/97, que desvinculou a educação profissional técnica da educação básica. Sintonizando a economia nacional e o aparato estatal não somente ao ideário neoliberal, mas à globalização capitalista, o Estado brasileiro realizou tal reforma e, segundo Saldanha (2014), acabou proporcionando “uma formação de natureza precária e aligeirada, em sistemas paralelos públicos e privados” (p. 04). Para Fidalgo e Machado (2014), esta alteração se explica pela “introdução da racionalidade financeira na educação profissional”, que acabou “seguindo orientações de organismos transnacionais, como BID, Banco Mundial e FMI” (p. 04).

De acordo com Pereira e Rodrigues, tal decreto, instituído no governo de Fernando Henrique Cardoso

não foi capaz de articular educação básica média com a profissional e tampouco, efetivar uma rede ou sistema público de ensino para atender tal demanda. Ao contrário e seguindo uma orientação do Banco Mundial, a educação técnica de nível médio oferecida na rede federal nas escolas técnicas e Cefets passam a oferecer cursos técnicos de forma desintegrada onde a Certificação ocorreria concomitante ou posterior à obtenção de curso médio propedêutico e em qualquer instituição de ensino (2013, p. 08).

Esta dualidade só veio a ser superada no governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva pelo Decreto Lei nº 5.154/04, que restabeleceu a possibilidade de integração entre ensino médio e educação profissional. Se teoricamente proporcionou o fim da dualidade, na prática, a realidade foi outra, pois tal proposta não promoveu a formação

multilateral, de caráter politécnico, pois além de manter programas do governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, como por exemplo, o Pronera e o Proep, só desenvolveu políticas públicas que buscavam, em sua grande maioria, estabelecer parcerias entre o público e o privado, estabelecendo apenas a profissionalização de nível técnico aos jovens e adultos que necessitavam ingressar ou até mesmo, retornar ao mercado de trabalho, não efetivando assim, uma política educacional adequada às necessidades mais amplas dos estudantes trabalhadores.

Com a finalidade de ampliar a oferta de educação profissional e tecnológica, por meio de programas, projetos e ações de assistência técnica e financeira, durante o governo da presidente Dilma Roussef, foi criado o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), que, como pontua Machado e Fidalgo (2014), “acaba acompanhando a dinâmica de políticas educacionais anteriores”. (p. 06)

Se de um lado, os governos de Luiz Inácio Lula da Silva e, na continuidade, de Dilma Roussef, desenvolveram uma política pública diferente das anteriores, visando à integração curricular entre ensino médio e profissional, de outro, não conseguiram colocá-la em prática, promovendo apenas cursos de curta duração dissociados da educação básica, não restaurando de forma ampla cursos com características do ensino médio técnico integrado, que marcaram a educação profissional técnica brasileira até a década de 1990. Para Acácia Kuenzer (2006), os procedimentos pedagógicos desenvolvidos pelos atuais programas de qualificação profissional, dentre eles os do Pronatec, não conseguem assegurar

o exercício da crítica, da criação, da participação política ou do acesso aos conhecimentos necessários para enfrentar os desafios de uma sociedade cada vez mais excludente, para o que o domínio de conhecimentos científicos, tecnológicos e sócio-históricos, com vistas à formação de um profissional com autonomia intelectual e ética, é fundamental. Ao contrário, vários dos projetos analisados, embora sutilmente, negam esta necessidade (KUENZER, 2006, p. 904).

Por essas ações, percebe-se que o governo continuou proporcionando políticas públicas que atendem fortemente ao ideário neoliberal, bem porque, para se desenvolver um processo educativo integral, é preciso que a “relação entre conhecimentos gerais e específicos seja construída continuamente ao longo da formação, sob os eixos do trabalho, da ciência e da cultura” (RAMOS, 2005, p. 122), evitando a dicotomia entre formação geral e específica e promovendo um processo educativo que realmente atenda aos interesses da classe trabalhadora.

Nesse sentido, as ações tomadas em relação à educação profissional dos trabalhadores só conseguiram promover uma formação aligeirada visando o trabalho simples, não proporcionando qualificações que incorporassem conhecimentos exigidos pelo trabalho complexo, disseminando assim uma pedagogia hegemônica pautada nas competências voltadas para a empregabilidade e que busca formar o “‘cidadão produtivo’ ajustado técnica e socialmente às demandas do capital. Um cidadão que acredite que a ele não compete ser sujeito político” (FRIGOTTO, 2006, p. 266).

Apoiando-se no exposto e tomando como referência que o Pronatec Aprendiz deriva das políticas adotadas nesse período, é possível inferir que a sua implantação pode ser interpretada como uma reinvenção da dualidade estrutural enquanto política educacional, não sendo, assim, resultado de um determinado processo pedagógico, mas consequência de estratégias que envolveram e continuam envolvendo questões políticas e econômicas que, de certa maneira, foram determinadas historicamente pelas alterações produtivas pelas quais o país têm passado.

3 | PROGRAMA NACIONAL DE ACESSO AO ENSINO TÉCNICO E EMPREGO – MODALIDADE APRENDIZ

O Pronatec Aprendiz é um desdobramento do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) e também, resultado de um acordo de cooperação entre o Ministério da Educação – MEC, o Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, o Ministério do Desenvolvimento Social – MDS e a Secretaria de Micro e Pequena Empresa – SMPE.

Sendo um Programa ancorado em diversos segmentos do governo, cada um deles tem funções específicas. Conforme o Documento Referência (2015, p. 02), o Ministério da Educação “garantirá os recursos necessários para o pagamento da bolsa-formação às instituições ofertantes alinhadas ao programa de aprendizagem” e o Ministério do Trabalho e Emprego assumirá a responsabilidade de “promover a qualificação do trabalhador e propiciar aos jovens uma oportunidade digna de primeiro emprego” (ibid.). Já o Ministério do Desenvolvimento Social deve estabelecer parceria com a rede assistencial municipal e esta, por sua vez, terá o dever de mobilizar os “beneficiários interessados em participar das ações formativas, (b) pré-matrícula e encaminhamento para confirmação de matrícula junto às unidades ofertantes e (c) acompanhamento da trajetória dos alunos” (Ibid, p.03), bem como devem promover acompanhamento socioassistencial aos beneficiários do Programa. Por fim, a Secretaria da Micro e Pequena Empresa, “deve estimular tanto a disponibilização de vagas, como a contratação do jovem trabalhador aprendiz” (Ibid.).

Apresentando um documento referência, este Programa, basicamente, pauta-se na Lei da Aprendizagem (Lei nº 10.097, de 19/12/2000) e no Decreto nº. 5.598/2005 que a regulamentou, para delimitar idade de ingresso; contrato de trabalho estabelecido entre trabalhador aprendiz, instituição formadora e empresa contratante; modelo de aprendizagem, entre outras determinações que buscam ampliar, diversificar a formação técnica-profissional e inserir adolescentes e jovens no mercado de trabalho formal. Apresenta também algumas inovações, como por exemplo, empresa contratante, definição do financiamento dos cursos profissionalizantes, ou seja, determinações que não estão contempladas na referida Lei.

Delimitando a idade de ingresso entre 14 e 24 anos de idade, as características do

público alvo para ingressar neste Programa são as mesmas delimitadas pela vigente Lei da Aprendizagem. Além disso, para participar do Pronatec Aprendiz é necessário que os interessados estejam matriculados na rede pública de ensino. Também ressalta que serão priorizados jovens em situação de vulnerabilidade social, ou seja, que se encontrem em situação de acolhimento institucional, resgatados do trabalho infantil, egressos do cumprimento de medidas socioeducativas e que apresente algum tipo de deficiência (neste caso, sem limite máximo de idade).

Em relação às empresas contratantes, por exemplo, o Programa em questão busca atender às necessidades das micro e pequenas empresas, ou seja, “os pequenos empresários que possuem pelo menos um empregado poderão aderir ao Programa” (ibid., p. 05) conforme a oferta de cursos de formação na localidade. Outra diferença visualizada, comparada à Lei da Aprendizagem, é a forma com que se busca financiar a formação profissional destes trabalhadores, pois agora, quem o custeia, é o próprio governo Federal (Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do MEC - Setec), ficando sob responsabilidade do empregador apenas o salário e os encargos trabalhistas correspondentes.

Mas, considerando o perfil de atuação dos pequenos negócios

focado no comércio varejista e na prestação de serviços, a oferta de oportunidades de contratação deverá ocorrer, prioritariamente, para as áreas de comércio, operação de loja e varejo, serviços administrativos, informática, alimentação, produção cultural, design, turismo, hospitalidade e lazer. (ibid., p. 16)

Ao permitir a inserção do público alvo no curso de aprendizagem e conseqüentemente, no mercado de trabalho, é obrigatório instituir um contrato formal de aprendizagem, bem como, registro em carteira profissional, acordado entre adolescente/jovem, instituição formadora e empresa contratante. Desta forma, será garantido o salário mínimo hora; depósito de 2% da remuneração paga ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS); direito ao benefício do vale-transporte para frequentar as atividades teóricas e práticas do Programa e o direito a férias, que deverão coincidir com o período do recesso escolar do ensino regular, sendo vedado o parcelamento. Além destes, ficam assegurados, também, os demais direitos trabalhistas e previdenciários compatíveis com o contrato de aprendizagem estabelecido entre as partes.

O aprendiz, por sua vez, terá que cumprir expediente limitado entre quatro e seis horas diárias de trabalho, concomitantemente ao curso profissionalizante (que pode ser uma, duas ou três vezes por semana) e ensino regular, caso não tenha finalizado. No entanto, o empregador deverá destinar um empregado para acompanhar o aprendiz em suas atividades práticas realizadas na empresa.

Para se inscrever, o aprendiz que atende aos requisitos acima citados, deverá procurar o Centro de Referência e Assistência Social (CRAS) da sua cidade, onde terá acesso à lista dos cursos oferecidos. Uma vez iniciado o curso, o aprendiz deverá ser

encaminhado para começar o trabalho em uma empresa. O processo de matrícula, segundo o referido documento,

é a fase em que os gestores municipais registram no SISTEC os dados das pessoas interessadas em realizar os cursos de qualificação do Pronatec/BSM. Efetuada a pré-matrícula, o SISTEC emite um comprovante a ser entregue ao candidato, que indica informações sobre o curso, tais como nome, endereço da Unidade Ofertante e data de início das aulas. A matrícula é o momento em que o beneficiário se dirige à unidade ofertante para confirmar sua inscrição no curso desejado. O MDS orienta que a matrícula seja feita imediatamente após a realização da pré-matrícula, para que o candidato garanta sua vaga na turma, pois a matrícula é efetuada e confirmada na unidade ofertante por ordem de chegada. É fundamental que a Prefeitura e as Unidades Ofertantes tenham um bom diálogo para programar as fases de pré-matrícula e de matrícula, evitando, assim, que o intervalo de tempo entre essas duas etapas seja longo e desestimule os beneficiários a participarem dos cursos. O MDS recomenda que, sempre que possível, a rede socioassistencial municipal e os ofertantes realizem pré-matrícula e matrícula no mesmo momento e local (ibid., p.04).

Custeados pelo governo federal por meio de Bolsa-Formação, os cursos técnicos deste Programa poderão ser ofertados apenas pela Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, pelas escolas técnicas estaduais e municipais e pelos estabelecimentos integrantes do Sistema “S”. O curso de aprendizagem, que terá a duração de 400 horas de aulas teóricas distribuídas no período de no máximo dois anos “deve prever a alternância de aulas teóricas e atividades práticas referentes à ocupação ou profissão objeto do Programa, vivenciadas nessas entidades e nas empresas contratantes, respectivamente”. (ibid., p.02)

Como o Programa visa à formação metódica, estabelece que a parte teórica do processo de aprendizagem profissional deve ser proporcionada pela Instituição formadora e a parte prática, alternadamente deve ser realizada na empresa. Pedagogicamente articuladas entre si, estas devem ser ofertadas sob a forma de itinerários formativos (sendo necessário ao menos, três cursos para a construção de um itinerário) “que possibilitem ao aprendiz o desenvolvimento da sua cidadania, a compreensão das características do mundo do trabalho, dos fundamentos técnico-científicos e das atividades técnico-tecnológicas específicas à ocupação” (ibid., p.11).

A organização curricular deve ser totalmente flexível e deve estar alinhada com a “demanda mercadológica da localidade, principalmente relacionada aos segmentos de comércio e serviços” (Ibid., p. 20). Já os princípios que orientam a organização e a oferta da educação profissional sugerem “que a escola permaneça atenta à realidade evitando, de um lado, o imediatismo e de outro, a defasagem” (ibid., p. 09).

É obrigação da instituição formadora e da empresa contratante pautarem-se na Lista das Piores Formas de Trabalho Infantil (LISTA TIP) para proibir a execução de atividades insalubres e perigosas que venham a prejudicar o desenvolvimento físico, cognitivo, moral e social do adolescente (menor de 18 anos de idade) que ingressa como trabalhador aprendiz ao mercado de trabalho.

4 | ANÁLISE DO DOCUMENTO REFERÊNCIA DO PROGRAMA PRONATEC APRENDIZ

Desde o momento em que se passou a inserir crianças e jovens no mercado de trabalho, diversas foram as legislações e programas que legalizavam e operacionalizavam tal situação. Assim, não se pode imputar ao atual Programa Pronatec Aprendiz, objeto dessa investigação, que ele é derivado, unicamente, das políticas públicas desenvolvidas a partir da lógica neoliberal, mas sim, que é o resultado de um conjunto de ações que têm sido historicamente desenvolvidas no sentido de treinar e inserir crianças e jovens no mercado de trabalho desconsiderando o significado social de infância e juventude.

Mesmo que tal Programa apresente uma proposta cujo objetivo é ampliar e diversificar a oferta de cursos que visem à formação técnica-profissional para o acesso ao mercado de trabalho formal, percebe-se que a dualidade, terceirização, improvisação e precarização estão presentes no Documento Referência desta política pública, como em muitas outras políticas anteriormente desenvolvidas.

Ao determinar um público alvo específico, por exemplo, notam-se algumas contradições e, mesmo pretendendo desenvolver um programa que aborde o trabalho como ação educativa daqueles que se encontram em situação de vulnerabilidade social, almejando de certa forma sua autonomia, consegue ao mesmo tempo, manter uma política pública discriminatória, pontual e clientelistas.

Por outro lado, é válido apontar que na sociedade brasileira e até mesmo na internacional, o trabalho sempre foi visualizado como instrumento disciplinador de crianças e adolescentes considerados uma ameaça à sociedade. O atual Programa, por também prever a inserção unicamente deste público alvo, pode ser entendido como uma forma de fazer com que estes adolescentes não caiam na vadiagem, marginalidade e delinquência. A esse respeito, Nepomuceno (1999) pondera que para as famílias

[...] de poder aquisitivo elevado, a forma de seus filhos e filhas ocuparem esse tempo é com lazer, esportes, estudando ou em reuniões com amigos. Para as crianças e jovens de baixa renda, no entanto, não existem essas opções e assim o trabalho é o 'remédio' indicado tanto para suprir a necessidade de sobrevivência quanto para afastar os riscos da 'vadiagem'. (p. 347)

Uma contradição existente neste Programa é o cumprimento, pelos adolescentes nele inseridos, de uma jornada tripla diária, pois, conforme determinado no contrato de aprendizagem, o adolescente trabalhador tem como dever participar do curso de formação profissional, trabalhar, e caso não tenha finalizado o ensino regular, frequentar a escola. Dessa forma, eles passam a participar de uma realidade totalmente questionável, pois percebe-se que ao estabelecer este tipo de relação com a vida profissional, os outros direitos garantidos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, não são por eles vivenciados plenamente. Sem falar que, ao ingressarem prematuramente

no mercado de trabalho poderão enfrentar uma realidade que provavelmente prejudique seu desenvolvimento físico, moral, psicológico e social, ou seja, uma vivência que o torna “cheio de obrigações e pouco direitos” (RIZZINI, 1999, p. 379) e que acaba, segundo Tavares (2002, p. 129), subtraindo em “quantidade e qualidade, o tempo de convivência familiar e comunitária, essenciais para o desenvolvimento afetivo, moral e psicológico” destes jovens trabalhadores.

Assim, de acordo com Silva (2005, p. 43), a infância e a adolescência desses jovens são “empobrecidas pelo próprio sistema, são carentes de políticas públicas eficazes e emancipatórias, carentes de justiça, sobretudo, de respeito e cumprimento dos direitos, constitucionalmente, a elas destinados”. Com seus direitos violados e tendo que se contentar com o recebimento de um salário mínimo calculado por hora trabalhada, como é determinado no Documento em questão, percebe-se, também, que a inserção precoce no mundo dos adultos não é uma escolha, como muitos querem fazer crer, mas resultado da manutenção das relações de classe que, em outras palavras, é a única condição permitida para aqueles que necessitam garantir sua própria sobrevivência ou a auxiliar na de sua família.

Não percebendo esta dinâmica, e muito menos se sentindo parte integrante da lógica do direito a não ter direitos, estes jovens trabalhadores,

[...] apesar dos seus baixíssimos níveis de remuneração, não reivindicam salários, não se organizam e não fazem greve. Essa incapacidade é realimentada pela sociedade através de suas instituições, que estabelecem que o menor trabalhador é um agente social com muitas obrigações e poucos direitos. O único direito que a sociedade lhe concede livremente é o de trabalhar. (SPIDEL, 1989, p. 18)

Outra característica a ser questionada é a não garantia de contratação como trabalhador após o término do contrato de aprendizagem, pois o Programa estabelece um contrato de trabalho de no máximo dois anos, ficando a cargo do empresário contratá-lo ou não, como trabalhador efetivo. Caso não corresponda ao processo de aprendizagem a ele destinado ou não atenda ao que se estabelece e ao que o empregador necessita, ou até mesmo por qualquer outro motivo, este corre o risco de não ser efetivado, pois tal legislação não garante contratação, mas sim, apenas um contrato de trabalho pré-determinado. Também é válido pontuar que é mais interessante e de certa forma menos oneroso e, portanto, mais lucrativo, que o empregador mantenha a vaga de aprendiz, o que leva à sua não contratação como empregado efetivo.

Também pode-se questionar a continuidade de um processo educativo pautado na aprendizagem metódica entre teoria e prática, ou seja, uma metodologia de ensino que, além de manter a dualidade estrutural entre formação técnica-profissional e ensino geral, como apontado anteriormente no decorrer deste estudo, foi reconhecida historicamente como prática educativa voltada “para o trabalho” e não “pelo trabalho”, aliás, um processo de ensino que buscou notoriamente controlar o saber e não permitiu

que as atividades práticas fossem refletidas, condicionando os trabalhadores a meros executores.

Testada na Escola Profissional de Mecânica do Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo na década de 1920, implantada como método de ensino de todos os jovens que ingressavam como trabalhadores no segmento ferroviário e institucionalizada pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), as séries metódicas historicamente tornaram-se referência e vêm atualmente, desempenhando papel protagonista na profissionalização de adolescentes que se inserem no mercado de trabalho como trabalhador aprendiz, não acompanhando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia, pois segundo Lima Filho (2010), o

processo de produção e apropriação contínua de conhecimentos, saberes e práticas pelo ser social no devir histórico da humanidade constituem-se na interação ação-reflexão-ação de práticas, saberes, conhecimentos e relações de poder e propriedade: são, portanto, relações sociais objetivas. (p. 89)

Outro fator que contribui com esta análise é a forma com que o Estado brasileiro divide sua responsabilidade com a sociedade civil. Se de um lado obriga a sociedade assegurar a proteção integral, em que organizações não governamentais, por exemplo, podem desenvolver projetos que venham atender as carências sociais, terceirizando assim, o que é de sua incumbência, de outro, permite que grupos privados, pautados pelos interesses imediatos do mercado, ditem as regras do que deve ser ensinado e aprendido pelos adolescentes.

Na interpretação de Peroni (2013), o Estado

apresenta o discurso da participação da sociedade civil, mas setores vinculados ao mercado têm sido considerados a sociedade civil, como se já tivéssemos superado o capitalismo, a sociedade de classes e como se os interesses vinculados ao capital fossem os interesses da sociedade, (p. 252)

sendo possível se inferir que, ao assumir uma postura voltada aos interesses privados, dificilmente conseguir-se-á democratizar a educação pública, longo processo ainda a ser construído.

Desta forma, a postura adotada pelo Estado brasileiro acaba fragilizando a política de formação profissional criando assim, conforme Lima (2012), uma

falsa esperança que através da vontade política e da participação dos cidadãos é possível resolver questões que são estruturais e ontológicas pela via da ação política. Não estamos com isso querendo negar a necessidade do uso da política dentro da sociabilidade do capital, estamos apenas afirmando que existem questões que se apresentam aparentemente como sendo educacionais, e não são apenas questões educacionais, e ainda que exista uma positividade, a aprovação de leis, decretos e diretrizes não solucionarão os problemas da educação nos marcos do capital. (p. 06)

Dessa forma, para este mesmo autor, a implantação do Pronatec acabou

contemplando o ciclo da “privatização, precarização e aligeiramento da formação técnica de nível médio” (ibid., p. 13) e, explicitamente torna a educação “uma atividade central no processo de transferência de recursos públicos na tentativa de contenção da crise estrutural do capital” (ibid).

Reordenando suas relações com a sociedade civil, os vários governos foram e estão aos poucos, privatizando o espaço público. As leis de mercado passaram a ditar as regras e condicionar o papel do Estado, proporcionando políticas públicas assistencialistas, pontuais, clientelistas e sem nenhuma garantia de cidadania, implantando um modelo de “maior favorecimento do mercado e de redução do Estado, priorizando os que vivem da especulação em detrimento dos que vivem do trabalho” (FALEIROS, 2000, p. 206).

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Enfrentando a nova mundialização do capital, a nítida redução do número de trabalhadores, a intensificação da jornada de trabalho, a perda crescente dos direitos trabalhistas e o crescimento do trabalho terceirizado, precarizado, subcontratado e flexibilizado, é que os trabalhadores aprendizes estão sendo inseridos no mercado produtivo.

Correndo o risco de realizar atividades impróprias para seu desenvolvimento físico, intelectual, social e moral e expostos a todos os perigos inerentes à atividade prática no trabalho, estes, talvez, ou até mesmo dificilmente, conseguirão vivenciar o trabalho como princípio educativo e muito menos perceber a educação como um processo social que lhe possibilite transformar o mundo e a si mesmo.

Por terem que enfrentar a mesma realidade que qualquer outro trabalhador, que se obriga a vender sua força de trabalho para poder garantir sua sobrevivência, pode-se até mesmo inferir que o que acaba imperando entre a instituição formadora, o trabalhador aprendiz e a empresa contratante são relações baseadas no “*alienar, para explorar e depois, descartar*” (BUIAR, 2009, p. 100).

A forma com que os adolescentes têm sido treinados para o trabalho, de forma a não integrar o conhecimento teórico com o prático e, além disso, de forma precarizada, permite concluir que o exercício de sua cidadania encontra-se totalmente fragilizado, estando até mesmo em descompasso com o princípio da proteção integral estabelecida pelo Estatuto da Criança e do Adolescente.

Atendendo às necessidades e interesses do mercado, visualiza-se não somente a retirada de seus direitos, mas a sua transformação em objetos de interesse da produção, ou seja, estes adolescentes deixarão de viver a fase pertinente às suas idades para se tornarem, prematuramente, adultos produtivos.

REFERÊNCIAS

BUIAR, Janaina Cristina. **Lei do Jovem Aprendiz: a legalização da adultização do adolescente trabalhador**. 2009. 156 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2009. Disponível em: <https://drive.google.com/open?id=1fKfzKUOLIQtYTOjeaTQa-pCakD_PXXJH>. Acesso em: 17 fev. 2019.

CUNHA, Luiz Antonio. **O ensino profissional na erradicação do industrialismo**. São Paulo: Unesp; Brasília: Flacso, 2000.

FIDALGO, Fernando S. R.; MACHADO, Marcela R. de L. **Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e ao Emprego (PRONATEC): uma abordagem crítica**. In: IV Seminário Nacional de Educação Profissional e Tecnológica, 2014. Belo Horizonte: CEFET, 2014. Disponível em: <http://www.senepf.cefetmg.br/galerias/Anais_2014/GT03/GT_03_x37x.PDF>. Acesso em: 12 out. 2015.

DOCUMENTO REFERÊNCIA PRONATEC APRENDIZ – 2015. Disponível em: <http://www.abit.org.br/conteudo/links/ref_pronatec.pdf>. Acesso em: 08 fev.2016

FRANCO, Luiz Antônio C.; SAUERBRONN, Sidnei. **Breve histórico da formação profissional no Brasil**. São Paulo: CENAFOR, 1984.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Fundamentos Científicos e Técnicos da Relação Trabalho e Educação no Brasil de hoje. In: LIMA, Julio Cesar França e NEVES, Lucia M. Wanderley (orgs.). **Fundamentos da Educação escolar no Brasil Contemporâneo**. Rio de Janeiro, Editora Fiocruz, 2006, p. 241 a 288.

KUENZER, Acácia. A Educação Profissional nos anos 2000: a dimensão subordinada das políticas de inclusão. **Educação e Sociedade**, v.27, 2006, p.877-910.

LIMA, Marcos Ricardo de. **PRONATEC - Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego: uma crítica na perspectiva marxista**. [S.l.: s.n., 2012]. Disponível em: <<http://www.estudosdotrabalho.org/texto/gt1/pronatec.pdf>>. Acesso em: 20 mai. 2014.

LIMA FILHO, Domingos L. A “Era tecnológica” entre a realidade e a fantasia: reflexões a partir dos conceitos de trabalho, educação e tecnologia em Marx. **Revista HISTEDBR On line**. Campinas: número especial, p. 83-92, ago. 2010. Disponível em: <<http://www.fae.unicamp.br/revista/index.php/histedbr/article/view/3431>>. Acesso em: 15 jul. 2015.

MÜLLER, Meire T. O SENAI e a Educação Profissionalizante no Brasil. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n.40, p. 189-211, dez.2010. Disponível em: <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/revista/edicoes/40/art12_40.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2015.

NEPOMUCENO, Valéria. As relações com o mundo do trabalho – adeus, infância. In: CABRAL, Edson Araújo (Org.). **Sistema de Garantia de Direitos: um caminho para a proteção integral**. Recife: CENDHEC, 1999.

PEREIRA, José N.J.; RODRIGUES, Maria do S. d. S. Políticas de Educação Profissional no Brasil no Contexto de Crise do Capitalismo Global. In: **III Colóquio Nacional A produção do conhecimento em Educação Profissional**, 2013. Natal: IFRN, 2013. Disponível em: <<https://ead.ifrn.edu.br/coloquio/publicacoes/anais-2013>>. Acesso em: 12 out. 2015.

PERONI, Vera Maria Vidal. As relações entre o público e o privado nas políticas educacionais no contexto da terceira via. **Currículo sem fronteiras**, Rio de Janeiro, v.13, n.2, p.234-255, mai/ago.2013.

RAMOS, Marise. Possibilidades e desafios na organização do currículo integrado. In: FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. (Org.). **Ensino médio integrado: concepção e contradições**. São Paulo: Cortez, 2005. p. 106-127.

RIZZINI, Irma. Pequenos trabalhadores do Brasil. In: DEL PRIORE, Mary. **História das crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1999. p. 376-406.

ROMANELLI, Otaíza de O. **História da Educação no Brasil (1930/1973)**. Petrópolis: Vozes, 1986.

SALDANHA, Letícia de Luca Wollmann. **O Pronatec e a relação ensino médio e educação profissional**. IX ANPED Sul : Seminário de Pesquisa em Educação da região Sul. 2012. Disponível em: <<http://www.uces.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/1713/141>>. Acesso em: 12 out. 2015

SILVA, Francisco Carlos L. O trabalho infantojuvenil na sociedade capitalista. **Educar em Revista**, v. 15. Disponível em: <http://www.educaremrevista.ufpr.br/numero_15.htm>. Acesso em: 28 mai. 2015.

SPIDEL, Cheywar R. **Criança e adolescente no mercado de trabalho**: família, escola e empresa. São Paulo: Brasiliense, 1989.

TAVARES, Maurício A. O trabalho infantil e as múltiplas faces da violência contra crianças e adolescentes. In: SILVA, Lygia Maria Pereira da (Org.). **Violência doméstica contra crianças e adolescentes**. Recife: Edupe, 2002. Disponível em: <http://dtr2001.saude.gov.br/editora/producao/livros/pdf/03_1492_M.pdf>. Acesso em 25 out. 2015.

DILEMAS DO ANTROPOCENO: CONTRIBUIÇÕES DA PERSPECTIVA ECOLÓGICA PARA O TRABALHO E A EDUCAÇÃO

Douglas Gomes Nalini de Oliveira

Universidade Estadual Paulista – Faculdade de Filosofia e Ciências (UNESP-FFC)

e-mail: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)

Vandêi Pinto da Silva

Universidade Estadual Paulista – Faculdade de Filosofia e Ciências (UNESP-FFC)

RESUMO: O debate ecológico tem muito a contribuir ao meio científico, tecnológico e educacional, pois apresenta uma análise preocupada não somente com os métodos e resultados do processo produtivo, mediadas pelo trabalho, mas também com o *sentido* em que este se manifesta. Desta forma, apresentaremos duas vertentes do pensamento ecológico que apresentam contribuições significativas da crítica à economia clássica, pautada pela problemática do crescimento irrefletido e a produção destrutiva. A primeira linha teórica a ser utilizada é a de viés marxista, em que Karl Marx e Fredrich Engels são os principais contribuidores, de significativa relevância no debate político–filosófico contemporâneo, em que a partir de uma análise profunda da realidade histórica do desenvolvimento capitalista descrevem algumas das maiores contradições presentes no seu modo de conceber, e conseqüentemente operar sobre

a Natureza. Posteriormente, elucidaremos as implicações colocadas por Nicholas Georgescu-Roegen a cerca da epistemologia econômica ortodoxa, ou neoclássica, em que segundo o pensamento do autor realizam um tratamento da temática ambiental a partir de pressupostos facilmente contestados. Os elementos utilizados para realizar esta crítica estão fundamentados especialmente a partir da física termodinâmica e a biologia, que identificam elementos incoerentes na cadeia argumentativa dos economistas.

PALAVRAS-CHAVE: Antropoceno. Produção destrutiva. Crítica econômica.

INTRODUÇÃO

O debate ecológico tem muito a contribuir ao meio científico, tecnológico e, sobretudo o educacional, pois apresenta uma análise preocupada não somente com os métodos e resultados do processo produtivo na sociedade atual, mas também com o *sentido* em que este se manifesta. Desta forma, surge o conceito de Antropoceno, trabalhado anteriormente, que indica este momento em que os homens deixam de ser simplesmente um agente biológico para se tornar também uma força geológica. Para uma análise social do caso destacam-se duas vertentes do pensamento ecológico

que, apesar de marginalizadas e de não confluírem em todos os pontos, apresentam contribuições significativas para crítica à economia clássica, pautada pela problemática do crescimento irrefletido e da produção consumista, temáticas que estão intimamente relacionadas com a cultura de determinada sociedade e conseqüentemente suas práticas educacionais.

A primeira linha teórica a ser apresentada é a de viés marxista, em que Karl Marx e Fredrich Engels são os maiores expoentes. A partir da obra de John Bellamy Foster, professor de sociologia na Universidade de Oregon e grande pesquisador do tema, destacar os principais elementos na obra dos autores é abranger sua relevância no debate político-filosófico contemporâneo. Sobre este ponto de vista, a partir de uma análise profunda da realidade histórica do desenvolvimento capitalista eles descrevem algumas das maiores contradições presentes em seu modo de conceber e conseqüentemente operar sobre a Natureza.

Posteriormente, elucidaremos algumas das principais colocações realizadas por Nicholas Georgescu-Roegen, proeminente matemático e economista heterodoxo, cujos trabalhos mais influentes para o debate ambiental são aqueles em que desenvolve seu conceito de *decrescimento econômico*, realizando uma crítica severa acerca da epistemologia econômica ortodoxa, ou neoclássica. Segundo o pensamento do autor esta prospectiva realiza um tratamento da temática ambiental a partir de pressupostos facilmente contestados. Os elementos utilizados para realizar esta crítica estão fundamentados especialmente a partir da *física termodinâmica*, em sua Lei da Entropia, e a *biologia* que identificam elementos incoerentes na cadeia argumentativa dos economistas.

CRÍTICA ECONÔMICA E RELAÇÃO METABÓLICA

Para realizar a abordagem da temática ecológica expressa nas obras de Marx e Engels, o livro: *A ecologia de Marx*, de John B. Foster (2010), é de grande serventia, assim como a leitura dos textos clássicos. Segundo o pesquisador, que estudou em profundidade a contribuição dos autores para o pensamento social e econômico, alguns dos pontos determinantes para o desenvolvimento da teoria materialista, histórica e dialética, no tocante à questão ambiental, sugerida pelos autores são: sua crítica realizada a Thomas Malthus (1766-1834), no tocante a terra e sua teoria demográfica, aquela dirigida a Pierre Josef Proudhon (1809-1865) no que diz respeito à indústria, assim como o rompimento com o materialismo contemplativo de Ludwig Andreas Feuerbach (1804-1872).

Esta perspectiva de análise social parte de uma concepção ontológica do Homem, observa os fenômenos da vida a partir de uma perspectiva que valoriza a *práxis*, isto é, concebe a atividade humana dentro de suas manifestações tanto práticas quanto filosóficas. Para a percepção da realidade, utiliza uma metodologia que procura compreender a realidade levando em consideração sua historicidade, assim como

as suas contradições inerentes. Este método, *dialético*, permite a consideração de mudanças qualitativas nas representações humanas em sua interação com a realidade, assim como discutido anteriormente.

Durante seus anos de vida, Marx (1818-1883) e Engels (1820-1895), estabeleceram um amplo diálogo com o meio intelectual, problematizando algumas perspectivas adotadas e propondo novas abordagens para os problemas debatidos. Thomas Malthus, economista e pároco inglês, é considerado como um dos precursores da demografia por desenvolver uma teoria que procura explicar o porquê do aumento populacional e sua relação com a produção alimentícia. Da perspectiva de Foster (2010), a teoria malthusiana direciona-se à cisão da produção em dois pólos opostos: o lado *natural* e o lado *humano*, como resultado da propriedade privada.

Para Marx, o pensamento dos economistas-políticos liberais clássicos, e entre eles Malthus, apresentava uma visão muito desumana em relação aos problemas da miséria, tendo os pobres “excedentes” como explicação para os baixos salários. A pobreza é explicada pela superpopulação em relação à oferta de alimento, mas não a superpopulação em relação ao emprego. Portanto, afirma que:

A fim de defender esse sistema de exploração dos seres humanos e da natureza, e negando ao mesmo tempo qualquer possibilidade de melhora, surgiu a teoria populacional malthusiana - “a teoria mais bárbara e mais crua que jamais existiu, um sistema do desespero” expressamente destinado a obrigar os seres humanos a aceitar as duras leis da economia política. Revendo detalhadamente a teoria de Malthus, Engels criticou agudamente a natureza inexorável das suas premissas, que consideravam o mesmo princípio populacional igualmente aplicável a todas as épocas e lugares, sem relação com as condições históricas. (FOSTER, 2010, p.155).

Outro aspecto, também importante de sua visão a-histórica da realidade, está revelada na sua rejeição da noção de melhora nos sistemas agrícolas. Marx salientava, no intercurso de muitas de suas obras, o fenômeno da *alienação* das necessidades humana em geral, característica do capitalismo. Marcada por um distanciamento dos sujeitos em relação à natureza, aos produtos do seu trabalho, à sua condição enquanto humano e, por fim, um distanciamento de si mesmo. Sua perspectiva passa a ganhar significado após o desenvolvimento de seu “novo materialismo”, atribuindo uma grande atenção à luta de classes e a condição do proletariado, assim como o estudo aprofundado da economia burguesa associada ao progresso científico.

Sua crítica a Ludwig Feuerbach (1804-1872) se direciona em outro sentido, definida pela luta contra a religião positiva. Feuerbach era um filósofo reconhecido na época por suas teorias que buscavam explicar a razão do homem no mundo, a partir de uma análise basicamente essencialista, como seguidor de Georg Wilhelm Friedrich Hegel (1770-1831). Ao contrapor suas perspectivas extremamente abstrativas, Marx eleva seu materialismo prático e argumenta que a natureza existe independentemente de toda filosofia, compreendendo-a como o alicerce sobre o qual nós, seres humanos, nós mesmos produtos da natureza, crescemos.

Deste modo, nada existiria fora da natureza e do homem, portanto, os seres criados pelas fantasias religiosas são apenas um reflexo fantástico de nossa própria essência. Atento ao caráter realmente objetivo da realidade, o “feitiço” poderia ser rompido, descartando o sistema hegeliano, e assim percebendo que os seres humanos não constituem uma “natureza humana” fixa, residindo em cada indivíduo, mas eram senão fruto do desenvolvimento (isto é, autodesenvolvimento) da natureza humana através do intercuro social.

Segundo este ponto de vista a natureza merece ser mencionada no limite em que ela era incorporada à história humana, pois, além da crescente dificuldade de encontrar uma natureza intocada pela história dos homens, a ênfase necessária deveria estar focada na qualidade da interação entre humanidade e natureza, ou o que Marx viria a chamar de “metabolismo” entre os dois, mediada pela produção. A produção, neste tocante, representa o modo como os indivíduos expressam a sua vida. O que eles são, portanto, coincide com sua produção, tanto com o *que* produzem quanto *como* produzem. O que são depende das suas condições materiais de produção.

A ontologia materialista preconiza à vista disto, que a natureza, ou o mundo material, é uma pré-condição da existência, e a produção dos meios de subsistência uma pré-condição da vida humana em todas suas múltiplas determinações. Deste modo, a deficiência do materialismo feuerbachiano esta em seu divórcio com a atividade, a prática e conseqüentemente a história, criando uma cisão que percebe de um lado uma relação natural e de outro uma relação social. Outro aspecto indispensável da teoria materialista marxiana e de sua compreensão dos antagonismos inerentes ao desenvolvimento da sociedade capitalista, destaca que esta separação do meio natural ao meio social acontece de maneira associada entre as análises filosóficas e o desenvolvimento das estruturas urbano-produtivas, estabelecendo a separação em dois planos distintos entre *cidade* e *campo*.

É só com o capitalismo, porém, que o antagonismo entre cidade e campo se torna plenamente desenvolvido, “a mais importante divisão entre trabalho material e mental”. De fato, “a contradição entre cidade e campo”, escrevem Marx e Engels, “só pode existir no âmbito da propriedade privada. Ela é a mais crassa expressão da sujeição do indivíduo à divisão do trabalho, a uma atividade definida à qual ele é forçado – uma sujeição que transforma um homem num animal restrito à cidade, outro num animal restrito ao campo, e recria diariamente o conflito entre os seus interesses”. Foi esta divisão, insistiram Marx e Engels, que resultou na segregação de toda a população rural de “todo intercuro mundial, e conseqüentemente de toda cultura”. Daí “a abolição da contradição entre cidade e campo ser uma das primeiras condições da vida comunal”. (FOSTER, 2010, p.168).

A partir destes pressupostos, a abordagem da questão da origem da vida na Terra a partir de uma ontologia materialista, necessariamente considera a transformação do planeta pela ação humana, que agora, mais do que nunca é uma força potente e poderia resultar em conseqüências avassaladoras. É neste sentido que se direciona seu exame à obra de Pierre J. Proudhon e aos intitulados “verdadeiros socialistas”, que

segundo esta apreciação, eles eram incapazes de compreender a dimensão assumida pelo *trabalho*, através do qual a humanidade transforma a natureza e as suas relações sociais, caracterizando-se como a real essência do processo histórico.

Para Marx e Engels, dando uma resposta ao naturalismo sentimental e espiritualista dos verdadeiros socialistas, é necessário reconhecer a “luta do homem com a natureza”, que faz parte da história humana. Os verdadeiros socialistas eliminaram as distinções sociais que separam os seres humanos dos animais, deixando ao mesmo tempo de compreender as bases humanas reais da alienação da natureza. (FOSTER, 2010, p.178).

O grande avanço realizado por Proudhon é sua investigação crítica da *propriedade privada*, exaltada como um grande avanço científico realizado por ele, por revolucionar a economia política. Entretanto, em suas considerações, as contradições e o notório antagonismo entre proletário e produção residem simplesmente na divisão do trabalho, que parecia impedir um desenvolvimento harmonioso da sociedade. Esta contradição encontrava resposta no maquinário, que seria a chave para o progresso. Este prisma, ou o *prometeísmo mecanicista*, como foi considerado, representou um grande obstáculo ao socialismo nascente que demandava uma crítica em maior escala sobre os diferentes aspectos da reificação na sociedade.

Rejeitando a prerrogativa de que o maquinário seria a “síntese”, ou a “solução” para a divisão do trabalho, Marx e Engels desenvolvem um longo e detalhado estudo sobre o maquinário e da sua relação com a produção. Este assunto será tratado no final do capítulo, tendo em vista a importância do debate para o entendimento do conceito de *tecnologia* e sua importância para a compreensão do crescimento na sociedade moderna. Tendo em vista que a tecnologia e as ideias estavam sempre mudando por serem produtos históricos e transitórios, o que deveria ser observado com maior precisão eram os métodos pelos quais a tecnologia sofria estas transformações e o sentido de seu desenvolvimento.

O exame das teses de Malthus, Feuerbach e Proudhon por parte desta teoria, analisado em Foster (2010), permitiu a conexão entre as três principais críticas da economia burguesa: análise da extração da mais-valia do produtor direto; a teoria correlata da renda fundiária capitalista; e a teoria malthusiana da população, que conectava as duas entre si. Problematizando, desta maneira, não somente o modelo de produção industrial na sociedade capitalista, mas também o padrão de evolução da agricultura característica deste tipo de sociedade.

Portanto, a questão da divisão entre *campo* e *cidade*, sintetiza a divisão mais importante entre trabalho material e imaterial, criando homens restritos a seu *locus*, excluindo a população do campo de “todo intercurso mundial, e conseqüentemente, de toda cultura” (FOSTER, 2010, p.193), enquanto à outra parcela urbana faltar-lhe-ia o bem-estar e saúde física, legada as pessoas que teriam maior acesso ao ar puro, alimentos de qualidade e assim por diante. Sobre este panorama, a necessidade da abolição desta divisão antagônica estaria no centro da transcendência à alienação da

humanidade em relação à natureza.

Assim como Marx e Engels reconheceram que as características geradoras de riqueza do capitalismo foram acompanhadas por um aumento da pobreza relativa para a maioria da população eles também entenderam que a “sujeição das forças da natureza ao homem”, havia sido acompanhada da alienação da natureza, manifestada na divisão entre cidade e campo, que eles viam como central ao capitalismo. (FOSTER, 2010, p.196).

Neste sentido, apontam alguns elementos que poderiam favorecer a superação desta contradição, como a abolição da propriedade privada, revertendo qualquer tipo de aluguel a propósitos públicos, assim como a pulverização da população pela maior área ocupável. Esta análise que parte da concepção materialista tanto da história, quanto da natureza, cria subsídio para o desenvolvimento de sua teoria amadurecida da interação entre seres humanos e natureza (mediada pelo trabalho), ou seja, sua teoria da *interação metabólica* entre natureza e sociedade.

Na economia política desenvolvida de Marx, tal como apresentada no *Capital*, o conceito de “metabolismo” (*Stoffwechsel*) foi empregado para definir o processo de trabalho como “um processo entre o homem e a natureza, um processo pelo qual o homem, através das suas próprias ações, medeia, regula e controla o metabolismo entre ele mesmo e a natureza”. Mas uma “falha (*rift*) irreparável” surgiu nesse metabolismo em decorrência das relações de produção capitalistas e da separação antagonista entre cidade e campo. Daí ser necessário, na sociedade de produtores associados, “governar o metabolismo humano com a natureza de modo racional”, que excede completamente as capacitações da sociedade burguesa. (FOSTER, 2010, 201-02).

Esta estrutura conceitual permitiu a referida crítica das três principais ênfases da economia burguesa. Suas considerações geram diversos debates, principalmente sobre a possibilidade de melhoria agrícola, tendo em vista a crescente crise da fertilidade do solo na agricultura europeia e norte-americana, no período, e os grandes avanços das ciências do solo. Esta noção de melhoria das práticas de plantio, empregadas pela análise marxista transforma a questão numa crítica ecológica da agricultura capitalista em que o cultivo inadequado e a incapacidade de reciclar dejetos orgânicos possibilitavam a criação de um “estado oposto de progressão” e até mesmo um processo de deterioração do solo.

Daí que, por volta da década de 1860, ao escrever *O Capital*, Marx já se havia convencido da natureza insustentável da agricultura capitalista graças a dois acontecimentos históricos da sua época: (1) a crescente sensação tanto europeia quanto norte-americana de crise na agricultura associada ao esgotamento da fertilidade natural do solo – uma sensação de crise que absolutamente não foi aliviada, mas sim impulsionada, pelos avanços da ciência do solo; e (2) uma guinada no trabalho do próprio Liebig em fins da década de 1850 e na década de 1860 em direção a uma forte crítica ecológica do desenvolvimento capitalista. (FOSTER, 2010, p.213).

A contradição entre o propagado modelo agrícola e a relação estabelecida com

a natureza está associada a uma crítica sistemática da exploração capitalista do solo. “Daí as duas principais discussões de Marx sobre a agricultura capitalista se encerrarem com explicações de como a indústria de larga escala e a agricultura de larga escala se conjugaram para empobrecer o solo e o trabalhador” (FOSTER, 2010, p.218).

Portanto, esta relação permite a utilização do conceito de “falha na interação metabólica”, para captar a alienação material dos seres humanos dentro da sociedade capitalista em relação às condições naturais que formaram a base da sua existência, que se intensifica com o crescimento simultâneo da indústria em larga escala e da agricultura de larga escala, uma oferecendo à outra os meios para a exploração intensiva do solo. Uma parte central da argumentação de Marx era a tese de que o caráter inerente da agricultura de larga escala no capitalismo impede uma aplicação verdadeiramente racional do manejo do solo, por ser incapaz de manter as condições necessárias à reciclagem dos elementos constitutivos do solo.

O trabalho real é a apropriação da natureza para satisfação das necessidades humanas, a atividade da qual o metabolismo entre o homem e a natureza é mediado. “Marx utilizou o conceito de metabolismo em todas as suas obras da maturidade, embora o contexto variasse” (FOSTER, 2010, p.222), assumindo tanto um significado ecológico específico, quanto um significado social mais amplo, demonstrando a complexa interdependência entre os seres humanos e a natureza, e representando um modo concreto de expressar a noção da alienação da natureza, característica da sociedade capitalista. Um componente essencial do conceito de metabolismo é a noção de que ele constitui a base que sustenta a complexa teia de interações necessárias à vida e que viabiliza o crescimento.

A dificuldade de reciclar os elementos de volta ao solo no campo ampliava os aspectos da poluição nas cidades, portanto ressalta-se necessidade de restabelecer uma conexão íntima entre a produção industrial e a agrícola, juntamente com uma distribuição mais uniforme da população por todo o país. A agricultura de grande escala apresenta grandes riscos à vida no planeta, sendo ela humana ou não.

Sob a influência dos materialistas da Antiguidade e de Darwin, Marx e Engels repudiaram a antiga concepção que havia colocado os seres humanos no centro do universo natural. Assim Engels professou “um desprezo fulminante pela exaltação idealista do homem sobre os outros animais”. Não há resquícios em Marx e Engels da redução cartesiana de animais a meras máquinas. (FOSTER, 2010, p.233).

Outro aspecto essencial na compreensão da análise ecológica marxista reside na importância dos processos colonizadores para a propagação e fortalecimento do modelo debatido. O sistema escravista transatlântico, assim como a pilhagem do mundo não capitalista representa, em termos filosóficos, a separação entre campo e cidade também reproduzida em escala mundial, pelo fato de que alguns países se tornam meros produtores agrícolas, fontes de matéria-prima para o desenvolvimento

industrial dos centros.

A descoberta do ouro e da prata na América, a extirpação, escravização e o enterro nas minas da população indígena desse continente, os primórdios da conquista e saque da Índia e a conversão da África numa reserva para a caça comercial de negros são, todas, coisas que caracterizam o alvorecer da era da produção capitalista. Estes comportamentos idílicos são os principais momentos da acumulação primitiva. (FOSTER, 2010, p.241 *apud* MARX, Manifesto Comunista).

Deste modo, em um sistema artificial do capital, a busca por valores de troca (resultantes do lucro) supera a própria satisfação das necessidades genuínas, naturais, que constituem o objeto da produção. As mudanças tecnológicas representam um elemento importante deste processo, tendo em vista que o próprio transcurso de expansão das forças produtivas, como a “descoberta” das Américas, são fruto do desenvolvimento tecnológico e seu impacto no mundo.

Como colocado por Nathan Rosenberg (2006), economista norte-americano especializado na história da tecnologia que dedicou um capítulo inteiro de sua obra: *Por dentro da Caixa Preta* à Marx, pode-se perceber esta relação primeiramente a partir do ritmo das mudanças tecnológicas, seguindo para as forças que influenciam sua direção, a rapidez com que novas tecnologias se difundiram e o impacto da mudança tecnológica sobre o crescimento da produtividade. Seu argumento é de que “uma tomada de decisão racional sobre a adoção de uma inovação requer cuidadosa consideração do que se espera do ritmo futuro da inovação tecnológica” (ROSENBERG, 2006, p.10). Ou seja, refletir acerca das forças de mercado na conformação tanto do *ritmo* quanto da *direção* das atividades inovadoras, visto que o progresso técnico é inseparável da história da própria civilização, na medida em que trata dos esforços para aumentar a produtividade sobre uma gama extremamente diversificada de condições ambientais.

Um problema central ao se examinar o progresso técnico, e que torna difícil até mesmo defini-lo ou caracterizá-lo de pronto, é que ele assume muitas formas diferentes. Isso porque o progresso técnico não é uma coisa, mas muitas coisas. Talvez o mais profícuo denominador comum subjacente a essa multiplicidade de formas seja o fato de o progresso técnico compreender certos tipos de conhecimento que tornam possível produzir, a partir de uma dada quantidade de recursos, (1) um maior volume de produto ou (2) um produto *qualitativamente superior*. (ROSENBERG, 2006, p.18).

De início, define a inovação de forma mais ampla, como o deslocamento de uma função de produção, para compreender o ritmo do progresso e seu dinamismo, que está diretamente associado à emergência histórica das instituições capitalistas, em que o crescimento rápido e continuado requer o desenvolvimento de novos produtos e de *novos ramos industriais*. Estas instituições e incentivos, criados por este mesmo sistema, são especialmente poderosos para acelerar tanto a mudança tecnológica quanto para intensificar a acumulação capitalista. O autor considera as aproximações

de Marx um modo de análise muito mais rico por ser um modo que enfatiza as interações e reações mútuas entre tecnologia e economia ao invés de postular uma cadeia causal unidirecional para tal (ROSENBERG, 2006, p. 69-70).

A indústria moderna estabeleceu o mercado mundial, que proporcionou um imenso desenvolvimento no comércio, que por sua vez, repercutiu na ampliação da indústria e conseqüentemente em semelhante proporção o desenvolvimento da burguesia, que aumentou seu capital. Deste modo, pode-se dizer que o ritmo básico da história humana é resultado desta interação dialética entre as forças sociais e suas relações produtivas, sendo a tecnologia aquilo que media à relação entre o homem e o mundo exterior, a partir do trabalho. Uma operação intrinsecamente humana, em que este entra em um ato de autotransformação e autorrealização durante o processo, ou seja, ao modificar a natureza modifica também sua própria natureza, o que atribui tamanha importância aos fenômenos do pensamento e da subjetividade.

O desenvolvimento da maquinaria, fruto da relação entre ciência e tecnologia, voltou-se desde o seu princípio ao incremento sobre o setor de bens de capital, com a finalidade de poupar trabalho humano e tonificar a exploração, portanto:

[...] dentro desse quadro se pode então examinar como o processo produtivo deu forma, no passado, ao desenvolvimento das habilidades e do conhecimento científico e tecnológicos. Estamos, portanto, em condição de explorar o processo social de formulação dos problemas e de sua eventual solução. (ROSENBERG, 2006, p.88).

Outro problema pode ser destacado com relação à distribuição da produção e o seu consumo. A logística da distribuição monopolizada, em âmbitos internacional e nacional por cartéis, encontra-se centrada na obtenção do lucro, gerando não somente custos adicionais de transporte, mas também a deterioração de mercadorias, desperdício e o seu descarte quando não convém destiná-la ao consumidor final. Por outro lado, o fetiche provocado pelas mercadorias é intensificado com estratégias abusivas de marketing, alimentando o consumo exacerbado e predatório.

Tais colocações favorecem a compreensão da maneira pela qual se desenvolve o cenário em que se percebem os problemas sociais, de que maneira é sugerido a sua solução, e de que forma estas soluções são justificadas e propagadas nos meios econômicos convencionais. Assim, conclui-se que a tecnologia em si mesma só recebe sentido de acordo com a maneira com a qual ela é empregada e a qual finalidade ela segue, assim sendo, ela pode apresentar resultados notórios para a melhora na qualidade de vida humana, em geral, mas também, e como parece ter sido o sentido histórico da mesma nos últimos séculos, para aumentar a exploração humana entre si mesma e sobre a natureza.

CONTRIBUIÇÕES DA PERSPECTIVA BIOECONÔMICA E TERMODINÂMICA

A discussão sobre o desenvolvimento da economia a partir dos avanços

tecnológicos e novos mecanismos de trabalho, admite que o processo histórico do desenvolvimento da capacidade produtiva, com o processo de urbanização e industrialização das sociedades europeias gerou uma cisão importantíssima para a compreensão dos problemas ambientais, ou seja, a divisão entre cidade e campo. Esta desencadeia outros tipos de cisão, e talvez a mais importante, entre *trabalho concreto e trabalho abstrato*.

Considerando a complexidade deste processo, e como já discutido, a necessidade de considerar abordagens de diversas áreas do conhecimento para uma crítica efetiva considera-se indispensável uma abordagem em relação a economia burguesa que pautasse em pressupostos físicos e biológicos. Desta forma, as considerações de Nicholas Georgescu-Roegen (1906-1994), proeminente matemático que dedicou seus estudos à economia e os impactos da ação humana sobre o globo terrestre, advertem sobre a necessidade de outro ponto de vista sobre a ecologia, considera o subsídio da teoria termodinâmica, com destaque à Lei da Entropia, para realizar um diagnóstico de que a economia neoclássica passa a utilizar as hipóteses da física mecânica, mesmo depois desta ter perdido a supremacia em física e a preponderância no mundo filosófico.

A epistemologia mecanicista deveria ser superada do ponto de vista da avaliação econômica, principalmente por representar os fenômenos como diagramas circulares e sistemas fechados. Deste modo, entende a produção e o consumo como um circuito que se encerra em si, o que para Georgescu-Roegen (2012) deveria ser revisto na literatura econômica ortodoxa, que valoriza muito pouco a contínua interação complexa entre o processo econômico e o meio ambiente, isto é: “toda a história da humanidade prova, incontestavelmente, que a natureza também tem um papel importante no processo econômico e na formação do valor econômico” (GEORGESCU-ROEGEN, 2012, p.56). Assim, do ponto de vista estritamente físico existe uma diferença entre o que é absorvido no processo econômico e o que dele sai, e essa diferença só pode ser qualitativa.

Os fundamentos propostos pela física termodinâmica nos demonstram que “a matéria-energia absorvida pelo processo econômico o é num estado de *baixa entropia* e sai num estado de *alta entropia*” (GEORGESCU-ROEGEN, 2012, p.57), ou seja, estados de energia qualitativamente diferentes, sendo a primeira energia utilizável (livre), sobre a qual o homem pode exercer domínio quase completo, e a segunda energia não utilizável (ou presa), que o homem não pode absolutamente manipular por encontrar-se caoticamente dissipada.

A distinção entre energia livre e energia presa é indubitavelmente antropomórfica. Mas esse fato não deveria, aliás, intrigar mais os que estudam o homem do que os que estudam a matéria na sua forma mais simples. Todo elemento pelo qual o homem procura entrar mentalmente em contato com a realidade não pode ser senão antropomórfico. Ocorre que somente o caso da termodinâmica é mais marcante. Porque foi exatamente a distinção econômica entre as coisas que tem valor econômico e os resíduos que sugeriu a distinção termodinâmica, e não o contrário. Na verdade a ciência da termodinâmica originou-se de uma dissertação

na qual o engenheiro francês Sadi Carnot estudou, pela primeira vez, a economia das máquinas a combustão. A termodinâmica teve seu início, portanto, como uma física do valor econômico, e assim permaneceu, apesar das numerosas contribuições posteriores de natureza mais abstrata. (GEORGESCU-ROEGEN, 2012, p.59).

A partir do pressuposto de que a entropia, ou a quantidade de energia presa de um sistema fechado, aumenta constantemente conforme se amplia a produção, conclui-se que o equilíbrio termodinâmico do planeta é afetado por este processo, desencadeando, desta forma, um movimento que transforma ordem em desordem continuamente neste sistema. Assim, “em termos de entropia, o custo de todo empreendimento biológico ou econômico é sempre maior do que o produto. Em termos de entropia, tais atividades se traduzem necessariamente por um déficit.” (GEORGESCU-ROEGEN, 2012, p.62).

A noção de “déficit” em qualquer empreendimento econômico ajuda-nos a vislumbrar o *acesso* a essa energia presa como um tema de primordial importância, tendo em vista que o verdadeiro produto do processo econômico, em geral, não é basicamente o fluxo material de produtos e resíduos gerados, mas o fluxo imaterial, ou seja, *a alegria de viver*. Diversos itens de consumo, que são comumente associados às “necessidades” são, em realidade, amplamente maleáveis e em boa parte construídas social e subjetivamente.

A energia livre, pela qual providenciamos acesso, se divide em duas formas: o *estoque* depositado nas entranhas do planeta, e o *fluxo* dos raios solares interceptados pela Terra. Não há como ter controle sobre o fluxo de energia solar que incidirá sobre o planeta, sua quantidade ou intensidade, embora se tenha maior domínio sobre a dotação terrestre.

A esse respeito, nada é mais esclarecedor do que a luta entrópica do homem durante os últimos duzentos anos. Por um lado, em virtude do progresso espetacular da ciência, o homem chegou a um nível quase miraculoso de desenvolvimento econômico. Por outro lado, esse desenvolvimento obrigou o homem a levar a sua retirada de recursos terrestres a um grau assombroso, como atestam as prospecções em alto-mar. Ele manteve também um crescimento demográfico que intensificou a luta pelo alimento, cuja pressão atinge, em determinadas regiões, índices críticos. (GEORGESCU-ROEGEN, 2012, p.67).

Como reflexo do desenvolvimento direcionado à extração da energia presa no planeta, temos o aumento da poluição e dos resíduos, a exemplo dos recursos naturais que não são levados em conta como uma função de produção padrão. Os resíduos constituem um fenômeno físico geralmente nocivo a uma forma de vida ou outra. Deterioram continuamente o meio ambiente de várias maneiras: quimicamente, com o caso do mercúrio e as poluições ácidas; nuclearmente, com os detritos radioativos; e fisicamente, com em lugares que se expandem as minas a céu e o acúmulo de gás carbônico na atmosfera.

Na atualidade, sobretudo em países “subdesenvolvidos”, ou “em desenvolvimento”, como é o caso brasileiro, o avanço de projetos para produção de novas formas de

extrair energia, sendo ela mineral ou hídrica tem sido tema de diversos estudos, atenuadamente após a aprovação do projeto da Hidrelétrica de Belo Monte no estado do Pará, que pode vir a ocasionar algumas das maiores catástrofes ecológicas dos últimos tempos no país, sobretudo pela perda da biodiversidade regional como resultado do alagamento de grandes áreas.

No caso brasileiro, encontra-se uma proporção substancial de recursos facilmente acessíveis. O que a história da economia nos demonstra, como fato bastante elementar, é que os grandes saltos no progresso tecnológico foram desencadeados pela descoberta do domínio de uma nova forma de energia acessível. Portanto, não seria o momento de buscarmos modelos alternativos ao propagado pelo *main stream* econômico ao invés de seguir o mesmo padrão? E ter em vista que:

Os sistemas e os planos econômicos sempre foram avaliados em conformidade somente com sua capacidade de sustentar um alto índice de crescimento econômico. Todos os planos econômicos, sem exceção, visaram ao crescimento econômico mais elevado possível. Não há plano, até na própria teoria do desenvolvimento econômico, que não esteja solidamente amarrado aos modelos de crescimento exponencial. (GEORGESCU-ROEGEN, 2012, p.108).

Este crescimento exponencial propalado pela economia ortodoxa e amplamente defendido pelos Estados e instituições públicas, em geral não está preocupado com a condição de vida da maioria da população ou com as reais necessidades implicadas na vida diária das pessoas, seu maior interesse, assim como destacado anteriormente, é o lucro. Contrapondo esta posição, uma análise do desenvolvimento humano a partir de pressupostos biológicos ajuda a compreender a maneira como as diferentes espécies utilizam seus diferentes recursos, e o que possibilitou aos seres humanos uma preponderância em relação às outras formas de vida.

Do ponto de vista da bioeconomia, que indica essa relação, todas as espécies utilizam seus instrumentos endossomáticos (termo proposto por Alfred Lotka para designar as pernas, garras, asas etc.), dos quais os organismos individuais são dotados ao nascer. Entretanto, “somente então a evolução humana transcendeu os limites biológicos para incluir, também (e mesmo em primeiro lugar), a evolução de instrumentos exossomáticos, isto é, produzidos pelo homem, mas que não pertenciam ao seu corpo” (GEORGESCU-ROEGEN, 2012, p.115).

Esta evolução *sui generis* imprimiu na espécie humana duas transformações fundamentais e irreversíveis, sendo elas: um conflito social irreduzível e uma dependência crescente em relação aos instrumentos exossomáticos. O ser humano apresenta, por esta distinção, problemas totalmente diferentes das outras espécies, por ser não somente biológico e nem unicamente econômico, mas *bioeconômico*.

Segundo este ponto de vista, “nada existe de mais feroz na natureza do que a competição do homem pela energia (em sua forma primária ou na de seus subprodutos). O homem não se desviou um mínimo que seja da lei da selva; se fez alguma coisa, foi torná-la mais cruel com seus instrumentos exossomáticos aperfeiçoados.”

(GEORGESCU-ROEGEN, 2012, p.121). Ao conceber-se a produção da vida material neste sentido atribui-se uma função central à *técnica*, ou em outras palavras, como os instrumentos exossomáticos têm afetado o restante do mundo biológico.

A agricultura moderna, tema debatido por ambas correntes de pensamento tratadas, representa um problema de primeira ordem na sociedade brasileira, no que se refere aos problemas referentes à necessidade humana de encontrar mais energia. Segundo Georgescu-Roegen (2012), a agricultura moderna é pautada na utilização de diversos insumos, sejam eles maquinaria apurada ou seus fertilizantes variados, e efetua um grande desperdício de energia, exercendo uma pressão contínua sobre a população terrestre. As operações, para transformar energia solar e nutrientes em alimento, constituem o principal problema para o destino da espécie humana, e neste sentido:

[...] a mecanização da agricultura é uma solução que, embora inevitável no impasse atual, deve ser considerada, a longo prazo antieconômica. Ela ocasiona, para a existência biológica do homem, uma dependência cada vez maior em relação à fonte de baixa entropia mais escassa. Apresenta também o risco de levar o homem a um beco sem saída em razão da possível extinção de algumas espécies biológicas associadas à cultura orgânica. (GEORGESCU-ROEGEN, 2012, p.68).

Assim, a utilização econômica do estoque de baixa entropia não se limita unicamente à mecanização da agricultura, mas também ao interesse da espécie humana em sua totalidade, e deste modo deve ser abordada da forma mais sensata e racional, evitando as diferentes formas de mitos que são usualmente defendidos no âmbito empresarial, e mesmo educacional e acadêmico. Alguns destes mitos ajudam no esclarecimento sobre o tema, assim como na compreensão da dificuldade em apresentar-se uma abordagem séria das ações humanas sobre o dote de baixa entropia do planeta.

Um destes mitos, talvez o mais preocupante, é o de que o homem se eleva a todos os outros seres vivos, e de que no mundo econômico (estritamente humano), uma vez que os acontecimentos que modificam a estrutura desaparecem, esta sempre retorna às condições iniciais. Este primeiro mito funda uma sequência de concepções que, em cadeia, vão fantasiando uma análise comprometida com a realidade.

Outro mito que poderia ser destacado é o de que a humanidade sempre consegue encontrar novas fontes de energia e novos meios de subjugar-la. Esta visão, um tanto presunçosa da capacidade cognitiva humana, não aceita nossa condição enquanto espécie, que também está sujeita irrevogavelmente à extinção, como qualquer outra no globo.

Segundo estas considerações, desenvolvidas durante o texto, pode-se afirmar que assinalar o processo econômico a um modelo mecânico é admitir o mito segundo o qual a economia não tem de modo algum a possibilidade de interferir no meio ambiente composto por matéria e energia, visto que a mecânica não reconhece a mudança qualitativa, mas apenas o deslocamento no espaço em que todo processo

pode ser invertido, como num pêndulo, enquanto o movimento dos fenômenos reais tem uma direção definida e acarreta mudanças apreciáveis. Esse é o ensinamento da termodinâmica, e “para o nosso propósito imediato, podemos satisfazer-nos com a simples definição da entropia como um índice da quantidade de energia não utilizável contida num dado sistema termodinâmico num determinado momento da sua evolução” (GEORGESCU-ROEGEN, 2012, p.81), superando, portanto, uma perspectiva a-histórica de reversibilidade.

A Lei da Entropia é a única que reconhece a distinção qualitativa entre os *inputs* dos recursos de valor (baixa entropia) e os *outputs* finais de resíduos sem valor (alta entropia), e o paradoxo suscitado por esta reflexão é que todo processo econômico consiste em transformar matéria e energia em *valor* e *resíduos*. Todos os organismos vivos aceleram a marcha da entropia, e nesta escala o homem ocupa a mais alta posição, sendo responsável por todos os problemas ambientais registrados.

Deste modo, a opinião pública deve valorizar mais os organismos vivos que tornam mais lenta a degradação entrópica, como por exemplo, as plantas verdes que armazenam uma parte da luz solar que se assim não fora, dissipar-se-ia imediatamente em calor, ou seja, em alta entropia. Talvez dessas novas relações entre o conhecimento humano e seu sentido surja formas de produção alimentícia, e de vida, superiores às de hoje, antes que parte da energia terrestre se torne tão difusa que não possamos mais utilizá-la.

Assim sendo, afirma-se que a economia necessariamente deve ser absorvida pela ecologia, tendo em vista que o domínio que esta segunda abrange é muito maior, pensando a qualidade de vida que terão as gerações futuras, com uma capacidade de baixa entropia muito inferior e os reflexos da alta de resíduos no espaço muito mais atenuante, trazendo a premissa de que é necessário mudar o sentido do desenvolvimento ou aguardar o desaparecimento da espécie. Portanto, “temos um único meio de proteger as gerações futuras, pelo menos do consumo excessivo dos recursos enquanto os temos em abundância. É nos *reeducarmos*, a fim de ter um pouco de simpatia pelos seres humanos *futuros*, da mesma forma que nos preocupamos com o bem-estar de nosso ‘próximo’ contemporâneo.” (GEORGESCU-ROEGEN, 2012, p.130).

CONCLUSÕES PRELIMINARES

Como argumentou Andrei Cechin (2010), professor adjunto do departamento de economia da Universidade Nacional de Brasília (UnB) e estudioso da obra de Georgescu-Roegen, “A natureza é a única limitante do processo econômico” (CECHIN, 2010, p.13), e esta limitação se manifesta de diversas formas, seja pelo já tratado acesso às formas de energia, as diversas manifestações resultantes do acúmulo de resíduos, seja por meio das mudanças climáticas provenientes do aumento do efeito estufa, ou ainda pelo aumento significativo do plástico nos oceanos.

Argumenta também que algumas das pistas deixadas por Georgescu-Roegen (assim como seu notável isolamento no meio científico), como a ideia de decrescimento dos sistemas econômicos e a sustentabilidade ambiental no desenvolvimento, possam ajudar a entender uma possível revolução na ciência, talvez a primeira grande mudança de paradigma na economia formal.

Portanto, uma visão associada entre ambas correntes de pensamento pode contribuir para a construção de teorias econômicas e educacionais mais concentradas no problema da permanência humana na Terra. Assim, nesta última etapa do capítulo elencaremos alguns dos elementos principais nas obras mencionadas, destacando de que modo essa compreensão pode favorecer o estudo das ciências sociais e econômicas, modificando alguns pressupostos na análise e propondo uma nova epistemologia na abordagem dos problemas relativos à exploração e à sustentabilidade.

Segundo a apreciação da obra marxista, entende-se que a produção pode ser concebida filosoficamente como a maneira que os homens expressam sua vida, o que eles são coincide, portanto, com sua produção, tanto com o que produzem, quanto como produzem. O trabalho é o meio através do qual a humanidade transforma a natureza e suas relações sociais. Na sociedade capitalista, percebe-se uma cisão entre as formas de trabalho material e imaterial, refletida, sobretudo, na contradição entre cidade e campo.

Partindo destes pressupostos, nota-se a necessidade da abolição desta divisão antagônica, que estaria no centro de uma transcendência à alienação da humanidade em relação à natureza. Esta alienação se manifesta de diferentes maneiras, mas tem sua principal característica no distanciamento do homem em relação à natureza, que se expressa com a não identificação deste com seus meios de trabalho e nem com o produto de seu trabalho, afastando-o como consequência final da sua condição enquanto ser humano *genérico*, ou seja, um dentro de uma espécie e sujeito à vida em sociedade. Esse paradigma ajuda a compreender, não somente a necessidade de construirmos novos ramos industriais, mas novos mecanismos para lidar com o processo de trabalho e suas relações nas construções subjetivas.

Este ponto, partindo de vista de uma análise social, somada à percepção da física aplicada, em que toda ação produtiva gera necessariamente valores e resíduos, favorece a compreensão dos novos fenômenos da poluição atmosférica, da contaminação das bacias hidrográficas, e do desmatamento entre tantos outros, percebendo que: “Não é possível passar da escala individual tratada pela teoria neoclássica para a escala da espécie humana, e do horizonte temporal pertinente ao indivíduo para o horizonte pertinente à espécie humana sem mudar o arcabouço conceitual.” (CECHIN, 2010, p.138).

Esta mudança de arcabouço teórico encontra na perspectiva de Georgescu-Roegen os elementos que demonstram como todas as transformações e transações econômicas criadoras de valor são irreversíveis, e que todas as transformações e transações econômicas reduzem entropia localmente dentro do sistema econômico,

enquanto aumentam a entropia globalmente.

O individualismo metodológico da teoria do consumidor neoclássica ignora sistematicamente a natureza hierárquica dos sistemas sociais e ecológicos. Uma das maiores falhas da teoria neoclássica é tratar todo valor como valor de troca no mercado, ignorando a base biológica da existência humana. Para essa teoria, as necessidades biológicas são indistinguíveis das mercadorias que o consumidor escolhe. Todavia, as pessoas não querem necessariamente substituir um objeto de utilidade por outro. As observações do dia a dia mostram que o pão não pode evitar que alguém morra de sede e que morar num palácio luxuoso não pode substituir a comida. (CECHIN, 2010, p.153).

Desta maneira, ao conceber os seres humanos como parte dos sistemas complexos que envolvem a existência no planeta, necessariamente deve-se pensar na coevolução entre as múltiplas espécies e a nossa, encontrando formas mais sustentáveis de vida, que talvez estejam relacionadas a uma maior valorização das plantas verdes que são, pelo que as análises têm nos indicado, as únicas formas de vida capazes de reverter o processo entrópico. Neste sentido, destacam-se os proeminentes estudos em *agroecologia* que têm ganhado seguidores nos últimos anos e uma força implacável no Brasil, sobretudo posteriores ao envolvimento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra.

A *agroecologia*, que infelizmente não poderá ser mais bem tratada devido ao espaço destinado à discussão, representa um conjunto de técnicas e tecnologias que procura estabelecer relações duradouras com os territórios, e encontra nas práticas *agroflorestais*, em que os alimentos são plantados utilizando-se da mutualidade positiva nos sistemas de plantio e que as florestas representam grande parte das áreas cultiváveis, ou na *agricultura sintrópica*, que enfatiza a necessidade de retornar os dejetos ao solo assim que realizado os processos de poda, podem indicar um caminho diverso do que tem sido privilegiado pelo meio científico convencional e altamente aplicado nas lavouras brasileiras.

Outro aspecto que poderia ser trabalhado conjuntamente à agroecologia são os novos mecanismos de trabalho, tendo em vista que não adianta modificarmos a exploração que é feita da natureza sem realizamos transformações em todo o conjunto que engloba a produção. Portanto, para compreender-se a questão educacional brasileira em sua relação com o desenvolvimento econômico, destaca-se a necessidade de uma melhor apreciação histórica do processo produtivo, a distribuição dos espaços geográficos, assim como os principais paradigmas que permeiam o debate sobre o crescimento no país e suas implicações para a formação da cultura brasileira em geral e da subjetividade juvenil em especial.

REFERÊNCIAS

CECHIN, Andrei. *A natureza como limite da economia: a contribuição de Nicholas Georgescu-Roegen*. - São Paulo: Editora Senac São Paulo/Edusp, 2010.

FOSTER, John Bellamy. *A ecologia de Marx: materialismo e natureza*. Tradução de Teresa Machado. - 2ª ed. - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

GEORGESCU-ROEGEN, Nicholas. *O decrescimento: entropia, ecologia, economia*. Apresentação a organização Jacques Grinevald, Ivo Rens; Tradução Maria José Perilla Isaac. - São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2012.

ROSENBERG, Nathan, 1927 – *Por dentro da caixa-preta: tecnologia e economia* / Nathan Rosenberg; tradutor: José Emílio Maiorino. - Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2006.

RELIGIÃO E DEMONIZAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NAS ESCOLAS PÚBLICAS DO OESTE PAULISTA (2000 – 2016)

Carlos Eduardo Marotta Peters

Centro Universitário Toledo

Araçatuba – SP

Fundação Educacional de Penápolis

Penápolis – SP

RESUMO: O trabalho problematiza a inserção de discursos religiosos nas escolas públicas paulistas. Analisa principalmente a construção da imagem negativa do *outro* em sala de aula, com a utilização de estereótipos e a identificação de supostos *inimigos da fé*, como homossexuais, feministas, artistas e, principalmente, cientistas sociais. O foco são as representações sobre os movimentos sociais produzidas por diversos textos de teor religioso. Esses textos reproduzem e produzem imagens negativas dos movimentos sociais, apresentados como *diabólicos* e atrelados a valores e discursos *comunistas*. O termo comunista, em tais representações, é polissêmico. Como fundamentação teórica, foram utilizados conceitos extraídos da Nova História Cultural, como *imaginário* e *representação social*, bem como o conceito sociológico de *campo religioso*, proposto por Pierre Bourdieu. A base documental da pesquisa é composta por textos de conteúdo religioso, distribuídos e discutidos nas escolas por professores oriundos de diversas igrejas e pelos trabalhos realizados pelos alunos a partir

da leitura de tais textos.

PALAVRAS-CHAVE: Escola Pública. Religião. Representações Sociais. Movimentos Sociais.

ABSTRACT: The work problematizes the insertion of religious discourses in public schools in the state of São Paulo. It mainly analyses the construction of negative images of the other in the classroom, with the use of stereotypes and the identification of alleged enemies of the faith, such as homosexuals, feminists, artists and, specially, social scientists. The focus is the representation about the social movements produced by various texts of religious content. These texts reproduce and produce negative images of social movements, presented as *diabolical* and linked to communist values and discourses. The term communist, in such representations, is polysemic. As a theoretical foundation, concepts extracted from the New Cultural History were used, such as imaginary and social representation, as well as the sociological concept of religious field, proposed by Pierre Bourdieu. The documentary basis of the research is composed of texts of religious content, distributed and discussed in schools by teachers from different churches and by the work performed by the students from the reading of such texts.

KEYWORDS: Public School. Religion. Social Representation. Social Movements.

1 | INTRODUÇÃO

Em 1999, ingressei no magistério público. Atuei em uma escola estadual da cidade de Penápolis – SP até 2008. Em minha carreira de docente e pesquisador, procurei analisar como profissionais do ensino selecionavam conteúdos, metodologias e valores morais a serem inseridos no processo de ensino-aprendizagem. No decorrer do tempo, percebi que tais escolhas evocavam como inspiração princípios liberais e democráticos, expressos nos parâmetros curriculares e construídos com base em certo conceito de cidadania. Contudo, a noção de cidadania dos profissionais do ensino era polissêmica. Minhas pesquisas levaram à conclusão que parte significativa dos docentes produzia uma ação pedagógica calcada em conteúdos e valores retirados de suas crenças religiosas. Muitos deles legitimavam seu proselitismo a partir da menção à liberdade de culto garantida pela Constituição de 1988.

A percepção de que havia proselitismo religioso nas escolas levou-me a buscar explicações para esse fenômeno nos estudos históricos, sociológicos e antropológicos sobre educação e religião. O foco de minhas reflexões passou a ser exatamente a questão da inserção do discurso religioso nas escolas públicas, ainda que considerasse também a penetração nas instituições políticas. Considerei que o tema era de suma importância para o entendimento das complexas transformações por que passava o Brasil. O tema é pertinente porque a ação pedagógica é fundamental no processo de reprodução de certo arbitrário cultural, portanto de formação de representações de mundo que fornecem a base para a ação social dos indivíduos.

Decidi que seria mais pertinente um trabalho com um número reduzido de unidades escolares. Pensava que certo recorte permitiria um levantamento de fontes mais criterioso. Resolvi focar nas escolas estaduais situadas em Penápolis: CEFAM, EE Profa Luiza M. B. Nory, EE Augusto Pereira de Moraes, EE Professora Ester Eunice, EE Adelino Peters, EE Professora Yone Dias de Aguiar, EE Carlos Sampaio Filho e EE Luiz Crisóstomo de Oliveira. A base documental da pesquisa foi formada por textos de teor religioso distribuídos pelos professores. Tais textos balizaram as discussões acerca de diversos temas no decorrer das aulas. Esses textos, em sua maioria produzidos por membros de igrejas pentecostais e neopentecostais, não faziam parte do material didático das disciplinas ministradas, mas serviam de parâmetro para a compreensão da realidade social, econômica, política e cultural do Brasil e do mundo. Professores de diversas matérias lançaram mão do proselitismo no interior das escolas públicas. As discussões que realizaram em sala de aula não ficaram circunscritas às suas especialidades.

A pesquisa resultou em minha tese de doutorado (PETERS, 2010), apresentada à Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus de Assis. O presente trabalho é um desdobramento e aprofundamento das reflexões contidas na tese. Ele analisa as representações dos movimentos sociais presentes nos textos religiosos. Os textos foram inseridos no universo escolar sem necessariamente constarem dos projetos

pedagógicos das escolas ou da LDB. Fazem parte de uma estratégia de conversão criada no âmbito das igrejas às quais os professores pertenciam.

O trabalho é inspirado nas reflexões da História Cultural. Utiliza como base o conceito de *representação*. As *representações* são capazes de substituir a realidade que representam; constroem um mundo paralelo de sinais no qual as pessoas vivem. Mobilizam pessoas e grupos sociais e produzem reconhecimento e legitimidade social, inserindo-se em regimes de verossimilhança e de credibilidade. São matrizes geradoras de condutas e práticas sociais (PESAVENTO, 2005). Criam imaginários, que são conjuntos de representações que dão ao mundo um sentido ontológico. Os imaginários são históricos, comportam crenças, mitos, ideologias, conceitos, valores. São universos de significação que constroem identidades e exclusões. Servem para hierarquizar, dividir, produzindo coesão e conflito (PESAVENTO, 2005, p. 23).

Os diversos grupos sociais constroem leituras de mundo diferenciadas. Os grupos que são bem sucedidos em legitimar seus discursos e práticas adquirem poder simbólico para impor certa leitura do real. O conceito de *representação* permite que se entenda a realidade como um campo de forças para se definir o que é real (BOURDIEU, 1989).

O campo religioso brasileiro passou por diversas mudanças no século XX, século de intensa modernização. Essas mudanças foram analisadas por sociólogos, historiadores e antropólogos. Desde pelo menos a década de 1950, o estudo das transformações religiosas faz parte do universo de pesquisa de diversos autores. Um dos pioneiros a analisar a questão foi Cândido Procópio Ferreira de Camargo. Desde a obra desse pioneiro, podemos dizer que boa parte da sociologia da religião produzida no Brasil é, na verdade, a análise do declínio do catolicismo, a grande religião tradicional do país. Maria Lúcia Montes, no artigo *As figuras do sagrado: entre o público e o privado* (1998), discute o deslocamento que sofreu a *economia do simbólico* nos últimos tempos, passando para o âmbito privado, espaço de interiorização das novas modalidades religiosas. A autora faz um amplo mapeamento do campo religioso brasileiro, discutindo as causas dessa crise do catolicismo tradicional e a ascensão do espiritismo kardecista, da umbanda, do candomblé e, principalmente, das igrejas neopentecostais.

As disputas pelo monopólio do sagrado ficaram mais acirradas após o advento da República e o consequente estabelecimento da liberdade de culto. Na virada para o século XXI, os grupos religiosos que mais cresceram foram os protestantes neopentecostais, que passaram a atuar de forma incisiva na busca de novos fiéis, utilizando os meios de comunicação de massa, a política e a educação como base para seu proselitismo. Meu trabalho busca entender quais discursos religiosos foram inseridos nas escolas públicas e que representações eles produziram acerca dos movimentos sociais.

As fontes elencadas demonstraram que a oposição entre caos e ordem está presente em quase todos os argumentos utilizados pelos professores religiosos. O

mundo profano e os valores da modernidade, bem como as religiões opositoras na disputa pelo monopólio do sagrado, são demonizados, representados com diversos nomes que remetem à ideia de caos e desordem. Por outro lado, a ação evangelizadora dos professores e de suas igrejas aparece como um processo de ordenação do caos, criação da ordem e do mundo. Nessas representações do mundo, existe recorrência às metáforas da guerra e da doença.

No que se refere à metáfora da guerra, o mundo é representado como caótico e palco de uma luta cósmica entre o bem e o mal. O papel do professor e da escola é entendido sob tal perspectiva. A ação pedagógica é referida como *uma luta contra o mal, um combate pela luz, uma grande batalha contra o Diabo* etc. Em todos os textos ancorados em tal metáfora, há um chamado à ação; chamado que se diz *necessário, urgente e indiscutível*. Não haveria espaço, na pregação religiosa, para indecisões ou posturas conciliadoras. Na ação realizada no *campo avançado* da instituição escolar não haveria lugar para *ecumenismos* ou *relativismos*, representados como tentativas do inimigo de conseguir tempo para reunir forças.

De acordo com um dos textos usados para discussão em sala de aula, enquanto se fala em ecumenismo e tolerância, os agentes do diabo se articulam e usam as leis em seu favor. O texto afirma que aqueles que pregam a aceitação da diversidade estão sem saber defendendo bandidos, prostitutas, gays, pedófilos e todo tipo de gente que o *diabo* manipularia. O combate pela verdade seria o combate por Deus. De acordo com essa leitura, o professor cristão não poderia *jogar nos dois times* (SOLDADOS, 2003, p. 1). Esse posicionamento levou boa parte do professorado a adotar posturas contrárias à tolerância religiosa e aos debates propostos em diversas disciplinas acerca da questão da alteridade e dos direitos civis e sociais.

2 | OS ARTÍFICES DA CONSPIRAÇÃO

A análise das fontes permitiu identificar um imaginário que perpassa a maioria dos discursos produzidos pelos professores na escola. A metáfora da guerra é a matriz das representações da ação pedagógica calcada em valores religiosos. O imaginário que se produz a partir dela é baseado em certo mito político; o mito da conspiração, que identifica na sociedade, pessoas e organizações responsáveis por um complô contra a ordem social, moral e religiosa. Diversos autores afirmam que o imaginário é uma teia de sentidos que dá base para a construção de referentes sociais. Os mitos e as mitologias políticas receberam um tratamento histórico na obra de Raoul Girardet. Ele aponta as semelhanças de tais mitos com aqueles de caráter religioso. Girardet (1987, p. 13) entende o mito político como uma fabulação, deformação ou interpretação objetivamente recusável do real. Mas que exerce também uma função explicativa, fornecendo certo número de chaves para a compreensão do presente, constituindo uma criptografia através da qual pode parecer ordenar-se o caos desconcertante dos

fatos e dos acontecimentos. Segundo ele, esse papel de explicação se desdobra em um papel de mobilização.

A discussão teórica acerca do caráter mobilizador do mito (e da consequente fabricação do *outro* nas disputas inerentes aos campos sociais) está presente na obra de autores como Pierre Bourdieu, para quem os mitos são um produto coletivo e coletivamente apropriado. O autor discute principalmente os mitos educacionais responsáveis pela criação de uma ideia de educação não-repressiva, Mircea Eliade (1994) e Ernest Cassirer (1992), que dedica uma obra aos mitos do Estado. Este último pretende mostrar a construção dos mitos políticos modernos. Considera que os mitos políticos contemporâneos não possuem nenhuma característica completamente nova. Carlo Ginzburg (1989) também analisa o mito político. Ele se ocupa da análise da mitologia germânica e do nazismo por meio da obra de Georges Dumézil sobre mitos e deuses germânicos. Mostra que houve uma continuidade entre o passado e o presente no que se refere à ressignificação dos mitos germânicos nas orientações políticas, militares e culturais do Terceiro Reich. Ginzburg tem muito a contribuir com a discussão sobre os mitos. Em suas obras, ele busca explicar historicamente as releituras míticas e rituais possíveis no interior de uma formação social determinada.

O mito da conspiração não é prioritariamente político. No campo religioso é comum encontrarmos, em diversos contextos, representações de um mundo assolado por inimigos insidiosos e temíveis. Basta, para recuarmos até a gênese do mundo moderno, uma análise das hagiografias e tratados teológicos medievais para percebermos a onipresença do diabo e de seu séquito em *conspirações* contra Deus e o mundo. Na obra *História do medo no Ocidente* (1996), Jean Delumeau cria uma tipologia dos medos que assolaram a Europa entre os séculos XIV e XVIII, afirmando que a angústia gerada pelas mudanças acontecidas nesses séculos levou à constante nomeação, portanto identificação, dos inimigos, o que acabou por gerar comportamentos intolerantes. No amplo leque de séquitos de Satã, Delumeau encontrou idólatras, muçulmanos, judeus e a mulher, que sofreu um processo de *diabolização* no momento em que o pecado original passou a ser associado à sexualidade. Esses *inimigos* foram acusados, nos mais variados contextos, de terem conspirado contra a cristandade, servindo como bodes expiatórios frente às intempéries do mundo natural e social. Assim, a peste, a guerra, as grandes catástrofes naturais e a própria miséria cotidiana receberam explicações ordenadoras, portanto tranquilizadoras, calcadas na ação desses *inimigos*. Mas não só na longa Idade Média que, segundo Jacques LeGoff, pode ser estendida até o final do século XVIII (BASCHET, 2006, p. 44-45), o mito da conspiração agiu, apesar de nesse contexto a temática religiosa ser central (heresias, idolatrias, cismas e reformas fizeram parte do amplo leque de conspirações contra a fé oficial). A modernidade também conheceu seus conspiradores, que variaram de acordo com o espectro político e ideológico em que era enquadrado. Comunistas, socialistas, anarquistas, judeus, muçulmanos, maçons, agnósticos, ateus, cientistas, dentre outros, povoaram e povoam os mitos conspiratórios modernos.

A complexa conjuntura de mudanças pela qual passou o Brasil na virada do século fez emergirem angústias e medos em quantidade suficiente para provocar o aparecimento de novas ou o reaparecimento de velhas teorias de conspiração, devidamente ressignificadas e adequadas aos novos tempos. A fala dos professores das escolas públicas está repleta de tais mitos e eles são fundamentais para o entendimento do tema analisado em nosso trabalho. Se existe uma representação de mundo marcada pelo signo do caos e da crise de sentidos, a nomeação dos *causadores* de tal realidade é um mecanismo fundamental na retórica do professorado que, em última instância, busca converter o alunado e levá-lo a agir sobre o mundo a partir de referenciais religiosos.

3 | REPRESENTAÇÕES DOS MOVIMENTOS SOCIAIS

A mídia brasileira sempre foi ambígua no que diz respeito aos movimentos sociais. Utilizo o conceito de movimento social como é entendido por Maria da Glória Gohn (2008), como ações sociais coletivas de caráter social, político e cultural que viabilizam formas distintas da população se organizar e expressar suas demandas. Às vezes eles foram representados como fruto do atraso econômico brasileiro, mas a maioria das representações midiáticas tende a fortalecer a imagem dos movimentos como obra de arruaceiros e oportunistas. Essa leitura enviesada não permite que sejam entendidos como luta pela liberdade de expressão, ampliação dos direitos civis e conquista de direitos sociais. A tradição liberal, que norteia boa parte da produção midiática brasileira, não considera que as lutas coletivas sejam importantes, já que parte da representação do homem político como ser atomizado, e da sociedade como um mecanismo que tende à harmonia, caso as leis naturais de mercado sejam respeitadas. O esforço individual, traduzido na lógica da meritocracia, seria o único meio de corrigir a desigualdade social de acordo com tal leitura, daí a ênfase dada no campo jornalístico à ideia de empreendedorismo como panaceia capaz de solucionar todos os males do mundo.

Minha pesquisa parte da premissa de que essa leitura de mundo não se tornou hegemônica apenas em função da ação da mídia e de seus apologistas neoliberais, ainda que seu papel tenha sido fundamental. A negatização dos movimentos sociais foi reforçada por movimentos bem mais capilares, como a ação das igrejas neopentecostais, principalmente em função do desenvolvimento, nesse seguimento evangélico, da *teologia da prosperidade*. O protestantismo neopentecostal atraiu um número significativo de fieis na virada do século XX, com uma liturgia inovadora e uma perspectiva teológica compatível com o novo momento vivido pelo capitalismo. A Igreja Universal do Reino de Deus, por exemplo, enfatiza a transformação miraculosa da vida, no que se refere ao corpo, ao espírito, ao estilo de vida e aos padrões de consumo. A IURD dirige sua ação aos desejos e necessidades materiais de pessoas

que vivem em um mundo onde o sucesso é medido quase que exclusivamente pela riqueza e pelo consumo, e onde o pecado e a graça são definidos pela pobreza e pela fortuna (GARRARD-BURNETT, 2011, p. 177). Nessa representação de mundo, a ênfase recai sobre o fiel, entendido como indivíduo, capaz de alterar sua história de vida e obter sucesso graças à sua conversão e adesão às práticas da igreja.

Dentre as estratégias criadas por igrejas como a IURD, mas que também foram copiadas por outras igrejas protestantes, inclusive aquelas ligadas ao protestantismo histórico, estão o uso de música de louvor contemporânea, o culto altamente participativo, a incorporação de técnicas agressivas de *marketing*, a ação política (não é mais possível negligenciar o poder da bancada evangélica no Congresso Nacional e nas outras casas legislativas), o investimento na produção televisiva e cinematográfica e a penetração no universo do ensino, não apenas com escolas confessionais, mas também no ensino público, por meio da preparação de pastores e fiéis para o ingresso na carreira docente.

Foi essa ação proselitista do professorado que levou à divulgação de textos religiosos nas escolas públicas; textos esses responsáveis pela sacralização de praticamente todos os grandes temas da realidade brasileira e mundial. Essa sacralização do ensino levou, como discuti em minha tese, à disseminação de estereótipos acerca de homossexuais, cientistas, artistas, reformadores sociais, religiões minoritárias e também à demonização dos movimentos sociais. A guerra cósmica contra o mal seria o grande contexto em que esses *outros* foram identificados e combatidos pelos professores *infiltrados* (termo usado por vários professores e também presente em parte significativa dos textos de divulgação religiosa) nas escolas.

O primeiro texto religioso que abordou a questão dos movimentos sociais circulou em escolas públicas de Penápolis e Birigui por volta do ano 2000. Seu título, *Que querem o MST e o feminismo senão destruir a sociedade e espalhar o comunismo*, já evoca a referida teoria da conspiração. Em seu corpo, o texto associa esses dois movimentos contemporâneos a uma espécie de conspiração comunista tramada internacionalmente para abalar os valores da família cristã e espalhar o caos pela sociedade:

É imperativo que saibamos do que tratam o MST e o feminismo. São movimentos tramados pelo comunismo internacional para destruir as famílias e os valores do cristianismo. Eles surgiram na Europa e nos Estados Unidos, mas já estão sendo destruídos por lá. O Brasil também tem que destruir essa chaga que atormenta os homens e mulheres de boa índole (QUE QUEREM, 2000, p. 1).

Na sequência, o texto apresenta quais seriam os papéis sociais naturais para homens e mulheres, reforçando a concepção normativa de mulher como adequada ao papel de mãe e esposa e do homem como provedor da família:

As feministas são mulheres que querem tirar o útero dado por Deus para serem naturalmente mães e esposas. Querem inverter a ordem do mundo e matar o amor

materno. Elas destroem a família e inventam que homens e mulheres devem entrar em guerra. Ela se esquecem que se a mulher tem que amar e cuidar dos filhos, cabe ao homem trabalhar e manter a casa (Ibidem, p. 1).

No que se refere ao MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), o referido texto defende que seria fruto tardio de conspirações comunistas do passado, objetivando a destruição da propriedade privada, vista como sagrada e inviolável:

O MST é feito de gente malévola que ainda pensa que o comunismo vai salvar o mundo. O comunismo, esse câncer que ainda não conseguimos extirpar, é sua mãe. O demônio é seu pai. Eles praticam a violência no campo e não respeitam a propriedade sagrada do homem, dada por Deus para aqueles que mereceram. O suor do trabalho não é importante para quem quer roubar o que pertence a outros. Desde a época da União Soviética movimentos como o MST causam destruição no campo (Ibidem, p. 2).

Esse texto foi distribuído em pelo menos dez escolas de Penápolis e Birigui entre 2000 e 2003, servindo de base para discussões sobre o feminismo e sobre a questão agrária no Brasil. O número de textos religiosos com esse teor, contudo, aumentou após a eleição de Luís Inácio “Lula” da Silva, do Partido dos Trabalhadores, para a presidência do país em 2002. A partir de então, aumentou em intensidade a condenação aos movimentos sociais, que passaram a ser vistos como produtos do governo petista, ou pelo menos como grupos que cresceram em função da visibilidade dada a eles por esse governo. Isso pode ser constatado no texto *O petismo e os inimigos da sociedade* (2004):

O PT, um partido comunista que se disfarçou de ovelha para enganar o povo, permitiu que o estado brasileiro fosse contaminado com movimentos perniciosos para a nação, que vão contra as verdades do evangelho, destruindo a família e a moral. As feministas fazem pressão para estabelecer a igualdade, mal sabem elas que a única igualdade que existe é perante Deus e perante a aceitação do evangelho. O MST e esse movimento dos sem teto querem destruir a propriedade privada fruto do trabalho honesto (O PETISMO, 2004, p. 1).

O texto acima circulou por várias escolas em pelo menos três cidades da Região de Araçatuba (Penápolis, Birigui e Araçatuba), chegando às mãos de mais de quinhentos estudantes. Ele foi usado durante um bom tempo para questionar os rumos das políticas sociais do governo do PT e para criticar o suposto respaldo dado por esse governo ao feminismo e às demandas do MST e de movimentos correlatos. Esse texto repete um dos argumentos mais presentes na pregação dos professores; o de que a propriedade seria sagrada, um presente dado por Deus aos homens trabalhadores. Tal argumento, apesar de não ser sustentado com referência à filosofia política, faz parte da tradição liberal. John Locke foi um de seus primeiros defensores, pois estabelece a propriedade como um direito natural do homem, diante do qual o Estado, entidade artificial criada para proteger os direitos naturais, nada pode fazer. Para Locke, a propriedade já existe no estado de natureza e, por ser uma instituição

anterior à própria sociedade, é um direito natural que não pode ser violado (MELLO, 2000, p. 85). Em vários textos religiosos, a associação da propriedade como algo natural e a menção às demandas do MST como sendo antinaturais produz argumentos semelhantes aos da tradição liberal, como no trecho abaixo:

Não é natural e recomendável que alguém tenha acesso à terra sem merecer. Seria um prêmio injusto para agitadores vagabundos que não trabalham. Seria injusto aos olhos de Deus tirar a terra de quem mereceu, de quem trabalhou por ela e prosperou. O MST é ruim para o Brasil porque espalha essa ideia comunista de que todos podem ser iguais sem esforço (O MST, 2005, p. 1).

A crítica religiosa ao MST, apesar de bastante presente nos textos, não é a mais corriqueira. Os principais alvos desses textos são o movimento feminista e os movimentos LGBTTTTS (Lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, transgêneros e simpatizantes). Esse último, por sua vez, aparece com muito mais intensidade como alvo dos professores proselitistas nas escolas públicas, mas com a sigla LGBT, mais comum na primeira década do século XXI. Os movimentos LGBTTTTS defendem a aceitação social das pessoas LGBTTTTS e sustentam suas demandas na extensão dos direitos civis. Parte da argumentação produzida por esses movimentos se fundamenta no princípio liberal-republicano de igualdade perante a lei.

Os textos religiosos, em sua maioria, não fazem muita referência aos movimentos LGBTTTTS, já que se recusam a usar a nomenclatura proposta pelos próprios movimentos. A questão LGBTTTTS é reduzida a um único denominador comum, o conceito de homossexualismo, de teor pejorativo e condenatório. A partir da década de 1990, houve uma mutação no discurso sobre a homossexualidade em função da inserção de representações religiosas nas escolas. Surgiram cada vez mais menções ofensivas a eles. O ápice dessa mudança foi no ano de 2004, quando os professores capitalizaram o sucesso do filme *Paixão de Cristo* (2004) para ampliar sua ação proselitista.

O referido filme teve várias sessões especiais para igrejas, empresas e escolas. Quase todas as escolas da região realizaram sessões para seus alunos. Eles foram acompanhados por professores, que se responsabilizavam também pelo debate sobre o filme. Observei muitas dessas sessões. A exibição do filme causou reações apaixonadas. Em muitas sessões, a comoção foi tão grande após a crucificação de Cristo, que os professores passaram a *pregar* para os alunos aos prantos, na maioria das vezes frisando que Cristo havia morrido por eles. Uma ideia onipresente nessas pregações improvisadas é a de que Cristo morrera por causa de uma conspiração. Em determinada sessão, uma professora indicou aos alunos quem eram os conspiradores, afirmando que o diabo era uma criatura sem sexualidade definida. Ela referia-se à imagem andrógina do diabo construída pelo filme. Sua fala reforçou a ideia de ele seria *homem e mulher*; uma espécie de retrato da *indecisão* do homossexual. Essa associação do diabo com a homossexualidade já havia aparecido em diversos textos

distribuídos antes da exibição do filme. A partir de então, tal associação passou a ser corriqueira. Na evolução do discurso religioso sobre o homossexual nas escolas, podemos precisar dois momentos. No primeiro, o homossexual é representado como um doente que precisa ser tratado. Tal representação reproduz, em linhas gerais, o antigo discurso médico sobre a questão, que qualificava a homossexualidade como desvio. Assim, na maioria dos textos sobre o tema, há um chamado à ação que insiste na necessidade de se *curar o desvio*:

A homossexualidade é uma doença que deve ser combatida. Não devemos tratar mal os enfermos mas dar a eles um remédio eficaz para a sua doença. E o remédio é Cristo. A cura definitiva é quando se constrói uma família cristã saudável com um homem e uma mulher (UMA DOENÇA, 1995, p. 1).

O homossexual, no novo contexto, não era mais visto como um doente, apesar de tal perspectiva permanecer. Ele passou a ser descrito como um conspirador, capaz de destruir as famílias e a própria sociedade. O princípio do caos passou a ser utilizado para fazer referência a ele e o homossexual passou a ser, nos textos elencados, associado ao diabo. A visão negativa do homossexual, associando a homossexualidade com o diabo, de certa forma se apropria da concepção cristã tradicional de condenação à sodomia. O homossexual seria, na visão de parte dos textos arrolados, um *seguidor de Satanás*, um portador de *sexualidade antinatural*, um *inimigo da verdade e da fé* e, segundo a mais exaltada das representações, um *conspirador contra a ordem natural do mundo*. Muitos textos passaram a representar o homossexual como um conspirador. Alguns textos apresentam a ideia de que os homossexuais, por não poderem se reproduzir, costumam adotar crianças pequenas, que podem ser *transformadas* em novos homossexuais:

As pessoas defendem os gays e dizem que eles devem ter uma vida feliz como todo casal, inclusive adotando filhos. Mas porque eles só querem adotar crianças? É para molestar e fazer a criança virar um homossexual como eles e acabar com tudo pela raiz. Sim, é assim que eles se espalham e querem acabar com a família natural (O QUE, 2004, p. 1).

Até o ano de 2015 não encontrei textos que utilizassem a expressão *ideologia de gênero* para designar as demandas por igualdade jurídica e reconhecimento social no universo LGBTTTTS. O termo passou a ser comum desse ano em diante, quando líderes religiosos midiáticos e movimentos conservadores (como o movimento *Escola Sem Partido*) se apropriaram dele para demonizarem as discussões sobre orientação sexual nas escolas.

Uma *prova* de que haveria uma conspiração homossexual, segundos os textos, seria a propagação da AIDS a partir da década de 1980. Nas representações da doença, os homossexuais são constantemente apontados como responsáveis pela epidemia:

Que vocês vejam a AIDS que se espalhou como uma praga nas famílias. A tentação do diabo levou até a doença, o sexo sem compromisso dos sodomitas foi responsável pela difusão da praga entre nós, mas a AIDS não é só uma punição de Deus contra os atos dos homens ela é também obra do demônio para enfraquecer a humanidade. Ele usa os seus servidores para espalhar a praga com o consentimento de Deus que quer punir os homens pela sua má conduta. E quem são os lacaios do diabo? São os gays e seus defensores (A AIDS, 2002, p. 1).

São muitas as leituras possíveis da passagem acima. A AIDS seria um flagelo de Deus para punir os homens por sua conduta sexual e uma forma do diabo espalhar o caos e a destruição do mundo, com o consentimento de Deus. Nesse caso, o diabo seria um laçao de Deus e suas ações também estariam previstas no plano divino. Os homossexuais, por sua vez, seriam veículos para a ação do diabo. Há semelhanças entre essa representação do homossexual e aquelas construídas a respeito dos judeus, vistos como profanadores, deicidas e agentes do diabo, que espalhariam a peste e a morte (DELUMEAU, 1996). O homossexual seria o responsável pela difusão da *nova peste negra* do mundo contemporâneo. A eles também caberia, em diversos textos, outras acusações, como a de *pedófilos*, *viciados*, *imorais*, *insidiosos* etc. Todos os atributos associados ao diabo, nos textos arrolados, também são aplicados aos homossexuais. A acusação de tramar contra a humanidade naturalmente é reforçada pelo uso da representação da serpente, agente da perdição do homem:

Devemos saber que é como uma víbora maldita eles se esqueiram pelos meios de comunicação, pelas escolas, pelos governos, pelas famílias e até pelas igrejas para espalhar seu veneno e seus valores deturpados e devassos (CUIDADO, 2002, p. 1).

O texto refere-se uma suposta *cultura gay* presente nos meios de comunicação de massa e em instituições religiosas que realizam casamentos entre pessoas do mesmo sexo. Qualquer manifestação cultural que defendesse a pluralidade de vivências sexuais e mesmo culturais passou a ser associada à conspiração dos homossexuais, vistos como um grupo coeso e organizado, tal como a Maçonaria e as próprias igrejas:

Não podemos deixar de dizer que eles são como que membros de uma igreja do mal, que trama nas sombras contra o mundo de Deus e de seus seguidores. Não podemos fechar os olhos e os ouvidos, eles são mais silenciosos e perigosos que os maçons, os infiéis e os maus cristãos (CUIDADO, 2002, p. 1).

Essa representação do homossexual, que mescla teoria de conspiração e metáforas da doença apresenta, naturalmente, ações possíveis para barrar o avanço dos conspiradores e de suas doenças. A defesa do *tratamento* da homossexualidade como doença permanece, mas, junto a ela, surge outra solução:

Se é uma doença deve ser tratada, mas e se ele estiver espalhando sua doença porque é mal e é um peão do diabo o que se deve fazer para acabar com sua falta de vergonha e de fé? Muitas famílias cristãs já matam o mal pela raiz porque não existe nada melhor para se curar a maldade e a falta de caráter do que uma boa

Na maioria dos textos religiosos, a violência contra os homossexuais é legitimada. O homossexual seria, em função de sua própria natureza desviante, merecedor e causador da violência. Esse raciocínio também é usado, em certa medida, para culpar as mulheres que sofrem abusos por parte de seus maridos e que são vítimas de estupro, como podemos perceber no trecho a seguir:

A falta de moral das meninas é a principal causa de estupros e violências. Uma menina criada num lar sólido e cristão jamais sairia na rua com roupas provocantes, capazes de atizar o desejo dos homens. A mulher que sabe se portar como mulher é menos vitimada por estupradores porque não se vendem nas ruas (A CULPA, 2012, p. 1).

A naturalização dos papéis sexuais de homem e mulher dá base para os argumentos contrários à ação das feministas. Tais argumentos não são novos. O século XIX solidificou um imaginário acerca da mulher no universo burguês ocidental. O imaginário, nutrido pela tradição religiosa, mas principalmente pela triunfante ciência médica, reservou à mulher um espaço social específico, o doméstico, onde poderia exercitar aptidões consideradas *naturais*: mãe, esposa, dona-de-casa. Médicos, reformadores sociais, religiosos, políticos, todos passaram a se ocupar do grande tema da organização da sociedade num momento em que a industrialização e a proletarianização dos trabalhadores destruíam modos de vida tradicionais e rurais.

Os corpos das mulheres e dos homens, nesse contexto, foram objetivados por discursos científicos. A medicina adquiriu, pouco a pouco, o poder de influenciar políticas públicas e interferir na ordem familiar. Disciplinar condutas, legitimar arranjos sociais artificiais, vistos então como naturais, passou a ser um de seus papéis fundamentais. A mulher foi eleita para ter sua condição social vitalmente controlada e socialmente regrada (SCHRAIBER, 2002, p. 14). A psiquiatria patologizou comportamentos femininos desviantes. As doenças mentais, na perspectiva da nova ciência, poderiam gerar sintomas corporais. A busca pela autonomia, a recusa em desempenhar os papéis *naturais*, a conduta sexual, tudo passou a ser indício para a construção de diagnósticos. As *mulheres loucas* foram encarceradas em hospícios e segregadas nas famílias.

A principal argumentação contrária ao feminismo nos textos religiosos é a de que ele subverte papéis sociais que seriam naturais, porque sagrados e adequados à perpetuação da espécie humana:

Se seguirmos o que pregam as feministas não teremos futuro. Um mundo onde as mulheres não se dedicam aos filhos e ao marido é um mundo em que a família humana e cristã não pode sobreviver. A família está baseada na vontade de Deus, que deu aos homens aptidões e às mulheres outras aptidões, como o instinto maternal (CONTRA, 2013, p. 1).

O referido texto vai além. Afirma que o feminismo não é apenas contrário à natureza da família cristã, entendida como sinônimo de família humana, mas faz parte de uma conspiração comunista para destruir a cristandade:

O feminismo surgiu na União Soviética, em Cuba e em outros países comunistas. Como esses países não valorizavam a família, divulgavam a idéia de que homens e mulheres deveriam ser livres para escolher seu caminho. Essa ideia absurda e perniciososa foi plantada pelos comunistas no feminismo dos países cristãos para abalar as famílias e permitir um domínio posterior (CONTRA, 2003, p. 2).

O combate aberto contra o feminismo e os movimentos LGBTTTTS levou à demonização das disciplinas onde essas questões eram mais comumente discutidas. Muitos dos textos religiosos que encontrei divulgavam imagens estereotipadas e simplificadoras do ensino de História, Filosofia, Sociologia e, em menor escala, de Biologia. Nesses textos, tais disciplinas são apresentadas como fundamentalmente subjetivas, conspiratórias e *ideológicas*. Alguns textos defendem inclusive a exclusão delas dos currículos escolares, como forma de preservação dos valores familiares e cristãos:

Para que servem essas matérias? Só para causar confusão na cabeça de crianças que ainda não sabem se defender e podem ser influenciadas. Melhor seria se fossem retiradas do currículo. Mas para que seu efeito fosse totalmente evitado, a História, a Sociologia e outras ciências humanas falseadoras deveriam deixar de ser ensinadas nas universidades (OS PERIGOS, 2010, p. 1).

Antes do período analisado neste artigo, em 1995, um texto crítico ao ensino de História circulou por pelo menos três escolas públicas. Intitulado *A verdade das escrituras contra os falsos profetas*, o referido texto atacava, em especial, a vertente marxista da História, vista como perniciososa para os alunos:

A escola pública é o único lugar aonde ainda são acolhidas as ideias empoeiradas de Marx. Hoje sabemos que são ideias falsas, que levaram à perdição nações inteiras como a Rússia e a China. Onde essas ideias geraram frutos se instalou o caos e a destruição dos valores cristãos. O marxismo é uma ideologia de ateus e de adoradores do demônio. Marx era um devoto de Satanás e foi inspirado por ele quando escreveu seus livros. Ele espalhou ódio e discórdia entre os homens e quase destruiu o mundo. (A VERDADE, 1995, p. 1)

Essa condenação, fundamentada numa leitura simplória do marxismo e de suas diversas vertentes, ignora completamente os debates historiográficos ocorridos na contemporaneidade. Ignora, por exemplo, que boa parte das pesquisas históricas no Brasil atual se inspira na Nova História Cultural, vertente que dialoga mais com a tradição antropológica do que com o marxismo. Ignora também que o próprio marxismo acadêmico abandonou parte de sua atividade política em nome de certa objetividade científica e da construção de conceitos mais operacionais e menos dogmáticos, como na obra do historiador inglês Edward Palmer Thompson, que influenciou toda uma geração de historiadores no Brasil.

Esse tipo de argumentação foi amplamente utilizado pelo Movimento *Escola Sem Partido* posteriormente para legitimar suas propostas de cerceamento da liberdade de cátedra nas escolas públicas brasileiras, projeto que recebeu grande adesão entre evangélicos neopentecostais e outros grupos conservadores. Trata-se de um tipo de argumentação já bastante antigo no universo escolar, sendo produto principalmente do trabalho de líderes religiosos e professores ligados a determinadas igrejas.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pierre Bourdieu e Jean Claude Passeron, no livro *A Reprodução: elementos para a teoria do sistema de ensino* (1982, p. 19), afirmam que todo poder de violência simbólica, que chega a impor significações como legítimas, dissimulando as relações de força que estão em sua base, acrescenta sua própria força simbólica a essas relações. Por isso, o sistema educacional é um *locus* ideal para a imposição de significações. Toda ação pedagógica é uma violência simbólica enquanto imposição, por um poder arbitrário e reconhecido socialmente (sancionado), de um arbitrário cultural. Como consequência, numa formação social determinada, a ação pedagógica é objeto de disputas por grupos que desejam tornar hegemônicas suas leituras do real.

A leitura de Bourdieu do campo educacional ajuda a explicar o porquê da resistência das igrejas ao processo de laicização do ensino. Tal processo sempre esteve em acordo com o triunfo político dos ideais liberais burgueses, que consideravam a antiga relação entre Estado e Igreja como inerentes a uma ordem política ultrapassada. Desde então, num processo que não pode ser considerado uniforme, certo racionalismo cientificista passou a fazer parte do ideário da pedagogia burguesa. Também passou a fazer parte da educação republicana e democrática contemporânea a discussão acerca da ampliação de direitos civis, políticos e sociais, ampliação que seria necessária para a construção de uma cidadania plena.

A inclusão das demandas dos movimentos sociais nos currículos escolares faz parte dos debates acerca da cidadania e dos direitos. A igualdade jurídica e a justiça social, entendidas como direitos na democracia contemporânea, não podem estar ausentes das escolas públicas, que são, em essência, republicanas. As resistências das igrejas avanço discussões acerca da questão da cidadania as colocam no espectro do conservadorismo político e pedagógico. Um conservadorismo alimentado por teorias de conspiração arquetípicas, que dividem o mundo em cristãos e não cristãos, partidários da ordem e partidários do caos, seres morais e seres imorais. A difusão dessas ideias, por meio de textos de divulgação religiosa, não é contrária apenas aos interesses dos grupos e movimentos sociais nelas demonizados. Atenta principalmente contra a própria concepção de escola republicana, escola que deveria ser aberta à pluralidade e à defesa dos direitos fundamentais do cidadão, direitos que são constantemente violados em função de crença religiosa, orientação sexual etc.

REFERÊNCIAS

LIVROS, ARTIGOS, DISSERTAÇÕES E TESES

BASCHET, Jérôme. **A civilização feudal**: do ano mil à colonização da América. São Paulo: Globo, 2006.

BOURDIEU, Pierre, PASSERON, Jean Claude. **A reprodução**: elementos para uma teoria do sistema de ensino. 2. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982.

CASSIRER, Ernest. **El mito del Estado**. México: Fondo de Cultura Económica, 1992.

DELUMEAU, Jean. **História do medo no Ocidente**: 1300-1800. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

ELIADE, Mircea. **Mito e realidade**. São Paulo: Perspectiva, 1994.

GARRARD-BURNETT, Virginia. A vida abundante e a teologia da prosperidade na América Latina. In: **História: Questões & Debates**, Curitiba: Editora UFPR, n. 55, p. 177-194, jul./dez. 2011.

GINZBURG, Carlo. Mitologia germânica e nazismo: sobre um velho livro de Georges Dumézil. In: _____. **Mitos emblemas sinais: morfologia e história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GIRARDET, Raoul. **Mitos e mitologias políticas**. Tradução de Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GOHN, Maria da Glória. **O protagonismo da sociedade civil**: movimentos sociais, ONGs e redes solidárias. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

MELLO, Leonel Itaussu Almeida. John Locke e o individualismo liberal. In: WEFFORT, Francisco (org.). **Os clássicos da política v. 1**. São Paulo: Ática, 2000.

MONTES, Maria Lucia. As figuras do sagrado: entre o público e o privado. In: SCHWARTZ, Lilia Moritz (Org.). **História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & história cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

PETERS, Carlos Eduardo Marotta. **A cadeira de rodas de Stephen Hawking**: religião, representação do outro e da ciência em escolas públicas de Penápolis na virada do século XX para o XXI (1990-2008). 2010. 258 p. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Universidade Estadual Paulista, Assis.

SCHRAIBER, L. B. Prefácio. In: VIEIRA, E. M. **A medicalização do corpo feminino**. Rio de Janeiro, FIOCRUZ, 2002.

FONTES

A AIDS e suas verdadeiras causas. Penápolis, 2002. Texto crítico distribuído nas escolas.

A CULPA das vítimas: reflexões cristãs sobre a violência contra a mulher. Birigui, 2012. Texto crítico distribuído nas escolas.

A VERDADE das escrituras contra os falsos profetas. Penápolis, 1995. Texto crítico distribuído nas escolas.

CONTRA o feminismo e a favor da família. Araçatuba, 2013. Texto crítico distribuído nas escolas.

CUIDADO com os inimigos de Deus. Penápolis, 2002. Texto crítico distribuído nas escolas.

EM DEFESA de uma educação verdadeira. Penápolis, 2000. Texto crítico distribuído nas escolas.

O MST e os perigos da agitação comunista, 2005. Texto crítico distribuído nas escolas.

O PETISMO e os inimigos da sociedade, 2004. Texto crítico distribuído nas escolas.

O QUE querem os gays e simpatizantes. Penápolis, 2004. Texto crítico distribuído nas escolas.

OS PERIGOS das ciências humanas. Birigui, 2010. Texto crítico distribuído nas escolas.

QUE QUEREM o MST e o feminismo senão destruir a sociedade e espalhar o comunismo, 2000. Texto crítico distribuído nas escolas.

SOLDADOS de Cristo. Penápolis, 2003. Texto crítico distribuído nas escolas.

UMA DOENÇA que atinge as famílias brasileiras. Penápolis, 1995. Texto crítico distribuído nas escolas.

O LIVRO DIDÁTICO COMO UMA DAS EXPRESSÕES DA EDUCAÇÃO ENQUANTO IDEOLOGIA DE CLASSE OU COMO A GLOBO EXCLUIU UM LIVRO DIDÁTICO CRÍTICO NO BRASIL

Matheus Rodrigues Lima Affonso Garcia

Universidade Federal de Santa Catarina
Florianópolis/SC

Joel Nunes da Silva

Universidade Federal de Santa Catarina
Florianópolis/SC

Gabriel Martins

Universidade Federal de Santa Catarina
Florianópolis/SC

RESUMO: No presente trabalho realizamos uma análise crítica acerca da exclusão do guia do Programa Nacional do Livro Didático – PNLD do livro didático de história *Nova História Crítica* (2005) do autor Mario Schmidt. Com o objetivo de compreender os motivos da exclusão de um livro didático de caráter mais crítico que os demais que permeiam o referido Programa, analisamos a hipótese dessa exclusão se relacionar com um determinado projeto de educação que a classe dominante possui e que na ocasião se expressou por polêmica levantada por artigo de atual Diretor Geral de Jornalismo do maior grupo de comunicação do Brasil, o grupo Globo (2007). Para isso, além de utilizar como alicerce teórico autores da tradição marxista, cotejamos o último edital que possibilitou que a obra analisada entrasse no guia do PNLD com o edital subsequente à exclusão desta obra e expomos a relação

que a Educação formal, consciência e classes sociais, de modo a expor o caráter do Estado enquanto árbitro tanto amortecedor do conflito de classes, como também de ente que arbitra em favor das classes dominantes.

PALAVRAS-CHAVE: Livro didático; Estado; ideologia; Educação; classes sociais.

ABSTRACT: In 2012, Mario Schmidt's book "New History Criticism" (2005) was excluded from the catalog of the Brazilian guide of the National Program of Didactic Book (PNLD), which was part of it since 2007. This exclusion occurred after controversy raised by the publication of an article by the current General Director of Journalism of the largest communication group in Brazil, the Globo Group (2007). To understand the reasons for this, we analyzed the hypothesis of this exclusion relating to a specific education project: the dominant class educational project in Brazil, and the discontentment of the dominant class with Schmidt's the book was expressed by the largest communication group in the country just before the exclusion of the book. For this analysis, we compare the last announcement that allowed this book in the PNLD, with the announcement that denied the same textbook in PNLD. In this article, we expose the relationship that formal education, consciousness and social classes, and the nature of the State, just as

expressed in Karl Marx's philosophy.

KEYWORDS: Textbook; State; Ideology; Education; Social classes.

1 | INTRODUÇÃO

Dentro do campo do marxismo, são múltiplas as temáticas que possibilitam o desenvolvimento de um trabalho que pretenda contribuir com a superação da atual sociabilidade. Dentre essas múltiplas temáticas, a relação entre consciência e educação - ou de maneira mais específica, como a educação interfere na formação da consciência da classe trabalhadora - é tema de suma importância na elaboração de uma estratégia de ação para todos aqueles que se consideram herdeiros do pensamento revolucionário de Marx e Engels.

No presente trabalho, destacaremos algumas categorias – consciência, trabalho, divisão do trabalho, propriedade privada e classe -, que segundo nosso entendimento são fundamentais para compreender a relação entre Educação e Estado. Após realizarmos uma breve apresentação de nossa interpretação acerca dessas categorias na tradição marxista, buscaremos exemplos empíricos para demonstrar a relação expressa pela teoria. Assim, a partir da análise dos aspectos burocráticos da exclusão do livro didático de história *Nova história crítica*, de autoria Mario Schmidt do guia do Programa Nacional do Livro Didático – PNLD; e da repercussão desse livro para um dos representantes do pensamento da classe dominante – o jornalista do jornal *O Globo*, Ali Kamel – tentaremos demonstrar um aspecto da educação no modo de produção capitalista, o aspecto de ser um meio pelo qual o pensamento da classe dominante é interiorizado pela classe explorada.

2 | DA CONSCIÊNCIA À EDUCAÇÃO, E DA EDUCAÇÃO À CONSCIÊNCIA

Um trabalho sobre algum dos muitos temas que se pode ligar à análise da educação pode facilmente se desviar da problemática central proposta e cair no grande debate para definir o que exatamente é a educação. Para evitar esse problema, adotamos como caminho metodológico partir de uma um fenômeno puramente humano que em muitos aspectos – principalmente no modo de produção capitalista – se relaciona diretamente com a educação: o fenômeno da consciência. Nas palavras de Iasi (2007)

Procuraremos entender o fenômeno da consciência como um movimento e não como algo dado. Sabemos que só é possível conhecer algo se o inserirmos na história de sua formação, ou seja, no processo pelo qual ela se tornou o que é; assim é também com a consciência: ela não “é”, “se torna”. Amadurece por fases distintas que se superam, através de formas que se rompem, gerando novas, que já indicam elementos de seus futuros impasses e superações. Longe de qualquer linearidade, a consciência se movimenta trazendo consigo elementos de fases superadas, retomando, aparentemente, as formas que abandonou. (IASI, 2007, p.12-13)

Aderimos à concepção sintetizada por Iasi, compreendendo que não os estudos sobre a Educação iniciam pela compreensão histórica da consciência e que estes não podem ser resumidos a fenômenos imediatos ou facilmente perceptíveis, embora estes sejam fundamentais para partir da realidade concreta e compreender os fenômenos do atual modo de produção. Afinal, se não for considerado o fato de que tais fenômenos são frutos de processos históricos corremos o risco de cair em análises empiristas que apesar de oferecer uma descrição, em muitos casos, bem detalhada daquilo que se estuda, deixa muito a desejar quando o objetivo é compreender da maneira mais completa possível o objeto da pesquisa. Mas mesmo considerando a consciência como um processo histórico e um fenômeno que se altera de acordo com múltiplas determinações históricas seria possível delimitar, de uma maneira geral, o que seria a consciência? Marx e Engels (2007) respondem assim à essa indagação ao apontarem que:

Desde o início, portanto, a consciência já é um produto social e continuará sendo enquanto existirem homens. A consciência é, naturalmente, antes de tudo a mera consciência do meio sensível *mais imediato* e consciência do vínculo limitado com outras pessoas e coisas exteriores ao indivíduo que se torna consciente; ela é, ao mesmo tempo, consciência da natureza que inicialmente, se apresenta aos homens como um poder totalmente estranho, onipotente e inabalável, com o qual os homens se relacionam de um modo puramente animal e diante do qual se deixam impressionar como gado; é desse modo, uma consciência puramente animal da natureza (religião natural) – e, por outro lado, a consciência da necessidade de firmar relações com os indivíduos que o cercam constitui o começo da consciência de que o homem definitivamente vive numa sociedade. (MARX; ENGELS, 2007, p.35)

Considerando, portanto, a consciência enquanto produto histórico-social, para compreendê-la é necessário estudá-la juntamente com a história do homem e não como uma entidade autônoma e estranha. A partir desses pressupostos é possível demarcar historicamente o início do presente estudo: se é necessário atrelar a compreensão sobre a consciência com a história do homem então o início de qualquer estudo sobre a consciência deve ser o primeiro ato histórico do homem, ou nas palavras de Marx e Engels (2007) “a produção da própria vida”.

Ao fazer, baseado no trabalho, a sua história e ao produzir sua vida, o ser humano deve se relacionar com a natureza e com outros seres humanos e nessas relações - que vão se desenvolvendo ao longo do processo de produção da vida e da história do ser social - é que, como vimos anteriormente, a consciência vai se desenvolvendo. Sendo importante ressaltar que o trabalho, além ser uma atividade puramente humana em que o homem não só transforma a natureza como também se torna cada vez mais independente dela - é também nas palavras de Lukács (2010) o “fato ontológico fundante do ser social”:

Este, como Marx demonstrou, é um pôr teleológico consciente realizado, que, quando parte de fatos corretamente reconhecidos no sentido prático e os avalia corretamente, é capaz de trazer à vida processos causais, de modificar processo,

objetos etc, do ser que normalmente só funcionam espontaneamente, e transformar entes em objetividades que sequer existiam antes do trabalho. (Seria enganoso, aqui, pensar apenas em formas de trabalho altamente desenvolvidos. A roda que não existe em parte alguma da natureza, foi, por exemplo, inventada e produzida em fases relativamente iniciais). Portanto, o trabalho introduz no ser a unitária inter-relação, dualisticamente fundada, entre teleologia e causalidade, antes de seu surgimento havia na natureza apenas processos causais. Em termos realmente ontológicos, tais complexos duplos só existem no trabalho e em suas consequências sociais, na práxis social. O modelo do pôr teleológico modificador da realidade torna-se, assim, fundamento ontológico de toda práxis social, isto é, humana. Na natureza, em contrapartida, só existem conexões, processos etc, causais, nenhum de tipo teleológico. (LUKÁCS, 2010, p.43-45)

Então o trabalho não apenas diferencia o ser social do restante da natureza, mas é por meio dele que o ser humano inicia o seu desenvolvimento histórico (não da maneira como deseja, pois mesmo existindo a teleologia em suas ações em momento algum os processos causais deixam de fazer parte de sua realidade). Logo, se é por meio do trabalho que o homem produz e reproduz os seus meios de vida, o desenvolvimento das formas como o trabalho se apresenta nas diferentes sociedades me parece ser uma chave fundamental na compreensão do processo de consciência. Para compreender melhor essa relação, se faz necessário retomar os escritos de Marx e Engels (2007) quando os autores afirmam que:

Essa consciência de carneiro ou consciência tribal obtém seu desenvolvimento e seu aperfeiçoamento posteriores por meio da produtividade aumentada, do incremento das necessidades e do aumento da população, que é a base dos primeiros. Com isso, desenvolve-se a divisão do trabalho, que originalmente nada mais era do que a divisão do trabalho no ato sexual e, em seguida divisão do trabalho que, em consequência de disposições naturais (por exemplo, a força corporal), necessidades, casualidades etc. etc., desenvolveu-se por si própria ou “naturalmente”. A divisão do trabalho só se torna realmente divisão a partir do momento em que surge uma divisão entre trabalho manual e [trabalho] espiritual. A partir desse momento, a consciência *pode* realmente imaginar ser outra coisa diferente da consciência da práxis existente, representar algo realmente sem representar algo real – a partir de então, a consciência está em condições de emancipar-se do mundo e lançar-se à construção da teoria, da teologia, da filosofia, da moral etc. “puras”. (MARX; ENGELS, 2007, p.35-36)

O desenvolvimento da consciência está, portanto, imbrica à divisão do trabalho, ou como definem os próprios autores, são expressões distintas do mesmo processo histórico-social. Esse desenvolvimento, entretanto, não se limita à divisão do trabalho, conforme afirmam os autores na seqüência

[...] com a *divisão do trabalho* está dada a possibilidade, e até a realidade, de que as atividades espiritual e material – de que a fruição e o trabalho, a produção e o consumo – caibam a indivíduos diferentes, e a possibilidade de que esses momentos não entrem em contradição reside somente em que a divisão do trabalho seja novamente supressumida [*aufgehoben*]. É evidente, além disso, que “espectros”, “nexos”, “ser superior”, “conceito”, “escrúpulo” são mera expressão espiritual, idealista, a representação aparente do indivíduo isolado, a representação de cadeias e limites muito empíricos dentro dos quais se movem o modo de produção da vida e a forma de intercâmbio a ele ligada.

Com a divisão do trabalho, na qual todas essas contradições estão dadas e que, por sua vez, se baseiam na divisão natural do trabalho na família e na separação da sociedade em diversas famílias opostas umas às outras, estão dadas ao mesmo tempo a distribuição e, mais precisamente, a distribuição *desigual*, tanto quantitativa quanto qualitativamente, do trabalho e de seus produtos; portanto está dada a propriedade [...] (MARX; ENGELS, 2007, p.36)

Mesmo “em condições de emancipar-se do mundo” (MARX; ENGELS, 2007), no entanto, as determinações da consciência continuam sendo materiais - aumento da produção, divisão do trabalho, propriedade. Logo, ao mesmo tempo em que o fator histórico não deve ser perdido em momento algum durante um estudo sobre consciência é importante também buscar a materialidade das relações que a determinam, pois o desenvolvimento histórico das relações materiais nas quais os homens estão inseridos é a base para uma real compreensão do processo de formação da consciência.

Para o atual estágio do presente trabalho, que visa relacionar o fenômeno da consciência com a educação para compreender um problema atual e um fato aparentemente pontual, é fundamental compreender como se apresentam as relações entre a divisão do trabalho e a propriedade no modo de produção capitalista. Obviamente a história da humanidade não saltou das primeiras formas de divisão do trabalho e propriedade para o modo de produção capitalista, da mesma forma que o banqueiro é fruto do desenvolvimento dos hominídeos. Nesse sentido, o ser humano apresentou formas variadas de lidar com esses dois elementos enquanto produzia e reproduzia a sua vida, porém o desenvolvimento da “distribuição *desigual*, tanto quantitativa quanto qualitativamente, do trabalho e de seus produtos” (MARX; ENGELS, 2007) possibilitou a divisão da sociedade em classes cujos interesses em muitos casos se tornam antagônicos, como é o caso da sociabilidade hodierna (capitalista).

Dessa conclusão deriva a máxima que “a história da humanidade é a história da luta de classes”, presente no *Manifesto comunista* de Marx e Engels (1984). Conforme os conflitos entre as classes, a *luta de classes*, se desenvolvem, as classes dominantes buscam formas de manter as relações de produção da vida como estão, ao passo que as classes exploradas buscam a superação das relações dadas, e quando estes antagonismos chegam a um patamar em que a existência das classes ficam ameaçados surge de dentro da sociedade uma força que se coloca acima dela, esta força é o Estado. Engels (1982) faz referência a essa ideia quando diz que:

O Estado não é pois, de modo algum, um poder que se impôs à sociedade de fora para dentro; tampouco é “a realidade da idéia moral”, nem “a imagem e a realidade da razão”, como afirma Hegel. É antes um produto da sociedade, quando esta chega a um determinado grau de desenvolvimento; é a confissão de que essa sociedade se enredou numa irremediável contradição com ela própria e está dividida por antagonismos irreconciliáveis que não consegue conjurar. Mas para que esses antagonismos, essas classes com interesses econômicos colidentes não se devorem e não consumam a sociedade numa luta estéril, faz-se necessário um poder colocado aparentemente por cima da sociedade, chamado a amortecer o choque e a mantê-lo dentro dos limites da “ordem”. Este poder, nascido da sociedade, mas posto acima dela se distanciando cada vez mais, é o Estado.

Ora, se essa força oriunda do interior da sociedade e posta acima dela para conciliar os conflitos de classes, sendo que esse antagonismo se evidencia no fato de que uma classe é dominante e a outra dominada – simplificando esse conflito, já que a divisão social do trabalho pode gerar mais do que apenas duas classes e que essa relação também produz dependências mútuas - essa conciliação mediada pelo Estado evidentemente acaba pendendo para a classe dominante. Logo o Estado se torna um instrumento da classe dominante para manter a divisão social do trabalho no estágio que mais lhe beneficie.

Essa característica do Estado é presente inclusive na manifestação do mesmo no modo de produção capitalista, como fica evidente na explanação de Mészáros (2011):

[...] o Estado burguês encontra apoio entre os vários grupos do trabalho sobretudo em virtude da “proteção” que ele proporciona, sustentando juridicamente e salvaguardando a estrutura objetivamente estabelecida da divisão do trabalho. Basta lembrar a grande variedade de medidas adotadas pelo Estado com respeito a isso, desde o salário mínimo e a legislação do seguro social até a criação de tarifas protecionistas e outras barreiras nacionais, e desde a administração interna da relação de forças contra os “excessos” até a participação em empreendimentos internacionais que garantem maior vantagem à classe dominante nacional, oferecendo ao mesmo tempo alguma vantagem à força de trabalho nacional. (MÉSZÁROS, 2011, p.1058)

Torna-se evidente, após essa passagem, o caráter por vezes conciliador do Estado que, mesmo servindo aos interesses das classes dominantes, não se utiliza apenas de formas truculentas para a manutenção da ordem vigente, aliás, quanto menos conflitos escancarados na “internalização” do pensamento dominante melhor para a manutenção da ordem.

Neste sentido, uma adequada análise da totalidade da educação e seu papel junto à formação da consciência mais relevante e premente torna-se retornar aos escritos de Marx e Engels (2007) quando afirmam que:

As ideias da classe dominantes são, em cada época, as ideias dominantes, isto é, a classe que é a força *material* dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força *espiritual* dominante. A classe que tem à sua disposição os meios da produção material dispõe também dos meios da produção espiritual, de modo que a ela estão submetidos aproximadamente ao mesmo tempo os pensamentos daqueles aos quais faltam os meios da produção espiritual. As ideias dominantes, não são nada mais do que a expressão ideal das relações materiais dominantes, são as relações materiais dominantes apreendidas como ideias; portanto são a expressão das relações que fazem de uma classe a classe dominante, são as ideias de sua dominação. (MARX; ENGEL, 2007, p. 47)

À essa denominação do pensamento dominante é pertinente acrescentar o seguinte trecho de Mészáros (2008) sobre educação:

A educação institucionalizada, especialmente nos últimos 150 anos, serviu – no seu

todo – ao propósito de não só fornecer os conhecimentos e o pessoal necessário à máquina produtiva em expansão do sistema do capital, como também gerar e transmitir um quadro de valores que *legitima* os interesses dominantes, como se não pudesse haver nenhuma alternativa à gestão da sociedade, seja na forma “internalizada” (isto é, pelos indivíduos devidamente “educados” e aceitos) ou através de uma dominação estrutural e uma subordinação hierárquica e implacavelmente imposta. (MÉSZÁROS, 2008, p.35)

Em síntese do que foi exposto até o momento, é possível perceber que as relações de produção no capitalismo - enquanto sociedade de classes - assumiram uma forma em que toda sua sociabilidade é forjada com fins de manutenção das relações de classe que constituem tal sociabilidade. Sendo assim, se a consciência enquanto processo está ligada às formas como a divisão do trabalho e a propriedade historicamente se apresentam, e estas duas por sua vez são asseguradas por diversos instrumentos da classe dominante em diferentes períodos, e que no atual modo de produção o Estado tem um papel fundamental na manutenção da divisão do trabalho e da propriedade tipicamente capitalistas e sendo a educação escolar regulamentada pelo Estado, se torna evidente a primeira ligação entre consciência e educação: a educação, enquanto institucionalização do Estado capitalista de formação de indivíduos, atua em favor da formação de uma consciência capitalista, em que pese valores e ideais que não apontem para a superação do capitalismo.

A intenção do presente trabalho não é, porém, tornar evidente uma relação tão genérica. O presente artigo tem como intenção pintar um quadro o mais detalhado possível desta relação. Mézáros (2006) deixa essa necessidade bem clara:

A educação formal está profundamente integrada na totalidade dos processos sociais, e mesmo em relação à consciência do indivíduo particular suas funções são julgadas de acordo com sua *raison d'être* identificável na sociedade com um todo. (MÉSZÁROS, 2006, p.275)

Afirmar que a educação nos dias atuais exerce uma grande influência na formação da consciência é fácil, porém tomá-la como único fator nesta formação é um erro. Ao nos propormos a analisar a “totalidade dos processos sociais” (MÉSZÁROS, 2006) não temos, entretanto, a ousadia de analisar todos os processos sociais, mas sim de realizar um trabalho consciente de que são múltiplas as determinações na relação entre consciência e educação e que dentre essas múltiplas determinações, a exclusão do livro didático de história *Nova história crítica* do guia do PNLD pode ser caracterizada como um fato que exemplifica muito bem os interesses de classe que rondam a educação e que, portanto, desvela uma das pontas de luta de classes e da educação tanto na manutenção da sociabilidade capitalista quanto de instrumento para seu enfrentamento.

3 | NOVA HISTÓRIA CRÍTICA NO CATÁLOGO DO PNLEM DE 2008

No presente item analisaremos a inserção do livro *Nova história crítica* no catálogo do Plano Nacional do Livro de Ensino Médio, desenvolvido com o objetivo de universalizar os mesmos conteúdos básico em todo o território nacional brasileiro (BRASIL, 2014).

No ano de 2008 o livro *Nova história crítica* era uma das indicações do catálogo do Plano Nacional do Livro de Ensino Médio (PNLEM) que viria a ser substituído pelo guia de livros didáticos do Plano Nacional do Livro Didático (PNLD) (BRASIL, 2014). No primeiro catálogo (PNLEM) encontramos uma resenha sobre o livro para orientar educadores que escolhessem o referido livro para trabalhar com suas turmas. A resenha começa da seguinte maneira:

Essa obra compõe-se de volume único de História integrada, organizado em 56 capítulos, dispostos cronologicamente desde “As grandes origens” até “Mundo atual”. Ela problematiza o conhecimento histórico e valoriza a diversidade de possibilidades interpretativas e a atuação dos homens comuns como agentes históricos. Estabelece constante diálogo entre o passado e o presente e relaciona os conteúdos históricos à realidade atual e aos saberes do aluno. Ao longo do texto e das atividades, dá-se importância à interdisciplinaridade e verifica-se a incorporação da produção historiográfica recente. É priorizado o ensino *voltado para a formação do aluno autoconsciente e crítico*. No entanto, certas simplificações explicativas, somadas à ausência de discussão de fontes e de indicações bibliográficas no Livro do Aluno, prejudicam, em parte, alguns dos objetivos traçados. Os exercícios propostos não estimulam suficientemente o desenvolvimento de algumas habilidade, como a formulação de hipóteses e a produção de textos; tampouco incentivam a socialização dos alunos. (BRASIL, 2014. p.100. Grifos nossos).

Partindo do pressuposto que o livro didático é uma política educacional feita por um Estado capitalista e que o objetivo desse Estado na luta de classes é pender para o lado da classe capitalista, auxiliando na interiorização do pensamento dominante, o objetivo de formar um *aluno autoconsciente e crítico* não nos parece estar de acordo com os interesses da classe dominante, ao que retornaremos a esse ponto posteriormente.

No momento é interessante ressaltar que o referido livro, ao mesmo tempo em que contribui para uma formação autoconsciente e crítica, não estimula suficientemente o desenvolvimento de algumas habilidades, como a formulação de hipóteses e a produção de textos; tampouco incentiva a socialização dos estudantes, o que aparenta ser um contrassenso, afinal, ao criticar não se formula uma hipótese de que no mínimo algo está errado? Em uma sociedade onde o individualismo é tão forte, se tornar crítico e autoconsciente não é justamente criticar o individualismo e perceber a importância da socialização?

Enfim, aparentemente o livro atendeu aos requisitos de conteúdo e metodologia e a impressão que se tem é que no catálogo o objetivo é desestimular o uso do livro, mesmo caindo em algumas contradições, como criticar o uso de fontes pelo autor em

um parágrafo e elogiar as fontes selecionadas em outro.

Para finalizar a análise do catálogo selecionamos o último parágrafo da resenha que demonstra bem como o Estado vê o processo de ensino-aprendizagem:

Ao escolher essa obra, o professor poderá contar com recurso adequado à preparação do aluno para o exame vestibular. O seu emprego favorece a problematização e o debate sobre novos temas e objetos da História. Desse modo, o professor pode estimular o diálogo entre o passado e o presente. As sugestões de leitura no Manual do professor constituem auxílio importante para reforçar as discussões sobre a diversidade de interpretações.

Contudo, o professor deve estar ciente da abrangência dos conteúdos, que devem ser por ele selecionados. As atividades sugeridas deverão ser complementadas por propostas que incluam trabalhos coletivos, de forma a promover a interação dos alunos e a exploração de outras linguagens. Da mesma maneira, o professor poderá tirar proveito do conjunto de recursos visuais e dos textos complementares na obra. (BRASIL, 2014. p.103)

Em um primeiro momento, já salta aos olhos o vestibular como objetivo final em um processo de ensino-aprendizagem, que no atual modelo desse processo seletivo não há qualquer estímulo para uma real aprendizagem, e sim, ao menos no campo da História, um método positivista que exalta o decorar em detrimento do compreender os processos históricos com fins de marcar repostas certas em detrimentos de respostas erradas. Outro aspecto que chama muito à atenção é a importância que o catálogo coloca no livro didático, como se um manual pudesse orientar a totalidade de uma aula ministrada por um professor, independente da localidade e do perfil dos estudantes que ele encontrasse. Ao sugerir que o professor busque atividades complementares ao livro didático, o catálogo passa a impressão de que pode existir um livro didático que guie a totalidade da aula de um professor, ou seja, uma visão totalmente mecanicista do que é uma sala de aula.

Obviamente essa visão mecanicista de uma sala de aula não é sem propósito, além de internalizar o pensamento dominante, a educação também tem a função de qualificar minimamente as futuras forças de trabalho, logo, uma educação mecanicista ajuda na adaptação para um ambiente de trabalho que a divisão social do trabalho tornou extremamente mecanizado e sem propósito.

4 | OS EDITAIS E A EXCLUSÃO

Se a resenha de 2008 do livro não apontou nenhuma grande falha em seu conteúdo e/ou metodologia que justificasse a sua exclusão, uma hipótese plausível para justificar a exclusão seria uma mudança drástica nos editais para selecionar os livros que entraram no guia do novo Plano Nacional, o PNLD.

Comparando os editais de 2007 e o de 2012 é possível notar uma grande diferença entre os dois. Enquanto o edital de 2007 enumera critérios para os livros da área de História como: (a) adequação pedagógica e metodológica; (b) atualização

historiográfica; (c) conceitos utilizados; (d) fontes; (e) mapas e (f) padrões técnicos ao longo de sete páginas que detalham minuciosamente cada um dos itens que serão avaliados. O edital de 2012 elenca os mesmos critérios em apenas duas páginas.

Entre 2007 e 2012 o edital ficou menos exigente e mesmo assim, um livro presente no catálogo de 2008 está excluído do guia de 2012. Portanto, a compreensão das causas da exclusão do livro *Nova história crítica* se encontram além do PNLD.

5 | UMA CRÍTICA GLOBAL

Embora até o momento eu tenha tratado a educação como um instrumento de interiorização do pensamento da classe dominante, ela não é o único. A burguesia possui outros aparelhos ideológicos, e quando tratamos da categoria ideologia aderimos à sua concepção nos termos do filósofo húngaro Lukács (2010):

Assim como Marx as determinou no prefácio de *Para crítica da economia política*, como ferramentas “nas quais os seres humanos se conscientizam desse conflito” (isto é, daquele que emerge do ser social) “e o combatem”. Essa determinação abrangente de Marx – e esse é o elemento mais importante de sua ampla aplicabilidade – não dá nenhuma resposta unívoca à questão da correção ou falsidade metodológica e objetiva das ideologias. Ambas são igualmente possíveis na prática. Assim, as ideologias em nosso caso podem proporcionar tanto uma aproximação do ser como um afastamento dele. (LUKÁCS, 2010, p.38).

E prossegue adiante que “a ideologia é antes uma forma de elaboração ideal da realidade que serve para tornar a práxis social dos homens consciente e operativa” (LUKÁCS, 2010). Ou seja, segundo o entendimento de Lukács, o surgimento da classe operária o proletário “é ao mesmo tempo sujeito e objeto de seu próprio conhecimento” (FREDERICO, 1997, p. 13), sujeito este que se organiza pensando na classe e, mais que isso, um pensador coletivo. Entretanto, a burguesia se utiliza de mecanismos ideológicos para que não ocorra esta coletividade atacando justamente a educação e a colocando de forma que atenda seus interesses, com a internalização da ideia da classe dominante, ou em outras palavras, a internalização da ideologia dominante, não faz dessa ideologia uma ideia falsa, mas, antes, uma ideia que segue a um propósito, que dá base e orientação à ação (individual ou coletiva) dos seres humanos.

Assim, os aparelhos ideológicos, não falseiam a realidade, mas potencializam determinada ação, de acordo com a concepção histórico-social dos agentes da ação. Ao que, por vezes, sujeitos atuam contra sua própria posição econômica e social. Vejamos o que ainda na década de 1960 (1969), no livro *Conversando com Lukács* (2014), já aparece tal interesse e as formas de manipulação também no campo literário:

Até aqui, o problema da luta de classes concentrava na luta pela mais-valia absoluta, baseava-se na identidade de interesse da classe operária em face da luta contra o capitalismo; e a transformação do capitalismo numa sociedade era, para todos, um fato de evidência quase imediata. Na nova situação, ao que parece, esta identidade não é mais imediata e a formação da consciência de classe torna-se

muitíssimo mais difícil, sobretudo em virtude do fato de que a indústria dos bens de consumo, que manipula a liberdade no campo da literatura, por exemplo, conduz a uma permanente redução das potencialidades espirituais da grande maioria da população. (Lukács, 2014, p. 99).

Aqui se expressa o interesse de tal exclusão do livro didático por traz desta campanha feita por Ali Kamel o interesse econômico prevalece. Interesses estes que solapam a própria classe em que este(s) sujeito(s) se encontra, de acordo com sua posição na divisão do trabalho. Esse tipo de ação faz Montaño e Duriguetto (2011) elaborarem o conceito de ideologia enquanto *falsa consciência*.

“A noção de “falsa consciência” não significa, portanto, um conhecimento “falso” do real, mas *uma compreensão a partir dos interesses hegemônicos da burguesia*, criando um conhecimento parcial, segmentado, naturalizado, algo abstrato, que esconde a essência, vendo apenas a aparência das coisas, que trata as conseqüências como causas, por conseguinte, que não permite compreender os fundamentos da realidade nem permite a possibilidade de transformação da ordem social.” (p.109)

A adoção de falsa consciência pelos autores remete-se, portanto, não a uma concepção de certo ou de errado, mas, nos mesmos termos de Lukács (2010, p. 38) de aproximação ou distanciamento do ser de si mesmo. E essa *falsa consciência* pode ser produzida por instrumentos como a imprensa. Não há como negar que na sociedade capitalista a imprensa também é um forte instrumento de internalização da ideologia dominante. E é a imprensa que pode ser a chave para compreender a exclusão do livro didático analisado do guia do PNLD.

E em 18 de setembro de 2007 o jornalista Ali Kamel publica um artigo no jornal *O Globo* intitulado *O que ensinam às nossas crianças*. O jornalista inicia seus ataques ao livro didático *nova História crítica* da seguinte maneira:

Não vou importunar o leitor com teorias sobre Gramsci, hegemonia, nada disso. Ao fim da leitura, tenho certeza de que todos vão entender *o que se está fazendo com as nossas crianças* e com que objetivo. O psicanalista Francisco Daudt me fez chegar às mãos o livro didático “Nova História Crítica, 8ª série” distribuído gratuitamente pelo MEC a 750 mil alunos da rede pública. O que ele leu ali é de dar medo. Apenas uma tentativa de fazer nossas crianças acreditarem que o capitalismo é mau e que a solução de todos os problemas é o socialismo, que só fracassou até aqui por culpa de burocratas autoritários. Impossível contar tudo o que há no livro. (KAMEL, 2007. Grifos nossos).

Em primeiro lugar é importante salientar, apesar do jornalista fazer a crítica especificamente para a edição da 8ª série, toda a coleção –do ensino fundamental e do médio - foi excluída, e já que a edição do ensino médio é publicada em volume único, optamos por utilizar os editais e guias do ensino médio para facilitar a pesquisa.

Na sequência do artigo, o jornalista, profundamente preocupado com as *nossas crianças*, lista fatos históricos ligados à movimentos socialista, criticando a perspectiva que o autor adota em relação aos fatos e não fazendo uma crítica à metodologia histórica

adotada pelo autor do livro, perspectiva claramente marxista, mas questionando os fatos históricos. A crítica a atém-se basicamente ao livro supostamente “defender” o regime cubano.

Não resta dúvida que esse ataque ideológico ao livro fica restrito ao campo do senso comum, em momento algum o jornalista se propõem a fazer um debate teórico sério sobre historiografia e interesses de classe na concepção histórica. Se houvesse uma análise mais profunda, seria perceptível que tanto na edição do ensino fundamental, quanto na do ensino médio, quando Mario Schmidt aborda o surgimento do Estado, o capítulo inteiro é baseado na obra de Engels com o título no Brasil de *A origem da família, do estado e da propriedade privada*; ainda, se a proposta fosse de uma crítica séria, haveria de se mencionar que a passagem da chamada antiguidade para a Idade Média no livro deixa bem clara o método dialético – mesmo que dentro da própria historiografia marxista existam críticas ao que o autor produziu. Mas não, Kamel (2007) não pareceu ter condições de debate sobre método de pesquisa em História, ou sobre fatos marcantes da história humana. O autor nem mesmo identificou bases teóricas no que diz respeito a fontes e metodologia. Kamel somente se horrorizou com o fato de livro em questão abordar as conquistas das sociedades que realizaram revoluções com objetivos socialistas, sem mencionar o quanto o socialismo produz horrores na cabeça de *nossas crianças*.

Mas o medo difundido no ultimo parágrafo do artigo é algo puramente político

Nossas crianças estão sendo enganadas, a cabeça delas vem sendo trabalhada, e o efeito disso será sentido em poucos anos. É isso o que deseja o MEC? Se não for, algo precisa ser feito, pelo ministério, pelo congresso, por alguém. (KAMEL 2007. Grifos nossos).

Mas o que temia o jornalista em questão? Que *nossas crianças*, a partir de um livro que apresentassem outros pontos de vista que não o consensuado pela ideologia burguesa fizessem uma revolução de cunho socialista? A preocupação do jornalista aqui nos pareceu muito mais a expressão do medo que a burguesia sente de uma ofensiva socialista do que uma genuína preocupação com o fato de *nossas crianças* serem enganadas. Segundo Lukács (1969) após a crise de 1929 aconteceram mudanças no capitalismo atuar o que ou em suas palavras foram:

Hoje, com uma semana de cinco dias e um salário adequado, já pode existir as condições indispensáveis para uma vida cheia de sentido. Mas surge um novo problema: aquela manipulação que vai da compra do cigarro às eleições presidenciais ergue uma existência rica e cheia de sentido. Com efeito, a manipulação do consumo não consiste, como se pretende oficialmente, no fato de querer informar oficialmente qual é o melhor frigorífico ou a melhor lamina de barbear; o que está em jogo é a questão do controle da consciência. (Lukács, 1969, p. 67).

Kamel (2007) teme as crianças quando elas vierem a ser adultas, ele teme “o efeito disso [...] em poucos anos”, e, como ideólogo da classe capitalista, alerta a todos

para a necessidade de tal livro ser extirpado das escolas brasileiras. E, para isso, clama, em um dos maiores jornais brasileiros, para que o Estado, aquele Estado que tem de arbitrar em prol da classe capitalista, arbitre em prol da classe capitalista. “Algo preciso ser feito, pelo ministério, pelo congresso, por alguém”. E foi.

Na época do texto de Kamel (hoje Diretor geral de jornalismo do grupo Globo), o autor do livro *Nova História Crítica*, Mário F. Schmidt, percebeu que a crítica contundente a seu livro poderia significar a exclusão do mesmo dos catálogos nacionais de livro didático e redigiu sua resposta pública, não somente em defesa de sua obra, como também dos métodos de escolha dos livros didáticos, já temendo a retirada dos catálogos nacionais:

Nova História Crítica da Editora Nova Geração não é o único nem o primeiro livro didático brasileiro que questiona a permanência de estruturas injustas e que enfoca os conflitos sociais em nossa história. Entretanto, é com orgulho que constatamos que nenhuma outra obra havia provocado reação tão direta e tão agressiva de uma das maiores empresas privadas de comunicação do país.

Compreendemos que o sr. Ali Kamel, que ocupa cargo executivo de destaque nas Organizações Globo, possa ter restrições às posturas críticas de nossa obra. Compreendemos até que ele possa querer os livros didáticos que façam crer ‘que socialismo é mau e a solução para tudo é o capitalismo’. Certamente, nossas visões políticas diferem das visões do sr. Ali Kamel e dos proprietários da empresa que o contratou. O que não aceitamos é que, em nome da defesa da liberdade individual, ele aparentemente sugira a abolição dessas liberdades.

Não publicamos livros para fazer crer nisso ou naquilo, mas para despertar nos estudantes a capacidade crítica de ver além das aparências e de levar em conta múltiplos aspectos da realidade. Nosso grande ideal não é o de Stálin ou de Mao-Tsé Tung, mas o de Kant: que os indivíduos possam pensar por conta própria, sem serem guiados por outros.

Assim, em primeiro lugar exigimos respeito. Nós jamais acusaríamos o sr. Kamel de ser racista apenas porque tentou argumentar racionalmente contra o sistema de cotas nas universidades brasileiras. E por isso mesmo estranhamos que ele, no seu inegável direito de questionar obras didáticas que não façam elogios irrestritos à isenção do Jornal Nacional, tenha precisado editar passagens de modo a apresentar *Nova História Crítica* como ridículo manual de catecismo marxista. Selecionar trechos e isolá-los do contexto talvez fosse técnica de manipulação ultrapassada, restrita aos tempos das edições dos debates presidenciais na tevê. Mas o artigo do sr. Ali Kamel parece reavivar esse procedimento. Ele escolheu os trechos que revelariam as supostas inclinações stalinistas ou maoístas do autor de *Nova História Crítica*. Por exemplo, omitiu partes como estas: ‘A URSS era uma ditadura. O Partido Comunista tomava todas as decisões importantes. As eleições eram apenas uma encenação (...). Quem criticasse o governo ia para a prisão. (...) Em vez da eficácia econômica havia mesmo era uma administração confusa e lenta. (...) Milhares e milhares de indivíduos foram enviados a campos de trabalho forçado na Sibéria, os terríveis Gulags. Muita gente foi torturada até a morte pelos guardas stalinistas...’ (pp. 63-65)

Ali Kamel perguntou por onde seria possível as crianças saberem das insanidades da Revolução chinesa. Ora, bastaria ter encontrado trechos como estes: ‘O Grande Salto para a Frente tinha fracassado. O resultado foi uma terrível epidemia de fome que dizimou milhares de pessoas. (...) Mao (...) agiu de forma parecida com Stálin, perseguindo os opositores e utilizando recursos de propaganda para criar a imagem oficial de que era infalível.’ (p. 191) ‘Ouvir uma fita com *rock* ocidental podia levar alguém a freqüentar um campo de reeducação política. (...) Nas universidades, as vagas eram reservadas para os que demonstravam maior desempenho nas lutas políticas. (...) Antigos dirigentes eram arrancados do poder e humilhados por

multidões de adolescentes que consideravam o fato de a pessoa ter 60 ou 70 anos ser suficiente para ela não ter nada a acrescentar ao país...’ (p. 247)

Os livros didáticos adquiridos pelo MEC são escolhidos apenas pelos professores das escolas públicas. Não há interferência alguma de funcionários do Ministério.

O sr. Ali Kamel tem o direito de não gostar de certos livros didáticos. Mas por que ele julga que sua capacidade de escolha deveria prevalecer sobre a de dezenas de milhares de professores? Seria ele mais capacitado para reconhecer obras didáticas de valor? E, se os milhares de professores que fazem a escolha, escolhem errado (conforme os critérios do sr. Ali Kamel), o que o MEC deveria fazer com esses professores? Demiti-los? Obrigá-los a adotar os livros preferidos pelas Organizações Globo? Internar os professores da rede pública em Gulags, campos de reeducação ideológica forçada para professores com simpatia pela esquerda política? Ou agir como em 1964? (SCHMIDT *in* OBSERVATÓRIO DA IMPRENSA, 2007).

A disputa ficou clara e foi abordada à época (VERMELHO, 2007 e 2007a), já apontando que a polêmica acarretaria a exclusão do livro do catálogo nacional. E no edital seguinte, o primeiro agente convocado pelo jornalista, “o ministério” (Ministério da Educação – MEC) tomou a atitude de retirar o livro de sua lista, com um edital menos exigente a outros livros que não passaram anteriormente, mas que parece ter sido mais exigente com o livro aprovado anteriormente em editais mais difíceis. Se foram as críticas do jornalista que impuseram essa exclusão não há como afirmar categoricamente, porém não há como não ligar os dois fatos, sobretudo em uma sociedade capitalista, em que educação e a imprensa são importantes ferramentas de dominação ideológica e de direcionamento das ações de indivíduos e grupos. Certamente, muitos membros da classe trabalhadora se horrorizaram quando descobriram o que estavam ensinando a “nossas crianças”.

6 | CONSIDERAÇÃO FINAIS

É possível concluir que a inclusão de um livro didático de História que proporciona a formação de um estudante “autoconsciente e crítico” a partir de uma historiografia marxista e da interpretação de fatos históricos a partir de uma análise de classe é uma ação que não condiz com um projeto de educação com que se deve educar os explorados para o trabalho e para o tempo livre, que interioriza uma série de valores que não condizem com a sua posição na divisão social do trabalho, que crie uma *falsa consciência*. Assim, considerar a exclusão do livro *Nova história crítica* do guia do PNLD foi uma ação política por parte do Estado, a partir de uma orientação de classe capitalista, que ao mesmo tempo que se revestiu de uma preocupação com a totalidade da sociedade (“nossas crianças”) não deixou de expor o projeto conservador de classe (“o efeito disso será sentido em poucos anos”).

Esse episódio apenas demonstra que apesar de existirem brechas de atuação dentro dos mecanismos institucionais de dominação da burguesia, a classe trabalhadora deve criar seus próprios mecanismos de ação e emancipação, pois ainda que o Estado

capitalista tenha de ser conquistado, é difícil ocupar qualquer espaço mecanismos extra-Estado como suporte a essa conquista.

REFERÊNCIAS

BRASIL. MEC. **Plano Nacional do Livro Didático**. Disponível em: < http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12391&Itemid=668>. Acesso em: 19 de Fevereiro de 2014.

_____. MEC. **Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação**. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/programas/livro-didatico/livro-didatico-historico>>. Acesso em: 19 de Fevereiro de 2014.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do estado**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

FREDERICO, C. Lukács: um clássico do século XX. São Paulo: Ed. moderno, 1997.

IASI, Mauro. **Ensaio sobre consciência e emancipação**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

KAMEL, Ali. **O que ensinam às nossas crianças**. O Globo, 18/09/2007. Disponível em: < http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20070920/not_imp54776,0.php>. Acesso em 19 de fevereiro de 2014.

LUKÁCS, Gyorgy. **Prolegômenos para uma ontologia do ser social: questões de princípios para uma ontologia hoje tornada possível**. São Paulo: Boitempo, 2010.

_____. Conversando com Lukács. São Paulo: Instituto Lukács, 2014.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

_____. **Manifesto do partido comunista**. São Paulo: Martin Claret, 1984.

MÉSZAROS, István. A teoria da alienação em Marx. São Paulo: Boitempo, 2006.

_____. A educação para além do capital. São Paulo: Editora Boitempo, 2008.

_____. Para além do capital. São Paulo: Editora Boitempo, 2011.

MONTAÑO, Carlos; DURIGUETTO, Maria Lucia. **Estado, classe e movimento social**. São Paulo: Cortez, 2011.

OBSERVATÓRIO DA IMPRENSA. **A polêmica sobre a nova história**. Edição n. 452. 25 de setembro de 2007. Disponível em: <http://observatoriodaimprensa.com.br/interesse-publico/a-polemica-sobre-a-nova-historia/>. Acesso de 27 de março de 2014.

SCHMIDT, Mario Furley. **Nova história crítica: ensino médio 1. ed.** São Paulo: Nova Geração, 2005.

VERMELHO. **O livro que a Globo quer proibir**. 09 de setembro de 2007. Disponível em: < http://www.vermelho.org.br/noticia.php?id_noticia=23791&id_secao=10>. Acesso em 22 de maio de 2014.

_____. **Globo pressiona e MEC retirará livro didático das escolas**. 09 de setembro de 2007. Disponível em: < http://www.vermelho.org.br/noticia.php?id_noticia=23791&id_secao=10>. Acesso em 22 de maio de 2014.

TRABALHO DOCENTE NA EDUCAÇÃO INFANTIL: CONDIÇÕES OBJETIVAS E SUBJETIVAS DA PRÁTICA PEDAGÓGICA*

Luara Alexandre dos Santos

Pedagoga e Mestranda em Educação pela
Universidade Estadual de Maringá – UEM
Maringá, PR

Lucinéia Maria Lazaretti

Doutora em Educação e Professora Adjunta na
Universidade Estadual do Paraná – UNESPAR -
Paranavaí, PR

* Artigo apresentado no X Seminário do Trabalho:
Trabalho, Crise e Políticas Sociais na América Latina, 23-
25 de maio de 2016, UNESP – Marília.

RESUMO: O presente artigo refere-se a um estudo bibliográfico associado ao resultado de observações feitas durante a disciplina de Estágio Curricular Supervisionado na Educação Infantil, do curso de Pedagogia, no ano de 2014, em uma Universidade Estadual do interior do Paraná. O objetivo foi analisar quais eram as condições objetivas e subjetivas do trabalho docente em uma turma de centro de educação infantil do município. Realizamos estudos e reflexões fundamentados na Teoria Histórico-Cultural em relação aos dados obtidos por meio de observações participativas na turma com crianças entre 2 e 3 anos. Constatamos algumas condições que inviabilizam o trabalho docente: número superior de alunos permitidos por profissional; ausência de planejamento e organização do trabalho docente; professores com formação não específica para atuação na

educação infantil; precariedade de recursos e materiais. Essas condições não garantem um processo educativo de qualidade na formação e desenvolvimento das crianças. A par desses limites, apontamos algumas possibilidades que condizem com as condições subjetivas: garantida a formação docente de qualidade e específica, desde a inicial como a continuada, esse pode atuar de maneira a viabilizar organização e planejamento do ensino que contribuam com a aprendizagem das crianças.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Infantil;
Trabalho Docente: Teoria Histórico-Cultural.

ABSTRACT: This article refers to an aggregate bibliographic study the result of observations made during the course of Supervised in Early Childhood Education, the Faculty of Education, in 2014, in a State University of Paraná state. The purpose was to analyze what were the objective and subjective conditions of teaching in a class of early childhood education center in the city. We conducted studies and reflections based on historical-cultural theory in relation to data obtained through participant observation in the classroom with children between 2 and 3 years. We found some conditions that prevent the teaching: higher number of students allowed by professional; lack of planning and organization of teaching; teachers with no special training to operate in early childhood education; lack

of resources and materials. These conditions do not provide an educational process quality in training and development of children. Alongside these limits, we point out some possibilities that are consistent with the subjective conditions: guaranteed teacher education quality and specific, from the initial and continued, this can act so as to enable the organization and planning of teaching that contribute to children's learning. **KEYWORDS:** Early Childhood Education; Teaching Work: Theory Historical-Cultural.

1 | INTRODUÇÃO

O presente artigo apresenta reflexões a respeito de ações e estudos realizados durante o curso de formação em Pedagogia numa Universidade Estadual do interior do Paraná, especificamente, nas disciplinas de Estágio Curricular Supervisionado na Educação Infantil (102h/aula) e Formação e Ação Docente: Prática de Ensino na Educação Infantil (68h/aula), desenvolvidas no primeiro semestre de 2014. As disciplinas envolveram orientações, estudos e reflexões teóricas na Universidade, juntamente das observações participativas, planejamento e intervenção pedagógica realizadas no CMEI escolhido como campo de estágio.

Dentre as diferentes ações ocorridas no decorrer do estágio, escolhemos esse espaço para observar as ações objetivas e subjetivas que norteiam o trabalho docente como um espaço que nos proporciona enxergar o campo profissional que estamos mergulhando. Além disso, Gomes explica que o estágio possibilita “conexão entre a teoria estudada e a prática observada nas instituições que acolhem as estratégias, configurando-se, assim, como um passo importante na construção das identidades profissionais”. (2009, p.67)

Essa afirmação nos possibilita assemelhar a questão objetiva e subjetiva da ação docente, levando em consideração a formação do profissional que atua como professor e também as condições práticas que potencializam ou limitam sua ação em sala de aula, por meio das observações participativas, dos planejamentos e da intervenção pedagógica aliada a práxis. Podemos compreender tais questões a fim de nos configurarmos bons profissionais e pesquisadores.

Percebemos com essas disciplinas e seu entrelaçamento teórico-prático, que a ação docente depende tanto das condições objetivas (espaço real de atuação como contexto social e político), como das ações subjetivas (concepção de atuação fruto de sua formação profissional) e que ambas se complementam, de maneira que uma não sobrepe a outra, logo, a fragilidade de uma prejudica consideravelmente a outra, por exemplo, uma formação empobrecida e/ou fragmentada interfere na prática pedagógica no espaço educacional. O que nos leva a refletir sobre esse trabalho docente na presente conjuntura da sociedade brasileira, discutindo especialmente como tem ocorrido essa prática e qual sua importância para as ações de ensino e de aprendizagem.

Portanto, o objetivo desse artigo é apresentar os resultados de uma pesquisa de

cunho bibliográfico associado ao resultado de observações feitas durante a disciplina de Estágio Curricular Supervisionado na Educação Infantil, do curso de Pedagogia, no ano de 2014, em uma Universidade Estadual do interior do Paraná. Como já anunciamos, o objetivo foi analisar quais eram as condições objetivas e subjetivas do trabalho docente em uma turma de centro de educação infantil do município. Para isso, apresentamos no primeiro momento o relato do estágio observado, acentuando aspectos que norteiam condições que impossibilitam uma aprendizagem adequada, devido suas limitações e em um segundo momento, traremos uma análise das condições objetivas e subjetivas do trabalho docente, como premissa para uma prática pedagógica qualificada.

2 | O CAMPO DE ESTÁGIO E AS CONDIÇÕES OBJETIVAS E SUBJETIVAS EVIDENCIADAS

O estágio foi realizado em um CMEI no interior do Paraná, que tem como clientela, crianças de 0 a 5 anos em período integral. A sala na qual desenvolvemos nossas atividades de estágio é a turma do Infantil II, com um total de 25 crianças. Uma sala ampla, que possui um solário e assepsia, para serem realizadas as trocas de fraldas e roupas diariamente. No interior da sala há dois armários com materiais pedagógicos e brinquedos de uso coletivo das crianças, entretanto estão sempre trancados.

A faixa-etária da turma era com crianças de um ano e seis meses a dois anos. Para a turma o trabalho educativo havia, no período matutino, uma educadora, cujo cargo exigia como requisito mínimo para a atuação a formação à nível médio na modalidade normal ou magistério, porém com carga-horária de 30 horas semanais. Já em período integral (40 horas semanais), atuavam duas auxiliares educacionais, tendo como formação mínima, o ensino médio. Hoje, este cargo está extinto, sendo substituído pelo de “Cuidador”, segundo a lei municipal complementar nº 1042/2015.

Desenvolvemos nosso estágio no período vespertino, o que nos permitiu um contato apenas com as auxiliares educacionais. O que evidentemente nos causou estranhamento referente a qual a distinção das funções de cada uma. Na legislação do município, lei complementar nº 790/2009, encontramos que a educadora está no período matutino para, diariamente, realizar uma “atividade pedagógica” direcionada, enquanto que o período vespertino está vinculado basicamente com o cuidar, logo, essas auxiliares necessitam apenas do nível médio de formação para atuar nesse espaço e função.

Quando olhamos o caminho percorrido pela Educação Infantil e seu vínculo como uma instituição de ensino percebemos que o mesmo é cheio de obstáculos, tais como os planos de salários e carreira dos profissionais que trabalham nesses espaços. Como vimos nessa experiência, ainda se perpetua a figura do educador, do auxiliar, do atendente de creche, do agente de apoio, etc. Esses cargos surgem a fim

de substituir o lugar do pagem, do monitor, da crecheira, ou seja, atuações vinculadas diretamente com o cuidado da criança, levando a uma ideia limitada do real papel desse profissional atualmente.

Dessa forma, essa substituição refere-se apenas a nomenclatura e limita-se ao plano teórico, isso porque a prática desse profissional em contato com a criança do centro de educação infantil fica apenas no âmbito do “[...] limpar, cuidar, alimentar e evitar riscos de quedas e machucados, controlando e contendo um certo número de crianças” (CAMPOS, 1994, p. 32), o que desvincula do cuidado do processo educativo. Ou seja, essa fragmentação no atendimento com a criança pequena traz para a educação infantil uma ideia de separação entre o cuidar e o educar, o professor torna-se aquela que trabalha com o “pedagógico”, enquanto que educador e o auxiliar/educador/agente/cuidador aquele que limpa e alimenta a criança, atendendo os cuidados em suas necessidades físicas básicas.

As observações duraram 10 encontros de 4 horas semanais cada, nos quais constatamos uma rotina rígida, composta das ações de limpar, cuidar e alimentar as crianças, a fim de garantir seu bem estar físico. Ações essas que acusam uma rotina de *espera*: espera para a troca, espera para o café, espera para a janta, espera para dormir, até a aguardada a espera de ir para casa. Essa organização infelizmente impossibilitou, em nossas observações, de ação pedagógica intencional que tenha sido planejada, orientada por um ensino com objetivo e sistematicidade, com clareza ou dirigida e compreendida pelas auxiliares e crianças.

Encontramos também, uma sala de aula com paredes vazias, sem registros ou memórias de ações materializadas pelas crianças, como pintura, desenho ou outra produção que as apresentassem. Isso demonstrou um esvaziamento das produções e manifestações infantis, com poucas conquistas, sem um vínculo íntimo com o conhecimento e a aprendizagem que possibilita um desenvolvimento em potencial; Realizamos também nesse estágio, um planejamento e intervenção, com um conteúdo que estivesse dentro do planejamento curricular do CMEI. Porém, nesse artigo, nos atentaremos as condições objetivas e subjetivas de trabalho que os profissionais ali envolvidos estavam condicionados.

A fim de compreender como ocorre a prática pedagógica, escolhemos analisá-la em suas condições objetivas e subjetivas, partindo do pressuposto de que a ação docente e sua prática pedagógica trata-se de uma relação entre as transformações da realidade social da qual faz parte e de sua formação profissional. Logo, procuramos analisar a unidade, o todo, para assim, compreender as partes. De modo que compartilhamos com Basso, (1994) quando compreendemos a sua ideia de que ao analisamos os fatos isoladamente, teremos pouca compreensão, do contrário, quando analisamos as partes na unidade, garantimos uma apresentação fiel do objeto de estudo.

Compreendi, então que a partir da formação como um elemento isolado não possibilitaria o entendimento da prática pedagógica. Era necessário considerar uma unidade sintetizadora das relações entre formação e outros elementos da prática pedagógica. (BASSO, 1994, p. 4)

O primeiro passo será o de analisarmos as condições objetivas em que o docente está enquadrado. Observamos que, embora houvesse um amplo espaço interno e externo para o desenvolvimento de práticas pedagógicas adequadas, haviam limitações impostas pela dinâmica da escola. Na sala de aula havia 25 alunos para duas auxiliares educacionais. Quando buscamos a informação sobre a quantidade de crianças por profissional, encontramos no MEC (2013) que para o atendimento de crianças entre 2 e 3 anos (turma observada) é necessário um professor para 15 crianças, o que nos deixa sem uma resposta efetiva, visto que, as profissionais ali presente não possuíam uma formação e cargo que as colocasse como professoras, e sim eram auxiliares educacionais e por isso, responsáveis diretas pelas ações desenvolvidas com a turma. Além disso, percebemos uma ausência de planejamento e organização do trabalho docente; profissionais com formação não específica para a atuação na instituição de educação infantil; precariedade de recursos e materiais; e atendimento inadequado, com poucas possibilidades de experiências de efetiva aprendizagem e desenvolvimento.

Quando pensamos a prática pedagógica, é necessário entendermos que o ensino não está baseado apenas na concepção teórica que fundamenta o professor, mas também às suas condições sociais reais que viabilizam as condições objetivas, diretas, do seu trabalho docente. O fato das auxiliares educacionais não serem formadas especificamente na área, apresenta-se uma condição objetiva que inviabiliza o trabalho docente, já que sua forma de conceber e encaminhar as ações de ensino são frágeis e baseadas no improviso. Ainda que haja uma vontade em promover um bom momento àquelas crianças, a precariedade de conhecimento e ainda, a impossibilidade de um plano de carreira não motivam aquelas profissionais a buscarem um novo conhecimento e conseqüentemente limitam suas condições de ofertar um ensino de qualidade.

Esse primeiro fato, nos permite olhar de acordo com Marx (1968, p. 202), citado por Basso (1994, p. 18) como essa falta de formação pode limitar o ensino, ao entendermos que o esforço consciente da ação.

[...] tanto mais necessário quanto menos se sinta o trabalhador atraído pelo conteúdo e pelo método de execução de sua tarefa, que lhe oferece por isso menos possibilidade de fruir da aplicação das suas próprias forças físicas e espirituais. (BASSO, 1994, p.18)

Como as auxiliares educacionais não possuíam conhecimento teórico (formal) do processo de ensino e de aprendizagem, a sua função restringia-se às ações espontâneas e improvisadas, tornando o conhecimento a ser oferecido, comprometido. O trabalho dessas profissionais torna-se inevitavelmente menos consciente. E essa afirmação é

óbvia pois as mesmas dificilmente se sentiam atraídas pelo ensino, pelo seu conteúdo e possíveis métodos para sua oferta. Esse fator tira a autonomia de quem ensina, seja o sujeito (professor), como a instituição educacional. Isso ocorre porque, o próprio Estado, pela letra da lei LDBEN 9.394/96, quando propõe e permite a vigência de leis que possibilitam brechas para profissionais inadequados adentrarem e ensinarem as crianças pequenas, negligenciam a oferta de um planejamento que possui uma organização do ensino pautada na práxis e que pensa o pleno desenvolvimento nessa etapa da infância. O que leva à um ensino engessado, no qual é negado a possibilidade de trabalhar de uma forma diferente, mas acessível a realidade presente.

[...] o controle efetiva-se muito mais pela formação aligeirada do professor – por falta de conhecimentos mais profundos sobre conteúdos e metodologias, vê-se obrigado a reproduzir o conteúdo do livro didático – do que por outras vias, do que por exemplo ações de especialistas. (BASSO, 1994, p. 23)

Além disso, o contexto econômico e cultural a qual essa prática está envolvida, nos permite enxergar uma desvalorização considerável do professor e de sua função de garantir aprendizagens por meio da transmissão de conhecimento. Essa desvalorização envolve baixos salários, uma jornada de trabalho extensa, com pouco descanso para essas profissionais, além de uma falta de infraestrutura e recursos pedagógicos que influenciam diretamente nas ações de ensino em sala de aula, causando um ensino desorientado, porque os alunos não aprendem ou demoram a aprender, visto que seus professores não estão capacitados a ensinar.

Torna-se indispensável considerar a realidade que a criança, o professor e a instituição de ensino estão inseridos, isso porque o processo de ensino e aprendizagem está diretamente vinculado às suas condições objetivas e subjetivas em relação com o processo de humanização. Entendemos que a criança se desenvolve de maneira dialética, logo, o ensino organizado intencionalmente garante a formação do ser social da criança e desenvolve suas funções psicológicas superiores. Isso permite um desenvolvimento que supera o desenvolvimento biológico e possibilita uma formação histórico-social. Ou seja, as condições históricas concretas expressas na objetividade e subjetividade da educação infantil.

Analisando agora a condição subjetiva do trabalho docente, entramos na discussão da postura teórica do professor e com sua prática concretiza-se diferentemente de acordo com as práticas pedagógicas a que foi e é envolvido, sejam ora como aprendiz, ora como condutor nesse processo. Para entender o que essa condição subjetiva representa, nos atentemos ao que Marx (1968, p.202), citado por Basso (1994, p. 18), nos evoca:

No fim do processo de trabalho aparece um resultado que já existia antes idealmente na imaginação do trabalhador. Ele não transforma apenas o material sobre qual opera; ele imprime ao material o projeto que tinha conscientemente em mira, o qual tem de subordinar sua vontade. (BASSO, 1994, p. 18)

Se parafrasearmos Marx e substituirmos a palavra trabalho por professor, da citação acima, analisamos a esfera ensino e aprendizagem de uma maneira muito clara, dado que, o professor, quando formado qualitativamente, pode enxergar os resultados ao qual, junto com o aluno e seu projeto de ensino, pretende alcançar, o qual projeta e propõe possibilidades para alcançar essa ideia. Entretanto, vemos à exemplo de nossa experiência que docentes, por vezes, não conseguem fazer esse movimento, isso porque não possuem essa formação mínima para a função que ocupa. Logo, sua organização de ensino não consegue projetar o final do processo, não visa um desenvolvimento em potencial.

A ação docente deve possibilitar uma autonomia maior para o trabalho em sala, isso porque, esse trabalho, diferente dos trabalhos no sistema capitalista, permite ao professor realizar uma avaliação contínua de sua prática, viabilizando modificações, aprofundamentos e adequações simultâneas com o ensino ofertado. Porém, essa autonomia pode ser – e no caso é – ilusória diante das limitações reais que o professor está envolvido. Podemos então considerar que a condição subjetiva está diretamente vinculada à objetiva, ambas em estado de fragilidade.

Estamos diante de um processo dinâmico, no qual a formação acadêmica e os impactos das transformações reais quando analisados isoladamente, não possibilitam uma visão abrangente do problema real da unidade, mas que, quando observados e discutidos em conjunto, proporcionam uma análise crítica das condições do trabalho docente.

3 | POSSIBILIDADE DO TRABALHO DOCENTE ATRELADO A CONDIÇÕES ADEQUADAS DE ENSINO

Para se pensar as possibilidades do trabalho docente, iniciemos com a apresentação do significado da função do docente no processo de ensino e aprendizagem. Assim, partirmos de uma perspectiva construída historicamente e não pressuposta de opiniões sem uma fundamentação teórica que dê conta da formação humana e do desenvolvimento das funções psicológicas superiores.

Segundo Martins (2009), a função da Educação Infantil, dá-se em promover intencionalmente o desenvolvimento das complexas funções psíquicas pela mediação da aprendizagem escolar, entendendo o ato de ensinar, como eixo estruturante de uma boa organização do desenvolvimento da prática pedagógica referente a aprendizagem infantil. Também é função dos centros de educação infantil considerar a criança como um sujeito ativo no processo de ensino e aprendizagem. Dessa forma, será possível promover o seu desenvolvimento pleno, tendo o professor papel fundamental de ensinar com possibilidades de promover à criança o desenvolvimento de suas habilidades complexas e capacidades humanas. Garantindo dessa forma o ensino, que por sua

vez, possibilitará o seu desenvolvimento de maneira transformadora.

[...] tal relação não ocorre em um “vazio social”, isto é, todo esse processo recebe incessantemente, as influências das relações das crianças com outras pessoas, em especial dos adultos, dos quais é absolutamente dependente. É o adulto que lhe confere o objeto ou o retira, que o nomina e significa, enfim, que promove a conversão das coisas em instrumentos, em objetivações humanas. (MARTINS, 2009, p. 111).

É função do professor, planejar ações, pensando a zona de desenvolvimento proximal da criança, a fim de potencializar as capacidades infantis e ampliar o desenvolvimento infantil. Ações essas que só serão possíveis, quando o professor possuir condição de realizar sua práxis no seu espaço real. Isso porque, caso o seu conhecimento esteja limitado ensino básico (ensino médio) por exemplo, dificilmente o mesmo terá visto durante sua formação uma discussão sobre o processo de humanização do homem e as diferentes vertentes de entender o mesmo. Levando-o a uma prática do “ensinar pelo ensinar”, prezo a uma ação sem sentido e significado seja pra quem ensina ou pra quem aprende (ou deveria aprender), aprisionada no espontâneo e cotidiano.

Basso (1994), também nos apresenta a necessidade de transformar o sentido do trabalho desenvolvido pelo professor. O autor apresenta essa questão por considerar que o professor desconhece o significado de seu trabalho, logo o sentido de suas ações, por vezes, se distanciam muito do objeto a ser alcançado. Para o autor,

As categorias significado e sentido do trabalho docente expressam a articulação entre as condições subjetivas – traduzidas nesse estudo pela formação do professor, abrangendo a compreensão dos fins da ação de ensinar – e as condições objetivas de trabalho que, de forma como são impostas ao professor, apresentam-se como circunstâncias alienadas. (p.13)

Basso (idem) defende, e compartilhamos dessa ideia, que ainda que o significado da função do professor – ato de ensinar, transpor o conhecimento acumulado pela humanidade e possibilitar um desenvolvimento efetivo – apresentado pela sociedade e definido historicamente, seja explícito, caso o professor e a instituição de ensino não tenha condições subjetivas e objetivas de trabalho, garantidas, não poderemos transformar a prática educacional, ou se transformarmos, será de maneira muito lenta, isso porque, essa transformação necessita de ambas condições para se realizar. Percebemos então que muitas vezes, devido as necessidades impostas diariamente, o professor é refém de limitações no seu trabalho, o que leva a apresentar um sentido desviado em suas ações de ensino.

Essa ruptura entre significado e sentido é a expressão da alienação do trabalho docente. O fato de termos esses limites que inferem nas condições objetivas de trabalho, nada mais são que, circunstâncias alienantes que dificultam expressivamente a manifestação das condições subjetivas, ainda que no caso observado, essa condição

também esteja comprometida. Pensemos num exemplo simples, com uma má remuneração, o professor desenvolve seu trabalho, com o intuito de ganho para sua sobrevivência, muitas vezes buscando outros meios para garantir sua renda. Isso leva, muitas vezes, a uma não apreciação da prática pedagógica, por ver nesse espaço, ideais que não lhe possibilitam saltos, progressão financeira, formação continuada, entre outros. Enfim, o sentido se desliga do significado e as ações deixam de ter vínculo com o ensino, para ter vínculo com a necessidade pessoal do professor, o seu trabalho perde o sentido de suprir a necessidade do ensino e passa a ser uma ação a fim de suprir apenas necessidades fora desse espaço.

Portanto, a separação de significado e sentido das ações, tornam-se a unidade em questão, alienada.

O trabalho alienado é entendido, assim, como meio de existência como uma aparente atividade, como exterior ao trabalho e não como ato que desenvolve novas capacidades e cria novas necessidades, não como essência humana no sentido da realização das possibilidades alcançadas pelo gênero humano. Na alienação *‘o trabalho é exterior ao trabalhador, ou seja, não pertence a sua essência, que portanto ele não se afirma, mas se nega em seu trabalho, que não se sente bem, mas infeliz, que não desenvolve energia mental e física livre, mas mortifica sua physis e arruína sua mente. (...) O seu trabalho não é portanto voluntário, mas compulsório, trabalho forçado. Por conseguinte, não é a satisfação de uma necessidade, mas somente um meio para satisfazer necessidades fora dele (Marx, 1984, p.153, grifos no original) (BASSOS, 1994, p.38).*

Com o relato do estágio, que trata-se de uma realidade não apenas de uma sala ou um centro infantil, mas de todo o município, e, quiçá, essa particularidade expressa a universalidade, podemos observar a limitação diante das possibilidades num bom processo de trabalho docente. Disso decorre, um trabalho alienado que pouco desenvolve novas capacidades e necessidades pela criança, que lhe oferta poucas chances de novas formações psíquicas e ou ainda apropriação de conhecimentos, o que acarreta diretamente no produto final que será consumido pelas crianças, o ensino em si.

Sendo assim, enquanto as condições objetivas de trabalho docente não proporcionarem a realização humana profissional, de maneira que o professor possa apropriar-se desse processo e desenvolver novas capacidades e necessidades, o seu trabalho se tornará alienado. Serão ações limitadoras e que muitas vezes será/é reconhecida como situações frustrantes, isso porque o trabalho alienado não possibilita uma visão fora da alienação. O que também acarretará numa outra consequência, eu é a produção em grande escala de alienados e alienantes.

A reprodução mecânica da atividade docente e suas condições de vida não permitem a ampliação das possibilidades de crescer enquanto professor e ser humano, criando novas necessidades e condições de satisfazê-las. E nem para o aluno. Alienam-se os dois. Segundo Saviani (1988, p.74) *“é preciso levar em conta que os conteúdos culturais são histórico e seu caráter revolucionário está intimamente associado a sua historicidade. (...) a transformação dos conteúdos*

Estamos diante de um espaço que tem o objetivo o ensino, mas que, quando interpretado e reproduzido da forma acima, apresenta nada mais que um simples banco de informação, ou no caso do CMEI, um banco assistencialista, sem fim no ensino, promovendo professores e crianças vinculadas à uma formação alienada. É necessário, aprofundarmos em reflexões que nos possibilitem a compreender como ocorre essa prática e como deveria ocorrer, para que diante dos inúmeros desafios que se apresentarem, possamos trabalhar de forma intencional e dirigida, compreendendo a representação social de ser professor, a fim de criar condições de discutir a qualidade de nosso trabalho.

O processo de observação participativa demonstrou claramente um desafio a ser enfrentado no ambiente da educação infantil e também possibilidade de pesquisas que podem avançar no embate a essas más condições de desenvolvimento da prática pedagógica. Há limites objetivos e ainda muito camuflados sobre o processo de desenvolvimento da criança de 0 a 3 anos, devido a uma ideia ainda muito distorcida da função dos CMEIs. Por isso, o significado da função do professor e o sentido de suas ações precisam ser mais explorados e expostos, para que a educação, o desenvolvimento, enfim, toda a unidade educacional de fato tenha progressos significantes.

O papel do pedagogo é superar as práticas cotidianas espontaneístas na direção da organização de ações educativas mediadoras das formas pelas quais a criança se relaciona com seu entorno físico e social, tendo em vista explorar as suas máximas potencialidades de desenvolvimento. (MARTINS 2009, p.13)

Portanto, ao tomar ciência da sua função no processo de ensino-aprendizagem, o professor terá clareza que é o agente dominador do conhecimento científico e que sua intervenção amparada em condições objetivas e subjetivas possibilitará o desenvolvimento de potencialidades e capacidades em êxito, através de uma aprendizagem ativa.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A intenção, neste capítulo, foi o de analisar como se apresenta as condições objetivas e subjetivas do trabalho docente, relatando uma experiência de estágio supervisionado curricular na educação infantil, contrapondo com uma fundamentação teórica necessária para se discutir o processo apresentado. E compreendemos que uma boa prática pedagógica não se resume apenas nas mudanças necessárias de concepções teóricas, mas também de mudanças urgentes nas condições objetivas em que essa prática se desenvolve.

É necessário discutirmos mais as possibilidades de um trabalho menos alienado

dos professores em nossos centros de educação infantil. Isso porque, ainda que essa alienação seja uma marca das condições do sistema capitalista, temos na prática pedagógica a autonomia de métodos e possibilidade no ato de ensinar e isso precisa ser efetivado em práticas. Sabemos que a questão da remuneração do salário e plano de carreira do professor é crucial, que a diminuição da jornada de trabalho e a falta de autonomia nas aulas planejadas são discussões urgentes e por isso a pesquisa e a investigação não podem cessar.

É válido também ressaltar que os limites estão presentes e atingem diretamente a sala de aula, temos também um contexto social, econômico e histórico que precisa ser analisado, pois implicam nas diretrizes, no sistema educacional brasileiro e que necessita avançar em suas políticas contínuas e articuladas. Um desafio contínuo e de exploração profunda, mas que essencial para se articular práticas pedagógicas de qualidade que garantam condições objetivas e subjetivas do trabalho docente.

REFERÊNCIAS

BASSO, I. S. **As condições subjetivas e objetivas do trabalho docente: um estudo a partir do ensino de História**. Campinas. Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP – Faculdade de Educação. 1994

BRASIL, **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional LEI 9.394/1996**

CAMPOS, M. M. Questões sobre o perfil do profissional de educação infantil. In: **Por uma Política de Formação do Profissional de Educação infantil**. Brasília: BRASIL/MEC/SEF/COEDI, 1994, p. 32-42.

GOMES, M, O. **Formação de professores na Educação Infantil**. São Paulo, SP. Cortez, 2009.

MARINGÁ, **LEI COMPLEMENTAR, Nº 790/2009**.

BRASIL, **Dúvidas mais frequentes sobre Educação Infantil**. MEC, 2013.

MARINGÁ, **LEI COMPLEMENTAR Nº 1042/2015**.

MARTINS, L. M. **Ensinando aos pequenos: O ensino e o desenvolvimento da criança de zero a três anos**. Campinas, SP: Alínea, 2009.

SAVIANI, D. **Formação de Professores no Brasil: Dilemas e Perspectivas**. Poíesis Pedagógica. V.9, N.1 jan/jun.2011; pp.07-19.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 1996.

O TRABALHO DOCENTE NO ENSINO SUPERIOR PRIVADO NO CONTEXTO DA ACUMULAÇÃO FLEXÍVEL EM CAMPINA GRANDE/PB

Nadine Gualberto Agra

Centro Universitário Unifacisa

Curso de Direito

Campina Grande – PB

RESUMO: O trabalho tem como objetivo mostrar como se manifesta o controle do trabalho docente em instituições privadas de ensino superior no contexto da acumulação flexível. O estudo está inserido nos marcos do debate sobre controle, dominação, resistência e consentimento no ambiente de trabalho. A pesquisa foi realizada nas instituições de ensino superior presencial privado de Campina Grande/PB, mediante entrevistas e pesquisa bibliográfica. Como resultado, pode-se destacar a existência de um ambiente de trabalho marcado por forte controle hierárquico, competitivo, com pouca autonomia dos docentes, grande instabilidade da relação de emprego e interferência do aluno cliente, traços que geram o controle pelas vias do medo alimentado entre os professores, fazendo com que esses se submetam a padronização, flexibilização e intensificação do trabalho, tornando-se os verdadeiros fiscais de si mesmos. O trabalho docente no ensino superior privado, portanto, tem natureza de trabalho não-clássico e produtivo, à medida que os professores, ao executar seu trabalho se inserem no processo de valorização do capital

que adota o conhecimento como mercadoria chave.

PALAVRAS-CHAVE: Trabalho docente, mercantilização, controle, resistência

ABSTRACT: This study aims to show how control of teaching work in private institutions of higher education in the context of flexible accumulation is manifested. The study is part of the debate on control, domination, resistance and consent in the work environment. The research was carried out in the institutions of private higher education of Campina Grande / PB, through interviews and bibliographical research. As a result, we can highlight the existence of a work environment marked by strong hierarchical control, competitive, with little autonomy of the teachers, great instability of the employment relation and interference of the client student, traits that generate the control by the routes of fear fed between teachers, causing them to submit to standardization, flexibilization and intensification of work, becoming the true tax of themselves. The teaching work in private higher education, therefore, has the nature of non-classic and productive work, as the teachers, in performing their work, are inserted in the capital appreciation process that adopts knowledge as a key commodity.

KEYWORDS: Teaching work, commodification, control, resistance

1 | INTRODUÇÃO

O empresariamento da educação e a invasão que o mercado vem operando no universo acadêmico deixa suas marcas mais visíveis no trabalho docente em instituições privadas de ensino superior. Setor de negócios relativamente novo, por ter se desenvolvido enquanto tal a partir dos anos 1990, o setor privado de ensino superior não tardou em introduzir os modos de gestão próprios dos setores mais avançados do capitalismo contemporâneo. Sendo assim, o objetivo do presente artigo é traçar um panorama da situação do trabalho docente no ensino superior privado, inserido no contexto de transformações capitalistas. Parte integrante da tese de doutorado que tem como título “Trabalho docente do ensino superior privado em Campina Grande/PB: controle, resistência e formação de consentimento”, de modo específico, esse estudo contém as evidências de como se manifesta o controle no ambiente acadêmico privado em Campina Grande/PB.

Nesse estudo, o trabalho docente em instituições privadas do ensino superior foi observado nos marcos da Sociologia do Trabalho, especificamente inserido no debate sobre mecanismos de controle, dominação, resistência e consentimento no ambiente de trabalho, enfatizado por Gramsci (2008), Linhart (2007), Alves (2007, 2011), Amorim (2009), Antunes (2009, 2011) e Dejours (1992).

Para a elaboração de um quadro demonstrativo das relações e condições de trabalho docente no ensino superior, foram entrevistados 28 docentes, distribuídos entre docentes em exercício, egressos, coordenadores e ex-coordenadores. Ainda, buscou-se entrevistar professores de diferentes campos do saber, bem como aqueles que se dedicam ou não exclusivamente a profissão. Além da consulta e da pesquisa de campo, buscou-se trabalhar dados estatísticos e bibliográficos.

O texto está organizado de modo a expor, inicialmente, o modelo de gestão que vem sendo adotado nas instituições privadas de ensino superior, em seguida traça o perfil das funções docentes, para então, mostrar aspectos do controle do trabalho docente, o que oferecerá as bases para averiguar em que medida as instituições privadas de Campina Grande/PB adotam os novos paradigmas e como estes se refletem no cotidiano do trabalho docente.

2 | A GESTÃO DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS DE ENSINO SUPERIOR

Para abordar o modo de gestão que vem sendo adotado em instituições privadas de ensino superior, buscou-se artigos de professores envolvidos com direção e coordenação de cursos privados, bem como publicações de consultorias especializadas que indicassem os princípios da administração moderna propostos para gerir o ensino superior privado.

Nessa perspectiva, no início dos anos 2000, frente a capacidade ociosa que as

instituições privadas começavam a enfrentar, ainda no auge da expansão desordenada de instituições privadas na modalidade faculdades isoladas, Schwartzman & Schwartzman (2002) indicavam algumas estratégias empresariais que estavam sendo adotadas pelas instituições, entre elas: manter elevadas as vagas iniciais para compensar a evasão do final de curso, campanhas publicitárias; rebaixamento do valor das mensalidades; localização das unidades de ensino perto do trabalho ou da residência dos alunos e facilidades de ingresso, além da estratégia de crescimento acelerado e a busca de *status* de universidade que garantiria a autonomia frente à regulamentação do MEC.

Uma década depois, diante da realidade de oligopolização e desnacionalização do mercado, portanto, de acirramento da concorrência, as instituições privadas se viram obrigadas a adotar novas medidas, basicamente, estratégias empresariais voltadas para o marketing de relacionamento e novas formas de gestão dos recursos humanos.

No contexto educacional, portanto, o *marketing* envolve ações que delineiam programas voltados para o atendimento das necessidades e dos desejos do público-alvo. Assim, as instituições privadas investem muito no trato direto com o consumidor. Nesse sentido, os autores consideram que a marca, a embalagem (que corresponde à forma dos funcionários se vestirem), a disposição da mobília, salas de aula, biblioteca são fatores determinantes da escolha por uma instituição de ensino superior. (MARTINS et al., 2007). Além disso, implementam programas de captação de alunos, como as feiras de profissões e eventos de orientação vocacional para os alunos de ensino médio, potenciais alunos.

Com foco nos recursos humanos, Nassif & Hanashiro (2001), também gestoras de uma universidade privada paulista, entendem que o corpo docente se constitui no principal elemento da cadeia de valor, capaz de criar diferenciação difícil de ser imitada, por conseguinte, uma verdadeira fonte de vantagem competitiva. No mesmo sentido, para as consultorias especializadas em prestar serviços às instituições privadas, dentre elas, a Lobo & Associados, os docentes são o DNA de uma instituição de ensino, por isso deve haver uma correlação direta entre o valor da mensalidade e o valor da hora-aula paga ao professor (LOBO, 2003).

Diante desse quadro, a contratação de professores doutores em tempo integral pode incorrer em grandes perdas financeiras sem contrapartida acadêmica. Na perspectiva da consultora, um professor doutor não é garantia de bom ensino de graduação, da mesma forma que a contratação em tempo integral não garante que se instalem linhas de pesquisa de qualidade. Considera, portanto, ingenuidade acreditar que toda instituição deve ter uma carreira docente nos moldes da universidade pública independente da sua missão. (LOBO, 2003).

Por outro lado, é comum instituições privadas investirem em infraestrutura física, suas salas de aula geralmente são confortáveis, com material didático-pedagógico amplamente acessível, projetores de multimídia, computadores, TV's, ar condicionado.

Além disso, os laboratórios são sempre bem montados, e algumas possuem excelentes bibliotecas. Enfim, os princípios adotados na gestão do ensino superior privado não são próprios do mundo universitário, mas do mundo empresarial. Contrariamente, foram apontados fatores como bom relacionamento, disposição dos móveis e até a forma de os funcionários se vestirem como atributos de atratividade da “clientela”. Termos como *telemarketing*, mala direta, liderança, proatividade, fidelização, captação, controle, agora fazem parte de uma instituição de ensino superior, enquanto carreira docente, titulação, trabalho em tempo integral, desenvolvimento de pesquisa estão tendo seus valores questionados, até mesmo sendo atacados de forma direta enquanto padrão a ser adotado no ensino superior, como o faz Lobo (2003).

Reproduzindo relações capitalistas, portanto, aos professores é conferida a função de fonte de vantagem competitiva, conforme indicaram as proposições dos gestores, na verdade, uma ampliação das suas atribuições além dos critérios acadêmicos. Desse modo, não mais é suficiente que tenha boa formação e didática: é preciso que se relacione bem como o aluno, entendendo-o a ponto de mantê-lo na instituição, sentindo-se cúmplice da missão da empresa e ainda com aptidão para gestão, flexibilidade e adaptabilidade. Logo, novas formas de controle são requeridas, à medida que a categoria ainda é vista pelos gestores como de postura tradicional, corporativa, resistente a mudanças. Sendo assim, no próximo item, será caracterizado os docentes do ensino superior privado de Campina Grande/PB, para, em seguida, demonstrar como vem se dando o controle sobre essa força de trabalho.

3 | NOTAS SOBRE O TRABALHO DOCENTE EM INSTITUIÇÕES PRIVADAS DE ENSINO SUPERIOR

Em Campina Grande/PB, há oito instituições de ensino superior presenciais, dentre as quais duas públicas, a Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) e a Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), ao todo, são seis as instituições privadas que oferecem cursos presenciais em Campina Grande/PB; dentre estas, empresas locais e grupos regionais. A realidade local segue os parâmetros do país como um todo e do Nordeste, onde 87,4% e 82,25 das instituições de ensino superior são privadas, respectivamente.

De acordo com os dados do e-sic (Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão) fornecidos em 2014, atualmente há 4.074 funções docentes em exercício na cidade, sendo 2.400 homens (59%) e 1.674 mulheres (41%). Desse total, 79% (3.236) das funções docentes atuam no ensino público e 21% (838) no ensino privado. Apesar de minoritário em termos quantitativos, é no ensino público onde se concentra a maior quantidade de funções docentes em exercício, uma peculiaridade da cidade em relação ao resto do país, onde há o predomínio de quase 59% das funções docentes no setor privado. Segundo a organização acadêmica, o quadro da cidade

também diverge do país e da região Nordeste. Em Campina Grande/PB, os docentes se concentram nas universidades, 78%, estando 20% nas faculdades e 2% no Instituto Federal.

Em termos de regime de trabalho, nas instituições privadas a maior ocorrência é do tempo parcial, 40% dos contratos de trabalho, seguido pelo regime de contratação em tempo integral sem dedicação exclusiva (31%), pelo regime horista, 19%, e apenas 10% das funções docentes trabalhando com dedicação exclusiva.

No que diz respeito ao grau de formação, as funções docentes estão distribuídas de acordo com a realidade nacional, ou seja, concentração de doutores nas universidades públicas, 50% (1.577) e concentração de mestres e especialistas nas faculdades privadas, no total, 73% ou 609 mestres e especialistas, com apenas 27% das funções docentes de doutores (229).

Qualitativamente, percebeu-se que o quadro de docentes do ensino superior é bastante diversificado. Na verdade, neste setor, há uma mescla de professores que se dedicam exclusivamente à docência, os profissionais liberais que dão aula como atividade secundária, os servidores públicos da carreira jurídica que, respaldados pela Constituição Federal, exercem a docência (juízes, membros do Ministério Público, procuradores federais, oficiais de justiça etc.) e ainda os professores de universidades públicas, em exercício ou aposentados, que complementam renda nas instituições privadas.

As condições e relações de trabalho em instituições privadas de ensino superior começam a ser desenhadas pelas formas de padronização do trabalho docente que são implementadas a fim de - à semelhança dos preceitos seguidos pela gerência taylorista apontada por Braverman (1987) nas fábricas norte-americanas do início do século XX - dispor dos “tempos e movimentos” dos docentes, de modo a controlar o seu trabalho.

De maneira geral, nas instituições de ensino superior privadas de Campina Grande/PB, não foi encontrado o mesmo nível de padronização. Na verdade, práticas diretas de padronização aparecem de forma mais acentuada nos grandes grupos educacionais, nos quais os professores são atrelados à supervisão de uma gerência regional, desde a elaboração de programas de curso, ao material utilizado em sala de aula ou alteração de notas. Quanto a interferência direta da coordenação nas questões pedagógicas, um determinado docente desabafou: “Eu me sinto um Charles Chaplin engessado!” (informação verbal).

Outra característica marcante do ambiente de trabalho das instituições de ensino superior privadas é a centralização do processo decisório. Nesse sentido, as empresas educacionais não seguem o preceito dos modelos toyotistas, que pregam a participação de “colaboradores” como princípio, uma vez que a figura central do comando são os coordenadores de curso, os substitutos dos antigos bedéis, responsáveis por executar as mais variadas formas de controle da força de trabalho, não apenas no que diz respeito à forma de execução da prática docente, mas, principalmente, na imposição

de padrões de conduta a serem seguidos pelos professores, implantados de maneira tácita ou não no cotidiano das instituições.

Nas instituições privadas de Campina Grande, foi encontrada interferência hierárquica e o controle do trabalho docente exercidos das mais diversas formas: pela imposição de padrões e prazos ou pela interferência direta da pessoa do coordenador, através de visitas em salas de aula para investigar a conduta de determinados professores. Não obstante, há prática de fiscalização das direções, que “passeiam” pelos corredores, abrindo as portas das salas para ver se o professor cumpre ou não o horário de liberar os alunos; do mesmo modo que é bastante comum as instituições manterem alunos bolsistas para servirem de “informantes”. Segundo depoimento de ex-coordenador, uma “rede de fofocas” alimenta a tomada de decisão da direção, como por exemplo, no momento da contratação, o coordenador recebe currículos com observações em letras garrafais, indicando a possibilidade de contratação ou não, por exemplo: “não contratar; é sindicalista” ou “não contratar; é gay”. (informação verbal). Ainda é muito comum os diretores realizarem buscas nas redes sociais para se certificar do perfil do candidato (informação verbal).

Contudo, a maior desmedida do capital (Linhart, 2007) que atua no ensino superior privado reside na forma como a gestão se utiliza da instabilidade do emprego para controlar e disciplinar a força de trabalho docente. No contexto das instituições de ensino superior privadas, a instabilidade não reside apenas nas demissões, mas também na oscilação de carga horária entre um semestre e outro. O prazo mais longo que um professor de instituição privada pode vislumbrar é o final do semestre, pois nunca sabe se permanecerá no emprego ao término. Isto transforma os finais de semestre em momentos tensos, não apenas pelo excesso natural de atribuições acadêmicas nessa fase, mas também pelas incertezas vivenciadas pelos professores.

Essa situação, portanto, gera um verdadeiro jogo de perseguição, deixando os professores à mercê dos gostos e interesses das instâncias superiores. Perseguições contra uns representa favoritismo em relação a outros. De acordo com vários depoimentos, percebeu-se o quando não há uma política equânime em relação aos docentes. O tratamento é dado segundo a relação de cada um com as coordenações, seus vínculos anteriores e os interesses da instituição em utilizar pessoas bem conceituadas e cargos para fins mercadológicos.

Nesse contexto, de forma velada, as relações interpessoais dos docentes de instituições de ensino superior privadas são embasadas na desconfiança, o que é instigado pelo jogo de intrigas realizado pelas coordenações, a fim de incentivar a competitividade entre os docentes como forma de controle. Nos termos de Dejours (1992), as dificuldades de controle do trabalho no setor terciário demandou maior criatividade da gerência, no sentido de elaborar novas técnicas de comando a partir do estímulo à rivalidade e discriminação entre colegas, alimentadas por políticas paternalistas e pelo favoritismo dos chefes, justamente o que se percebeu nas instituições privadas de Campina Grande/PB.

O quadro de controle hierárquico é agravado pelo controle exercido pelo aluno cliente, processo que permite visualizar a dimensão interativa do trabalho não-clássico, caracterizada por incluir a relação direta com o cliente como elemento de controle sobre esse trabalho, a exemplo de outros ramos do setor de serviços, como as cadeias de *fast food*, analisadas por Toledo (2009, 2013). A preocupação da empresa educacional de não perder o cliente resvala diretamente no trabalho do professor e na qualidade do ensino, à medida que este deve “agradar” ao cliente. Forma-se, daí, um “pacto de mediocridade”, visando evitar problemas e temendo, em última instância, uma demissão, professores fingem que ensinam, enquanto os alunos, visando um diploma fácil e rápido, finge que aprendem.

Enfim, nas instituições privadas prevalece a “disciplina do medo” como forma de controle, a qual oferece aos coordenadores de curso um extraordinário poder de supervisão, como destaca Dejours (1992), criando as bases de um verdadeiro “sistema de espionagem”, no qual os empregados terminam por vigiar-se a si mesmos. Da mesma forma que oferece as bases para que o docente aceite as mais variadas formas de intensificação e flexibilização do seu trabalho, como dar aulas para turmas superlotadas (variando entre 70 a 115 alunos), conforme os depoimentos. Como também, aceitar orientação de trabalhos de conclusão de curso sem remuneração, participar de reuniões no período de férias, participar de campanhas publicitárias, promover eventos nos finais de semana, entre tantas outras atividades que vem sendo assumidas pelos professores além das tipicamente reconhecidas como atividade docente.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS SOBRE A NATUREZA DO TRABALHO DOCENTE EM INSTITUIÇÕES PRIVADAS DE ENSINO SUPERIOR

Inicialmente, no contexto da acumulação flexível, o conhecimento é constituído como uma mercadoria chave, ao mesmo tempo em que a produção do conhecimento assumiu um cunho comercial (HARVEY, 2006). Nesses moldes, a burguesia encontra na perda de direitos sociais promovida pelo Estado um novo ramo de atuação, o ensino superior (NEVES & FERNANDES, 2002).

Por conseguinte, o setor de serviço, nele inserido o ensino superior privado, alcance relevância econômica que não permite mais ser considerado como forma de transição social, dele fazendo caso omissis, como sugeriu Marx (1978) ao analisar o contexto inicial do capitalismo. Mais conveniente se faz perceber esse setor nos termos de Braverman (1987), uma fonte de lucro para o capital, portanto, os serviços como mercadoria.

Enquanto mercadoria, seguindo a definição de Karl Marx na parte primeira do *Capital* (MARX, 2001), o ensino superior é a fonte de riqueza da burguesia de serviço educacional. Porém, no atual contexto, a educação satisfaz não apenas às

necessidades humanas do espírito, mas, principalmente, atende às necessidades de sobrevivência, pois, induzidas pelas ideologias da empregabilidade e competência, as pessoas buscam inserção no mercado de trabalho pela via da educação. O ensino superior, então, tornou-se fonte imperiosa de acesso ao mercado de trabalho, onde justamente se encontra seu valor de uso. Enquanto valor de troca, as mensalidades pagas possibilitam uma relação de equiparação entre a mercadoria ensino superior e qualquer outra mercadoria. Entretanto, quando se desvanece sua utilidade ou seu valor de troca, a mercadoria ensino superior aparece como fruto do trabalho humano abstrato, o que gera valor, não mais como bem público.

Nessa perspectiva, o trabalho do docente em instituições de ensino superior privadas assume o caráter de trabalho produtivo, que produz excedente acumulado por parte da nova burguesia de serviços. Na concepção de Marx (1978, p. 76), “um mestre-escola que é contratado com outros para valorizar, mediante seu trabalho, o dinheiro do empresário da instituição que trafica com o conhecimento, é trabalhador produtivo”. O trabalho docente é comprado para que seja consumido como valor de uso, em que consiste a atividade de serviço. Não se materializa num produto, no entanto, seu processo de trabalho é consumo produtivo da sua força de trabalho e, em contrapartida, apenas reproduz o valor da sua força de trabalho.

Sendo assim, no interior das instituições privadas, prevalecem as relações de trabalho eminentemente capitalistas, onde se encontra uma mescla de traços tayloristas e toyotistas, por ser um trabalho não apenas assalariado, mas proletarizado, padronizado, precarizado, mas também flexibilizado e controlado pelas vias da interiorização dos valores da empresa pelo trabalhador.

O trabalho docente no setor privado do ensino superior ainda apresenta as dimensões do trabalho não-clássico, por ser simbólico, interativo e se sobrepor a outros espaços da vida do professor, permitindo inseri-lo na noção de classe trabalhadora ampliada de Toledo (2009, 2013). Logicamente, o trabalho docente respeita as peculiaridades que a extração da mais-valia do trabalho não-clássico requer, ou seja, dificuldades de padronização, por ainda haver um maior poder de manobra do professor que em outras categorias profissionais, porém, submetido às inovações da gerência toyotista, que expande o mais-trabalho controlando a subjetividade do docente através do que Dejours (1992) considera como neutralização prévia da mente.

Como examinado por Gramsci em *Americanismo e Fordismo* (GRAMSCI, 2008), o capitalismo, em sua essência, conforma novos tipos de homens de acordo com a necessidade de cada contexto histórico, ampliando o mero controle do processo de trabalho para o controle das esferas mais íntimas da vida do trabalhador. No atual padrão de acumulação, o capital se espalha por todas as atividades econômicas, do mesmo modo que intensifica seu controle, agora, sobre a subjetividade da classe trabalhadora, processo que invade o setor educacional.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Giovanni. **Dimensões da reestruturação produtiva**: ensaios de sociologia do trabalho. Londrina: Praxis; Bauru: Canal 6, 2007.
- _____. **Trabalho e subjetividade**: o espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório. São Paulo: Boitempo, 2011.
- AMORIM, Henrique. **Trabalho imaterial**: Marx e o debate contemporâneo. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2009.
- ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo/SP: Boitempo, 2009.
- _____. Os exercícios da subjetividade: as reificações inocentes e as reificações estranhadas. **Caderno CRH**, Salvador, v.24, n.esp 01, p. 121-131, 2011. Disponível em: <<http://scielo.br>>. Acesso em: 27 jan. 2014.
- BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e capital monopolista**: a degradação do trabalho no Século XX. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan, 1987.
- DEJOURS, Christophe. **A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho**. São Paulo: Cortez – Oboré, 1992.
- GRAMSCI, Antonio. **Americanismo e fordismo**. 2 Quaderni Del Carcere. São Paulo: Hedra, 2008.
- HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 2006.
- LINHART, Danièle. **A desmedida do capital**. São Paulo: Boitempo, 2007 (Mundo do trabalho).
- LOBO, Maria Beatriz de Carvalho Melo. **As políticas de gestão do corpo docente das IES privadas brasileiras**. Documento de trabalho 5/03. Núcleo de Pesquisa sobre Ensino Superior NUPES/USP, 2003. Disponível em: < >. Acesso em: 17 de outubro de 2013.
- MARTINS, Débora Cristina Lopes; OLIVEIRA, Ivanete da Rosa Silva de; MARTINS, Sandro José. A importância do marketing de relacionamento na gestão das instituições de ensino superior privadas. **Cadernos UniFOA**, ano 2, n. 4, p. 35-40, ago. 2007. Disponível em: < >. Acesso em: 17 out. 2013.
- MARX, Karl. **O capital – capítulo, livro I, capítulo VI inédito**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1978.
- MARX, Karl. **O capital – capítulo, livro I, capítulo VI inédito**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1978.
- _____. **O capital**: crítica da economia política. Livro I, v. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- NASSIF, Vânia Maria Jorge; HANASHIRO, Darcy Mitiko Mori. A competitividade das universidades particulares à luz de uma visão baseada em recursos. **Revista de Administração Mackenzie**, São Paulo, v. 3, n. 1, p. 95-114, 2001. Disponível em: < >. Acesso em: 11 nov. 2014.
- NEVES, Lúcia Maria Wanderley & FERNANDES, Romildo Raposo. Política neoliberal e educação superior. In: **O empresariamento da educação**: novos contornos do ensino superior no Brasil dos anos 1990. São Paulo: Xamã, 2002.

SCHWARTZMAN, Jacques; SCHWARTZMAN, Simon. **O ensino superior privado como setor econômico**. 2002. Disponível em: < >. Acesso em: 25 mai. 2010.

TOLEDO, Enrique de La Garza, et al. Para um conceito ampliado de trabalho, de controle, de regulação e de construção social da ocupação: os “outros trabalhos”. In: LEITE, Márcia; ARAÚJO, Ângela (Orgs.). **O trabalho reconfigurado: ensaios sobre Brasil e México**. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2009a. (Coleção Trabalho e Contemporaneidade).

_____. Trabajo no clásico y flexibilidad. **Caderno CRH**, Salvador, v. 26, n. 68, p. 315-330, maio/agosto. 2013b. Disponível em: <http:// >. Acesso em: 24 jan. 2014.

SOBRE O ORGANIZADOR

Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos - Doutor em Letras, área de concentração Literatura, Teoria e Crítica, pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB, 2019). Mestre em Letras, área de concentração Literatura e Cultura, pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB, 2015). Especialista em Prática Judicante pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB, 2017), em Ciências da Linguagem com Ênfase no Ensino de Língua Portuguesa pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB, 2016), em Direito Civil-Constitucional pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB, 2016) e em Direitos Humanos pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG, 2015). Aperfeiçoamento no Curso de Preparação à Magistratura pela Escola Superior da Magistratura da Paraíba (ESMAPB, 2016). Licenciado em Letras - Habilitação Português pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB, 2013). Bacharel em Direito pelo Centro Universitário de João Pessoa (UNJPÊ, 2012). Foi Professor Substituto na Universidade Federal da Paraíba, Campus IV – Mamanguape (2016-2017). Atuou no ensino a distância na Universidade Federal da Paraíba (2013-2015), na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2017) e na Universidade Virtual do Estado de São Paulo (2018-2019). Advogado inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional Paraíba (OAB/PB). Desenvolve suas pesquisas acadêmicas nas áreas de Direito (direito canônico, direito constitucional, direito civil, direitos humanos e políticas públicas, direito e cultura), Literatura (religião, cultura, direito e literatura, literatura e direitos humanos, literatura e minorias, meio ambiente, ecocrítica, ecofeminismo, identidade nacional, escritura feminina, leitura feminista, literaturas de língua portuguesa, ensino de literatura), Linguística (gêneros textuais e ensino de língua portuguesa) e Educação (formação de professores). Parecerista *ad hoc* de revistas científicas nas áreas de Direito e Letras. Vinculado a grupos de pesquisa devidamente cadastrados no Diretório de Grupos de Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). orcid.org/0000-0002-5472-8879. E-mail: <awsvasconcelos@gmail.com>.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-438-2

